

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

André Luis Corrêa da Silva

**“JOÃO FERRADOR NA REPÚBLICA DE SÃO BERNARDO”: O IMPACTO DO
“NOVO” MOVIMENTO SINDICAL DO ABC PAULISTA NO PROCESSO DE
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1977-1980)**

**Dissertação apresentada à Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Ciência Política no Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política.**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi

Porto Alegre

2006

ANDRÉ LUIS CORRÊA DA SILVA
Autor

**“JOÃO FERRADOR NA REPÚBLICA DE SÃO BERNARDO”: O IMPACTO DO
“NOVO” MOVIMENTO SINDICAL DO ABC PAULISTA NO PROCESSO DE
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1977-1980)**

**Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito
parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política.**

Aprovado em 21 de Junho de 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Cotanda (Depto. Sociologia)

Profa Dr. Maria Isabel Saraiva Noll (Depto. Ciência Política)

Profa Dra. Mercedes Maria Loguercio Cánepa (Depto. Ciência Política)

Porto Alegre, 2006

Dedico este trabalho a:

Todos aqueles, que com coragem, lutaram por uma democracia diferente daquela pensada pela elite econômica e política do país. Uma democracia substantiva, que desse voz a sujeitos como aqueles que, nas ruas de São Bernardo, enfrentaram a intransigência dos patrões e o terror de Estado.

AGRADECIMENTOS

Considero esta parte a mais importante por atribuir a pessoas que passaram ao longo do trabalho um peso que de fato possuem na sua confecção. Tomando-se simplesmente os símbolos impressos nas páginas dessa ou de qualquer dissertação, é possível imaginá-las como criação espontânea, quando ao contrário são tributárias de um sem número de invisíveis, mas não sem importância co-autores.

É desnecessário comentar a importância de outros que, antes de mim, esmiuçaram essa temática, conferindo-lhe o tamanho teórico que hoje possui. A estes só posso referir-me assim como o fazem os historiadores, sentindo-me também “um anão nos ombros de gigantes” e, se pude ver para além do horizonte, esses pesquisadores, que estudaram materiais até então inéditos, construíram esquemas teóricos oportunos, tornaram factível essa obra.

Gostaria de agradecer pausadamente àqueles que contribuíram tão pesadamente para a realização desse trabalho. Tivesse eu o poder dos deuses gregos os imortalizaria, imprimindo no céu uma constelação para cada um deles. Ao meu orientador, Professor Arturi, caberia por certo a constelação de Libra, pela forma prudente e equilibrada com que me conduziu, em meio aos meus devaneios e sonhos megalômalos. Não fosse por essa prudência, certamente estaria eu hoje descendo em direção aos sete infernos, tão bem descritos por Dante Alighieri.

Ao professor Cotanda, que me auxiliou na ausência de meu orientador, que se encontrava no Pós-doutorado, ofereceria a constelação de Centauro, pela dedicação e vontade com que se empenhou não só aconselhando-me no meu projeto, como me fornecendo contatos fundamentais que permitiram levar a termo essa dissertação. Diria que, sem seu auxílio, o purgatório teria sido uma parada obrigatória.

Não poderia deixar de mencionar outros professores da Pós-Graduação em Ciência Política, pelas aulas que em muito contribuíram para minha formação. Merecem destaque as professoras Maria Izabel Noll e Mercedes Cánepa, que participaram de minha banca de qualificação e me deram conselhos valiosíssimos que me permitiram não só entrar em contato com material bibliográfico importante, mas também construir seções teóricas que em muito enriqueceram as análises aqui contidas. Naquele momento, passei a ver uma luz ao longo do túnel. Seria justo dedicar-lhes parte desse céu estrelado.

Ao professor André Marengo, pelas aulas de teoria política, tão fundamental para minha construção de um modelo teórico e meu entendimento de Ciência Política. Descortinava-se à minha frente bem mais do que uma luz no fundo do túnel, um sol passava a brilhar.

Aos professores da minha Graduação em Ciências Sociais na Ufrgs e em História na FAPA, pela dedicação com que sempre conduziram suas aulas. Foram, sem dúvida, o pano de fundo sob o qual se emolduraram as constelações.

Aos meus contatos em São Paulo e em São Bernardo. Valter Sanches, da CUT nacional, pela receptividade com que me recebeu, e Nilson Tadashi, do DIEESE, que, apesar das inúmeras atribuições, ainda me dedicou parte importante do seu tempo. Às amigas do Centro de Documentação, que me auxiliaram muito na minha árdua tarefa.

Às “meninas” do xerox do Cecs, que, com grande presteza, me serviram para montar o imenso acervo de fontes de que tanto necessitava. Quanto mais me aproximava do paraíso, mais as jogava para dentro do inferno.

Ao colega Manuel do Nupergs, que sempre atencioso não só me deu valiosos conselhos, como sempre me facilitou o acesso ao material, e a outros colegas que sempre confiaram no meu trabalho, emprestando-me, sobretudo, sua confiança.

RESUMO

Nesta dissertação, analisa-se o impacto do surgimento do “novo” sindicalismo no ABC Paulista através da ação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema no processo de abertura política. A ação desse importante ator coletivo naquela conjuntura resultou numa gama de novos repertórios de ação coletiva, bem como no reaparecimento da questão operária, após quase uma década de desaparecimento público. Esse novo ímpeto para a ação, produzido na relação conflitiva com os empresários e após com o Estado, serviu não só para produzir uma identidade política para os metalúrgicos do ABC paulista, com também uma agenda de demandas que se ampliava a cada embate e, sobretudo, um tensionamento sobre a esfera política, fazendo avançar o conteúdo nitidamente conservador assumido pela abertura “pelo alto”.

A análise se concentrou no período que vai do ano de 1977 ao ano de 1980, avançando, portanto, sobre a data de fundação do Partido dos Trabalhadores, que serviria de referência para a entrada do movimento num campo marcadamente político-partidário. A análise do tema, através do uso de diversos materiais, dentre os quais entrevistas inéditas com sindicalistas que vivenciaram os acontecimentos, além de farta documentação da imprensa sindical do período, possibilitou situar a dimensão alcançada pela luta sindical naquela conjuntura e a forma como repercutiu na política nacional.

ABSTRACT

In this research, the impact of the sprouting of “new” the unionism in the São Paulo ABC through the action of the Union of the Metallurgist is analyzed of Is Bernardo do Campo and Diadema in the opening process politics. The action of this important collective actor in that conjuncture resulted in a gamma of new repertoires of class action, as well as in the reappearance of the laboring question, after almost one decade of public disappearance. This new impetus for the action, produced in the conflict relation with the entrepreneurs and after with the State, not only served to produce an identity politics for the metallurgist of the São Paulo ABC, with also an agenda of demands that if it extended to each shock and, over all, a tension on the sphere politics, making to advance the content clear conservative assumed for the opening “for the high one”.

The analysis if concentrated in the period that goes of the year of 1977 to the year of 1980, advancing, therefore, on the date of foundation of the Party of the Workers, that would marked serve of reference for the entrance of the movement in a field marked politician-partisan. The analysis of the subject, through the use of diverse materials, amongst which unknown interviews with syndicalists who had lived deeply the events, beyond satiated documentation of the syndical press of

the period, made possible to point out the dimension reached for the syndical fight in that conjuncture and the form as it reed-echo in the national politics.

ABREVIACOES UTILIZADAS NA DISSERTACAO

JORNAIS

- FSP-FOLHA DE SÃO PAULO
- ESP-ESTADO DE SÃO PAULO
- JGABC-JORNAL DO GRANDE ABC
- JR – JORNAL DA REPÚBLICA

REVISTAS E SEMANÁRIOS

- VJ-VEJA
- IS – ISTO  SENHOR
- VI-VISÃO

IMPrensa SINDICAL

- TM-TRIBUNA METALÚRGICA
- ABCDJ – ABCD JORNAL
- STM-SUPLEMENTO A TRIBUNA METALÚRGICA

LISTA DE SIGLAS

ABC – Região que compreende Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá.

ABI-Associação Brasileira de Imprensa

AI-5- Ato Institucional nº 5

ANFAVEA-Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores

ANL-Aliança Nacional Libertadora

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BIRD-Banco Interamericano de Desenvolvimento

CGT- Confederação Geral dos Trabalhadores

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB-Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNM-Confederação Nacional dos Metalúrgicos

CNTI-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

CRT-Comissão de Relações no Trabalho

CTB-Confederação dos trabalhadores do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DIEESE-Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DRT-Delegacia Regional do Trabalho

ESG-Escola Superior de Guerra

FGTS-Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FNT-Frente Nacional do Trabalho

GM-General Motors

LSN-Lei de Segurança Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MUT-Movimento Unificado dos Trabalhadores

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OIT-Organização Internacional do Trabalho

PCB –Partido Comunista Brasileiro

PC DO B –Partido Comunista do Brasil

PP-Partido Popular

PT – Partido dos Trabalhadores

PUA-Pacto de Unidade e Ação

PUI _ Pacto de Unidade Intersindical

SIMESP-Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Estado de São Paulo

SINDIPEÇAS- Sindicato dos Fabricantes de peças de Veículos Automotores

SINFAVEA-Sindicato dos Fabricantes de Veículos Automotores

SNI – Serviço Nacional de Informações

TRT-Tribunal Regional do Trabalho

TSE-Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UNE-União Nacional dos Estudantes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Boletim da chapa única para a eleição de 1978;

Figura 2: Orientação para voto na chapa única.

Figura 3: Cartaz de divulgação da chapa 1.

Figura 4: Cartilha com divulgação do 3º Congresso dos Metalúrgicos.

Figura 5: Cartilha elaborada por Henfil para o 3º Congresso.

Figura 6: Cartilha elaborada por Henfil para o 3º Congresso – Central Única.

Figura 7: Cartilha elaborada por Henfil para o 3º Congresso - Organização sindical.

Figura 8: Panfleto de convocação para o 3º Congresso – mobilização.

Figura 9: Cartaz de convocação para Campanha Salarial de 1980.

Figura 10: Panfleto distribuído durante a Campanha Salarial de 1980.

Figura 11: Panfleto convocando para Assembléia decisiva.(1980)

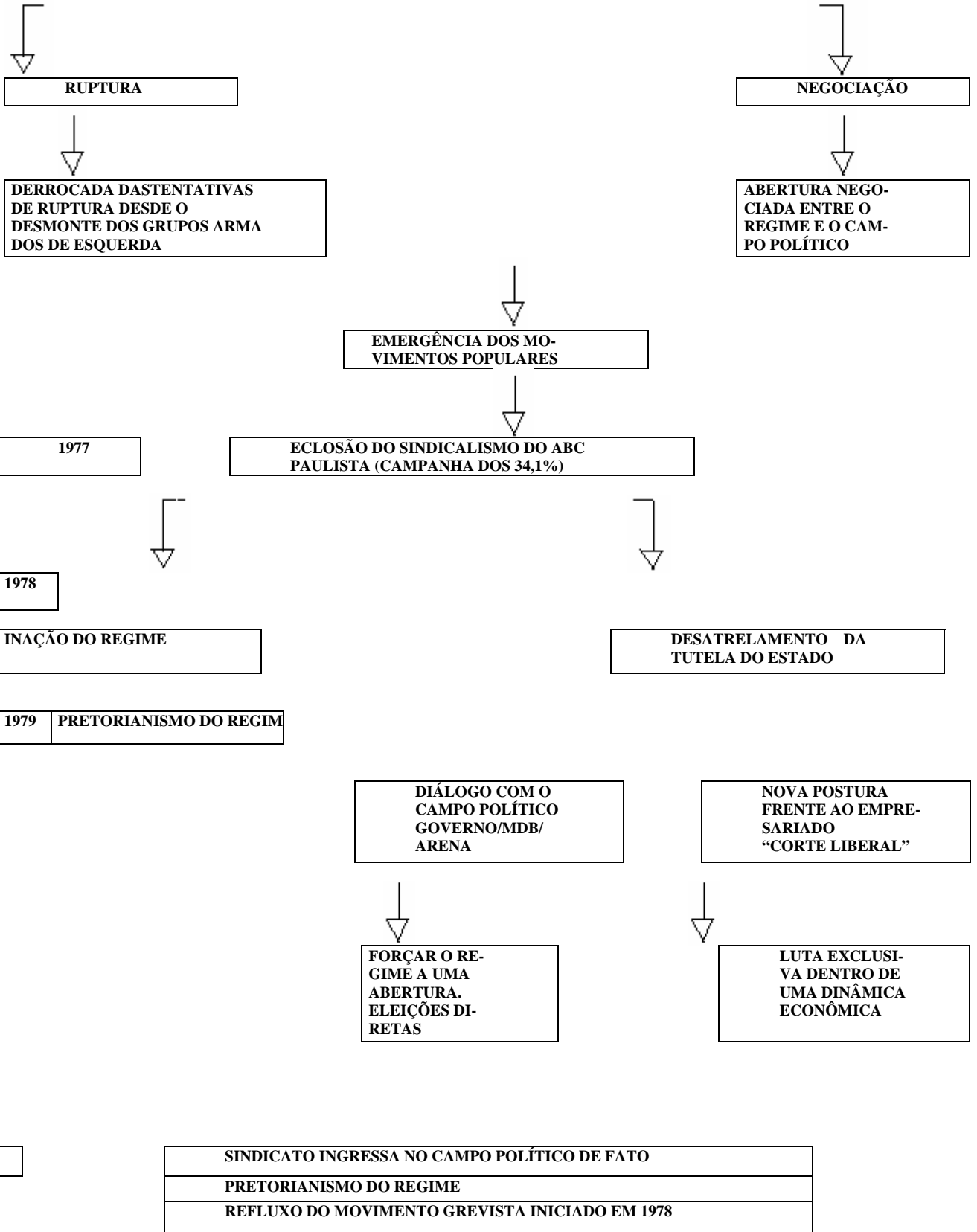
Figura 12: 1º página do Pastoral Operária e Ação Católica Operária em favor dos operários do ABC.

Figura 13: Charge de Chico Caruso publicada durante a greve de 79 quando Lula foi preso.

Fonte: material do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista.

FLUXOGRAMA

PROCESSO DE DISTENSÃO POLITICA (1974-84)
LIBERALIZAÇÃO DO REGIME



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	04
RESUMO/ABSTRACT	06
ABREVIACÕES UTILIZADAS NA DISSERTAÇÃO	07
LISTA DE SIGLAS	08
LISTA DE FIGURAS	09
FLUXOGRAMA	10
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. O MOVIMENTO SINDICAL EM UMA ERA DE TRANSIÇÃO	
1.1. Análise bibliográfica sobre sindicalismo e política no Brasil.....	30
1.2. Análise da conjuntura do processo de transição democrática (1974-1984): A estrutura de oportunidades.....	44
1.3. Revisão Bibliográfica sobre os “novos movimentos sociais” e o “novo” sindicalismo na transição: O ator coletivo.....	53
CAPÍTULO 2. O “NOVO” SINDICALISMO DO ABC EM UMA CONJUNTURA CRÍTICA	
2.1. Levantando questões teóricas sobre a conjuntura.....	67
2.2. Origem histórica do “novo” sindicalismo do ABC paulista.....	71
2.3. “Surge João Ferrador” - O “novo” sindicalismo na abertura: constituição de um novo ator político?.....	79
2.4. A ação estratégica do sindicato.....	82
2.5. O “novo” sindicalismo e o empresariado.....	84
2.6. A crítica à estrutura sindical na transição e suas formas de interlocução.....	91
2.7. A agenda do “novo sindicalismo”.....	98
2.8. A construção de uma identidade operária.....	101
CAPÍTULO 3. AS ESTRATÉGIAS DO “NOVO” SINDICALISMO DO ABC ENTRE O REGIME E O CAMPO POLÍTICO	
3.1. As greves enquanto estratégia de luta política e econômica.....	107
3.2. O regime: da “perplexidade à ação”.....	127
3.3. As “aberturas” e o “novo” sindicalismo.....	137
3.4. As articulações do sindicato com o campo político.....	150
3.5. As lideranças sindicais e a construção do PT.....	154

CONCLUSÃO.....	164
FONTES DA PESQUISA.....	173
APÊNDICE.....	199
ANEXOS.....	330

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada”.

Karl Marx. O 18 Brumário de Luís Bonaparte

INTRODUÇÃO

“O presente, ainda depois das mais profundas revoluções morais e sociais, liga-se ao passado por vínculos tais que não se poderiam romper sem torná-lo um enigma”.

Salvioli

A adoção do título dessa dissertação, apesar de parecer emblemático à primeira vista, não faz outra coisa senão apresentar dois processos simultâneos, que repercutiram com força no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. O primeiro deles foi a irrupção de inúmeros segmentos descontentes da sociedade civil, os chamados “novos” movimentos sociais, da qual a luta dos metalúrgicos do ABC paulista protagonizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema¹ foi a ponta de lança. Quanto ao outro processo, refere-se à abertura política negociada entre as elites políticas e a cúpula do regime militar até então implantado no país.

Antes de tudo, faz-se necessário explicitar dois elementos que aparecem no título e fazem parte da simbologia dos eventos ocorridos no final da década de 1970. Afinal, quem seria João Ferrador? Trata-se de um personagem criado por Henfil e Laerte com o objetivo de mobilizar os metalúrgicos. Esse personagem é a própria personificação da categoria; pois, se inicialmente surgiu para provocar os metalúrgicos, não tardou a tornar-se seu símbolo maior. Desenhado vestindo macacão e falando como metalúrgico, João Ferrador mandava bilhetes irônicos e, muitas vezes, até indignados para as autoridades máximas daquilo que chamava “Meu Brasil Grande e Potente”, posicionando-se corajosamente contra questões tão profundas como a estrutura sindical, a política trabalhista ou, em muitos casos, a própria democracia ou, no caso, a falta dela. Esse é, portanto, João Ferrador, que para alguns era o próprio Presidente do Sindicato, Luis Inácio da Silva desenhado num gibi. Um gibi que, segundo ele próprio, tornaria mais agradável aos metalúrgicos a leitura de temas do seu interesse.

Outro elemento a ser esclarecido no título é a utilização do termo República de São Bernardo. Isso se deve ao fato de que muitas interpretações à época pretenderam ver ali nos acontecimentos que tiveram lugar naquela conjuntura o início da tão aguardada “Revolução Brasileira”. Os conflitos, a repressão, os avanços e recuos do governo, a organização e desorganização patronal foram ingredientes que colocaram o sindicalismo do ABC paulista no centro do cenário político nacional.

¹ É importante esclarecer que essa Razão Social vigorou até 1993, quando se deu a fusão entre os dois mais importantes sindicatos de metalúrgicos da região do ABC. No dia 19 de Junho de 1993 é empossada a primeira Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista formado pela união do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, com o objetivo de aumentar a representatividade e conseguir maior força política. Com a fusão o sindicato passou a ter 140.000 metalúrgicos na base e cerca de 100.000 filiados.

Literalmente, o país parou para observar os conflitos dos metalúrgicos da região contra os empresários e contra o governo. Pareceu, especialmente para a intelectualidade, o surgir de um novo Brasil emergindo de cada fábrica parada, de cada passeata de 1º de maio. É esse o sentido atribuído aqui à República de São Bernardo, seu sentido original, o de um local que resistiu à repressão do regime autoritário e que, portanto, implicou na luta por igualdade e liberdade política.

E o que falar e escrever sobre aquelas lutas distantes no tempo quase três décadas? Quais teriam sido os resultados práticos daqueles movimentos paredistas para a história do país? Quanto a isso há quase uma unanimidade de que não foram episódios estanques; antes, pelo contrário, seus capítulos continuam sendo escritos, na criação da Central Única dos Trabalhadores, na fundação e desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, na ascensão de Luis Inácio da Silva, o Lula, à Presidência da República, no grande número de movimentos sociais saídos da redemocratização, entre outros. Refletir algum tempo depois sobre a gênese de todos esses eventos é ter a possibilidade de questionar os limites e avanços na vida política e social do país e refletir também sobre os caminhos e descaminhos da democracia surgida no interior das fábricas do ABC paulista.

Diante do que até aqui foi exposto, cabe esclarecer o objetivo central deste trabalho, que é o de analisar o impacto da ação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema² no ABC paulista,³ na conjuntura que vai do ano de 1977 ao ano de 1980⁴, buscando avaliar de que forma esse ator coletivo, a partir de sua irrupção, passou a constituir um agente relevante para a compreensão do processo de “abertura” política.

O tema desenvolvido nessa dissertação necessita de permanente retomada, não só pelo fascínio e atração que eventualmente exerça, mas principalmente pelo fato de que em um país cuja história, em sua maior parte, esteve sob a égide de ditaduras ou regimes discricionários, é notável a dinâmica e a força com que esse movimento surgiu no final dos anos setenta e início dos oitenta. Na contemporaneidade, o tema suscita ainda mais interesse, se for considerado que boa parte dos quadros do sindicato à época ingressou no campo político, que a luta sindical travada pela CUT sofre

² Nesse trabalho, investigar-se-á o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema do ABC paulista, pelo fato de este ser o mais representativo e combativo do período. Os demais sindicatos da região do ABC serão investigados na medida que estejam em relação com este e/ ou articulados à sua luta. Quando se ler citado nesse trabalho “novo” sindicalismo do ABC paulista, deve-se ter em conta que se trata não de subestimar a importância dos demais sindicatos da região, e sim de uma opção analítica, oriunda do próprio problema de pesquisa proposto.

³ A região do ABC paulista compreende sete municípios localizados no Estado de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá.

⁴ Os dois marcos cronológicos desse trabalho estão imbricados em dois acontecimentos que servirão de fronteiras para o estudo proposto. O ano de 1977, como ano de irrupção do “novo” sindicalismo no ABC, exemplificado pela Campanha Salarial dos 34,1% que, ao contrário das demais Campanhas Salariais anuais, não acabou caindo nos liames da lei, levando a uma mobilização mais intensa dos trabalhadores. Como assinalou Rainho, “a Campanha Salarial dos 34,1% serviu para recolocar os trabalhadores no cenário político nacional” (Rainho & Bargas, 1983. p.43). O ano de 1980 foi o ano de fundação do PT, o que remete a luta para uma nova etapa, marcadamente político-partidária. No caso do marco cronológico final, faz-se a opção teórica de levar a análise até o final do mês de abril, por ocasião da greve de 1980.

toda sorte de críticas e, principalmente, que o Partido dos Trabalhadores, nascido da luta das fábricas, experimenta desde 2002 o poder no país. Esses são, sem dúvida, ingredientes capazes de aguçar a escolha e o interesse por esse tema.

Do ponto de vista teórico-metodológico, esse trabalho justifica-se pelo fato de a literatura escrita com a finalidade de explicar o fenômeno da transição⁵ para a democracia adotar duas perspectivas analíticas diferentes: uma voltada para explicações macro-estruturais e outra privilegiando a análise dos atores envolvidos, calcada na teoria dos jogos. Tais perspectivas permitiram compreender – cada qual por um viés – o fenômeno. Entretanto, deixaram pouco espaço para a análise do papel desempenhado pelos atores coletivos. Outro aspecto relevante é o fato de que grande parte dos trabalhos que se ocuparam do assunto foram “análises de conjuntura” e, ainda que se assinala sua importância, faz-se imprescindível reexaminar o fenômeno a partir da releitura do material bibliográfico disponível, de novos trabalhos e, sobretudo, da análise de fontes primárias, tais como entrevistas inéditas e materiais jornalísticos.

Do ângulo teórico, é preciso lembrar que o movimento sindical foi, durante muito tempo, abordado sob a influência do marxismo. Isso tinha como premissa uma concepção classista de sociedade, que convertia o sindicato no ator principal, ao lado do Partido Operário, na luta pela transformação da sociedade no sentido do socialismo. Quando essa realidade não se apresentava ou o movimento sindical aparecia como cooptado/pelego, costumava-se interpretar que a classe trabalhadora que ele representava não possuía ainda a consciência de classe necessária para promover um salto qualitativo na luta por essa sociedade. Esse tipo de concepção logrou êxito ao longo de muito tempo, ao considerar a classe operária brasileira como massa amorfa e manipulada, que aderiu estrategicamente a uma política de cooperação entre as classes.⁶ No entanto, o reaparecimento de um grande número de atores coletivos, no final dos anos 1970, colocou em dúvida os velhos esquemas teóricos, pois estava claro ser no mínimo difícil explicar sua irrupção e desenvolvimento, utilizando-se somente desses referenciais. A “fertilidade” apresentada pelas

⁵ Para fins analíticos desse trabalho, considerar-se-á transição política como se referindo a um período marcado pela indefinição das regras políticas que separa um regime político de outro. Desta forma, a transição esteve permanentemente sujeita a transformações, seja através de avanços, seja através de recuos. O caso brasileiro é ilustrativo por ter sido, ao menos desde 1974, um projeto orquestrado pelo próprio regime (ARTURI, 1999) ou ainda, como salientou Bolívar Lamounier, “o processo brasileiro caracteriza-se por seu caráter totalmente endógeno e pelo seu gradualismo” (LAMOUNIER, 1986, p. 122). A dinâmica do processo de abertura esteve sempre engendrada pelo regime, dado que “não teve como origem qualquer mudança substantiva na correção de forças entre protagonistas e opositores do regime” (MARTINS, 1988, p. 122). A liberalização do regime autoritário no Brasil será entendida, a partir ou das concessões do próprio regime ou de conquistas da oposição, como por exemplo, a existência de um calendário eleitoral, as vitórias da oposição nas eleições legislativas, a anistia ou, em outros termos, todos os componentes que caracterizam uma sociedade liberal. Ela também pode ser encarada como sendo uma “resposta do regime a uma cumulativa ‘crise política’, para usar o conceito de Philippe Schmitter” (Apud MARTINS, 1988, p. 123).

⁶ Para uma reflexão sobre isso é útil ver a concepção de populismo em LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista, capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

pesquisas que surgiram pretendendo dar conta da explicação do fenômeno foi impressionante, como impressionante também foi o refluxo dos estudos sobre esses atores, tão logo eles passaram a institucionalizar-se. Isso posto, resulta evidente a necessidade de ampliar o conhecimento sobre o impacto desses atores e, no caso específico desse trabalho, da luta sindical no processo de “abertura” política, como meio de compreender todo um modelo de sociedade política⁷ daí oriundo.

Para essa pesquisa, foi utilizada uma série de fontes. Diante disso, foi necessário o emprego de técnicas de pesquisa que possibilitassem extrair o máximo de cada uma delas. Para o caso das fontes produzidas à época dos acontecimentos, não se poderia deixar de lembrar a questão da censura⁸ e as suas conseqüências na forma assumida pela comunicação. Foram adotadas as seguintes fontes: material bibliográfico, material de imprensa dos veículos de comunicação (semanários *Veja* e *Isto É*, jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*, entre outros) e da imprensa sindical produzida na época pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, tais como *Tribuna Metalúrgica*, suplemento da *Tribuna Metalúrgica* e *ABCD Jornal*⁹, documentos do sindicato, além de entrevistas inéditas realizadas com militantes que participaram ativamente do ciclo grevista do final da década de 1970.

O recurso ao material bibliográfico permitiu situar o debate sobre o tema, auxiliando na devida utilização dos conceitos e evitando retomadas desnecessárias em alguns pontos já fartamente discutidos e aceitos pela comunidade acadêmica. A seu turno, a utilização do material de imprensa jornalística justificou-se pelo fato de que, com o alargamento do processo de abertura deflagrado em 1974, a imprensa passou crescentemente a noticiar em suas páginas o reaparecimento de movimentos sociais que se julgavam “inexistentes” e também o aparecimento de novas lideranças sindicais, como o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio da Silva, que ocupou a capa desses veículos de comunicação inúmeras vezes, além de constantes entrevistas e editoriais. O final dos anos setenta e início dos oitenta representa, portanto, um corte abrupto, pelo surgimento desses novos atores no cenário, e a imprensa, ainda que sob os ditames da censura, abriu-lhes um espaço que permitiu, é verdade que com cuidados, assegurar a adoção para essa pesquisa desse tipo de fonte¹⁰.

⁷ Entendemos sociedade política no mesmo sentido atribuído por Stepan (1986), que sublinha o fato de tratar-se de um contexto de redemocratização- como sendo “a arena em que a *polis* se organiza, especificamente, para a contestação política, em busca de controle sobre o poder público e o aparelho estatal” (STEPAN, 1986, p.10).

⁸ Para observar a questão da censura sob o Regime Militar ver o texto de SOARES, Gláucio Ari Dillon. A Censura durante o Regime Autoritário. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº10, vol. 4, jun. de 1989. p. 21 a 43

⁹ À época da greve de 1979, com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema sob intervenção, ficou proibida a circulação da **Tribuna Metalúrgica**. Durante este período, as notícias circularam no **ABCD Jornal**.

¹⁰ “Os dados formais reconstroem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social. Um jornal representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam. Nesse contexto, o jornal se torna um indicador desta visão de mundo”. Citado em BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. p.22

As entrevistas foram realizadas em São Bernardo do Campo e em Diadema em fevereiro de 2004. Foram entrevistados ativistas ligados ao sindicato que, de alguma forma, estiveram presentes nas discussões ligadas aos assuntos da diretoria e que participaram ativamente dos acontecimentos entre 1977 e 1980. Aqui, o elemento diferencial foi ou a participação efetiva na diretoria ou o reconhecimento público de sua participação nos eventos daquele período. Posteriormente, a fim de sistematizar os dados obtidos, as entrevistas foram submetidas a uma análise qualitativa temática. O objetivo principal para a adoção dessa técnica foi o de propiciar, através da análise das diferentes opiniões e representações sobre o tema investigado, o confronto com a idéia central desse trabalho. O recurso ao uso de entrevistas, mesmo em face de um sem número de depoimentos existentes, ou ainda, da grande quantidade de entrevistas realizadas pela imprensa ou para outras pesquisas, foi necessário, na medida, que se pretendeu explorar um espaço pouco investigado do movimento: o da sua constituição como ator político de peso influenciando decisivamente os caminhos e descaminhos da transição política. Quanto a isso, tanto as entrevistas realizadas à época pela imprensa abordavam apenas tangencialmente a questão política, quanto a fala dos sindicalistas pretendia evitar ao máximo questões dessa natureza como forma de não enquadrar o movimento como político. Além disso, as entrevistas realizadas para pesquisas não conseguiram aprofundar essa discussão pelos mesmos motivos.

A utilização dessa variedade de fontes, bem como sua diversidade tanto no tocante à forma quanto ao conteúdo, proporcionou investigar a fundo a forma como os eventos se articularam. O contraste possível de ser feito ao cruzarem-se o material produzido pelo sindicato e o produzido pela imprensa – este, de um ponto de vista externo, ainda que se ressalte que de forma alguma isso significasse sua neutralidade, como atestam as diferentes formas de abordagem concedidas ao tema pelos diários Estado de São Paulo e Folha de São Paulo ou os semanários Veja e Isto É Senhor. O material jornalístico produzido pelo Sindicato, a seu turno, foi o depositário dos discursos das lideranças sindicais preocupadas em arregimentar, mobilizar e organizar, expondo para isso um universo particular de fatores. Para essa produção de uma visão mais “internalista” da realidade vivida pelos metalúrgicos, tanto o material produzido pelo Sindicato quanto os documentos proporcionam mergulhar nas suas estratégias. As entrevistas corroboram para isso, na medida que permitem (é verdade que tomadas em outro momento histórico) reconstruir o fio que amarrava essas questões de caráter mais particularista da luta sindical aos eventos mais gerais de natureza política.

CATEGORIAS PARA ANÁLISE DO MATERIAL

Categorias intermediárias

<u>POLÍTICA</u> (VARIÁVEL DEPENDENTE)	“Alargamento” do conteúdo da abertura política
---	--

* liberalização política: debate da anistia, eleições diretas, multipartidarismo, fim do AI-5, fim da censura e outros itens elencados na conceituação prévia desse termo, sucessão presidencial Geisel – Figueiredo, transição “negociada” para a democracia.

Categorias intermediárias

<u>ECONOMIA</u> (VARIÁVEL INTERVENIEN- TE)	Custo de Vida
	Fim do “milagre econômico”
	Inflação
	Política salarial (Arrocho salarial)
	Recessão

Categorias intermediárias

<u>AÇÃO ESTRATÉGICA DO SINDICATO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA</u> (VARIÁVEL INTERVENIENTE)	Articulação com demais movimentos sociais
	Campanhas de Reposição Salarial
	Comissões de fábrica/ Delegado sindical
	Criação de uma Central Sindical (CUT)
	Greves
	Orientação Sindical
	Papel das lideranças sindicais
	Relações com o Campo político
	Relações com o Empresariado
	Relações com o Governo

A variável interveniente analisada é a ação estratégica do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e pretende dar conta da dinâmica de sua ação no contexto da

transição.¹¹ Do outro lado, a variável dependente a ser explicada é a da conjuntura política marcada pelo processo de abertura, em curso, e pela liberalização promovida pelo regime. O tipo de transição política deflagrada em 1974 resultava numa brecha, onde setores até então controlados conseguiram emergir, tensionando ainda mais o processo. É importante observar os muitos projetos de transição possíveis e a opção pela negociação como forma quase congênita da estrutura política brasileira¹². A importância dessa variável está centrada no fato de que o tipo e a intensidade do processo de abertura condicionava e era condicionado pela força com que os novos atores coletivos emergiam num cenário político que até então era espaço privilegiado de uns poucos.

Além dessa macro-variável política, outra precisa ser destacada: a econômica (interveniente). Refletindo sobre a conjuntura, é necessário destacar o modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo regime autoritário a partir de 1964. Tratou-se de um projeto desenvolvimentista baseado na forte presença de capital internacional e na gerência do Estado, buscando, por um lado, a contenção de setores políticos descontentes, como fora o caso da esquerda brasileira, e, por outro, garantindo a remuneração para o capital, através de políticas de favorecimento a determinados setores da iniciativa privada. Simultaneamente a tudo isso, desenvolveu-se uma ideologia do desenvolvimentismo que via na manutenção da “ordem”¹³ a condição fundamental para levar o Brasil para o rol das grandes potências. O intenso desenvolvimento industrial experimentado nos anos anteriores, denominado “milagre brasileiro”¹⁴, criou dentro da intelectualidade brasileira, em especial naqueles defensores ou da teoria da modernização ou do(s) marxismo (s), a noção chave de que se estariam gerando setores dinâmicos que, fatalmente, levariam a ordem estabelecida ao colapso¹⁵.

¹¹ A operacionalização dessa variável pretende dar conta das estratégias adotadas pelo “novo” sindicalismo do ABC na transição.

¹² Para isso seria enriquecedor ver DEBRUM, Michel. **A Conciliação e outras estratégias**. São Paulo: Brasiliense, 1983. Nessa obra, o autor sustenta a tese de que a história brasileira estaria marcada por permanências possíveis de mapear: o autoritarismo mobilizador, o desmobilizador (cujo exemplo gritante seria o próprio regime militar no poder), e a conciliação, que se caracterizaria por uma relação assimétrica entre interlocutores que não possuem o mesmo peso. Isso explica a atuação do campo político confabulando com o regime como única forma de condução à democracia e a eleição do regime por determinados segmentos-chaves da sociedade civil como interlocutores válidos para o diálogo.

¹³ Observar o papel da ideologia da segurança nacional, para isso ver COMBLIM, Joseph. Op. Citada.

¹⁴ No decorrer de cerca de uma década, o país experimentou um crescimento significativo de sua economia, tendo servido como fator de legitimidade para o regime.

¹⁵ O capítulo sete de **Revolução Burguesa no Brasil**, denominado “O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” discorre sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, atentando para o fato de que antes de tudo o caminho traçado se deu no terreno político. O ponto relevante seria o da conexão entre desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa. A dominação burguesa, neste sentido, adquire uma conotação diferenciada, sendo, a um só tempo, uma força sócio-econômica, de política regulativa e estabelecendo uma rede de ação auto-defensiva e repressiva. Coexistiriam numerosas aparentes contradições, tais como: opressão sistemática e ideais igualitários, etc. A proximidade com os interesses norte-americanos acabará por forjar um horizonte bastante limitado para o desenvolvimento nacional sob bases próprias, tornando a ruptura com os laços externos o “atestado de óbito” para o modelo e para a sustentação da dominação burguesa nos moldes em que se davam.

A variável interveniente de ordem social, expressa no aparecimento de atores coletivos denominados os “novos” movimentos sociais, foi investigada não só por incluir-se no seu interior o “novo” sindicalismo do ABC, mas também pela relação horizontal e o efeito demonstração possível de ser observado, sobretudo da influência do último na radicalização dos demais¹⁶. O desenvolvimento histórico dos sindicalistas do ABC paulista e a atuação da Igreja, recrutando e treinando lideranças¹⁷, não podem ser desprezados. Porém, julga-se que os fatores ideológicos aparecerão materializados nas ações do movimento sindical em relação, tanto com o campo econômico, como em relação ao campo político, transparecendo nas manifestações públicas dos seus dirigentes e na elaboração de suas estratégias de luta.

Para explicitar melhor os objetivos da pesquisa e suas variáveis, deve-se lançar mão da obra de alguns autores. O primeiro deles é Bolívar Lamounier (1985), que, em “Apontamentos sobre a questão democrática”, investiga o que considera os elementos fundamentais para a construção de uma ordem democrática no país. O autor confronta conjunturas diferentes, o que lhe permite inferir a existência de determinadas permanências históricas, dentre as quais destaca a manutenção de uma tradição liberal-democrática. Lamounier (1985) levanta três questões para que se possa pensar a questão democrática brasileira: a relação economia / política, a representação política e a questão da participação. Ao incursionar por essas três questões, o autor não só reflete sobre os modelos de abordagem que analisaram até então tanto o ocaso das democracias, quanto os processos de democratização, como também aponta para as formas como esses três fatores se imbricaram, ocasionando diferentes cenários ao longo da história recente do país. Contudo, para o que concerne à essa pesquisa, interessa reter sua constatação de que o processo de abertura esteve sempre sob controle dos militares e o papel que atribuiu aos “novos” movimentos sociais naquele contexto. O autor fundamenta sua argumentação, ao estimar o valor da negociação política no campo parlamentar; pois, para ele, “a abertura via eleições foi possível em grande parte porque as forças político-partidárias ‘reativadas’ em 1974 estavam na realidade disputando o controle de um poder legislativo enormemente esvaziado em suas funções e prerrogativas” (LAMOUNIER, 1985, p.131). Esse foi o ponto de partida para a construção de um modelo de democracia impulsionado desde cima. Essa opção teórica conduziu-o a eleger como palco principal a instância político-partidária, ainda que não deixe de conferir algum peso aos setores da sociedade civil ao estabelecer que:

¹⁶ Observar o aumento considerável de mobilizações e greves, além da crescente circulação de sindicalistas de outros setores nos Congressos do ABC, ao menos a partir do terceiro. O papel dos artistas solidarizando-se com as greves, etc.

¹⁷ Para isso, ver a dissertação de mestrado de MORAES, Maria Blassioli (2003) op. Citada, em que a autora investiga de certa forma os antecedentes históricos da formação de quadros sindicais no ABC paulista através da ação joicista (da Igreja Católica na região) como forma de conter o surgimento e desenvolvimento de quadros sindicais atrelados ao comunismo internacional.

A importância dos movimentos da chamada sociedade civil – movimentos estudantis, religiosos, de associações profissionais, finalmente sindicais – não foi tanto o de forçar o início da abertura, mas sim **o de ir aos poucos criando constrangimentos não formais, porém eficazes**, ao exercício ditatorial do poder. (LAMOUNIER, 1985, p. 131- grifos do autor)

As considerações de Lamounier permitem considerar o aspecto fundacional da transição e os condicionamentos externos ao processo de negociação intra-elites. Todavia, ao reduzir o papel desses condicionamentos, tornou desnecessário compreender os limites do impacto desses atores coletivos na abertura. Desta forma, acabou por referendar uma lógica de que os arranjos políticos inevitavelmente preponderaram na história política do país. Exemplo disso é quando se indaga sobre a capacidade do movimento sindical de romper com a estrutura herdada e traduzir a força e a coesão demonstradas em avanços reais. Ao contrário, para Lamounier, tem-se uma inversão: não foi a luta dos “novos” movimentos sociais e do “novo” sindicalismo que impactou na abertura, e sim a abertura que constrangeu a luta sindical, trazendo-lhe novos e eficientes complicadores como, por exemplo, a divisão político- partidária da oposição (LAMOUNIER, 1985, p.139).

Das considerações acima, resultam algumas ponderações a serem feitas. Primeiramente, cabe afastar, sob pena de reificar a luta da sociedade civil expressa nos “novos” movimentos sociais, a idéia de que a transição foi obra da ação desse campo de atores coletivos. Ao proceder dessa forma, estar-se-ia ignorando uma série de fatores e, ao mesmo tempo, invertendo a autoria do processo, reduzindo a questão em ou história das elites ou história das camadas populares. O que se pretende é enquadrar as ações da luta sindical dentro de um espaço circunscrito, onde suas práticas foram escritas e re-contextualizadas, afetando em graus diversos o processo de abertura “pelo alto”. Diante disso, uma análise *post factum* deve responder não só a isso, mas também informar quais os fatores que tornaram conservadores os resultados de uma mobilização tão intensa como aquela assistida no final dos anos 1970. Teria sido o resultado da sua canalização para os espaços de luta formais, como o campo político-partidário, como se viu pela entrada do Partido dos Trabalhadores no processo político-eleitoral? Acenando positivamente não se estaria de volta ao ponto de origem, indagando sobre a capacidade de ruptura com a ordem vigente no país?

O segundo autor abordado é Michel Debrun (1983). Em *A Conciliação e Outras Estratégias*, Debrun traz uma delimitação conceitual concreta e viável para se entender alguns dos aspectos presentes na história política do Brasil. Contribuição esta que auxiliará a desvelar alguns dos fatores que responderão às questões formuladas na pesquisa. As três categorias analisadas pelo autor – conciliação, autoritarismo mobilizador e autoritarismo desmobilizador¹⁸ - permitem pensar a história política do país, através da existência de um eixo condutor não só no nível do pensamento político,

¹⁸ Tratam-se de, como sugere o próprio autor, de arquétipos político-ideológicos.

mas, também de uma prática política. Para Debrun (1983), os eixos da política brasileira não mudaram deste a Independência; ao contrário, permaneceram nos marcos das três categorias já mencionadas. Dentre as três, é a Conciliação¹⁹ no nível político que merece destaque, ao menos para a análise aqui empreendida. Para o caso brasileiro, o autor adverte que essa conciliação deve ser colocada entre aspas²⁰, pois a Conciliação no Brasil sempre conjugou o desequilíbrio e a assimetria entre os parceiros. De uma forma geral, ela sempre foi utilizada com o objetivo de “[...]formalizar e regular a relação entre atores desiguais, uns já dominantes e os outros já dominados. E, para permitir que os primeiros explorassem em seu proveito a transformação dos segundos em sócios caudatários” (DEBRUN, 1983, p.15).

Ao refletir sobre a abertura política, Debrun (1983) considera que para o governo Geisel tornou-se impossível prescindir da Conciliação. Ela foi a ferramenta com que o regime buscou evitar cair no seguinte paradoxo: ao avançar para além do planejado, poderia estar transmitindo a impressão de haver “solto as rédeas” e, nesse caso, se sujeitaria ao “efeito dominó”. No outro extremo, apareceria como horizonte alternativo o retorno a um autoritarismo brutal. Com relação a essa opção, vários fatores concorriam para pôr em suspeição as chances de êxito naquele momento. Diante dessas alternativas, viabilizou-se a Conciliação. O autor ainda teceu algumas considerações sobre a emergente mobilização sindical no ABC paulista. Para ele, surgia algo novo na rejeição explícita dos sindicalistas do ABC a qualquer tipo de autoritarismo, e isto atestava o quanto a crescente mobilização da sociedade civil possuía um ímpeto irresistível. Em que pese a tão propalada “fraqueza” da sociedade civil, muito mais ideologizada do que de fato observada empiricamente, o fato é que o simples reaparecimento da sociedade civil através dos “novos” movimentos sociais não garantia a possibilidade de ruptura com os modelos do passado ou daqueles então em voga, e a própria extensão de seus discursos e de suas práticas era discutível. Quanto a esse ponto, o próprio Debrun (1983) aponta que a “mobilização política é muito local, e não se deve confundir com ela o descontentamento generalizado que se avoluma face a problemas como a carestia de vida” (1983, p. 74). A construção de uma ação unificada para o campo de movimentos sociais, incluindo o movimento sindical, não parecia constituir-se numa realidade efetiva, sobretudo a fim de romper o insulamento a que se encontravam submetidos. Tanto isto é um fato, que o próprio autor argumenta que a explicação para o êxito das greves ilegais deveu-se, e muito, ao não envolvimento do conjunto dos operários no movimento, mas apenas o de uma minoria. A partir

¹⁹ Talvez a caracterização mais precisa fornecida pelo autor seja a de que a “conciliação não é um compromisso entre iguais, mas um mecanismo que, mediante certas vantagens ao pólo mais fraco, consolida a posição do pólo forte” (DEBRUN, 1983, p. 124).

²⁰ Segundo Debrun (1983), o único exemplo importante de conciliação entre atores de peso igual foi o acordo de 1961 entre os setores inconformados com a posse de João Goulart e os setores ligados a ele.

desses elementos, o autor configura dois cenários possíveis. O primeiro é a promessa de um comportamento autônomo por parte do operariado em geral, do qual o sindicalismo do ABC seria a vanguarda, e outro que poderia levar o movimento a esgotar-se em si mesmo, por não conseguir ir além de reivindicações que o poder pudesse atender. Esse cenário teria o agravante, como observou o próprio Debrun, de ter no Poder uma instância com capacidade de impor políticas, ao invés de debater-las.

Os dois autores citados fornecem uma valiosa contribuição para compreender o estoque de mecanismos da política nacional com que o movimento sindical teve que “dialogar” ao longo do processo. Esse repertório, dentro de uma dada estrutura de oportunidades, responderia pelo alcance das reivindicações dos metalúrgicos e pelo caráter mais específico ou mais geral que assumisse ao longo da construção de uma agenda política²¹. Tanto a criação de uma Central Única dos Trabalhadores quanto as articulações que permitiram a conversão do movimento sindical, cuja ponta-de-lança era o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, ao campo político-partidário, com a fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, fazem parte do enquadramento da mobilização sindical no processo de transição “pelo alto” com o artifício da conciliação. Dito isto, resulta que nem a função dos “novos” movimentos sociais, dentre os quais despontou a luta empreendida pelo “novo” sindicalismo nascido no ABC paulista, foi tão somente de servir para constranger as ações do regime, como aponta Bolívar Lamounier (1985), como também reduzir a forma como a Conciliação operou no processo de abertura política inaugurada em 1974 não permitiria ver para além da lógica palaciana. Inverter de fato o eixo explicativo depende fundamentalmente da capacidade de articular a luta sindical do ABC paulista às alterações produzidas na conjuntura política em análise, subentendendo no seu interior tanto o impacto de sua ação e a forma como produziu contradições, na maioria das vezes insolúveis, como a modalidade da Conciliação operou com dificuldades com atores coletivos – inesperados e indesejados –, promovendo a elaboração de um “novo” horizonte político.

²¹ O modelo abaixo reflete uma visão de falsificação popperiana, estabelecendo um eixo causal. A possibilidade de falsificação do presente trabalho passa necessariamente pela desarticulação desse modelo. A questão Popperiana foi aberta em 1961 na cidade de Tübingen, onde K. Popper alinhou a sua concepção de que “o objetivo das ciências sociais era a explicação da conduta por meio da ‘lógica situacional da ação: ou seja, por meio da reconstrução racional das circunstâncias (finalidades e conhecimento) sob as quais os indivíduos agem e das conseqüências do seu comportamento” (GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social**, p.213)

(1) Eixo lógico: Uma das condições-chave para o aparecimento e desenvolvimento de um sindicalismo atuante e mobilizador (caso do “novo” sindicalismo do ABC paulista) é se as condições iniciais de autoritarismo são substituídas ou colocadas em suspenso pela garantia de condições que habilitem formas de participação.

(2) Condição Primária: Historicamente o movimento sindical esteve atrelado através dos mais diversos estratagemas aos desígnios do Estado de maneira que se estabeleceu um “cordão umbilical” absolutamente assimétrico que permitiu o controle e cooptação do primeiro pelo segundo.

(3) Efeito: A existência de um sindicalismo de Estado ao longo da história do Brasil só poderia encontrar-se em xeque em situações de extrema incerteza como no caso do processo de Abertura e Liberalização gradual da sociedade, caso em que a luta econômica por si só não explicaria o surgimento desse tipo de ator social coletivo.

Diante do que foi explicitado, buscar-se-á compreender como a luta sindical estruturou-se à margem de um regime autoritário desmobilizador (Debrun, 1983), como articulou suas ações frente a um empresariado acostumado ao amplo controle do Estado sobre os trabalhadores, e como este ator coletivo dialogou com o meio político. Entender essa intrincada relação permitirá compreender, entre outras coisas, o próprio modelo democrático nascido da transição.

Resulta dessa constatação a necessidade de debruçar-se sobre os “novos” movimentos sociais surgidos no final dos anos 1970 e, sobretudo, sobre o “novo” sindicalismo saído do ABC paulista. Na década de 1980, viu-se um número torrencial de análises a respeito desses atores, algumas questionando os limites de suas lutas, outras buscando compreender os elementos que os ativaram, mas de forma quase geral eram análises preocupadas em oferecer, através dessas experiências, a panacéia para resolver os problemas nacionais. A década de 1990 assistiu, por sua vez, à crescente institucionalização desses movimentos e, aparentemente, um refluxo da luta sindical e, ao mesmo tempo, um certo desinteresse em continuar discutindo o tema. Resta agora afastar as expectativas e frustrações presentes nessas primeiras análises e investigar o que realmente ficou daquele contexto.

A fim de clarear o tema, faz-se necessária uma breve discussão da bibliografia produzida sobre o tema. Vários dos autores que investigaram a emergência do “novo” sindicalismo do ABC viam-no como manifestação espontânea das lutas populares do período, reduzindo-o a subproduto da luta contra o arrocho salarial e amarrando-o a um voluntarismo justificável para as análises do período²². Outra parte, concebia-o como “direção consciente” tensionando a estrutura sindical herdada do Estado Novo e, por isso, portador da idéia de ruptura. Neste caso, seria conveniente lembrar que já em 1968, com as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), esse anseio de romper com a tradição de atrelamento ao Estado estava presente e, no entanto, isso não foi o suficiente para o êxito desses movimentos.

A idéia central nesses trabalhos é de que se as práticas sindicais pré-1964 mostravam um movimento sindical funcional ao Estado e suas práticas populistas, um sindicalismo sob domínio dos comunistas e distante das bases, privilegiando a organização pelo alto (cupulismo), isso não acontecia no ABC paulista. Daí que aquele modelo aparecia como o possível desencadeador não só de uma nova estrutura sindical, mas também de novas relações de trabalho.

As abordagens que investigaram a luta sindical no pré-1964 estavam impregnadas por uma visão marxista de história que as levava a conceber uma missão teleológica para o movimento sindical. Sua função seria de proporcionar as condições objetivas para o desenvolvimento de uma consciência revolucionária no operariado que possibilitasse adiante a transformação qualitativa da

²² Muitas dessas análises foram escritas por militantes ou ex-militantes do PCB.

sociedade. O movimento sindical aparecia, portanto, como um meio do qual dispunham os setores de esquerda para operacionalizar um projeto político emancipacionista. Boa parte das abordagens também ocupou-se de discutir as conseqüências para o movimento sindical da estrutura corporativa montada no Brasil no pós-1930, além do lado perverso do colaboracionismo (peleguismo).

As abordagens que analisaram o pós-1964 adotam uma avaliação de que, com a instauração do regime autoritário, em 1964, teve início um verdadeiro vázio na luta sindical, até pelo menos 1968. Os acontecimentos daquele ano chamam a atenção para um novo campo de possibilidades para o movimento sindical e, ao mesmo tempo, geram certa inquietação no meio acadêmico, acostumado a entender as lutas sindicais como um subproduto do meio político.

Com o reaparecimento das lutas sindicais, no final dos anos 1970, as interpretações penderam para uma perspectiva analítica que buscava dar conta das formas invisíveis de organização utilizadas no interior das fábricas. Tais abordagens elegeram como novo *locus* para suas análises o cotidiano de trabalho nas fábricas, a organização nos bairros e outros espaços até então invisíveis.

A bibliografia que buscou compreender a emergência do “novo” sindicalismo através do estudo das variáveis macro-estruturais teve como característica atrelar o desenvolvimento sócio-econômico a fatores de natureza política. Tal posição teórica tem como problema mais visível o fato de que desvios ou exceções importantes não podem ser explicados (LAMOUNIER, 1983, p.109). Muitas análises que transitaram nessa matriz teórica interpretaram ali o surgimento de um sindicalismo de negócios, tal como o norte-americano. Tais abordagens não tardaram a ser ultrapassadas pelos acontecimentos. A formação de uma aristocracia operária no setor mais dinâmico da economia não levou, como se pensava, ao surgimento de uma elite operária em busca de benefícios materiais específicos. Ainda que inicialmente fosse essa a impressão, tão logo se estabeleceram novas formas de abordagens, ficou visível que a luta sindical travada no ABC ia muito além do mero economicismo.

Diante da aparente insuficiência explicativa dos modelos teóricos até então em voga, fez-se necessária uma incursão por outros modelos. É na esteira desse processo que as abordagens calcadas na racionalidade dos atores, sobretudo a teoria dos jogos, ganharam espaço nas investigações. Uma das críticas a esse modelo é a de que, no limite, teria reduzido os fenômenos sociais e políticos a um retorno ao *homo economicus*²³. Para este tipo de abordagem, “os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades e sujeitas a constrangimentos de recursos materiais”

²³ Para BAERT, Patrick. Op. Citada, 1997. A emergência da teoria da escolha racional ao longo dos anos oitenta representa “o último assalto imperialista da economia na Sociologia: a subordinação do *homo sociologicus* ao *homo economicus*”.

(FEEJOHN e PASQUINO, 2001, p. 5). Algumas implicações quanto à adoção desse modelo precisam ser assinaladas, sobretudo aquelas que dizem respeito a seus postulados epistemológicos²⁴. É a própria idéia de racionalidade que deve ser questionada ou, como sugere Baert (1997), é necessário fazer a “distinção entre agir racionalmente e agir como se fosse racional” (1997, p.69). O próprio Baert (1997) ainda adverte do problema de se pensar a racionalidade fora do quadro da cultura, sobretudo ao utilizar-se uma matriz de abordagem econômica para fenômenos não-econômicos (1997, p.64).

A adoção literal desse modelo teórico para compreender o problema aqui tratado, ao lado de possíveis contribuições, também traria problemas de difícil solução. Possivelmente, o maior entrave seria o de conciliar o grau de participação nas greves do final dos anos 1970 e o descompasso dessa participação com os resultados obtidos. Não é difícil perceber os inúmeros incentivos aos metalúrgicos grevistas para uma ação do tipo *free-rider*. Todavia, a participação maciça foi uma realidade e, nesse caso, não se poderia, sob pena de desonestidade intelectual, encaixá-la na teoria. Caso contrário, o que se teria seriam explicações que atribuiriam racionalidade *post facto* aos dados.

Dentro da teoria da escolha racional, a teoria dos jogos é aquela que:

trata da formalização de escolhas estratégicas ou independentes por meio da construção de modelos ideais típicos. Estes jogos antecipam a decisão racional de cada jogador em jogos nos quais os demais jogadores também tomam decisões e em que cada jogador precisa levar em conta as escolhas dos outros. (Idem, p.66)

No tocante a essa teoria, é necessário retomar a célebre obra de Marcur Olson (1999) *A Lógica da Ação Coletiva*, em que ele identifica nos exemplos adotados para sua análise a existência de grupos de interesse que ditam a ação. Para o autor, não há grupo sem interesse, de forma que, sem graus relativos de coerção e incentivos, torna-se difícil a arregimentação dos indivíduos para a obtenção de bens dentro de um determinado mercado. Ao analisar os sindicatos, Olson destaca que eles só funcionam se forem compulsórios, se proporcionarem incentivos seletivos, possuírem prerrogativas da negociação coletiva e condições que permitam a manutenção da filiação. Dentro de seu modelo explicativo, o sindicato aparece com caracteres essencialmente econômicos. Um ponto importante na sua análise e que abre um espaço para considerações é o de que:

É possível inclusive que por breves períodos os sindicatos possam sobreviver até mesmo por razões completamente diferentes das descritas neste estudo – isto é, graças a emoções fortes o bastante para levar os indivíduos a se comportarem irracionalmente, no sentido de que contribuam com o sindicato apesar da contribuição de um único indivíduo não ter qualquer efeito perceptível sobre os destinos do sindicato e

²⁴ Outras aparentes limitações teóricas são a de que a teoria deve conter poder de previsão, a possibilidade de reduzir os fenômenos sociais e políticos a cálculos conscientes dos indivíduos e o caráter *post facto* da racionalidade das práticas sociais.

apesar do fato de que desfrutariam das vantagens das conquistas do sindicato tanto se o apoiassem quanto se não o apoiassem. (OLSON, 1999, p.101)

Embora longa, a citação acima se faz necessária, porque remete diretamente para o problema central desse trabalho, dando a ele um tratamento *post facto*. Segundo esse modelo teórico, uma mobilização que não se enquadrasse dentro do esquema pensado só seria possível como caso desviante. É nessa circunstância que faz sentido a crítica de Baert (1997) de que a racionalidade só pode ser pensada dentro do quadro da cultura. A aplicação literal do modelo de Olson (1999) implicaria a existência de um limite explicativo para análise do impacto do “novo” sindicalismo do ABC na transição política, sob o ocultamento intencional de uma série de circunstâncias.²⁵ Diante da constatação desse limite teórico, é imprescindível reter uma citação de Melucci (1989) que dimensiona satisfatoriamente essa diacronia e estabelece os marcos de uma análise para além do *homo economicus*:

[...] A confrontação com o sistema político e com o Estado é apenas um fator mais ou menos importante na ação coletiva [...] Os participantes na ação coletiva não são motivados apenas pelo que eu chamaria de uma orientação “econômica”, calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade [...], que diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados. (MELUCCI, 1989, p.53)

Considerando tudo o que foi exposto e diante da conclusão de que os modelos analíticos de tipo macro-estrutural tanto quanto de tipo micro-político mostraram-se insuficientes para compreender o objeto de pesquisa, optou-se pela adoção de uma proposta intermediária. Essa opção permite não destacar questões estruturais, como fatores econômicos, políticos e sociais importantes para compreender a conjuntura. Além disso, permite não ignorar os aspectos ligados à ação e às estratégias de um movimento coletivo como o sindicalismo do ABC.

A dissertação terá como capítulo um a análise da história do papel atribuído ao movimento sindical na sociedade política brasileira. Pretende-se compreender o desenvolvimento desse ator coletivo, suas formas de organização e sua relação com o campo econômico (empresariado), com o Estado e com o campo político (Congresso Nacional e partidos políticos). Ainda nesse capítulo será discutido o movimento sindical na transição política, tomando como ponto de partida a análise do processo de abertura democrática, como sendo o cenário de irrupção dos “novos” movimentos sociais no geral e do sindical em particular. Ao revisitar as interpretações que discutiram a “transição pelo alto”, pretende-se chamar a atenção para a ausência dos novos atores coletivos nas abordagens

²⁵ Para um aprofundamento crítico a obra de Olson ver o excelente trabalho de Fábio Wanderley Reis (2000). Op. Citada. É necessário observar que, nas lutas sindicais do final dos anos 1970, uma série de fatores colaborou, com a presença ainda que difusa da ideologia, para a formação de uma identidade política dos metalúrgicos e um alto grau de solidariedade.

teóricas e, simultaneamente, construir um quadro explicativo para o seu surgimento no final dos anos 1970.

O capítulo dois buscou sintetizar os fatores diferenciais que permitiram o surgimento e desenvolvimento desse “novo” movimento sindical, estruturado à margem de um sistema autoritário e que, ao longo desse processo, passou a constituir-se como agente relevante dentro de uma sociedade civil que emergia do autoritarismo. Ao longo desse capítulo será possível, portanto, compreender as formas de superação ou os limites apresentados pelo quadro de estratégias desenvolvidas pela luta sindical naquela conjuntura.

No capítulo três, se investigaram-se os aspectos iminentemente políticos da luta sindical, buscando encadeá-los a uma série de eventos que, num plano mais geral, se encontravam vinculados ao projeto de abertura política. A análise do impacto do ciclo grevista de 1978, 1979 e 1980 permitirá recuperar os elementos menos visíveis e que serviram de substrato para toda uma luta política que a partir de então se desenvolveu. Procurar-se-á demonstrar que o acirramento do conflito, por sua vez, evidenciou o surgimento de um modelo democrático construído a partir das limitações oferecidas por aquele pensado pelas elites políticas e econômicas do país e proporcionou ao “novo” movimento sindical a adoção de estratégias que conduziram o movimento, das lutas particulares e específicas, para um projeto mais global, o de democratização.

Na conclusão, pretender-se-á articular as proposições desenvolvidas ao longo do trabalho relacionando a atuação do “novo” sindicalismo do ABC paulista com o processo de transição democrática. Ainda que inicialmente circunscrita às decisões do regime com o campo político, ela teve seus arranjos abalados pelo reaparecimento da luta sindical. As diferenças das características dessa luta em relação à dos modelos do passado pesou decisivamente no horizonte político dos sindicalistas, sobretudo quando se apontava para permanências e rupturas com as formas políticas consagradas no país.

CAPÍTULO 1

O MOVIMENTO SINDICAL EM UMA ERA DE TRANSIÇÃO

“A História é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será”.
Eduardo Galeano

Neste capítulo investigaremos de que forma o sindicalismo articulou-se, ao longo da história, com outros atores sociais no Brasil, em especial o Estado e o empresariado. A seguir, analisaremos a literatura que dá conta do surgimento dos “novos” movimentos sociais em geral e do “novo” movimento sindical em particular, naquele que é, sem dúvida, um dos seus momentos mais emblemáticos, isto é, dentro de um quadro de transição política de um regime para outro. Tradicionalmente, os estudos a respeito desse tema esmorecem em meio aos momentos de relativa ordem política e econômica, para reaparecerem com força nos momentos de tensionamento da esfera política, sobretudo os ancorados por crises econômicas. A análise do processo de abertura (1974/1984) permitirá compreender o cenário de irrupção do “novo” sindicalismo do ABC e, por extensão, o espaço de constituição política desse ator.

1.1 Análise bibliográfica sobre sindicalismo e política no Brasil

A análise do sindicalismo, enquanto objeto de pesquisa das Ciências Sociais, sempre chamou a atenção tanto pela singularidade de suas ações, quanto pelo potencial que historicamente lhe foi atribuído, sobretudo se considerarmos o impacto do marxismo sobre o pensamento social brasileiro.

As discussões que articularam sindicalismo e política são escassas, principalmente as que se preocupam em analisar momentos de crise política, como é o objeto desse estudo. Ainda assim é possível distinguir algumas linhas de análise, bem como seus desdobramentos teóricos e sua capacidade explicativa. Na maioria das vezes, o sindicalismo foi abordado em análises sociológicas preocupadas em entender as causas da reduzida ou inexistente consciência de classe do operariado brasileiro²⁶ ou então, no outro extremo, atendo-se aos limites colocados à Revolução brasileira.²⁷ Parte considerável do que foi escrito sobre o tema ou são descrições historiográficas excessivamente

²⁶ Para uma visão histórica do tema ver GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice/ Iuperj, 1988. Já para uma análise dentro de uma perspectiva sociológica ver ANTUNES, Ricardo (1982). **A rebeldia do trabalho** (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80). São Paulo/ Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

²⁷ Dentro da Sociologia brasileira se escreveu muito a respeito da Revolução Brasileira, sobretudo, em fins da década de 50 e início da de 60. É um expoente do período a obra *A Revolução Brasileira* de Florestan Fernandes (1987) que em outras coisas elabora cuidadosa digressão a respeito do desenvolvimento da sociedade brasileira para concluir analisando os limites intrínsecos da Revolução no Brasil.

preocupadas em enumerar as diversas etapas do desenvolvimento da ação sindical no país, contribuindo para a construção de uma história operária para o Brasil²⁸, ou são textos produzidos por sindicalistas interessados em marcar sua atuação ou do grupo ou partido a que pertenciam no interior do movimento.

Um aspecto importante, ao relacionarmos sindicalismo e política, é observar a ordem cronológica dos eventos, a fim de estabelecer os nexos necessários com os fatos e também com os esquemas interpretativos que buscavam compreendê-los. Procedendo dessa forma, é possível entender a luta sindical nas suas diversas relações com o campo político ou econômico e, não obstante, em sua constituição como ator coletivo no seu fazer-se²⁹. Para a análise particular do caso brasileiro, as descontinuidades do regime político e o tipo de desenvolvimento capitalista, dado pelo grau e pelo modelo de industrialização, são variáveis importantes para a compreensão do tema. Outro aspecto relevante é a periodização adotada nas análises³⁰. As dificuldades teóricas decorrem do fato de que não há uma linearidade no desenvolvimento do sindicalismo no Brasil, ao contrário do que ocorreu na Europa, onde a expansão da democracia e do Estado de Bem-Estar Social solidificou os sindicatos, tornando-os um canal privilegiado de luta econômica. As lutas políticas, por sua vez, eram direcionadas para canais formais, através de partidos que incorporavam as demandas dos trabalhadores. No Brasil, no plano político, a democracia conviveu espasmodicamente em meio a períodos de exceção; no plano econômico, houve o desenvolvimento de um capitalismo periférico e independente, que impôs relações de trabalho complexas. Tudo isso afetou drasticamente as formas de manifestação e organização dos trabalhadores.

A história do movimento sindical no Brasil³¹ requer que não se perca de vista sua conexão com o Estado, pois tanto as permanências quanto as rupturas observadas estão diretamente ligadas à relação com determinadas conjunturas política e suas estruturas-chave.

²⁸ Algo próximo daquilo que Erick Hobsbawn chamaria de “invenção de tradições”. Para uma análise melhor ver HOBBSAWN, Erick. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²⁹ Como se encontra tão bem ilustrado no trabalho de THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. I,II,III.

³⁰ São em grande número as periodizações, dentre elas a de Rodrigues (1979), na qual estes se constituiriam em: 1º - período mutualista (antes de 1888); 2º - período de resistência (1888-1919); 3º - período de ajustamento (1919-1934); 4º - período de controle (1934-1945); 5º - período competitivo (1945-1964).

³¹ A literatura sobre o tema apresenta diversos conceitos, tais como: movimento operário, lutas operárias, movimento sindical e organização sindical. Rodrigues (1979) nos oferece um exemplo do quanto a idéia de vanguarda se encontrava presente nas análises, ao definir o movimento operário como sendo o “esforço informal e autêntico de levar a classe trabalhadora a lutar por suas reivindicações”. (Rodrigues, 1979, 16) Para Edgard Carone (1984a, 1984b), diferentemente de Rodrigues, a cronologia do movimento operário no Brasil se confunde com a do movimento operário europeu, ou seja, num primeiro momento do ano de 1870 até a Primeira Guerra Mundial e, após num segundo período, até a Segunda Guerra Mundial. Ao assim proceder, o autor integra a história do desenvolvimento capitalista no Brasil à da Europa e, por extensão, ao desenvolvimento do capitalismo mundial, contando como ponto de contato entre os dois o ano-marco de 1890 que se caracteriza por representar tanto uma mudança da estrutura econômica por um lado com a abolição da escravidão em 1888, como um evento político que seria a Proclamação da República em 1889.

A rigor, as primeiras organizações operárias do país tinham um caráter assistencialista e visavam responder as necessidades mais imediatas de uma classe ainda embrionária. Embora possuíssem características aparentemente despidas de qualquer aspecto que pudesse dar visibilidade a relação capital-trabalho, isto não significava a inexistência e a não-institucionalização de formas organizadas de luta operária. Como sugere Macedo, “o objetivo era sobreviver, o que se tentava fazer organizando o socorro mútuo em caso de doença, de acidente, ou ajuda pecuniária nos anos de velhice, em caso de enterro de parente próximo, etc” (1986, p. 10). Aqui se encontrariam as raízes que dão origem à tradição do sindicalismo brasileiro, talvez não na sua expressão rigorosamente sindical, mas das características que impuseram seu nascimento. Cabe lembrar que a existência e a legitimidade desse tipo de organização se devem, em grande medida, à pouca ou nenhuma eficácia social da ação do Estado. A presença do operariado no cenário político antes dos anos 1930 é extremamente reduzida, quer pela baixa presença desse ator na incipiente indústria, quer pela total impotência dos segmentos marginalizados pela aristocracia agrária no poder.³²

Foi nos primeiros anos do século XX que começaram a aparecer as primeiras organizações denominadas de sindicatos. Ao superar o perfil meramente assistencialista do período anterior, estas organizações passaram a sofrer uma constante intervenção policial e também passaram a não ter uma existência regular efetiva. Portanto, “Nessas condições, o sindicato funcionava como um grupo primário, onde predominavam as relações informais e cujos membros conheciam uns aos outros profundamente, tal como se fossem parentes” (RODRIGUES, 1979, p.34).

Tal situação permitiu a alguns verem essa época como um momento marcado pelo surgimento de um sindicalismo que dava indícios de que seria combativo. Exemplo disso foi a fundação da COB, em 1908, que pretendia ser uma central sindical ao estilo da CGT francesa. Outro exemplo foram as greves do período, como a dos ferroviários da Companhia Paulista, em 1906, um dos movimentos coletivos mais relevantes da época, ou ainda a greve de 1907, que acabou sendo um exemplo de movimento organizado. Um dos aspectos que corroboravam para isso era a articulação das estratégias do movimento sindical, com as demandas específicas dos trabalhadores urbanos, já que as questões que serviam para mobilizá-los:

relacionam-se com as reivindicações econômicas e sociais, ou seja, duração semanal da jornada de trabalho, emprego das mulheres e menores, trabalho noturno, férias anuais pagas, descanso semanal remunerado, salário, autonomia e liberdade sindical. [...].

Clamam pela ação do Estado no sentido de implementar as regras mínimas para o funcionamento de um sistema de relações industriais no Brasil. Nessa medida, reivindicavam a promulgação de leis trabalhistas e de dispositivos legais que garantam o seu cumprimento pelos empresários. (BLASS, 1999, p.37).

³² Nas primeiras épocas da industrialização brasileira, o proletariado era pouco considerável e considerado. Para uma análise mais detalhada ver RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 33, 34.

Ao investigar o movimento sindical no Brasil, Edgard Carone (1984a, 1984b) parte da premissa de que é necessário integrar a história do desenvolvimento do capitalismo no Brasil à do capitalismo mundial, encadeando, desta forma, os eventos em uma totalidade histórica. Ao assim proceder, age sob um viés etnocêntrico, já que pretende enxergar no Brasil aquilo que se desenvolvia na Europa. Não obstante isso, esse efeito comparativo permite observar a presença ou ausência de determinados elementos. Dito isto, ficam evidentes a “fragilidade” observada no sindicalismo brasileiro e a inexistência de “partidos operários de massa”. Esses se tornaram os dois pilares para os rumos nos quais boa parte dos trabalhadores enveredava. Diante disso, seria o caso de nos indagarmos: por que essa aparente “fraqueza” do sindicalismo brasileiro? Por que não ocorreu o desenvolvimento de um partido que representasse os interesses da classe operária? As explicações invariavelmente caíam num psicologismo, atribuindo aos trabalhadores atributos de “massa amorfa”³³. Nesse sentido, as explicações tautológicas e a um só tempo comparativas, que relacionavam o desenvolvimento da luta sindical no Brasil e na Europa, caíam num determinismo quase inflexível. Também a situação política da época, associada a uma estreita visão de democracia por parte da esquerda, levou muitos investigadores a declararem a primazia da luta sindical sobre a política. O próprio Carone (1984a) aponta que “não é o partido, mas o sindicato que representa o órgão de aglutinação e a ponta-de-lança de luta do operariado”. (1984a, p.13)

A análise da literatura existente não deixa dúvida sobre a importância dos anarquistas nos primeiros momentos da República. Segundo Rodrigues (1979), tratava-se do grupo mais ativo e aguerrido (1979, p.10), o que permite subentender a existência de diversos grupos em conflito, tais como as organizações ligadas a Igreja e os trabalhistas, ambos acusados de desejarem uma aliança com o capital. Esses eram grupos que se encontravam sob a hegemonia das organizações anarquistas³⁴, para a qual, sem dúvida, concorreu a grande entrada de imigrantes no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX – século esse que assistiu a uma verdadeira explosão sindical³⁵. A questão a ser compreendida é: como se estruturava a ação sindical naquela época, e

³³ Tais interpretações, independentemente de refletirem uma preocupação científica ou mera descrição militante, estavam preocupadas em estabelecer os fundamentos psico-sociológicos de um operariado formado a partir de grandes migrações oriundas do campo. Estes portadores de uma visão tradicional e estreita acabavam invariavelmente caindo no individualismo burguês. Tal explicação “elitista” teria como resultado um fundamento auto-explicativo, uma vez que serviria para justificar tanto a fraqueza do sindicalismo no Brasil quanto a posterior política populista ou a adesão do operariado ao queremismo.

³⁴ Eder Sader (1980) estabelece como marcos da hegemonia anarquista os anos entre 1900 e 1929. Para uma análise mais aprofundada, ver SADER, Eder. *Do anarquismo ao Comunismo (1900-1929)* In: LÖWI, Michael. LOWY, Michael [et alli]. **Introdução a uma história do Movimento Operário Brasileiro no século XX**. Belo Horizonte: Vega, 1980.

³⁵ O estabelecimento de leis sistemáticas a partir dos anos 1930, sobretudo, com a sua união e compilação no que viria a ser a C.L.T. (Consolidação das Leis do Trabalho); criou na tradição do pensamento social brasileiro uma idéia de que “nada havia antes”. Tal perspectiva servia, como veremos adiante, de substrato ideológico para o regime pós-1930 e, não

quais suas potencialidades e limitações? Para Batalha, as interpretações apontavam para a existência de um anarquismo ingênuo ou observavam o caráter “espontâneo” do que teria sido a fase áurea do sindicalismo (1990, p.118). Dentro do anarquismo, foram os anarco-sindicalistas³⁶ que apareceram como a parcela mais combativa no enfrentamento contra a classe patronal e o governo, e é com o Iº Congresso Operário Brasileiro, em 1906, que firmam de fato o seu predomínio sobre o movimento operário organizado no país. O ponto alto foi, sem dúvida, a Greve Geral de 1917 que, entre outras coisas, “paralisou completamente a capital paulista e colocou, frente a frente, o movimento operário – organizado principalmente pelas lideranças anarquistas – e a classe dominante – através de um forte aparato repressivo do Estado” (MENDES JR e MARANHÃO, 1983, p. 319).

A cronologia das lutas sindicais do período está marcada por momentos de pico e de depressão, em virtude da capacidade de mobilização e do uso da greve como instrumento de pressão, e também como resultado da severa repressão policial, às vezes acompanhada, até mesmo, da expulsão de estrangeiros (SADER, 1980, p.18). Sader também objeta que, mesmo reconhecendo a força dos sindicatos anarquistas, como expresso no 1º de maio de 1919, não é possível deixar de observar a falta de organização do movimento anarquista. Este fato é compreensível, já que os anarquistas rejeitavam o espaço da luta política. Outra interpretação nessa linha é a de Mendes Jr e Maranhão (1983). Eles sustentam que a rejeição à luta política conduziu o anarco-sindicalismo a posições reformistas e economicistas, a uma noção “purista” de sindicato, quando as condições políticas da época não sustentaram a existência de uma organização política desse tipo.³⁷

As limitações do anarquismo, somadas aos acontecimentos de 1917 na Rússia, conduziram para uma mudança na orientação sindical no país. Essa nova orientação foi o resultado da fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, da acelerada industrialização e da crescente insatisfação com as oligarquias no poder. O PCB nasceu do seio do anarquismo e, desta forma, já vinculado às lutas operárias e ao sindicalismo. Daí em diante, observamos a forte ascendência do Partido sobre os sindicatos e a disputa entre anarquistas e comunistas pelo controle dos sindicatos ou, como observa Rodrigues:

[...] um fato notabiliza o período: o movimento sindical adquire um cunho acentuadamente político, buscando inclusive uma atuação parlamentar. É uma característica que contrasta com o período anterior que, se não era apolítico, poderia ser chamado de antipolítico (RODRIGUES, 1979, p. 16).

obstante, apresentava a República Velha como uma espécie de *ancién regime*, carregado de forte conotação negativa. Contra essa corrente, cabe lembrar que a lei representou para alguns setores da incipiente indústria uma verdadeira conquista.

³⁶ O anarco-sindicalismo foi uma das últimas correntes do anarquismo. Derivado direto das posições de Bakunin, prescrevia o sindicato como “meio e fim da ação libertária e a greve geral revolucionária como a arma decisiva, espécie de erupção vulcânica, capaz, por si só, de trazer à tona um novo mundo” (Mendes Jr e Maranhão, 1983, p.312).

³⁷ Faltava(m) estratégia(s) em relação ao Estado, ampliando o escopo da luta sindical para dentro do horizonte político.

A conjuntura política conturbada do período ajudou a ditar os rumos da nova orientação sindical. A estreita relação entre Partido Comunista e sindicalismo³⁸ se vê justificada pelo papel do partido, enquanto “vanguarda do proletariado”. Dessa relação, dois fatores sobressaem: a adoção de estratégias articuladas à visão marxista de mundo e o fraco basismo. Essas considerações são fundamentais para que se entenda a forma como essas práticas sindicais foram refutadas pelo “novo” sindicalismo que irrompeu no ABC paulista. Às práticas sindicais do pré-1964 ficaram reservados os anti-valores de um sindicalismo autêntico. Desta forma, é importante estabelecer: a) o eixo histórico que permita ver além das discontinuidades; e b) como a contraposição “velho”/“novo” sindicalismo auxiliou na construção de uma identidade para os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.³⁹

As ações do Partido Comunista Brasileiro⁴⁰ naquela conjuntura revelam algumas estratégias adotadas, tais como, num plano micro, a conquista de sindicatos ainda sob controle anarquista e, num plano macro, a subordinação de suas estratégias específicas às estratégias gerais e programáticas do PCB, enquanto seção de um movimento internacional. Não que isso significasse a inexistência das primeiras; pois, “para mobilizar os trabalhadores, a Comissão Executiva do PCB salientava os problemas relativos à redução salarial, ao aumento da jornada de trabalho e ao custo de vida” (HERNANDEZ,1985, p. 29). O problema ficava por conta da distância existente entre essa prática e a realidade.

A crescente radicalização dos anos 1920 levou o bloco de poder a um processo de corrosão política. O ano de 1930 representou, em muitos sentidos, uma ruptura com o modelo da República Velha. Seu impacto sobre a luta sindical foi imenso, de maneira que só é possível entender o pós-1930, se consideradas as novas condições estruturais, que incluíam uma reestruturação do capitalismo no Brasil, sob o impacto de uma industrialização de base conduzida pelo Estado e a adoção de um modelo corporativista que limitava ao extremo os conflitos classistas.

A década de 1930 abriu as comportas, até então fechadas, das manifestações populares. Esse período de reestruturação do poder assistiu à crescente influência do PCB no meio sindical, bem

³⁸ Essa relação é fartamente explorada pela historiografia.

³⁹ A construção do esquema interpretativo do sindicalismo produzido no ABC, expresso na ação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, será o tema dos capítulos 2 e 3 desta dissertação, onde entre outras coisas discutiremos o espaço de constituição da identidade desse “novo” sindicalismo como um dos componentes importantes na produção desse novo ator.

⁴⁰ Para uma análise mais aprofundada do Partido Comunista Brasileiro ver Pacheco, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro** (1922-1964). São Paulo: Alfa-Omega/FIDENE-Ijuí-RS, 1984. Ver também VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974**. São Paulo: Hucitec, 1982.

como a um sem número de lutas políticas⁴¹. Não tardou para que o novo regime desnudasse o seu caráter conservador, pois:

Em 1931 o governo de Vargas definiu que o sindicato deveria ser um órgão único e colaborador do poder público. Foi ainda criado o Departamento Nacional do Trabalho [...] a legislação trabalhista determinava ou determinou os marcos de atuação do movimento sindical, estabelecendo meios legais de mantê-lo sob controle, e o atrelava ao Ministério do Trabalho, criando o sindicato único por categoria e proibindo a formação de uma Sindical Única de Trabalhadores. (HERNANDEZ, 1985, p. 24).

Ao submeter os sindicatos ao Estado, a Lei de sindicalização de 1931 deu início à transformação gradual de sindicatos organizados por militantes e portadores de ideologia em organizações burocráticas vinculadas à máquina estatal (LOWY, 1980, p.29). Convém, também, lembrar que essa lei foi o ponto-de-partida para uma série de outras medidas. Essas medidas foram implantadas por meio do atrativo oferecido do atrelamento à estrutura do Estado e por meio da estratégia geral do Partido Comunista no período de ascensão do nazi-fascismo na Europa⁴².

O novo grupo encastelado no poder, tão logo contornou o conflito com as oposições⁴³, tratou de reestruturar as relações trabalhistas, até então tratadas como de segunda ordem. O Estado ganhou um formato intervencionista e promotor da ordem social, passando a construir para tal canais de participação seletivos⁴⁴. Nascia efetivamente o Estado corporativista, cujo impacto e consolidação de algumas de suas características-chave seria fator de longa duração na história do Brasil. Uma dessas características foi o enquadramento e controle dos sindicatos, através da cooptação. Através dela abriu-se a possibilidade de participação dentro da esfera estatal, o que permitia levar adiante a estratégia do PCB de criar as condições necessárias para a revolução burguesa no Brasil. Ainda permitia ocupar um espaço para ganhos políticos, constituindo o “peleguismo” como ramo da própria burocracia estatal e, num segundo plano, responder ao anseio histórico de regulamento das relações trabalhistas. O efeito imediato disso foi que sob o governo Vargas “o sindicato se descaracterizou como órgão de defesa da classe operária e como instrumento crescente nas esferas de dominação social” (RODRIGUES, 1979, p. 78).

Para o sindicato, o resultado político da criação de um Estado corporativista foi do seu atrelamento à burocracia. Isso levou à conclusão de que o sindicalismo no período firmou-se no

⁴¹ São exemplos a Intentona Comunista de 1935, a formação da Aliança Nacional Libertadora, etc.

⁴² Em meados de 1934 deu-se o VII Congresso do COMINTER que em meio a uma Europa cercada pelo nazi-fascismo propôs como estratégia primordial alianças na luta antifascista e uma linha política capaz de sustentar essa estratégia. Para uma análise mais aprofundada ver HERNANDEZ, Leila M. G. **Aliança Nacional Libertadora: ideologia e ação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

⁴³ Sem dúvida, a Revolução Constitucionalista de 1932 foi a expressão mais acabada da insatisfação dos grupos aliados do poder, mas que por ironia do destino acabou sendo a alavanca sob a qual se consolidou o longo governo de Vargas.

⁴⁴ A estratégia adotada foi a de prescrever uma receita de cooperação de classe, ao invés de luta de classes, carregando para dentro do aparelho de Estado os conflitos que de outra forma se dariam no interior da sociedade.

interior do sistema, renunciando a uma maior participação nas bases e tornando-se refém da própria estratégia. Ao aceitar as bases dessa Conciliação em nome de uma legislação trabalhista, o movimento sindical renunciou à liberdade da atividade sindical, pois “quando no Brasil começa a se desenvolver a legislação social trabalhista, os sindicatos começam a perder sua liberdade e autonomia” (RODRIGUES, 1979, p. 93). Apesar dos mecanismos de controle que visavam a despolitização dos sindicatos, tornando-os órgãos de colaboração do Estado, e da contínua perseguição aos militantes comunistas, o PCB continuou, nos primeiros anos de governo Vargas, a intensificar sua influência no meio sindical. As condições políticas da época obrigaram, no entanto, a uma postura colaboracionista, principalmente nos sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho. Uma estratégia mais contundente só se efetivou com a formação da Aliança Nacional Libertadora⁴⁵. A outra estratégia adotada foi no sentido de criar uma Central Sindical que articulasse as lutas sindicais no país⁴⁶.

Com a implantação do Estado Novo, em 1937⁴⁷, radicalizaram-se tanto o regime, quanto a repressão aos militantes do Partido Comunista. Neste contexto, os sindicatos passaram a serem absorvidos pelo Estado, sendo uma de suas características marcantes o fato de que “a liderança sindical, que se firma e permanece, adquire o hábito de ater-se à lei e, por conseguinte, torna-se não apenas fiel cumpridora dela, mas também sua guardiã”. (RODRIGUES, 1979, p. 170). É importante salientar que este fato era freqüentemente citado pelos dirigentes sindicais “autênticos” para explicar a fragilidade do movimento sindical. Outro aspecto muito criticado por estes era o “cupulismo”⁴⁸, que tornava o sindicato um instrumento político utilizado pelo Estado, deslocando-o de suas funções reais para posturas assistencialistas. Para as lideranças “pelegas”, isso representava um ganho para a classe trabalhadora, já que, não havendo luta de classes, caberia às instâncias decisórias do Estado⁴⁹ o papel de regular as relações entre capital e trabalho (MENDES JR.; MARANHÃO, 1982, p.183).

⁴⁵ Ver. HERNANDEZ, Leila. HERNANDEZ, Leila M. G. **Aliança Nacional Libertadora: ideologia e ação.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. Nesta obra a autora relata sucintamente o contexto de surgimento da Aliança Nacional Libertadora, enfatizando aspectos conjunturais que abriram um espaço para tal postura por parte do Partido Comunista. Outro aspecto aventado pela autora é o etapismo na estratégia da A. N. L., que estabelecia etapas na preparação do operariado, consistindo na preparação ideológica do mesmo primeiramente no terreno econômico e político para após efetivar a organização da revolução (fase 2) e, por fim, controlar os setores da produção (fase 3).

⁴⁶ Em 1935 foi fundada, sob a direção do Partido Comunista Brasileiro, a Confederação Unitária do Brasil. Outras experiências nesse sentido ocorreram antes. Em 1908 sob orientação anarquista era fundada a COB (Confederação Operária Brasileira), assim como várias outras tentativas de criar um órgão nacional de organização da classe trabalhadora foram tentadas em momentos posteriores. Agora com o inconveniente de uma legislação altamente restritiva. Dos anos 40, com o ascenso democrático têm-se a CTB (Confederação dos Trabalhadores do Brasil). Nos anos 50, os comunistas criaram o MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores) absorvido após pelo Estado e ainda nos anos 50 temos a tentativa do PUI (Pacto de Unidade Intersindical) e nos anos 60, o PUA (Pacto de Unidade e Ação).

⁴⁷ A suposta existência de um plano comunista para tomar o poder (Plano Cohen) serviu para que Vargas conduzisse o regime provisório para a ditadura civil. A partir de então foi intensa a repressão aos comunistas.

⁴⁸ Segundo Mendes Jr e Maranhão(1982, 1983), a consolidação do sindicalismo corporativo conduziu a um crescente desinteresse pelos sindicatos.

⁴⁹ O Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho e as Delegacias do Trabalho.

O ponto chave para entender o sindicalismo de Estado⁵⁰ é refletir sobre seus elementos invariáveis. Quanto a isso, é necessário destacar que: a) o sindicalismo de Estado amortece a luta de classes; b) a ideologia populista torna-se o “cimento” da estrutura sindical; e c) após 1930, essas características levaram o sindicalismo a uma debilidade crônica de organização. É a própria capacidade de propor política que se vê cerceada, pois o controle é tão efetivo que o sindicato passa a ser um ramo da burocracia estatal. Vale lembrar que o próprio caráter “harmonioso” da CLT permite observar que “apesar de o novo sistema garantir alguma proteção aos trabalhadores, isto se dava às custas de toda e qualquer liberdade de ação”.(HUMPHREY,1982, p. 21).

Com a sinalização do fim de seu longo governo, Vargas ainda lançou mão de uma estratégia política que teve repercussões no período seguinte, a fundação do PSD e do PTB. O primeiro foi seu braço direito junto às oligarquias regionais, e o segundo, seu caminho seguro para dentro dos sindicatos controlados pelo Estado. Esta atividade política de Vargas é importante para entender o rápido processo de transição do Estado Novo para a democracia. A análise dessa transição permite ver as possibilidades de rupturas e continuidades do Estado Novo com a nova ordem democrática (1946 – 1964).

Naquela conjuntura, a importância do movimento sindical aparece como um dado relevante. Houve, de fato, a irradiação do conteúdo da luta antifascista empreendida na Europa para dentro da sociedade brasileira, permitindo a positivação da democracia. Isto abriu novos espaços para a participação política, sobretudo para a luta sindical. Maranhão (1979) alerta que “o clima geral de democracia e aceitação de todas as correntes políticas obrigou até mesmo os militares mais autoritários e direitistas a adotar posições democráticas” (1979, p. 27). A abertura de 1945 estava impregnada com os acontecimentos externos, como, por exemplo, o colaboracionismo ocidental com a União Soviética. A orientação do Partido Comunista Brasileiro, bem como suas estratégias, foram pautadas por esse fato histórico, pois:

A aplicação de tais princípios à realidade brasileira seria a justificação fundamental da política comunista no plano sindical, principalmente em fins de 1945 e início de 1946, que recomendava aos operários “apertar o cinto” e evitar as greves, para que elas não fossem usadas pela burguesia como “fantasma” anticomunista. (MARANHÃO, 1979, p. 31).

A abertura democrática possibilitou um espaço tanto no nível institucional, quanto no que diz respeito à organização de base do movimento sindical. Os anos de 1945 e 1946 foram férteis em

⁵⁰ Também chamado de sindicalismo corporativista. BOITO, Armando (1991) aponta a importância do sindicalismo em determinadas conjunturas políticas (1931- 35, 1978- 84 e nos períodos de elaboração de constituições).

organização e mobilização⁵¹. Seguiu-se um período de forte repressão estatal e retorno ao controle dos sindicatos pelo aparelho de Estado. Maranhão (1979) sustenta que grande parte das análises do período vê no levantamento das barreiras institucionais o fator de peso para explicar a emergência de um vigoroso movimento operário. Ele também aponta para a intensificação da taxa de exploração do trabalho como importante para entendermos o ascenso dessas lutas. Esses dois dados permitem ao autor evidenciar: a) uma pressão latente, contida pelo peso da estrutura sindical; e b) ao retirarem-se as barreiras institucionais e policiais, inicia-se um processo de mobilização, ainda que não se tenha alterado a estrutura corporativista.

Com o advento da democratização, “o movimento sindical renasce tomado pela perspectiva de uma ação livre e autônoma, ao mesmo tempo em que cresce a sindicalização [...] e multiplica-se a atividade política nas organizações de classe tanto oficiais quanto extra-oficiais” (MARANHÃO, 1979, p. 43). São vários os fatores que levaram a esse tipo de expectativa, tais como a maior liberdade dos meios de comunicação e a possibilidade aberta ao Partido Comunista de participar efetivamente na arena político-eleitoral. Tudo isso serviu de incremento para a luta sindical, que ganhou um novo contorno através do processo de negociações diretas entre patrões e “comissões” de trabalhadores. A eleição de Dutra para a presidência representou a edificação de novas barreiras para a classe trabalhadora, já que com a Lei 9070 o governo colocou sob ferros um movimento que recém ganhava corpo. O fato de o país estar vivendo um clima constitucional e com um intenso debate sendo travado entre as diversas forças políticas na Assembléia Constituinte constituía um anacronismo.

Ao longo do processo constituinte, as discussões entre os partidos foram intensas sobre as questões sindicais e foram intensas entre os partidos⁵². O ponto de maior conflito foi, sem dúvida, o do direito de greve⁵³. Prevaleceu(ram), no final, sob o véu do liberalismo, a(s) restrição(ões) legal(ais) ao mais importante instrumento de pressão dos trabalhadores. Restou para a classe trabalhadora buscar construir novos e eficientes espaços de luta.

⁵¹ Segundo MARANHÃO, Ricardo (1979) os anos 1945–1946 foram emblemáticos para o desenvolvimento posterior das lutas sindicais. A postura ditatorial adotada pelo Governo Dutra levou o movimento sindical a um período de refluxo conduzindo o Partido Comunista a adotar uma estratégia de “postura radical em relação ao governo e toda a estrutura burguesa de dominação, desde o parlamento até a participação dentro dos organismos sindicais oficiais”. (ANTUNES, RICARDO & NOGUEIRA, ARNALDO, 1981, p.87). Não obstante, “deve-se ressaltar que a existência de comissões de fábrica foi fundamental para o avanço do movimento sindical no período posterior 45/47 e para sua sobrevivência nos anos posteriores” (Idem, 1981, p.87) Para uma leitura mais completa sobre as Comissões de Fábrica ver: ANTUNES, Ricardo & NOGUEIRA, Arnaldo. **O que são comissões de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁵² Ao PCB coube a agenda mais propositiva, algumas vezes com apoio da UDN, coerente com seus postulados liberais. O PSD teve uma posição mais conservadora e oligárquica; já o PTB procurou manter intocada a estrutura corporativista como forma de manter o controle estatal sobre os sindicatos.

⁵³ O PCB defendia o amplo e irrestrito direito de greve (sem adjetivações); os demais partidos buscavam salvaguardas.

Durante o período populista,⁵⁴ o sindicalismo brasileiro ampliou sua presença junto ao Estado. A importância política dos trabalhadores aumentou, em virtude da necessidade de sua incorporação como estratégia de segmentos dos setores dominantes. As práticas populistas influenciaram decisivamente nas estratégias adotadas pelas lideranças sindicais e na estrutura de oportunidades políticas abertas às suas práticas. Muito embora grande parte das análises sobre o populismo o considerem uma estratégia de manipulação das massas, não há como negar a intensa mobilização no período populista, sobretudo em seus momentos finais e decisivos, isto é, às vésperas do golpe de 1964. Devemos considerar, portanto, que o populismo não pode ser reduzido a mera estratégia de dominação⁵⁵, pois como contrapartida abria canais de participação política. Esses canais levaram ao ressurgir da luta sindical. Exemplo categórico foi a relação da CGT com o Estado utilizando-se dos canais abertos pela estrutura sindical corporativista.

A crise do populismo teve como elementos desencadeadores uma dupla crise: a econômica, fruto das contradições do modelo capitalista, e a política, sustentada pelo conflito entre um executivo progressista e um legislativo conservador. Neste contexto, ao movimento sindical abriram-se possibilidades consideráveis, embora tenham sido julgadas sub-aproveitadas, já que:

...a atuação dos sindicalistas limita-se quase que exclusivamente às entidades de cúpula, que desenvolveu um discurso radical, com propostas de reforma que efetivamente se chocou com os interesses das várias frações burguesas [...] O discurso radical, acompanhado de grandes mobilizações de massas e fraca vinculação orgânica com as bases, acaba por incentivar o avanço das forças conservadoras sem que o movimento sindical tivesse meios para se opor a este avanço já que suas bases são débeis. (DELGADO, 1986, p.33).

O Partido Comunista encontrava-se na linha de frente das lutas sindicais do período, sendo o articulador das estratégias adotadas dentro daquela estrutura de oportunidades. A limitação existente ficava por conta da estrutura sindical do Estado Novo. Tais estratégias concentravam seu foco numa estratégia global que buscava aproveitar o momento político para levar o proletariado a cumprir sua missão histórica revolucionária⁵⁶, e num conjunto de estratégias específicas que conduziam a luta sindical para um conteúdo eminentemente político e macro-econômico, expresso fundamentalmente nas reformas de base e na luta antiimperialista. Não é sem razão que as greves do período assumiram uma conotação mais política do que econômica, alimentando ainda mais a crise do sistema. Segundo

⁵⁴ O caráter particular do populismo foi investigado por inúmeros cientistas sociais. Para uma investigação mais profunda sobre o assunto ver o trabalho de Weffort, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁵⁵ HUMPREY (1982), ao discutir o potencial de luta dos operários, adverte para o limite existente quanto à mudança no sistema de organização do trabalho, em virtude da incorporação das massas trabalhadoras e da dificuldade de medir os ganhos para um lado e para outro.

⁵⁶ Neste caso, o advento da Revolução brasileira (Revolução Burguesa).

Delgado (1986), “a greve transforma-se na arma mais usada pelos trabalhadores do período para atingir seus objetivos de transformação social” (DELGADO, 1986, p. 20). O impacto imediato desse tipo de política foi o de tensionar ao máximo o já frágil arranjo de forças, conduzindo ao ocaso do populismo⁵⁷.

A agudização da crise levou os setores descontentes a arregimentar forças com o apoio de setores das forças armadas. O golpe de março de 1964 foi o ápice de um processo que se iniciara muito antes e que encontrava, naquelas circunstâncias, as condições de sucesso. Ele representava o fim de um ciclo ou, como observa Humphrey (1982), a passagem do Estado “distributivista” para o Estado “produtivista”. Ao lado dessa mudança no padrão de desenvolvimento capitalista, ampliava-se o aspecto político do controle do Estado sobre os trabalhadores e, em especial, dos seus órgãos de representação de classe, os sindicatos. Convém lembrar que o compromisso do novo regime era o de restaurar a ordem política e econômica, sendo assim “junto com a repressão da classe trabalhadora e dos sindicatos, e as mudanças na lei de estabilidade de emprego, a política salarial⁵⁸ foi um traço permanente de uma nova situação para a classe operária, depois do golpe” (HUMPHREY, 1982, p. 42). Os instrumentos de controle foram sendo gestados no próprio processo de solidificação dos golpistas no poder⁵⁹. Ao lado da repressão, outros instrumentos foram adotados, como o endurecimento das leis existentes, a continuidade da estrutura sindical herdada, corrigida pela retirada dos espaços existentes de interlocução dentro do aparelho de Estado e, se não bastasse, a política salarial com a qual o governo pretendia controlar aquilo que considerava como caso econômico. A incorporação dos sindicatos ao Estado agora não tinha nenhuma contrapartida. Para eles, o cenário poderia ser resumido da seguinte forma:

Depois do golpe, os sindicatos foram estimulados a recuar para os serviços assistenciais, e as lideranças de muitos deles se tornaram ainda mais distantes da base [...] Portanto, o sindicato achou necessário formar uma organização nas fábricas, que pudesse se tornar sua espinha dorsal [...] O clima geral de medo e repressão impediam os operários de participar ativamente por questões sindicais, e os militantes poderiam ser facilmente mandados embora. (HUMPHREY, 1982, p. 138).

⁵⁷ Para uma visão inovadora dos momentos finais do populismo com a crise política do governo João Goulart ver análise de FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** alternativas democráticas à crise política. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁵⁸ Macedo (1986), ao investigar o pós-64, chama a atenção para a “limpa” produzida nos sindicatos e o rearranjo produzido pela nova ordem política. O autor vê nas reivindicações econômicas, em virtude da implantação em 1965 da política salarial do regime, um possível elemento tensionador.

⁵⁹ Não se pode esquecer o caráter heterogêneo da nova elite política. Dentre os militares, havia grupos moderados e grupos linha-dura, cada qual expressando opções e ideologias distintas. Não se tratava de forma alguma de um grupo homogêneo, sendo conhecidos os inúmeros “rachas” intra-poder.

Para Helena Hirata (1989), o pós-1964 liquidou a prática sindical combativa, produzindo um novo tipo de controle do Estado sobre essas organizações. A autora ainda destaca a fraca consciência de classe como um dos fatores que poderia explicar a irrupção do novo regime e a irresistibilidade de sua ação contra o movimento sindical. Quanto às novas modalidades de luta e à construção de novas estratégias, Hirata (1989) chama a atenção para a mudança no uso das greves⁶⁰, bem como as estratégias mais voltadas para o local de trabalho, além de apontar para a compressão salarial como fator importante para entender os futuros acontecimentos.

Além dessas questões, outra merece destaque: a burocratização das esferas estatais, tornando-as, entre outras coisas, impermeáveis às temáticas políticas⁶¹. Ao lado disso, o modelo econômico impôs um forte controle sobre os trabalhadores como forma de resolver as questões trabalhistas (HUMPHREY, 1982, p.115). Diante desse quadro, as oportunidades políticas encontravam-se bastante limitadas, empurrando a luta para o interior das fábricas. Isso produziu novos tipos de estratégias e novos tipos de identidade, porém não foi uma tarefa simples, se considerados o controle sobre os sindicatos, o isolamento das bases e, como se isso não bastasse, a atuação das lideranças “pelegas”.

Um momento importante foi o ano de 1968, não só por ter representado do ponto de vista político o endurecimento do regime, através do Ato Institucional nº 5, como também pela força demonstrada pelo movimento sindical nas greves de Osasco (SP) e Contagem (MG). A importância dessas greves reside nas diferenças significativas que elas apresentaram, em termos de organização e mobilização, para o período anterior, e também por colocar em evidência outros tipos de militância⁶². A descrição dessas características nos é fornecida por Helena Hirata (1989): “ocupação de fábrica, auto-gestão, seqüestro dos chefes, dirigidas por “comitê de greve” ou “comando de greve”, piquetes de auto-defesa, comissões eleitas, organização de grupos de trabalho (mobilização, ocupação, etc)” (HIRATA, 1989, p. 95). Essas diferenças são notáveis, e não obstante, refletem as possíveis estratégias num quadro político de exceção. Tanto a luta, quanto às estratégias visavam um objetivo aparentemente econômico, o de responder ao arrocho salarial praticado pelo governo. Isso

⁶⁰ A lei 4.330, promulgada pelo Regime, subtrai aos trabalhadores o direito de greve, levando-os ao amordaçamento, segundo a maioria dos que discorrem sobre seus efeitos.

⁶¹ Quanto a isso, a interpretação dos anéis burocráticos de Fernando Henrique Cardoso fornece um valioso subsídio.

⁶² Ao lado dos comunistas, que perderam muito espaço em virtude das novas condições políticas, e dos trabalhistas, que fora do sistema populista não encontravam espaço para a prática política e sindical com a qual estavam habituados, e dos “pelegos”, que, embora consolidassem verdadeiras máquinas eleitorais dentro de sindicatos com apoio do regime, não contavam com representatividade, agora emergiam setores ligados a Igreja. A própria existência da Oposição Sindical e uma pauta bem definida de luta, além de militantes forjados nas lutas no interior das próprias fábricas, demonstram a maior heterogeneidade no movimento. O encontro dessas gerações, no espaço de luta sindical, representará o fluxo de idéias e a luta pela consolidação de uma identidade paralela e concorrente, tanto em relação às práticas sindicais do passado quanto às colaboracionistas do presente.

implicava numa luta eminentemente política, já que significava “atacar frontalmente os próprios alicerces da política econômica da ditadura militar, sua política de compressão salarial (arrocho)” (Idem, p. 95). O que permaneceu, ao lado da brutal repressão do regime, foi a postura de um sindicato menos verticalizado, menos burocratizado e que reconquistara a confiança das bases sindicais. Uma das críticas feitas é a do impacto limitado dessas greves, já que não representaram um desafio direto às forças de segurança (SKIDMORE, 1988, p.397). Essa crítica deve, entretanto, ser relativizada, pois as greves permitiram a união de segmentos da sociedade civil até então obscurecidos pela repressão.

O ano de 1973 é apontado por Macedo (1986) como o começo de uma nova etapa para o movimento sindical, pois foi neste ano que a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo reivindicou ao Presidente Médici o direito a:

autonomia sindical total diante do Ministério do Trabalho; o direito de negociar livre e diretamente com os patrões; o direito de estabelecer comitês de fábrica criando um sistema legalmente reconhecido de comissários de fábrica e drásticas alterações na política salarial oficial, no sentido de garantir uma parcela maior de ganhos realizados pela economia, cujo produto tinha quase triplicado desde 1964. (MACEDO, 1986, p. 25).

Diante dessas reivindicações, é possível verificar a crescente mobilização, a desconfiança tanto para com a política, como para com o Estado, o conflito aberto contra aqueles que eram taxados de “inimigos” do movimento sindical, além do surgimento de novas lideranças sindicais (Idem, p.25). Esses elementos, no entanto, não ocorreram no vazio. O contexto político autoritário, os bons índices do “milagre” e a ação enérgica do governo Médici, no qual “a repressão atingiu especialmente os grupos que tentavam organizar as classes trabalhadoras” (SKIDMORE, 1988, p. 354), representaram constrangimentos de peso à ação sindical. O caráter subterrâneo das estratégias levou muitos cientistas sociais a verem no pré-1978 um grande vazio. Um dos motivos para isso foi o fato de que era necessário para as novas lideranças sindicais construir uma nova tradição como forma de solidificar as novas identidades, produzindo a idéia de ruptura, num processo de muitas continuidades históricas.

Com o ocaso do modelo econômico e o aprofundamento da crise política, outros elementos passaram a integrar o cenário, abrindo espaço para a construção de uma pauta para a luta sindical. Convém lembrar que, em 1976, o Presidente Geisel nomeou uma comissão para atualizar a CLT. Isso era um sinal de que os problemas trabalhistas já não se encontravam jogados numa espécie de “limbo” pelo regime. A própria orientação para uma abertura política já era um componente de peso

nas estratégias sindicais e, porque não dizer, no imaginário dos trabalhadores e dos seus órgãos de representação.

1.2 Revisão bibliográfica do Processo de Transição Democrática (1974 – 1984): A Estrutura de Oportunidades

A importância de investigar o que foi escrito sobre a transição deve-se ao fato de que a irrupção de novos atores coletivos no país foi possível dentro de um contexto particular. Ao relacionar os eventos e os modelos explicativos, é possível compreender não só as suas limitações, como também a estrutura de oportunidades que se encontrava aberta para essa irrupção.

A literatura produzida sobre o processo de transição no Brasil ou abordou o tema a partir da análise das questões macro-estruturais ou de análises que buscavam resgatar as ações intencionais dos atores, reconstituindo as suas estratégias.

Dentre as interpretações que pretenderam dar conta do processo de democratização num panorama mais amplo, temos Wanderlei Guilherme dos Santos (1981). Em **A Pós-‘Revolução’**, o autor aponta as diferenças marcantes entre a sociedade que assistiu ao golpe de 1964 e aquela que, vinte anos após, reencontrava-se com a democracia. Ele ainda argumenta que, mesmo havendo a tendência de encararmos como iguais os dois momentos históricos, eles de fato não o são e, ao observarmos os índices que aludem a um e a outro, fica visível essa diferença. O autor pretende, dessa forma, ir além das aparências e revelar um Brasil que havia mudado muito no hiato destes vinte anos,⁶³ após se reencontrar com a democracia. Não só o Produto Interno Bruto do país havia se multiplicado, como também todos os índices sob os quais se assentava a sociedade brasileira haviam se alterado substancialmente. O Brasil do pós-autoritarismo é um país que “cresceu, urbanizou-se, industrializou-se, capitalizou-se, reprivatizou-se, reestruturou-se ocupacionalmente, educou-se, reordenou-se e tornou-se extraordinariamente mais complexo” (SANTOS, 1981, p.233). Mudanças estruturais haviam tornado a sociedade muito diferente daquela vista nos anos sessenta. Essas mudanças, advindas do surto desenvolvimentista no país, são percebidas sem dificuldade nos indicadores, que também apontam para transformações no setor agrícola.⁶⁴

⁶³ Uma visão de época bastante interessante encontra-se na revista **Veja** de 4 de abril de 1984, nº 813, onde o assunto principal é o lapso de vinte anos entre o golpe e aquele momento e a noção de que parecia que o quadro de crise se repetia só agora como prenúncio de que o regime estava chegando ao fim.

⁶⁴ A penetração de capital no campo gradativamente alterou a estrutura da agricultura tradicional.

Fica explícita a nova conformação da sociedade brasileira, com índices demonstrando uma queda expressiva na população rural em favor da urbana⁶⁵. Questões como essas são pertinentes para compreender, entre outras coisas, o tema da reestruturação ocupacional no país, dadas as próprias transformações na estrutura produtiva. Quanto à industrialização, o autor menciona, após breve introdução, o esforço brutal ocorrido entre os anos de 1940 e 1980, quando houve uma tendência marcante e crescente de redução da participação no setor primário em favor do setor terciário, ao que se acrescentam fatores como a diversificação do parque industrial (SANTOS, 1981, p.243). Outra constatação importante do autor é a de que ocorreu uma mudança veloz na estrutura do emprego, que produziu na sociedade uma rápida capitalização nas relações de trabalho. Tal perspectiva não se limitou ao campo e à indústria, indo muito além, avançando sobre as classes médias. A reordenação trouxe consigo um “acelerado processo de mobilidade social no qual indivíduos transitam da área rural para a urbana e nesta distribuem-se, embora desigualmente, por todas as categorias ocupacionais existentes” (SANTOS, 1981, p. 254).

Interessa investigar como Wanderley Guilherme dos Santos (1981) percebe a questão do sindicalismo dentro do cenário que com propriedade conseguiu mapear⁶⁶. O autor apresenta de forma breve a organização dos empresários e a modernização comportamental dos trabalhadores, visível pelo número de greves⁶⁷. Ele também destaca o surgimento de um novo tipo de liderança sindical, ressaltando a ampliação do leque de demandas cujos objetivos iam além de questões meramente salariais, tais como melhores condições de trabalho e aumento do poder sindical (SANTOS, 1981, p.284). Embora aqui interesse o caso do sindicalismo urbano, do qual emergiu o “novo” sindicalismo do ABC paulista, não podemos deixar de citar as notas do autor quanto ao desenvolvimento de um campesinato organizado sindicalmente⁶⁸ e quanto à evolução considerável da sindicalização dos profissionais liberais.

Índices como os de educação, concentração de riqueza e pobreza serviram para explicitar o que de mutável e o que de imutável se apresentou nestas duas décadas. Os números são realmente importantes para compreendermos a sociedade que estava às portas da redemocratização. Desta forma, Wanderley Guilherme dos Santos (1981) colabora para a compreensão de que a teoria da transição seria bastante limitada se não levasse em conta os fatores de ordem macro-sociológica.

Para o autor, o empresariado, o operariado, os trabalhadores rurais e a complexa classe média eram, em certa medida, a cristalização social deste interlúdio de tempo e sob eles estava o peso das

⁶⁵ No decorrer da década de 1960 e 1970, veremos o país ingressar no rol das nações de população majoritariamente urbana

⁶⁶ O autor faz uso de um número muito grande de dados e gráficos que possibilitaram à narrativa uma base empírica rica.

⁶⁷ O quadro apresentado na pág. 282 de **A pós-“Revolução” brasileira** demonstra a variação e amplitude das greves no período dos anos 1978-1981.

⁶⁸ Esta avaliação do autor antecipava a entrada em cena do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

modificações que estavam ocorrendo. A maior mobilidade social e, por extensão, o fim daquilo que Wanderley denominou de cidadania regulada⁶⁹ colocou elementos até então desconhecidos dentro dessa atmosfera de mudanças. É interessante observar que o trabalho de Wanderley (1981) é a descrição da sociedade brasileira que ressurgiu nos anos 1980.

Ainda nessa perspectiva de análise, podemos falar de Samuel Huntington (1994), que direciona seu trabalho para a teoria da modernização, estabelecendo o desenvolvimento sócio-econômico como condição essencial para a democratização da sociedade.

Com a intenção de elaborar uma análise sociológica da transição, Brasília Sallum Jr. (1996) se debruça sobre a longevidade do processo e busca assim:

esboçar, parcialmente, as grandes linhas do processo em questão, sublinhando a conexão entre as mencionadas crises, analisando algumas das várias tentativas frustradas de ultrapassá-las e apontando a direção mais provável em que o processo de transição tende a ser superado pelas forças políticas nele engajadas. (SALLUM, 1996, p. 9).

Desta forma, Sallum (1996) concentra esforços para reconstruir o processo de transição, tomando como base as conexões significativas entre as várias esferas da sociedade. Além disso, o autor procura relacionar essas conexões com outros aspectos ou, como ele próprio sugere: “tentarei aqui captar também os efeitos das transformações econômicas e políticas internacionais sobre o processo de transição” (SALLUM, 1996, p. 9). A direção de tal análise aponta para a tentativa do autor de evitar cair num determinismo estrutural. Ainda que busque isso, o autor não deixa de sugerir que a crise que levou ao ocaso do regime militar é, em essência, a crise do próprio modelo desenvolvimentista sustentado pelo Estado empreendedor. Dentro desse cenário, as forças armadas, através do grupo encastelado no poder, procuraram saídas para essa crise, ao tentar recuperar sua autoridade perante a sociedade, pois isso ocorria justamente “num momento em que essa resistia cada vez mais a seus comandos e em que as circunstâncias internacionais eram inóspitas” (SALLUM, 1996, p. 161). Sallum (1996), da mesma forma que fora feito por Wanderley Guilherme dos Santos, salienta o crescimento industrial, a urbanização e o crescimento das cidades, além da expansão de determinados setores ocupacionais, ressaltando que esse crescimento não afetou substancialmente a questão da distribuição de renda. Isso é apontado como fator de deslegitimação para o regime, na medida que a urbanização e os meios de comunicação tornaram evidentes a pauperização das camadas mais baixas⁷⁰.

⁶⁹ O valor desta cidadania estava no seu reconhecimento pelo Estado.

⁷⁰ Como o próprio autor argumenta, a base de legitimação do regime sempre se assentou sobre a eficiência econômica. A própria derrota eleitoral de 1974 seria explicada dentro dessa perspectiva.

Para Sallum (1996), a incapacidade gerencial do Estado autoritário encontrava-se mais expressa nas sucessivas derrotas eleitorais do que no surgimento de um combativo movimento sindical na região do ABC paulista, que claramente contrastava com o modelo regulado pelo Estado desenvolvimentista. Na análise de Sallum (1996), o movimento sindical, assim como os outros movimentos sociais do período, é um fator de menor relevância para entender o ocaso do desenvolvimentismo e o colapso do próprio regime.

O autor, ao relacionar o movimento sindical com as transformações econômicas do país, ressalta o fato de que “as bandeiras desse ‘novo sindicalismo’ não eram só salariais, mas envolviam também exigências como direito de greve, livre negociação de contratos de coletivos de trabalho, liberdade sindical plena e fim da tutela do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos” (SALLUM, 1996, p.84). Aponta, entretanto, para o fato de que esse movimento ascensional reduziu-se, a partir de 1980, até o fim do regime militar. A explicação disso, para o autor, parece residir na crise do Estado desenvolvimentista⁷¹. O aparente recuo, no entanto, não significou o desaparecimento, e sim o avanço para um novo patamar, politicamente mais importante, já que culminaria, entre outras coisas, na fundação de um partido de esquerda não-comunista de base operária (SALLUM, 1996, p.85 – 86).

Sallum (1995), ao investigar o mesmo tema em “Transição Política e Crise de Estado”, situa como dificuldade para este tipo de análise sua limitação à esfera político-institucional. Tal postura implicou limitá-la à noção de regime político, o que se mostrou insuficiente para levar adiante a compreensão do tema, porquanto, como sugere o autor, a transição não pode ser entendida apenas através da mudança de regime, mas da mudança do tipo de Estado. Esse seria para Sallum (1995) o cerne da questão. O autor ainda esboça uma crítica às análises de O’Donnell e Schmitter, por estes terem ficado circunscritos à liberalização e à democratização, deixando de lado a noção central de Estado. A fim de solucionar essa carência, Sallum esboça uma noção de Estado com a qual a Ciência Política deveria ocupar-se. Para ele faz-se necessário “um conceito de Estado que vincule as desigualdades de poder com a estrutura social e suas bases materiais” (1995, p.139). Sem uma concepção de Estado que possibilite relacionar aspectos da própria natureza interna do modelo de desenvolvimento com os aspectos políticos, o que temos são interpretações nas quais:

As passagens de uma para outra forma são explicadas pela intervenção de atores, individuais e coletivos, cuja inserção socioeconômica não parece relevante para a caracterização do seu peso político ou para a determinação da direção de sua intervenção no processo. (SALLUM, 1995, p.139)

⁷¹ Costuma-se atribuir esse comportamento ao arrocho salarial e ao temor pelo desemprego.

A contribuição de Sallum (1995) se afirma com a introdução teórica do componente Estado na análise. Com ele, o autor chama a atenção para o fato de que havia uma distância entre a transição pensada e a executada ou, em outras palavras, a transição acabou sendo superada pelo próprio processo que ela desencadeou. Este processo esteve permanentemente sujeito – como propôs Lamounier (1985) – à experimentação. Seu objetivo, para o regime, era o de institucionalizar o próprio regime. Alguns fatos, entretanto, tornaram essa intenção sem o reflexo esperado. O primeiro deles foi a perda do respaldo eleitoral, e o segundo foi o fato de a oposição não ter aderido a este projeto, preferindo a distensão, que forçaria a mudança de regime. As mudanças na legislação foram a indicação clara do crescente esgotamento desse projeto intra-regime de institucionalização⁷².

Por tudo isso, para Sallum (1995), “o processo de democratização ocorrido a partir de fins de 1982 tem como componente explicativo essencial às rupturas ocorridas na esfera do Estado” (1995, p.148). A crise do Estado⁷³ seria fator nuclear na explicação para as mudanças políticas no país. Esta crise estaria diretamente relacionada a três processos concomitantes: a crise do regime militar, a instabilidade econômica experimentada nos anos 1980–1990 – acrescentaríamos, ainda, a segunda metade dos anos 1970 – e, antes de qualquer coisa, a crise do sistema capitalista internacional no pós- 1973. Um outro componente explicativo seria o surgimento de uma gama expressiva de atores sociais coletivos. Somando-se este fato à maior liberalização política em curso, o que tivemos foi a “a complexidade cada vez maior da sociedade que restringiu a capacidade do Estado controlá-la” (SALLUM, 1995, p.155). Ao comentar o movimento sindical e o ciclo grevista iniciado em 1978, o autor salienta como seu diferencial a autonomização desse movimento, ao fugir da tutela estatal e o seu efeito de demonstração para o conjunto da sociedade brasileira.

Antes mesmo de Sallum, José Serra (1982) rechaça teses como as da inevitabilidade de se ter regimes autoritários como exigência do capitalismo numa etapa internacional. Serra (1982) ainda critica aquilo que denomina “desventuras do economicismo” e expõe o que considera equivocado acerca do binômio autoritarismo e desenvolvimento⁷⁴. Ao fazê-lo, ele descortina a pouca ou nenhuma relação entre um e outro. Dessa forma, também as idéias de Sallum podem ser postas à

⁷² O “Pacote de Novembro” de 1981 concedendo privilégios ao Partido do governo, o PDS, e forçando uma situação que já parecia superada, de colocar de um lado os pró-governistas e do outro a oposição, dá uma idéia da “contingência” das ações dos orquestradores do Regime e/ou das dissensões no seio militar, pois a queda do articulador do processo, Gal Golbery, dá uma medida da natureza desses conflitos.

⁷³ Para Sallum (1995), a crise que começa durante o regime militar e se agudiza no processo de transição conduzia à disputa por um outro tipo de Estado. A luta pela edificação de um novo aparelho jurídico-político passou pelo conflito quanto ao federalismo (luta pelos recursos entre as esferas, com autonomização crescente do legislativo e dos executivos estaduais) e, também, por concepções desse Estado ideal. Para isso, observar no mesmo artigo o conflito entre os defensores do neoliberalismo e os defensores do modelo nacional-desenvolvimentista.

⁷⁴ Serra não busca negar a existência de correlação entre as variáveis autoritarismo e desenvolvimento, o que procura sim é romper com o economicismo determinista.

prova, uma vez que este articula a corrosão do regime à decadência do modelo desenvolvimentista de capitalismo autônomo.

Se o autoritarismo não é condição *sine qua non* para o desenvolvimento, como procura demonstrar Serra (1982), não faz sentido aludir a uma crise de legitimidade do regime como resposta ao esgotamento do modelo econômico. Ao assim procedermos, estaríamos reduzindo a problemática a uma explicação determinista que, entre outras coisas, secundarizaria elementos como a mobilização popular ou as ações oriundas do movimento sindical.

Analisando ainda a relação entre desenvolvimento e autoritarismo, Fernando Henrique Cardoso (1973)⁷⁵ argumenta que a vinculação entre ambos não é direta. De fato, Cardoso (1973) está preocupado em analisar o modelo político que se esboçou ao longo dos primeiros governos militares e também compreender as raízes desse movimento, suas mudanças e as articulações entre as diversas forças em disputa. O autor argumenta, entre outras coisas, que o “golpe de 64 acabou por ter conseqüências ‘revolucionárias’, no plano econômico” (CARDOSO, 1973, p. 53). À ordenação política e econômica, fundamentada na coação e no desenvolvimento como suportes de controle político e legitimação, seguiu-se um movimento gradativo e, até certo ponto, previsível de ganho de prestígio por parte de alguns setores e perda de outros⁷⁶.

A nova orientação econômica – encerrada a etapa de substituição de importações, e incompleta a de substituição de capitais – era a da inserção dependente no capitalismo internacional. Para Cardoso (1973), se por um lado não havia determinismo no fato de instalar-se um regime autoritário que aprofundaria esse processo de entrada no capitalismo internacional, por outro, inexoravelmente, coube ao regime pós-1964 levá-lo adiante. A sociedade civil deixava de ter para ele um papel decisório ou até mesmo regulador das relações sociais em detrimento de um Estado autoritário. Daí depreendemos que o autor via os movimentos populares como cerceados ao limite ou absolutamente desestruturados⁷⁷.

O movimento de forças que levou a essa configuração limitou o leque de opções dos diversos atores sociais, inclusive da burguesia. Não bastasse isso:

o sistema de partidos ficou à margem do sistema de decisões e as formas de organização e pressão política da classe média e da burguesia, que nunca foram sólidas, passaram a depender de contatos e alianças com os grupos militares e tecnocráticos que ocupavam o Estado. (CARDOSO, 1973, p. 55).

Com um cenário desses de pano de fundo, quais as saídas a serem tomadas pelos setores deliberadamente aliados num momento de redefinição dos marcos econômicos do país?

⁷⁵ Foi apresentado em seminário na Universidade de Yale em 23/4/1971.

⁷⁶ Esta perda de prestígio atingiu, em especial, os setores ligados à economia agrária tradicional.

⁷⁷ Convém lembrar que essa análise de Cardoso foi escrita no ápice do terror da ditadura militar.

Para Cardoso (1973), as possibilidades de mudança estavam dentro do próprio regime, embora ele insistisse que essas mudanças não necessariamente conduziram a um processo de transição democrática. Principalmente uma transição que significasse abertura de participação aos setores populares e suas entidades representativas. Quando muito, ela serviria para ampliar a participação da burguesia e das classes médias. Por fim, Cardoso (1973) sustenta que:

o desenvolvimento econômico mobilizou socialmente a ‘massa’, mas não preencheu o vazio histórico de uma sociedade e uma cultura que jamais lograram organizar esta massa, educa-la, torna-la capaz, enfim, de reivindicar tanto pão, como liberdades (CARDOSO, 1973, p. 82).

O autor investigou com maior profundidade o caminho trilhado no rumo da redemocratização em outras obras, como, por exemplo, em **A Construção da democracia**. Nesta obra ele analisou questões como a legitimidade do Estado burocrático–autoritário, o papel de atores como o empresariado, o poder do Estado e a formação dos anéis burocráticos. Para ele, a identidade do Estado autoritário estava fundada sobre a aliança entre os vários grupos constitutivos da burocracia, quer fosse ela civil ou militar e empresariado nacional e estrangeiro, além das classes médias, que foram de alguma forma os maiores fiadores do regime. Por sua vez, os movimentos populares haviam sido desarticulados ao longo do processo. Quanto às estratégias de abertura política, Cardoso (1993) não acreditava na engenharia política dos estrategistas oficiais, e sim que a abertura política passava necessariamente pela luta social e política. O nó górdio estava na relação entre sociedade civil e Estado, considerando-se o crescimento dos movimentos populares; por isso, ele acredita que “este processo dependerá da presença mais ativas das lideranças baseadas em organizações sindicais, populares e partidárias mais consistentes” (CARDOSO, 1993, p. 232).

Na análise do sistema político brasileiro⁷⁸, Celso Lafer (1975) segue a mesma direção empreendida pelos autores até agora mencionados, ou seja, concentra-se na dimensão econômica e nos seus efeitos sobre o sistema político. Uma questão importante levantada por Lafer (1975) é o fato de que, enquanto “no sistema político brasileiro pós-1964 circular, com predominância estrutural, a moeda de coerção organizada (poder militar), calcada na auto-referibilidade de sua legitimidade, não haverá democratização” (LAFER, 1975, p.127).

No que diz respeito às interpretações voltadas para a análise intencional ou “orientada – para – o – ator”, elas enfatizam os aspectos iminentemente políticos presentes no processo, principalmente através da análise das estratégias pensadas e executadas pelos indivíduos ou grupos que se encontram ali inseridos. Esse tipo de análise falha, no entanto, ao focalizar unicamente os aspectos

⁷⁸ Em LAFER, Celso. **O Sistema Político brasileiro**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1975.

que se situam no raio de ação dos “diversos tipos de elites” empenhadas e/ou interessadas em participar no curso dos acontecimentos. Tal crítica foi bem elaborada por José Álvaro Moisés (1995) em “Os brasileiros e a democracia”, em que ele situa os primeiros tipos de trabalhos sobre a redemocratização como basicamente concentrados na “reflexão sobre o efeito das ‘incertezas’ nas situações de ‘interação estratégica’” (MOISÉS, 1995, p. 24).

Para Moisés (1995), tal tipo de análise estaria demasiado concentrada na ação das elites políticas, colocando, desta forma, de maneira particularmente relevante as categorias maquiavélicas de *fortuna* e de *virtù* como apropriadas para examinarem-se as situações de incerteza, uma vez que elas se referem ao:

alto grau de indeterminação envolvido em situações em que acontecimentos inesperados (*fortuna*), informação insuficiente, escolhas apressadas e audaciosas, confusão a respeito de motivos e interesses, plasticidade e, mesmo, indefinição de identidades políticas, assim como os talentos de indivíduos específicos (*virtù*), são, freqüentemente, decisivos na determinação dos resultados”. Nessa situação, “os cálculos de curto prazo[...] não podem ser ‘deduzidos’ das estruturas. (O’DONNEL & SCHMITER apud MOISÉS, Op. Citada p. 26).

Ao dar peso à tradição política, o autor identifica um outro problema em nada desprezível neste tipo de modalidade analítica – o fato de que:

ela é insuficiente para prever a sobrevivência de comportamentos de mais longa duração que, menos “incertos” e atuando sob efeitos de fatores mais duradouros, também influenciam a escolha dos atores nas transições e, algumas vezes, até resultam em deformações do princípio democrático. (MOISÉS, 1995, p. 26-27).

Em seu artigo, publicado em **Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80**, o autor observa que a greve foi o ponto de ruptura com o esquema de abertura controlada, ao gerar um forte impacto sobre a sociedade. Através dela, os metalúrgicos do ABC paulista conseguiram transcender “o terreno estrito das funções sindicais e, mesmo, os seus interesses mais imediatos, colocando na ordem do dia a reivindicação de direitos sociais e políticos que abarcam um conjunto bastante mais amplo das classes populares brasileiras” (MOISÉS, 1982a, p. 23).

O trabalho de Velasco e Cruz e Martins (1984) toma como ângulo de reflexão as características *sui generis* do regime autoritário no Brasil⁷⁹. Os autores fornecem uma importante contribuição, ao comentar o fato de que os momentos de intensificação autoritária não estão

⁷⁹ O autor segue na mesma linha de Juan Linz e Fernando Henrique Cardoso, ao considerar que no Brasil não houve regime autoritário, e sim uma “situação” autoritária, pois o regime não possuía características personalistas, e além disso, preservou a fachada liberal através da manutenção de um calendário eleitoral.

diretamente conectados ao golpe de 1964; são, antes disso, o resultado do pragmatismo do movimento que levou os militares ao poder e que, a todo instante, modificava-se para continuar operando⁸⁰. Os militares, enquanto grupo heterogêneo, buscaram de todas as formas possíveis responder ao dilema maquiavélico de manutenção do poder. As Forças Armadas seriam o “Príncipe” fundador de um novo Estado, em contraposição àquele erigido sobre bases populistas. Diante dessa realidade, a sociedade civil deixou gradativamente a cena do jogo, cedendo espaço a outros atores que exerceram sem contestação⁸¹ as funções de Estado.

Por uma questão de método, ou simplesmente de entendimento do que foi relevante para a análise do tema, Velasco e Cruz e Martins (1984) articulam os fatores políticos em sua análise, demonstrando como o regime se transfigurava de época para época. Eles observaram a maneira como o regime retraía-se em determinados momentos para em outros voltar a endurecer, como resultado da necessidade de sufocar a sociedade civil e pôr fim ao período populista e de enfraquecer a sociedade política. Um enfraquecimento parcial, pois para os militares a volta ao jogo político era condição vital para sua própria existência no seio do Estado.

Adam Przeworski (1994), em “Democracia e Mercado”, analisa a transição através da multiplicidade de estratégias que conduziram à possibilidade de liberalização ou democratização. Para ele, “as liberalizações ou retrocedem, conduzindo aos tempos sinistros eufemisticamente chamados de normalização, ou prosseguem até à democratização” (PRZEWORSKI, 1994, p. 89). A análise de Przeworski é bastante esquemática e visa cobrir o leque de opções dadas pelo confronto entre os grupos envolvidos em cada momento específico da transição. O autor acentua o peso da mobilização popular, permitindo ver nela o condutor que “dita o ritmo da transformação, pois obriga o regime a decidir se vai escolher reprimir, cooptar ou entregar o poder” (PRZEWORSKI, 1994, p. 85). Ao afirmar a autonomia das Forças Armadas e a indeterminação implícita da democracia, bem como sua capacidade de lidar com os conflitos, Przeworski (1994) não faz outra coisa senão demonstrar as (in)determinações presentes no processo de transição democrática. Outra contribuição importante do autor é perceber que o processo de liberalização “é consequência de uma interação entre dissensões internas ao regime autoritário e a organização autônoma da sociedade civil” (1994, p.85). Essa organização autônoma da sociedade civil permitiu aos grupos que buscavam a liberalização perceberem a viabilidade de alianças que lhes favoreceriam na correlação de forças⁸².

⁸⁰ Exemplo disso são os Atos Institucionais, que apareceram como capacidade de transformação do regime quando confrontado com conjunturas políticas desfavoráveis.

⁸¹ Observar, para isso, os trabalhos de KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

⁸² Se, como sugere o autor, “a mobilização popular e as dissensões no interior do regime alimentam-se mutuamente”. (op.citada. p. 85)

Na esteira do mesmo tipo de interpretação, encontra-se a clássica análise de O'Donnell e Schmitter (1988) sobre as transições políticas. Eles concluem que o tipo de pactuação e de estratégias desenvolvidas ao longo do processo acabam condicionando o tipo de regime posteriormente implantado⁸³. A essa conclusão, poderíamos opor questões como tradições, peso de uma cultura política ou, ainda, os resultados práticos da contestação política. Seria ingenuidade, contudo, prescrever essa fórmula com o intuito de minar as bases do trabalho dos autores, posto que a dificuldade de mensurar o peso de tradições ou da cultura política não é tarefa das mais fáceis e, ainda, porque ciclos de mobilização não implicam necessariamente em mudanças de regime.

O questionamento final a ser feito a toda essa literatura é quanto ao papel residual ou inexistente conferido aos movimentos sociais no processo de transição. Sob as análises estruturalistas, sua ação tornou-se caudatária; sob as análises “orientadas – para – o – autor” desapareciam ou, como sintetizam Velasco e Cruz e Martins (1984), ao referirem-se às análises que adotam essa perspectiva:

enquanto muitas análises da transição e da consolidação democráticas se concentraram, como assinalaram alguns críticos, quase que exclusivamente no papel das elites políticas, excluindo até referências à influência sobre decisões políticas derivadas da pressão dos públicos de massa, elas acabaram por exagerar ainda mais o grau de autonomia atribuído aos atores “relevantes” nas escolhas dos regimes políticos. (VELASCO e CRUZ & MARTINS, 1984, p. 30).

Esse é justamente o nó górdio a ser desatado, e que a literatura explora num ou noutro dos extremos. De que forma entender o impacto dos “novos” movimentos sociais naquele contexto? Como compreender a lógica de suas estratégias na abertura política? Como perceber sua influência nas ações tanto do empresariado quanto do governo, atentando, por exemplo, para os constrangimentos que gerava e que, por extensão, limitava ou ampliava sua margem de “lucro”?

1.3 Revisão bibliográfica sobre os “novos” movimentos sociais e o “novo” sindicalismo na transição: o ator coletivo

O recurso a uma extensa análise bibliográfica justifica-se pelo fato de que a explicação tanto da gestação desses atores coletivos, como do seu visível refluxo no final dos anos 1980, necessita de uma retomada do que já foi escrito até aqui, a fim de cruzar com os novos materiais e fontes trazidas à luz para esse trabalho.

⁸³ Para eles, teríamos regimes conservadores.

Antes de qualquer digressão sobre o impacto dos chamados “novos” movimentos sociais na transição, é importante observar uma demarcação conceitual para esses novos atores. Jeffrey Alexander (1998) conceitua o termo “movimentos sociais” como dizendo respeito:

aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo frequentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais. (ALEXANDER, 1998, p.5)

Uma característica importante a salientar dos movimentos sociais⁸⁴ é que, embora estejam constituídos por grupos particulares, eles buscam no limite representar o conjunto da sociedade⁸⁵ ou, como define Alexander (1989), buscam “(a) ‘representar’ a sociedade como um todo” ou “(b) falar diretamente à ‘sociedade’ em nome de um interesse particular...” (ALEXANDER, 1989, p.25). Outro dado importante a salientar é que a emergência desse tipo de ator não se dá pela simples posse de determinados problemas previamente existentes que sirvam como escopo para as lutas a serem travadas. Antes disso, eles devem ser entendidos como: “respostas à possibilidade de construir ‘problemas’ convincentes nesta ou naquela esfera, e de transmitir essa ‘realidade’ ao conjunto da sociedade” (ALEXANDER, 1989, p.25).

Um dos elementos importantes nesse modelo é a forma como se constitui esse ator coletivo. Essa origem deve ser buscada nos encadeamentos entre os três eixos que norteiam o sistema multipolar da ação de um ator coletivo, isto é, os fins, os meios e o ambiente (MELLUCCI, 2001). É fundamental compreender não só a ação visível dos movimentos sociais, mas sobretudo os fatores facilitadores da irrupção de ações concretas, seus meandros ou, ainda, seus aspectos subterrâneos, considerando-se evidentemente que, “ao emergir de ações concretas, contribuem fatores facilitadores de tipo conjuntural (como, por exemplo, a estrutura das oportunidades políticas, a existência de empreendedores, o grau de equilíbrio ou de crise do ambiente etc.)” (MELLUCCI, 2001, p. 47).

Esses facilitadores de tipo conjuntural podem ser apreendidos ao se estabelecer um nexo entre o processo de redemocratização e a verdadeira erupção social, provocada pelo aparecimento de um grande número de atores coletivos que, até então, encontravam-se ausentes.

⁸⁴ Trata-se, como vemos, de um conceito pouco operacional, embora amplamente utilizado na literatura voltada para a compreensão do fenômeno. Essa conceituação, embora guarde suas virtudes, traz consigo diversas limitações analíticas. A fim de ampliar as possibilidades de análise, Melluci (1989, 2001) tenderá a operar com o conceito de campo de movimentos.

⁸⁵ Sem dúvida, a discussão sobre se as reivindicações dos movimentos sociais são particularistas ou universalistas é bastante polêmica e não se esgota nesta breve revisão.

A fim de compreender o cenário para tal irrupção, devemos nos ater às características diferenciadas dos anos 1970. Quanto a isso, Telles (1994b), ao investigar esse período, enquanto campo para experiências, práticas e espaços políticos, chama a atenção para uma reavaliação de tudo aquilo que foi pensado à época do aparecimento desses atores coletivos. Observa a autora o quanto a agenda propositiva dos novos movimentos deixou lugar para a retomada dos elementos do passado, que no auge do seu aparecimento eram tomados como referência negativa. Ao estabelecer um eixo temporal dicotômico, a autora permite não só avaliar as limitações intrínsecas desses atores, como também contrapor, à luz de outro tempo, reflexões menos militantes sobre os acontecimentos do período. É a própria autora quem define que:

No debate político e intelectual da época, esses movimentos eram percebidos como algo carregado de virtualidades. Num tempo que trazia as marcas da violência política, do arbítrio, do controle sobre sindicatos, instituições e associações de classe, esses movimentos apareciam como agentes de uma transformação sentida como necessária. (TELLES, 1994b, p.217)

A crise de legitimidade do regime autoritário colocou novas questões, novos rumos, não só para os chamados “novos” movimentos sociais, como também para as reflexões teóricas que buscavam dar conta de sua análise. Nesse sentido, dois problemas são levantados pela autora. O primeiro alerta para o risco de tomar os dados do presente para explicar fatos ocorridos no passado; o outro atenta para o otimismo inato dos primeiros intérpretes, que acabaram seduzidos pelo objeto de pesquisa, reproduzindo algo que era concebido no imaginário dos próprios pesquisadores (TELLES, 1994b, p.218). Esses dois dados são fundamentais no trato de um objeto de análise tão complexo pelo impacto que ocasionou na dada conjuntura. Outra questão importante é quanto à construção de um espaço político e da dificuldade para que este não fosse absorvido pelo Estado. Por aí passa, para a autora, a explicação que visa dar conta das limitações desses movimentos.

Telles (1994) considera ainda que “os anos 70 não surgiram num vazio. Trazem as marcas dos acontecimentos de 1964 e 1968. Acontecimentos vividos sob o signo de uma ruptura” (TELLES, 1994b, p.223). Tal constatação, por mais óbvia que pareça, justifica-se pela visão de que, pelo menos até a segunda metade da década de 1970, existia um grande vazio. Fato este destituído de sentido e só explicável se considerarmos a antiga forma de representação dentro do esquema montado pelo modelo populista. A autora, ao enveredar pela análise do cotidiano desses atores, buscou compreender os mecanismos de construção dessas experiências, práticas e espaços de ação coletiva, alertando para o papel da Igreja Católica⁸⁶ e dos pequenos grupos formados nas comunidades locais, como uma espécie de “pré-história” desses novos atores. Para corroborar com

⁸⁶ O papel dos grupos operários católicos na articulação da luta no ABC não é nada desprezível. Ver anexo 1j.

isto, o autor usa como exemplo a movimentação operária e as greves de 1968, atendo-se ao papel da Igreja de organização nos bairros e, principalmente, para o trabalho de base. Segundo ela, “as condições da época impunham, é certo, o chamado trabalho de base como alternativa possível de ação e, para muitos, de sobrevivência política”. Esse trabalho teria sido imprescindível para o surgimento de um “novo” sindicalismo.

Para finalizar, é importante chamar a atenção para o que a autora define como “a construção do social como lugar de referência da ação política” (TELLES, 1994b, p.236). Tal fato não pode deixar de ser mencionado, sobretudo se considerarmos o divórcio existente entre o social e o político durante a ditadura militar. Obter visibilidade política sob aquelas condições só seria possível através da reinvenção do social como forma de desobstruir ou reconstruir canais políticos fechados por mais de uma década. Neste sentido, é importante a lembrança da autora ao referir-se às noções de organização, de participação e ação coletivas e concluir que:

era por meio delas que se construía uma representação da sociedade como algo questionável e modificável; que se nomeava os lugares da ação política- os bairros- como lugar por onde os moradores poderiam se constituir em força coletiva para a defesa de seus direitos. (TELLES, 1994, p. 241)

Ruth Cardoso (1983), ao fazer um “balanço crítico” a respeito dos movimentos sociais urbanos, consegue, num momento de diminuição tanto da capacidade de mobilização quanto da radicalização, desvelar alguns componentes importantes desses atores coletivos que merecem destaque. A primeira questão levantada pela autora foi a falta de um aporte teórico que desse conta da interpretação do que representava a emergência desses novos atores. O problema, para ela, residiria no fato de que “decretar o nascimento de novos atores políticos, portadores de uma força transformadora, sem que a análise demonstre concretamente a novidade de seu papel mediador entre a sociedade civil e o Estado, parece incompleto” (RUTH CARDOSO, 1983, p.219). De fato, como percebe a própria autora, a vanguarda do proletariado foi paulatinamente substituída pela vanguarda das classes populares, e a mobilização e a luta, antes de buscarem a emancipação dos trabalhadores, apareciam como “resposta ao autoritarismo e à incompetência dos governos” (Idem, p. 219). Ao identificar tal postura, a autora sentencia a necessidade de aprofundar a análise da relação não só desses movimentos com o Estado, mas do conjunto da chamada sociedade civil com este Estado em transformação. Nesse contexto, interessa sobremaneira a nova configuração do Estado – capitalista – e a forma como isso produzia tensões em outros aspectos da vida social.

Utilizando os modelos analíticos adotados na época, inclusive a teoria da modernidade, a autora refletiu sobre os problemas estruturais sofridos pelas classes populares, bem como a sua

busca pelo reconhecimento político, já que até então “A unidade desses demandantes [...] é dada pelo Estado, que é ao mesmo tempo inimigo e legitimador” (RUTH CARDOSO, 1983, p.221). Esta premissa é fundamental tanto para a análise da autora como para o trabalho aqui desenvolvido; pois, ao discutirmos o limite para a ação dos movimentos sociais, não podemos deixar de destacar que, se a identidade desses “novos” movimentos sociais foi forjada em sua contraposição ao Estado autoritário, também é verdade que, permanentemente, mantinham-se abertos canais de comunicação com as instâncias estatais. O que efetivamente passou a ocorrer, juntamente com a construção de discursos radicais, é a competição frente aos órgãos governamentais por recursos e por eficácia política. Duas constatações podem ser inferidas: primeiro, “a necessidade que tem o Estado, por mais autoritário que seja, de responder a esses movimentos” (RUTH CARDOSO, 1983, p.228); e segundo, que se o Estado expressou o papel de “inimigo” das causas populares, também garantiu o atendimento às reivindicações que levavam os movimentos sociais à fragmentação e separação. Sinteticamente, o que a autora procura “mostrar é que a autonomia ideológica dos movimentos não garante a possibilidade de intervenção na correlação de forças dos sistemas políticos dominantes. Sua ação reivindicativa, ainda que autêntica, é positiva, porém fragmentada e limitada pelo próprio aparelho do Estado” (RUTH CARDOSO, 1983, p.237).

Essa reação do Estado levou Ruth Cardoso (1983) a refletir para além da década de setenta⁸⁷ e perceber que aquilo que aparece como um retrocesso, na luta dos movimentos sociais nos anos 1980, não passou de uma mudança de forma quanto à participação traduzida pela institucionalização. O pessimismo dos analistas, que viam na menor visibilidade pública dos movimentos sociais um indicio de refluxo ou de término de uma era de intensa mobilização e agitação, seria desmentido pelos números. O que de fato estava ocorrendo era uma mudança estratégica do Estado, frente a estes novos atores coletivos. Para Ruth Cardoso, “a abertura de espaços de negociação entre a administração pública e grupos mobilizados está diretamente ligada ao processo de democratização política então em curso” (RUTH CARDOSO, 1995, p.195). A relação do Estado com esses atores é que se modificava e, independentemente da análise que façamos, se houve cooptação ou se houve uma entrada forçada no sistema político via reconhecimento, o que permanece é a possibilidade de mudanças socioculturais que coloquem em xeque a estruturação do poder no país. O período constituinte foi fértil para a produção de estratégias dentro de uma nova realidade. Diante desse quadro, algumas constatações são feitas pela autora, entre elas a de que novos canais entre a sociedade e o Estado se abriram, aumentando a

⁸⁷ CARDOSO, Ruth C. L. Mudança sociocultural e participação política nos anos 80: In: SOLA, Lourdes e PAULANI, Leda Maria (Org.). **Lições da década de 80**. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 193-200.

participação e criando novas formas de pressão, que podem ser tomadas como indicadores de democratização, pois:

O espaço da política se ampliou, legitimando a presença destes novos atores, que por sua vez, trazem para a arena política uma noção renovada de justiça social. Jogando nesta arena, precisam de uma constante confirmação de identidade, o que alimenta suas disputas com partidos, parlamentares ou burocracias. Os novos atores são, ao mesmo tempo, parte e resultante da ideologia política pós-68, que valoriza o espontaneísmo e a quebra dos sistemas estabelecidos e sua prática mantém em ação esta ideologia. (RUTH CARDOSO, 1995, p.197)

Com efeito, esta análise de Ruth Cardoso (1995) fornece excelente contribuição para compreender os caminhos trilhados pelos “novos” movimentos sociais⁸⁸ no final da década de 1970 e início da década de 1980, com o aprofundamento do processo de transição.

Quanto à relação entre a participação política e a da emergência desses novos atores coletivos, Doimo (1995) fornece uma base teórica importante. Para ela, também os “‘novos’ movimentos sociais representariam uma multiplicidade de novas formas de participação, igualmente pensadas em função da alteração da lógica capitalista, só que, agora, organizadas espontaneamente na esfera da cultura” (DOIMO, 1995, grifos da autora). O caráter mobilizador e transformador desses atores coletivos pode ser apreendido através da análise de Doimo a respeito da transformação da linguagem democrática.

Doimo (1995) está interessada em compreender o que há para além do aparente espontaneísmo dos movimentos sociais que emergiram com força nos anos 1970. A autora buscou investigar as conexões desses movimentos com outras instituições, formações e tradições que naquele momento – dos acontecimentos – como portadoras de elaborações discursivas que serviam a esses novos movimentos. Ao resgatar essa interação seletiva, a autora pretende dar conta de duas questões que julga não respondidas satisfatoriamente: entender como se reproduziam tão articuladamente esses movimentos, e quais eram as conexões ativas que atribuíram certa qualificação específica a seu conteúdo ético-político.

A análise de Doimo (1995) investiga como se processou a necessidade da invenção da sociedade civil. Necessidade esta proposta muito antes por Weffort como forma de se contrapor ao

⁸⁸ A autora questiona o peso destes no processo de transformação democrática, reconhecendo que o aperfeiçoamento democrático não é algo contínuo. Além disso, ela alerta para as diferenças existentes dentro do campo movimentalista, para usar um conceito de Mellucci. Para ela, os movimentos surgidos na década de 1970 carregam uma organização para além daquela usada nos canais institucionais, expressos na igreja ou nos bairros, enquanto os novos movimentos (feminista, ecologista) carecem desse tipo de organização. Para uma leitura crítica disso ver: CAROUX, Jacques. Des nouveaux mouvements sociaux à la dérobade du social? In: **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Paris: vol. LXXII, Janvier-Juin, 1982. p.145-157

Estado Autoritário. A tarefa de reconstituir os meandros de tal “invenção” foi realizada pela autora ao enveredar pelos mecanismos que ligariam a Igreja à ativação dos movimentos sociais, e pela construção teórica e, porque não dizer, ideológica da noção de povo como “sujeito”. Tal construto foi produzido, entretanto, em meio a muitas contradições. A idéia de povo não teria diluído a contradição capital x trabalho? Esta foi uma questão oportuna colocada pelos setores tradicionais de esquerda. Ela não remontaria a uma tradição populista? Qual o caráter desse “povo”? Doimo (1995) aponta para uma recuperação e re-elaboração do conceito, que passa pela absoluta negação de seus anti-valores (1995, p. 123). Outro ponto importante destacado pela autora foi o da identidade do articulador desse processo. Para ela, seria a “troca de experiências” o principal recurso tanto para a costura interna de um campo de movimentos, quanto para diluir disputas internas e homogeneizar a linguagem (Idem. p. 126). Interessa entender, sobretudo, questões como a reprovação explícita às manipulações eleitoreiras do povo, o repúdio a cooptação, etc. Esse discurso de recusa aos espaços institucionais encontrava demandas que necessitavam de instituições políticas para onde fossem canalizadas⁸⁹.

Como referência para esse tópico, fica a já clássica análise de Boschi (1987) “A Arte da Associação”, em que o autor analisa a emergência de diversas formas de ação coletiva no pós-1977. Sua contribuição expressiva foi a observância de que este ciclo de mobilizações possuía um caráter diferente daquele existente no pré-1964, pois inaugurava um interesse generalizado por valores democráticos. Dado isto, a investigação recaiu sobre o papel dessas mobilizações e sua capacidade de transformação, não dentro de modalidades interpretativas que colocavam o tema no binômio positividade – negatividade, mas sim em uma abordagem interativa Estado / Sociedade. Desta forma, Boschi (1987) buscou compreender a um só tempo a constituição de solidariedade e de identidades coletivas nesses movimentos e os limites da abertura institucional.

Em síntese, de que forma os “novos” movimentos sociais produziam impacto naquela conjuntura? Para o autor, sua existência revelava a falência dos canais “normais” de representação, deixando como necessidade teórica a tarefa de relacionar esse surgimento com a formação e a expansão do Estado. A correlação entre o Estado autoritário e o advento de movimentos sociais que lutavam por liberdades democráticas tornou, ao menos inicialmente, o discurso fortemente anti-estatal. Esse foi um recurso adotado a fim de responder a um duplo processo: o da luta por reconhecimento e representatividade no Estado e pelo padrão de cidadania regulada existente no país. Para Boschi (1987), esses movimentos não podiam ser vistos como corte radical com o

⁸⁹ Esta é a grande questão colocada ao leque de movimentos sociais surgidos no período: como produzir a síntese entre a negação/não sujeição às formas políticas tradicionais de representação de interesses por um lado e, por outro, a crescente necessidade de interagir, sobretudo com o espaço institucional do Estado como meio de ver atendidas as reivindicações pleiteadas?

passado⁹⁰, embora trouxessem consigo um conjunto de novas respostas para problemas estruturais do país. Segundo ele, tratava-se de um novo estilo de atuação política voltada para “um conjunto inteiramente novo de demandas às quais as estruturas tradicionais seriam insensíveis” (BOSCHI, 1987, p.26)

O que pretendemos reter aqui da investigação de Boschi (1987) é menos seu caráter conclusivo e mais alguns de seus questionamentos, sobretudo aqueles que pretendem apontar para as possibilidades de construção de canais de representação que rompam com a tradição corporativista. Problematizando a questão: resta saber, como propõe o autor, “se tais movimentos produzem novos alinhamentos ao nível da sociedade, qual seria a sua contrapartida ao nível institucional?” (BOSCHI, 1987, p.20). Diante disso, a análise de um movimento social e de seu impacto numa dada conjuntura só pode ser feita levando em conta os efeitos de longo prazo. No caso específico da luta sindical promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, isso só seria possível relacionando os efeitos das jornadas paredistas de 1978, 1979 e 1980 com a constituição de novos canais de interlocução.

Bava (1994), por sua vez, amarra dois assuntos que, ainda que apareçam frequentemente analisados em separado, estiveram fortemente relacionados ao longo da década de 1970. Ao relacionar a luta nos bairros e a luta sindical, o autor funda a origem da organização e dos movimentos de bairro, a partir das experiências de greve e das práticas do movimento operário e das lutas sindicais (1994, p.254). Após apresentar as características gerais da cidade de São Bernardo, o autor investe na análise das greves de 1978 e 1979, indicando a necessidade de resgatar alguns traços do movimento como forma de compreender a participação nesses eventos⁹¹.

Tosi (2001), em sua análise “Ciclos de Mobilização Política e Mudança Institucional no Brasil”, discute a “relação entre a participação da cidadania mobilizada e a institucionalidade política produzida pela Constituição de 1988” (2001, p.33). O que Tosi propõe é a idéia de que a mobilização política, em sua articulação com a noção de mudança institucional no Brasil, pode ser entendida através de ciclos de entrada e ciclos de saída. Esses ciclos poderiam ser assim descritos:

O primeiro, assim, abrange o processo de incorporação das massas urbanas à participação política, desde os anos 30, passando pela ativação populista, até o golpe de 1964. O segundo refere-se ao “renascimento” da sociedade civil possibilitada pela eclosão dos “novos movimentos sociais” no bojo da transição de regime desde a década de 70, que chega até a conjuntura de 1990 [...] (TOSI, 2001, p.34)

⁹⁰ Boschi (1987) adverte para o problema de se explicar os “novos” movimentos sociais como produto de uma novidade sem relação com o passado. Para o autor, é impossível pensá-los como uma ruptura com o passado, haja vista o fato de que são construídos a partir de identidades geradas socialmente e, por isso, carregam consigo o peso da tradição ou da história.

⁹¹ Em entrevista concedida ao autor por José Ferreira de Souza em 16-02-2005, o entrevistado comenta toda a articulação da luta sindical com a luta dos bairros, apontando para o que seria a estratégia de construção mais tarde do partido dos trabalhadores.

Ao lado disto, a análise das condições objetivas dadas pela conjuntura permitiu investigar a estrutura de oportunidades e de que forma se estabeleceram as relações do regime com esse campo ético-político construído a partir da irrupção dos “novos” movimentos sociais. Como forma de compreender a especificidade do movimento sindical, recorreu-se à problematização de seus aspectos mais importantes através de uma discussão com a bibliografia.

Dentre as análises macro-sociológicas, merecem menção as obras de Ricardo Antunes (1982, 1986, 1988), que, ao investigar o movimento sindical que eclodiu no ABC paulista, situa-o sobretudo no nível da formação da consciência de classe. Antunes (1988) identifica como causa primária da irrupção das lutas sindicais no ABC a questão da super-exploração do trabalho, explicitada, sobretudo, no arrocho salarial promovido pelo governo⁹². O autor não desconhece o lado político dos eventos, preferindo teoricamente salientar seus aspectos econômicos, o que o levou a definir a(s) greve(s) como econômica(s). Suas análises possibilitam estabelecer a relação entre os condicionantes estruturais que permitiram o surgimento do “novo sindicalismo” na região do ABC paulista e os eventos marcadamente de natureza política. Ao investigar a abertura política, em “Crise e Poder”⁹³ (1986), o autor estabelece alguns marcos valiosos. Trata, primeiro, de desmistificar a forma assumida pela abertura. Para o autor, seu conteúdo esvazia-se em seu objetivo de auto-reforma, tornando-a uma mera adaptação do Poder a uma nova realidade.

A seu turno, Lais Abramo (1994) situa na insatisfação do cotidiano os componentes que se tornarão visíveis na greve de 1978. Tal premissa aponta para uma visão espontaneísta da greve, reduzindo a importância de questões como organização, arregimentação e mobilização. A questão, para a autora, estava centrada no resgate da dignidade atingida, permitindo ver no engodo protagonizado pelo governo no caso dos 34,1% o estopim para a movimentação. Fato que serviu de estímulo para ação contra a política salarial. A riqueza da análise da autora permite observar o universo de construção desse ator, que, ao desnaturalizar a ordem erigida pelo regime autoritário e investir na edificação de modelos alternativos, propôs, na maioria das vezes, rupturas que representavam uma novidade para a sociedade brasileira. Para a autora, esse é o “momento em que os trabalhadores conseguirão afirmar-se perante os patrões, o governo, a sociedade, exigindo respeito aos seus direitos e consideração de suas necessidades” (ABRAMO, 1994, p.186).

⁹² A relação do arrocho salarial com o modelo econômico do regime é direta. O problema é que, ao estabelecer uma conexão lógica e legitimadora do político em função da eficácia da tecnocracia econômica, o regime atrelou inevitavelmente seu destino aos bons índices econômicos. Com o colapso do modelo econômico, o modelo político entrou simultaneamente em crise.

⁹³ Série de artigos publicados entre 1980 e 1983.

Em “Quando novos atores entram em cena”, Eder Sader (1988) faz uma opção analítica que torna esse trabalho uma referência fundamental no tratamento dos “novos” movimentos sociais. O autor parte da premissa de que esses novos sujeitos coletivos surgiram no horizonte de uma crise do regime no país. Esses novos sujeitos se constituíram a partir de matrizes discursivas que foram construídas num processo de reformulação de matrizes discursivas de instituições que também se encontravam em crise: a crise da Igreja, que possibilitou o aparecimento da “Teologia da Libertação”, a crise das esquerdas, referendada pela crise do “marxismo” e a crise do sindicalismo, dada pela ausência de uma base popular e pela falta de um espaço autônomo.

Devido às circunstâncias políticas de se estar vivenciando um regime discricionário, o espaço onde estes novos sujeitos surgiram não pode ser o espaço institucional, o local da política tradicional e de seus órgãos de representação, os partidos políticos. Esses movimentos, pelas suas próprias características implícitas e pelas suas limitações explícitas, só puderam ocupar um espaço novo, um espaço que recriou novas formas de participação. É nesse espaço que Eder Sader (1988) busca não só o *locus* de construção desses novos sujeitos, mas o espaço de enunciação e de reconstrução das matrizes discursivas que esses passaram a re-elaborar, em face de suas vivências e de suas experiências.

Ao empreender uma análise por essa seara, Sader (1988) estava lançando um novo olhar sobre um objeto de estudo novo e intrigante. Estava, não obstante, permitindo entender a irrupção desses movimentos, a forma como apareceram a partir da metade dos anos 1970 e também permitirá que se façam uma série de especulações (passíveis de serem testadas) sobre as razões para o enfraquecimento e institucionalização desse verdadeiro campo movimentalista – para parafrasear Melucci – que irrompeu naquela conjuntura. Do ponto de vista da análise do objeto, o autor optou por uma interpretação que passava por um espaço considerado, até então, como espaço onde de fato “nada acontecia”, como resultado de toda uma produção acadêmica preconceituosa e ideologicamente atrelada a um discurso autoritário, a noção de que no cotidiano das camadas populares só havia falta de consciência de classe e reprodução de práticas alienadas.

A despeito das críticas que foram feitas e possam se fazer ao trabalho de Sader, sobretudo as que dão conta de uma possível reificação dos movimentos sociais, sua contribuição é grande para a compreensão do fenômeno, quer pela recusa aos determinismos, quer pela recusa veemente a buscar a origem “mítica” destes. Isso evitou reduzi-los a epifenômenos de efeitos estruturais ou a vê-los dentro dos movimentos irredentistas e milenaristas.

Ao examinar, especificamente, a crise do sindicalismo que conduziu à matriz discursiva do “novo” sindicalismo, o autor não deixa de observar a especificidade do Sindicato dos Metalúrgicos

de São Bernardo e Diadema. Sader (1988) não só atribui um papel fundamental para este ator como defini claramente o ano de 1978 como um ano marco; pois, como ressalta:

É muito provável que na história política do país período entre 1978 e 1985 (portanto entre as greves do ABC e a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral) fique marcado pelo momento decisivo na transição para uma nova forma de sistema político. (SADER, 1988, p.26)

A importância atribuída pelo autor ressalta ainda mais, se for considerar a maneira como este ator coletivo apareceu no cenário nacional. Parecia a todos, atores sociais e intérpretes, que algo de novo surgia no horizonte político do país, após quase dez anos de aparente “sumiço” desses atores coletivos. A dimensão em que isso se evidencia é o seu aparecimento em uma esfera pública pouco habituada a eventos, como a greve de 1978. A fim de compreender essa dinâmica, Sader (1988) entrelaça os eventos políticos marcantes com aqueles que tornaram possível a capacidade de desenvolvimento desses atores num espaço aparentemente invisível. Esse entrelaçamento dos eventos permite ao ator estabelecer que essas seriam “manifestações de um comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente”⁹⁴ (SADER, 1988, p. 30).

Uma contribuição de peso, em sua análise, foi o fato de buscar compreender, a partir das próprias matrizes discursivas, as potencialidades e as limitações desses movimentos sociais. E como isso teria sido possível? Sader (1988) percebe que boa parte da constituição dessas matrizes se deu por oposição não só à política tradicional, mas em contraposição radical aos seus mecanismos. Logo, restaria uma questão a ser respondida. Como dar um conteúdo propositivo que fosse além de eventos pontuais, embora marcantes, a esses movimentos? Como pretender que eles se tornassem a expressão de uma sociedade civil? Seria possível ter políticas efetivas com uma estratégia de auto-exclusão dos espaços formais, considerados “impuros”? A resolução para esse problema serviria para apontar o caminho do próprio processo de redemocratização.

Quanto à tentativa de compreender a emergência da matriz discursiva do “novo” sindicalismo, o autor faz uma análise da experiência das lutas operárias em São Paulo, com o evidente objetivo de investigar os meandros que permitiram a re-elaboração da matriz discursiva que serviria a esse movimento. Um dos pontos de maior inflexão, sem dúvida, era o fato do sindicalismo apresentar-se inserido dentro da esfera institucional. Ao contrário de todos os outros movimentos sociais que se opunham veementemente aos espaços institucionais, este ator re-elaborava seus discursos dentro

⁹⁴ O autor aponta as votações do MDB nas eleições a partir de 1974 como ponto de partida. A seguir enumera os vários movimentos que se arregimentaram ao longo da segunda metade dos anos 1970, tais como os movimentos de bairro, o movimento do “custo de vida”, a formação do Partido dos Trabalhadores, entre outros.

desse espaço. Sader (1988) cita o desenvolvimento diferenciado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, ao menos desde 1969, ressaltando a um só tempo a colaboração com o governo e a contrapartida no tocante à dignidade dos trabalhadores⁹⁵. O empenho do autor em compreender a emergência desse ator coletivo naquele cenário parece ter atingido o seu ponto mais alto quando o autor anota que:

A abertura de um espaço real de negociações- superando a situação anterior, em que os patrões se negavam a ouvir e o Tribunal se limitava a aplicar os ditames do governo – está vinculada, de um lado, ao clima geral criado com a política de “descompressão” iniciada sob o comando do general Geisel na presidência da República, de outro, ao dinamismo da resistência operária no interior das empresas. A política da “descompressão pelo alto” do governo Geisel, ao implicar uma certa revalorização de instâncias do aparelho de Estado até então submetidas à cúpula do executivo, produzia aberturas para eventual acolhimento de algumas reivindicações nascidas na sociedade civil. O sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo soube se fazer portador – e soube potenciar – algumas dessas pressões, que vinham de suas bases, nas empresas da região. (SADER, 1988, P.288)

Em “As Lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo” o que se tem é um trabalho inequivocamente importante de compilação dos principais eventos, faltando, entretanto, uma interpretação que os encadeasse. Esse trabalho pode ser incluído no rol das produções que, pelo caráter militante, serviram para a construção da história do “novo” sindicalismo. Parece não ter sido outro seu significado, já que uma das preocupações dos autores foi a de escrever em uma linguagem acessível, permitindo o acesso de seu conteúdo aos metalúrgicos. Ao relatar os acontecimentos, ainda que com extremo esmero e realismo, o que os autores parecem buscar é a reificação do movimento, produzindo identidade e unificação de um discurso.

Ao investigar o “novo” movimento sindical do ABC, Moisés (1982a, 1982b) o faz com um evidente caráter normativo e militante, mas nem por isso deixa de trazer preciosas considerações acerca desse ator coletivo. O eixo central de seu estudo busca os elementos capazes de explicar a irrupção não só de um novo ator social, mas de um importante ator político naquele contexto.

Celso Frederico (1978) (1979), em suas análises, aprofunda a discussão acerca da vanguarda operária e da capacidade de aglutinação dos demais segmentos a esse grupo. Para ele, a emergência desse ator coletivo não representou o surgimento de uma aristocracia operária, e sim o resultado de um setor mais propenso a sentir as contradições do capitalismo e daí a razão para que, após 1978, esse setor tenha sido cooptado pelo discurso do “novo” sindicalismo.

⁹⁵ Os sindicatos eram vistos e aceitos como órgãos de colaboração com o Estado. Desde o Estado Novo, a relação estreita entre ambos era mediada por sindicalistas “pelegos” e mesmo aqueles que temendo a intervenção do Estado nos sindicatos se “prestavam” a práticas colaboracionistas. A contrapartida lógica dessa colaboração ficava por conta de políticas que assegurassem um mínimo de condições aos trabalhadores, já que com a chegada dos militares ao poder os antigos espaços políticos ocupados pelos sindicatos foram fechados. O conflito se estabelece com a política de arrocho do regime, vista como uma quebra desse pacto “silencioso”.

Outras abordagens que aprofundam a discussão da emergência do “novo” sindicalismo são as já clássicas análises de Maria Hermínia Tavares de Almeida (1983a) e de Leôncio Martins Rodrigues (1966). Esses trabalhos pretenderam analisar o desenvolvimento da moderna indústria no Brasil e, principalmente, o tipo de trabalhador oriundo desse modelo de desenvolvimento. Uma das interrogações importantes seria a de compreender as potencialidades desse operariado. Para os autores, algo realmente novo emergiu naquele momento, através da presença política de um “novo” sindicalismo operário, gerado na moderna indústria brasileira (setor automobilístico). Esta base social o distinguia do tipo de sindicalismo do período anterior. Eles apontam para o caráter minoritário desse tipo de prática sindical, já que as premissas do “novo” sindicalismo, embora tivessem grande visibilidade, concorriam com as formas de atuação de outros grupos presentes na cena sindical. Outra característica distinta era a do seu caráter de massas. Ao elaborar tal distinção, considerando uma série de dados sobre estrutura do emprego e índices de sindicalização, Tavares de Almeida (1983a) conclui que “à diferença do passado, hoje, o movimento sindical brasileiro tem, virtualmente, uma base de massas” (1983a,p.196). Tratava-se de uma base potencial para mobilização. Todas essas transformações no sindicalismo implicavam uma mudança quanto aos próprios eixos de atuação sindical.

E, para Tavares de Almeida (1983a), como se processaram essas mudanças? Silenciosamente ou, como a autora sugere, “na surdina” (1983a, p.198). São mudanças que tinham como alvo as estruturas do sindicalismo corporativo brasileiro ou, ao menos, assim se apresentaram. A origem desse tipo de prática sindical não se deu numa época de sindicatos ativos; antes, pelo contrário, deu-se sob o pesado fardo de um regime que permitia a coerção abertamente.

John Humphrey (1982) também, durante muito tempo, dedicou-se a entender o desenvolvimento da moderna indústria sob o vértice de um capitalismo periférico. O autor, entretanto, inovou ao estudar o tema utilizando-se tanto das variáveis macro-sociológicas quanto da análise da fábrica como espaço relevante para entender a gênese das formas de resistência. O autor justifica tal postura ao definir que é:

necessário um exame rigoroso da indústria moderna e de seus operários, para explicar a emergência destes últimos no setor moderno, como a parte mais ativa da classe trabalhadora, e avaliar as implicações disso para a classe como um todo. (HUMPHREY, 1982, p.33).

Para o autor, o surgimento de um novo tipo de prática sindical foi possível no setor moderno⁹⁶ da indústria, o setor automobilístico, em virtude de uma série de fatores que incluíam as relações de produção e a concentração dessas empresas no espaço geográfico da cidade de São Bernardo. As

⁹⁶ O próprio autor considera a dicotomia entre o “tradicional” e o “moderno” enganosa por esconder mais do que revela. Entretanto, utiliza-se desses conceitos para sua análise.

indústrias automobilísticas possuíam uma estratégia quanto às questões relativas a salários e emprego e, aproveitando-se de condições excepcionais dadas pelo regime de exceção criado no pós-64, permitiram estabilizar a mão-de-obra, pagando salários mais altos do que a média e estabelecendo uma alta rotatividade dessa mão-de-obra. Tal análise buscava comprovar ou não a existência de um mercado de trabalho primário na indústria moderna no Brasil. O autor ainda rechaça a idéia de formação de uma aristocracia operária que, entre outras coisas, conduziria à formação de um sindicalismo de setor dinâmico, ao lado de um sindicalismo dos setores menos dinâmicos, o que se traduziria no divisionismo. Além disso, atribui um papel fundamental à emergência do “novo” sindicalismo do ABC sugerindo que:

longe de estar integrados na esfera política das classes dominantes ou de aceitar o sistema existente por sua posição privilegiada dentro dele, os metalúrgicos de São Bernardo e a corrente autêntica do movimento sindical fizeram a mais séria oposição ao regime militar. (HUMPHREY, 1982. p. 229).

Outro modelo analítico mais recente, utilizado para investigar, sobretudo, a constituição desse ator no cenário têm sido os estudos fundamentados a partir da análise do discurso. A obra de Kátia Rodrigues Paranhos (1999) pode ser enquadrada nessa categoria. Nela, a autora procura:

o estudo de um discurso sindical que privilegia os seguintes enunciados e imagens operárias: o sindicato, a fábrica, a greve e a cidade. Mais do que isso, essa fala sindical ao procurar uma aproximação com a sua própria categoria institui uma identificação com a mesma e com a classe trabalhadora. Desse modo, os dirigentes sindicais do ABC, mesmo que pretensiosamente, acabam formulando um projeto para a classe operária. (PARANHOS, 1999, p.221).

A rica análise da autora permite transitar pelos espaços de construção desse discurso como está explícito acima. Para tanto, ela recorre fundamentalmente às publicações sindicais, em especial a Tribuna Metalúrgica, suplemento informativo da Tribuna Metalúrgica e o ABCD Jornal.

CAPÍTULO 2

O “NOVO” SINDICALISMO DO ABC EM UMA CONJUNTURA CRÍTICA

“O importante não é o que fazem de nós, mas o que nós próprios fazemos daquilo que fizeram de nós”.

Jean-Paul Sartre

Nesse capítulo, procurou-se articular a irrupção da luta sindical protagonizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema com os espaços abertos pelo processo de abertura política, ressaltando-se o peso do “novo” sindicalismo do ABC paulista no conjunto dos movimentos sociais, se não como interlocutor “eleito” pelo regime, ao menos como interlocutor constituído pela própria dinâmica de sua ação nessa conjuntura crítica. Investigou-se sua capacidade combativa, assim como os elementos que o tornaram um ator coletivo relevante para compreender aquele período.

2.1 Levantando questões teóricas sobre a conjuntura

Em *Mobilização Social e Democracia Política*, Alberto Tosi Rodrigues (2001b) traz um aporte teórico extremamente relevante para se discutir a emergência de atores coletivos no que denomina de ciclo de protesto. Mais importante se torna sua análise, na medida em que ele articula três componentes fundamentais: as conjunturas críticas, os ciclos de protesto e os processos de democratização. A averiguação realizada pelo autor revela as congruências entre esses três eixos conceituais, suas possíveis concatenações, além dos seus limites.

Quanto às conjunturas políticas, vale dizer que são:

aquele corte espaço-temporal – efetuado pelo analista a partir de determinados pressupostos – no interior do qual ocorrem interações entre atores com vistas a determinados objetos políticos que, dada sua relevância para a compreensão do desenrolar anterior ou posterior da trama, é analiticamente isolado e dissecado. (TOSI RODRIGUES, 2001b, p. 3).

Quando se detém em uma análise conjuntural que visa apreender o significado da luta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, no contexto da transição democrática, parece significativo esclarecer alguns elementos, tendo como ponto de partida o trabalho de Tosi. A partir disso, um ponto pertinente a ser destacado é o de que não são somente os indivíduos estabelecem interações estratégicas entre si, mas também os atores coletivos. Essa distinção é

importante; pois possibilita ir além da concepção americana centrada na obra de Marcur Olson⁹⁷, e ainda permite superar a análise da mobilização de recursos⁹⁸. Essas interações estratégicas, por sua vez, desenrolam-se numa área de conflito. Quanto a isso, Tosi (2001) faz a advertência de que é necessário “atentar para os parâmetros sob os quais os atores se movimentam” (2001, p. 6) e, também, para o fato de que o importante é observar o que se encontra em jogo na conjuntura. E o que está em jogo? Para o autor, um conflito por posições de poder. A síntese aparece na descrição de que “é justamente na oposição entre atores portadores de objetivos, recursos e estratégias diferenciadas aquilo a que se dá o nome de *conflito político*” (TOSI, 2001b, p. 6 – grifo do autor). Esse conflito por posições de poder se dá numa determinada arena política em torno de uma agenda.

O ponto seguinte explanado por Tosi (2001b) diz respeito à mobilização, em que ele passa a questionar os efeitos da emergência de atores coletivos num conflito conjuntural. É a natureza desse conflito que dita a dinâmica desse envolvimento, uma vez que a arena social encontra-se envolta por uma série de conflitos, e um deles para “tornar-se dominante pressupõe a mobilização de forças políticas opostas, separadas por uma linha divisória que divide a arena polarizando preferências e acirrando os posicionamentos” (TOSI, 2001b, p.8). Esse é um momento, no entanto, que sugere alguns desdobramentos. Munck (1997) distingue três peças constitutivas para uma teoria dos movimentos sociais: a formação de atores, a coordenação social e a estratégia política. Conforme explicita o autor, os três componentes se articulam da seguinte forma:

... enquanto o problema da formação do ator diz respeito ao surgimento de fundadores ou organizadores, isto é, do ator social que organiza e orienta um movimento social, o problema da coordenação social se relaciona com a constituição do movimento como tal, ou com as dificuldades de organizar aquela massa descentralizada ou coletividade de pessoas de modo não-hierárquico; e o problema da estratégia política está ligado à orientação para a mudança. (MUNCK, 1997, p.110)

Alguns pontos são essenciais para a elucidação desses aspectos teóricos. Primeiro, para fins de análise, o estudo não deve iniciar pelos atores – como pressupõem as análises americanas centradas no ator –, mas sim pela explicação da emergência desse ator e, como extensão, pelo fato de que tal

⁹⁷ MUNCK (1997), ao investigar os pontos nodais das análises americanas e européias sobre os movimentos sociais, assevera-lhes as limitações, defendendo a possibilidade de se buscar uma convergência teórica entre os dois enfoques como um meio de dar conta da problemática. As limitações mais aparentes da análise centrada no **racional choice** na sua aplicação para o estudo desse ator coletivo aparece no fato de que os atores coletivos ainda sejam estudados nos quadros teórico- investigativos usados para o estudo das estratégias individuais. Outras duas críticas às formulações calcadas na análise estratégica de atores individuais/atomizados partem da corrente européia, segundo a qual essas análises centradas no ator não permitem ver a ação dos atores estratégicos e, ainda, contêm uma perigosa tendência para o voluntarismo (MUNCK, 1997, p.110).

⁹⁸ A crítica recai sobre o fato de que a mobilização de recursos aparece como a aplicação da teoria de Olson, “derivada do estudo dos grupos de interesse a um fenômeno que não podia ser entendido nas condições desses grupos” (TARROW, 1994, p.2-3, 14-16 In: MUNCK, 1997, p.107) Para uma discussão aprofundada sobre a teoria da mobilização de recursos ver: CRAIG JENKINS, J. **La Teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales.**

interpretação deve levar em conta a estrutura do conflito exposto na sociedade. Um segundo ponto diz respeito à coordenação do movimento. Na medida em que há uma dificuldade na aplicação de sanções, resta a necessidade de dar coesão ao movimento e coordenar sua ação por outros meios. O terceiro item relevante é o problema da estratégia política ou, como bem sugere Munck, dos “diferentes problemas com que se deparam os fundadores dos movimentos sociais à medida que vão se envolvendo estrategicamente com o meio político-institucional na tentativa de concretizar sua aspiração de mudança”. (MUNCK, 1997, p.112) Essa questão é central no tratamento dos movimentos sociais e, mais particularmente, na dinâmica política empreendida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema⁹⁹. O centro da discussão passa a ser a relação das interconexões possíveis entre a ação estratégica na esfera político-institucional e a tarefa de coordenação. Isso fica evidente na citação do próprio autor:

se os movimentos sociais não têm alternativa senão adotar a ação estratégica, pois a isto leva sua orientação para a mudança, seu engajamento nessa ação introduz um elemento de tensão fundamental entre identidade estratégica que possibilita ou prejudica o pleno desenvolvimento do movimento, dependendo da maneira como é tratado. (MUNCK, 1997, p.115)

Essa discussão estará presente, por exemplo, no que diz respeito à melhor estratégia a ser adotada pelo Sindicato dos Metalúrgicos, em cada momento da conjuntura política analisada neste trabalho. Para isso, faz-se necessário retomar a análise de Tosi (2001b), a fim de avançar a discussão e compreender o conceito de conjunturas fluidas. Este conceito é fundamental quanto ao objetivo de construir um modelo explicativo satisfatório. Através dele, Tosi (2001b) busca compreender:

como se dá a relação entre o processo conflitivo conjuntural e os “novos” atores sociais a ele incorporados? Como analisar o impacto desta ampliação sobre os desdobramentos do jogo? Como compreender as mobilizações sociais, não como meras irrupções esporádicas, mas como lances políticos que são parte do próprio conflito? (TOSI, 2001b, p.9)

O que seriam efetivamente essas conjunturas fluidas? A fim de esmiuçar melhor o conceito, convém reter mais uma citação, desta vez de Michel Dobry (1986), na qual o autor esclarece as conexões existentes entre as mobilizações e as mudanças nos sistemas políticos.

À l'encontre de toutes les formes de réification des institutions, il s'agit dès lors d'aborder les "structures", "organisations" ou "appareils" em tenant compte de leur sensibilité aux mobilisations, aux coups échangés, à l'activité tactique des protagonistes des crises. Mais il s'agit aussi de déciffrer

⁹⁹ Munck (1997) alerta que os movimentos sociais constituem-se no interior da sociedade civil e, mesmo que mantenham – ou tentem manter – uma postura autônoma em relação à esfera político-institucional e, às vezes de oposição essencialista, buscam no limite seu reconhecimento nesta esfera. Outro enfoque pertinente é o de que as lideranças desses movimentos se constituem em atores estratégicos perante a esfera político-institucional.

simultanément les logiques de situation qui, dans de tels contextes, tendent à structurer leurs perceptions, leurs calculs et leurs comportements. (DOBRY, 1986, p.40)

A argumentação de Dobry (1986), desdobrada a seguir por Tosi (2001b), dá conta da especificidade desse tipo de conjuntura como “momentos em que grandes questões políticas nacionais mobilizam um conjunto ‘novo’ de atores, ampliando de modo importante o conjunto de atores presentes nas situações políticas rotineiras” (TOSI, p.10). As possibilidades abertas por uma conjuntura fluida permitem que a arena de luta se amplie de arenas políticas setoriais para uma arena, por exemplo, nacional.

Essa argumentação foi necessária para se explicitar aquilo que Tosi (2001) chamou de ciclos de protesto e reforma. Antes de qualquer coisa, é preciso compreender o conceito de estrutura de oportunidades, ou seja, o espaço existente para a emergência dos movimentos sociais. O grau de abertura e fechamento de um sistema político influi sobremaneira no comportamento e estratégia desses novos atores e estabelece um eixo entre o grau de tolerância do sistema em assimilar ou não o ciclo de protesto e sua capacidade institucional de absorvê-lo. O outro tópico a ser avaliado é aquele que Tosi (2001b) denominou de espaço social constituído pelos movimentos sociais, que é, para ser sintético, o espaço onde se desenvolvem as suas identidades políticas.¹⁰⁰ O ponto final dessa reconstituição sumária da demarcação conceitual feita por Tosi é o conceito de ciclo de protesto, que para o autor surge “como uma série de decisões individuais e coletivas tomadas num contexto marcado pela ação de fatores sistêmicos que não são uniformemente experimentados, mas antes difusamente percebidos” (TOSI, 2001b, p.14). Apercebe-se o autor, ainda, de que por um lado esse ciclo é desencadeado por fatores estruturais; porém, estes retro-alimentam-se, criando, através dos protestos passados, expectativas para os novos confrontos (TOSI, 2001b, p.14). Fatalmente, um ciclo obedece, como se pode supor, a um período de emergência, desenvolvimento e finitude. Uma fase, por assim dizer, ascendente, seguida de um período de ápice e, após, uma fase descendente. A questão é o que caracterizaria esse processo. Segundo Tosi (2001b), a fase inicial teria por característica uma “situação estrutural de acúmulo de ‘injustiças’ ou de repressão sobre certos setores sociais, e/ ou pelo aparecimento de novas oportunidades de ação política” (2001, p.14). É dessa fase o espriamento das ações do movimento para um conjunto mais amplo da sociedade, de

¹⁰⁰ O autor observa a formação de “setor dos movimentos sociais”, “sub-cultura dos movimentos sociais” ou “rede de movimentos sociais”. De fato, essa operação conceitual de compreender a formação de um campo ético-político por parte desses movimentos permite avançar na análise do impacto de sua emergência num determinado cenário político. Evelina Dagnino (2004) utiliza-se fartamente desse referencial para dar conta não só da forma como esses “novos” movimentos impactaram na abertura, mas também de como eles colaboraram para a construção da democracia no país. Neste trabalho, a autora analisa as dificuldades desses movimentos de se incorporarem a *real politik*. Para Dagnino, a noção de “redes” e “teias” tem sido mais fartamente utilizado pela multiplicação de espaços públicos alternativos e a percepção de uma crescente articulação entre esses movimentos.

forma quase mimética. A desmobilização surge como “resultado do desgaste do tema central que monopolizava a agenda” (TOSI, 2001, p.14).

O recurso a essa empreitada dá-se em razão da necessidade de buscar compreender o impacto da ação estratégica do “novo” sindicalismo do ABC paulista na conjuntura, através de conceitos que permitam ao trabalho compreender o objeto em sua singularidade.

2.2 Origem histórica do “novo” sindicalismo do ABC paulista

A análise da irrupção desse ator coletivo não seria possível, sem considerar-se a cadeia de eventos que o envolve. Algumas indagações são fundamentais para dar seqüência à investigação do tema proposto. O que diferenciou objetivamente a luta sindical dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema da luta empreendida pelos demais sindicatos? Porque a cidade de São Bernardo tornou-se palco por excelência de confrontos que ultrapassaram os aspectos meramente reivindicatórios e assumiram uma direção fortemente política? De que forma os aspectos institucionais e legais possibilitaram a construção de um movimento que se colocava frontalmente contra o regime? Esses questionamentos estão intrinsecamente conectados aos acontecimentos que se desdobraram no pós-1977, já que foram as bases sobre as quais assentou-se toda a esteira de organização e mobilização deflagradas.

É preciso entender dentro de um quadro teórico mais amplo as circunstâncias que possibilitaram a irrupção desse ator coletivo¹⁰¹. A simples adoção do conceito de movimento sindical¹⁰², além dos óbvios limites analíticos que traz, não permite enxergar o fenômeno em sua

¹⁰¹Em ANTUNES, Ricardo. Op.citada, 1988. O autor destaca no capítulo II da Parte II, “Para uma Caracterização do Operariado Metalúrgico da Indústria Automobilística”, algumas das questões fundamentais para se compreender a dinâmica do surgimento deste ator coletivo

¹⁰²Compreendem-se as dificuldades teóricas de analisar o sindicalismo, sobretudo se analisado enquanto um movimento social, considerando-se o fato de ser uma instituição formal organizada a partir de determinadas regras, enquanto que de outro lado um movimento social carregaria consigo toda a dimensão de positividade. A opção por pensar dessa forma a luta sindical que se travou entre os anos 1977 e 1980 se deve ao fato da existência de uma conjuntura que não só permitiu por em xeque essa estrutura como negá-la na sua essência, levando, por conseguinte, a desdobramentos que conduziram o conflito a se inserir num espaço de luta que teria por características: 1) a existência de um espaço conflitivo de lutas; 2) um espaço de luta continua onde um ato desenvolvido por um dos atores levou a desdobramentos; 3) permitiu a constituição a fortiori de uma identificação entre seus membros e; 4) estabeleceu um campo organizado para tal enfrentamento. Existe uma diferença teórica considerável entre a ação coletiva enquanto campo marcado pela produção do novo, de práticas não rotinizadas, um espaço por assim dizer de “construção” de práticas e, a ação “institucionalizada” marcada por práticas rotinizadas, normatizadas da qual o sindicato seria um exemplo categórico. A essa dicotomia oponho o fato de que os sindicatos brasileiros durante os vinte anos de ditadura estiveram como de resto da história republicana do país sujeito a um estreito controle estatal (vide cap. 1), sendo o diferencial a emergência de um sindicalismo combativo no ABC que buscava instituir novas formas de organização que é bem verdade seriam posteriormente normatizadas. Todavia é a definição clássica de que uma leitura classista responderia otimamente ao fenômeno que se rejeita aqui, entendendo a luta, para além dessa fronteira, como luta nacional e democrática, o que extrapola a ação do sindicato.

completude. A seguinte caracterização de Jeffrey Alexander (1998) para os movimentos sociais serve para delimitar as conexões necessárias com o movimento sindical, pois se refere:

aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo freqüentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais. (ALEXANDER, 1998, p.5)

É nesse sentido ampliado que se toma o conceito de movimento sindical, e pretende-se, com ele, dar conta das suas representações reais e simbólicas, sua importância na vida da *Polis*, além de suas complexidades e sucessivas transformações no tempo. Para que seja possível identificar esse agente dentro do contexto de redemocratização, é necessário conhecer suas origens, seu desenvolvimento, seus possíveis encadeamentos com as outras esferas da vida política, isto é, com a sociedade política e com o Estado, além da correlação de forças com setores empresariais. Um dado importante a salientar é que a emergência desse tipo de ator deve ser entendida como “respostas à possibilidade de construir ‘problemas’ convincentes nesta ou naquela esfera, e de transmitir essa ‘realidade’ ao conjunto da sociedade” (ALEXANDER, 1989, p.25). Outra característica importante a salientar dos movimentos sociais é que, embora estejam constituídos por grupos particulares, buscam no limite representar o conjunto da sociedade. Sem dúvida, um dos aspectos mais importantes a ser pensado é a forma como se constituiu esse ator coletivo, pois isso permitirá entender os encadeamentos entre os três eixos que norteiam o sistema multipolar da ação de um ator coletivo, isto é, aos fins, meios e o ambiente (MELLUCCI, 2001). É com o recurso à teoria da ação coletiva que se buscará compreender não só a ação visível da luta sindical; mas, sobretudo, os fatores facilitadores da irrupção de suas ações concretas, ou ainda, seus aspectos subterrâneos, considerando-se evidentemente que para isso “contribuem fatores facilitadores de tipo conjuntural (como, por exemplo, a estrutura das oportunidades políticas, a existência de empreendedores, o grau de equilíbrio ou de crise do ambiente, etc.)” (MELLUCCI, 2001, p. 47).

Alguns aspectos merecem relevo na análise do conjunto de fatores que explicariam não só o surgimento do “novo” sindicalismo no ABC paulista, mas também seu desenvolvimento posterior. São alguns dados relevantes que, longe de operarem como determinantes históricos, serviram de substrato para o aparecimento desse ator coletivo. São questões macro-estruturais (políticas e econômicas), além de outras que mesclam formas de organização historicamente dadas com aquelas desenvolvidas ao longo dos processos de mudança, sobretudo as que dizem respeito ao enrijecimento do regime (1968). Quanto as primeiras, destaca-se a política econômica do governo, ancorada no arrocho salarial forçado. Este fato serviu para dar uma pauta unificada a ação sindical,

principalmente quando descoberta a fraude dos índices do custo de vida do ano de 1973. O movimento sindical tratou esta questão como um “roubo”, e este episódio serviu para quebrar uma ausência do movimento sindical por quase uma década. A fala do João Ferrador na Tribuna Metalúrgica sintetiza o sentimento dos metalúrgicos ao determinar que “a notícia do fajutamento dos dados sobre a inflação no tempo do chamado ‘milagre brasileiro’ provocou aqui no pedaço, uma bruta reação”¹⁰³ (*Bilhetes do João Ferrador*, 1980, p.47). Essa reação levou a uma das maiores mobilizações até então e tinha como premissa, segundo os próprios sindicalistas, a “vontade de reagir contra o logro” (Idem, p. 47). Todo o recado do João Ferrador faz alusão ao assunto, tratando-o como uma injustiça contra os trabalhadores. O significado da Campanha de reposição dos 34,1%, iniciada em 1977, só pode ser entendido se considerado que:

... então foi quando nós começamos foi desde 74 para poder chegar em 78 que foi quando nós descobrimos aqueles 31,1 não 34,1 que nós descobrimos através de uma revista americana que colocou que teria esse índice que tinha ficado para trás na época do Delfim Neto e nós pegamos e começamos nossa paralisação foi discutido dentro do congresso que teria que fazer uma mobilização e aí nós começamos com as nossas greves e aí não parou mais dentro desse e aí nessas greves que nós fizemos [...]¹⁰⁴

Sem dúvida, este foi o estopim para a aglutinação dos sindicalistas em torno de uma pauta de lutas que se tornaria célebre no final dos anos 1970. Os entrevistados, ao discutirem esse tópico, entretecem-no a outros, que apresentam como característica um forte conteúdo mobilizador. Aparecem, portanto: a) os boletins nas portas das fábricas; b) a militância efetiva; c) esse fato como desencadeador de outros movimentos; d) um valor “surrupiado” dos trabalhadores pelo Delfim; e) a primeira grande assembléia no sindicato, f) a revolta gerada por mexerem no bolso dos trabalhadores.¹⁰⁵ É importante também observar que os entrevistados apontam o início do processo de mobilização, antes mesmo do ano de 1977¹⁰⁶, e, para corroborar com isso, faz-se mister lembrar que, nas eleições sindicais de 1972, já aparecia como proposta um programa que incluía o fim da política salarial, negociações diretas, etc (HUMPHREY, 1982, p.134).

Outro aspecto econômico¹⁰⁷ relevante foi o ocaso do “milagre econômico” e o fim de um ciclo de expansão da economia brasileira. As conseqüências disso foram impactantes nos mais diversos

¹⁰³ Bilhete do João Ferrador de dezembro de 1977.

¹⁰⁴ Entrevista concedida ao autor por José Arcanjo em 22-02-2005.

¹⁰⁵ Os itens aparecem da seguinte forma nas entrevistas realizadas: a) Alberto Eulálio; b) Edilson Ferreira da Silva; c) d) Expedito Soares d) Eliseu Marques e Josimar Bezerra; e) Geovaldo Gomes, f) José Ferreira de Souza.

¹⁰⁶ O entrevistado, Alberto Eulálio, faz questão de colocar como ponto marcante para o início da mobilização no sindicato o Congresso metalúrgico do ano de 1974.

¹⁰⁷ Para que se possa compreender as mudanças ocorridas no pós-64 quanto ao desenvolvimento econômico, urbanização e mudanças na estrutura de emprego, ver FÁRIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: Almeida, Maria Hermínia Tavares de & Sorj, Bernardo (Orgs et alli) **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.118 a 163

setores da economia. A opção do regime pela continuidade das altas taxas de crescimento, ainda que com graves seqüelas para a classe trabalhadora, produziu, a partir da segunda metade dos anos 1970, uma forte indignação popular. A percepção de que a situação econômica já não era mais a mesma foi sentida, mas muito mais importante foi a consciência de que a classe trabalhadora deveria participar das benesses do “milagre”. O detalhe é que esse já se encontrava em fase de taxas de crescimento declinantes. Tratava-se de um visível paradoxo: o enfraquecimento da ditadura e fortalecimento dos movimentos sociais em geral, e do sindical em particular, fazia parte, de certa forma, da incapacidade do regime de gerir a crise econômica. Como consequência, isso afetou sua legitimidade, naquilo que era seu “coração”, e isso permitiu espaço para o crescimento das mobilizações, as quais, de forma geral, buscavam espaço político e participação na renda nacional. Não bastassem as dificuldades naturais para o sucesso de tal empresa, o regime ainda precisava lidar com a Crise do Petróleo, que provocou, entre outras coisas, o endividamento externo e o uso de reservas cambiais. O reflexo disso fica evidente, quando Abramo (1991) aponta que, entre 1964 e 1968, houve uma queda de 23% no salário real. No quinquênio seguinte (milagre), houve uma melhoria de 6% para, no período seguinte – 1972 a 1975 –, haver perdas significativas. Para a autora, os operários “foram violentamente explorados: de 1970 a 1975, o seu salário médio real manteve-se praticamente inalterado, enquanto sua produtividade aumentaria em 20%” (ABRAMO, 1991, p.190). A correlação entre perdas salariais e aumento de produtividade permitia o crescimento continuado da economia, mas gerou gradativamente muita insatisfação no meio sindical.

A crise do modelo de desenvolvimento econômico do regime foi tão mais traumática pela importância da indústria automobilística e sua posição-chave¹⁰⁸. Quanto a isso, os entrevistados não se furtam a apresentar os números relativos à importância do setor na economia nacional e também da região do ABC. Osvaldo Cavegnato¹⁰⁹, ao comentar essa importância, frisa as especificidades da construção da indústria automobilística na região. Existe uma verdadeira fixação quanto a dar a dimensão da força dos metalúrgicos tanto do ponto de vista numérico, quanto no plano da organização e aguerrimento. Para citar um exemplo dessa visão positiva, as palavras do entrevistado Januário Fernandes da Silva¹¹⁰ são esclarecedoras e compartilhadas pelos demais entrevistados. “Pô é o seguinte essa categoria essa categoria sempre foi ousada essa categoria pode criticar pode falar o que quiser dos trabalhadores do ABC, mas nós somos cobra mesmo somos porretas mesmo...”. Rainho e Bargas (1983) apontam a crise do petróleo, a crise do modelo econômico e o

¹⁰⁸ A revista *Veja* nº 496 de 8 de março de 1978 traz uma reportagem completa sobre o “perfil do operário” do ABC, revelando dados econômicos e políticos desse ator social que, naquele momento, aparecia no cenário nacional.

¹⁰⁹ Entrevista concedida ao autor em 15-02-2005.

¹¹⁰ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

ressurgimento da mobilização como fatores de peso para o ponto de partida do processo que foi a Campanha Salarial dos 34,1%¹¹¹.

No plano político, seria possível salientar as eleições de 1974 e as suas conseqüências. Uma das suas características mais explícitas foi a de ter servido, como salientou Iram Jácome Rodrigues (1999), como efeito “bumerangue”, atingindo o centro do poder e, por extensão, trazendo à tona parcelas da sociedade civil que se encontravam descontentes com a situação do país. Thomas Skidmore (1988) também percebe esse ano como marco relevante para os desdobramentos posteriores. Para ele, foram retiradas as vantagens relativas da ARENA, através do acesso relativamente livre à televisão. O autor ainda enfatiza que “a vitória do MDB surpreendeu até os mais otimistas estrategistas” (SKIDMORE, 1988, p.337) e que ela esteve em perfeita consonância com a recessão econômica que foi a marca de 1974¹¹². É interessante perceber que foi através de um canal institucional que se desfraldou toda uma bandeira de luta a qual conduziu o regime a pensar num processo de “abertura”. Isso demonstra, a um só tempo, a incapacidade do regime, já naquela época, de manter uma postura discricionária e uma incrível capacidade de propor políticas. Exemplo mais gritante ficará por conta do “Pacote de Abril” de 1977, que objetivou garantir a vitória nas eleições de 1978 para o regime e evitar o desgaste de 1974.

A própria existência do MDB, embora alguns afirmem seu caráter dócil em relação ao governo, serviu para colocar o regime em situação difícil. A luta parlamentar do grupo dos “autênticos”¹¹³ e a anticandidatura de Ulisses ilustram esse fato. Ao estabelecer esse marco, Skidmore (1988) aponta um conflito com a idéia do regime, pois “eles imaginavam uma democracia em que o partido do governo (ou partidos) continuasse a mandar sem contestação” (SKIDMORE, 1988, p. 321). Esses fatores de natureza política não tardarão a se apresentar para os sindicalistas do ABC paulista como a prova irrefutável da absoluta inexistência de espaços de expressão política para os trabalhadores, tanto durante a ditadura, quanto nas articulações da futura ordem democrática. A discussão sobre a fundação de um Partido dos Trabalhadores será a resposta a essa problemática, especialmente após a fase das discussões sobre um sindicalismo apolítico.

O processo de abertura influenciava e era influenciado pelo surgimento e desenvolvimento do “novo” sindicalismo. Grandes questões nacionais foram incorporadas como bandeira de luta de um movimento que aparentemente possuía uma pauta de reivindicações específica: questões como a democracia, a anistia, etc. Quanto a isso, alguns fatos ficaram marcados na lembrança das lideranças

¹¹¹ Para observar a valorização dessa campanha no movimento sindical ver Anexo 1.

¹¹² Para Lamounier (1985), a eleição de 1974 foi o grande marco da distensão. Também para Moisés (1982b) foi a avalanche de votos de protesto que permitiu abrir a conjuntura onde se inscreveram as greves do ABC de 1978,79 e 80. (1982, p.30). Analisando a fala dos entrevistados, percebe-se que a vitória do MDB nas eleições de 1974 serviu para mostrar que a ditadura não era mais a mesma.

¹¹³ Para observar o papel dos autênticos do MDB, ver o trabalho de NADER, Ana Beatriz. Op. Citada.

sindicais do período e que traduziam um sentimento comum ao povo brasileiro, ao menos na sua avaliação. Um desses fatos foi a morte do jornalista Vladimir Herzog, no Dops de São Paulo, esse acontecimento e seus desdobramentos posteriores aparecem na fala sindical como a prova mais contundente de que o bloco de poder da ditadura estava dividido e que era impossível continuar tolerando a repressão.¹¹⁴ Para finalizar, outra menção presente é a da ação dos estudantes no ano de 1977. Nesse ponto, a fala sindical assume uma posição desafiadora e, ao mesmo tempo, conflitiva. As palavras do entrevistado Expedito Soares permitem dimensionar os atributos conferidos à ação estudantil naquela conjuntura:

...os estudantes faziam passeatas chutavam a boca do cachorro e brigavam na rua faziam uma movimentação toda que nós operários a gente, desafiava o colega nosso que era militante era militante falava ó ta vendo o operá... os estudantes tão lá na rua enfrentando a polícia e nós que temos o poder de produzir não tamo fazendo nada o regime militar e a situação então a gente pra nós era muito bom ficar ali dentro da fábrica nós militante só não alavancava o movimento estudantil alavancava né ninguém fala nisso, mas eu sempre faço questão de falar isso porque a movimentação estudantil trazia um reflexo à imprensa cobria e tal e a gente ó eles tem coragem e nós não temos ó eu sô muito homem bem então vamos lá vamos a assembléia vamos parar essa fábrica vamos fazer isso fazer aquilo nesse ano foi acontecendo¹¹⁵

É nessa dimensão que aparece o desafio como consequência da ação dos estudantes. Ele é o resultado da consciência adquirida das possibilidades oferecidas pela conjuntura, e só em face disso seria possível supor que esse desafio fizesse sentido ou até mesmo fosse levado a sério. O outro lado da ação dos estudantes presente nessa fala sindical diz respeito a uma questão de estratégia (como será aprofundado ao longo das discussões que buscam entender como o sindicato organizou suas ações estratégicas ao longo do processo). Encontra-se na busca consciente por isolar a luta sindical da luta estudantil. Tal preocupação aparece exaustivamente nas entrevistas realizadas.

Quanto aos fatores de natureza mais histórica, as greves de Osasco e Contagem aparecem como marcos fundacionais para as lutas travadas quase dez anos após no ABC paulista. O tipo de organização e as características dessas greves acabarão se constituindo numa matriz a ser explorada pelos sindicalistas do ABC. Ao comentar os acontecimentos de 1968 em Osasco, Telles (1994b) determina que “será, sobretudo, a partir dos acontecimentos de Osasco que o espaço fabril passa a ser interpretado como lugar de construção de um movimento operário autônomo, dando ao mesmo tempo substância e conteúdo reconhecível à luta por um sindicalismo livre...” (TELLES, 1994b, p.225). Na fala dos entrevistados sobre as greves de 1968, aparece a percepção de que o modelo organizacional desenvolvido ali foi muito promissor. Todavia, também aparece o receio de que o

¹¹⁴ Nas entrevistas, esse fato aparece como sinalizador do início da debilidade da ditadura e ao mesmo tempo como amostra de que a ditadura não abrandara.

¹¹⁵ Entrevista concedida ao autor por Expedito Soares em 17-02-2005. Osvaldo Cavegnato em entrevista concedida ao autor em 15-02-2005 também comenta as dificuldades que o movimento sindical vinha impondo ao projeto de abertura pensada pelo regime.

tratamento conferido pelo regime aos grevistas de Osasco e Contagem poderia ter tido paralelo no ABC paulista, e isso refletiu no temor das lideranças sindicais e nas estratégias adotadas.

Os aspectos pertinentes exclusivamente à organização e arregimentação dos trabalhadores no interior da indústria automobilística não são desprezíveis a este estudo. A compra da Willys pela Ford, em 1967, seria pouco importante, não fosse pelo papel de protagonista que tiveram os metalúrgicos dessa empresa nas grandes greves que se seguiriam. A vanguarda da Ford na greve de 1978 foi exaustivamente explorada no meio acadêmico. Quais as razões objetivas para isso? Negro (1999) salienta alguns aspectos que permitirão explicar satisfatoriamente isso. Segundo o autor, a ferramentaria da Ford-Willys era um verdadeiro nicho de ativistas. Tal fato se devia a maior abertura da Willys às discussões dos problemas intra-fábrica e ao desenvolvimento de um tipo de pressão que, se não era desconhecida nas demais empresas, era ao menos bem menor. A diferença da Ford para as demais empresas automobilísticas da região é acentuada na fala do entrevistado, que, ao comparar seu emprego anterior na Volkswagen com o na Ford, argumenta: “na Ford eu achei assim que contém mais liberdade pra gente começar a discutir política e pessoal assim tinha mais gente que discutia mais que na Volks tinha mais liberdade para a gente discutir essas coisas”.¹¹⁶

A indústria automobilística possuía uma condição *sui generis*, já que se encontrava circunscrita geograficamente, o que lhe imprimia características marcantes. Havia seis grandes empresas multinacionais do setor, todas concentradas no Estado de São Paulo, pelo menos até a ida da Fiat para Minas Gerais. Detalhe: das seis empresas, cinco se encontravam em São Bernardo. No que diz respeito à organização do trabalho, coube a Humphrey (1982) uma análise que mostrou, entre outras coisas, que o controle do Estado sobre os sindicatos permitiu o desenvolvimento de políticas de controle da força de trabalho e de uma estrutura salarial diferenciada dentro desse que era o setor mais dinâmico da economia. Como mostrou o próprio Humphrey (1982), isso se traduziu num espaço de permanente tensão, uma vez que os critérios obedeceram a interesses internos das empresas, nem sempre bem compreendidos pelos trabalhadores. A estrutura de mando no interior das fábricas estava disposta no fato que “os mestres tinham muito poder. Por exemplo, poderiam sugerir que trabalhadores fossem dispensados, e não havia como apelar. E, o que é mais importante, eram os mestres que selecionavam os operários que seriam dispensados por ocasião de cortes de pessoal” (HUMPHREY, 1982, p. 101). Esta estrutura hierárquica foi responsável por um crescente índice de tensão dentro das fábricas.

O cotidiano dos trabalhadores nas fábricas também foi destacado por inúmeros analistas como fator explicativo para o desenvolvimento de um sindicato forte e combativo. Para Rainho e Bargas

¹¹⁶ Entrevista concedida ao autor por Alberto Eulálio em 21-02-2005.

(1983), esse cotidiano era marcado por formas de controle e repressão que conduziam a saídas individuais para os problemas. Não se oferecia, portanto, um horizonte de luta coletiva. Inexistiam canais políticos legítimos, restando como formas de resistência expressivas o voto-protesto e outras formas como a “malandragem”. O que aparentemente era o cenário da inação aparecia para os autores como um espaço de aprendizado para a ação (militância). Para Abramo (1991), o cotidiano dos trabalhadores estava permeado por condições objetivas de trabalho e de vida. De maneira geral, estava marcado pelo arrocho salarial e pela rotatividade no emprego, pela intervenção do governo nos sindicatos e por toda a sorte de repressão tanto patronal, quanto do Estado. Não bastasse isso, os trabalhadores sofriam um processo de dilapidação de suas energias físicas e morais, além de uma violência à sua dignidade, sem ter em contrapartida um mínimo de direitos (1991, p. 183/184). As próprias condições políticas e econômicas da época condicionaram o desenvolvimento da moderna indústria no Brasil. Tal desenvolvimento se deu em uma época:

caracterizada pela modernização e significativo aumento de complexidade do parque industrial brasileiro, as condições políticas vigentes tornaram possível a existência de um acentuado processo de exploração absoluta da força de trabalho, de graves conseqüências em termos de **qualidade de vida** da classe. (ABRAMO, 1991, p.195 – grifos da autora)

Além das questões já mencionadas, há que se ressaltar o papel exercido pelas novas lideranças sindicais. Tratava-se, segundo Santana (1999), de “quadros de dirigentes sindicais que não tiveram nenhum compromisso com o sindicalismo de antes de 1964, pois surgiram mesmo a partir de 1969” (SANTANA, 1999, p. 138). Daí o fato de que foram enfaticamente refratários às práticas do movimento sindical que vigorou até 1964. Muitas dessas lideranças vinham do setor da indústria automobilística conhecido como ferramentaria, pois os trabalhadores desse setor eram os mais especializados e possuíam maior defesa contra a rotatividade do emprego. A maioria dos entrevistados relata a importância da ferramentaria, o status diferenciado dos ferramenteiros e a maneira como isso colaborou decisivamente para a deflagração das greves. Osvaldo Cavegnato¹¹⁷, ao comentar a importância atribuída aos profissionais desse setor, afirma que: “Era o mais especializado na época [...] tinha uma ascensão. O pessoal respeitava muito a gente”. Os demais destacam o papel da ferramentaria na mobilização grevista. É evidente que outros grupos coexistiram com estes que surgiam no cenário. Grupos ligados à Igreja e que traziam consigo novas condições e novos significados para dentro do movimento. Esses grupos agiam dentro das fábricas, discutindo vantagens e desvantagens da luta (HUMPHREY, 1982, p.125), ou, ainda, “eram grupos que antes de 1964 criticavam o cupulismo e a instrumentalização política dos sindicatos, enfatizando

¹¹⁷ Entrevista concedida ao autor em 15-02-2005.

a necessidade da organização de base dos trabalhadores” (TELLES, 1994,p. 229). Esses grupos, ainda, segundo Telles, vivenciavam uma nova realidade, a do interior das fábricas, e, sem dúvida, essa foi uma contribuição relevante para o tipo de prática dali oriunda. Exemplo claro era a Oposição Sindical com uma pauta diferenciada e que ganhou espaço após 1974, além da participação de quadros da esquerda, principalmente do PCB.

Parece indispensável salientar as características peculiares da cidade de São Bernardo. Ela tornou-se ao longo das greves o palco principal dos acontecimentos. No momento que o conflito ultrapassou os limites das fábricas e ganhou as ruas da cidade, o que se observou foi a visualização do conflito num novo espaço de luta. A cidade passou durante os anos 1970 por um processo de modernização que culminou com o aparecimento de todo um setor dinâmico da economia, impulsionado pela indústria automobilística. Ela passou a ser representativa do *boom* econômico experimentado pelo país na época. Convém lembrar, como sugere Abramo (1991), que “em São Bernardo, a categoria dos trabalhadores metalúrgicos tem um peso estratégico” (1991, p.187). A capacidade combativa da cidade não pode ser dissociada da construção de um espaço de luta diferenciado. A articulação dos setores de base da Igreja (ecumenismo) foi fundamental para essa construção. Telles (1994b) observa que os bairros aparecem “como lugar de uma ação dotada de sentido político, que interpelava e articulava sujeitos diversos” (1994b, p.243). Estabeleceu-se um campo de disputa que opôs o espaço de emergência de novos atores produzidos nas lutas nas fábricas e nos bairros que defendiam primordialmente o trabalho de base, em contraposição ao “pessoal antigo”, representado pelos militantes ligados aos grupos de esquerda e que propunha questões mais gerais.

2.3 “Surge João Ferrador” - O “novo” sindicalismo na abertura: constituição de um novo ator político?

Durante os eventos que desembocaram nas greves de 1978, 1979 e 1980, muito se escreveu sobre o sindicalismo. Redescobriu-se o tema, sem a necessidade teórica de incorporar o Partido Comunista. E qual a razão para isso, senão o fato de que as circunstâncias históricas se apresentavam diferentes das do período anterior a 1964. É óbvio que havia continuidades históricas inquestionáveis e outros eventos que se apresentavam como novidade, e eram na verdade uma versão reelaborada de algo que existia há um longo tempo.

A redescoberta do tema trouxe várias indagações sobre a origem desse ator coletivo, sobre seus aspectos de fundo ideológico e suas grandes questões de luta. Havia desde intelectuais, que viam na

irrupção desse ator a origem de uma aristocracia operária¹¹⁸, até autores que o colocava como o artífice de uma nova ordem social, a qual se encontrava em construção no país e, nesse caso, remontaria ao emblemático papel de vanguarda do proletariado. Outros autores ainda observavam a luta dos sindicalistas do ABC a partir de seu conteúdo popular e democrático. Para tanto, atinham-se às suas reivindicações, que iam desde questões específicas, até uma questão tão geral como a democracia.

Independentemente da interpretação que se tenha dado ao tema e ao papel desse ator coletivo na conjuntura, parece consenso a importância política atribuída ao seu surgimento. Humphrey (1982) estabelece uma contundente crítica àqueles que viam ali o surgimento de um sindicalismo de negócios, como interpretava Maria Hermínia Tavares (1983a). Para ele, tal visão ignorava a tarefa política dos trabalhadores, que seria a de derrubar a ditadura militar (HUMPHREY, 1982, p.136). Outro fato apontado pelo autor seria de que as condições ideais para a ação do sindicato se deram com a conjuntura favorável de abertura política e a maior possibilidade de mobilização, em função da crescente retração dos aspectos repressivos do regime (1982, p.150).

Deflagrada pelo regime, a abertura permitiu, a despeito dos interesses iniciais dos seus mentores, o aparecimento de um sem-número de atores coletivos até então invisíveis. A tentativa do regime de estabelecer um diálogo com determinados setores da sociedade civil definidos pelo próprio regime como interlocutores válidos (OAB, Igreja) esbarrou numa incrível constelação de novos atores que surgiam. Diante disso, convém lembrar que o “novo” sindicalismo surgido no ABC paulista não foi definido como um desses interlocutores e, portanto, subsistia num vazio entre sociedade civil e sociedade política.

Para Moisés (1982a, 1982b), o “novo” movimento sindical foi um ator concreto na luta pela democracia no Brasil (1982b, p. 107). Segundo o autor, a conjuntura de crise foi fértil para marcar o rompimento com os padrões até então constituídos, permitindo as condições necessárias para emergirem atores sociais e políticos capazes de escolher o curso de sua ação. É ele quem estabelece o “novo” sindicalismo como uma exceção no quadro da abertura. Não obstante, Moisés, ao referir-se à greve de 1980, define-a como o episódio que abriu a luta pelos direitos de cidadania no Brasil (1982, p.154-155). Todos esses aspectos servem para demonstrar o crescimento da participação

¹¹⁸ Para uma excelente discussão sobre o tema, ver CASTRO, Nádyá Araújo e GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Trabalhadores afluentes, indústrias recentes: Revisitando a tese da aristocracia operária In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.35, nº 2, 1992, p. 173 a 191. Neste artigo, os autores apontam para o fato de que “o exemplo dos trabalhadores do ABC paulista nos anos 70 e 80 parece salientar justamente a importância explicativa da conjuntura política e a percepção da situação operária pelos próprios trabalhadores, em detrimento dos privilégios econômicos e do tipo de setor da economia em que eram empregados aqueles que assumiram a vanguarda das ações do ‘novo sindicalismo’” (1992 p.179).

desse ator coletivo na esfera política. Conforme vão se estabelecendo os confrontos, a pauta política da luta sindical vai se ampliando.

A imprensa nacional parece ser um formidável termômetro para dimensionar a impressão que se tinha sobre a emergência desse ator coletivo. A revista *Veja*¹¹⁹ veiculou, em uma de suas matérias, a impressão sobre esse aparecimento na cena política, destacando que: “Afônicos desde 1964, os trabalhadores brasileiros parecem estar recuperando rapidamente a voz”. Outros veículos da grande imprensa, tais como semanários e jornais, debruçaram-se sobre o assunto, retratando os acontecimentos. A novidade, entretanto, além de ser o próprio aparecimento desse sindicalismo combativo no ABC, foi a forma que ele apresentou. Após quase uma década de ausência no cenário nacional, esse reaparecimento público trouxe uma série de questionamentos sobre a natureza do movimento, seus objetivos, mas principalmente chamavam a atenção para um fato observado por Lula: “O que acontece, de 1977 para cá, é que a imprensa começou a falar do trabalhador”.¹²⁰ É preciso atentar para a trama que envolve esse pressuposto. Se considerada a fala de Lula, duas hipóteses emergem. Primeiro, a imprensa foi responsável direta pelo reconhecimento público desse ator coletivo ou, num segundo caso, ela só deu notoriedade e visibilidade para uma luta que sempre existiu ou que continuou existindo mesmo no pós-1964. Tudo isso é parcialmente verdade, pois se é fato que a imprensa desdobrou-se em dar espaço a esse ator, por razões que dizem respeito a sua própria atividade, também é fato que a luta e a militância subterrânea que existiram dentro das fábricas foram ativas durante os “anos de chumbo” da ditadura. Ainda assim, a constituição desse novo ator político não pode ser deduzida somente a partir desses dois pontos. Quanto à argumentação do papel da imprensa, é preciso que se refaça uma pergunta: por que a imprensa passou a considerar esse ator? Não seria pelo inusitado de seu surgimento, num contexto que até então desconhecia os aspectos invisíveis da luta dos metalúrgicos. Na revista *Isto É* aparece a idéia de que os metalúrgicos aproveitavam “as frestas abertas no autoritarismo do regime para fazer ouvir também a sua voz.”¹²¹ Dito isto, é preciso refletir sobre a dimensão tomada por esse ator colocado no cenário político e perceber que seu aparecimento se deu por conta da abertura de algo até então inexistente, da questão nacional.

As considerações feitas pelos entrevistados sobre o caráter da luta sindical – desencadeada em 1977 pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema – estão pautadas pela premissa de que eram fortemente pragmáticas e que suas reivindicações eram de fato econômicas. Todavia, o movimento também era político, pois era impossível naquelas circunstâncias separar uma coisa da

¹¹⁹ *Veja* nº 477 de 26 de outubro de 1977, p. 26.

¹²⁰ *Isto É* nº 71 de 3 de maio de 1978, p.30.

¹²¹ *Idem*. p. 20

outra, e a emergência de uma agenda política estava inscrita na própria luta sindical que ali foi deflagrada.¹²² Cabe pensar nos limites dessa luta política dentro da tradição na política brasileira, tal como a expõe Debrum (1982), discutindo as estratégias de cooptação adotadas no país, entre as quais figura a conciliação. Refletir sobre essa tradição política brasileira, em meio aos resultados de uma luta que mostrou todo o seu vigor no ciclo grevista de 1978-79-80, é discutir a própria possibilidade de consolidar um projeto popular no país.

2.4 A ação estratégica do Sindicato

Para compreender de que forma a ação¹²³ estratégica do sindicato impactava na conjuntura, é preciso que se considerem alguns aspectos relativos a sua ação visível. Mellucci (2001), ao investigar os movimentos sociais, chama a atenção para quatro aspectos: os facilitadores de tipo conjuntural, a existência de oportunidades políticas, a existência de empreendedores e a crise do ambiente. Antes de tudo, é preciso entender, como sugere Mellucci, que “esses fatores não poderiam operar se o ator não tivesse a capacidade de percebê-los e integrá-los em um sistema de orientação que constitui a estrutura condutora de sua ação” (Mellucci, 2001, p. 47). A relação entre esses fatores, portanto, permitirá articular a ação do sindicato com seu impacto na conjuntura.

As estratégias do sindicato estiveram permanentemente sujeitas às tensões oriundas de várias frentes: da disputa interna dentro do aparelho do sindicato, da sua relação com a legislação trabalhista e sindical, da relação com o governo e com o campo político e, por fim, com o empresariado. A análise da ação estratégica do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema na conjuntura será desenvolvida a partir de cada um dos tópicos desenvolvidos ao longo deste capítulo.

Quanto às disputas internas, elas tornaram-se tão mais contundentes quanto mais avançou a luta sindical. Um dos momentos símbolo para o desenvolvimento da capacidade combativa do sindicato não é, como se poderia supor, o da eleição de Luis Inácio da Silva para a presidência¹²⁴ do

¹²² Quanto a isso, ver COTANDA, Fernando. Tese de doutorado. p. 83 O autor destaca o quanto a estrutura sindical corporativa foi funcional ao surgimento do “novo” sindicalismo e de que forma sua trajetória se encontrava inscrita na própria estrutura. Dado esse fato, torna-se imperativo conceber que um dos caminhos adotados pela luta sindical seria por certo se opor a esta estrutura e em decorrência ampliar sua pauta política.

¹²³ O conceito de ação não aparece como uma simples intenção. Ele se constrói a partir dos recursos disponíveis aos atores e dentro das possibilidades/limites oferecidos por um certo ambiente (MELUCCI, 2001, p. 47). Para efeito da análise em curso, esse ambiente é o da abertura iniciada em 1974 por Geisel e conduzida como transição no governo de Figueiredo.

¹²⁴ Para que se compreenda isso, deve-se considerar que Paulo Vidal, presidente do sindicato no período anterior a 1975, não poderia concorrer à presidência na época, tendo entrado na chapa no cargo de secretário-geral. O fato é que a influência dele era tão grande que muitos viam Luis Inácio como um presidente fantoche. Um evento que marcou a ruptura com isso foi um desentendimento entre ambos, num momento que Paulo Vidal falou em nome do sindicato, desautorizando a fala de Luis Inácio da Silva.

órgão, mas o da conquista de sua autonomia política dentro do sindicato. A conquista definitiva dessa autonomia, entretanto, só se deu em 1978, com a sua reeleição e o afastamento da diretoria de Paulo Vidal e de uma parte da antiga diretoria, pois dizia-se que estavam adquirindo uma postura “pelega”.

Os eventos que se desenvolveram a partir daí pelo sindicato não podem ser vistos como uma ruptura com o passado. A mudança de orientação não pode ser descrita como obra única e exclusiva dessa nova formatação da diretoria, pois os Congressos Metalúrgicos, para citar um exemplo, vinham sendo realizados há algum tempo. Ainda assim, deve-se considerar que as estratégias do sindicato, daí para diante, assumirão uma crescente dose de recusa à obediência formal. A campanha pela reposição salarial de 1977 é prova incontestável disso; pois, se houve de fato o fajutamento dos índices do custo de vida no biênio 1972/73, isso não significava necessariamente a mobilização que se criou em torno disso. Algo estava mudando naquela conjuntura, e isso tinha uma relação direta com os eventos acima relatados. Os empreendedores – gestados durante a ditadura no interior das fábricas – capazes de dar sentido à ação coletiva desse ator haviam tomado o poder de fato da estrutura do sindicato e aliado de vez os setores considerados inoperantes.

A estrutura de oportunidades políticas dada pelo processo de abertura inaugurado em 1974 por Geisel e levada adiante por Figueiredo se não permitiu um espaço sem riscos para o ganho de visibilidade desse ator coletivo, ao menos garantiu que não haveria o mesmo tratamento dado pelo regime aos sindicatos, como no caso de Osasco e Contagem, em 1968. Alguns facilitadores de tipo conjuntural concorreram para tornar possível e incrementar a ação do sindicato, tais como a sucessão presidencial de 1978, com a disputa dentro do bloco militar, através da candidatura do General Euler Bentes. Essa candidatura era tida como uma prova de que a “ditadura já não era mais a mesma”, como também atestavam os próprios descasos do governo, tornando-se cada vez mais públicos os casos de corrupção. Quanto à luta sindical, isso ficava nítido no tocante às determinações da Justiça do Trabalho, que eram descumpridas, sem que houvesse, pelo menos até 1979, uma contra-ofensiva do governo. A crescente mobilização de outros setores da vida nacional também pode ser citada, já que nos momentos críticos da atuação sindical a solidariedade é permanentemente apontada como um dos pontos mais relevantes. Quanto a isso, os entrevistados são unânimes na importância que atribuem a essa solidariedade. Osvaldo Cavegnato¹²⁵, em entrevista concedida ao autor, define assim a percepção que tinha da situação do regime: “Eu acho que a ditadura já não tinha mais como fazer para se sustentar isso vai os movimentos estudantis, sociais, trabalhadores, etc e tal vai chegando à conclusão que olha não dá mais”. Expedito Soares¹²⁶

¹²⁵ Entrevista concedida em 15-02-2005.

¹²⁶ Entrevista concedida em 17-02-2005.

segue a mesma linha ao colocar que “a ditadura tava muito desgastada todo mundo batendo morrendo jornalista ela já tava um pouco fragilizada”. O desgaste do regime foi citado por outros entrevistados, destacando seus aspectos mais visíveis como sendo a crise econômica, a crise política e a irrupção de atores sociais, até então ausentes do cenário

As estratégias adotadas foram ditadas, em grande medida, pelas circunstâncias com que o sindicato se deparou. Elas tinham como horizonte possível o estoque e o tipo de instrumentos com os quais a luta sindical podia contar. Jenkins (1994), a respeito da teoria da mobilização de recursos, comenta que *“la movilización es el proceso mediante el cual un grupo se asegura el control colectivo sobre los recursos necesarios para la acción colectiva”* (1994, p. 14). A construção de uma identidade coletiva, a edificação de uma pauta centrada na luta contra a política econômica do governo, contra a estrutura sindical e a favor do direito de greve, defendendo a desobediência às determinações das instâncias da Justiça do Trabalho, pregando a radicalização da luta e o incremento da pauta, bem como o crescimento político do movimento através de sua articulação com outros movimentos e, por fim, o questionamento de toda a ordem social fazem parte de um mesmo contexto reivindicatório, em que os instrumentos de luta foram utilizados fartamente.

2.5 O “novo” sindicalismo e o empresariado

Nesta seção, será avaliada a luta deflagrada a partir do ano de 1977 entre os metalúrgicos do ABC paulista e o empresariado, procurando-se analisar os momentos de crise, dentro de um contexto marcado pela disputa, num terreno onde as reivindicações econômicas tornaram-se um ponto de inflexão, conduzindo cada vez mais esse debate para um campo de discussão político.

Tradicionalmente preso aos liames dos mecanismos burocráticos de Estado, o sindicalismo brasileiro buscava o atendimento de suas reivindicações via esses mecanismos. Entretanto, com o advento do regime Militar em 1964 e o fechamento de todos esses canais, seguiu-se todo um período de resistência, no qual as lutas sindicais caracterizaram-se por um processo concomitante de experiências e construção de novas estratégias. Uma delas foi, sem dúvida, a luta por negociações diretas com os empresários, como forma de construir um espaço de luta que não dependesse necessariamente da “boa-vontade” do Estado.

É preciso, antes de qualquer coisa, observar as especificidades do regime implantado no pós-1964 e dimensioná-lo nas suas estruturas-chave. Talvez a mais importante delas tenha sido a construção de um modelo de desenvolvimento econômico. Modelo este que requisitava, para o pleno desenvolvimento de suas forças, um arcabouço jurídico especial e uma série de outras condições que, para simplificar, acabavam impondo restrições de toda ordem não só à organização

formal dos trabalhadores, como a toda e qualquer forma de expressão. O conseqüente reflexo dessas medidas adotadas pelo regime pós-1964 conduziu a um dúbio processo: o da implantação de uma ditadura no plano político e da sua transmutação para dentro de espaços sociais, como, por exemplo, as fábricas. Nesse contexto, Abramo (1984) lembra que “os empresários puderam impor uma política de relações de trabalho baseada na repressão, na negação do diálogo, na desconsideração e desrespeito aos direitos sindicais, políticos e humanos dos trabalhadores” (1984, p. 197). Esse estado de coisas ficava evidente na insatisfação demonstrada pelos trabalhadores com a situação dentro das fábricas e com aquilo que eles mesmos definiam como agravo a sua dignidade. Para a totalidade dos entrevistados para esse trabalho, esse é um dos pontos desencadeadores do processo de lutas que se seguiu, o da percepção de que a dignidade dos trabalhadores vinha sendo violada. Alberto Eulálio observa em entrevista que:

“[...] a gente falava muito da questão da dignidade a gente tem que ligar para a nossa dignidade essa palavra dignidade ela pegou muito naquela greve de 79 e 80 e o Lula batia muito nisso né nós temos que ter dignidade para mostrar isso para nossa família nós temos que ter isso, isso e aquilo e a questão pegou muito essa questão essa questão da honra sabe das pessoas...”.¹²⁷

Esse foi apenas um dos vários casos nas entrevistas em que a situação do momento aparecia como verdadeira afronta à honra dos trabalhadores.

Outro ponto que merece destaque é, sem dúvida, aquele que, partindo das circunstâncias acima descritas, propiciou um desmesurado crescimento do poder das chefias dentro do ambiente de trabalho. Isso acabou produzindo a exacerbação dos conflitos intrafábrica já que “os chefes criavam suas próprias normas particulares, excessivas e abusivas, exigindo que fossem rigorosamente observadas” (Abramo, p. 197). Nessa mesma linha Humphrey (1982) também analisa os efeitos disso no cotidiano dos trabalhadores e no desenvolvimento de uma crescente indignação com tais situações. O poder das chefias tornou-se tão grande que respondia, por critérios subjetivos de promoção, à avaliação de desempenho dos operários e à questão das horas-extras, passando ainda por violações e degradações contra operários e operárias.¹²⁸

Juntamente com essa repressão, outro ponto atuava como dinamizador das insatisfações: a percepção de perda salarial contínua. Fato que foi ampliado após a divulgação da manipulação dos dados referentes ao custo de vida dos anos de 1972 e 1973¹²⁹. O desencadeamento de uma ofensiva

¹²⁷ Entrevista concedida ao autor em 21-02-2005.

¹²⁸ O Jornal do Sindicato Tribuna Metalúrgica expunha tais práticas, a fim de identificar os agressores e os tipos de agressão. Tal exposição objetivava chamar a atenção para os abusos, bem como deixar vulneráveis os agressores.

¹²⁹ Fica clara a opção de articular a luta na negociação direta com os empresários na Tribuna Metalúrgica nº 43 de setembro de 1977 onde na seção Nossa Opinião escrita pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo

de luta pelo sindicato deveria levar em consideração os eventos do passado, tais como as greves de 1968 e toda uma lembrança da repressão do final dos anos 1960. Desta forma, a princípio o governo não foi o primeiro pólo envolvido nessa luta. Os sindicalistas, preocupados em articular uma luta que lhes propiciasse melhorias objetivas em sua condição de vida, elegeram como estratégia as negociações diretas, sem a intervenção estatal e, assim, visavam aumentar sua capacidade de ganho e diminuir os custos da repressão por um conflito direto contra o Estado. A percepção do sindicato sobre os eventos de 1978 e, porque não dizer, sua ação sobre os fatos aparece num dos bilhetes de João Ferrador direcionados às “Digníssimas Autoridades do Meu Brasil Grande e Potente” em que, entre outras coisas, ele chama a atenção para a irrupção das paralisações, lembrando que já havia prevenido sobre o perigo representado pelo arrocho salarial e o descontentamento que provocava e ressalta que “sempre se falou que os trabalhadores não agüentavam mais a situação e que alguma coisa acabariam fazendo contra as injustiças dos patrões”¹³⁰. (*Bilhetes do João Ferrador*, 1980, p.53).

A luta por negociações diretas fazia sentido, num momento que o empresariado fazia coro contra a exagerada interferência do Estado na economia, argumentando inclusive que o tamanho do Estado brasileiro o colocava sob a dúvida face de um socialismo disfarçado de capitalismo. Para os sindicalistas, não deixava de ser uma forma de testar os discursos contra o exacerbado poder do Estado, emitidos, num primeiro momento, por setores do empresariado. Aparentemente, tal discurso seria usado contra os seus portadores.¹³¹

Diante desse quadro, alguns cenários tornaram-se possíveis. Primeiro, aquele que permitiria aos empresários não negociar e buscar a força repressiva do Estado, a fim de contornar o problema gerado pelas greves. Isso, de fato, foi tentado ao longo de todo o processo, sendo, no entanto, determinado pela dinâmica do próprio conflito e pela força dos setores envolvidos, quer dos empresários, quer dos metalúrgicos, quer ainda do governo. Nas primeiras greves, em 1978, ao lado de elogios à maturidade dos operários, muitas foram as manifestações na imprensa visando caracterizar as greves como de caráter contestatório, e não economicista. Essa estratégia, desse possível cenário, ficou inviabilizada momentaneamente pelas estratégias adotadas pelo sindicato,

do Campo e Diadema Luis Inácio Lula da Silva, que “Apesar da negativa do Ministério do Trabalho, não permitindo que o problema seja oficialmente discutido com os patrões, a nossa luta pela reposição dos 34,1% prosseguirá”.

¹³⁰ Bilhete do João Ferrador de junho de 1978.

¹³¹ Em grande parte das entrevistas, aparece essa insatisfação com a onipotência do Estado e a percepção de que ao empresariado não interessava mais manter a estrutura montada pela ditadura, já que esta se tornara extremamente cara para os industriais. Por outro lado, deve-se observar a possibilidade de que o discurso de determinados setores do empresariado façam parte da tentativa de construção de um bloco que vise hegemonia para a conquista do Estado. Nesta hipótese, tal conquista seria a realização da Revolução burguesa no Brasil. Para isso, ver o papel do empresariado moderno e a construção de um projeto hegemônico em MOISÉS, José Álvaro. p. 101 e ARTURI, Carlos Schmidt. Dissertação de mestrado.

que possibilitaram um não-envolvimento direto do governo. Dentro do mesmo cenário, uma segunda saída teria sido possível ao empresariado – a de testar a força dos metalúrgicos, sua capacidade de organização e apostar nas decisões da Justiça do Trabalho. Também, nesse caso, essa saída demonstrou não ser a ideal, quer pela desobediência passiva às decisões e determinações das instâncias da Justiça do Trabalho movidas pelos sindicalistas, quer pela incapacidade de punir o sindicato, já que esse habilmente defendia a espontaneidade das greves – fato que colocava governo e empresários em frente a um quadro inusitado. Diante disso, os próprios empresários passaram a ignorar as decisões judiciais que julgavam pela ilegalidade das greves e seguiram negociando. O segundo cenário considera a possibilidade de negociação empresários – metalúrgicos. Num primeiro momento, os empresários negociaram e, ao agirem assim, engendraram uma nova série de eventos, pois:

Em termos monetários, as greves não custaram muito aos empregadores. As perdas na produção seriam prejudiciais numa época em que o mercado se mostrava muito competitivo. Mas nem a produção perdida, nem os aumentos limitados dos salários ameaçaram seriamente a rentabilidade das empresas num ano em que houve um grande aumento na produção automobilística, e em que pela primeira vez foram produzidos mais de um milhão de veículos. Para os empregadores o problema mais sério foi o fato de que as greves marcaram o fim de um período de ‘normalidade’ nas fábricas”. [...] Tomados de surpresa e despreparados, os empregadores foram forçados a abrir mão de um princípio, e abrir um precedente que era mais importante do que o dinheiro. Além do mais, havia toda a probabilidade de a situação ficar pior nos meses seguintes. Esses primeiros passos dos operários automobilísticos de São Bernardo levaram a muitas outras paralisações. (HUMPHREY, 1982, p.170)

Tomados de surpresa, os empresários negociaram, porém, com o objetivo de repassar os valores da negociação aos custos finais dos produtos. Essa opção, apesar de adotada, foi gradualmente inviabilizada pelo governo, por representar um problema aos limites fixados nos índices de inflação.¹³² A consequência dessas ações conduz novamente ao cenário 1 e, por extensão, ao impasse. A exceção foram as negociações que puseram termo as greves de 1978, já que se deram em meio à surpresa geral e a uma certa paralisia, tanto dos empresários quanto do governo¹³³. As negociações tornaram-se a palavra-chave para esse novo momento, aparecendo na grande mídia como uma espécie de panacéia para os problemas originados pela crise econômica e revelados no arrocho salarial. Todavia, as circunstâncias que as possibilitaram, em 1978, sofreriam mudanças nos anos seguintes, apontando para a necessidade de novos esquemas de luta, novas estratégias de

¹³² Na Folha de São Paulo de 24 de maio de 1978, fica explícito o aviso do governo aos empresários: “Aumentos salariais propostos pela Ford a seus funcionários em greve tiveram boa repercussão no Palácio do Planalto. Embora frisando que esta iniciativa ‘é um problema exclusivo da empresa’”. Os empresários, portanto, não estavam impedidos de conceder aumentos, contanto que eles não impactassem nos índices da inflação.

¹³³ Convém lembrar que o ano de 1978 estava marcado no calendário eleitoral pela eleição no Colégio Eleitoral do sucessor do Presidente Gal Ernesto Geisel. Nesse ano, o governo buscou evitar, de todas as formas, o enfrentamento.

enfrentamento junto ao empresariado. Um dos pontos complicadores nas negociações tornou-se, como já foi afirmado, a desautorização governamental para o repasse dos aumentos salariais aos produtos. O entrevistado Edílson da Silva, ao comentar essa proibição governamental, objeta que o empresário se protegia no decreto do governo que proibia que se compensassem os aumentos nos salários com repasse para os preços. Para o entrevistado, assim como para todos os demais, de fato existia espaço para negociação. O problema ficava por conta dos entraves que eram criados.

Tão logo os empresários perceberam as possíveis conseqüências das decisões que vinham sendo tomadas e dos espaços que vinham sendo conquistados como resultado da luta dos metalúrgicos, expressa nas negociações do sindicato e na omissão até então inédita do Estado, ficou evidente a sua incapacidade de responder aos fatos. Isso se percebe na fala de Lula: “Eu converso com o empresário, então ele me manda conversar com o sindicato, ele manda conversar com a FIESP, eu converso com a Federação das Indústrias, que me manda para o governo”.¹³⁴ O destino final, como se nota, é o mesmo que esteve empenhado durante mais de uma década em arrefecer o movimento sindical, e que acostumou os empresários a não precisar pensar a questão operária, pelo tratamento policial que lhe era conferido. A estratégia do sindicato de deixar de fora, pelo menos num primeiro momento, o governo do centro das críticas proporcionou abrir uma frente com o empresariado. A partir disso, a não interferência do governo implicava tanto para um, quanto para outro, em abertura de um espaço de não gerência do Estado ou, ao menos, um freio a um Estado por demais intervencionista. Num primeiro momento, isso foi imprescindível para o sindicato. Para os empresários, por sua vez, não tardou a ficar claro que representava pôr em xeque todo o edifício de dominação montado durante cerca de uma década e meia.

Desta forma, crescentemente foi aumentando a desconfiança por parte dos metalúrgicos em relação ao empresariado, visto que cada vez mais transpareciam aos primeiros as diferenças quanto ao que entendiam por democracia¹³⁵. As estratégias empresariais, a partir de então, passaram a tentar neutralizar as estratégias adotadas pelos metalúrgicos no ano de 1978. No interior das fábricas, a repressão acentuou-se radicalmente através de um sem-número de mecanismos de controle interno, visando evitar futuras ondas grevistas e também a ação sindical. Ao comentar sobre as negociações com o empresariado, Luis Inácio da Silva, o Lula, reafirma a estrutura policialesca montada pelos patrões, deixando ver as inúmeras dificuldades colocadas à organização dos trabalhadores, e chamando a atenção para a conexão entre o discurso e a prática presente na fala dos patrões, como

¹³⁴ Publicado em matéria da revista *Isto É*, nº 71 de 3 de maio de 1978.

¹³⁵ Lula comenta, em relação ao empresariado, que foi no ano de 1978/1979 “que a gente descobriu que a democracia que eles queriam era para democratizar os prejuízos e não os lucros”. In: JUNIOR, Altino Dantas, Op. Citada. 1982, p. 52.

se vê nessa crítica veemente que fez aos que condenavam a forma como as negociações eram realizadas:

A inexperiência da gente, e é por isso que hoje um bando de filho da puta que critica a gente por aí, que não passou por isso, não consegue analisar a coisa. Tudo isso acreditando na palavra dos patrões. Acreditando que quando o patrão fala em estabelecimento do Estado de Direito, em democracia, em direito de greve, é verdade. Porque se fosse verdade ele fazia, essa democracia, esse Estado de Direito, na fábrica dele (JUNIOR, Altino Dantas, 1982, p. 41).

O que chama a atenção aqui é, mais uma vez, a crescente desconfiança dos metalúrgicos na palavra dos empresários. O Presidente do sindicato Luis Inácio comentava a todo instante as dificuldades de fazer valer os acordos, já que tão breve os trabalhadores retornavam ao trabalho o acerto era alterado.¹³⁶ O processo de mobilização não era um aprendizado somente para o sindicato; também o era para os empresários e suas organizações, de forma que nos anos de 1979 e 1980 novas experiências surgiram de lado a lado. As estratégias do sindicato visavam dividir os empresários no momento das negociações, colocando os grandes empresários do grupo Fiesp de um lado, e os pequenos e médios de outro, em face da incapacidade dos últimos de suportar longos períodos de greve.¹³⁷ Abramo (1991) sintetiza a reação do empresariado, quando da irrupção do movimento grevista:

Los empresarios, a su vez, sorprendidos por la irrupción del movimiento, se habían dividido; se acusaban mutuamente por el estallido del movimiento, sin conseguir establecer una táctica común frente a las huelgas que se sucedían. Un grupo significativo de ellos, -considerados como más liberales, y que en esse momento se enfrentaban al ala más conservadora, enclaustrada em la dirección de la Federación de las Industrias del Estado de San Paulo (FIESP) desde 1964, reconoció la legitimidad del movimiento. Elogio su “madurez” y “seriedad”, y atribuyó la responsabilidad por las huelgas a la rigidez de la política salarial vigente. (ABRAMO, 1991, p.103).

É verdade, também, que os empresários exploraram ao extremo as diferenças internas das lideranças sindicais, em determinados casos apostando na fragmentação dos representantes dos sindicatos do interior. O certo é que aquilo que valeu em 1978 não teve o mesmo efeito nos anos

¹³⁶ Ele cita o exemplo da Scania Vabis, onde foi acertado um reajuste de 20% e, na hora de assinar o acordo na Delegacia Regional do Trabalho, o representante da Scania afirmou não poder assinar, pois estaria rompendo o acordo da indústria automobilística. Os trabalhadores já se encontravam nas fábricas, onde foi armado um forte esquema de controle e foi oferecido 6% a eles. Na Mercedes-Benz, foi à mesma coisa, foi feito um acordo de 15%, a seguir descumprido. A Mercedes deu os 15%, mas na forma de aumento anual ao qual os operários já tinham direito. Isso, segundo Lula, gerou insatisfação dos metalúrgicos para com os trabalhadores.

¹³⁷ No ABCD Jornal – veículo de imprensa que serviu para divulgar as idéias do sindicato durante o período de intervenção que tirou de circulação a Tribuna Metalúrgica – noticiou no seu nº 26 de 18 a 24 de abril de 1979 o racha dos patrões, colocando de um lado os pequenos que acusavam a Fiesp de somente representar os interesses dos patrões. O título sugestivo foi “Patrões racham, mas são os mesmos”.

seguintes, exigindo que fossem repensadas as formas de articulação e mobilização por parte dos sindicalistas, privilegiando a organização. Se as greves de 1978 não foram espontâneas, como se dizia, também não foram obras de uma organização primorosa. Antes, pelo contrário, se escoraram na provisoriedade e careceram de uma perspectiva teleológica que lhes imprimisse algo para além do momento. Se naquele contexto isso foi uma virtude, em momentos seguintes apresentar-se-ia como debilidade. A atitude do empresariado vista pelos entrevistados deixa claros os estreitos limites da luta e, por extensão, a forma marginal que atribuíam ao operário. Edílson Ferreira da Silva¹³⁸, ao falar sobre os patrões sugere que: “[...]os empresários eu costumo dizer que empresário que paga bem se sente mal e que paga mal se sente bem...”. Também em vários momentos aparecem referências à existência da chamada lista negra, que servia para identificar os ativistas e garantir que eles não fossem empregados no setor novamente. Para corroborar de forma mais definitiva com a argumentação, o depoimento de José Arcanjo é emblemático. Para ele:

os caras tinham uma hegemonia do cão [...] eu sai fiquei seis meses sete meses fora fui pra construção civil trabalhei sete meses na construção civil voltei da construção civil voltei pra metalúrgica de novo entrei numa firma chamada na época SBC estamparia São Bernardo hoje essa firma se chama Frahn filtros Frahn e daí eu sai fui pra Mercedes cinco anos e pouco da Mercedes eu fui pra Ford e acabei aposentando na Ford, mas sempre aqui nessa luta que eu batalhei vim pra aqui e nunca parei mesmo com medo a hora que a boca esquentava eu fui ser técnico de futebol de Várzea fazer tudo quanto é coisa [...] e quando nós chegamos em 74 ai tinha quatrocentos e cinquenta integrantes no congresso o Dops visitou a casa dos quatrocentos e cinquenta levou [...] todo mundo, todos [...] ai começou essa perseguição [...] e nós acabamos nessa luta que nós acabamos fazendo alguma muitas greves nesses anos que era política não era greve mesmo.¹³⁹

Ao lado dessa visão mais negativa dos empresários, outra transparece. Uma que dá conta de um ator social que, como comentou Expedito Soares¹⁴⁰ em entrevista, não é nenhum “bicho-papão” ou, como o próprio entrevistado sugere, que até havia por parte deles vontade em negociar, mas que eles também tinham temor da reação do governo.

A preparação para os próximos lances nas negociações entre patrões e metalúrgicos passava pelas campanhas salariais. O teste de força seria a campanha do ano de 1979, quando os metalúrgicos pretendiam ampliar as vitórias conquistadas no ano anterior, e os empresários, a seu turno, viam essa campanha como a oportunidade para:

recuperar o que tinham perdido. Sabiam que tinham cedido em maio, e viam as negociações de 1979 como um meio de desacreditar o sindicato, e conseguir de volta o que tinham conseguido. Num nível mais geral, os dirigentes metalúrgicos de São Bernardo esperavam consolidar sua importância crescente no movimento

¹³⁸ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

¹³⁹ Entrevista concedida ao autor por José Arcanjo em 22-02-2005.

¹⁴⁰ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

sindical, embora os empresários procurassem minar seu avanço e derrubar por completo o sindicato de São Bernardo. (HUMPHREY, 1982, p.180).

A greve de 1979 teve um caráter diferente das greves de 1978 e permitiu o acirramento de posições de parte a parte, levando, no limite, à interferência do governo e à intervenção no sindicato. O apelo dos empresários para que ocorresse essa intervenção manchou irremediavelmente a confiança dos metalúrgicos na capacidade de diálogo destes.¹⁴¹ Também ficaram muito claras as estratégias adotadas pelos patrões, quando o impasse estava criado. Ao não poder repassar os reajustes salariais para os preços dos produtos, os patrões argumentavam que era impossível dar aos trabalhadores o que eles pediam. Diante disso, essa questão passava a ser um problema da alçada do governo.

Por mais que o sindicato tenha tentado isolar a luta na sua relação com o empresariado, buscando, dessa forma, garantir melhorias econômicas aos metalúrgicos, os entraves eram cada vez mais visíveis. Ainda que o governo não atuasse formalmente, a existência de uma série de entraves legais construídos pelo próprio regime ou legados de um passado repressivo, não garantiam sequer o status de cidadania à classe trabalhadora. Restava, portanto, mercê dos próprios acontecimentos, ampliar o escopo de luta, visando à raiz dos males que constrangeram as possibilidades de sucesso, quando da tentativa de reivindicar num plano unicamente sindical.

2.6 A crítica à estrutura sindical na transição e as suas formas de interlocução

A estrutura sindical brasileira foi o pano de fundo sobre o qual o regime construiu as bases do desenvolvimento industrial no país no pós-1964. Foi ela que estabeleceu a base das relações trabalhistas que, entre outras coisas, colocou sob amarras o movimento sindical e, não à toa, tornou-se o alvo principal do sindicato. Através da crítica contumaz ao modelo de estrutura sindical, foi possível criticar indiretamente a própria organização do Estado no Brasil e transcender a luta meramente econômica – ou que se dizia econômica – para um terreno eminentemente político.

Um outro aspecto a considerar é que, diante da imposição dessa legislação, tornou-se, principalmente no pós-1964, muito difícil para os trabalhadores organizarem formas de expressão dentro da legalidade, restando a construção de canais alternativos. O fechamento de todos os canais

¹⁴¹ A Tribuna Metalúrgica nº 49, de novembro de 1978, em sua página 3, comenta a ofensiva patronal e as orientações da FIESP. Título da matéria: “Patrões estão soltando fogo”. A ofensiva patronal, nos últimos tempos, tornou-se generalizada [...] tudo com vistas a romper a unidade e a organização dos trabalhadores, provados com a realização das greves. As agressões, represálias e arbitrariedades atingiram indistintamente a todos. Sequer velhas garantias de lei, respeitadas durante vários anos, escaparam à sanha.

existentes para participação dos trabalhadores foi instrumental para a implantação do modelo econômico; porém, com o desencadear do processo de mobilização e organização no ABC paulista, conduzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, a estrutura sindical tornou-se o seu alvo preferido e a luta pela construção de espaços legítimos de representação, um desejo generalizado.

Tavares de Almeida (1983a) identifica que, após o período (1964-65), a dupla repressão sobre os sindicatos diminuiu, dando espaço para um renascimento da atividade sindical. Mesmo funções limitadoras e, particularmente, tidas como articuladas ao sistema, como o assistencialismo, acabaram por abrir espaço para o estabelecimento de vínculos com uma base crescente¹⁴². Seguindo esta linha, a autora identifica o contundente e inovador discurso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, expresso por volta de 1973, como “uma voz isolada mas potente” (TAVARES DE ALMEIDA, 1983a, p.201) que tinha como elemento fundamental “uma crítica contundente à política social e trabalhista do regime autoritário” (idem, p.201). A conexão com o processo político de abertura em curso se traduziu num espaço maior de manifestações.

Antunes (1988) permite uma reflexão quanto aos obstáculos colocados à luta do “novo” sindicalismo. Para ele, estes se encontravam em duas frentes. O Estado, aliado aos empresários, com o objetivo claro de evitar um maior ascenso das lutas sindicais ou seu alargamento para outros setores, utilizou-se de um sem número de estratégias, desde colocar em funcionamento a todo vapor a legislação corporativa até o uso da Lei de Segurança Nacional. Outro obstáculo nada desprezível dizia respeito aos próprios sindicalistas, quer no tocante às lutas intestinas entre os grupos que disputavam posições no campo sindical, quer nas estratégias escolhidas para interferir no campo político. Tal divisão permitia entrever que o futuro do sindicalismo passaria por essas disputas internas. Acrescente-se que a conjunção desses dois fatores conduziu a um quadro marcado pela ação repressiva e incidente do Estado e dos empresários sobre o “novo” sindicalismo e suas lideranças mais representativas, fortalecendo os grupos de oposição, mais acostumados aos canais considerados legítimos.

Vale a pena recordar, a propósito, que as greves do ABC paulista que eclodiram a partir de 1977 deram-se no bojo de uma campanha por reposição salarial que não encontrou na estrutura corporativo-repressiva canais adequados de processamento. As conseqüências políticas dessa ausência de canais são conhecidas. (TOSI RODRIGUES, 2001, p.35).

¹⁴² Os entrevistados, ao comentarem a manutenção da política assistencialista no sindicato, mesmo após a chegada de Luis Inácio à presidência do sindicato, se apressam em explicar que essa política não poderia ser extinta de uma hora para outra e que ela, sob essa nova situação, tornara-se instrumental a estratégia do sindicato de firmar o pé sobre a base metalúrgica.

A legislação sindical corporativista herdada do Estado Novo trazia toda ordem de constrangimentos à ação sindical, desde coibir a ação dos ativistas dentro das fábricas, ao não oferecer garantias quanto às represálias dos patrões, até permitir a cassação dos líderes sindicais e, principalmente, proibir a greve.¹⁴³ As dificuldades da luta sindical ficam explícitas nos obstáculos colocados para a utilização da greve como forma de obter melhorias salariais. Mas é preciso dizer que boa parte do discurso dos metalúrgicos construído contra essa legislação restritiva não colocava como principal responsável nem o governo, representado pelo regime pós-64, nem tampouco os empresários. Para as lideranças sindicais “autênticas”, os principais responsáveis pela manutenção desse *status quo* eram justamente as lideranças sindicais “pelegas”, que utilizavam a estrutura corporativa para obterem benefícios pessoais. Quanto a isso, Luis Inácio sugere que “o grande empecilho para as modificações na estrutura sindical é o próprio movimento sindical, que não quer modificações” (JUNIOR, ALTINO DANTAS, 1982, p.77). Para Lula, a questão passava por entender por que a estrutura sindical não era mudada pelos sindicalistas, já que ela havia se mostrado incompatível com os interesses dos trabalhadores. A resposta encontrada serviria para demarcar as fronteiras do sindicalismo chamado “autêntico”, daquele feito até então e denominado de “pelego”.

No caso do novo sindicalismo, os trabalhadores foram capazes de elaborar estruturas organizacionais “a partir da base” e por fora da institucionalidade permitida pelo corporativismo estatal. Não deixaram tampouco de fazer a crítica do uso corporativista das políticas sociais: “A CLT é o AI-5 dos trabalhadores”, afirmou o sindicalista Lula (apud MUNAKATA, 1984, p.106). A essa estrutura corporativista o novo sindicalismo agregou (embora de fato sem romper com ela por inteiro) formas autônomas de representação corporativa dos trabalhadores, que se consubstanciaram na formação das centrais sindicais, notadamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), no início dos anos 80. (TOSI RODRIGUES, 2001, p.36)

A estratégia para a mudança passava por identificar as conseqüências da institucionalidade e a busca por uma forma de contorná-la ganhou força a partir da luta pela reposição dos 34,1% manipulados pelo governo. Esta luta foi uma espécie de marco inicial dos questionamentos quanto à forma como a legislação limitava os trabalhos do sindicato, colocando-os sob amarras legais, pois como sugerem os próprios metalúrgicos “[...] foi em São Bernardo que se desfraldou a bandeira de reivindicações tão importantes como a reposição dos salários perdidos no tempo do ‘milagre brasileiro’, assim como fomos os primeiros a questionar, desafiando proibições de toda ordem, a nossa estrutura sindical”.¹⁴⁴ O próprio processo ensejava uma crítica contundente do clientelismo e

¹⁴³ Embora permitida pela C.L.T com as mudanças da Lei 4.330 que passou a vigorar a partir de junho de 1964 na prática era difícil, para não dizer impossível, realizá-la dentro da legalidade. Em 4 de agosto de 1978, o governo baixa um decreto-lei regulando a 4.330, sob pretexto de adequar a legislação à nova realidade – é bom lembrar das greves no ABC no início de 1978 – tornou-a ainda mais inflexível com a greve como instrumento de luta.

¹⁴⁴ Tribuna Metalúrgica nº 45 de fevereiro de 1978.

do corporativismo estatal e abriu um espaço para a discussão de novas formas de fazer política, a partir da própria experiência do sindicato.¹⁴⁵ No ponto alto da irrupção grevista, a idéia de que havia um desafio à legislação era visível e apontava a necessidade de mudança. A idéia motriz do movimento, a da reconquista da dignidade, servia para levar adiante o que aparece na grande parte das entrevistas, a desobediência. Efetivamente, foi o que se produziu; pois, ainda que as determinações das instâncias ligadas à Justiça do Trabalho fossem contrárias aos interesses dos trabalhadores, em momento algum houve recuo, mesmo quando aparentemente as decisões representavam alguma vantagem à luta dos metalúrgicos.¹⁴⁶ Essa espécie de desobediência civil às determinações legais encontrava respaldo na idéia de que a legislação deveria acompanhar as mudanças sociais. A C.L.T estaria, portanto, anacrônica aos acontecimentos. Era fato dito e havido que as greves de março de 1978 haviam posto a legislação abaixo e que mudanças se faziam mais do que necessárias.

[...] a lei que proíbe as greves não pôde funcionar desta vez, e jamais terá qualquer utilidade, se o país continuar no caminho da democracia. Não desejamos ver revogada (o que na prática já aconteceu) apenas essa lei. Mas que sejam modificadas aquelas outras que limitam a atuação dos nossos sindicatos. Vale dizer, meus senhores, que as reclamadas liberdade e autonomia sindicais deverão vir desta vez.¹⁴⁷ (*Bilhetes do João Ferrador*, 1980, p.54).

Havia a consciência de que a desobediência à lei era condição *sine qua non* para a construção de um sindicalismo combativo¹⁴⁸. Os aspectos mais relevantes nesse empreendimento foram sem dúvida a luta para desatrelar os sindicatos do Estado¹⁴⁹, a luta por uma central sindical e o direito de greve. Ficavam visíveis as limitações das ações do sindicato diante dessas restrições. Daí que a luta para desatrelar o sindicato do Estado representava, de um lado, pôr a nu a ação dos “pelegos” no movimento sindical, já que estes eram, na visão dos sindicalistas autênticos, os responsáveis pela perda da combatividade da luta sindical e, de outro lado, garantir os sindicatos contra as

¹⁴⁵ Para uma análise pormenorizada dos reflexos do modelo corporativista implantado no Brasil, sobretudo no período pós-1930 ver: NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF; ENAP, 1997. O autor reflete sobre as quatro gramáticas políticas que fazem parte do estoque de alternativas políticas do Executivo Federal. (p. 57)

¹⁴⁶ Isso ficou bastante claro quando do julgamento da greve de 1980 o Tribunal declarou-se sem competência para julgar a legalidade do movimento. Longe de considerar isso uma vitória definitiva, os operários continuaram a greve, ressaltando que o arbitramento dos índices pelo Tribunal os levava a perdas de conquistas dos movimentos paredistas anteriores.

¹⁴⁷ Bilhete do João Ferrador, setembro de 1978.

¹⁴⁸ A capa de **Veja** nº 508 de 31 de maio de 1978 traz como título “A agonia da Lei de Greve” e constata que “Na prática, como se viu, aconteceu uma revogação da lei, determinada pela fórmula pacífica, mas eficaz, que os trabalhadores descobriram”. (p.68)

¹⁴⁹ A C.L.T em sua Seção II Do Reconhecimento e Investidura Sindical define o quanto os sindicatos são reféns do Estado, preservando na essência o corporativismo. O Art. 518 é contundente, “O pedido de reconhecimento será dirigido ao Ministro do Trabalho instruído com exemplar ou cópia autenticada dos estatutos da associação”. Não bastassem tais limitações, ainda há que constar o papel atribuído aos sindicatos, vistos como órgão de colaboração do Estado com um papel quase previdenciário, como fica claro no Artigo 592 que versa sobre a utilização da contribuição sindical.

intervenções, vistas como sinal de debilidade da capacidade combativa da luta sindical. As intervenções são memória recorrente para os entrevistados, que as apontam como uma limitação inerente à atividade sindical e também como a prova da necessidade de construção de novos canais de luta, sobretudo políticos. A própria idéia de um Partido dos Trabalhadores, como se verá, nasceu deste tipo de percepção da realidade.

A discussão de uma central sindical como necessária aos interesses dos trabalhadores foi sendo gestada ao longo do processo. Do seu lado, o governo sempre se pronunciou contra a sua criação, justificando para tanto a antiga C.G.T e o caos representado pelo governo Goulart. Quanto a isso, ao menos na fase inicial de irrupção do movimento, os próprios metalúrgicos se pronunciavam contra a sua criação, em virtude da existência dos constrangimentos legais. Para eles, uma CUT nascida dentro da estrutura sindical existente nasceria também viciada. Porém, poucos duvidavam da sua necessidade a fim de unificar as lutas no país.¹⁵⁰ A CUT representava para o “novo” sindicalismo a possibilidade de potencializar a ação sindical para além das fronteiras do ABC paulista. Representava, também, a possibilidade de unir, sob uma só bandeira, lideranças surgidas naquela conjuntura e identificadas entre si pela rejeição à estrutura sindical existente. O surgimento de uma Central Única, obstaculizada ao extremo pelo regime, não se deu através da ação vanguardista de um Partido Operário. Naquele contexto, Partido e Central Única nasceram juntos, ditados pelas lutas sindicais no ABC e pela influência de um sem-número de movimentos sociais que eclodiram. A necessidade que levou os metalúrgicos a lutarem por ela reproduziu-se na sua formação e desenvolvimento posteriores e – na mesma medida que representou um corte abrupto, tanto com o passado pré-1964, como quanto com o controle sindical sob o autoritarismo – também representou um projeto político com um amplo espectro de atores e, desta forma, extremamente heterogêneo. A capacidade transformadora da CUT passava necessariamente pela articulação desses atores em torno de um projeto democrático. Essa reorganização do movimento sindical sob novas bases tem uma característica diferenciada, e que foi muito bem assinalada por Leôncio Martins Rodrigues (1991), ao afirmar que:

[...] a reorganização do sindicalismo não saiu do interior do próprio sindicalismo. Por volta de fins da década de 70, havia, na verdade, apenas uma facção de “sindicalistas puros”, composta pelas lideranças sindicais agrupadas em torno do Lula. No início, como vimos, as lideranças de São Bernardo repudiavam a atuação política, queriam os “estudantes” longe do movimento sindical, desconfiavam dos políticos de todas as cores e viam a Igreja como uma força conservadora. Mas, em curto espaço de tempo, essa facção de sindicalistas aproximou-se da Igreja, dos políticos “populares” e das facções marxistas-leninistas para

¹⁵⁰ Matéria publicada na **Folha de São Paulo**, em 8 de outubro de 1978: “A criação da Central faz parte da tese apresentada ontem pelo Sindicato de São Bernardo, que considera que neste mesmo sentido, vemos as reivindicações pelas liberdades políticas e democráticas de manifestação, reunião, organização e expressão como indispensáveis”. Ver também anexo 1e.

criar o PT e a CUT. Assim se completou a “partidarização” do sindicalismo. (RODRIGUES, 1991, p.41, 42)

Ao regime não era possível fazer frente a esse novo ator coletivo utilizando-se de instrumentos comuns à época populista, nem era de se esperar que as lideranças sindicais que construíram a CUT estivessem disponíveis para cooptação pela máquina do Estado, uma vez que solidificaram sua identidade em oposição a estas formas e ao próprio Estado autoritário. A estratégia da Conciliação aparentemente encontrava à frente um obstáculo intransponível, contra o qual só a formação de Centrais Sindicais paralelas e a divisão da própria CUT¹⁵¹ faria frente.

A forma encontrada pelo regime para pelo menos retardar o aparecimento desse ator coletivo foi o de propor, cada vez mais, mudanças na legislação, justificando-as pelo contexto de abertura política, e isso imprimia um novo caráter às alterações defendidas¹⁵², isto é, mais uma vez um trecho do bilhete do João Ferrador aponta para a solução oferecida: “Não vamos exigir a ‘decretação’ de uma nova estrutura sindical. Mesmo porque julgamos que a época dos ‘pais dos trabalhadores’ já passou”¹⁵³ (*Bilhetes do João Ferrador*, 1980, p. 58). Atrelado a esse anseio, vem o conselho para que as autoridades dispensem alguma atenção ao Congresso realizado pelo sindicato. Que Congresso é esse e qual a sua importância naquela conjuntura? Tratou-se do IIIº Congresso Nacional dos Metalúrgicos, que teve a presença dos ativistas que participaram das greves do início do ano de 1978 e que, por isso, traziam alguma experiência de luta do interior das fábricas. O Congresso foi marcado pela participação do “Grupão”, que “ajudou a definir e aprofundar uma maneira de atuação no Sindicato. Contribuiu para definir a política sindical em São Bernardo, principalmente através da participação que seus integrantes tiveram no III Congresso” (Rainho & Bargas, 1983, p.101). De certa forma, o “Grupão” representava a união entre militantes organizados na região e trabalhadores do interior das fábricas e que tiveram participação ativa, quando das greves de 1978.

A natureza desse Congresso foi muito peculiar, abordando principalmente o tema da estrutura sindical. A fim de ampliar o escopo das discussões, foram realizadas com finalidades preparatórias várias palestras com professores e especialistas no assunto.¹⁵⁴ Este Congresso foi marcante por

¹⁵¹ Em pesquisa sobre a natureza da Central Sindical surgida naquela conjuntura, Roque Aparecido da Silva (1984) conclui que “Segundo a análise que estamos realizando, podemos considerar que uma CUT criada nas atuais condições – não tendo como fonte de legitimidade as bases sindicais organizadas – poderia facilmente se tornar um espaço de disputas político- partidárias [...]”. (1984, P.24) Esse era um dos dilemas da intrincada relação entre a luta sindical naquela conjuntura e a idéia de formação da Central Sindical e do PT. O risco era que ao negar o passado (CGT e PCB) o “novo” sindicalismo o reafirmasse.

¹⁵² No IIIº Congresso dos Metalúrgicos, realizado de 6 a 15 de outubro de 1978, algumas resoluções importantes são tiradas, entre elas, a concessão da plena liberdade aos sindicatos até a extinção da contribuição sindical. Ver anexo 1f.

¹⁵³ Bilhete do João Ferrador de novembro de 1978.

¹⁵⁴ A lista das palestras pode ser encontrada em RAINHO, L.F & BARGAS, O;. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo** (1977-1979). São Paulo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São

diversas razões, mas principalmente por representar um instrumento de conscientização para um problema até então pouco abordado e que agora ganhava até as páginas da grande imprensa. Como exemplo, tem-se matéria publicada na *Folha de São Paulo* de 7 de outubro de 1978 que dava conta de críticas a “estrutura podre” que interessava muito mais ao capital do que aos trabalhadores. Ainda ressalta que do congresso sairia um amplo debate com um projeto de reformulação da estrutura Sindical Brasileira. Após o Congresso, Luis Inácio foi chamado a prestar conta do caráter nitidamente político do Congresso. Passava a haver gradativamente a tomada de posições que entravam em atrito direto com o governo.

Mas, afinal, em que se sustentavam as mudanças na legislação defendidas pelo sindicato? Essas mudanças deveriam prioritariamente dar conta de libertar do jugo estatal os sindicatos, já que se tornara evidente, em especial na jornada grevista de 1979, a absoluta precariedade e orfandade da luta sindical, a ponto de, na seção Nossa Opinião da Tribuna Metalúrgica, o Presidente do sindicato, Luis Inácio, afirmar que:

Muito se tem comentado e reclamado a respeito da estrutura sindical brasileira. Entretanto, a intervenção em nosso sindicato, como último recurso dos patrões para sufocar de vez o nosso movimento reivindicatório, foi a maior prova de que ela está ultrapassada. Não mais atende aos interesses dos trabalhadores e choca-se cada vez mais com os anseios de liberdade do país, os quais aos poucos vão se concretizando.¹⁵⁵

Com a intervenção, em 1979, ficaram muito claros os limites para a atuação sindical. Os eventos desse ano e do ano seguinte, quando da intervenção do Ministério do Trabalho no sindicato, após uma greve de 41 dias, fizeram parte de um mesmo processo: o da contenção do movimento sindical dentro dos estreitos limites das amarras legais. Com o passar do tempo e a solidificação de um grupo de sindicalistas chamados “autênticos”, entre os quais, Olívio Dutra e Gushiken – citados inúmeras vezes pelos entrevistados como verdadeiros expoentes do bloco combativo –, a construção de uma Central Sindical tornou-se uma verdadeira obsessão, a ponto de ter ultrapassado em interesse a idéia da fundação do Partido dos Trabalhadores. Obviamente que, para sua concretização, alguns fatores precisariam concorrer, tal como a anuência do governo e a possibilidade de construir uma Central Sindical isolada das lideranças pelegas que controlavam as Federações.

Diante de tamanho ciclo mobilizatório, uma das indagações mais importantes seria a respeito do alcance das mudanças por ele operadas. Teria o ciclo de saída, como conceitua Tosi Rodrigues (2004), efetivado-se, sem que as rupturas tivessem se dado? Quanto a isso, Antunes aponta o ano de

Bernardo do Campo e Diadema, 1983. Convém ressaltar que os temas iam desde a história do sindicalismo até temas que se tornariam peças-chave na continuidade das lutas como Comissões de Fábrica ou Unidade e Pluralidade Sindical.

¹⁵⁵ Tribuna Metalúrgica nº 51 de junho de 1979.

1980 como paradigmático do início do refluxo que se veria nos anos seguintes¹⁵⁶. Além dos motivos apontados, o autor ainda ressalta um quadro econômico recessivo e a intensificação da repressão aos movimentos sociais como fatores determinantes para tal retração nas lutas sociais no período. Para Tavares de Almeida (1983a), os limites expressos na onda de mobilização do sindicalismo brasileiro do final dos anos setenta mostraram que a comoção não foi suficiente para derrubar todo o arcabouço legal que estruturava – e estrutura – o sindicalismo, um pouco por conta da ação do aparelho de Estado, dos defensores do modelo, entre eles, os empresários e, principalmente, os próprios sindicalistas. A força do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, embora toda a irradiação de idéias e de ações práticas, não teria se traduzido no desenlace com o Estado e muito menos num sindicalismo autônomo. A autora conclui ressaltando que “uma coisa é certa: pelo menos por algum tempo, os rumos do movimento sindical não se definirão com independência dos partidos políticos” (TAVARES DE ALMEIDA, 1983a, p.214). Essa conclusão nos autoriza a enxergar para além da luta visível, pois permite ampliar a análise do impacto da atuação sindical, revelar a existência de um horizonte de mudanças que não se circunscrevia unicamente à alteração da estrutura sindical.

2.7 A Agenda do “novo” sindicalismo

Demonstrada na prática a falta de espaços legais para a expressão dos trabalhadores, restava construir novos canais de interlocução. A crise provocada pelo arrocho salarial, que redundou no ciclo grevista de 1978, 79 e 80, a crítica veemente à estrutura sindical herdada do Estado Novo e a irrupção de vários movimentos que contestavam a ordem autoritária foram o terreno fértil para a construção de uma agenda própria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

A análise mais detalhada dos Congressos organizados pelos metalúrgicos permite ver de que forma os acontecimentos pós-1977 possibilitaram a ampliação do debate de uma agenda que iniciou como agenda sindical preponderantemente de cunho economicista, cresceu, ao incluir a negação ao modelo corporativista, e se ampliou, a fim de incluir a luta política e uma perspectiva nacional. O I Congresso foi realizado em 1974, na sede do sindicato, e já evidenciou uma postura diferenciada que ali surgia. A declaração que saiu desse Congresso permite observar que alguns pontos que

¹⁵⁶ Antunes (1986) aponta que em 1978 eclodiram 136 greves das quais 119 foram em São Paulo. Em 1979 foram 224, sendo 76 em São Paulo e em 1980, sobretudo após a greve dos metalúrgicos de São Bernardo, houve um nítido momento de refluxo no movimento grevista. Para ele, 1980 encerra um ciclo de lutas iniciado em 1978 e, também carrega um significado contraditório, pois se isso é verdade, também o é o fato de que foi justamente ali que “[...] ele mais profundamente questionou e mesmo enfrentou as bases do poder econômico e político[...].” (ANTUNES, 1986, p.62). É no período apontado como de declínio que o movimento alcançou o ápice de sua luta política.

apareceriam com força nos anos seguintes já se encontravam presentes ali, tais como a constatação do esgotamento do modelo econômico e a utilização pelos patrões da rotatividade da mão-de-obra como forma de conter os salários.¹⁵⁷ Além desses, foram defendidos o reconhecimento da liberdade sindical, com a conseqüente revogação das restrições presentes na C.L.T, algo absolutamente revolucionário, se for considerado o período em que se deu o Congresso. É preciso ressaltar que a pauta do Congresso não abordou os grandes temas da política nacional, o que é compreensível por várias razões. Ainda assim, não se furtou ao debate sobre questões macro-econômicas, que, como se sabe, estavam e sempre estiveram escoradas pelos mecanismos políticos. Isto ficou bastante evidente na forma como era vista a política salarial e a conseqüente uniformização que produzia, a despeito das diferenças existentes no setor automobilístico, reconhecido como pólo dinâmico da economia. O Congresso seguinte, realizado em 1976, possui uma particularidade: foi o primeiro realizado já sob a presidência de Luis Inácio da Silva. Esse fato não seria tão destacado, se não representasse um ponto de inflexão ao longo das entrevistas que apresentam esse Congresso como um momento de ruptura dentro da política interna do sindicato. Na fala de Alberto Eulálio, um dos entrevistados:

na Volks tinha mais liberdade para a gente discutir essas coisas em 1975 teve o congresso da categoria aqui do ABC e foi o que me parece em Poços de Caldas à gente ficou sabendo desse congresso né pouca gente podia participar porque a empresa não liberava, mas a gente já tinha começado a ir no sindicato foi quando eu conheci o Lula em 1977 [?] no sindicato e nós fomos lá tinha pouca gente não tinha muita gente foi quando foi levantado essa questão de que a gente tinha perdido 34% em 1974 quando o Delfim Neto era Ministro do trabalho senão me engano Delfim Neto eu acho que ele era ministro do trabalho quando nós tínhamos perdido os 34% e em 77 começou aquele àquela conversa e ai já tava o Lula como presidente do sindicato já começou ter os boletins na porta da fábrica e foi levantado essa questão dos 34, 34, 34 e ninguém acreditava que a gente ia fazer.¹⁵⁸

Os Congressos aparecem na fala dos entrevistados como catalisadores da ação dos ativistas, como produtores de uma consciência. Exedito Soares, membro da diretoria montada para a gestão 78-80, reflete sobre a crescente mobilização produzida pelos Congressos, ao discutir o Congresso da Mulher Metalúrgica, que trouxe em definitivo para a cena a figura feminina. A ascensão de Lula à presidência do sindicato é tomada como um diferencial; pois, para eles, embora o sindicato apresentasse uma jornada anterior de luta, é após 1975 que isso se intensificou. Gervison Marcos Melão Monteiro¹⁵⁹ cita que o Congresso realizado em Poços de Caldas teve até mesmo a anistia

¹⁵⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre as declarações e resoluções dos Congressos organizados pelos metalúrgicos ver RAINHO & BARGAS. Op.Citada (apêndice) Também ver anexo 1c e 1d.

¹⁵⁸ Entrevista concedida ao autor por Alberto Eulálio em 21-02-2005.

¹⁵⁹ Entrevista concedida ao autor em 18-02-2005.

como um dos temas discutidos. Para José Arcanjo,¹⁶⁰ os Congressos dos metalúrgicos organizados pelo sindicato foram importantes para explicar a mobilização que se sucederia mais tarde.

O IIº Congresso, com suas resoluções, serve para atestar um incremento na pauta, com um detalhe nada desprezível – uma maior presença de reivindicações ligadas a problemas presentes dentro do local de trabalho (fábricas), em detrimento de reivindicações mais gerais e, portanto, mais abstratas. Revelou-se uma preocupação bastante grande com questões ligadas às condições objetivas de trabalho e outras ligadas ao trabalho sindical, como os delegados sindicais e, principalmente, em relação ao reconhecimento do direito de greve, entre outros. O que existia por trás dessas determinações é uma estratégia que visava ampliar a mobilização, ao utilizar temas concretos para os metalúrgicos. Por outro lado, isso era uma conseqüência óbvia da participação dos militantes formados no interior das fábricas no pós-1968 e que, por postularem essas reivindicações economicistas ou ligadas ao cotidiano do trabalho, foram proclamados representantes de um possível Union - business no Brasil. O próprio entrevistado Expedito Soares ressalta a importância de discutir questões mais específicas como forma de provocar “um gancho” com questões mais gerais.

O III Congresso é, sem dúvida, o mais emblemático, por ocorrer numa conjuntura marcada pelas primeiras experiências grevistas pós-1968 e por radicalizar quanto à luta pela autonomia sindical, constando como propostas o contrato coletivo de trabalho, o pleno exercício do direito de greve e a ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – esta última importante por representar o desenlace na prática do sindicalismo com o Estado. Quanto à discussão dentro das resoluções das eleições sindicais, convém citar a introdução às proposições, em que se afirma que: “as eleições diretas são uma forma de discutirmos e decidirmos democraticamente (sic) sobre aqueles que devem ser nossos representantes e a única forma de controle efetivo das bases sobre todas as suas entidades representativas” (Rainho & Bargas, 1983, p. 211- apêndice). Por mais que essa declaração se encontre dentro de um contexto, ela não pode passar despercebida, porque revela uma ruptura com um dos pilares da política brasileira, a capacidade de se recorrer ao estoque das gramáticas políticas, explicitadas por Edson Nunes (1997), ou ainda recorrer à estratégia da Conciliação presente em Debrun (1983). Em linhas gerais, por mais que uma estratégia de confronto direto não fizesse parte das possibilidades aventadas pela direção do sindicato ou pela categoria, era impossível não perceber que os interesses contraditórios acabariam, mais cedo ou mais tarde, provocando rupturas impossíveis de conciliar com o regime. A ampliação da mobilização e a própria ampliação da agenda, por extensão, engendraram em si os germes que

¹⁶⁰ Entrevista concedida ao autor em 22-01-2005.

tornariam – assim como tornaram – a lei letra morta, e o regime refém das suas ações para com o movimento sindical surgido no ABC e que se espalhou pelo país. De certa forma, o que se desencadeava era a construção de uma agenda que, para Moisés (1982):

Ao vincular a luta econômica às suas demandas sociais, era inevitável que o novo movimento sindical se confrontasse com os limites impostos pelo autoritarismo no Brasil, ao pleno exercício da cidadania dos trabalhadores. Por isso, partindo de reivindicações bem precisas e concretas, definidas no terreno especificamente sindical, o “novo sindicalismo” evoluiu no sentido de apresentar certas demandas políticas que não são toleradas pelo Estado. Desse modo, definindo-se como movimento pela conquista de direitos sociais e políticos dos trabalhadores, qualificou-se como o novo (e decisivo) protagonista da própria luta pela democracia no país”. (MOISÉS, 1982, p.32).

O crescimento da agenda era proporcionado pela ampliação da luta e pela definitiva entrada em cena do governo. Para os metalúrgicos, o papel de árbitro do governo, seja através da ação direta, seja através da ação dos órgãos ligados ao Ministério do Trabalho, dava-se sempre em benefício dos patrões. A mobilização que iniciou com a luta pela reposição dos 34,1% carregava consigo o emblema de uma luta vista como economicista. A seqüência dos eventos deixou claro que esse viés economicista era apenas um dos ângulos, pois outros foram cristalizando-se com os embates. O fato é, que a partir da greve de 1979, novas reivindicações foram sendo incorporadas na agenda sindical, dando a ela contornos nitidamente políticos. Entretanto, foi em 1980 que efetivamente isso se tornou predominante nas ações estratégicas do Sindicato. A incorporação de uma agenda centrada na luta pela dignidade confundiu-se, crescentemente e conscientemente, com a da luta pela cidadania. Daí que a idéia de cidadania não tardou a aparecer como condição *sine qua non* para a democracia no campo discursivo dos metalúrgicos.¹⁶¹

3.8. A construção de uma identidade operária

A falta de consciência de classe nos trabalhadores é um tema recorrente na literatura sociológica e está fortemente presente na fala dos entrevistados. Tal preocupação está relacionada a dois fenômenos. O primeiro é o da tarefa de construção de uma identidade operária ativa¹⁶² como a que foi assistida por ocasião das grandes greves do final da década de 1970 e até, pelo menos, a primeira metade da década de 1980. Essa identidade passava, como argumenta Telles (1994b), por atingir o objetivo de “instituinto um campo compartilhado de experiências, estava naquilo que esses

¹⁶¹ Para uma análise bastante rica da história da luta pela cidadania no Brasil ver: CARVALHO, José Murilo de. **Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil**. México: Fondo de cultura económica, 1995. 1 ed.

¹⁶² Para Telles (1994b), a construção de uma identidade passa necessariamente pela criação de uma narrativa de sinais reconhecíveis e que produzem, por extensão, toda uma memória.

valores pareciam significar enquanto recusa da opressão vivida no presente e, portanto, enquanto desejo de liberdade” (1994b, p.243). Quanto ao segundo fenômeno, trata-se do efeito comparativo daquela realidade com a assistida hoje nas fábricas.¹⁶³

Toda a discussão de Tavares de Almeida (1981) a respeito da identidade desses operários pairava sobre o ineditismo de seu aparecimento e sobre as características dos trabalhadores na moderna indústria. Este seria um ator privilegiado e que, por isso, teria dificuldade de alcançar consciência de classe. Seria uma aristocracia operária. Tanto na análise de Tavares de Almeida (1981) quanto na de Leôncio Rodrigues (1991), destaca-se a não-emergência dessa consciência, embora como contrapartida abra-se a perspectiva de luta pela via de um sindicalismo moderno ou sindicalismo de negócios. De qualquer forma, essa é uma perspectiva de interpretação bastante rica, pois busca dar conta de uma realidade empírica fugindo dos modelos normativos. Tavares de Almeida (1981) ainda destaca o fato de que as lutas sindicais que tiveram como palco a cidade de São Bernardo não ocorreram no vazio político, atribuído muito freqüentemente às camadas populares. Antes, pelo contrário, foram forjadas no próprio espaço de emergência das lutas sociais e no calor da hora dos acontecimentos.

As características do movimento apontadas por Antunes (1986) trazem contornos realmente inusitados, tais como o aprendizado político em meio a um saldo econômico desfavorável, a tendência do movimento a superar o vanguardismo de etapas anteriores e, porque não dizer, a presença maciça da base sindical, servindo inclusive para fornecer novas lideranças. Esses elementos são apresentados como atributos importantes a se considerar na análise desse ator coletivo, porém aparecem ao lado de desafios tais como “a necessidade de manter a coesão, resistência e unidade adquiridas...” (ANTUNES, 1986, p.48). Percebe-se na sua análise que o sindicato faria as vezes do Partido como elemento dinamizador ou potencializador de uma consciência de classe construída por este *deus ex machina*.

A mudança de orientação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e a sua transformação em ator relevante não foi obra do acaso, foi o produto de dois processos: o da construção dentro das fábricas de um novo tipo de mentalidade operária e de um novo tipo de militante; e de outro processo, que deve ser mais explorado aqui, o do seu vir-a-ser em meio às lutas e aos conflitos que sedimentaram uma consciência operária. As entrevistas realizadas remetem para uma dicotomização do que seria essa consciência de classe, distinguindo-a de

¹⁶³ As entrevistas dão conta dessa comparação e da preocupação que ela sugere. Para citar um exemplo, em entrevista concedida ao autor em 18-02-2005, Geovaldo Gomes comenta as características dos trabalhadores atuais nas fábricas. Diz que aquela tradição de luta, apesar de subsistir nas fábricas, vem se perdendo e um dos fatos visíveis disso é o aparecimento de galeras de torcidas organizadas de clubes de futebol dentro das fábricas. É interessante observar que essa comparação aparece em mais de uma das entrevistas.

identidade operária, pois a primeira aparece “colada” aos ativistas do movimento sindical que pertenciam aos grupos da esquerda organizada, enquanto que a noção de identidade operária representaria o conjunto da categoria. Fazendo essa diferenciação, é possível entender a preocupação presente nas diversas entrevistas de não caracterizar a mobilização do pós-1977 como fruto de uma tomada de consciência de classe que, segundo os modelos tradicionais, seria pré-condição para a revolução. Pelo contrário, para os entrevistados não foi a consciência de classe que conduziu à mobilização e à luta. Foram a luta e a mobilização que levaram à construção da consciência de classe. O próprio Lula fornece uma pista para compreender como esses mecanismos se engendraram, ao relatar que:

Na Mercedes, por exemplo, um dia o Juracy foi proibido por um chefe de entrar na seção dele. Ele entrou na marra, subiu na mesa do chefe e fez um discurso pros trabalhadores... Então a coisa foi ficando meio “desaforada”, ou os caras capavam a gente ou a gente capava eles... E é isso que ninguém entende o porquê das coisas em São Bernardo terem se dado da forma que se deram. (JUNIOR, ALTINO DANTAS, 1982, p. 45).

Esta identidade operária teria sido espontânea, ou teria sido produzida estrategicamente pelo sindicato? E se foi produzida intencionalmente, quais os elementos que concorreram para sua ocorrência? Estas parecem perguntas simples, mas desafiam uma questão nodal na ação coletiva, que é a formação do ator ou, ao menos, a sua constituição como tal¹⁶⁴. Se partirmos do pressuposto de que seria, “[...] o caso de admitir a existência de uma estratégia subjacente a esses movimentos que apontam, precisamente, na direção da constituição de um novo sujeito coletivo. É a luta pela cidadania que dá conteúdo ao movimento sindical que, para se afirmar, acaba entrando na política” (MOISÉS, 1982a, p.36). Teríamos, ao final das contas, ao contrário do que muitos censuravam, uma perspectiva teleológica, uma consciência que, se não era a de classe – observada de um ponto de vista enciclopédico –, ao menos tinha o vigor e o desprendimento necessário para constituir-se a partir da relação opositiva a dois *out siders*: o empresariado, seu adversário estratégico no campo econômico, e o Estado autoritário, seu adversário no campo político. Cada um desses pólos funcionou numa dinâmica particular, levando o sindicato a produzir estratégias que pretenderam dar

¹⁶⁴ Segundo o esquema pensado por Olson (1999), os particulares só participariam se fossem oferecidos “incentivos seletivos” e não bens coletivos. Estar-se-ia diante da questão do *free rider*, que, nesse caso, não teria motivos para colaborar pela busca de bens coletivos, até pelo fato do alto preço a ser pago pela eventual repressão dada à ordem política autoritária vigente no país. A solução para esse problema passou pelo compromisso com uma causa moral. Ao refletir sobre o que leva os atores coletivos a se mobilizar, Melucci (2001) coloca como premissas que “[...] sem a presença de um ator que se define por sua própria identidade, sem a identificação de uma relação de oposição no qual o ator é um dos pólos, enfim, sem a delimitação de um campo que dá significado àquilo por que se luta ou do que o ator se sente privado, torna-se bastante difícil estabelecer um nexo entre expectativas e recompensas e, sobretudo, explicar por que os atores coletivos se mobilizam” (MELUCCI, 2001, p.61). Para uma compreensão melhor, ver: JENKINS, 1994, p.22.

conta das dificuldades existentes e daquelas que surgiam a todo o momento. A criação de uma identidade operária – soldada por vínculos tais que tornaram necessária a tarefa de arregimentar forças para o confronto com o empresariado e com as leis de exceção – aparece subliminarmente ao longo de todo o processo de mobilização. Uma dessas estratégias adotadas visava criar canais de comunicação com os operários. Disso teria derivado a idéia de criar o João Ferrador e seus explosivos recados às “Autoridades do Meu Brasil Grande e Potente”. João Ferrador, que aparecia em histórias em quadrinhos que serviam para mobilizar os trabalhadores, era a síntese desse operário pensado pelo sindicato. Segundo alguns, ele seria a própria personificação de Luis Inácio da Silva. A importância do João Ferrador é acentuada por Expedito Soares como forma de explicar os acontecimentos para os trabalhadores através de uma forma atrativa e agradável.

Como se ressalta, um dos elementos centrais da construção dessa identidade sem dúvida foi a criação do personagem João Ferrador. Em uma conjuntura política marcada pela repressão, pelo controle dos meios de comunicação via censura e pelo medo disseminado, pouco ou nenhum espaço sobrava para a manifestação pública que ousasse desafiar as autoridades instauradas. É nesse sentido que se pode considerar esse personagem como um fato realmente novo e bem sucedido no conjunto de estratégias promovidas pela direção do sindicato com o objetivo de construir laços fortes e duradouros com a base sindical. Laços que deveriam ser solidificados através de uma provocação contínua aos metalúrgicos. Criado por Henfil e Laerte, ele não tardou para cair no gosto dos peões, fazer parte das rodas de leitura, estimular o debate e permitir, com seu ar a um só tempo simplório e dissimulado, o debate com as autoridades instituídas do “Meu Brasil Grande e Potente”. No prefácio escrito por Lula para uma edição contendo os bilhetes escritos pelo João Ferrador ao longo do ciclo mobilizatório que culminou com as grandes greves do final da década de 1970, está sintetizado o valor atribuído ao personagem, na sua definição de “[...] símbolo da nossa consciência e da nossa dignidade” (BILHETES DO JOÃO FERRADOR, 1980, p.7). É inegável que João Ferrador possuía essa dimensão simbólica, e é o próprio Lula que segue definindo suas características-chave:

Foi a nossa voz na Tribuna Metalúrgica durante os últimos 8 anos. Inicialmente, apareceu de perfil – cara e bonezinho, escrevendo seus bilhetes. Mandava nossos protestos às autoridades. E, à medida que cresceu nossa organização e começamos a conquistar espaços no campo das batalhas contra os patrões, ele (sic) se revelou de corpo inteiro. Então, sua linguagem e seus gestos se tornaram mais ousados. Assim popularizou-se essa figura na qual todos nós nos encarnamos. Hoje, para destruí-la, as autoridades teriam mesmo de prender e arrebanhar todos os trabalhadores. (BILHETES DO JOÃO FERRADOR, 1980, p.7, 8- Grifos do Autor).

Essa sumária descrição das qualidades atribuídas por Lula ao personagem João Ferrador serve de ponto de partida para que se compreenda sua importância e a evolução gradual de seu

comportamento no sentido da maior ousadia de suas manifestações. O tratamento cordial com que se dirigia às autoridades políticas do país é contundente: “Excelentíssimas Autoridades Máximas do Meu Brasil Grande e Potente”, “Ilustríssimo Sr”, “Digníssimo”. Por trás desse tipo de reverência, subjaz por certo o tipo cordial atribuído ao trabalhador manual que, diante da autoridade, resigna-se em conferir ao interlocutor o grau de “doutor”. Essa “humildade” de quem olha por baixo do boné faz parte dos primeiros passos do personagem, embora esconda o olhar enviesado e a acidez do discurso no baile das palavras. Os anos de chumbo e a feroz repressão sobre os trabalhadores e suas entidades representativas, os sindicatos, produziram nestes a impressão de que a cautela era condição fundamental para a sobrevivência não só física, como também das experiências gestadas no interior das fábricas. A repressão que caiu sobre Osasco (SP) e Contagem (MG), em 1968, serviu para confirmar essa regra. Daí que qualquer estratégia adotada, qualquer discurso construído deveria levar em conta esses fatores e, preferencialmente, evitar o embate direto. De outro ângulo, o próprio estereótipo construído do trabalhador como massa amorfa e subserviente, desprovido de dignidade na sua condição operária, serviria como combustível na transformação de traços desenhados em rebeldia. Em termos absolutos, o que se elaborava era a devolução para os metalúrgicos de todos os atributos pensados para a classe trabalhadora ao longo da história social do país. O João Ferrador subserviente falava para os metalúrgicos subservientes. Com um discurso macio e “humilde”, ele pedia às “Autoridades do Meu Brasil Grande e Potente” para que considerassem sua subserviência e humildade e lhe fizessem, como era de se esperar, participar do bolo do desenvolvimento e do progresso vivido ao longo de quase uma década de ininterrupto crescimento econômico. Para que não houvesse dúvidas desse propósito, os termos que utilizava ainda se revestiam do ufanismo e do nacionalismo típicos do período. Não é possível esquecer que, durante o período, boa parte dos sindicatos, inclusive o dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, esteve sujeita à ideologia do desenvolvimentismo, que, entre outras coisas, concebia a cooperação entre as classes e a submissão dos conflitos trabalhistas às instâncias decisórias do Estado.

Com a deflagração do ciclo grevista e o conflito aberto contra os empresários e o Estado, os bilhetes do João Ferrador tornaram-se mais contundentes, ainda que não tenham perdido, na essência, as características já elencadas. Prova disso são os bilhetes dirigidos ao então eleito, pelo Colégio Eleitoral, Presidente General João Batista de Oliveira Figueiredo, nos quais primeiro João Ferrador sentenciou que “[...] ninguém do pedaço teve a suprema honra de ser convidado para fazer parte do Colégio Eleitoral que o elegeu” (BILHETES DO JOÃO FERRADOR, 1980, p.57), para após penitenciar-se: “Como trabalhador humilde e ignorante [...]” (idem, p. 57). As desculpas por imiscuir-se em assuntos políticos eram fartas, como fartos eram os elementos que integravam a política com os assuntos do cotidiano operário. Sem dúvida, João Ferrador possuía ainda uma

dimensão pedagógica, não só provocando, mas também estimulando a discussão entre os metalúrgicos.

Essa rica confluência de ousadia, rebeldia, subserviência e “humildade” catalisou os elementos ativos e potencializou os que se encontravam latentes no imaginário dos trabalhadores metalúrgicos. João Ferrador ultrapassou em muito os objetivos de sua produção: se deveria ser o porta-voz de uma categoria ou, como afirmava, de uma classe, foi além tornando-se sua materialização. O personagem ganhou vida nos traços de Henfil e Laerte, de forma que pouco a pouco foi tornando-se a personificação de cada metalúrgico que trabalhava nas fábricas. Quanto a isso, os entrevistados para esse trabalho não deixam dúvida: entender João Ferrador é entender o próprio clima de insatisfação e de indignação presente naquela conjuntura.

Outro instrumento imprescindível nessa tarefa foi a Tribuna Metalúrgica,¹⁶⁵ que proporcionou ao metalúrgico inclusive o gosto pela leitura. Normalmente, os operários não liam a grande imprensa, então uma das estratégias do sindicato para que estes acompanhassem o que vinha acontecendo foi criar o Suplemento da Tribuna Metalúrgica. Era parte de um esquema que visava dar uma identidade a um conjunto bastante heterogêneo de trabalhadores.

¹⁶⁵ Além da importância atribuída pelos entrevistados a Tribuna Metalúrgica a autora Kátia Rodrigues Paranhos. Op. Citada salienta que respondeu a “necessidade em organizar os operários metalúrgicos, conscientes da exploração vivida, em ações mais determinadas e, por isso mesmo, mais ferozes”. (1999, p.194). Alberto Eulálio em entrevista concedida ao autor em 21-02-2005 salienta que a Tribuna Metalúrgica serviu como ponto importante tanto para denunciar os abusos nas empresas quanto para politizar os operários.

CAPÍTULO 3

AS ESTRATÉGIAS DO “NOVO” SINDICALISMO DO ABC ENTRE O REGIME E O CAMPO POLÍTICO

“Vai acabar, vai acabar, a Ditadura Militar”.
Grito de guerra de 100.000 pessoas na passeata em São Bernardo do Campo (SP), no dia 1º de maio de 1980, quando a greve já durava mais de um mês.

Nesse capítulo, será investigada a relação do “novo” sindicalismo do ABC paulista com o regime e com o campo político, observando-se, primeiramente, o impacto efetivo da luta sindical em uma conjuntura marcada pela existência de uma oposição consentida em um processo de abertura. Dentro desse contexto, a posição do regime, da Arena e do MDB são importantes para entender as opções que se ofereciam à luta sindical. Investigar esse contexto permite compreender o tipo de orientação assumida pelo “novo” sindicalismo ao adentrar num campo marcadamente político.

3.1 As greves enquanto estratégia de luta política e econômica

As greves¹⁶⁶ carregam dentro de grande parte dos estudos acadêmicos uma aura mística, são a um só tempo a liberação de energias coletivas incontidas e verdadeiras “erupções” surgidas das contradições presentes na sociedade. Vistas sob esse prisma, são ou o produto histórico de um grupo ou uma classe, ou um subproduto das estruturas. Sob qualquer dos dois ângulos, entretanto, fica visível a perspectiva teleológica que encerram e, sendo assim, produzem e enumeram os artífices da história, quando não reduzem esta a um roteiro pré-estabelecido. Precisa-se, antes de aventurar-se por uma análise sobre o ciclo grevista, estabelecer alguns marcos conceituais e alguns limites para a investigação. Primeiro, embora a greve possa ser estudada como um fenômeno particular, ela é antes de qualquer coisa uma das contingências produzidas ao longo de uma trajetória de luta. Em segundo lugar, o seu verdadeiro significado só pode ser apreendido através do resgate desse eixo de causalidades que, entre outras coisas, apontam para a sua própria natureza, sua essência para além das aparências.

A caracterização adotada para compreender o ciclo grevista inaugurado no ABC em 1978 é, portanto, uma necessidade. Qual a natureza dessas greves? Elas foram espontâneas, pelo menos, como se atribui a de 1978? Ou não, foram produtos de uma ação consciente? Foram greves políticas ou econômicas ou foram ambas as coisas, simultaneamente? E, ainda, tiveram um caráter ofensivo

¹⁶⁶ Para uma visão mais abrangente ver: ABRAMOWICZ, Betty S. **O que todo cidadão precisa saber sobre greves**. São Paulo: Global, 1985. Ver também: LEITE, M. **O que é greve**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ou defensivo? Por essas questões, passa obrigatoriamente uma análise menos voluntarista desse movimento. Ricardo Antunes (1988), ao investigar as greves, elabora um quadro conceitual que parece dar conta satisfatoriamente do objeto. O autor define a greve espontânea como sendo um movimento instintivo de classe, dessa forma não necessitando para sua irrupção ou condução da presença de uma direção consciente. Isso permitirá, adiante, questionar a espontaneidade atribuída à greve de 1978. Ainda nessa esteira, o autor estabelece, em contraposição, que uma greve não-espontânea é aquela dotada de uma ação teleológica, sendo este o elemento desencadeador, tanto da deflagração, quanto da condução do movimento. Tais definições, ainda que importantes, dão conta de apenas uma dimensão da luta sindical, a da estruturação e organização. É preciso avançar para o campo mais conflitivo e indagar-se quanto à natureza econômica e política da greve. Quanto a isso, o autor, ao comentar sobre a primeira, estabelece que: “[...] uma greve é estritamente econômica quando suas reivindicações são parciais, limitadas, contra os efeitos e não as causas do regime de salários” (ANTUNES, 1988, p.198). Já no que concerne à outra, sentencia que “Uma greve política é aquela que, numa das suas dimensões, contrapõe-se de alguma maneira ao aparato de Estado, quer por ferir-lhe a base material, quer por buscar reivindicações que chocam diretamente a sua superestrutura jurídico-política” (1988, p.199). Essa conceituação utilizada por Antunes (1988) em “A rebeldia do trabalho (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80)” com o objetivo declarado de investigar o processo de formação de consciência de classe serviu, no presente trabalho, para encadear essas greves com o processo político até então em curso no país.

Um dos aspectos mais importantes para se entender as greves daquele período é compreender que as Campanhas Salariais¹⁶⁷ sempre foram um dos instrumentos mais notáveis para a mobilização operária¹⁶⁸. Exemplo disso é a Campanha Salarial de 1978,¹⁶⁹ que se nutriu dos elementos mobilizatórios deflagrados pela Campanha dos 34,1%, e que, em virtude disso, superará os resultados das campanhas anteriores, que se limitavam a homologar os índices oficiais. Naquele momento, o sindicato não inovava em apresentar uma proposta em separado da Federação, já que isso ocorria há algum tempo; a novidade neste ano ficou por conta da ausência de um índice de reajuste na proposta. Tratava-se de uma estratégia adotada pelo sindicato para desmascarar todo o processo de dissídio coletivo e ressaltar a importância das negociações diretas com os patrões. O fato é que:

¹⁶⁷ Para uma descrição das Campanhas Salariais ver RAINHO, L.F & BARGAS, O. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)**. São Paulo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.

¹⁶⁸ Elas são parte de toda uma estratégia de mobilização, ao menos a partir de 1978, e estão profundamente encadeadas aos movimentos grevistas que seguiram. Cada Campanha Salarial assim como cada greve, ainda que parte, de um mesmo ciclo guarda especificidades próprias e por isso só podem ser apreendidos em sua totalidade se guardadas suas temporalidades.

¹⁶⁹ Essa Campanha Salarial ficou conhecida como Campanha da Denúncia do Dissídio Coletivo.

A política do sindicato, então, era trazer a público o que seria uma farsa de participação gerada pelo governo e deixar um vazio em termos da parte referente à representação dos trabalhadores. (SANTANA, Marco Aurélio. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – o regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Civilização Brasileira, p.287)

Com essa Campanha, o movimento sindical avançou consideravelmente. Tal avanço não se deveu a conquista de algum índice de aumento salarial, mesmo porque nem o objetivo de tal estratégia era esse, e nem porque historicamente isso viesse acontecendo. O objetivo passava justamente por não conquistar o aumento e demonstrar a ausência de canais de negociação para os trabalhadores. O efeito produzido pela Campanha Salarial de 1978 repercutiu diretamente dentro das fábricas, pois não foi à-toa que, no dia 12 de maio, os trabalhadores da Saab-Scania, ao receberem seus salários com o índice de reajuste do governo, cruzaram os braços¹⁷⁰. Era o início do movimento grevista que se estenderia ao longo de todo aquele ano e que traria importantes reflexos para o conjunto da sociedade.

A Campanha Salarial do ano seguinte ocorreu sob o impacto do movimento grevista de 1978 e foi realizada sob grande euforia e confiança no sindicato. A estratégia montada priorizava a ação dentro das fábricas, montando a proposta através de discussões no local de trabalho e inovando na criação da Comissão de Salários. Segundo Antunes (1988): “Foi nesta articulação sindicato / fábrica que foram nascendo as principais reivindicações presentes na pauta que motivou a campanha salarial de 1979” (1988, p.42). Como se percebe, as experiências eram cumulativas, e as estratégias adotadas respondiam a esta cumulatividade por um lado; e por outro, havia a disponibilidade de moldar-se diante das circunstâncias. Outra inovação dessa Campanha Salarial foi a apresentação, pela primeira vez, da reivindicação da figura do delegado sindical¹⁷¹, que, a partir de então, tornar-se-ia questão de honra na luta sindical. Explicitamente, velhas reivindicações somavam-se a novas, que se traduziam nas dificuldades encontradas em relação ao trabalho sindical e aos espaços de participação efetivos.

A Campanha Salarial de 1980 esteve marcada por uma intensa mobilização, com farta utilização de material informativo, boletins¹⁷², suplemento da Tribuna Metalúrgica¹⁷³ e, principalmente, um intenso trabalho de base.

¹⁷⁰ Em entrevista concedida ao autor, em 17-02-2005, Edílson Ferreira da Silva registra que na história a primeira mobilização noticiada foi a da Scânia, mas de fato a primeira ocorrida se deu na Mercedes-benz. Essa mobilização já apresentou as características que se tornariam célebres nas paralisações seguintes, com a negação do trabalho no local.

¹⁷¹ O Delegado Sindical era inclusive reconhecido na CLT, porém não era aceito pelos empresários. Progressivamente a luta passou a ser pela Comissão de Fábrica.

¹⁷² Nos anexos 1g, 1h e 1i, o destaque está colocado sobre essa Campanha Salarial. O anexo 1g contrapõe dois quadros distintos, num deles aparece uma família pauperizada pela exploração e, no outro, a união personificada na imagem de uma Assembléia no Estádio da Vila Euclides (1º de maio). O anexo 1h apresenta a experiência como prova de que seria

A conexão entre as Campanhas Salariais e as greves é automática, já que essas Campanhas são uma espécie de momento ritual de preparação para a greve. É, entretanto, com elas que a luta sindical atinge seu clímax e, sendo assim, são muitas as interpretações a seu respeito, sob os mais diversos enfoques. A fim de aprofundar a discussão sobre as greves e seu impacto, será feita a análise das principais interpretações.

Em *A Rebelião do Trabalho* (1988), Antunes aprofunda a análise dos significados das greves de 1978, 1979 e 1980. Esse trabalho – na verdade sua Tese de Doutorado – permite entender o ciclo grevista para além de seus aspectos visíveis. A proposta do autor é a de, a um só tempo, apreender as causalidades do processo grevista e também seus componentes teleológicos, significados e desdobramentos. O autor aprofunda a análise do processo das greves no seu vir-a-ser, busca compreender o sentido que estas possuem e, para efetuar esse empreendimento, analisa-as separadamente. Ao caracterizar a greve de 1978¹⁷⁴, compreende-a como fruto de uma espontaneidade operária, resultado do próprio descontentamento e da rebeldia operária com suas condições objetivas de vida. O marco da greve estava concentrado na “*resistência* contra o binômio arrocho-arbitrio, superexploração-autocracia, que, entrelaçados intimamente, impunham ao proletariado metalúrgico uma dura realidade” (Antunes, 1988, p.14, grifo do autor). A análise dos acontecimentos permite entender a estratégia de greves por fábrica num contexto que encontrava uma ação ainda embrionária dos sindicalistas e uma aproximação crescente da cúpula com as bases (no caso de São Bernardo do Campo). A especificidade da expansão das greves por fábricas, fruto da própria lógica espontaneísta do movimento, e a ação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema no processo, pautada pela sua inexperiência nas negociações, fizeram parte do ineditismo daqueles acontecimentos. O movimento grevista de 1978 esteve marcado, segundo o autor, por uma tendência defensiva, isto é, ocorria num quadro econômico de crise, onde se buscavam reparações salariais que pudessem, no mínimo, diminuir as perdas dos anos anteriores. Foram paralisações que, embora tivessem uma forte inclinação econômica, ao centrar seu foco contra a política econômica do regime, também possuíam uma dimensão política

necessário criar um clima de guerra sob o chamado de “Tá na hora da onça beber água”. O anexo Ii questiona a situação da classe trabalhadora e na sua contrapartida, a situação dos patrões apresentados como uma minoria privilegiada.

¹⁷³ Naquele momento, a tiragem do Suplemento da Tribuna Metalúrgica atingiu cerca de 40.000 exemplares.

¹⁷⁴ A erupção das greves na região do ABC foi fartamente explorada pela imprensa. Na revista **Veja** nº 506 de 17 de maio de 1978, o tema aparece seguido do desmentido das empresas. Isso também aparece na revista **Isto É** nº 73 de 17 de maio de 1978. No Jornal **Folha de São Paulo** de 14 de maio de 1978, o próprio Lula afirma que: “Esses são movimentos espontâneos que nascem da necessidade que o trabalhador tem de respirar”, e derivado deste a notícia conclui que “Lula revelou que a diretoria só assumirá alguma coisa quando os metalúrgicos pedirem que a entidade entre nas negociações”. Nas edições posteriores, tanto de **Veja** quanto de **Isto É**, as greves passam a receber um espaço destacado.

inquestionável¹⁷⁵. Neste ponto residiram, para Antunes, muitos equívocos sobre as interpretações que buscavam compreender as especificidades das greves do triênio 1978/79 e 80 e que acabaram invertendo a causalidade dos eventos, ao centrarem as investigações na super-exploração do trabalho, desconsiderando a luta contra o arrocho salarial e, como extensão disso, a repercussão política das lutas operárias do período¹⁷⁶. Para Antunes, o movimento grevista:

Tendo como causalidade fundante a precariedade das condições de salário e trabalho, assumiu desde logo nítida dimensão política, ao confrontar a base material do próprio poder político. Desnudou o processo excludente e autocrático da auto-reforma do regime e mostrou os imensos limites do liberalismo oposicionista parlamentar, incapaz de incorporar as reivindicações oriundas do mundo fabril. Apontou o atraso político dos partidos e aflorou a importância *política* do movimento sindical. (1988, p.37. grifo do autor).

Quanto à análise da greve de 1979, Antunes chama a atenção para alguns pontos que a diferenciam da greve do ano anterior, tais como: a ação preventiva, sobretudo, do empresariado organizado pela FIESP; as experiências fundamentais das greves na Villares e na Resil. Na primeira, a repetição das estratégias adotadas em 1978 levou à derrota, pois as empresas haviam se preparado para lidar com aquelas situações. A greve na Resil articulou novas formas de organização que serviram de modelo para o desenvolvimento do processo grevista de 1979. “Esta paralisação antecipou aqueles que se constituíram nos instrumentos cotidianos da Greve Geral: os piquetes e as assembleias gerais fora das fábricas” (ANTUNES, 1988, p.41). O autor, ao distinguir este processo do anterior, observa que as greves por fábricas deram lugar a uma Greve Geral Metalúrgica com conseqüente acirramento do conflito entre operários, empresários e regime, com alta dose de espontaneidade e com o recurso das imensas assembleias plebiscitárias, que se tornariam célebres pelo tipo e pelo volume da participação. Nestas assembleias, seriam avaliados e redefinidos os rumos do movimento. Um dos marcos da greve de 1979 deu-se com a intervenção do Sindicato e a ausência durante algum tempo da liderança do movimento deixando claro para o autor a falta de uma direção política. Não que, efetivamente, Antunes visse na direção do Sindicato algo dotado de uma orientação politicamente consciente na conjuntura. Entretanto, ressalta a importância da trégua dos 45 dias como um lampejo de direção consciente. O saldo positivo dessa greve foi a percepção de que patrões e o Estado eram a mesma coisa e que a luta continuaria para ferir a base material do regime, sua política econômica. Além disso, há um avanço nas lutas de 1979 sobre as de 1978, a partir de uma de suas conseqüências mais candentes, pois “a política do recém-empossado general

¹⁷⁵ Esse fato é confirmado pelas entrevistas, pois, ainda que tenham salientado o lado econômico e pragmático das greves os entrevistados demonstraram plena consciência do lado político das greves.

¹⁷⁶ Essa é uma crítica quanto à interpretação de MARONI, Amnérís. **A estratégia da recusa** - as greves de maio de 1978. São Paulo: brasiliense, 1982.

Figueiredo era transnudada (sic) e desmistificada, especialmente no que concerne ao discurso do ‘gradualismo democrático’” (ANTUNES, 1988, p. 56). Neste sentido, o autor ressalta que, ao contrário de muitas interpretações que visavam dar conta da compreensão da greve de 1979 e que viam ali uma derrota para o operariado, sobretudo pela estratégia defensiva da trégua dos 45 dias, o que de fato houve foi uma vitória, se considerar-se o impacto desta sobre o cenário político e, acima de tudo, pela constituição de uma direção política sobre a base. Outro ponto fundamental observado nesta greve foi:

a reafirmação do avanço político do movimento sindical, mostrando os limites do *politicismo* da ação parlamentar oposicionista; a *vitória política* que se consolidou ao barrar o projeto idealizado pelo Estado ditatorial que visava desestruturar a espinha dorsal do movimento sindical e operário no Brasil (ANTUNES, 1988, p.61 – grifos do autor)

Por fim, em sua análise sobre a greve metalúrgica de 1980, Antunes observa a melhor organização do Estado para o enfrentamento. O ponto de partida para a contra-ofensiva do regime – chamado pelo autor de Estado Bonapartista – inicia em novembro de 1979 com a Nova Política Salarial, cujo objetivo imediato era provocar o descolamento da liderança com a base. Com essa estratégia, buscava-se reduzir as possibilidades de greves. A manutenção das estratégias utilizadas no ano anterior estabelecia como grande palco às assembleias plebiscitárias como a instância decisória. A estrutura do sindicato e sua ligação com a base compreendiam um edifício estruturado tendo um comando de greve e uma comissão de salários e mobilização com um corpo intermediário de trabalhadores, com o objetivo de transmitir as diretrizes entre um e outro. Tal organização servia para unir a Diretoria à base, tendo como amparo financeiro o fundo de greve. Do ponto de vista da organização material, o movimento aparecia bastante estruturado para o enfrentamento. Outro ponto que parecia favorável foi a decisão do TRT de declarar-se sem condições de julgar a legalidade da greve. Aparentemente, avizinhava-se uma vitória dos operários contra o empresariado e contra o regime. Quais as respostas para os fatos subseqüentes que não só não encaminharam para a vitória, como ainda conduziram a um refluxo de todo movimento operário do período? Antunes (1988) procura apontar para algumas estratégias que conduziram os acontecimentos para esse desfecho. Para o autor:

O movimento grevista, que se havia capacitado para o embate apenas no plano de sua estruturação organizacional, desconsiderando [...] a necessidade e a importância de uma prévia idealização política, frente à investida ditatorial, buscava encontrar uma alternativa a esta nova situação, então num processo nitidamente defensivo. (ANTUNES, 1988, p.75)

O que faltou, de acordo com o autor, foi exatamente aquilo que foi considerado espúrio em 1979 por ferir a espontaneidade da luta operária: a ação política organizada. O ideal, segundo ele, teria sido a manutenção das assembleias plebiscitárias, mas com uma organização ativa do órgão de direção do sindicato, esclarecendo os caminhos possíveis e as repercussões dessas escolhas. Além disso, o isolamento dessa luta operária a alijou do concurso dos outros setores que poderiam contribuir, como, por exemplo, os operários de outros ramos, o campo democrático em geral, etc. Esse de fato era um problema grave, já que a não articulação política de um movimento eminentemente político conduziu a uma base social restrita e a um resultado final em que “a derrota daquele movimento grevista não seria *exclusivamente* uma derrota dos metalúrgicos do ABC, *mas de toda classe operária em sua luta contra a base de sustentação da política econômica do poder ditatorial, contra o arrocho salarial [...]*” (ANTUNES, 1988, p.76 – grifos do autor). Para Antunes, o problema não se limitou a isso; pois, ao atribuir-se um sentido de vitória ao que visivelmente foi uma derrota política, criaram-se entraves para o próprio desenvolvimento de uma consciência no operariado. Além disso, tal avaliação não permitiu enxergar a necessidade de uma direção política consciente no movimento. O culto ao espontaneísmo conduziu, portanto, o movimento grevista, naquele momento, a um processo autofágico.

Este caráter espontaneísta do movimento sindical, explícito sobretudo em razão das assembleias de massa no Estádio da Vila Euclides (Estádio 1º de Maio), pode ser, no mínimo, relativizado. As condições objetivas que levaram a luta sindical para esse patamar (negação do “peleguismo”, democracia operária) não podem ser dissociadas do tipo de estratégia adotada pela direção sindical. Supor que os líderes sindicais se tornaram reféns do espontaneísmo operário levaria a não compreender a estratégia que culminou na trégua dos 45 dias durante a greve de 1979, levaria a desconsiderar o papel relevante da liderança de Luis Inácio da Silva na Presidência do sindicato¹⁷⁷, além de deixar de observar a organização que unia a base sindical à diretoria do sindicato¹⁷⁸. Numa outra perspectiva, imaginar que tudo se deu em razão da racionalidade das lideranças sindicais levaria a desconsiderar os conflitos existentes no meio sindical, as barreiras à ação dos sindicalistas e, não obstante, tornaria impossível compreender as tomadas de decisão em alguns momentos de “incerteza”, quando a liderança acompanhou os anseios da base, ainda que isso representasse correr sérios riscos. Finalmente, é importante ressaltar que o próprio espontaneísmo passou a ser um dos

¹⁷⁷ Em entrevista concedida ao autor em 21-02-2005, Alberto Eulálio relata que em 1980 o líder sindical e futuro Presidente do Sindicato Jair Meneguelli não conseguia acabar com uma greve na Ford, foi quando resolveram ligar para o Lula que foi até lá e acabou com a greve com a mesma proposta.

¹⁷⁸ Em entrevista concedida ao autor em 17-02-2005, Januário Fernandes da Silva comenta a forma como essa relação se dava. Segundo ele, primeiro se discutia na base, fazendo uma “peneirada” nas propostas. As instâncias intermediárias chegavam antes das assembleias e discutiam com a cúpula da liderança sindical que já ia para a assembleia sabendo das tendências existentes no seio do movimento.

componentes pensados no quadro de estratégias da luta sindical. Ao se optar por assembleias de massas, uma das conseqüências imediatas foi o aumento da coesão do movimento e o vínculo imediato entre liderança e base. A participação intensa nas assembleias criava um clima anímico que reforçava a identidade operária nos metalúrgicos.

Abramo (1994), ao investigar os significados imanentes das greves de 1978, se detém sobre a questão da dignidade; pois, para ela, esses movimentos possuíam um forte conteúdo simbólico, permitindo agregar e catalisar a luta ao mesmo tempo em que ia produzindo solidariedade. A autora descreve os elementos que produziam nos trabalhadores um sentimento de injustiça e de humilhação e que se encontravam no seu cotidiano. Ali, no seu cotidiano objetivo, produziam-se as condições que permitiram dar sentido a esse conteúdo fortemente simbólico que compeliu os trabalhadores metalúrgicos a luta. Para ela:

a idéia de dignidade parece ter-se constituído, a partir de um profundo sentimento de injustiça e humilhação vivenciado individualmente pelos trabalhadores no seu cotidiano, socializado parcialmente nas pequenas lutas de resistência e estimulado e elaborado pelo sindicato em sua ação. (ABRAMO, 1994, p. 185)

Ao estabelecer a questão da dignidade como elemento fundante de todo o processo mobilizatório, que redundaria num intenso ciclo grevista no final dos anos 1970, Abramo (1994) toma como central a questão do discurso. Concebendo toda a luta como resultado da violência à dignidade dos trabalhadores, a autora acaba subentendendo a greve como uma manifestação espontânea e, desta forma, deixa de observar o papel mobilizador do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, pelo menos desde 1974. Tal procedimento também não explica satisfatoriamente por que a questão da dignidade foi tão importante para desencadear uma onda mobilizatória justamente no operariado mais bem pago do país, quando amplas parcelas dos trabalhadores brasileiros vinham sendo atingidas de forma brutal pelo arrocho promovido pelo governo. Neste sentido, poderíamos indagar se a questão da dignidade, figura presente no farto material destinado a mobilizar a categoria e, mais do que isso, palavra de ordem no discurso das lideranças sindicais, teria sido um fim em si mesmo ou representou a um só tempo um símbolo que visava dar unidade a uma massa heterogênea de trabalhadores da indústria automobilística e uma estratégia mobilizadora da direção sindical. A resolução desse problema passa obrigatoriamente pela constatação de que se é verdade que a questão da dignidade foi de fato central na arregimentação e mobilização dos trabalhadores, é porque encontrou um campo fértil para sua disseminação, num cenário marcado pela marginalização da questão operária e o tratamento policial que lhe era conferido, por uma crise econômica que marcou o fim de um dos períodos de maior crescimento

contínuo da economia brasileira, pelo engodo promovido pelo governo na questão dos 34,1% e por uma conjuntura política eivada de contradições.

Buscando ver a questão da dignidade num painel mais amplo, Tavares de Almeida (1983a), a exemplo de outros autores, também identifica o reconhecimento da dignidade da condição operária como uma demanda latente que teria como foco o direito de cidadania e de participação política. E qual o impacto dessas lutas na conjuntura? Para ela:

O alastramento das greves, até transformar-se em movimento do conjunto dos assalariados urbanos, foi sem dúvida decisivo para forçar a mudança da política salarial, depois de inabaláveis quinze anos de existência. Foi, também, fundamental para afirmar o direito à greve e à liberdade de movimentação sindical, muito além do que a legislação os permite. Foi decisivo, por último, para impor a presença dos trabalhadores na arena política, onde se decide a sorte do regime político, que sucederá o autoritarismo burocrático em crise. (TAVARES DE ALMEIDA, 1983a, p.209)

Aqui a análise das greves evidencia o surgimento desse novo ator coletivo na cena política, bem como a diversidade de estratégias passíveis de serem adotadas. Para Bava (1994), é em 1978 que o “conflito operário muda de qualidade” (1994, p.255). Trata-se do marco fundacional para o envolvimento do bairro e da cidade – de São Bernardo – com a questão operária. Ao discorrer sobre os episódios de 1978 e 1979, Bava (1994) sentencia como o “movimento grevista toma conta da cidade, cria novos espaços de organização e desenvolve uma solidariedade tanto interna ao movimento como de apoio de importantes setores da sociedade, de entidades que reforçam a legitimidade da greve” (1994, p.257). Se, em 1978, a greve ocorre no espaço interno das fábricas, em 1979 ganha as ruas de São Bernardo, para efetivamente explodir na cidade na greve de 1980. É quando de fato a cidade de São Bernardo fecha o círculo com a luta encampada pelo sindicato. O desenrolar da análise de Bava encaminha a discussão sobre o caráter das greves de 1978, 79 e 80, percebendo a constituição de um espaço para além das fábricas, pois “é o bairro que está em greve. A população passa por um processo de politização que empurra as pessoas a participarem” (1994, p.262). Esse é um dos efeitos da crescente autonomização da luta produzida pelo sindicato na cidade. Além dessa consequência, outras se destacam: a organização político-partidária e a construção de um campo de luta que busca espaços e canais de expressão para dentro da política – vista com nova potencialidade. Os “novos” movimentos nascem, portanto, sob o signo da união e combatividade preconizadas pelos metalúrgicos da cidade. Movimentos reivindicatórios surgem nesse contexto e são marcados pela profunda especificidade do período. O autor, refletindo sobre a construção desses atores, sentencia que:

As greves e os movimentos reivindicatórios urbanos são momentos privilegiados em que os trabalhadores percebem a quem serve o Estado e como são consideradas suas reivindicações. A dinâmica do conflito cria

e recria formas de organização e luta dos trabalhadores, mas também permite ao Estado articular novas formas de dominação que incorporem a existência do conflito e a necessidade da negociação com os trabalhadores. (BAVA, 1994, p.270)

Tais práticas não são, entretanto, constituídas tão somente de elementos dotados de positividade. O autor, ao investigar brevemente o papel da Secretaria de Bem-Estar Social de São Bernardo, observa as estratégias adotadas com a finalidade de desarticular os movimentos, incorporando suas demandas às questões de Estado. Incorporando a questão social, jogando-a para dentro do Estado, seria possível ao menos subtrair o potencial contestador desses movimentos.

O que Bava (1994) faz é alertar para a capacidade do Estado de propor políticas públicas. Se a irrupção grevista trouxe à tona toda uma série de demandas latentes que levaram a luta sindical a um confronto com o governo, isso se deu pelo não reconhecimento imediato da questão operária. O conflito aberto apontou para a incapacidade do Estado autoritário em dar uma solução efetiva para a crise. Isso não significa que esse mesmo Estado não tivesse interesse em “negociar” alguma fórmula compensatória em determinadas circunstâncias.

Um aspecto relevante levantado por Moisés é o de que “é no terreno da luta por direitos sociais e políticos, portanto, que é preciso ir buscar o significado dos movimentos dos anos recentes e, particularmente, da greve de 1980” (1982a, p.24). Essa consideração revela um duplo caráter: primeiro, aponta para os aspectos analiticamente relevantes para a análise; e, em segundo lugar, para a necessidade de compreender o ciclo de greves como parte de uma mesma conjuntura e conhecer as especificidades de cada uma dessas greves, revelando aspectos estratégicos “novos”. Alguns outros elementos destacados merecem menção, entre eles a agenda assumida pela luta sindical, que naquele contexto político específico, fez transcender em muito as funções meramente sindicais. Tal fato parece ter tido como causa a ineficácia do sistema partidário em representar os interesses populares e trabalhistas. Esses componentes aparecem imbricados na análise do autor a partir da tríade Estado – Sindicatos – Partido.

As diversas interpretações discutidas aqui deixam entrever uma série de questões que carecem de fundamentação mais sólida. Primeiro, é necessário questionar aquilo que Antunes denomina de espontaneísmo, presente nas jornadas grevistas de 1978 ou que, no dizer do próprio autor, são “[r]esultantes da própria necessidade e instinto de sobrevivência operária, as greves de Maio floresceram e viveram seu curso no leito da espontaneidade” (ANTUNES, 1988, p.34). A análise feita até aqui é suficiente para questionar frontalmente essa assertiva; pois, se é fato que a eclosão das greves se deu sem uma ação direta do sindicato, também é fato que o contrário teria sido uma estratégia reprovável dadas às circunstâncias e toda uma experiência histórica já vivenciada. A

questão é: até que ponto essa espontaneidade não se tornou o discurso dominante por duas razões – a do culto à ação operária e a da aceitação tácita do discurso do sindicato de que não havia produzido a greve, mas lhe restava assumir o movimento? O presidente do sindicato, Luis Inácio, comenta o inusitado daquele momento: “No ano de 1978 acho que nós não passamos uma única semana sem fazer greve até dezembro. Fazíamos duas, três greves por semana. Era greve por qualquer coisa, deu a louca no mundo” (JUNIOR, 1982, p. 44). A interpretação de Rainho e Bargas (1983), de que a suposta espontaneidade da greve não foi outra coisa senão uma estratégia para mostrar o sindicato sem responsabilidade quanto à deflagração da greve, faz mais sentido quando confrontada com a vasta gama de material que aponta para uma mobilização dirigida de longa data e que atingira seu ponto mais tenso na Campanha de reposição dos 34,1% de 1977. A ampla veiculação do tema na imprensa, fruto óbvio do inusitado e do interesse renovado pelo reaparecimento da luta sindical na vida do país, acabou sendo um bom condutor para esse discurso.¹⁷⁹ Se fosse o caso, qual a razão para esse titubeio em relação a assumir o comando da greve? Tratou-se de primeiramente evitar a repressão como ocorrera em 1968, lembrança recorrente dos sindicalistas do período e também de garantir as salvaguardas necessárias para a participação do sindicato. Um segundo aspecto seria garantir a legitimidade necessária ao sindicato para tal empreendimento, já que se não era de toda verdade o espontaneísmo das greves, a falta de uma organização articulada era.

Outro ponto que precisa ser destacado é a consideração de Antunes (1988) de que as greves não estavam centradas na superexploração do trabalho, e sim no arrocho salarial promovido pelo governo. Ao inverter o eixo das investigações tradicionais – de cunho marxista – o resultado é a predominância de uma ênfase política na greve, pois “[...]a greve – uma forma de luta operária – coloca sempre questões econômicas e políticas, juntas” (IANNI, 1980, p.13). Tal constatação pode ser corroborada ao se analisar as barreiras construídas à ação sindical. Uma dessas barreiras era a de transformar em político qualquer movimento reivindicatório, mesmo a aparentemente espontânea greve de 1978, como se vê na seção “Nossa Opinião” da *Tribuna Metalúrgica* nº 48 de novembro de 1978, redigida pelo presidente do sindicato, Luis Inácio da Silva, onde ele destaca a inexistência de espaços políticos para a ação sindical e trabalhista, embora o cenário político estivesse bastante fértil para mudanças.

A discussão dos aspectos mais emblemáticos da greve de 1979 também é reveladora de uma série de pontos. Primeiro, não é possível deixar de atentar para o momento de sua deflagração, justo na época da sucessão presidencial. Poucos deixaram de ver ali um desafio ou um teste ao novo

¹⁷⁹ Matéria da revista **Isto É** nº 74 de 24 de maio de 1978. “Foi Lula que as empresas chamaram para mediar a questão com os trabalhadores. E, de forma quase inevitável, ele se viu impulsionado á incômoda condição de líder de uma situação capaz de se transformar em confronto” (p.68).

governo, que, na figura do Presidente da República General João Batista Figueiredo, mostrou-se inicialmente resignado com o movimento, como deixa entrever à época, nos meios de comunicação, colocando-se a favor das negociações diretas entre empregados e patrões e dizendo ser necessário conviver com as greves, pois isso seria natural num país capitalista e democrático¹⁸⁰. Entretanto, com a seqüência da greve, o governo viu-se forçado a reagir, pois qualquer coisa diferente disso seria tido como um sinal de fraqueza do novo Presidente Militar. Um episódio marcante dessa greve foi a intervenção no sindicato, revelando a fragilidade de sua ação dentro dos liames da legislação.

Muito se tem comentado e reclamado a respeito da estrutura sindical brasileira. Entretanto, a intervenção em nosso sindicato, como último recurso dos patrões para sufocar de vez o nosso movimento reivindicatório, foi a maior prova de que ela está ultrapassada. Não mais atende aos interesses dos trabalhadores e choca-se cada vez mais com os anseios de liberdade do país, os quais aos poucos vão se concretizando.

Efetivamente, a intervenção foi um ato de força, próprio dos regimes ditatoriais, nos quais a liberdade do cidadão é simplesmente suprimida. Ironicamente, porém, o governo tomou essa medida contra nós com base na lei, e alegando que assim procedia com respeito aos princípios da democracia. E ninguém poderia contestá-lo e chamá-lo de ditador, uma vez que o exercício da democracia compreende, exatamente, o respeito às leis. Eis aí uma contradição que continuará existindo enquanto a atividade trabalhista for regida pela atual legislação sindical. O que nos autoriza a dizer que a democracia, por mais extensa que se torne, nunca chegará porque, para nós, continuará valendo um conjunto de leis geradas por uma ditadura: a de Getúlio Vargas, nos anos 37/40.¹⁸¹

Esse episódio mostrou uma situação limite, já que a partir dali as estratégias da ação sindical passariam a levar em conta a atuação do Estado, que até então ficara de fora. A própria capacidade de organização e mobilização do sindicato estava sendo testada. Esta greve aparece nas falas dos entrevistados como eminentemente política. Não por acaso, uma das possibilidades aventadas era que o resultado final da reação do governo fosse a completa desarticulação do movimento grevista e, mais, da própria proposta do “novo” sindicalismo. Todavia, essa intervenção teve um caráter singular pelo fato de que, contrariando todas as possibilidades, o governo permitiu o retorno da diretoria cassada tão logo a greve teve fim. Qual a razão para isso? Teria sido um indicativo de que o governo não pensava em voltar atrás no processo de abertura? Um passo decisivo e perigoso no intuito de não pôr fim a um promissor sindicalismo de negócios? A manutenção de um interlocutor importante pela autoridade que conquistou junto aos trabalhadores? Uma análise pormenorizada quanto a cada um desses questionamentos permitirá clarificar alguns pontos ainda nebulosos. A ação direta e contundente do governo para conter a greve de 1979, ao menos nos discursos emitidos pelas

¹⁸⁰ A imprensa da época debruçou-se sobre o tema, pois havia uma curiosidade generalizada sobre os caminhos que a abertura política inaugurada pelo Presidente Geisel tomaria. Em entrevista a revista **Veja** n° 550 de 21 de março de 1979 Delfim Netto comentou que: “Numa sociedade aberta e capitalista, como a nossa, greve é um fenômeno absolutamente natural”. (p.22)

¹⁸¹ Tribuna Metalúrgica n° 51 de junho de 1979 na seção Nossa Opinião, escrita por Luis Inácio da Silva.

autoridades ligadas a ele, não possuía ligação direta com uma possível guinada à direita nas intenções do novo governo; ao contrário, buscava resguardar a lei e, por extensão, os direitos democráticos.¹⁸² Desatrelar a abertura da ação praticada no ABC é uma preocupação constante do governo. Do outro lado, entretanto, as lideranças sindicais passam a fazer exatamente o contrário, estabelecer uma ligação automática entre um evento e outro¹⁸³. Tal procedimento levou o movimento sindical a radicalizar sua postura em relação ao governo, deixando para trás a estratégia adotada em 1978 de isolar a luta numa relação simplificada com os empresários. Naquele momento, a greve “[...] se resolveu por meio de um contrato de trabalho coletivo entre os empresários da indústria automobilística e os dirigentes metalúrgicos de São Bernardo” (HUMPHREY, 1982, p.181).¹⁸⁴ Entretanto, as novas circunstâncias não permitiam que no ano seguinte isso se desse sem conflito. Diante da impossibilidade de conseguir um acordo favorável, os empresários passaram a apelar para a necessidade de ação do governo na resolução do conflito. Isso despertou a desconfiança dos metalúrgicos em relação aos patrões. O governo doravante passou a ser visto como um adversário em potencial ou, com alguma boa-vontade, um obstáculo.

A idéia de que estaria surgindo um sindicalismo de negócios diferente daquele feito no período populista ficou circunscrita aos discursos iniciais dos intelectuais e das lideranças sindicais, sobretudo no caso dos últimos, pelo tipo de estratégia adotada pela direção do sindicato a fim de evitar a ofensiva do regime. A campanha salarial de 1979 e o crescimento da pauta política já davam indícios às autoridades governamentais de que as lutas não se limitariam às questões econômicas. A questão para o regime era entender em que se assentavam os fundamentos políticos dessas “novas” lideranças e seu potencial para a luta.

Quanto ao possível interesse do regime de preservar um interlocutor válido, isso parece muito mais provável se observado de um ponto de vista instrumental, já que a ascendência do sindicato sobre os metalúrgicos era muito grande, e a simples destituição da diretoria eleita poderia representar a perda de controle sobre a situação no ABC. Além disso, os próprios empresários, ao continuarem negociando com a diretoria destituída no lugar de negociarem com o interventor,

¹⁸² Quanto a isso, é interessante observar que esse discurso era elaborado para mostrar as greves e a forma como aconteciam como um desvio natural dentro de um processo aberto de democratização política. A fala do então Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, é esclarecedora: “o processo de abertura que está havendo propicia o surgimento de algumas confusões, com alguns atos que se chocam com a legislação” (revista **Veja** nº 545 de 15 de fevereiro de 1979-p.90). Esse tipo de consideração altera o significado do processo, isto é, os acontecimentos não ameaçavam o processo de abertura política em curso, antes eram originados de uma confusão advinda dele.

¹⁸³ O jornal **Folha de São Paulo** de 17 de maio de 1979 noticiou que “[...]O governo nada mais fez do que reconhecer a nossa greve como justa e legítima, com a revogação da intervenção” (p.68). Essa era uma das visões do metalúrgico em relação à atitude do governo de reconduzir a diretoria cassada aos seus cargos.

¹⁸⁴ Tornou-se pública a orientação do governo de que não seriam tolerados repasses nos preços em virtude de aumentos salariais. As ameaças governamentais tinham como alvo os financiamentos estatais concedidos aos empresários.

puseram por terra qualquer tentativa do governo de desprestigiá-los¹⁸⁵. A fala de Luis Eulálio Vidigal, um dos expoentes da nova safra empresarial parece confirmar isso. Quando da restituição ele afirmou que: “Lula deve ser reconduzido ao Sindicato de São Bernardo e, ao mesmo tempo, ser nomeado interventor em Santo André e São Caetano”.¹⁸⁶

É importante lembrar que a greve que iniciara pela reposição salarial e pela manutenção das conquistas de 1978¹⁸⁷ assumiu um efeito político imediato, o da luta pelo retorno da diretoria cassada. Ao reconduzir a direção do sindicato, o governo apresentava isso como uma prova de suas boas intenções com relação aos trabalhadores. Aos sindicalistas, como foi anteriormente mencionado, ficou a nítida impressão, a partir de então avidamente explorada, de que empresariado e regime eram a “mesma coisa”.

Ao regime interessa sempre o trabalhador e o povo em geral calado, sem poder manifestar sequer seu descontentamento, seja por questões políticas, salariais ou de condições de vida. A repressão às greves – que já se tornou marca registrada do governo do general João Batista Figueiredo –, a intervenção em sindicatos e prisão de líderes sindicais, é uma amostra muito clara disso.¹⁸⁸

A posição adotada pelo regime assumiu centralidade tanto no discurso quanto no imaginário dos metalúrgicos. Nas estratégias adotadas, passou a vigorar com força a crítica à abertura, ao tipo de democracia e, principalmente, ao autoritarismo expresso nas suas mais diversas faces. O retorno da diretoria cassada representou o aprofundamento de um processo iniciado mesmo após as jornadas de 1978, o da radicalização do discurso e da pauta política.

Além de vencer a resistência dos patrões e do governo, os metalúrgicos abriram um caminho para o restante da classe trabalhadora brasileira. Hoje, no país, os trabalhadores estão se mobilizando contra a exploração a que foram submetidos pelo governo nestes últimos 15 anos utilizando para isto, a sua principal arma: a greve.

[...]

A partir do movimento iniciado no ABC, outros setores da sociedade brasileira começaram a se mobilizar e a se organizar para lutar pelas suas reivindicações. As greves se alastraram pelas principais cidades, forçando os patrões a negociar um salário mais justo, ou a melhorar as condições de trabalho das categorias profissionais. Do ABC saiu a lição para a classe trabalhadora. Foi uma vitória, que será levada adiante por todos que hoje lutam contra a exploração e a opressão.¹⁸⁹

¹⁸⁵ Os constantes convites e telefonemas do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, levou à constatação de que: “Naquele momento ficou claro para Lula, o castigado, que Macedo não o via como um inimigo do país, e sim como um interlocutor”. Revista **Veja** nº 552 de 4 de abril de 1979. p. 21

¹⁸⁶ À época, os sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Santo André e São Caetano encontravam-se sob intervenção. Essa declaração de Vidigal aparece em **Veja** nº 552 de 04 de abril de 1979. p. 24.

¹⁸⁷ Era uma questão de honra para o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema não perder os 11% conquistados nas greves de 1978, e que nas negociações do final do ano os patrões pretendiam incluir na forma de adiantamento salarial, sujeito a desconto, no ano subsequente.

¹⁸⁸ ABCD jornal nº 50 de 1º a 7 de outubro de 1979.

¹⁸⁹ ABCD jornal nº 28 de 17 a 23 de maio de 1979.

O fato que tornou possível o retorno da diretoria cassada foi a negociação de uma trégua de 45 dias. Por diversas razões, esse acontecimento foi marcante; pois, se permitiu o retorno, também serviu como ponto de inflexão para o movimento sindical no ABC. Ao investigar esse evento, Antunes (1988) diz perceber ali um lampejo de direção consciente e teleológica do movimento, por estabelecer um contrapeso às assembleias plebiscitárias. Até que ponto um movimento alavancado, na maioria das vezes, à margem da estrutura sindical legal poderia organizar uma estrutura de controle e coerção paralela? Ou, em outras palavras, uma ação estratégica organizada dentro do modelo proposto por Antunes não acabaria por burocratizar o sindicato, levando a um controle da direção sobre as bases e conduzindo o movimento a um eterno retorno com os velhos tempos do cupulismo? A trégua dos 45 dias é, sem dúvida, o ponto chave dessa jornada grevista, pois colocou à prova a capacidade de comando das lideranças sindicais e, como salientou Antunes (1988), este foi o único momento em que apareceu uma direção consciente sobre o espontaneísmo das greves. Entretanto, há que se considerar o impacto dessa trégua nos metalúrgicos. Aparece com frequência nas entrevistas a insatisfação com que uma parte deles viu a trégua na época, em especial pelo clima que a greve atingira então. Entretanto, ressaltam também numa análise *post factum* ter sido esta uma decisão acertada da diretoria.¹⁹⁰

com a negociação levou o nome de pelego por causa de uma minoria da categoria de um grupo ideológico e tal, mas foi assim em termos de conquista econômica foi a melhor greve e também política porque nós voltamos para dentro das fábricas organizados, cabeça erguida onde o empresário o patrão tinha medo de conversar com você coisas que não estava no [?] e fez com que procurasse o sindicato e respeitasse o sindicato.¹⁹¹

Comentando sobre a insatisfação dos metalúrgicos com a liderança sindical, sobretudo com o Presidente do sindicato, Luis Inácio da Silva, o entrevistado Eliseu Marques expõe a dificuldade de entender os meandros da decisão da diretoria.

[...] teve um dos movimentos onde muita gente ficou até revoltado com ele depois viu que ele tava com a razão quando ele pediu o pessoal dar uma trégua parar o movimento é vamos parar o movimento isso imagina o estádio lotado o pessoal querendo continuar a greve ele pediu pro pessoal eu acho que é o momento da gente parar não significa que nós perdemos nós vamos retornar esse movimento a qualquer hora, mas nos vamos dar uma trégua porque o pessoal para não dizer que a gente é radical sabe e vamos tentar negociar voltando ao trabalho e vamos dar um prazo foi de quarenta né?¹⁹²

¹⁹⁰ O jornal **Estado de São Paulo** de 15 de maio de 1979 veiculou detalhes da trégua ressaltando a falta de opções dos sindicalistas e as ações de Lula, buscando evitar uma greve que se tornava suicida e os efeitos no tocante a sua liderança. Além disso, comentava a cisão entre os metalúrgicos em virtude da trégua. Na assembleia no estádio da Vila Euclides, uma multidão esperava a decisão de continuar a greve, porém, a orientação da diretoria do sindicato de que se votasse pela trégua de 45 dias ou como Luis Inácio da Silva pedia um voto de confiança.

¹⁹¹ Entrevista concedida ao autor por José Ferreira em 16-02-2005.

¹⁹² Entrevista concedida ao autor por Eliseu Marques em 17-02-2005.

Independentemente da análise posterior daqueles eventos, a direção do sindicato encontrava-se sob suspeita. A proposta da trégua naquele momento da greve despertou algumas suspeitas e colocou a direção frente-a-frente com o discurso que elaborou a fim de produzir coesão nos metalúrgicos, o discurso “antipelego”, o discurso contra o Estado e contra os empresários. Para muitos, a trégua apareceu como um acordo, uma capitulação. A ação do governo que culminou com a destituição da diretoria do sindicato demonstrou até que ponto o governo estava disposto a tolerar a questão trabalhista. Essa atitude pautou a luta sindical dali em diante, ainda que a trégua dos 45 dias e o retorno ao trabalho pudessem ser vistos como uma capitulação frente à estratégia do governo. Como expressou Expedito Soares,¹⁹³ o governo “[...] fez um acordozinho lá concedeu os reajustes que a gente queria [...] e ai depois da trégua a gente achou bom cumpriram a parte deles então a gente não vai voltar à greve [...]”. O resultado prático desse acordo que garantiu a volta da diretoria cassada foi a afirmação e o compromisso de que no ano seguinte a preparação levaria em conta a interferência do governo. Também, em virtude desse acordo, a própria diretoria ficou sob suspeita. Não foi sem razão que, após o retorno da diretoria, o presidente do sindicato, Luis Inácio da Silva, fez questão de colocar esse retorno em assembléia. Na prática, tratava-se de negar qualquer acordo e inverter a relação com a idéia de que se seus mandatos dependiam de eleições diretas dos associados, pois, somente estes podiam e tinham o poder para destituir os seus integrantes. Essa era uma estratégia que, antes de tudo, visava re-elaborar o discurso do sindicato e manter a mobilização abalada pela desconfiança produzida pela trégua. Ao descrever os eventos, o entrevistado Alberto Eulálio destaca os efeitos da trégua na cabeça dos metalúrgicos:

[...] nós ficamos muito revoltados porque nós na gost... nós não queria terminar com a greve tinha mais de cento e vinte mil pessoas [...] e tinha um grupo de pessoas que inclusive tava contra contra acabar com a greve não gostaram chamaram o Lula de pelego pelego e tal aquele negócio todo¹⁹⁴

Quanto à estratégia adotada pelo sindicato, ela foi narrada destacando o momento em que se “entregou o sindicato para a diretoria novamente ai o Lula foi lá chamou a diretoria entregou o cargo à disposição todo mundo chorou tal e a gente voltou de novo à luta”.¹⁹⁵ O aparente ou esperado decréscimo organizativo do sindicato não aconteceu. Ao contrário, a mobilização para a campanha salarial de 1980 ampliou-se, bem como a pauta de luta que cada vez mais incluía tópicos políticos¹⁹⁶.

¹⁹³ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

¹⁹⁴ Entrevista concedida ao autor por Alberto Eulálio em 21-02-2005.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ O próprio Luis Inácio da Silva, ao comentar em “Lula sem censura”, os efeitos produzidos pela trégua se referiu à dificuldade de retomar a mobilização, em virtude “da imagem perdida em 1979 pela jogada da FIESP e do governo, que

Foi com essa disposição que o sindicato preparou os metalúrgicos de São Bernardo para mais um capítulo daquilo que se tornou rotina, a greve¹⁹⁷.

A greve de 1980 é o ponto alto de um processo de mobilização que iniciou mais de meia década antes, mas também é o encerramento de todo um ciclo grevista. Esses dois aspectos emblemáticos, aparentemente contraditórios, só podem ser explicados mediante uma análise pormenorizada das estratégias adotadas desde a deflagração da greve até seu final. É preciso deter-se, sobretudo, na forma como articularam, mais do que em qualquer outra época, uma agenda nacional e um conteúdo eminentemente político a sua luta. Esta greve, segundo Moisés (1982b), foi o episódio que abriu a luta pelos direitos de cidadania no Brasil. E só isso bastaria para marcá-la na história das lutas sociais no país, não fosse o fato de representar também uma opção: a do ingresso definitivo dos segmentos sociais até então excluídos de participação no campo político. E qual a razão para tal conteúdo? Teria sido unicamente uma resposta da ampla mobilização dos anos anteriores, a ação interessada das lideranças sindicais em imprimir um forte conteúdo político à mobilização?¹⁹⁸ Ou, ainda, seria um reflexo dos desdobramentos da política nacional, marcada pelos constantes conflitos no bloco do poder e, conseqüentemente, pela decrepitude do regime e de sua intenção de institucionalizar as regras da abertura? Em outras palavras, qual o peso da conjuntura nacional na greve metalúrgica e qual o peso da greve metalúrgica na conjuntura nacional? É difícil medir; porém, uma constatação a priori tem de ser feita: uma condicionou a outra, influenciando as decisões tomadas ao longo do processo pelos vários lados em conflito.

Quanto à mobilização para 1980, ela não foi uma simples evolução gradual dos anos anteriores, pois a intervenção de 1979 no sindicato introduziu, no conjunto da categoria, a certeza congênita de que o regime era um dos adversários. O balanço da greve de 1979 indicava o provável caminho a ser trilhado no ano seguinte. Refletindo sobre o saldo deixad, Rainho & Bargas (1983) concluem que “[...] a greve ora assumiu caráter mais econômico, ora mais político, os quais –na prática- vão se unificando e se complementando” (1983, p.171). A luta política foi, portanto, mais do que uma opção, foi uma necessidade, e não se pense que isso representava um corte abrupto, pois

queria mostrar que o acordo foi feito pelo nosso interesse de voltar ao sindicato ou coisa parecida”. (p.67) Gervison Melão Monteiro, em entrevista ao autor, destaca “[...] que o movimento em 80 é muito mais forte do que o de 79 então isso depois daquele descontentamento da trégua e tal”. O ímpeto de luta dos metalúrgicos não foi, como se poderia supor, afetado pelas negociações da trégua dos 45 dias.

¹⁹⁷ Os entrevistados destacam o aparecimento de uma cultura grevista. Alberto Eulálio, por exemplo, comenta que fazer greve é “a melhor coisa do mundo”.

¹⁹⁸ Boa parte dos pronunciamentos das autoridades governamentais sobre o conflito grevista de 1980, especialmente as do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, aponta para a dimensão política da greve e para a sua utilização por Luis Inácio da Silva como espécie de estréia política. A imprensa passa a noticiar constantes encontros de Lula com autoridades políticas e seu interesse em fundar o PT. A revista **Veja** nº 577 de 26 de setembro de 1979 comenta sobre um “fascínio” seu pela fundação do partido.

a única diferença para os anos anteriores é que, em 1980, isso se deu de forma desvelada. Antecipando os acontecimentos, o bilhete do João Ferrador de fevereiro de 1980 destaca que:

Ninguém ficou assustado com a brutalidade com que tentaram dissolver o nosso movimento. Isso porque todos nós sabemos que estamos numa guerra constante com um inimigo impiedoso. Esse inimigo são os patrões e o respectivo regime político. A gente tem consciência de que tudo pode se repetir outra vez: as manobras dos patrões e a repressão policial.¹⁹⁹ (BILHETES DO JOÃO FERRADOR, 1980, p. 72)

Estava, portanto, desfraldada uma das bandeiras da luta sindical para aquele momento – a luta abertamente política. A questão central passava a ser a “[...] preocupação com as reivindicações não-econômicas, tanto isso é verdade que a gente levou a campanha nas portas das fábricas e o último item da campanha a ser abordado para os trabalhadores foi exatamente o percentual de aumento” (Lula sem censura, 1982, p.64). Isso era mais necessário ainda pela constatação de que desta vez as coisas não se dariam como em 1979, e isso implicava uma ação organizada.²⁰⁰ Essa greve é, sem sombra de dúvida, aquela que ocupa lugar destacado no imaginário dos metalúrgicos, sendo importante, num nível ilustrativo, compor algumas opiniões dos entrevistados. Gervison Melão acentua a dimensão política da greve, ilustrando-a com o cenário político nacional. Alberto Eulálio, ao referir-se ao movimento, diz que “[...] tem um detalhe que é interessante a greve de 80 ela não foi uma greve só pra reivindicar gente ela foi uma greve política contra a ditadura mesmo”. Essa dimensão política do conflito aparece em outras entrevistas. José Ferreira de Souza, apontando na mesma direção, afirma “[...] foi uma greve política eu entendo foi uma greve vitoriosa politicamente, mas derrotada economicamente que nós ai perdemos a diretoria diretoria presa muitos de nós eu, por exemplo, fui detido aqui fiquei cinco dias preso [...]”. Essa ênfase política não ocorreu no vazio. É fruto direto do trabalho preparatório e, principalmente, da experiência de 1979, como se percebe na fala dos entrevistados. Expedito Soares, falando sobre essa organização, menciona: “[...] montamos o fundo de greve nos estruturamos melhor em 80 ai fizemos uma grande movimentação de massa a repressão veio com toda a violência possível [...]”. Quanto a isso, tanto Geovaldo Gomes quanto Januário da Silva apontam na mesma direção. O primeiro assinala que: “[...] se preparou é muito a partir da experiência de 79 qual foi a grande greve de 80, sobretudo buscando trabalhar antes na na greve de 79 o apoio da sociedade civil das organizações de base sociedade amigos de bairro, igreja, entre outros ai se trabalhou muito isso”. Quanto ao segundo,

¹⁹⁹ Bilhete de João Ferrador, fevereiro de 1980.

²⁰⁰ A experiência organizativa de 1979 trouxe algumas novidades, como a ampla solidariedade entre as quais dos setores ligados à igreja e o fundo de greve. Todavia, mesmo com essa organização, ficavam evidentes as limitações com que a luta sindical se defrontava, diante de uma intervenção e do fechamento dos canais de representação sindical legais. Literalmente, fora da estrutura sindical oficial pouco havia a fazer.

sublinha que houve uma “[...] solidariedade espantosa para sustentar 41 dias de greve em 1980 contra a ditadura militar [...] em plena ditadura militar 41 dias de greve [...]”. Um dos pontos absolutamente coincidentes em todas as entrevistas foi a respeito da repressão durante a greve e seu caráter indiscriminado.

O que resulta de uma análise mais detida de todas essas falas é que, de fato, o movimento grevista de 1980 é a um só tempo uma continuação de todo um processo mobilizatório bastante anterior e um salto qualitativo com relação a esse mesmo movimento, embora, seja possível fazer coro com a argumentação de Antunes (1988) sobre a falta de uma direção consciente do movimento. Esse salto qualitativo está centrado na entrada definitiva do movimento no campo político e na sua capacidade de incluir demandas numa agenda nacional que se apresentava como urgente. A idéia era preencher o vazio deixado pelo regime, embora, ele ainda não tivesse chegado a termo.

A propósito das características assumidas pela greve de 1980, Ianni (1980) traz um ponto emblemático em sua análise, a avaliação final²⁰¹ que faz da greve, já que na contra-corrente das interpretações, em especial da adotada por Ricardo Antunes (1988), julga o enfrentamento daquele ano como vitorioso, pois, para ele revelou a um só tempo o desmascaramento do papel do empresariado na questão da abertura e da inadequação da legislação trabalhista. A avaliação da greve de 1980 está diretamente relacionada aos propósitos assumidos ainda no final da greve de 1979. Januário Fernandes da Silva²⁰² comentando isso relata que em 1980 “[...] o Lula falou dessa vez não vai ser essa diretoria que vai mandar parar a greve [...]”. As lideranças sindicais sabiam de ante-mão que, caso se repetissem as condições que levaram até o afastamento da diretoria e a trégua dos 45 dias, a solução oferecida pelo governo para o impasse seria outra. O próprio Januário Fernandes da Silva²⁰³ demonstrou que existia essa indicação, pois, ao definir que seriam os próprios metalúrgicos que definiriam o fim da greve, a diretoria deixou claro que não importava ser cassado, torturado ou morto, a obrigação dos grevistas seria ir até o fim. Por sua vez, Expedito Soares²⁰⁴ ao comentar aquele momento diz que: “[...] a gente já sabia que ia ser preso que a gente que um monte de coisa ia acontecer então a gente decretou a greve a gente até assinou uma declaração para os advogados porque a gente sabia que ia para tudo ou nada [...]”. Pode-se dizer, portanto, que ao deflagrar a greve de 1980 a direção do sindicato conhecia os possíveis cenários e, portanto, o resultado final do embate. Diante disso, a estratégia de enfrentamento para aquele ano contemplou a organização e mobilização dos metalúrgicos, considerando-se a perda iminente da estrutura física do

²⁰¹ Para Octavio Ianni (1980) a derrota foi apenas aparente, pois, em termos políticos a greve acabou sendo uma imensa lição de política para os operários e para o conjunto da classe trabalhadora. Não bastasse isso o autor ainda sugere que os metalúrgicos não estão empenhados em uma luta onde se auto-representam, ao contrário, representam a sociedade civil.

²⁰² Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

sindicato. As circunstâncias que puseram fim à greve foram denunciadas pela imprensa²⁰⁵ como uma derrota para o movimento sindical, sobretudo em função da possibilidade da direção do sindicato ter finalizado a greve quando do anúncio do TRT de julgar-se incapaz de declarar a ilegalidade da greve.

Os entrevistados, ao esboçarem uma avaliação daquela greve, ressaltam os resultados visíveis, como faz Geovaldo Gomes,²⁰⁶ ao afirmar que: “[...] em 1980 após o retorno ao trabalho né é 40 dias a greve é [...] muita gente demitida dessa vez [...] há uma limpada né de militante perseguição implacável [...]”. Esses aspectos negativos da greve coexistem com a concepção de que ela teve um salto político. Este saldo não se circunscreve a um eventual ganho de consciência política, ele também tem relação com o desdobramento da própria intervenção, que durou cerca de um ano, e com a sucessão na diretoria do sindicato, tão logo se levantou a intervenção.

Um outro marco dessa greve derivou diretamente da orientação política das lideranças sindicais, empenhadas em buscar um espaço político no cenário nacional. Não se pode perder de vista que as discussões sobre a fundação de um partido dos trabalhadores já vinham de muito tempo, pelo menos desde o Congresso de Lins, quando o tema foi apresentado publicamente. As disputas intra-movimento sindical tensionavam a luta pela legenda e tudo que ela envolvia e, sem dúvida, isso passava pela greve de 1980, ainda que se negue veementemente isso e que alguns fatores apontem em outra direção. Um fato marcante desse conflito pode ser percebido quando da prisão de Luis Inácio da Silva e de outras lideranças de sua diretoria. Naquele momento, quem ficou à frente do movimento foi Alemão, militante ligado ao MDB e que acreditava na unidade das oposições. Independentemente disso, o próprio Luis Inácio, a despeito do interesse de alguns militantes ligados organicamente ao Partido dos Trabalhadores. Ainda que isso seja ilustrativo, um fato se impõe: o de que o PT era uma constatação do fracasso de uma luta pautada apenas pelo econômico e sua proposta “[...] Esse nível de consciência política surgiu em 1980, é lógico, com as experiências de 1977, 1978 e 1979... Culminou em 1980” (Lula sem censura, 1982, p.62) e que esse fato não representava que ele seria efetivamente homogêneo; antes, pelo contrário, estava marcado por tensões e rachas desde o seu nascedouro.

Como sugeriu Abramo (1991), uma das características mais prementes das greves foi que devido a elas “[...] *emergió la cuestión social y los trabajadores impusieron su presencia em el escenario político. A partir de esse momento, de alguna forma, estos elementos ya no pudieron ser ignorados em los planes de recomposición del régimen militar*” (1991, p.99). Essa necessidade de re-atualizar as estratégias, potencializada pelas situações já descritas, encontrava-se reforçada por

²⁰⁵ Parte considerável da imprensa julgou a estratégia adotada pelas lideranças sindicais um equívoco.

²⁰⁶ Entrevista concedida ao autor em 18-02-2005.

fatores conjunturais, tais como a abertura e a reforma partidária. Essa última extremamente importante para o interesse das lideranças sindicais de ingressar no campo político. É nesse ponto que o conflito se acentua, já que para além dos anseios presentes na jornada grevista havia a construção teleológica de uma proposta política de cunho nacional que confrontava a proposta política do próprio regime, a qual visava antes de tudo sua própria institucionalização. Nesse momento, o “novo” sindicalismo do ABC, representado pelo sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e o regime tornam-se duas entidades mutuamente excludentes.

3.2 O regime: da “perplexidade à ação”

Ao se investigar a relação entre o “novo” sindicalismo, protagonizado pela ação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e o regime instaurado no país no pós-1964, uma dificuldade se apresenta de antemão: a característica autoritária desse regime e, conseqüentemente, o pouco espaço político destinado a sua inter-relação com a sociedade civil.

As análises que de alguma forma relacionam esses dois atores o fazem quase sempre atentando para as mudanças nessa relação, em virtude do tipo de ação adotada pelo sindicato e a forma como isso atingiu os interesses mais imediatos do bloco de poder, sobretudo sua intenção de conduzir uma abertura controlada. É impossível dissociar a natureza do regime político do tipo de ação coletiva que teve curso no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. E qual a razão para isso? A incapacidade de incorporação do sistema, de absorção de conflitos. Sob todos os ângulos, a ditadura vinha reduzindo os espaços e canais de expressão de todos os setores sociais, e isso tinha como resultado, senão imediato ao menos em médio prazo, o aparecimento da contestação. Isso vinha acompanhado pela perda crescente de legitimidade do regime, em razão da própria incapacidade de produzir os resultados alcançados ao longo da primeira década no poder.

Para estabelecer um eixo interpretativo dessa relação, faz-se imperativo recorrer a alguns apontamentos teóricos que permitam entender o impacto de um movimento reivindicativo – de um ponto de vista econômico e político – ainda que nem sempre essas características tenham aparecido juntas, no contexto de um sistema político fechado. Quanto a isso, Melucci (2001) lembra que: “o sistema político indica o nível de formação das decisões normativas de uma sociedade através da competição de interesses no interior de regras partilhadas e através de processos de representação” (2001, p. 39). O problema é que, primeiro, não havia competição de interesses em virtude do absoluto fechamento dos canais de interlocução políticos e, segundo, tanto não havia acordo quanto

as regras para o processo de representação eram inviáveis, para não dizer inexistentes.²⁰⁷ A greve era vista como um dos caminhos possíveis para romper essa barreira:

Até o mês de maio passado, os trabalhadores não tinham vez no meu Brasil grande e potente. As leis, a justiça, a polícia e uma série de outros instrumentos de dominação das pessoas estavam a serviço exclusivo dos patrões. Exploravam a gente até o bagaço e a gente não tinha possibilidade de chiar, porque logo vinha repressão: despedida sumária, Lei de Segurança Nacional, intervenção no Sindicato, etc.²⁰⁸ (*BILHETE DO JOÃO FERRADOR*, 1980, p. 56)

Como é possível perceber, os metalúrgicos sentiam-se preteridos pelo governo, principalmente na comparação com o empresariado, e foi justamente sobre essa questão que assentou a luta sindical naquele período. Cabe indagar qual o limite tolerado pelo sistema? Ou, partindo da premissa de que os “novos” movimentos sociais serviram para constranger o regime, como salienta Lamounier (1985), saber quais as conseqüências práticas desse constrangimento para os atores coletivos envolvidos? Quanto a isso, as greves de 1978 oferecem uma resposta segura – o limite estava circunscrito à luta econômica e à ação sindical, dentro dos limites fixados pela lei e, fundamentalmente, na manutenção da política salarial. Nas greves daquele ano, não houve o envolvimento ativo do Estado a fim de dar uma resolução ao conflito; diante disso, tudo se resolveu através da negociação coletiva. Grande parcela dessa vitória pode ser creditada justamente a essa não intervenção do Estado, defendida radicalmente pelos sindicalistas e, em certa medida, por alguns segmentos empresariais. O próprio inusitado da irrupção grevista na região do ABC foi uma surpresa para o governo, que, num primeiro momento, optou por uma estratégia que, se não ignorava a existência do movimento, ao menos ressaltava sua “normalidade”.

O ano de 1978 constitui-se num marco para a luta sindical no país, pois permitiu mais do que desafiar, permitiu ampliar os limites pensados pela abertura e compreender até que ponto várias das formas de interlocução presentes ao longo da história do país encontravam-se fechadas pelo regime autoritário burocrático. O insulamento levado a cabo pelo regime colocou áreas estratégicas da administração sob controle técnico, portanto distantes tanto do impacto eleitoral, quanto de aspectos políticos. Não tardou para que isso fosse percebido tanto por metalúrgicos, quanto pelos empresários. E como isso foi possível, se o governo se manteve distante o suficiente das negociações? Através dos mecanismos de coerção disponíveis. Naquele momento, muito mais

²⁰⁷ É oportuno lembrar que diversas vezes ficou claro para as lideranças sindicais que não havia espaço político não só para os sindicalistas, mas também para os trabalhadores em geral. Em diversas oportunidades, políticos do MDB reconheceram a absoluta inexistência de canais de expressão política dos trabalhadores. Quanto ao espaço disponível dentro do aparelho de Estado, convém lembrar que o regime construiu verdadeiras barreiras buscando isolar decisões técnicas. Isso ficou conhecido na literatura como os “anéis burocráticos” de Fernando Henrique Cardoso. Esse seria o espaço onde os empresários estariam representados.

²⁰⁸ Bilhete do João Ferrador, setembro de 1978.

através do estabelecimento de uma fronteira: a da política econômica. A surpresa daquele ano não se repetiria nos seguintes, pois ficou evidente para o regime que, mais cedo ou mais tarde, as tensões acabariam por exigir uma intervenção mais direta.

Os limites impostos às negociações coletivas e que, por diversas razões, foram superados ao longo das greves de 1978 tornaram-se intransponíveis em 1979. Muitos fatores colaboraram para isso, entre eles a melhor capacidade organizativa do empresariado. Outros, como a sucessão presidencial de 1979 e a entrada definitiva do regime no conflito, precisam ser situados, a fim de serem compreendidos à luz de toda uma estratégia de contenção do regime, embora o discurso fosse o de abertura política. A indagação presente no Bilhete do João Ferrador²⁰⁹ ao Presidente Gal Figueiredo – sobre o que caberia dentro da democracia (do Presidente) – parece sinalizar para o teste que logo após os metalúrgicos imporiam ao recém empossado Figueiredo. Cada vez mais, tornava-se difícil desatrear a luta sindical dos eventos de natureza política. Quanto a isso, Alberto Eulálio comenta as características políticas do movimento revelando que:

[...] a greve não é uma greve só reivindicatória era uma greve política mesmo entendeu porque pessoal muita gente a gente parou antes da nossa data de dissídio e paramos na véspera do Figueiredo tomar posse então a gente essa greve era política era uma greve que era pra contra a ditadura contra o governo contra o sistema a gente falava muito na questão da dignidade a gente tem que ligar para a nossa dignidade essa palavra dignidade ela pegou muito naquela greve de 79 e 80.²¹⁰

Segundo Abramo (1991), a greve de 1979 caracterizou-se por uma maior ação tanto do Estado, como dos empresários. Tal ação eliminou a possibilidade de se resolver o conflito nos marcos corporativistas. De fato, é inegável que nesse ano havia algumas diferenças que situavam a luta em outros marcos. O conflito intrabloco de poder seguia; porém, se o desgaste da luta pela sucessão não se resolvera satisfatoriamente, ao menos amainara com a eleição, no Colégio Eleitoral, do Presidente General Figueiredo e com o controle tanto dos setores militares mais à direita, quanto dos setores da sociedade civil mais apressados em relação ao processo dirigido de democratização. Como sentencia Abramo (1991), aquela conjuntura era diferente, pois: *“Durante los primeros días del gobierno de Figueiredo, em el contexto de su proyecto de “apertura”, el nuevo ministro de Trabajo (Murilo Macedo) intentaba mantener una postura de negociación y no de represión”*. (ABRAMO, 1991, p.104) Essa postura, porém, tornou-se incompatível com a necessidade do regime de dar uma resposta aos setores das forças armadas descontentes com a inação e, mais do que isso, com a

²⁰⁹ Bilhete do João Ferrador de Fevereiro de 1979.

²¹⁰ Entrevista concedida ao autor por Alberto Eulálio em 21-02-2005.

necessidade de não se mostrar impotente frente aos acontecimentos²¹¹. Essa percepção da mudança na conjuntura permite compreender o acirramento do conflito que, no limite, levou à intervenção no sindicato.²¹² Da parte do sindicato, o problema residia na imparcialidade do regime. Essa sensação ficou cada vez mais explícita com a chegada de Figueiredo à presidência e com a ascensão de Murilo Macedo²¹³ à pasta do Ministério do Trabalho. Como sugere Luis Inácio da Silva, “A gente percebia uma afinidade muito grande entre o Murilo Macedo e a classe empresarial, uma afinidade onde ele parecia muito mais empresário do que um Ministro do Trabalho” (Lula sem censura, 1982, p. 60).

Em 1979, o regime passou a apelar para o legalismo como forma de legitimar suas ações restritivas à luta dos metalúrgicos e falhando esta à repressão. O fracasso das negociações coletivas e a não aceitação dos índices fixados pelo dissídio coletivo eram a deixa para a ação enérgica do regime sobre o ABC paulista. O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, procurou, ao longo de todo o processo, deixar claro que ao governo não interessava reprimir o movimento.²¹⁴ Em primeiro lugar, tratava-se de um tipo de sindicalismo que o governo via como diferente daquele existente no pré-1964. Esse sindicalismo era interpretado, pelo menos através das linhas da imprensa, como um sindicalismo apolítico. Em segundo, não interessava colocar naquele momento a abertura sob aspas, pois isto poderia representar problemas adicionais tanto no trato com o campo político, como no trato com os setores mais à direita nas forças armadas. O terceiro ponto, e não menos importante, é: qual a extensão das conseqüências de uma ação enérgica na região do ABC naquele momento? Diante desse quadro de possibilidades, a intervenção no sindicato buscou retirar da luta sindical sua estrutura física, forçando-o a voltar às negociações, porém em condições desfavoráveis. Isso fez com que os metalúrgicos entendessem que o governo e os empresários buscavam destruir o “novo”

²¹¹ A revista **Veja** nº 551 de 28 de março de 1979 traz na capa a notícia: “greve, impasse e a queda de Lula”. A notícia dá conta do impasse nas negociações e a ação do novo governo: **como já estava planejada**.

²¹² O bilhete do João Ferrador de novembro de 1978 dirigido ao “Ilustríssimo Senhor João Batista Figueiredo Digníssimo Presidente Eleito do Meu Brasil Grande e Potente” começa questionando a legitimidade do Presidente, ao comentar que “ninguém do pedaço teve a suprema honra de ser convidado para fazer parte do Colégio Eleitoral que o elegeu”. Ainda sobre Figueiredo, comenta a primeira entrevista à imprensa, na qual o Presidente teria feito um trocadilho “mando prender quem for contra a abertura” ao que respondem com a réplica de que lá – no pedaço – “estou com a abertura e não abro”. (p.57) A leitura desse bilhete do João Ferrador deixa entrever o ponto de interrogação que era o Presidente Figueiredo para os sindicalistas e, mais do que isso, começava-se a questionar a legitimidade do poder presidencial sob a ditadura. Em matéria publicada na revista **Veja** nº 551 de 28 de março de 1979 aparece o seguinte comentário: “Aparentemente, os líderes operários imaginaram que o governo federal poderia reagir com uma natural hesitação”. (p.20) Quanto a isso, ficou claro que: “Na verdade, o novo governo já chegara ao Planalto decidido a acabar com a greve no ABC tão logo malograsses as negociações entre empregados e empregadores”. (p.21)

²¹³ Murilo Macedo, que substituíra Almir Pazzianotto no cargo de Ministro do Trabalho, tinha sua origem no setor bancário e era identificado com os interesses empresariais. Em diversos momentos, aparecem críticas dos sindicalistas e mesmo da imprensa quanto ao tratamento diferenciado dado aos empresários. Durante as jornadas paredistas, Murilo Macedo visitou as entidades empresariais, não tendo visitado o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

²¹⁴ Na revista **Isto É** nº 117 de 21 de março de , Murilo comenta: “O governo não pretende recorrer a repressão, mas à exaustão” (p. 91).

sindicalismo surgido no ABC, embora as declarações destes fossem contrárias a isso. Quanto a isso, o Bilhete do João Ferrador de junho de 1979 endereçado ao Ministro Murilo Macedo é ilustrativo:

Afinal, os senhores partiram firmes pra cima da gente, com uma tremenda gana de nos liquidar. Em consequência, vivemos aqui no pedaço momentos terríveis, com grande parte da peãozada sentindo na pele a dureza dos cassetetes e os efeitos das bombas fedorentas da polícia. [...]
Em primeiro lugar, informo que compreendi perfeitamente o papel do senhor nesse episódio da nossa luta. Compreendi e até admirei a maneira sutil com que o senhor o exerceu, procurando não se “queimar” demais junto aos trabalhadores, como dizem os políticos. [...] Porém, uma coisa é certa, e está na cara de todos aqui do pedaço: o senhor integra um governo constituído pelos nossos patrões. Nem poderia ser de outra maneira, Senhor Ministro, pois o patronato é quem faz governo no meu Brasil grande e potente, desde a época colonial.²¹⁵ (*BILHETES DO JOÃO FERRADOR*, 1980, p. 63)

Mas o que teria levado o governo a intervir diretamente na questão trabalhista? Para Humphrey (1982), teria sido a defesa da política salarial adotada em 1965 (1982, p.45). Em discurso proferido na Assembléia que rejeitou a decisão de interromper a greve, Luis Inácio da Silva destacou que “[...] algumas pessoas de má fé entenderam ou querem entender que a nossa greve é uma greve política, que a nossa greve é uma greve de desafio ao governo. E nós nunca desafiamos ninguém” (Rainho & Bargas, 1983, p.219). Como entender a distância entre a afirmação de Humphrey (1982) e a declaração do presidente do sindicato, senão como a necessidade de um pronunciamento público que não atraísse a fúria governista. Em nota oficial emitida pouco antes da intervenção no sindicato, Luis Inácio afirmou que: “[...] o movimento grevista não teve nenhum objetivo, que não o de conseguir melhores salários e melhores condições de trabalho para a categoria” (Rainho & Bargas, 1983, p.222). Isso corrobora com o argumento desenvolvido. No entanto, se tomado ao pé da letra, omite um aspecto que precisa ser considerado: o de que qualquer luta travada para esse objetivo inevitavelmente esbarrava nos obstáculos colocados pelo governo. Desta maneira, embora os aspectos visíveis do confronto ficassem por conta da relação entre empresários e metalúrgicos, seus aspectos invisíveis – e essenciais – encontravam-se numa relação tríplice que envolvia também o Estado e sua política macro-econômica. Em entrevista, José Arcanjo evidencia esse aspecto invisível e o eixo que o encadeava:

tem dois aspecto ai primeiro aspecto nós pegamos era político o meio político que era nosso inimigo era a ditadura o primeiro inimigo nosso era a ditadura porque eu quero deixar isso bem claro que a ditadura era nosso inimigo que foi aonde foi escondido àquilo que era de direito nosso era os 34.1 e como é que nós poderia transformar esse negocio em política nos teria como nós eu te chamar aqui para dizer olha não vamos lutar para pegar aquela cadeira ali, mas aquela cadeira não vale nada é só uma cadeira era a mesma coisa se nós chamasse qualquer coisa naquela época só pra brigar contra a ditadura nós não conseguimos

²¹⁵ Bilhete do João Ferrador de junho de 1979. Primeiro bilhete após a intervenção no sindicato.

o que que nós fizemos nós pegamos transformamos o índice que foi roubado pela ditadura e nós acabamos transformando ele em movimento político e econômico as duas coisas junto pra poder nós chegar nesse setor que nós chegamos na organização que nós chegamos porque tudo no bolso dói quando começou a doer no bolso nós então diz olha nós queremos isso aqui que é nosso. roubou a ditadura roubou de nós e nós queremos isso aqui que a ditadura roubou de nós que é a nossa liberdade e nós juntamos as duas os dois pontos de vista e acabamos fazendo transformado um índice que eles pensaram que era só simplesmente 34.1 transformamos ele numa luta política e econômica.²¹⁶

A intervenção no sindicato foi, para o governo, mais do que um ataque frontal contra o “novo” sindicalismo, foi uma questão de sobrevivência. A vitória das reivindicações dos metalúrgicos, naquele momento, teria como conseqüência inevitável o atrelamento de uma crise política com uma possível crise econômica decorrente do efeito dominó provocado pela luta sindical no ABC ou, como observou Luis Inácio da Silva, “O que existe é toda a sociedade brasileira do nosso lado, é toda a sociedade brasileira achando que é chegado o momento de nós termos o direito, ou conquistarmos o direito, de andarmos de cabeça erguida” (Rainho & Bargas, 1983, p.233). É assim que deve ser interpretado o retorno da diretoria cassada, como uma avaliação do governo em relação a todo o movimento sindical do ABC, e o desejo de preservar a figura de Luis Inácio da Silva como interlocutor, ao invés de tê-lo como inimigo.²¹⁷ A partir desses eventos, cresce a relação opositiva dos metalúrgicos em relação ao governo, como se torna cada vez mais comum nos pronunciamentos públicos e naqueles dirigidos aos metalúrgicos, tais como: “Lula acusa o governo de provocar ‘os que lutam’”.²¹⁸ Segundo a nota, a exigência de eleições diretas em todos níveis não é apenas uma reivindicação dos trabalhadores, mas sim de todos os setores progressistas da sociedade. A radicalização no discurso tornou-se uma constante na fala sindical, como expressa essa matéria do *Jornal da República*, impresso no Suplemento *A Tribuna Metalúrgica*:

É preciso entender de uma vez por todas”, disse Lula, “que é chegado o momento da classe trabalhadora criar vergonha e dar um basta nesse regime de exploração a que estamos submetidos desde 1964. Hoje estamos em 1979, passaram-se quinze anos, e agora o ministro do Planejamento, o mesmo que enganou os trabalhadores quando ministro da fazenda, veio dizer que os salários mais uma vez são responsáveis pela inflação. O trabalhador têm que entender que o responsável pela inflação é a falta de vergonha que tomou conta deste governo que está aí”.

“Deus nos deu duas mãos que não servem só para trabalhar, mas servem exatamente para a gente lutar contra a tirania da burguesia nacional. Nestes últimos cinco meses, oito sindicatos sofreram intervenção; nestes cinco meses cinco trabalhadores perderam a vida embaixo das patas da repressão. Existe no país uma tentativa de abertura para a elite e a burguesia, porque para os trabalhadores está reservada é a porrada e as cacetadas da polícia militar.²¹⁹

²¹⁶ Entrevista concedida ao autor por José Arcanjo em 22-02-2005.

²¹⁷ Estas estratégias do governo em relação ao sindicato apareceram destacadas na imprensa da época ante a curiosidade com relação ao tratamento que seria conferido aos líderes sindicais. Ver revista *Isto É* nº 121 de 18 de abril de 1979.

²¹⁸ Suplemento da Tribuna Metalúrgica de 3 de outubro de 1979.

²¹⁹ Suplemento da Tribuna Metalúrgica de 9 de outubro de 1979.

A greve de 1980 encerra o ciclo grevista e serve como paradigma para todo o processo, já que potencializa ao extremo as características desenvolvidas desde 1977, sobretudo as de natureza política. A extensão do conflito, após a intervenção de 1979, deixou muito claros os estreitos limites tolerados pelo regime quanto à luta sindical. A irredutibilidade em relação à política econômica deixava pouca ou nenhuma margem para as negociações, que se viam reduzidas a meros momentos rituais. Antes do seu início, já se conhecia o enredo e o fim. Tratava-se de um jogo de regras rígidas e resultado conhecido, em virtude da rigidez da política salarial e da nenhuma vontade dos empresários de converterem lucros em salários²²⁰. As análises que buscaram compreender as especificidades, limites e perspectivas dessa greve para a política nacional concentraram seu foco na luta sindical em oposição ao Estado. Sendo assim, não há como negar que aquelas lutas sindicais nasceram políticas, embora nem sempre se apresentassem assim. Porém, é em 1979 e 1980 que os aspectos mais invisíveis dessa luta se desnudaram, permitindo ver ali o escancaramento do conflito ou, como sugere Melucci (2001):

Um movimento político exprime um conflito por meio da ruptura dos limites do sistema político. Luta pela ampliação da participação nas decisões e se bate contra o desequilíbrio do jogo político que privilegia sempre certos interesses sobre outros. Tende a melhorar a posição do ator nos processos decisórios ou a garantir-lhe acesso e quer abrir novos canais para a expressão de questões exclusas, impulsionando a participação além dos limites previstos pelo sistema político. (MELUCCI, 2001, p.42)

Como se percebe, o limite para a luta sindical era inata ao regime, encontrava-se no próprio cerne do autoritarismo. A partir dessa constatação, a retomada das interpretações de alguns autores permitirá problematizar alguns pontos fundamentais para a compreender essa relação. Ianni (1980), ao interpretar a greve de 1980 como uma vitória, salienta que: “Na prática, em termos políticos e econômicos, a greve provoca um novo desmascaramento da ditadura e da sua farsa de ‘abertura’ política. Isto é, põe às claras os limites dessa abertura” (IANNI, 1980, p.31). O resultado é que, ao desempenhar esse papel, os metalúrgicos de São Bernardo convertem-se em detratores da “ordem” e também levam o regime a repensar o tratamento dado às questões operárias, conferindo-lhe um tratamento policial²²¹. Chama a atenção a forma como os entrevistados destacam o papel do governo na época e a repressão utilizada no ABC. Frequentemente essa repressão é colocada como uma verdadeira guerra, e os entrevistados não se cansam de destacar todo o arsenal utilizado contra eles.

²²⁰ Na revista **Veja** nº 577 de 26 de setembro de 1979, Luis Eulálio Vidigal comenta que Lula, ao querer reduzir lucros dos empresários, se convertia em adversário.

²²¹ Para isso ver anexo 1k.

É justamente nesse ponto que a memória operária reteve suas piores impressões. Em entrevista, Elizeu Marques²²² comenta que:

[...] começa de 78 começa a pintar o movimento em 80 também ai o bicho pegou porque a estrutura que o governo colocou aqui em cima sabe de repressão parecia uma guerra mesmo pra você ver se você vê aqueles brucutu né que os caras vinham né que chamava de brucutu que eram uns caminhões blindados fechados que quando você abria a porta saia sabe quarenta cinquenta cara lá de dentro lá tudo muito bem armado e tal e vinha para bater mesmo arriar o pau e então quer dizer ia cavalaria ia helicóptero [...].

Os demais entrevistados não ficam aquém nas suas descrições, invariavelmente frisando a expressão “ditadura militar”, sempre com conotações negativas. Um outro elemento recorrente é a radicalização dos metalúrgicos no período e a identificação com a liderança de Lula. O processo de mobilização que culminou com a greve de 1980 conduziu ao ápice das reivindicações e da estrutura organizativa do movimento, porém não passou despercebido que o governo também tinha se preparado melhor. Todo um instrumental foi colocado à disposição dos empresários. Os entrevistados comentam, com certo rancor, que o governo teria colocado todo seu arsenal a serviço dos empresários; já que, como salienta o entrevistado Edílson Ferreira da Silva, o

governo que era aliado dos empresários e os empresários aliados do governo os dois o governo sempre foi sustentado pelos empresários pelas suas federações né então era a política traçada deles então não tinha um culpado eram dois nós lutamos contra os empresários e contra o governo [...]²²³

Essa posição de que o governo teria vindo em socorro dos empresários aparece como a causadora do conflito. Todavia, uma melhor análise dos eventos permite construir um eixo lógico para os eventos. Para tal, a fala do entrevistado Expedito Soares serve de ponto de partida, ao relatar que:

[...] você não conseguia fazer a greve porque tinha uma lei que proibia você não conseguia fazer um sindicato porque porque a lei proibia você não conseguia ah porque o governo proibia você não conseguia fazer uma negociação coletiva com o patrão a lei proibia o judiciário proibia então tudo era proibido.²²⁴

Esse comentário demonstra claramente que o conflito se dava em virtude do autoritarismo (proibição da greve) e da política econômica e salarial (proibição das negociações com os patrões). E esse é um ponto que merece uma reflexão; pois, para o autor, o regime buscava garantir a

²²² Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

²²³ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

²²⁴ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

continuidade de um modelo econômico de dominação burguesa concentrador de riquezas, e a burguesia isentava-se de funções políticas, pelo alto grau de confluência de interesses entre ela e o regime militar. A indagação aqui fica por conta da autonomização dos interesses do próprio regime, em detrimento dos interesses dessa burguesia nacional dependente e associada. Ao ver o Estado como “balcão de negócios” da burguesia, o autor deixa transparecer uma carência explicativa quanto a questões como as negociações coletivas²²⁵. O regime, na condição de braço político e armado da burguesia, não hesitaria em tomar qualquer medida a fim de fechar os canais de participação popular no rearranjo político, que deveria conduzir a uma simples transferência de poder para a burguesia. O fato é que “os governantes não aceitam qualquer participação da classe operária no processo político” (IANNI, 1980, p.39) e seu desejo de eliminar a luta metalúrgica de São Bernardo se deveu, em grande medida, ao papel de vanguarda exercido por este ator. Ao alargar as portas da “abertura”, a classe operária teria deixado transparecer a sua explícita limitação, já que visava “principalmente reconquistar o apoio político da classe média e setores liberais descontentes” (IANNI, 1980, p.45). Ao buscar um espaço político que poria por terra esse arranjo político, a atuação dos metalúrgicos estaria apontando para o conjunto não só dos trabalhadores, mas também das oposições, o caminho a ser seguido.

De repente, largas partes da sociedade mostraram ao governo militar que a democracia que está em questão, na luta do povo, é uma democracia muito mais avançada do que a farsa proposta pelo governo militar, a burguesia. Sob vários aspectos, a greve acelerou o processo político, lançando-o muito além das previsões e conveniências dos governantes. (IANNI, 1980, p.70)

Werneck (1983), por sua vez, interpreta essa força como o resultado de uma dupla revolução: a modernização econômica do vintênio anos 1960-1970 e a emergência de massas populares reivindicando um acesso à cidadania. A diacronia que isso produziu estava estampada no desajuste entre a ordem política e a econômica, da qual a C.L.T. é um exemplo cabal. Diante desse quadro, o autor se pergunta sobre as possibilidades de incorporação dessa cidadania. O tema de fundo é a reestruturação do poder agora, sob a hegemonia de um bloco burguês – algo que o autor não acha muito fácil – ou, no outro extremo, uma transição para uma sociedade inclusiva. O autor salienta que, se por um lado, as lutas sindicais davam-se pela extração econômica; por outro, também é verdade que, ao entrar no conflito, sobretudo no pós-1979, o Estado provocou a politização do movimento sindical. Os próprios nexos cada vez mais visíveis na relação do trinômio sindicato–

²²⁵ Não se pode deixar de lembrar o fato de que em determinados momentos-chave os empresários individualmente ou por fábrica buscaram negociar com os metalúrgicos, sendo detidos pelo regime através de seus instrumentos jurídicos. O governo denunciava essas negociações como uma ameaça à política econômica.

partido – fábrica eram a visibilidade de uma estruturação sindical, no mínimo, distinta do pré-1964. O crescente confronto contra o Estado no geral, e não apenas com o Estado Autoritário, deixou de revelar o aspecto mais candente nessa situação: o de que a luta não pode se dar independentemente do Estado, e sim deve buscar alargar o escopo da cidadania. A luta do “novo” sindicalismo foi a ponta-de-lança não só dos operários, sejam do setor moderno ou tradicional, mas também das camadas populares na luta pelo reconhecimento de cidadania por parte do Estado, corrigindo o descompasso estrutural econômico, político e social do país. O problema estaria em compreender como isso se deu dentro de um processo de transição em que vários elementos democratizantes convergiam, a fim de evitar as sístoles e diástoles típicas da sociedade brasileira, sujeita a aberturas e fechamentos no sistema político ao longo de sua história.

Em “Alternativas Populares da Democracia” (1982) Moisés volta a refletir sobre o impacto político da ação sindical no pós-1977, questionando qual seria a estratégia do “novo” sindicalismo. Tendo este questionamento como pano de fundo, o autor pontua uma série de questões relativas ao desenvolvimento de uma pauta política, principalmente na greve de 1980. Esse processo foi marcado pela estratégia desenvolvida pelo regime de quebrar não só o tipo de sindicalismo desenvolvido no setor de ponta da indústria moderna no Brasil, mas também de desmoralizar as novas lideranças sindicais dali oriundas. Os motivos apontados para isso foram a visibilidade política crescente do movimento e, não obstante, a possibilidade de servir de “efeito-demonstração” para outros setores da sociedade. É sempre importante refletir sobre esse ponto, já que apesar do aparente refluxo do movimento sindical, e desse segmento em especial, não há como negar o avanço de outros setores que acabaram politizando-se no processo e irromperam no momento subsequente²²⁶.

Retendo alguns pontos abordados pela bibliografia para uma problematização – tais como o confronto com o Estado pela conquista da cidadania, o efeito “dominó” produzido pela irrupção desse ator político e o constrangimento que esse tipo de ator poderia ter gerado para o regime, sobretudo se considerado o ambiente político marcado pelo processo de abertura –, é possível compreender a dinâmica da ambígua relação entre o sindicato e o regime, sua dimensão visível no pós-1980, de luta pela cidadania e os limites interpostos a essa luta pelas estratégias de acesso ao Estado.

A questão central seria, portanto, a do acesso ao Estado, em busca de participação efetiva. O problema era a capacidade do Estado de incorporar as lutas sindicais. Na ditadura, isso não foi possível pelo fechamento dos canais de representação políticos – da época do populismo – e pela

²²⁶ Para uma visão sobre isso ver: BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação-** política de base e democracia no Brasil. São Paulo / Rio de Janeiro: Vértice/ Iuperj, 1987.

ausência de uma tradição pluralista²²⁷. Por outro lado, ao acenar com um processo de abertura política, ainda que controlada, o regime abriu as “comportas” para o ressurgimento de atores que tinham como objetivo ampliar o escopo desse processo de abertura. Se o “novo” sindicalismo, do qual o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foi a ponta-de-lança, tinha um projeto político naquela conjuntura, este era o de ressignificar o conteúdo da abertura e fazê-lo ir para além dos marcos previstos.

3.3 As “aberturas” e o “novo” sindicalismo

O regime cada vez mais se escorava no comprometimento com uma futura ordem política democrática, restando aos atores individuais e coletivos tanto do campo político quanto aqueles que irromperam na sociedade acreditarem nessa disposição do regime e participarem dentro dos estreitos limites fixados. Isso seria verdade, se a conjuntura como já foi apontado não tivesse produzido novas práticas e novos discursos e, sobretudo, ressignificado o conteúdo dessa democracia. Ao modelo “democrático” imposto pelo regime, outro ia sendo construído no interior das fábricas e na experiência adquirida no próprio âmago das lutas operárias e nas greves.

É importante observar que o ímpeto dos metalúrgicos conduziu paulatinamente o regime a adotar medidas que estancassem de alguma forma a perda de capacidade de agir autoritariamente. Arelado ao discurso de abertura, liberalização e transição para a democracia, o regime viu crescentemente essas palavras de ordem serem tomadas e re-elaboradas pelos grevistas ou, como sustenta Melucci (2001), “[...]Os atores de um conflito se enfrentam, no interior de um campo comum, para o controle dos mesmos recursos” (2001, p.34). A disputa não se dava só no campo semântico, mas principalmente no seu conteúdo. A crítica dos metalúrgicos ao modelo democrático pensado pela ditadura²²⁸ questionou a própria existência desse modelo:

Entretanto, no Brasil, desde 1964, a democracia só existe e pode ser praticada durante as poucas eleições que têm sido realizadas [...] Também não é uma democracia completa, porque as grandes eleições ainda estão proibidas no Brasil. [...] É uma democracia ainda relativa, como costuma dizer o Presidente Geisel. Nós preferimos chamá-la de circunstancial, porque vai e volta, impedindo o povo de gozá-la plenamente.²²⁹

²²⁷ É reconhecida na história política do Brasil a existência de um liberalismo difuso desde pelo menos a independência.

²²⁸ Nenhum dos entrevistados para esta pesquisa demonstrou qualquer indício de que tenha de fato confiado no conteúdo da abertura proposta pelo regime. Muito antes, pelo contrário, o processo de abertura para eles não atingiria os trabalhadores e mais para eles a abertura é algo ainda a ser realizado.

²²⁹ **Tribuna Metalúrgica** nº 48 de novembro de 1978. p. 10

Frente à crítica contundente quanto à forma que a abertura assumia e o conteúdo considerado por demais conservador dessa democracia nascente, os sindicalistas opunham um modelo democrático que respondia a uma tradição de luta subterrânea que vinha pelo menos desde 1974. Tratou-se de uma democracia sindical que verticalizou a relação da massa com a diretoria, valorizando a legitimidade conferida pelo voto e rejeitando com veemência a tutela do governo na construção do novo regime. Isso pode facilmente ser percebido na fala sindical:

As últimas repressões ao movimento salarial de várias categorias de trabalhadores mostraram que o governo não está disposto a abrir mão dos instrumentos de força com os quais o regime político impôs sua vontade ao povo nos últimos dez anos. Evidente que, impossibilitado de usar simplesmente a violência, como fazia antigamente, ele hoje age com habilidade. Tornou-se maneiro e sutil em manobras tendentes a chegar ao mesmo resultado: impedir a participação dos trabalhadores nos destinos do país, cerceando suas manifestações. Seria ilusão esperar que acontecesse o contrário, pois o governo atual não passa de um herdeiro da velha ditadura, que sufocou o povo, prendeu e assassinou seus melhores representantes.

[...]

Ontem o governo não apresentava justificativa nem dava qualquer satisfação a ninguém, ao investir contra o povo com toda sua prepotência; hoje, pratica os mesmos atos escondido no manto das leis.

Mas, quais são essas leis? As mesmas de antigamente. Algumas são modificadas para pior, e depois impingidas ao povo como se fossem importantes reformas democráticas. Seus recentes atos na área sindical são a maior prova disso: apoiado numa legislação caduca, velho rescaldo de brutais ditaduras, o ministro do trabalho interveio nos sindicatos dos bancários de Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. E ainda mandou prender seus dirigentes. Olívio Dutra, um dos mais autênticos líderes dos trabalhadores perdeu o cargo e ainda ficou 11 dias preso e incomunicável, como se fosse um marginal ou o pior inimigo da sociedade.

[...]

[...] por outro lado, é preciso que percamos definitivamente a ilusão de que a democracia será construída no país com atos do governo. Principalmente, devemos nos desiludir de que na democracia anunciada haverá lugar para nós. Não! O regime a ser consolidado continuará sendo perverso e a serviço dos patrões. A nossa democracia está ainda para ser conquistada. E só nós poderemos conquistá-la, através de uma ampla e forte mobilização, sob a orientação de uma direção sindical autêntica e corajosa.²³⁰

O fortalecimento do discurso contra o governo encontrava sua razão na forma como o movimento sindical fora tratado por ocasião da greve de 1979, com a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e na greve de 1980, quando a região do ABC tornou-se um verdadeiro palco de guerra. Ao lado dessa relação antagônica com os interesses do governo, ampliou-se a indignação com o regime autoritário e com o discurso de abertura; pois, diante dos acontecimentos citados, ficava difícil para os metalúrgicos entenderem uma democracia fora da referência de democracia que eles próprios haviam construído: experimentada nas assembleias plebiscitárias que, em muitos momentos, assemelhavam-se à *Agora* ateniense. De outra parte, a abertura proposta pelo regime era tida e havida como uma abertura para as elites. Alberto Eulálio²³¹ comenta que: “[...] era uma negociação de cima pra baixo acho que a gente fez com que a

²³⁰ **Tribuna Metalúrgica** nº 53 de outubro de 1979. p.3 Seção Nossa Opinião assinada por Luis Inácio da Silva.

²³¹ Entrevista concedida ao autor em 21-02-2005.

nossa classe né o povo em si participasse da mudança [...]”. Edílson Ferreira da Silva²³² diz que: “[...] dentro de fábrica você não tinha perspectiva de abertura [...]. Expedito Soares²³³ ao comentar o papel do sindicato diz que: “[...] nós fomos questionando a abertura política na época [...]”. Januário Fernandes da Silva²³⁴ vai além, ao contrapor ao discurso de abertura do regime a prática, para ele: “abertura ampla, geral é ampla, geral e irrestrita não é só que mandando para cá exercito mandando para cá helicóptero do exército baioneta prendendo o Lula cassando liderança castigando lideranças que abertura é essa? [...]”. Os demais entrevistados corroboram com essas afirmações, ressaltando o caráter conservador da abertura promovida pelo governo. O próprio Luis Inácio da Silva declarou, na época da intervenção no sindicato: “Existe no país uma tentativa de abertura para a elite e a burguesia, porque para os trabalhadores está reservada é a porrada e as cacetadas da polícia militar”²³⁵. A intervenção no sindicato em 1979 colocou o movimento sindical do ABC sob um dilema: seguir reproduzindo uma luta econômica ou enveredar de vez pelo caminho aberto para a luta política. Quanto a isso, o Suplemento da *Tribuna Metalúrgica* de outubro de 1979 é elucidativo:

Nos últimos anos, as grandes decisões da área econômica eram tomadas pelo governo ouvindo exclusivamente as classes empresariais, muito embora elas interessassem e afetassem toda a população. Mesmo com a Abertura, as classes trabalhadoras vinham limitando suas reivindicações e participação a temas específicos de sua área, como aumentos salariais, reforma da CLT, direito de greve, etc. Agora o quadro começa a alterar-se; num fenômeno que deverá aprofundar-se e influir decisivamente nos debates e opções em relação aos rumos do país.²³⁶

Ao analisar o papel do movimento sindical no cenário de transição política no Brasil²³⁷, Abramo (1991) trouxe importantes considerações tanto sobre a natureza do processo pactuado de abertura, quanto sobre a ação do movimento sindical no período. Um ponto importante discutido pela autora é o grau de tutela a que o processo esteve submetido por parte dos militares e, inclusive, adentrando o período denominado de Nova República e tornando os militares os fiadores do novo regime. Isso imprimiu à transição no país um nítido viés conservador; porém, como alertou a autora, com um componente realmente novo: a irrupção de atores coletivos e, entre eles, a re-emergência de um movimento sindical renovado e atuante. Para Abramo, “*la transición brasileña pueda ser considerada como conservadora y controlada ‘desde arriba’, no se puede ignorar la presencia de los movimientos sociales em algunos de los momentos claves del proceso*” (ABRAMO, 1991, p.86).

²³² Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

²³³ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

²³⁴ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

²³⁵ Suplemento da **Tribuna Metalúrgica** de 9 de outubro de 1979. (matéria do Jornal da República)

²³⁶ Suplemento da **Tribuna Metalúrgica** de 18 de outubro de 1979. (matéria do Jornal da República)

²³⁷ Este artigo de Abramo faz parte de um estudo sobre a relação dos sindicatos com os processos de transição para a democracia em vários países da América Latina. Ver *democrática em Brasil*. In: ABRAMO, L. (Org.). **Sindicatos y transición democrática**. Chile: Planeta/ Iscos/ Clacso, 1991.

A transição brasileira pactuada “desde cima” foi, sem dúvida, um processo conservador e encaminhou as linhas gerais do novo regime político, também conservador. Os instrumentos de controle utilizados durante o regime militar foram inicialmente mantidos, e um setor-chave das forças armadas seguiu dentro da estrutura de Estado servindo como retaguarda para uma retirada sem riscos. Porém, não há como não considerar o fato de que os “novos” movimentos sociais, sobretudo o “novo” sindicalismo que irrompeu naquela conjuntura e tornou-se visível no momento em que o processo de transição pactuada atingia um momento de definição, serviu mais do que para constringer o regime e o próprio processo de negociação deste com o campo político; serviu para reelaborar o próprio processo, como ficou claro na Constituinte de 1988²³⁸.

Para Abramo (1991), o problema para o regime estava na dupla crise. De um lado, a econômica – fim do ciclo conhecido como “milagre econômico” – e, do outro, a crise política. A solução passaria pela proposta de distensão e abertura²³⁹. Todavia, isso não se deu sem a luta por participação dos setores da sociedade civil, como foram exemplo a retomada das manifestações pelo movimento estudantil e as greves metalúrgicas, principalmente no pós-1977. O motor para essas lutas foi, como salienta a autora, o conflito com “*la legalidad vigente*” (ABRAMO, 1991, p.93). O impacto dessas greves no projeto governamental de transição é inquestionável como fica sugerido nas seguintes passagens:

Finalmente, la explosión de las huelgas obreras obligó al gobierno a ampliar el proyecto de “distensión”. No es un hecho fortuito el que en junio de 1978, Geisel anunciara las reformas políticas ejecutadas por su sucesor al año siguiente. El problema de la legitimidad política de la dictadura, que no se había resuelto conforme a lo esperado en 1974, se agravó durante los años 1977-1978.

[...]

[...] Debido a las huelgas emergió la cuestión social y los trabajadores impusieron su presencia en el escenario político. A partir de ese momento, de alguna forma, estos elementos ya no pudieron ser ignorados en los planes de recomposición política del régimen militar. (ABRAMO, 1991, p.99)

A questão para o regime passou a ser a forma com que conduziria a abertura, considerando o surgimento desse ator coletivo. O discurso dominante, a partir da constatação que pouco ou nada poderia ser feito para conter o avanço da luta sindical, foi o de que era necessário uma “abertura sindical”²⁴⁰, ou seja, abrir um canal de negociação com os trabalhadores. Qualquer evento

²³⁸ A Constituinte de 1988 foi o ponto culminante de uma série de lutas que vinham desde 1977, com o reaparecimento da questão operária.

²³⁹ Por *Distensão* se entenda o processo iniciado em 1974 pelo Presidente Geisel e por Golbery, enquanto que por *Abertura* se entenda o processo iniciado no Governo Figueiredo e que previa a continuidade da liberalização do Regime até a entrega do poder político aos quadros civis da sociedade.

²⁴⁰ A revista *Veja* nº 502 de 19 de abril de 1978 traz como matéria as vantagens a serem obtidas pelos trabalhadores em um ano eleitoral e discute um fato até então inusitado: a disposição do Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, de discutir a questão salarial com os trabalhadores. Por essa razão, mesmo os diretores das multinacionais instauradas na região do ABC falavam da promoção já em 1978 de uma “abertura sindical”. A revista *Isto é* nº 23 de 23 de agosto de

considerado um excesso era colocado como natural, pois o processo de abertura proporcionava confusões²⁴¹. Para Abramo (1991), a questão se colocaria na forma como o governo Figueiredo buscou institucionalizar a relação com os setores descontentes, como ficou claro com as reformas que visavam mudar as regras eleitorais e, mais pontualmente, com o fim do bipartidarismo. É sempre útil lembrar as estratégias adotadas pelo regime com a finalidade de não perder, sob motivo algum, o controle do processo, como são exemplos o “pacote de abril”²⁴², as medidas liberalizantes de Geisel em fins de 1978²⁴³ e as reformas de 1979 que levaram ao fim do bi-partidarismo.

Keck (1988) segue a mesma linha de trabalho de Abramo (1991), ao buscar as relações entre o “novo” sindicalismo e a conjuntura marcada pelo processo de distensão e abertura. A autora percebe que “o período da ‘abertura’ deu um espaço maior para atividades sindicais, principalmente um aumento na negociação direta entre sindicatos e patrões e a tolerância da organização intersindical, que era ilegal segundo a CLT” (KECK, 1988, p.383). Outros aspectos destacados pela autora merecem uma citação literal. Para ela:

Em 1974, com a “distensão” de Geisel e o início da mudança na conjuntura nacional, começou a crescer o espaço potencial para a atividade operária. Alguns controles burocráticos sobre os sindicatos foram relaxados, como por exemplo, as auditorias do Ministério sobre os orçamentos sindicais. (KECK, 1988, p.391)

A relação desse relaxamento com a sociedade política e a sociedade civil coincidiu com o crescimento eleitoral do MDB²⁴⁴ e com as campanhas levadas a cabo pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pelo retorno ao Estado de Direito. Keck (1988) também comenta a relação entre a organização operária e os partidos políticos, mostrando a crescente vinculação de um campo ao

1978 segue a mesma linha, noticiando que a velocidade das reivindicações aumentará em virtude de se estar vivendo um ano eleitoral.

²⁴¹ Em matéria na revista **Veja** nº 545 de 15 de fevereiro de 1979 o Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, diz que: “o processo de abertura que está havendo propicia o surgimento de algumas confusões, com alguns atos que se chocam com a legislação” (p.89).

²⁴² Este pacote pretendia ser uma espécie de “antídoto” contra acontecimentos como a eleição de 1974 e objetivava tornar a Arena invencível. Na linha de raciocínio da institucionalização do regime e da construção de um novo modelo Lula afirma que há três tipos de abertura no Brasil. A que está na cabeça do governo, com a qual ele quer ficar no poder por mais dez, quinze, trinta anos. Existe a abertura dos grupos radicais que querem andar a 200 quilômetros por hora. E existe uma abertura que está na cabeça do povo brasileiro. Para isto ver revista **Isto é** nº 143 de 19 de setembro de 1979. p.11

²⁴³ Essas medidas incluíam o restabelecimento do *habeas-corpus*, o fim da censura prévia e a independência do judiciário.

²⁴⁴ Como afirma Rodrigues (1999), um dos momentos mais importantes na transição foram as eleições parlamentares de 1974 pelo evidente posicionamento contra um modelo que excluía uma parcela considerável da população. (1999, p.76). Também salienta o autor que essas eleições tiveram um “efeito bumerangue” na sociedade mobilizando amplos setores. Abramo (1991) situa como um dos aspectos que permitiram uma conjuntura favorável para o aparecimento desse ator coletivo o caso da vitória da oposição nas eleições parlamentares de 1974. Além de ter sido um voto de protesto sujeitando o regime a um exercício plebiscitário, ele proporcionou o retorno da arena política para além dos arranjos institucionais do regime.

outro, sobretudo nos momentos cruciais de construção da CUT e da CONCLAT.²⁴⁵ O próprio caminho do sindicalismo estaria atado ao do processo de democratização, pois “no final da década de 70, o movimento operário começou a tomar forma de movimento de massa, com lideranças sindicais eleitas dentro da estrutura oficial, desafiando publicamente as suas regras [...]” (KECK, 1988, p.391). Para que uma democracia viável, para além da conciliação entre as elites, se efetivasse, seria necessário questionar a intervenção na vida dos sindicatos e seu conseqüente atrelamento, o financiamento sindical tendo como renda quase única o imposto sindical e mudanças substanciais na legislação trabalhista. Além disso, seria preciso um adicional: o reconhecimento do conflito como parte do processo democrático. Para Keck, disso dependia o sucesso da democracia brasileira (KECK, 1988, p. 432). A incursão pelos acontecimentos do final dos anos 1970 revelava a imensa teia que unia eventos políticos como a abertura com o aparecimento e desenvolvimento de um sindicato com uma capacidade de luta diferenciada.

Um dos pontos mais conflitivos na relação entre a abertura e a luta metalúrgica diz respeito aos limites impostos pela C.L.T. Era a abertura sindical paralela à abertura política que interessava aos metalúrgicos, pois seria ela que garantiria as condições objetivas de participação, já que: “O trabalhador já se conscientizou de que deve participar da vida sindical. Mas ele tem que saber que é impossível dissociá-la da vida política do país. A política sindical e partidária caminham juntas. Uma pergunta que surge é como participar hoje, com as condições existentes”.²⁴⁶ Diante do impasse frente às regras do jogo, restou naquele momento dividir-se em duas frentes: uma na qual se mantinha atenção às articulações com o campo político, numa tentativa de entrar pela “porta da frente” da abertura, e outra na qual se articulava o discurso sindical à luta pela liberalização do regime. Em grande parte das entrevistas realizadas, a correlação entre partido e abertura é direta, como se vê na fala de José Ferreira de Souza:

[...] olha o PT se não tivesse o movimento operário igual houve aqui dos metalúrgicos na época [...] até hoje no ABC para os trabalhadores verem a diferença de classe não existia o Partido dos Trabalhadores o partido nasceu só tem o PT porque houve confronto foi uma resistência, uma reivindicação uma vontade dos trabalhadores ta de mudar esse país [...]²⁴⁷

Moisés (1982), ao amarrar a abertura com o aparecimento de novos atores políticos, no caso específico os sindicalistas do ABC paulista, pretendeu destituir o processo político da abertura,

²⁴⁵ A esse respeito à autora descreve as lutas intestinas que teriam inviabilizado um projeto de Central Sindical Unificada. Para ver uma discussão sobre a relação entre Sindicalismo e Política refletindo a realidade francesa ver: RIOUX, Lucien. **Clefs pour le syndicalisme**. Paris: Éditions Seghers, 1972. Neste trabalho o autor discute o “suposto” apartidarismo das três grandes centrais sindicais francesas.

²⁴⁶ ABCD Jornal n° 30 de 23 a 29 de julho de 1979. p. 9

²⁴⁷ Entrevista concedida ao autor em 16-02-2005.

marcado pela negociação intra-elites, de seu conteúdo radicalmente conservador e entender a participação da sociedade civil, representada pelo “novo” sindicalismo nascido no ABC paulista, e seu impacto sobre esse cenário. Ao analisar a transição, o autor se questiona a respeito de “quem serão os protagonistas históricos capazes de se transformar nos fiadores – e, mesmo, na garantia de estabilidade – dessa nova democracia que, aparentemente começa a despontar entre nós?” (MOISÉS, 1982, p. 28). Tal indagação sugere não só – como aparece para o autor – compreender a emergência desse ator coletivo dentro dessa conjuntura, mas também a necessidade de entender quais tarefas precisariam ser cumpridas por ele, a fim de fazê-lo despontar na cena política com uma capacidade de transformação diferenciada.

De certa forma, seguindo a mesma linha de análise, Octavio Ianni (1980), em o “ABC da Classe Operária”, discute não só o impacto das lutas metalúrgicas no contexto de democratização, mas também a própria essência dessa democratização. Sua análise, entretanto, mostra-se profundamente ligada a uma visão militante, o que acaba conferindo a ela um “desejo imanente”, muito mais do que a investigação dos fatos. O eixo da análise centra-se sob a constatação de que no mínimo quatro tipos de modelos democráticos encontram-se em disputa naquela conjuntura. Um que não aceitava a abertura, satisfazendo-se com o modelo autocrático-burguês representado pelo regime militar; outro que aceitava uma democracia restrita; um, ainda, que desejava um modelo democrático social-democrata com as garantias-chave de uma democracia representativa burguesa e, por fim, a defesa de uma democracia de caráter popular e que, como decorrência disso, apontasse para o socialismo.²⁴⁸ E é na esteira dessa última proposta que ele insere o papel das greves metalúrgicas do ABC nos anos de 1978/79/80. Elas colocam junto a questão econômica e política e, por extensão, avançam para o questionamento do próprio poder. Ao questionarem o poder, põem em evidência a dominação burguesa e o uso do aparelho policial e jurídico-político.

O desenrolar das lutas sindicais levou os metalúrgicos ao confronto com o empresariado – como era pretendido – através das negociações diretas. Essa modalidade de estratégia ornou a greve de um instrumento de pressão formidável²⁴⁹. Esse conflito expôs a distância entre os interesses dos empresários e os interesses dos metalúrgicos. Crescentemente, os discursos contra os patrões assumiam a conotação de uma luta contra o capital. A avaliação feita pelos metalúrgicos da greve de 1979 observa que os patrões estavam pagando o preço pelo intenso desenvolvimento experimentado desde a entrada das multinacionais no país. Um fato interessante é perceber que no princípio houve uma confusão quanto à natureza da exploração do capital. Segundo o entrevistado Edílson Ferreira

²⁴⁸ Em inúmeras passagens do texto, aparece a idéia de que as greves ao desmascararem a abertura abriram espaço para a luta por um outro tipo de democracia, um outro tipo de Estado. Para Ianni (1980), naquela conjuntura o socialismo aparece para o autor como a utopia possível.

²⁴⁹ Lula definiu a greve como a bomba atômica da classe trabalhadora.

da Silva,²⁵⁰ o próprio presidente do sindicato, Luis Inácio, teria incorrido no erro de distinguir o capital internacional do nacional. Segundo ele: “[...] eu me lembro que o Lula na Vila Euclides disse assim eu quero fazer um desafio aqui aos empresários nacionais alie-se ao sindicato vamos nacionalizar as multinacionais [...]”. Esse fato é descrito pelo entrevistado como um dos momentos pitorescos da luta; pois, àquela altura do conflito entre sindicalistas, empresários e governo, tornara-se impossível distinguir uma fração dos empresários da totalidade. Daí que o entrevistado completa, dizendo que “[...] lógico que o Lula percebeu que não era esse o caminho também foi uma besteira tão grande o companheiro Lula falou que eu marquei entendeu”. De outro lado, a entrada do governo no processo, desfraldando a bandeira do legalismo, levou os metalúrgicos a entender que: “[...] devemos nos desiludir de que na democracia anunciada haverá lugar para nós. Não! O regime a ser consolidado continuará sendo perverso a serviço dos patrões”²⁵¹. A avaliação final da greve de 1980 foi ainda mais contundente²⁵². Algumas considerações dos sindicalistas demonstram a percepção que estes tiveram do conflito que terminou após 41 dias, com a interdição do sindicato, a destituição da diretoria e o enquadramento das lideranças na Lei de Segurança Nacional.

A análise do material, sobretudo das entrevistas, permite problematizar a questão do horizonte ideológico dos metalúrgicos. Em alguns momentos a luta dos grevistas foi apontada como reformista, denunciando a falta de uma teleologia no movimento. Em outros momentos, esta luta foi destacada como indício de um salto qualitativo não só quanto ao tipo de conflito, como em relação à luta por um novo modelo de sociedade. É interessante indagar para qual direção aponta o diálogo com as fontes adotadas para essa pesquisa. Não obstante se reconheça a participação ativa de militantes e ex-militantes comunistas no movimento, eles não lograram jamais a hegemonia; ao contrário, sempre estiveram sob o comando das lideranças “autênticas”. Por mais que tenham tentado imprimir ao movimento a sua ideologia, não conseguiram, tanto pela negativa das “novas” lideranças sindicais em utilizarem os expedientes adotados nas práticas do pré-1964, quanto pelo reconhecimento explícito destes da interferência considerada negativa do PCB na cena sindical quando da crise que possibilitou o golpe militar. Esse discurso serviu, ao longo do processo, para criar um escudo contra as tentativas – que sempre houve – dos comunistas de tentarem aparelhar o movimento. Ao se verem distantes do comando do processo, restava aos comunistas participarem, acatando o caráter plebiscitário da luta, sob pena de perderem ainda mais crédito junto à base sindical. Isso não implicou, porém, numa aceitação tácita, já que primeiro os comunistas

²⁵⁰ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

²⁵¹ Seção Nossa Opinião da **Tribuna Metalúrgica** nº 53 de outubro de 1979. Escrito por Luis Inácio da Silva.

²⁵² Na **Tribuna Metalúrgica** nº 58 de dezembro de 1980 aparece a avaliação de que se o saldo financeiro foi negativo, o saldo político foi importante. Para eles uma lição que levaria anos para ser aprendida foi ensinada em um mês. (T.M. p. 2)

encontravam-se dentro do MDB, portanto articulando com a “abertura pelo alto”, e a luta grevista naquela conjuntura era vista como uma crise no processo. E, segundo, julgavam não haver as condições objetivas para que aquele movimento iniciado em 1977 pudesse levar a uma ruptura. Para ele, a falta de uma consciência de classe e, mais do que isso, de uma orientação socialista levaria inevitavelmente o movimento para o reformismo.

Quanto à discussão sobre as possibilidades de ruptura para uma nova ordem social, as entrevistas são esclarecedoras. Em nenhum momento, os entrevistados apontam para a possibilidade de ruptura com o sistema. Para citar um exemplo, Edílson Ferreira da Silva²⁵³ comenta que a idéia de revolução ou de luta por uma sociedade socialista aparecia como um “[...] discurso perdido de alguns que tentavam impor suas vontades, mas não o trabalhador não tava pensando em revolução [...]”. Essa, para ele, seria uma vontade imposta tanto pelos intelectuais quanto pelos militantes comunistas que integravam o movimento. O objetivo concreto seria o de lutar pela inclusão em um mercado consumista; pois, segundo ele, “[...] o trabalhador brasileiro ele é muito responsável né ele ele tem sede de consumo né então na sede de consumo ele vai buscar alguma alguma né buscar o seu direito [...]”.

Uma leitura superficial apontaria sem problemas toda a luta daquele contexto para um movimento reformista. Um movimento que, aproveitando-se da estrutura de oportunidades, ventilou ir além dos limites estreitos da abertura política. Porém, isso só aparentemente; já que, se é fato que os metalúrgicos e suas lideranças não seguiram nenhuma cartilha socialista e que em grande parte das vezes seus discursos e pronunciamentos não os colocaram em conflito com capital, é fato também que os acontecimentos – e nisso o próprio curso da abertura – encaminhou a luta para um novo horizonte, que, se não era o de um modelo socialista, também não era o do mero reformismo. E foram as greves que possibilitaram o aprendizado político que forjou não só uma identidade operária, mas também um novo horizonte ideológico que incluía, entre outras coisas, o pluralismo e a democracia. Desta forma, uma ideologia universalista, como a do socialismo, por várias razões, ficou em suspenso, pela própria emergência da questão nacional e, desta forma, da existência de condições objetivas para a adoção de bandeiras como as do nacionalismo, da democracia e da cidadania, em virtude de uma conjuntura marcada pela transição política.

O conceito de transição aparece para Werneck (1986) provido de caracteres substantivos. Com o desmonte das estruturas institucionais autoritárias e com a incapacidade da burguesia – por razões histórico-estruturais – de dirigir o processo, não restaria obstáculos para uma democracia avançada que conduzisse a uma organização socialista de sociedade. Para o autor, o caminho para democracia

²⁵³ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

não estaria na dependência de graus de modernidade, mas na intervenção de atores organizados com vontade para democratizar. Neste sentido, o trânsito para o novo regime estaria submetido a dois processos concomitantes: o retardo de uma burguesia com forte tradição autoritária e a concorrência entre vontades coletivas com projetos alternativos (WERNECK, 1986, p.31). Aqui a análise de Werneck traz uma contribuição importante para a compreensão das tensões da conjuntura. Primeiro, por não subsumir a transição a uma simples mudança de regime e, por extensão, por tornar possível entendê-la mediante mudanças concretas no aparelho de Estado e, também, por compreender a transição como um processo de largo prazo,²⁵⁴ interessando não somente o seu ser, mas também o seu vir-a-ser. Ou ainda:

Sendo um processo, a transição é sobretudo uma práxis, em que sujeitos coletivos, mais ou menos conscientes sobre a natureza e o sentido das circunstâncias, procuram alcançar seus fins no terreno da ação política [...] (WERNECK, 1986, p.31)

Como se vê, a opção analítico-conceitual de Werneck propicia um alargamento no entendimento dessa “estrutura de oportunidades” dada pela conjuntura. As lutas do período passam a possuir, sob a escrita do autor, um possível desdobrar revolucionário, se entender-se a luta pela cidadania no contexto de uma sociedade autoritária. Em sua análise, a sociedade política está apartada da sociedade civil através de uma série de recursos historicamente constituídos, da qual o modelo corporativista não foi nada senão um instrumento dos mais úteis. O confronto contra esse Estado e sua posterior mudança qualitativa não seriam os objetivos da burguesia brasileira, pois esta se encontrava absorta num universo no qual pensava viver só, afastada dos desejos de cidadania e (por que não dizer?) do próprio processo político. A superação disso, para Werneck estaria no fato de que “identificando-se a atual transição com uma ruptura democrática, que não vem pela burguesia, e sim apesar dela [...]” (1986, p.54), seria possível pensar nos limites estreitos das análises da transição que a concentravam num mundo de vontades particularistas, onde classes sociais e atores coletivos não apareciam sequer como variáveis intervenientes.

Ao investigar a relação entre as greves e a transição, Eduardo Noronha (1991) chama a atenção para o fato de que “[...] a flutuação do conflito trabalhista no Brasil seguiu de perto os passos da transição brasileira”.(1991, p.97). Para o autor, a greve foi a expressão mais forte de um movimento

²⁵⁴ Para Werneck (1990) “entender a transição como um processo esgotado implica, na prática, conceder perenidade à república reacionária”. (1990, p.21) Um elemento importantíssimo é que o autor não considera a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral o fim do processo de transição. Essa idéia para ele era instrumental aos interesses do bloco burguês reestruturando-se a partir da elite financeira paulista em conjunto com as elites nordestinas, e “infelizmente” havia sido tomada pelas forças democráticas que concluíram ter a transição chegada a termo com o advento da democracia.

que se seguiu paralelamente à transição pactuada. O ciclo grevista do final dos anos 70, para ele, faria parte da busca da cidadania política por intermédio de demandas econômicas.

Ao discutir a abertura política e o processo de transição, faz-se imperativo indagar se a democracia teria sido um fim em si mesmo.²⁵⁵ Para a obtenção de uma resposta minimamente aprazível para essa indagação, é necessário questionar o conteúdo dessa democracia. Moisés (1982b), ao debruçar-se sobre isso, aponta para os limites do próprio processo de abertura e das reais condições de transformação social através de seus produtos. O próprio autor aponta para esse diferencial, dentro dos marcos de uma abertura pensada pelo próprio regime. Para ele:

A novidade está, em grande parte, no fato de que esses próprios operários estão sendo capazes de propor, até certo ponto, o problema concreto da democratização interna dos sindicatos e levar adiante uma política que se destina justamente a autonomizá-los em relação ao Estado, exercendo, na prática, o direito de greve que as leis “revolucionárias” proibiam desde 1964. Articulam, pela primeira vez, depois de muitos anos, demandas sociais com demandas políticas e, desse modo, ingressam decisivamente no terreno da conquista da sua própria cidadania. (MOISÉS, 1982b, p. 61)

É evidente que, para o autor, esse processo não seria nem natural, nem tampouco tranquilo, já que não interessava ao regime conviver com um movimento que compartilhasse essas características. A crise experimentada pelo regime lhe impossibilitou uma saída diferente e, ainda por cima, proporcionou a arregimentação dos movimentos sociais que emergiam. A crise econômica, agravada pela crise política, ditava os acontecimentos que marcavam a conjuntura. Ainda que isso fosse de fato marcante, não implicava dizer que o regime encontrava-se “engessado”. O regime lançou mão de várias estratégias com a finalidade de impossibilitar as massas populares de entrar pela estreita porta da abertura. Diante do predomínio deste tipo de estratégia, a questão para o futuro da abertura residiria no problema ventilado com muita argúcia pelo autor:

Em uma palavra: o problema consiste, em grande parte, em saber se as mudanças que estão se realizando sob o controle dos dirigentes do Estado, não acabarão por reproduzir, a médio ou longo prazo, por causa das suas limitações, alguns dos principais dilemas que motivaram os próprios passos na direção da “abertura”. Nessa hipótese, o que poderá significar, para o futuro da democracia no Brasil, a inexistência de instituições fortes da sociedade civil, capazes de se converter na garantia de estabilidade de um sistema político que, para representar efetivamente uma nova alternativa, teria de se enraizar na vontade das grandes maiorias marginalizadas e excluídas de hoje? (MOISÉS, 1982b, p. 70)

²⁵⁵ Esta postura é vista pelo autor como a responsável pelo encaminhamento da eleição presidencial de 1989, quando o candidato da direita conseguiu ocupar um espaço ao centro, pela incapacidade das forças que para ali convergiam e mesmo pela recusa do candidato à esquerda de buscar esse espaço. A eleição apresentava o projeto dessa “nova direita” para a continuidade do projeto de modernização e este passava pela adoção de uma fórmula neoliberal.

Embora longa, a citação acima é oportuna, pois apresenta um problema e uma hipótese formulada pelo autor, antes de conhecer os significados e os desencadeamentos da luta do final dos anos 1970. O resultado visível hoje e problematizado na introdução deste trabalho questiona justamente os limites estreitos produzidos pela mobilização, se considerado o desenvolvimento posterior da participação política dos setores populares no Brasil. A saída proposta pelo autor – em alto e bom som – é a da participação crescente dos setores despossuídos na vida política da *Polis*, e o seu estudo sobre a emergência do “novo” sindicalismo e da forma como impactou na conjuntura é justamente isso. Com esse ator coletivo, Moisés pretende preencher o vazio deixado nas análises da abertura. Misto de voluntarismo e militância, o conjunto da obra que dá conta da análise das condições de desenvolvimento do “novo” sindicalismo avança do estudo do movimento operário, de suas condições objetivas, até sua entrada/incorporação ao campo político. Ao relacionar em sua análise o movimento grevista de 1978/79/80 com o processo em curso de liberalização política e abertura, Moisés (1982b) alerta para o fato de que esse processo político era uma resposta à crise do próprio regime, que, perdendo sua base de legitimidade, buscava re-equacionar o bloco de poder²⁵⁶. O mérito do movimento operário grevista do período, para o autor, foi o de, aproveitando-se das dissensões no bloco do poder, tornar visíveis os caminhos desta transição “pelo alto”.

Questões como essa, colocadas pela bibliografia, são fundamentais para entender, entre outras coisas, a continuidade ou não da capacidade de mobilização dos sindicalistas de São Bernardo, mas só em parte servem para responder à forma como tensionaram o processo de abertura; pois, em sua maioria, apresentavam a mesma preocupação revelada por Antunes (1986), ao propor uma ação normativa. Em síntese, o autor sugere que:

Foi exatamente (sic) neste contexto de crise que a ditadura bonapartista, primeiramente através da “distensão” do governo Geisel e posteriormente da “abertura” de Figueiredo, iniciou um processo de *auto-reforma do poder*, sem alterar a essência autocrática da dominação burguesa e sua política econômica: era o desencadear da transição para a institucionalização da autocracia. (ANTUNES, 1988, p.122 – grifos do autor)

Como se percebe ao relacionar a luta sindical travada no ABC entre 1977 e 1980 com o processo de abertura, sobressaem nas análises alguns pontos que, por razões óbvias, eram naquele momento os mais importantes a serem respondidos. O que se precisa dimensionar, passado o processo de abertura, transição e estando em curso a consolidação democrática, é a distância entre o

²⁵⁶ Os metalúrgicos tinham consciência de que o regime buscava com o discurso da abertura conduzir o processo sem as tensões de um tensionamento. Osvaldo Cavegnato, após comentar a inflação, a crise da política salarial, sentenciava que: “[...] essas coisas foram fazendo não é que eles acusassem é que olha vai ter que ter uma abertura aí então a gente vai ter que prorrogar a agonia que foi até 85 não é [...]”.

modelo democrático defendido pelo “novo” sindicalismo e aquele defendido pelo regime. Primeiramente, é necessário lançar um olhar para dentro do movimento sindical e observar as suas estratégias frente a um processo deflagrado de distensão. Essas estratégias representariam alguma unidade? De forma alguma. Como mostra Santana (1999), o conflito intraluta sindical deu-se entre os chamados sindicalistas autênticos, juntamente com as oposições sindicais, tendo como adversários a unidade sindical formada a partir das lideranças tradicionais, pejorativamente denominados “pelegos”, com apoio do PCB, PC do B e MR-8. Em que pontos um campo divergia do outro?²⁵⁷ Em questões relacionadas à estrutura sindical, à participação dos setores populares e, além disso “um outro elemento de peso na separação dos blocos, que nem sempre é indicado em sua devida relevância, foi à divergência acerca da política mais geral em termos de combate à ditadura e sobre os processos de encaminhamento da transição para a democracia” (SANTANA IN RODRIGUES, 1999, p.137). A relação direta disso com a abertura diz respeito às estratégias adotadas pelos dois lados. Ao ímpeto de transformação das novas lideranças sindicais construídas no “chão de fábrica” aliadas a setores operários da igreja com longa tradição de luta, opunham-se setores sindicais atrelados e que viam no gradualismo o caminho para a transição à democracia. Keck (1988), ao discutir a construção da unidade sindical e de órgãos sindicais nacionais, destaca os conflitos presentes nos grupos envolvidos em sua construção. Oposições sindicais, autênticos e unidade sindical, mais do que lutar pela hegemonia do movimento sindical, lutavam por modelos de sociedade²⁵⁸. Quanto à importância das greves de 1978-1979, a autora sentencia que elas “ajudaram a aumentar a consciência dos trabalhadores em relação à sua importância como agentes políticos”. (KECK, 1988, p.399)

Ao longo do processo de luta política conduzida pelo sindicato, interessou sobremaneira ao regime circunscrever a luta aos limites geográficos do ABC paulista. Ao sindicato, pelo contrário, interessava o alargamento do escopo da luta dando uma dimensão nacional ao conflito²⁵⁹. Conflito este que se tornara marcadamente político, fundamentalmente político, mas que curiosamente passava ao lado da política partidária, muito mais interessada em aceitar a via da abertura pactuada construída pelo regime, ainda que salvaguardando a relação com a luta sindical. Quanto a isso, é

²⁵⁷ O primeiro bloco possuía uma estratégia negocista, conciliadora e reformista, já o segundo possuía uma estratégia esquerdista e desestabilizadora.

²⁵⁸ A autora argumenta a respeito de diferenças quanto à visão de mundo e sociedade, recordando que enquanto as lideranças do “novo sindicalismo” haviam permanecido dentro das fábricas durante o período autoritário, as lideranças da unidade sindical já estavam inseridas na estrutura oficial. Eram experiências e vivências diferenciadas. Em entrevista concedida ao autor, Osvaldo Cavegnato assinala os conflitos com os comunistas e com os militantes ligados à igreja. Embora a maioria dos entrevistados faça questão de ressaltar a importância deles nas greves, também destacam os conflitos.

²⁵⁹ Inicialmente, interessava circunscrever a luta à questão operária evitando o envolvimento de outros segmentos sociais, como, por exemplo, os estudantes. Com a entrada do Estado no conflito, houve uma mudança estratégica quanto a isso.

imperativo que se busque as raízes dessa relação ambígua, pois esse foi, sem dúvida, um ponto de inflexão para a luta ali empreendida.

3.4 As articulações do sindicato com o campo político

Diante das lutas sindicais e das jornadas grevistas, uma das indagações a ser feita é: de que forma o campo político percebeu e articulou essas lutas ao seu discurso (se assim procedeu)? E também: como o sindicato dos metalúrgicos considerou e interagiu com essa plêiade de atores nas suas estratégias?

O fato de a arena política estar envolvida com as promessas de abertura conduziu as lideranças políticas, sobretudo as do MDB, partido da oposição – que poderia ter tido algum comprometimento com as causas populares – a uma posição defensiva com o regime, por avaliar que o impacto das lutas sindicais poderia, de alguma forma, afetar a condução do processo de abertura.²⁶⁰ O campo político, entretanto, não apresentou homogeneidade em suas ações, devido à própria heterogeneidade do MDB²⁶¹. As exigências sobre o MDB cresceram a partir das eleições parlamentares de 1974, pois o crescimento da contestação contra o regime repercutiu em maior valorização do campo político. Em consequência disso, as expectativas sobre o MDB cresceram exponencialmente:

No quadro de transição do autoritarismo brasileiro, o processo eleitoral tornou-se progressivamente o veículo para expressar a contestação ao regime pela votação no partido oposicionista. Mesmo após a reforma do sistema partidário, algumas análises sustentam que o voto nos partidos da oposição significou um protesto contra o regime e uma resposta da opinião pública ao desempenho global do governo, particularmente em áreas em que o eleitorado não era chamado a decidir. (BOSCHI, 1987, p.28)

²⁶⁰ Quanto a isso, Moisés (1982b) avalia que “Nem antes, nem depois das grandes greves de 1978-1979 o MDB preocupou-se, por exemplo, em propor o debate nacional da questão da lei de greve, de forma a construir uma alternativa real à posição do regime sobre o problema” (1982b, p.60). Esse distanciamento do MDB das questões populares e da construção de uma agenda nacional reflete as ambigüidades da política brasileira, muito bem explicitadas na discussão entre Ulisses Guimarães e assessores do governo em torno da autoria da Lei de Greve. Ulisses, em várias oportunidades na imprensa, reagira à intervenção do governo nos sindicatos. Em matéria do Jornal **O Estado de São Paulo** de 24 de março de 1979 aparece notícia onde ele afirma que: “[...] o governo não soube enfrentar, democraticamente as pressões sociais partidas dos operários”. O governo reagiu revelando que o autor da criticada Lei de Greve teria sido o próprio Ulisses quando este integrava o PSD durante o governo Kubitschek. A revista **Isto é** nº 177 de 14 de maio de 1980 teve como matéria Intriga contra Ulysses?

²⁶¹ Moisés (1982b), ao descrever essa heterogeneidade, relata que: “[...] as diversas forças que compunham o MDB perceberam a reemergência da questão social na vida do país: ‘autênticos’ e ‘moderados’ do MDB, para não falar dos ‘adesistas’, deram ênfases completamente diferentes, como aliás era natural, aos problemas colocados pelo novo movimento operário que surgiu no bojo das grandes greves de 1978 e 1979 no país” (1982b, p.56).

As próprias limitações inatas do MDB acabaram revelando as dificuldades do partido em servir de escudo para os movimentos sociais que emergiam no período. Para Alberto Eulálio,²⁶² o problema era que “[...] na verdade é existia dois partidos oposição, mas não tinha respaldo da população [...]”. Na tentativa de explicar a participação do MDB, ele sugere que “[...] todos esses políticos achavam uma forma de como é participar junto com a população da greve também não tinha como eles não vim aqui participar do nosso movimento [...]”; a consequência para os que ficassem de fora era “[...] porque a gente só dava pau neles nas assembleias da Vila Euclides [...]” e, ainda, “[...] eles tinham que ta presente porque também tinha a questão de fortalecimento do MDB [...]”. O fato de tratar-se de um partido de oposição consentida, sujeito a imprevistas mudanças na legislação eleitoral e à pressão de todo o instrumental sob controle do regime, acabava imobilizando boa parte das lideranças e não permitindo uma ação conjunta que fosse além de uma ação de solidariedade com os trabalhadores. Ao discutir o papel do MDB na greve, Lula tratou de minimizá-lo, comentando: “não vi participação do partido oposicionista, mas sim a assistência de um grupo de parlamentares amigos”²⁶³. Além disso, também questionou o papel das oposições em meio ao conflito.²⁶⁴ O sistema político produziu uma verdadeira fissura entre o campo político e a sociedade.²⁶⁵ Por trás dessa fissura, encontrava-se a paralisia do MDB e a crescente insatisfação dos setores populares, que passaram a não considerar o campo político em suas estratégias, permitindo desta forma que os conteúdos programáticos dos partidos se tornassem imunes às reivindicações populares.

O grau de comprometimento do MDB²⁶⁶, sobretudo de sua ala conservadora, com a abertura proposta pelo regime, “engessou” o partido quanto a sua participação efetiva nas lutas desenvolvidas pelos novos atores coletivos que surgiram:

Nenhum partido, por exemplo, se manifestara favoravelmente com relação à greve de 1978. Pelo contrário, ficaram receando que elas pudessem prejudicar a “abertura” e políticos como Franco Montoro apresentaram projetos de leis paternalistas e eleitoreiros, prevendo concessão de abono aos trabalhadores as quais, se aprovados, viriam contribuir para esvaziar a mobilização dos trabalhadores em torno do movimento grevista. (RAINHO & BARGAS, 1983, p. 92).

Seria ingênuo dizer que a arena política aproveitou-se da repercussão das jornadas grevistas para obter vantagens com isso, e que essas vantagens foram unilaterais, pois esse procedimento a um

²⁶² Entrevista concedida ao autor em 21-02-2005.

²⁶³ Jornal da Tarde de 2 de abril de 1979.

²⁶⁴ Ver FREDERICO, Celso. **A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984**: a Reconstrução. Belo Horizonte: Oficina de Livros/ Nossa Terra. 1991.

²⁶⁵ Quanto a isso, observar as idas de Luis Inácio da Silva e outros sindicalistas a Brasília e a forma como foram tratados.

²⁶⁶ Para uma compreensão da história do MDB, das suas escolhas e dos seus limites ver: KINZO, Maria D’Alva. **Oposição e Autoritarismo** – gênese e trajetória do MDB: 1966-1979. São Paulo: Vértice/ Ed. dos Tribunais, 1988.

só tempo rotularia como ingênuo o movimento sindical e ressuscitaria as práticas populistas pré-1964. Teria sido este o caso? A análise da maneira como os metalúrgicos viam essa relação demonstra que existia o sentimento de uma relação de “dupla via”, onde um lado beneficiava o outro. Essa constatação vai em sentido contrário à idéia de uma suposta ingenuidade do movimento sindical na sua relação com os políticos, ainda que fosse visível que “Em seus contatos com os políticos, os dirigentes sindicais sentiam-nos distantes das necessidades da classe trabalhadora, excessivamente elitistas e paternalistas para com eles” (Rainho & Bargas, 1983, p.92). Esse paternalismo, entretanto, não pode ser confundido com um retorno a práticas populistas, até porque os canais que possibilitariam essas práticas estavam fechados. Em entrevista, Edílson Ferreira da Silva,²⁶⁷ ao ser indagado sobre se os sindicalistas não percebiam que essa presença visava obter benefícios para os políticos que apareciam ali, aponta para o fato de que “[...] o pessoal mais politizado percebia, mas também o pessoal queria também usar eles também [...]”. Era uma relação de ganhos para ambas as partes, observados os limites estabelecidos por cada um dos lados.

Outro ponto a ser observado é que essa relação sindicato – campo político possibilitou um acúmulo maior de experiências na construção política dos metalúrgicos. Quanto a isso, novamente Edílson Ferreira da Silva²⁶⁸ fornece a pista, ao confirmar que “contribuiu sim contribuiu claro que contribuiu [...] contribuiu sim não podemos negar isso”, quando indagado sobre a relação do campo político com os metalúrgicos e a politização que essa relação aprofundava. Vale lembrar também que, em 1978, boa parte dos dirigentes sindicais trabalhou na campanha de Fernando Henrique Cardoso para o Senado. A contrapartida foi ter levado para o meio do conflito social uma gama expressiva de políticos, principalmente os chamados “autênticos”, e possivelmente ter incluído em suas estratégias políticas particulares e em seus projetos pessoais os ganhos políticos obtidos por essa empresa.

A questão crucial ficava, entretanto, por conta da interconexão entre o MDB, as lutas sindicais e o interesse do regime em alterar a estrutura partidária²⁶⁹. Por conta disso, “Extinguindo o MDB e, ao mesmo tempo, estimulando o fracionamento da Frente de Oposições, o regime se preparou para evitar, uma vez mais, a sua derrota pelo voto popular” (Moisés, p.54). O regime, a fim de evitar uma situação similar àquela de 1974, colocou as oposições sob um dilema, pois: “[...] como as mudanças da ditadura foram sendo introduzidas gradualmente, as forças de oposição não se preparam para ocupar *organicamente* os espaços políticos que, mesmo timidamente, se abriram no país” (Idem. p.

²⁶⁷ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

²⁶⁸ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

²⁶⁹ Moisés (1982b) comenta que depois da derrota eleitoral de 1974 a reforma partidária entrou na ordem do dia. p. 48. O **Tribuna Metalúrgica** nº 40 de 1º a 7 de outubro de 1979 teve como título da capa: “Querem reformar os partidos sem os trabalhadores”. Nessa matéria se discorreu sobre os planos do governo em relação ao futuro quadro partidário.

57 –grifo do autor). Esse debate, porém, não passou longe das lutas sindicais, pois o envolvimento dos metalúrgicos nas eleições parlamentares, a inclinação pelo voto-protesto no MDB e a crescente idéia de construir um partido que representasse os trabalhadores passou a conviver com os pronunciamentos do regime quanto às mudanças partidárias. Aos sindicalistas interessava, sem perder de vista a luta sindical, abrir um segundo flanco de luta.

Neste contexto, interessava observar o debate sobre as articulações de como ficaria o quadro político com o fim do bipartidarismo. Ao MDB interessava cooptar as lideranças sindicais, construindo a unidade das oposições²⁷⁰. Algumas lideranças sindicais viam isso com bons olhos, sobretudo aquelas ligadas ao “peleguismo”. Todavia, as novas lideranças sindicais, os chamados “autênticos”, possuíam uma visão bastante crítica com relação ao campo político e, fundamentalmente, com relação ao MDB, pela falta de representatividade dos trabalhadores no seu interior. Essas diferenças conduziram progressivamente a “refletir distintas opções político-partidárias, em uma conjuntura de reorganização do sistema de partidos no Brasil” (TAVARES DE ALMEIDA, 1983a, p.212). De um lado, os sindicalistas ligados ao “novo” sindicalismo, lançando a idéia do Partido dos Trabalhadores, e, do outro lado, os dirigentes ligados à Unidade Sindical, pregando a participação dentro do MDB. A reforma do sistema partidário foi executada pelo regime como uma forma de contornar a crise política que se avolumava desde pelo menos 1974. Interessava sobremaneira aos metalúrgicos, vencida a fase apolítica – ou proclamada apolítica – do movimento, buscar representatividade no meio político-partidário. Esta representatividade foi primeiramente buscada junto ao MDB, até porque era a única oposição política existente naquele momento. Após a greve e a intervenção no sindicato em 1979, essa idéia ampliou-se, levando a intensos contatos entre o campo político e o meio sindical. O material produzido pelo sindicato no período reflete a decepção dos sindicalistas com os políticos oposicionistas. Entre outras coisas, comentava-se que os trabalhadores já teriam percebido que “não foram poucos os momentos em que era exigida uma atitude firme do MDB e o que se viu foram os ‘adesistas entregando a rapadura’ e dando toda chance para que o governo continuasse a impor sua vontade e seu arbítrio”.²⁷¹ Ao lado dessa avaliação negativa do MDB, existia o reconhecimento de que só um partido dos trabalhadores possibilitaria uma democracia real para os trabalhadores.

Antunes (1986) critica veementemente as alternativas adotadas pela oposição, pela incapacidade destas de incorporar as demandas populares a seus projetos, prendendo-se

²⁷⁰ No quadro da reestruturação partidária, algumas lideranças “autênticas” do MDB, como Fernando Henrique Cardoso, buscaram, de uma ou outra forma, essa cooptação das lideranças sindicais, principalmente em face da iminente fundação do PT. No encontro das oposições, realizado em São Bernardo, que redundou em fracasso, Fernando Henrique calculou que sairia o PT ou um MDB renovado despojado de sua ala mais conservadora. Nesse encontro ele teria chamado o MDB de “geléia real”.

²⁷¹ **Tribuna Metalúrgica** nº 30 de 23 a 29 de julho de 1979. (p.2)

exageradamente às formas tradicionais de negociação e aos canais institucionais. Para ele, “presas a este politicismo, não foram as forças organizadas da sociedade brasileira que desgastaram a contra-revolução, mas sim as forças espontâneas, que emergiram das alterações mais recentes da luta de classes [...]” (ANTUNES, 1986, p.29). Investigando as forças políticas presentes na conjuntura da abertura política, o autor não se surpreende com este fato, pois a oposição teria cedido até mesmo no campo ideológico.

Diante da constatação de que o campo político era uma mera emanção de uma estratégia do regime e que, de forma alguma, representava os interesses dos trabalhadores, restava buscar uma saída para a resolução desse problema. Quanto a isso, o surgimento de lideranças sindicais com forte vínculo na base, com prestígio e carisma tornou o que seria até então verdadeira quimera, a idéia de um partido dos trabalhadores, uma realidade objetiva. Essa idéia apareceu pela primeira vez num Congresso dos Metalúrgicos em Lins e representou, na época, a idéia de romper com o formato da arena política polarizada pelo MDB e pela Arena, e também de apresentar-se como uma das vias na reestruturação política pensada pelo regime. Esse Partido dos Trabalhadores seria, a um só tempo, o reflexo de uma longa experiência de mobilização e organização e o elo de ligação política de um sem número de movimentos sociais.

3.5 As lideranças sindicais e a construção do PT

As lutas sindicais do final dos anos 1970 trouxeram à tona o surgimento de um grande número de lideranças forjadas no chão das fábricas e nas lutas travadas na vida sindical ou nas ruas da cidade de São Bernardo do Campo. Sem dúvida, a mais expressiva dessas lideranças foi o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio da Silva, o Lula. Desde logo, tratado como uma espécie de “garoto prodígio” pela mídia, ele atraiu a atenção do empresariado, que o via como uma liderança sóbria, a atenção do governo, que passou a considerá-lo como um interlocutor importante, a atenção dos demais sindicalistas, que viam nele a encarnação de um modelo sindical a ser considerado, e dos demais segmentos da sociedade civil, que ensaiava irromper. Para os metalúrgicos, sua liderança era inquestionável, a ponto de torná-lo, após o ciclo de greves, uma espécie de mito²⁷². A fala dos entrevistados dá a dimensão do que representou Lula para os operários. Alberto Eulálio relata que:

²⁷² A admiração pela figura e liderança de Lula atingiu seu clímax na greve de 1980. Exemplo visível disso é o Pai Nosso do Lula, em **Tribuna Metalúrgica** nº 57 de abril de 1980 (p.6). Vamos rezar; Pai nosso do Lula; Pai nosso que estais na terra: Bem conhecido seja o teu nome; Venha a nós o teu pedido; Seja feita a tua vontade; Aqui na Mercedes e em outras firmas; O salário de cada dia; Nos daí hoje, amanhã e sempre; Perdoai a nossa ignorância; Assim como nós

[...] é inexplicável nossa a carisma do Lula com a peaozada né o jeito dele aquela forma e também o discurso que ele começou a fazer e que ele faz até hoje né o Lula nossa eu me lembro em 1980 nós estávamos numa greve na Ford é o Meneguelli não conseguia acabar com a greve não conseguia ai era ao meio-dia a assembléia não conseguiu ai ligamos pro Lula o Lula foi à fábrica da Ford e acabou com a greve com a mesma proposta então o Lula assim ele chegava e tinha uma coisa muito interessante ele fazia as pessoas chorar fazia ele fazia as pessoas chorar e ele mexia com você contava uma história depois ele né ai ele na hora de votar todo mundo levantava a mão e assim eu acho que o Lula é um não surge outro acho que pode surgir igual, mas [...] é histórico ele marcou e vai marcar pra sempre a eu acho assim que uma coisa o Lula é o Zé Preto vai te falar o Zé preto é outro companheiro aqui que tava com a gente desde a época do começo nossa é coisa assim. que o Lula hoje o carisma dele nossa o Lula o Lula a gente não tava nem ai pro emprego não tava nem ai pra família o nosso negócio era o Lula né muitas vezes minha mulher falou assim puxa vida você gosta mais do Lula do que da própria família pelo amor de Deus velho e eu te falava é verdade né a gente nossa e eu falo pra você porque eu convivi com o Lula [...]²⁷³

A luta sindical e a figura de Lula se confundiam, para os sindicalistas eram indissociáveis.²⁷⁴ Ao comentar a importância de Lula, o entrevistado Edílson Ferreira da Silva²⁷⁵ declara que ele tinha “toda importância né toda importância à confiança era no Lula a confiança no Lula o enfrentamento era no Lula todo mundo ia lá porque confiava no Lula confiava no que ele ia dizer [...]”. Josimar Bezerra²⁷⁶ salienta as qualidades da liderança “é ele é aquilo quando chegava numa assembléia ele falava de vai acontecer tal coisa e não ficava fazendo manipulando [...]”. Por sua vez, Expedito Soares²⁷⁷ qualifica que a projeção obtida por Lula era resposta do trabalho dos militantes da retaguarda e porque ele “[...] virou assim uma uma um referencial muito forte daquela daquele pensamento operário do pensamento novo do movimento sindical [...]”. Osvaldo Cavegnato enfatizou o surgimento das lideranças sindicais, em especial de Lula, observando a necessidade do líder para o movimento. Para ele:

[...] é aquela questão da liderança, precisa ter líderes e ali tem história, carismático e ai surge, surgiram outros em outros momentos, mas surge a figura do Lula e surgiu por acaso. Por acaso porque ele era tão por determinadas coisas, sindicato política, mas era favorável [...] depois as resistências normais dos trabalhadores [...] e ele foi preso junto com os outros, mas ele declara isso que ele era “cagão” ele só chegou a uma determinada posição quando via que não dava para se esconder quanto mais ele se expunha nacional e internacionalmente era mais difícil pegá-lo e ai ele poderia fazer o momento²⁷⁸.

perdoamos o nosso governo; Não nos deixai cair em tentação; E furar a greve; A todos livrai-nos do mal do Macedo; Amém. Nota: esta paródia do Padre Nosso foi idealizada por companheiros da Mercedes.

²⁷³ Entrevista cedida ao autor por Alberto Eulálio em 21-02-2005.

²⁷⁴ Mesmo com a intervenção de 1980 e o afastamento oficial de Lula dos meios sindicais, ele continuou pautando a ação do sindicato dos Metalúrgicos, tendo papel preponderante na eleição para o sindicato em 1981. Para isso, ver anexo 1a e 1b.

²⁷⁵ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

²⁷⁶ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

²⁷⁷ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

²⁷⁸ Entrevista concedida ao autor em 15-02-2005.

As referências feitas à figura de Lula beiram a adoração, deixando entrever uma liderança não só horizontal na relação com a base, mas representativa dessa base. Ao comentar sobre a relação direta entre diretoria e militância, José Ferreira de Souza comenta o cenário encontrado na sala da presidência do sindicato na gestão de Luis Inácio da Silva e como essa relação era direta:

[...] a gente ia pra porta de fábrica junto dormia no chão todo mundo junto porque ninguém ia para casa tinha que ta quatro horas da manhã na portaria da Volks no ABC então nós ficava reunido deitado no chão no mais no mais a gente com o Lula na casa dele dormir lá no chão da casa do Lula para no outro dia sair cedo quer dizer àquela pessoa que. dentro. da sala dele quer dizer aquela eu gosto da pinguinha quer dizer dentro da sala dele que antes era só fechado né taratantan a porta era aberta você subia no sindicato a primeira coisa que você via era a sala do Lula lá dentro tinha um negocinho de barrilzinho de assim copo ali os peão chegava o Lula aí taturana [...]²⁷⁹

Tratava-se, portanto, de um modelo sindical democrático de massas e, se for necessário adjetivar mais, poder-se-ia afirmar que também era uma democracia direta, na qual a liderança encontrava sua legitimidade no contato pessoal com as bases e no alto nível de representatividade que possuía. O desenvolvimento da liderança política de Lula, entretanto, não se deu sem sobressaltos e revelou até que ponto aquela conjuntura influiu na formação “pedagógica” desse dirigente sindical. Quanto a isso, há dois caminhos possíveis de serem observados e que não são mutuamente excludentes. Um deles, muito bem descrito pelo entrevistado Geovaldo Gomes²⁸⁰, pois para ele: “[...] o Lula se ele estivesse na construção civil de Pernambuco ele não era nada ele não era o Lula aqui o Lula podia ser o Antônio o mandão aqui porque aqui é que tinha condições de gestar pessoas que nem o Lula [...]”. O outro caminho era conceber sua liderança como produto de qualidades pessoais associadas a uma incrível capacidade de aprender, como salienta Januário Fernandes da Silva,²⁸¹ ao dizer que “[...] o Lula aquela cabecinha dele é incrível enquanto nós tava só preocupado em ver a arvore o Lula consegue de ver a arvore e a floresta [...]”.

O momento da prisão de seu irmão é considerado por ele e por aqueles que conviviam com ele um momento de inflexão e mudança no seu comportamento político. Desde o momento em que assegurou o controle sobre a máquina do sindicato, alijando a liderança também carismática de Paulo Vidal, Lula tratou de dar ao sindicato um perfil mais combativo. Essa combatividade apareceu publicamente na Campanha Salarial de 1977, momento em que Lula ganhou uma visibilidade que ia para além dos limites de São Bernardo do Campo. Passou pelo papel de mediação desempenhado em 1978, negociando fábrica a fábrica e pondo em prática a vinculação entre a liderança sindical e a

²⁷⁹ Entrevista concedida ao autor por José Ferreira de Souza em 16-02-2005.

²⁸⁰ Entrevista concedida ao autor em 18-02-2005.

²⁸¹ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

base, radicalizou-se ao longo de 1979, com a transformação da luta sindical em Assembléias de massa com a incorporação do Estádio da Vila Euclides e, principalmente, com a intervenção no sindicato, que permitiu um salto qualitativo na luta e na concepção política de Lula. Neste ano, ficou mais explícita a necessidade de levar adiante uma idéia surgida no ano anterior: a da formação de um Partido de Trabalhadores. Idéia esta levada a termo no ano seguinte, ainda em meio à greve de 1980. Esse desenvolvimento político das lideranças, que ocorria simultaneamente às lutas no ABC, era visto de forma diferente pelos setores envolvidos no conflito.

Os empresários passaram gradualmente a ver Lula como adversário. A figura do líder conciliador com imensa capacidade de controlar a base – fato que interessava aos empresários diante da posição menos agressiva do Estado frente às questões trabalhistas – cedia espaço à imagem de uma liderança sindical que se radicalizou ao longo do processo grevista. No teste de 1978, Lula deixou uma forte impressão, sobretudo nos setores mais modernos do empresariado. O discurso apolítico de Lula interessava sobremaneira ao empresariado, que acreditava estar diante de um sindicalismo de resultados²⁸². Quanto mais a luta metalúrgica enveredava pela seara política e quanto mais à liderança política de Lula se associavam outras lideranças nascidas no bojo das mesmas lutas, mais o empresariado se inquietava, preocupado em especial com a constituição de uma organização dos trabalhadores de caráter nacional. Para eles, seria a nacionalização dos conflitos do ABC.

O Estado inicialmente viu no surgimento de um líder sindical como Lula o presságio de que as práticas sindicais pré-1964 estavam esgotadas e de que o domínio do PCB no interior do movimento sindical chegara ao fim. A formação de um bloco de novas lideranças sindicais identificadas com uma série de questões relacionadas à vida sindical, a politização crescente da pauta e a radicalização do discurso, em especial de Lula, mostrou até que ponto essas novas lideranças estavam imunes à cooptação pelo Estado e levou o regime a um impasse: preservar a liderança de Lula, evitando a perda de um interlocutor com os trabalhadores, ou, o contrário, eliminá-lo da vida sindical e incorrer numa possível radicalização no ABC. No primeiro caso, seria uma aposta na possível perda de sua popularidade ao longo do tempo, principalmente considerando os fracassos nas greves. Eliminado o líder sindical, eliminava-se por extensão o nascimento de sua liderança política. No segundo caso, eliminar-se-ia Lula do cenário sindical, arriscando torná-lo um verdadeiro mito. Em curto prazo, essa estratégia representaria a retomada da questão trabalhista pelo Estado, não nos moldes dos anos de chumbo do regime, mas com o mesmo instrumental. No médio e longo prazo, apostar-se-ia na

²⁸² Esse discurso político muito mais evidente antes de 1979 foi gradualmente tornando-se um discurso anti-MDB e Arena e serviu de escopo para a defesa pública da necessidade de um partido dos trabalhadores. Não foram poucos os momentos em que autoridades políticas foram ignoradas, proibidas de falar ou até mesmo hostilizadas.

incapacidade de Lula transformar seu prestígio no meio sindical em prestígio na arena política. Ao passar a defender abertamente a intersindical e a fundação do Partido dos Trabalhadores, Lula atraiu para si a reação do regime, que temia ver-se ultrapassado na sua proposta de abertura negociada. O reflexo desses acontecimentos repercutia na imprensa:

“Antes, eu falava apenas de questões relacionadas a problemas sindicais”, disse ele a VEJA. “Agora, de dez jornalistas que me procuram, nove me fazem perguntas sobre política.” Cada vez mais, assim, o líder de 136000 metalúrgicos de sua região é alçado à condição de peça-chave na reorganização partidária e, talvez a despeito de alguma vontade própria, personagem efetivo da cena política nacional²⁸³.

Tanto a CUT quanto o PT apareciam como resultado das lutas sindicais iniciadas em 1977 e como unificadores de um imenso campo movimentalista que irrompeu na mesma época. Neste sentido, o PT não foi a continuidade de uma tradição que visava construir um partido exclusivo da classe operária. Sendo assim, qual sua base ideológica? Seria uma versão reatualizada dos Partidos Comunistas? E de que forma estava vinculado às lutas sindicais? Como conectaria essas lutas com as dos demais movimentos populares surgidos na época? O que o diferenciaria naquele contexto? Dentro das possibilidades políticas para sua emergência, não ficou por demais propenso ao que Debrun (1983) definiu como “conciliação”? Essas são algumas questões que devem ser propostas, a fim de pretensiosamente responder até que ponto o PT era a cristalização das lutas encampadas no final dos anos 70 e como suas práticas estariam relacionadas a isso e ainda ofereceriam resposta ao modelo político brasileiro.

Não é pouco constatar que a única novidade na conjuntura marcada pelo processo de abertura teria sido a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), que poderia ser “*considerado como un subproducto del proceso de politización del movimiento sindical*” (ABRAMO, 1991, p.106). Ele acabou por expressar a necessidade de ingressar no espaço político. Moisés comenta:

“Na verdade, o movimento do qual o PT é caudatário se constitui no único *ponto de ruptura real* no esquema da ‘abertura’ montada pelos atuais dirigentes do Estado. Diante do *sindicalismo democrático de massas* do ABC e da proposta do PT, o governo tem demonstrado dificuldade para continuar jogando à vontade”. (1982, p.210)

²⁸³ **Veja** nº 544 de 7 de fevereiro de 1979. Ao esboçar um balanço da década, portanto, no final do mesmo ano a revista **Veja** nº 590 de 26 de dezembro de 1979 traçou um perfil do Lula líder sindical e do Lula político, bem como do nascente PT: “Adotado como o menino prodígio das oposições. Lula foi de longe a maior figura do sindicalismo nos anos 70. Grande líder sindical, político nem tanto. Tirou da cartola um Partido dos Trabalhadores inviável. Atirou-se tardiamente à criação da Central Única dos Trabalhadores – bandeira sindical do Partido Comunista Brasileiro – que lhe exigiu as alianças que ele, em nome da pureza sindical, sempre condenara. No papel postiço, Lula malogrou” (p.48). Outra avaliação, entretanto, pode ser encontrado em outros veículos de comunicação nacional. A revista **Isto é** e o jornal **Folha de São Paulo**, por exemplo, apresentam uma visão menos sombria das perspectivas futuras da liderança de Lula.

Não foram poucos os autores que sublinharam essa genealogia do PT, caracterizando-o como resultado de um sem-número de lutas sociais, principalmente as sindicais. Moisés (1982), ao relacionar o Sindicato, Estado e Partido estabelece uma questão-chave para o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores (PT). O autor aponta para a necessidade de que este, através de sua proposta político-partidária, passe a receber o impulso dos movimentos sociais e que, através de uma mudança substancial em relação ao tipo de laços partido – sindicato, ele seja conduzido pelas demandas dos movimentos e não caia no dirigismo. A expectativa quanto ao surgimento do PT era a de que invertesse definitivamente o formato da representação partidária no país, em síntese, um partido nascido não verticalmente, mas horizontalmente. Para aqueles que defendiam um modelo democrático distinto daquele projetado pelo regime, “[...] o partido tinha que estar ao lado e acima, ao mesmo tempo, da direção do movimento, de modo a conseguir universalizar as suas experiências e, dessa forma, situá-lo com eficácia no plano em que pode (e deve) ser ariete na direção do Estado” (MOISÉS, 1982, p.39). Certamente, seria possível discutir até que ponto isso seria possível, sem que a política formal cooptasse as demandas históricas do movimento²⁸⁴. Abramo (1994) sintetiza a conexão entre a consolidação de uma pauta nacional, as lideranças sindicais e o conteúdo do partido em construção. Para ela:

El surgimiento del PT (Partido de los Trabajadores), cuyo dirigente principal fue el presidente del sindicato de los Metalúrgicos de San Bernardo, Lula, puede ser considerado como un subproducto del proceso de politización del movimiento sindical. Las huelgas de 1979 y 1980 habían profundizado en los principales dirigentes del “nuevo sindicalismo”, la convicción de que la defensa de los intereses de los trabajadores no podía conducirse solamente desde el plano sindical. Estos dirigentes expresaron la necesidad de ingresar directamente en el terreno político, preservando las características básicas de su movimiento: el rescate de la dignidad de los trabajadores, la necesidad de reafirmar su autonomía y de buscar soluciones propias e independientes a sus problemas. Estas serían las “ideas fuerza” presentes durante la creación del PT en 1980, en el cuadro de la reforma partidaria promovida por el gobierno de Figueiredo. (ABRAMO, 1991, p.106)

Para Werneck, “A apropriação por parte do PT dos “novos” movimentos sociais, tornando-se o representante dos interesses emergentes das classes subalternas, cristaliza politicamente a fragmentação e a dispersão das forças que compunham a centro-esquerda” (1990, p.8). Isto teria um resultado duplo: o de colocar o PT como porta-voz dos interesses dos movimentos sociais organizados e o de, por extensão, privá-lo da construção de uma ideologia substancialmente disruptiva. O entrevistado Alberto Eulálio²⁸⁵ chama a atenção para o fato de que se foram os metalúrgicos do ABC que lançaram as pedras fundadoras do PT e com o passar do tempo “[...] a

²⁸⁴ Propostas do PT no ato de sua fundação.

²⁸⁵ Entrevista concedida ao autor em 21-02-2005.

gente foi só aglutinando eu acho que foi um processo que nós começamos e mais pessoas veio e acampou a luta com a gente inclusive professores, intelectuais [...]”. A lógica do interesse passa a prevalecer, já que os instrumentos adotados para exercer o controle (coronelismo, clientelismo) perderam sua eficácia. E o escopo do “novo” sindicalismo teria sido o de que foi ele “que trouxe este padrão de comportamento e o afirmou sobre os demais setores submetidos ao assalariamento” (WERNECK, 1990, p.12). De fato, é o próprio autor que concebe que nenhuma luta dos sindicatos era mais importante do que aquela travada pelos seus próprios interesses. O momento chave dessa ocorrência teria sido o período centrado nas greves de 1978 a 1980, quando a ação puramente sindical transforma-se num verdadeiro movimento social (Idem, p.12).²⁸⁶

No outro extremo, estaria a conexão desse “novo” sindicalismo, ponta-de-lança do conjunto dos movimentos sociais com o Partido, mas não o Partido Comunista, enquanto vanguarda dos operários, e sim o Partido dos Trabalhadores²⁸⁷. O conjunto de acontecimentos no ABC reafirmou a crença de que um partido operário não conseguiria apreender a complexidade da sociedade brasileira. O partido operário cedia espaço ao partido de massas. Uma crítica passível de ser feita à forma como surgia o PT é quanto ao seu espontaneísmo popular e abrangente. “Com este limite, esta subjetividade, que se quer inteiramente livre, se torna prisioneira de fato da sua circunstância, e ao pretender transformar o mundo acaba por confirmá-lo” (WERNECK, 1990, p.16). Tal crítica originalmente não seria endereçada ao partido, e sim ao movimento sindical, mas sua amplitude permite ir além, se considerarmos a relação que entretecia a essa altura o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e o Partido dos Trabalhadores. Apesar de os entrevistados se apressarem em mostrar um movimento sindical não aparelhado, e que tal tradição subsiste ainda hoje no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (nome atual), uma análise mais pormenorizada põe tal postura ao menos entre aspas. Quanto a isso, o relato de Januário Fernandes da Silva aborda o aspecto mais visível:

[...] um dos grandes méritos do Lula é que ele nunca aceitou que se partidarisasse o movimento sindical nem aqui em São Bernardo nem em lugar nenhum sindicato é sindicato partido político é partido político e nunca admitiu como o PC fazia na época o Partido Comunista que o sindicato fosse transformado numa

²⁸⁶ Algumas características desse “novo sindicalismo” atribuídas por Weffort merecem uma atenção destacada. Primeiro, o autor verifica a ultrapassagem em muito da pauta de luta sobre a antiga organização corporativista, o caráter de luta do moderno contra o atraso – seria importante refletir como o fez Humphrey (1982) sobre essas duas categorias -, ainda, a luta pela hegemonia sindical o aproximando do conjunto das outras forças sociais e, a ultrapassagem de algo que a princípio parecia tornar-se numa estratégia calcada num cálculo de interesses para a construção de uma identidade social e política bastante forte.

²⁸⁷ Para Weffort, três correntes buscavam nos momentos iniciais do Partido a hegemonia. Essas correntes tinham projetos: “a adesão à social-democracia, a um socialismo estatista e jacobino, e a um neopopulismo de vaga inspiração narodnik” (WEFFORT, 1990, p.19). Essas correntes coabitavam o interior do Partido, imprimindo-lhe ainda a falta de uma identidade política e um projeto político viáveis. De outro ângulo, lhe também faltava uma visão política mais abrangente.

correia de transmissão de partido político seja e qualquer que seja ele e o Lula sempre conseguiu manter essa linha até hoje os seus sucessores sempre mantiveram essa postura muitos dirigentes aqui no sindicato são dirigentes no partido quando são dirigentes do partido não só do PT dirigentes a maioria petista, mas aqui não existe esse negócio de carteirinha ideológica para ninguém não aqui do PT [...] ²⁸⁸

Sublinhando o que já foi dito, o partido nasceu preso a uma falta inata de teleologia operária, o que, como se pode ver, não constitui nem de longe em crítica exclusiva desse autor, mas sim de uma constatação muitas vezes visível ao longo do processo final de abertura e no processo Constituinte. Quanto a isso, as entrevistas apresentam algumas considerações válidas, tais como a apreciação do entrevistado Geovaldo Gomes, ²⁸⁹ que, entre outras coisas, ao distinguir o PT do PCB, chama a atenção para o fato de que o PT jamais propôs a revolução como saída para a política nacional. Gervison Marcos Melão Monteiro ²⁹⁰, por sua vez, sublinha o fato de que com o PT os trabalhadores poderiam aspirar a chegar ao poder. Na verdade, a análise do material aponta para uma estratégia centrada na chegada ao poder pela via democrática, rejeitando as antigas bandeiras do PCB. Ao constituir-se como partido de massa, declinando da opção de constituir-se como partido operário, o que se produziu foi a substituição de uma agenda operária exclusiva, da ideologia socialista e de um partido de caráter classista por um partido constituído a partir de uma verdadeira miríade de movimentos sociais surgidos na segunda metade da década de 1970, tendo à frente como ponta-de-lança as experiências de luta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema ²⁹¹. Obviamente, a heterogeneidade dos elementos constituintes do partido conduziu a uma ideologia difusa. ²⁹²

As características originais do PT o acompanharam mesmo durante a Constituinte, quer pela sua pouca idade, quer pela inexistência de um programa político e econômico com bases bem definidas. Antunes (1986) aponta uma saída para a abertura conservadora, na intersecção entre partido e luta democrática: “Trata-se, depois, de iniciar um movimento que vise a derrocada de ambos: o arbítrio e o arrocho. Só assim poderemos pensar em ingressar numa sociedade efetivamente democrática” (1986, p.45). É quanto ao tipo de democracia que o autor discute seu caráter qualitativo. E como seria possível contrapor um outro tipo de democratização àquele orquestrado pelo regime? A resposta reside na canalização política do movimento de massas para os espaços institucionais. De certa forma, o PT veio para preencher esse espaço, levando para dentro da

²⁸⁸ Entrevista concedida ao autor pelo entrevistado Januário Fernandes da Silva em 17-02-2005.

²⁸⁹ Entrevista concedida ao autor em 18-02-2005.

²⁹⁰ Entrevista concedida ao autor em 18-02-2005.

²⁹¹ O entrevistado Alberto Eulálio diz que “[...] porque nós criamos o Partido dos Trabalhadores aqui e dentro desse sindicato aqui nós ajudamos a criar e nós criamos um partido de macacão era uma visão de macacão [...]”.

²⁹² O entrevistado Osvaldo Cavegnato expõe que um dos problemas do PT seria justamente a falta de uma ideologia.

institucionalidade, ou da nova institucionalidade, uma gama de “novos” movimentos sociais, entre os quais o “novo” sindicalismo.

O discurso de Lula na Convenção Nacional do PT relata alguns episódios que são importantes não só para compreender a genealogia, mas também para compreender a trajetória do PT. Enuncia Lula que o partido nasceu para dar voz àqueles que nunca tiveram: os trabalhadores. Comenta o fato do partido ter sido “uma criança inesperada”, que o partido nasceu a partir dos trabalhadores de macacão e, com isso, ressaltava o fato de a origem poder ser atribuída à fábrica. Lula, como não poderia deixar de ser, atribui ao partido o fato de ser uma inovação histórica no Brasil. Seguramente, tal reflexão se deve ao fato de que os partidos ditos representantes dos operários surgiam do topo para a base. O PT, ao contrário, teria nascido da base. Interessa aqui a conexão do sindicato com o partido ou como afirma Lula:

Nosso partido nasceu como expressão política da luta sindical. A maioria dos nossos dirigentes continua no movimento sindical e nele encontra a fonte de suas energias e a representatividade de sua prática política. Entretanto, desde os nossos primeiros passos, o PT jamais confundiu política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma correia de transmissão do partido. Defendemos sempre a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos.²⁹³

Embora, a fala dos entrevistados, ao menos no discurso, aponte nessa direção, a relação entre o sindicato e o Partido dos Trabalhadores é explícita. A luta sindical é descrita, a fim de justificar a criação do PT. Na fala de Lula elas aparecem relacionadas, mas separadas. Uma complementar a outra. Essa aparente dualidade faz sentido, quando se observa o fato de que o PT pretendia ser um partido de massas capaz de exprimir os anseios desse movimento, levando-o para dentro da arena política. Ao PT caberia a tarefa de “tornar” políticos temas e questões até então tratadas como questão de polícia. É nesse sentido que a fala do entrevistado Januário da Silva²⁹⁴ faz sentido, ao atribuir ao partido a transformação, e não ao sindicato. A abertura política que possibilitou o aparecimento do PT não era vista como presente dos deuses; no discurso, ela é vista como conquista dos movimentos populares. Sendo assim, Lula afirma: “Cabe, pois, ao PT, incentivar a nação à conquista de uma democracia real, na qual o poder tenha caráter democrático e natureza popular” (JÚNIOR, Altino Dantas, 1982, p. 115). O PT, que segundo muitos era filho da abertura, passou a negar essa filiação, propondo-se a ser pai de uma outra ordem política.

A questão ficava agora por conta da capacidade do sistema de absorvê-lo ou, no outro extremo, da capacidade desse partido de construir uma agenda nacional calcada no questionamento aos

²⁹³ Discurso de Lula na Convenção Nacional do PT em 1981. In: JUNIOR, Altino Dantas (Ed.). **Lula Sem censura**: “... e aí a peãozada partiu pro pau”. RJ/Petrópolis: Vozes, 1982. p. 107.

²⁹⁴ Entrevista concedida ao autor em 17-02-2005.

modelos tradicionais de política e sua conseguinte superação. O resultado disso aponta inevitavelmente para o conteúdo transformador ou conservador da abertura surgida das fábricas do ABC paulista.

CONCLUSÃO

“O essencial é invisível ao olhar”.
Antoine de Saint-Exupéry

No Brasil, a relação entre sindicalismo e política sempre se deu em torno do Estado. Essa estreita relação permitiu que o sindicalismo fosse ou um meio para ascender ao controle do Estado, ou fosse um instrumento que nas mãos do próprio aparelho Estatal garantisse o controle das massas sindicalizadas.

O estreitamento dessa relação deu-se, contudo, com o advento do PCB e com seu fortalecimento no campo sindical. Para o PCB, a luta político-partidária e a luta sindical concorreriam juntas para a transformação da sociedade. Isso, naquele momento, era considerado um salto qualitativo quando comparado com o período de hegemonia anarquista, excessivamente marcado pelo espontaneísmo e pela ausência de luta na arena política. O enraizamento do Partido Comunista no meio sindical representou a construção de um arcabouço ideológico para o movimento sindical, uma perspectiva teleológica que teria como fim a sociedade socialista. Evidentemente que a existência desse objetivo último não serviu para tornar a ação sindical, sob o controle comunista, numa ação dotada de potencial para produzir uma ruptura. Ao menos, não foi isso que se viu durante o período de seu predomínio. Dentre os fatores que explicam isso, sem dúvida, seria possível listar o fato de o PCB seguir as orientações do “comunismo internacional”, o que o levou a relegar a um segundo plano a conjuntura interna e adotar estratégias aliancistas. Desta forma, orientados a auxiliar na construção das bases da produção burguesa no Brasil, os comunistas, não poucas vezes, omitiram-se das grandes mobilizações ou da organização da classe trabalhadora. Outro fator importante para explicar a luta sindical no período é a própria concepção política dos comunistas, que se viam a si próprios como a vanguarda da classe trabalhadora. Ao assim procederem, subestimaram a capacidade de luta dos operários, conduzindo os sindicatos ao cupulismo e distanciando-se cada vez mais das bases. Crescentemente, as direções sindicais passaram a não representar os anseios de suas bases. Essa distância levou, entre outras coisas, à perda de confiança dos operários nos sindicatos.

Para que se possa compreender o terceiro dos fatores e, talvez, o mais importante deles, é necessário recorrer à história política do Brasil e atentar com cuidado para o ano-marco de 1930. Ainda que se possa dizer, com acerto, que a relação entre Estado e trabalhadores já vinha mudando, no mínimo, desde a virada do século, é com a “revolução” de 1930 que esses contornos ficaram mais nítidos. A nova conformação do bloco do poder e sua própria concepção de Estado alteraram

profundamente as bases dessa relação. No lugar do Estado liberal dos primeiros tempos de República, assumia o Estado “empreendedor”. Estado este que procurou construir um espaço em seu interior para a resolução dos conflitos trabalhistas. Isso representou para os sindicatos – com evidentes limitações – sair da “marginalidade” política direto para dentro do aparelho de Estado. Houve, é certo, durante um bom tempo, uma coincidência de interesses entre as estratégias dos comunistas e as estratégias do novo bloco de poder. Porém, é importante ressaltar que, ao lado desse ganho de espaço da luta sindical, tinha-se também uma perda de autonomia. Se é verdade que a “conciliação” propiciou esse espaço, também é que produziu um grau de tutela do Estado sobre o movimento sindical como nunca antes se vira. Implicou também na criação de um modelo sindical de lideranças cooptadas, de fracas relações com suas bases, além de enquadrar os conflitos trabalhistas nos canais abertos pelo governo. Em síntese, reduziu o movimento sindical a um mero ramo da burocracia estatal, dando vida à liderança sindical “pelega”. A capacidade de luta do sindicalismo, na época sob controle dos comunistas, viu-se reduzida, por meio de um processo de “conciliação” que lançou as bases para o Estado corporativista do pós- 1937 e para o sindicalismo de Estado.

Todo esse processo agudizou-se após o golpe de 1937, que lançou o Estado Novo. Nesse período, os caminhos do movimento sindical estiveram mais do que nunca atados aos desejos do Estado, ainda que se possa argumentar as conquistas na legislação como contrapeso. É evidente que, mesmo em se tratando de uma relação de tutela do Estado sobre as organizações dos trabalhadores, isso não se dava sem uma contrapartida. É nesse sentido que é possível pensar tanto as leis que restringiam as greves, quanto a própria CLT. Tratou-se de uma política de compromissos ditada por um Estado empresário que procurava construir o caminho pelo qual seria erigido um capitalismo de bases nacionais assentado na readequação dos conflitos sociais e trabalhistas.

Essa relação entre Estado e sindicalismo não foi jamais extática. Ao contrário, esteve sujeita às questões conjunturais. Exemplo disso é o maior peso do sindicalismo quando do colapso do populismo, sob o governo João Goulart. Seu peso tornou-se tão grande no período que muitos chegaram a falar em “República sindicalista”. Esse peso foi conquistado mais pelo espaço ocupado no interior do Estado, do que propriamente pelo controle de uma massa potencial para a ruptura, o que aponta para os aspectos inconclusos e indeterminados da estratégia de “conciliação” na política brasileira. Se o peso da luta sindical estava ligado à própria estruturação do Estado Corporativista no Brasil, bem como de todos os outros setores da vida nacional, a própria dinâmica da vida sindical não permaneceria intacta se os alicerces desse Estado fossem afetados. O esgotamento do modelo de

desenvolvimento capitalista em bases autônomas²⁹⁵ e a implantação de um novo modelo de Estado fazem parte de um mesmo contexto.

O golpe de 1964 representou o fechamento de todos os canais que ligavam o sindicalismo ao aparelho de Estado. Representou também a ascensão dos tecnocratas e o endurecimento das leis herdadas do Estado Novo, além de uma maior perseguição aos ativistas de esquerda, tanto dentro do campo político quanto no sindical. Nesse contexto, restou ao movimento sindical a resistência subterrânea, isto é, dentro das fábricas. Esse era o espaço disponível; pois, como se assistiu na ocasião das greves de 1968 em Osasco (SP) e Contagem (MG), o novo regime não estava disposto a transigir. Essas greves serviram para explicitar o limite tolerado para a luta sindical na nova configuração dada ao Estado. Trouxeram, por outro lado, novas formas de luta e experiência construídas não mais no ambiente do Estado Corporativista, mas sob uma ordem autoritária. Estas novas formas de luta serviram mais tarde para elaborar um quadro de estratégias e um repertório ou estoque de ações coletivas capazes de fazer frente à repressão tanto nos locais de trabalho, quanto no enfrentamento com uma ordem autoritária. Por essa razão, as greves de Osasco (SP) e Contagem (MG) fizeram parte do ambiente discursivo da luta sindical e serviram de baliza para os enfrentamentos surgidos a partir do colapso do Corporativismo. O fim daquela política aliancista não se deu em benefício de uma luta classista aberta, e sim em função de uma rígido controle da classe trabalhadora.

É somente com o deflagrar do processo de abertura, em 1974, que essa realidade passou a mudar. Com a abertura, o regime abriu um espaço consentido para que uma série de interlocutores por ele escolhidos pudesse, de alguma forma, participar da discussão sobre a nova ordem política. Naquele momento, interessava ao regime e ao campo político-partidário circunscrever as discussões quanto à mudança de regime. Para o grupo encastelado no poder, era importante garantir a prerrogativa quanto à velocidade e à profundidade do processo, pois isso era condição *sine qua non* para a tentativa de institucionalizar o próprio regime e, não obstante, serviria de salvaguarda para as forças armadas no momento de sua retirada do aparelho de Estado. Para os grupos políticos civis, era a garantia do monopólio nas discussões e da autonomia necessária para conduzir o processo de negociação. Desta forma, a “abertura pelo alto” garantia o isolamento necessário, sobretudo quanto às demandas populares, evitando os arroubos populistas de outros tempos, tão temidos pelos

²⁹⁵ Esgotamento que se não se deu em razão das limitações econômicas do país em levar adiante um projeto de desenvolvimento autêntico e em bases nacionais; deu-se na desestruturação política de seus pilares de sustentação. Quebrada a hegemonia do grupo que tomou o Estado no pós-1930, uma nova concepção de desenvolvimento capitalista estava em pauta e foi implantado necessitando para sua efetivação do rompimento com a política de “conciliação” adotada no período anterior, sobretudo no trato da política trabalhista.

parlamentares do campo oposicionista, que ainda guardavam os eventos de 1964 e 1968 na lembrança.

A abertura nasceu como produto de uma aguda crise econômica que trouxe consigo uma crise de legitimidade para o próprio regime, refém de seus resultados econômicos. Isso tornou a tarefa de isolar as discussões bastante difícil, já que as pressões cada vez maiores dos setores mais organizados da sociedade tensionavam o cenário político. A própria eleição parlamentar de 1974 serviu como marco na insatisfação com o regime; pois, dado seu caráter plebiscitário, evidenciou a crise de um modelo ancorado na rigidez de uma política salarial que produziu um forte arrocho e a manutenção de uma gestão tecnocrática às expensas de qualquer influência dos interesses organizados da sociedade, portanto um sistema quase impermeável às demandas da sociedade.

Essa forte crise econômica, que levou o regime a tomar medidas preventivas contra uma provável crise política, permitiu ao regime um leque de opções para efetuar a travessia para o novo regime. A questão é que, deflagrado o processo, ele deveria seguir mais o caminho da “conciliação” do que da repressão, e isso representou que a despeito de ter sido pensada como processo controlado, ela abriu um espaço considerável para o aparecimento de “novos” atores coletivos. Esse espaço aberto pode ser compreendido através das características ímpares daquela conjuntura crítica que tornaram possível pensar novamente, após quase duas décadas, na questão nacional. Essa conjuntura pródiga em conflitos foi o resultado dessa relação da crise do regime, da abertura controlada e também pela gestação quase imperceptível de novas formas de organização e mobilização adaptadas aos tempos da repressão, de “novos” atores coletivos dotados de práticas e discursos sintonizados com os tempos de abertura.

Esses “novos” movimentos sociais que eclodiram no período foram vistos como o renascimento da sociedade civil no país. O surgimento dessa gama de atores coletivos deve ser compreendido considerando-se a estrutura de oportunidades oferecida pelo processo de abertura, além da capacidade de unificar uma pauta nacional, tanto no enfrentamento com o Estado autoritário, em busca do reconhecimento de um estatuto político, como na luta contra o arrocho salarial produzido pela sua política econômica. Outros fatores consideráveis foram o aparecimento de novas lideranças (empreendedores) capazes de articular essas novas linguagens, dotando-as de sentido e contribuindo para a solidificação de uma identidade operária.

A eclosão desses movimentos, no final dos anos 1970, representou uma resposta concreta da sociedade contra o modelo de Estado implantado no pós- 1964. Ainda que se discuta o alcance de suas ações, é necessário atentar para o fato de que, no mínimo, forçaram o Estado autoritário a buscar o artifício da “conciliação”. Tal constatação é importante a fim de evitar o reducionismo colocado pela díade cooptação ou ruptura. Nem o Estado era incapaz de negociar e, portanto, de

gerenciar a crise, nem os “novos” movimentos sociais tinham como único horizonte político a ruptura.

A fim de compreender de que forma o processo de abertura foi tensionado pela presença desses atores, a pesquisa aqui realizada pretendeu dar conta do impacto da ação da luta sindical – do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema – naquele processo, por ter sido esse ator a ponta-de-lança dos “novos” movimentos sociais do período. Para isto, fez uso de uma série de materiais, tais como entrevistas inéditas realizadas com atores que participaram ativamente daquelas lutas, documentos, além de farto material da imprensa sindical e da imprensa geral. A escolha desse objeto deu-se pela sua importância estratégica naquele período. Tratava-se do setor mais dinâmico da indústria brasileira, de seus operários mais especializados e da região mais moderna do país. Foi naquele espaço que formas subterrâneas de resistência foram sendo gestadas, sobretudo no pós – 1974, novas lideranças apareceram para o cenário nacional, uma “nova” identidade operária foi forjada e, principalmente, um novo modelo de sindicalismo foi construído em oposição ao existente no pré-1964.

Esse “novo” sindicalismo, que irrompeu no final da década de 1970, caracterizou-se por trazer para o cenário político uma série de questões até então ignoradas. Devido a isso ele impactou decisivamente numa conjuntura marcada por uma crise econômica, que encerrou um ciclo de desenvolvimento, e numa crise política que abriu caminho para o processo de abertura e transição para um novo regime político. Ao longo dessa pesquisa, buscou-se articular os acontecimentos que dizem respeito ao desenvolvimento desse importante ator coletivo, seus elementos desencadeadores e toda a dinâmica de estratégias, com a existência de uma conjuntura crítica que ainda carregava todos os marcos do autoritarismo, mas que, simultaneamente, acenava com a possibilidade de distensão e abertura.

As lutas encampadas pelo “novo” sindicalismo, que se tornaram visíveis nacionalmente através do ciclo grevista de 1978, 1979 e 1980, produziram práticas, experiências e trouxeram à tona lideranças que articularam essas lutas à dos demais movimentos, produzindo, como demonstrou Melucci, um verdadeiro campo movimentalista, o qual trabalhou com uma lógica paralela àquela pensada pelo regime. O aspecto econômico da luta travada entre sindicalistas e empresários propiciou aos metalúrgicos compreender até que ponto o regime estava disposto a negociar sua política salarial. Também possibilitou perceber os entraves colocados às negociações diretas com os patrões, bem como a inflexibilidade destes em negociar seus lucros, em virtude da proibição governamental de repassar os preços para os produtos finais. Porém, o mais importante é que os metalúrgicos perceberam o espaço destinado aos trabalhadores no processo de abertura proposta pelo regime. Foi, portanto, através da luta econômica que foram crescentemente percebendo que suas

reivindicações não seriam atingidas, enquanto não conseguissem eliminar a política de arrocho salarial, pedra angular do regime. A luta política travada contra o governo foi uma decorrência dessa necessidade. O aprofundamento do conflito deu-se a partir de 1979, atingindo seu clímax em 1980, tendo como ênfase um forte discurso anti-estatal. Ali não se encontrava, todavia, apenas um movimento oposicionista; encontrava-se em gestação um “projeto” para o país, como evidenciou a fundação do Partido dos Trabalhadores e de uma Central Única dos Trabalhadores²⁹⁶. Tal projeto não tardou a ser o alvo direto tanto dos empresários, quanto do regime. A possibilidade, sempre iminente, de repressão policial a ser sofrida tanto no interior das fábricas quanto nas ruas levou o Sindicato a articular estratégias que lhe possibilitassem ganhos materiais, evitando o conflito direto com o regime, ao menos até que os objetivos do movimento entrassem em contradição inconciliável com os interesses do regime.

O “novo” sindicalismo do ABC, enquanto ponta de lança dos “novos” movimentos sociais, serviu para constranger o regime de sua expressão mais autoritária, além de pavimentar o caminho para a construção de um projeto político que incluísse os trabalhadores nas discussões sobre a nova ordem política. Dito isto, o impacto desse ator na abertura não foi tanto de negá-la, mas sim de re-significá-la e dar-lhe atributos mais substantivos. Ao questionar o espaço que lhes foi destinado e envolverem-se num conflito que lhes assegurou a construção de uma identidade operária²⁹⁷ e de uma agenda que se ampliou a cada mobilização, a cada campanha salarial, a cada greve, os metalúrgicos tornaram-se questionadores das formas de interlocução, estabelecendo novos mecanismos de luta e, por extensão, dando uma dimensão nacional a um conflito que o regime tentou isolar²⁹⁸ dos demais conflitos existentes no país.

Na análise aqui desenvolvida, procurou-se fazer a investigação das ações concretas da prática sindical conduzida pelo sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, de seus antagonistas, de suas formas de luta e a construção e, a partir dessas lutas, de sua proposta de uma agenda nacional. Esse procedimento permitiu reconstituir o espaço onde sua ação teve origem e compreender seus desdobramentos. Ao avançar para além dos limites estabelecidos pela abertura proposta pelo regime, a luta sindical re-significou a própria luta política, ao confrontar o regime autoritário propôs um novo modelo de Estado, ao questionar o universo das relações trabalhistas, rejeitou o papel legado aos trabalhadores brasileiros na sociedade, ao discutir o campo político–

²⁹⁶ Poder-se-ia falar até mesmo em projetos políticos para o país.

²⁹⁷ Como se demonstrou ao longo da pesquisa, há uma distinção entre essa identidade operária forjada pela intensa mobilização do pós- 1977 e a noção clássica de consciência de classe.

²⁹⁸ Por mais que o regime tenha tentado isolar a luta do ABC do restante do país, a imprensa, menos sujeita à censura tratou de dar-lhe uma dimensão nacional. Passado algum tempo, as reivindicações do ABC faziam eco nas mobilizações e greves pelo país afora. Como exemplo, poderia ser citado o intenso ciclo grevista iniciado a partir do ABC, como a greve dos professores de São Paulo, a greve dos bancários de Porto Alegre, etc. É interessante observar que os estratos médios, servidores públicos se apropriaram das bandeiras do “novo” sindicalismo.

partidário, percebeu-se o imenso descompasso entre a luta política dos trabalhadores e o papel desempenhado pelos partidos, especialmente pelo MDB.

A contribuição mais veemente do presente trabalho se assenta justamente no interregno produzido pelas interpretações que davam todo o crédito da mudança de regime e do próprio perfil assumido pela abertura e, mais tarde, pela Nova República à “genialidade” dos negociadores da elite política civil. Essa elite, preta de qualidades notáveis, teria garantido não só o traslado para a nova ordem política como também um novo modelo democrático, expresso numa Carta Constituinte considerada um modelo de cidadania e num sistema político estável, como ficou caracterizado por efeito do impeachment do Presidente Collor, no início dos anos 1990. Não se deseja subestimar as capacidades conhecidas e desconhecidas das elites civis que conduziram as negociações da abertura “pelo alto”, juntamente com as lideranças que representavam os desejos e anseios da cúpula militar encastelada no poder, o que se postula é dimensioná-las não como única modalidade explicativa existente, mas como parte de um processo que incluiu a ação de outros atores que impactaram decisivamente no período. Esses “novos” atores coletivos, no seu fazer-se, construíram novos modelos, elaboraram agendas específicas, alteraram a maneira como entendiam a política, estabeleceram novos e inusitados laços com o Estado, o qual, se não reabriu os canais de interlocução fechados no pós-1964, foi obrigado a produzir novos. Esse novo rearranjo de forças ditou a forma como o processo se desenvolveu, de fato não foi uma luta aberta e verbal, pois travou-se muito mais nas entrelinhas dos embates, dos discursos. Democracia sindical não fazia coro automático com democracia, eleição para cargos sindicais não tinha relação direta e automática com eleições diretas para cargos executivos, a própria política aparecia mascarada pelos seus adjetivos mais próximos. Dessa forma, circunscrever a luta sindical travada no final dos anos 1970 a suas expressões econômicas ou aos seus picos de emergência, como foi o caso da Grande Greve Geral Metalúrgica de 1980, não permite ver para além das aparências e nem tão pouco revela as permanências presentes no ciclo mobilizatório. Permanências que se enraizaram nas estruturas políticas brasileiras, tencionando ou conciliando com elas. A abertura é justamente o espaço dessa intersecção. Se vista do ângulo pensado pelo regime, realmente era um espaço pequeno incapaz de fazer adentrar “muitos”; se vista do outro lado, do ângulo dos “novos” atores que passaram a ressignificá-la e reproduzi-la sob os valores edificados ao longo de todo o processo de luta, que foi a década de 1970, não era tão pequena – ao contrário manifestava-se como aqueles ambientes cuja entrada é pequena, mas o interior é sensivelmente maior em relação ao que se visualiza de fora. Essa inflexão produzida na literatura tradicional sobre o tema, através do tipo de interpretação produzida aqui, obriga a que os novos estudos enveredem pela concepção de que o novo regime político saído da ditadura não é um filho “puro” do casamento entre a elite civil negociadora e a elite militar

encarregada da retirada do poder; ele é o produto de uma intrincada relação entre essas elites e uma conjuntura crítica que viu surgir um “novo” e diferenciado ator coletivo ávido em criar novos espaços de interlocução e fazer valer um conjunto de demandas produzidas “desde baixo”.

O aspecto mais visível do desenvolvimento desse ator coletivo no seu fazer-se diz respeito à transição de um campo sindical para um campo político–partidário. O percurso feito pela luta sindical desde o momento que deflagrou uma luta, tida e havida como econômica, até o enfrentamento tanto com os patrões, quanto com o Estado serviram para construir uma identidade política para os metalúrgicos. Esse crescimento de uma pauta política representou o amadurecimento político das novas lideranças sindicais, que, a despeito da negação inicial a uma participação mais efetiva no campo político–partidário, passaram a ver essa participação como uma necessidade. São os resultados práticos dessa transição de um campo para o outro que permitiriam compreender o impacto da emergência desse(s) novo(s) ator(es) no sistema político brasileiro. Permitiria, não obstante, ver o grau de tensão entre a sua ação política e a “conciliação” e também compreender o grau de cooptação com que o sistema operaria, bem como os mecanismos adotados para isso. Evidentemente, que esse não foi o tema dessa pesquisa, tendo seu resultado final apontado para a necessidade de investigar, em trabalhos futuros, essa transição de um campo para o outro, como forma de compreender tanto o surgimento quanto a ação objetiva de uma série de novas lideranças políticas que vieram à tona no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quanto entender o terreno onde duas de suas experiências mais importantes foram gestadas: o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A conversão das lideranças sindicais ao campo político–partidário foi fundamental para o próprio “sucesso” da abertura. Isso é explicável se não se atentar unicamente para a visão dos sindicalistas sobre a fundação do PT e da CUT. Para eles, a criação de um Partido dos Trabalhadores, naquele momento, representou a constituição na esfera política de um ator dotado de um discurso adequado à realidade dos “novos” movimentos sociais nascidos no período, e não comprometido com a abertura “pelo alto”. A construção de uma Central Única dos Trabalhadores representou, num outro plano, a organização de um instrumento de luta intersindical que permitiu articular essas lutas numa dimensão nacional.

Resta saber se (e de que forma) o resultado das lutas sindicais conseguiu permanecer imune à política tradicional, rompendo com a “conciliação”. Teria tido o sistema capacidade de conciliar-se com os “novos” atores surgidos naquela conjuntura? O grande teste ficou por conta do PT e da CUT. Tanto um quanto outro são expoentes do horizonte político da luta do “novo” sindicalismo e carregam consigo tanto o apelo à “conciliação”, quanto à tensão. Foram a materialização da proposta de abertura surgida a partir das experiências concretas do “novo” sindicalismo e, desta forma,

representam a parte visível do impacto de sua ação. Para entender seu significado na consolidação da democracia no país, é indispensável compreender o grau de tensão que geraram, a perspectiva de ruptura com a ordem, bem como uma possível submissão à política de “conciliação”. Não foi a democracia que dependeu disso, como muitos propunham à época, mas sim o modelo de democracia adotado.

FONTES DA PESQUISA

Entrevistas

Alberto Eulálio (Betão)- Trabalhou em 1966 na Volkswagen e em 1974 entrou na Ford. Foi um personagem ativo nas greves do final dos anos 1970.

Edílson Ferreira da Silva (Zé do Mato)- Nasceu em 1948. Controlador de qualidade na Mercedes-Benz. Membro da Cipa e da Comissão de Fábrica, por três mandatos. No Sindicato foi Efetivo no Conselho da Federação (1987/1990) e no Conselho Fiscal (1990/1993 e 1993/1996).

Elizeu Marques- Membro da diretoria formada por Luis Inácio da Silva em 1980 e ativista durante o ciclo grevista. Atualmente trabalha na TVT (TV dos Trabalhadores)

Expedito Soares Batista- Nasceu em 1952, no município de Diamantina – MG. Auditor (inspetor de qualidade) na Arteb. No Sindicato foi 2º tesoureiro (1978/1981). Deputado estadual (1982/1990). É advogado no Sindicato.

Geovaldo Gomes- Funcionário da Volkswagen. Participou de toda a mobilização do final dos anos 1970. Atuou em Comissão de fábrica, tendo sido, inclusive, afastado do setor.

Gervison Marcos Melão Monteiro- Nasceu em 1958, no município de Terezina-PI. Foi inspetor de qualidade na Schüller e Toyota. No Sindicato foi diretor de base (1990/1993). Vereador pelo PT em São Bernardo do Campo (1996/2000). Trabalha na Volkswagen e fez parte da chapa 2 para o CSE em 2002.

Januário Fernandes da Silva- Presente ativamente durante o ciclo grevista, ele hoje é repórter fotográfico e assessor de Jair Meneguelli.

José Arcanjo de Araújo (Zé Preto)- Nasceu 1944. Soldador na Ford e membro da Comissão de Fábrica. No Sindicato foi suplente do Conselho da Federação (1987/1990).

Josimar Bezerra- Foi ativista à época das greves e atualmente trabalha na TVT

José Ferreira de Souza- Nasceu em Minas Gerais. Participou ativamente do ciclo grevista do final dos anos 1980. Foi um dos fundadores do PT em São Bernardo do Campo, tendo sido o primeiro vereador eleito pelo PT na cidade. É vereador no quinto mandato

Oswaldo Cavegnato- Esteve presente na diretoria sob a presidência de Luis Inácio da Silva em 1975 e, após, em 1977. Atualmente trabalha na seção do DIEESE no Sindicato.

Documentos

Materiais utilizados para mobilização dos metalúrgicos tanto para as Campanhas Salariais quanto para as greves.

Estatuto do Fundo de Greve.

Relatório do Fundo de Greve.

Material de Imprensa Sindical

Jornal Tribuna Metalúrgica

Suplemento da Tribuna Metalúrgica

Jornal ABCD

Material de Imprensa Geral

Folha de São Paulo

O Estado de São Paulo

Semanário Veja

Semanário Isto É

Obs: O período investigado do material (documentos, material de imprensa sindical e imprensa geral) remete aos anos de 1977, 1978, 1979 e 1980.

Referências

- ABRAMO, L. “**O resgate da dignidade: as greves de 1978 em São Bernardo**”. Tese de mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas. 1986a.
- ABRAMO, L. “**Empresarios Y trabajadores: Nuevas ideas y viejos fantasmas**”. Revista Mexicana de Sociologia. México: IIS-UNAM, N°. 4. 1986b . p. 181 - 215.
- ABRAMO, L. O movimento sindical metalúrgico em São Paulo. In: NEDER, Ricardo et alii. **Automação e movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- ABRAMO, L. Movimiento sindical, transición y consolidación democrática em Brasil. In: ABRAMO, L. (Org.). **Sindicatos y transición democrática**. Chile: Planeta/ Iscos/ Clacso, 1991. p. 85 - 132.
- ABRAMO, L. “Greve metalúrgica em são Bernardo: sobre a dignidade do trabalho”. In: Kowarick, Lúcio (Org.). **São Paulo Passado e Presente: As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra/Unrisd. 1994. p. 181 – 215.
- ABRAMOWICZ, Betty S. **O que todo cidadão precisa saber sobre greves**. São Paulo: Global, 1985.
- ABRANCHES, Sérgio Henrique. Crise e transição: uma interpretação do momento político nacional. In: DADOS- **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 25, N° 3, 1982. p. 307 - 329.
- ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Estado e democracia**. N° 3, 1985.
- ALEXANDER, Jeffrey C. O Novo Movimento Teórico. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** N° 4. 2jun. 1987, p. 5 – 28.
- ALEXANDER, Jeffrey C. Aspectos não civis da sociedade: espaço, tempo e função In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, N° 33, ano 12, fev 1997, p. 169 - 179.
- ALEXANDER, Jeffrey C. **Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, N° 37, jun. 1998, p. 5 - 31.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. In: DADOS- **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 24, N° 2, 1981. p. 161 - 167.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Sindicalismo brasileiro e pacto social**. São Paulo: Novos Estudos Cebrap N°. 13.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “Difícil caminho: Sindicatos e política na construção da democracia”. In: REIS, F.W; O’DONNELL, Guillermo (Orgs.). **A democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; SORJ, Bernardo (Orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: brasiliense, 1983a. p. 191 a 214.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **“Novas demandas, novos direitos: experiências do sindicalismo paulista na última década”**. Dados, vol.26, Nº 3, 1983b.

ALMINO, João. **Era uma vez uma constituinte: lições de 1946 e questões de hoje**. São Paulo: brasiliense, 1985.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 253 - 263.

ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Pretorianismo e democracia: notas sobre a transição política no Brasil**, 1989.

ANDRADE, Régis de Castro. Política Social e Normalização Institucional no Brasil. In: MAIRA, Luis [et alli]. **América Latina: Novas estratégias de dominação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980. p. 87 – 114.

ANTUNES, R.; NOGUEIRA, A. **O que são as Comissões de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

ANTUNES, Ricardo. **Crise e Poder**. São Paulo: Cortez / Editores Associados, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80)**. São Paulo/ Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas / SP: Pontes, 1995.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **As lembranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30**, 1996.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo: Scritta, 1997.

ARAÚJO, Maria Isabel. Crisis, democracia y sindicalismo en Bolívia 1978-1989. In: ABRAMO, Laís W. (Org. et alii). **Sindicatos y transición democrática**. Chile: Planeta/ Iscos/ Clacso, 1991. p. 61 - 84.

ARTURI, Carlos Schmidt. [Compte rendu de A constituição desejada]. In: **Cahiers des Ameriques latines**. Serie Sciences de L’homme. Paris. N.14(1992). p.153 - 156.

ARTURI, Carlos Schmidt. As incertezas da consolidação da democracia no Brasil. In: **Golpe de 64**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994. p.51-58.

ARTURI, Carlos Schimidt. As eleições no processo de transição à democracia no Brasil. In: **Brasil: Transição, eleições, opinião pública**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. p. 9 - 33

ARTURI, Carlos Schimidt. Transição política e consolidação da democracia: notas a partir da experiência brasileira. In: **política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: HUCITEC-ANPOCS, 1996. p.142 - 167.

ARTURI, Carlos Schimidt. **Le Brésil: une tentative de démocratisation octroyée (1974-1985)**. Institut d études politiques.France: Presses universitaires du septentrion, 1999.

ARTURI, Carlos Schimidt. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. In: **Revista de Sociologia Política**. Curitiba: n.17(nov 2001). p. 11 - 31.

AZEVEDO, Sérgio de e PRATES, Antônio Augusto Pereira. **Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva**. 1991.

BAERT, Patrick. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Edusc/Anpocs, Vol. 12, No 35, out 1997, p. 63 - 74.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BARRAZA, Ximena. Por uma subjetivação da sociedade. In: MOISÉS, José Álvaro (Org et alii). **Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80**. Petrópolis/ RJ / São Paulo: Vozes/ Cedec. 1982. p. 121 - 126.

BARREIRA, Irllys Alencar Firno. Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da Igreja e dos Partidos Políticos nos Movimentos Sociais Urbanos In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM/ Cedec, 1986. p. 131 - 150.

BARREIRA, Irllys Alencar Firno. **Frutos do tempo: movimentos sociais ontem e hoje**. 1995

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na primeira república. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice/ Anpocs. 1990. p. 117 - 127.

BAVA, Silvio Caccia. A luta nos bairros e a luta sindical. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **São Paulo Passado e Presente: As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra/Unrisd. 1994. p. 251 a 277.

BELL, Daniel. La lacra del racket entre los portuários: um analisis funcional del delito. In: LIPSET, Seymar Martin; GALENSON, Walter. **Teoria y estructura del sindicalismo**. Argentina / Buenos Aires: Ediciones Marymar, 1969. p. 437 a 475.

BLASS, Leila Maria da Silva. Novo Sindicalismo: persistência e descontinuidade. In: RODRIGUES, Iram Jácome. **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. São Paulo: Vozes/educ, 1999. p.33 - 49.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1994.

BOITO JR, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO Jr, Armando (Org et alii). **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 43 - 92.

BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOSCHI, Renato Raul. **Notas sobre a participação popular e reforço do legislativo**. Nº 3, 1985.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação- política de base e democracia no Brasil**. São Paulo Rio de Janeiro: Vértice/ Iuperj, 1987.

BOSCHI, Renato & Diniz, Eli. “a consolidação democrática no Brasil: atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses”. In: DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato & LESSA, Renato. **Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República**, São Paulo: Ed. Vértice, 1989.

BOSCHI, Renato Raul. “Entre a cruz e a caldeira: classes médias e política na terra da transição”, In: LARANJEIRA, Sônia (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro/ Lisboa: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BRAUD, P. Du pouvoir em general au pouvoir politique. In: GRAWITZ, M. & LECA, J. (dir.). **Tratê de Science Politique**; v.1; La science politique, science sociale; L'ordre politique. Paris, PUF, 1985.

BRAUD, P. **Sociologie Politique**. 3e. Ed. Paris, L.G.D.J., 1996.

BRITO, Carlos Aguiar. **A tomada da Ford: o nascimento de um sindicato livre**. Petrópolis / RJ: Vozes, 1983.

BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CALDERÓN, Fernando e JELIN, Elizabeth. Classes Sociais e Movimentos sociais na América Latina: Perspectivas e realidades In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Nº 5, vol 2, out 1987, p. 68 - 85.

CAMARGO, Cândido. (Org.). **São Paulo, 1975: Crescimento e pobreza**. São Paulo: Loyola. 1976.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. A democracia populista (1945/ 1964): Bases e limites. In: ROUQUIÉ, Alain, LAMOUNIER, bolívar e SCHVARZER, Jorge (Org) **Como renascem as democracias**. SP:Brasiliense, 1985 p. 73 - 103

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo “A Nova República: Sob a espada de Damocles”. In: STEPAN, A. (Org.), **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988

CAMPERO, Gullermo. Atores e Movimentos Sociais no Chile In: LARANJEIRA, Sônia (Org.). **Classes e Movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 245 - 269.

- CANÊDO, Letícia Bicalho. **A classe operária vai ao sindicato**. São Paulo: Contexto, 1988.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Um referente fora de foco: sobre a representatividade do sindicalismo no Brasil In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 40, Nº 2, 1997, p. 169 - 198.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. A filiação sindical no Brasil In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 44, Nº 1, 2001, p. 15 - 52.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O Modelo Político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difusão Européia do livro. 1973.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e Desenvolvimento em sociedades dependentes: Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 2ª ed.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.26, Nº 1, 1983, p. 9 - 27.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A Construção da Democracia**. Estudos sobre política. São Paulo: Siciliano, 1993.
- CARDOSO, Ruth C. L. “Movimentos sociais urbanos: balanço crítico”, In: BORJ, Bernardo (Org et alii.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 215 - 239.
- CARDOSO, Ruth C. L. Novas formas de participação popular no Brasil contemporâneo. **São Paulo em perspectiva**, v. 1, Nº 3, p. 46-50, Set/dez., 1985 a
- CARDOSO, Ruth C. L. Sociedade civil e meios de comunicação no Brasil. In: MELO, J. M. (Org.). **Comunicação e Transição democrática**. Porto Alegre: mercado aberto, 1985b. p. 118 - 28.
- CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, Nº 3, p. 27-37, fev,1987.
- CARDOSO, Ruth C. L. Isso é política? Dilemas da participação entre o moderno e pós-moderno. **Novos Estudos Cebrap**, Nº 20, p. 74-80, mar., 1988 a.
- CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos populares no contexto da consolidação da democracia. In: REIS, F. W. e O'DONNELL, G (Org.). **Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice/ Ed. dos Tribunais, 1988b. p.368-82.
- CARDOSO, Ruth C. L. Sociedade em movimento: novos atores dialogam com o Estado. **Revista Crítica de Ciências sociais**, Nº 32, p. 129-34, jun.,1991.
- CARDOSO, Ruth C. L. Mudança sócio-cultural e participação política nos anos 80: In: SOLA, Lourdes e PAULANI, Leda Maria (Org.). **Licções da década de 80**. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 193-200.
- CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1943 a 1964**. São Paulo: DIFEL, 1982.

- CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: DIFEL, 1984a.
- CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: DIFEL, 1984b.
- CARONE, Edgard. **O Estado Novo**. São Paulo: Difel, 1976.
- CAROUX, Jacques. Dês nouveaux mouvements sociaux à la dérobade du social? In: **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Paris: vol. LXXII, Janvier-Juin, 1982. p.145-157
- CARVALHO, José Murilo de. **Militares e Civis: Um debate além da Constituinte**. Cadernos de Conjuntura. N. 10, agosto de 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil**. México: Fondo de cultura económica, 1995.
- CASAJUANA, Jacint Jordana. Sindicalismo. In: Giner, Salvador (Ed.). **Dicionário de Sociologia**. Madrid: Alianza, 1998.
- CASTORIADIS, Cornélius. Introdução: a questão da história do movimento operário. In: **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 77 -78
- CASTRO, Nádyá Araújo e GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Trabalhadores afluentes, indústrias recentes: Revisitando a tese da aristocracia operária In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.35, Nº 2, 1992, p. 173 - 191.
- CATTANI, Antônio David.(Org.) Sindicalismo e Política In: **Sindicalismo: ação-reflexão**. Caxias do Sul: EDUCS, 1990. pág. 145 - 157.
- CATTANI, Antônio David. **A ação coletiva dos trabalhadores**. Porto Alegre:SMCultura-Palmarinca, 1991.
- CAVA, Ralph Della. A Igreja e a Abertura, 1974-1985 In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM/ Cedec, 1986. p. 13 - 46.
- COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Nº 25, ano 9, jun 1994, p. 66 - 81.
- COSTA, Sérgio. **Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: BIB, Nº 43, 1º semestre de 1997. p. 3 - 25.
- COTANDA, Fernando. **Sindicalismo e Inovação tecno-organizacional: a experiência da Central Única dos Trabalhadores**. 2001. tese de doutorado, Ufrgs.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Do ângulo do marxismo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Nº 4 2, jun. 1987, p. 39 - 42.
- COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL. **A classe operária e o movimento sindical do Brasil – roteiro para curso de formação sindical**. Rio de Janeiro: 1989.

CRAIG JENKINS, J. **La Teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales.**

CRUZ, Sebastião C. Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura” In SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Sociedade e Política no Brasil pós-64.** SP: brasiliense, 1984. p.13 - 61.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. “Empresários, economistas e perspectivas de democratização no Brasil”. In: REIS, Fábio W. & O’DONNELL, Guillermo (Orgs.). **A democracia no Brasil- dilemas e perspectivas.** São Paulo: Ed. Vértice, 1988.

DAHL, Robert A. **La Democracia: una guía para los ciudadanos.** Madrid: Taurus, 1999.

D’ARAUJO, Maria Celina. Os militares e a transição: perdas e danos no exercício do poder. In: DINIZ, Eli (Org.). **O Brasil no rastro da crise: Partidos, Sindicatos, Movimentos Sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90.** São Paulo: Anpocs/ Hucitec / Ipea. 1994b. p. 156 - 178.

D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 5ª . ed.

DEBRUM, Michel. **A conciliação e outras estratégias.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

DECCA, Edgar S. de. **O nascimento das fábricas.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964.** Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. “Elite industrial e Estado: uma análise da ideologia empresarial nos anos 70”. In: MARTINS, Carlos Estevam. **Estado e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Hucitec-Cebrap, 1977.

DINIZ, Eli. **A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia.** Cadernos de conjuntura. IUPERJ, N.4, março de 1986.

DINIZ, Eli. **O empresariado e o momento político: entre a nostalgia do passado e o temor do futuro,** 1986.

DINIZ, Eli. Modernização e Consolidação democrática no Brasil. In: DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. **Dilemas da Nova República.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.

DINIZ, Eli (et ali) **O Brasil no rastro da crise: Partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90.** São Paulo: Anpocs/ Editora Hucitec, 1994a.

DOBRY, Michel. **Sociologie des crises politiques.** Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.** Rio de Janeiro: ANPOCS, Relume-dumará, 1995.

DOIMO, Ana Maria. Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM/ Cedec, 1986. p. 101 - 130.

DOIMO, A . M; DOXSEY, J. R. e BELING NETO, R. A. “Os novos movimentos sociais. Teoria e Prática”, In: **Ciências sociais hoje** (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia), Cortez Editora, São Paulo, 1986.

DOWS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo, EDUSP, 1999.

DREYFUSS, René Armand. **A Conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DREYFUSS, René Armand; DULCI, Otávio Soares. As forças armadas e a política In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & SORJ, Bernardo (Orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: brasiliense, 1983.

DURAND, V. M. **Crisis y movimiento obrero en Brasil (Las huelgas metalúrgicas de 1978-1980)**. México, D.F.:Universidade Nacional Autónoma de México. 1987.

ELSTER, John. Ulises y las sirenas. **Estudios sobre racionalidad y irracionalidad**. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.

EVERS, Tilman. Os movimentos sociais urbanos: o caso do “movimento do custo de vida”. In: MOISÉS, José Álvaro (Org et alii). **Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80**. Petrópolis/ RJ / São Paulo: Vozes/ Cedec. 1982. p. 73 - 98.

FALABELLA, Gonzalo y CAMPERO, Guillermo. Los Sindicatos em la transición a la democracia en Chile. In: ABRAMO, Laís W. (Org. et alii). **Sindicatos y transición democrática**. Chile: Planeta/ Iscos/ Clacso, 1991. p. 133 - 164.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1997. Vol 1 e 2.

FARIA, H. “**A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário**”. Tese de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1986.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, Urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos In: BORJ, Bernard (Org et alii) **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1983.

FAUSTO, Boris (Direção). História Geral da Civilização brasileira. III- **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na Ciência Política: Conceitos de racionalidade em teoria política in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 16, Nº 45, fev 2001, p. 5 - 24.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “**Intervenções sindicais e novo sindicalismo**”. Revista Dados (Rio de Janeiro), Nº 17. 1978.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Marcus M.; CHEIBUB, José Antônio Borges. **A abertura política de 1973 a 1981: inventário de um debate**, BIB 14, 1982.

FIORI, José Luis. A análise política do tempo conjuntural In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 34, Nº 3, 1991, p. 379 - 414.

FRANCISCO, Santos, Wanderley Guilherme dos, Chacon, Vamireh, Comparato, Fábio. **Brasil, sociedade democrática**, José Olympio editora.

FREDERICO, Celso. **Consciência operária no Brasil**. São Paulo: Ática. 1978.

FREDERICO, Celso. **A vanguarda operária**. São Paulo: Símbolo. 1979.

FREDERICO, Celso. **A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984: A Reconstrução**. Belo Horizonte: Oficina de Livros/ Nossa Terra. 1991.

FROMM, Erich. Conciencia y sociedad industrial. In: FROMM, Erich (Org. et alii). **La sociedad industrial contemporânea**. México: Siglo veintiuno editores Sa, 1972.

FUCHTNER, H. **Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura escurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GIANOTTI, José Arthur (Org.) **Karl Marx: Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GIANOTTI, Vito. **O que é cultura sindical**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social**

GÓES, Walder de. **Os militares e a transição política**. 1986.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice/ Iuperj, 1988.

GOMES, Ângela de Castro; D'Araújo, Maria Celina. A extinção do Imposto Sindical: Demandas e contradições In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 36, Nº 2, 1993, p. 317 - 352.

GONÇALVES, Francisco Luiz Salles. Dependência financeira, assistencialismo e burocratização nos sindicatos brasileiros. In: ANDRADE, Régis de Castro (Org. et alii). **Sindicatos em uma época de crise**. São Paulo / RJ: Cedec/ Vozes, 1984a. p. 26 - 34.

GONÇALVES, Francisco Luiz Salles. Reflexões sobre uma experiência de pesquisa no movimento sindical. In: ANDRADE, Régis de Castro (Org. et alii). **Sindicatos em uma época de crise**. São Paulo / RJ: Cedec/ Vozes, 1984b. p. 124 - 130.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. **A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GORZ, André. Sindicalismo e Política In: FROHN, Erich et alii. **La Sociedad Industrial Contemporânea**. México: Siglo vinteuno editores, 1972.

GRAEL, Dickson M. **Aventura, corrupção e terrorismo: À sombra da impunidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GRÜN, Roberto. Sindicalismo & anti-sindicalismo e a gênese das novas classes médias brasileiras in: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 35, Nº 3, 1992, p. 435 - 471.

GUATTARI, Felix. **Felix Guattari entrevista Lula**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; CASTRO, Nadya Araújo. **Espaços regionais de construção de identidade: a classe trabalhadora no Brasil pós-77**. Águas de São Pedro/ Anpocs, 1987.

HARDMAN, Francisco Foot. O movimento operário e a Revolução de 1930. In: MARANHÃO, Ricardo; MENDES Jr, Antônio. (Orgs.). **Brasil História: texto e consulta**. São Paulo: Brasiliense, v. 4, 1982.

HERNANDEZ, Leila M. G. **Aliança Nacional Libertadora: Ideologia e Ação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

HIRATA, Helena e HUNFREY, John. Trabalhadores desempregados: trajetórias operárias e operários industriais no Brasil in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Nº 11, vol. 4, out 1989, p. 71 - 84.

HIRSCHIMAN, Alberto O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBBSAWM, Eric J. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUMPHREY, J. **“Operários da indústria automobilística no Brasil: Novas tendências no movimento trabalhista”**. São Paulo: Estudos CEBRAP, Nº 23. 1979.

HUMPHREY, J. **“A fábrica moderna no Brasil”**. Revista de Cultura e Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra-Cedec. 1981.

HUMPHREY, J. **Fazendo o milagre: Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística**. Rio de Janeiro: Vozes/Cebrap. 1982.

HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda: democratização no final do século XX**. São Paulo, Ática, 1994.

IANNI, Octávio. **O ABC da classe operária**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IRELAND, Rowan. Comunidades eclesiais de base, grupos espíritas e a democratização no Brasil In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM/ Cedec, 1986. p. 151 - 184.

JACOBI, Pedro Roberto. **Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80**, BIB 23, 1987.

JACOBI, Pedro Roberto. **Movimentos sociais e Estado: efeitos político-institucionais da ação coletiva**. 1988.

JACOBI, Pedro Roberto. Movimentos reivindicatórios urbanos, Estado e Cultura Política: Reflexão em torno da ação coletiva e dos seus efeitos político-institucionais no Brasil In: LARANJEIRA, Sônia (Org.). **Classes e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 220 - 244.

JAKOBSON, Roman [et alii]. **Língua, Discurso, Sociedade**. São Paulo: Global Ed., 1983.

JELIN, Elizabeth e TORRE, Juan Carlos. Os novos trabalhadores na América Latina: uma reflexão sobre a tese da aristocracia operária In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 25, Nº 2, 1982, p. 189 - 208.

JENKINS, J. Craig. **La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales**. Zona Abierta, 1994. p. 5 - 49.

JR, Armando Boito. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise da estrutura sindical**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.

JUNIOR, Altino Dantas (Ed.). **Lula Sem censura: “... e aí a peãozada partiu pro pau”**. RJ/Petrópolis: Vozes, 1982.

JÚNIOR, Olavo Brasil de Lima. O mercado Político e o sistema partidário no Brasil: 1945 a 1990. In: DINIZ, Eli (Org.). **O Brasil no rastro da crise: Partidos, Sindicatos, Movimentos Sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90**. São Paulo: Anpocs/ Hucitec / Ipea. 1994. p. 16 - 38.

KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, A, (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 381 - 440.

KELLER, W. “**Os processos de negociação coletiva e a difusão das comissões de fábrica no setor metalmeccânico paulista**”. Informe de investigación. São Paulo: Cebrap. 1986.

KINZO, Maria d’Alva. “Novos partidos e o início do debate”. In: Lamounier, Bolivar et alli., (Org.). **Voto de desconfiança, eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979**. Rio de Janeiro: Vozes/Cebrap. 1980.

KINZO, Maria D’Alva. **Oposição e Autoritarismo gênese e trajetória do MDB: 1966-1979**. São Paulo: Vértice/ Ed. dos Tribunais, 1988.

KINZO, Maria D’Alva. O quadro partidário e a Constituinte In: **Revista brasileira de Ciência Política**. Vol 1, Nº1, março de 1989.

KLEIN, Lúcia e Figueiredo, Marcus. **Legitimidade e Coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978.

KOWARICK, Lúcio.(Org.). **São Paulo Passado e Presente: As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Unrisd, 1994b.

KOVAL, Boris. **História do Proletariado Brasileiro: 1857 a 1967**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1982.

KRISCHKE, Paulo J. (Org.). **Brasil: do “milagre” a “abertura”**. São Paulo: Cortez, 1983.

KRISCHKE, Paulo J. As CEBs na “Abertura”: Mediações entre a reforma da Igreja e as transformações da sociedade In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM/ Cedec, 1986. p. 185 - 205.

KRISCHKE, Paulo J. Movimentos sociais e democratização no Brasil: necessidades radicais e ação comunicativa. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice/ Anpocs, 1990. p. 128 - 155.

KRISCHKE, Paulo J. Actores sociales y consolidación democrática en América Latina: estratégias, identidades y cultura cívica. Porto Alegre: **Humanas**. V. 16, Nº 1, jan/ jun., 1993. p. 69 - 103.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista Capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAFER, Celso. **O Sistema Político brasileiro: Estrutura e Processo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

LAGROYE, J. La legitimation. In: GRAWITZ, M. & LECA, J. (dir). **Traté de Science Politique**; v.1; La science politique, science sociale; L’ordre politique. Paris, PUF. 1985.

LAGROYE, J. **Sociologie Politique**. 3e. ed. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Dalloz, 1997.

LAMOUNIER, Bolívar. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira In: ROUQUIÉ, Alain, LAMOUNIER, bolívar e SCHVARZER, Jorge (Org) **Como renascem as democracias**. SP:Brasiliense, 1985 p. 104 - 139.

LAMOUNIER, Bolivar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura In: STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 83 - 134.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro, Rio Fundo/Iuperj, 1991.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1997.

LEITE, M. “**Sindicatos e trabalhadores na crise do populismo**”. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade de Campinas, Campinas, SP. 1983.

LEITE, M. Reivindicações sociais dos metalúrgicos. In: FISCHER, R. M.; FLEURY, M.T.L. **Processo e relações de trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1985.

LEITE, M. **O movimento grevista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, Coleção “Tudo é História”, Nº. 120. 1987.

LEITE, M. **O que é greve**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LIMA JR, Olavo Brasil (Org). **O balanço do poder**. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1990.

LIMA JR, Olavo Brasil. Partidos, eleições e poder legislativo. In: MICELI, Sérgio (org). **o que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. Ciência política(volume III). São Paulo, Sumaré/ Anpocs, 1999.

LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1977.

LIPSET, Seymour Martin. El Proceso Político en los sindicatos: una exposicion teorica. In: LIPSET, Seymar Martin; GALENSON, Walter. **Teoria y estructura del sindicalismo**. Argentina / Buenos Aires: Ediciones Marymar, 1969. p. 385 - 434.

LOBO, Elisabeth S. **Trabalho, Dominação e Resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOPES, Carmen L. Algumas questões da agenda sindical nas últimas décadas. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo: 12, Nº 1, 1998. p. 35 - 43.

LOWY, Michael [et alli]. **Introdução a uma história do Movimento Operário Brasileiro no Século XX**. Belo Horizonte: Vega, 1980.

LUCAS, Leila Saldanha. States and social revolutions de: Theda Skocpol In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 25, Nº 1, 1982. p. 131 - 139.

LUXEMBURG, Rosa. **Huelga de Masas, Partido y Sindicatos**. México: Ed. Pasado y Presente, 1978.

LYRA, Rubens Pinto. **Uma plataforma constitucional unitária para o movimento sindical**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1987.

M,ACEDO, Luiz Alberto Castro de. **O Novo Sindicalismo**. Porto Alegre: FEPLAM, 1986.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN. Level of development and democracy: Latin American Exceptionalism, 1945-1996. In: **Comparative Política Studies**, vol. 36, November 2003. p. 1031 - 1067.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e o Movimento popular: Nova Iguaçu- 1974-85. In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM/ Cedec, 1986. p. 73 - 100.

MAIRA, Luís. Origens e conteúdos do cristianismo popular. In: MOISÉS, José Álvaro (Org et alii). **Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80**. Petrópolis/ RJ / São Paulo: Vozes/ Cedec. 1982. p. 127 - 139.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Polis/ Vozes, 1987.

MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e Democratização: (Brasil 1945-50)**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARANHÃO, Ricardo. **Os Trabalhadores e os Partidos**. São Paulo: Ed. Semente, 1981.

MARANHÃO, Ricardo; MENDES Jr, Antônio (Orgs.). **Brasil História: texto e consulta**. Era de Vargas. São Paulo: Brasiliense, v. 4, 1982.

MARANHÃO, Ricardo; Mendes Jr, Antônio (Orgs.). **Brasil História: texto e consulta**. República Velha. São Paulo: Brasiliense, v. 3, 1983.

MARONI, AMNERIS. **A estratégia da recusa. As greves de maio de 1978**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O populismo sindical: um conceito em questão**. 1996.

MARTINS, Elói. **Um depoimento político**. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1989.

MARTINS, Luciano. A “liberalização do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, Guillermo; SCHIMITTER, Phillippe; WHITEHEAD, Laurence (Orgs.). **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p.108 - 139.

Mc ADAM, Doug; Mc CARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. **Movimientos sociales: perspectivas comparadas- oportunidades políticas, estructuras de movilización u marcos interpretativos culturales**. Rio de Janeiro: BIB, N° 43, 1º semestre de 1997.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** São Paulo: Lua Nova, N° 17, junho 1989. p. 49 - 65.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2001.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

MESQUITA, Ruy.(Org). **Em discussão o Brasil: o debate do Jornal da Tarde**. São Paulo: O Estado de S.Paulo, 1981.

MOISÉS, José Álvaro. Qual é a estratégia do novo sindicalismo? In: MOISÉS, José Álvaro (Org et alii). **Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80**. Petrópolis/ RJ / São Paulo: Vozes/ Cedec. 1982a. p. 11 - 40.

MOISÉS, José Álvaro. **Licções de liberdade e de opressão: Os trabalhadores e a luta pela democracia** São Paulo: Paz e Terra. 1982b.

MOISÉS, José Álvaro. Problemas atuais do movimento operário. In Krischke, P (Org.). **Brasil: do “milagre” a “abertura”** – São Paulo: Cortez, 1982c.

MOISÉS, José Álvaro (et al). **Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia – bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995a.

MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, José A. Guillon de (Org.) **Dilemas da consolidação democrática**. Rio: Paz e Terra, 1995b.

MORAES, J. Quartim de. O argumento da força, In: Oliveira, Eliézer, Rizzo et alli. **As forças armadas no Brasil**. Rio: Espaço e Tempo, 1987.

MORAES, Maria Blassioli. **A Ação Social Católica e a Luta Operária: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954-1964)**. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, 2003.

MORAIS, Jorge Ventura de. “Novo” sindicalismo e democracia sindical: um teste e uma crítica do modelo eleitoral In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 38, N° 3, 1995, p. 545 - 579.

MORAIS, Jorge Ventura. **Trabalhadores, sindicatos e democracia: um ensaio bibliográfico sobre a democracia sindical**, BIB 41, 1996.

MOREL, Regina Lúcia M. e MANGABEIRA, Wilma. “Velho” e “Novo” sindicalismo e uso da justiça do trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 37, Nº 1, 1994, p. 103 - 124.

MUNAKATA, K. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, Coleção “Tudo é História”, vol. 32. 1981.

MUNCK, Geraldo L. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais in: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, vol. 40, Nº 1, 1997, p 105 - 125.

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB: Semeadores da democracia. História oral de vida política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NEGRO, Antônio Luigi. Nas Origens do “Novo Sindicalismo” O Maio de 59,68 e 78 na Indústria Automobilística. In: Rodrigues, Iram Jácome. **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. São Paulo: Vozes/educ, 1999. p.9 - 31.

NEVES, Abílio Afonso Baeta; FILHO, Enno Dagoberto Liedke; SILVA, Lorena Holzmannda. Rio Grande do sul: organização, lutas e debates atuais no movimento sindical. In: ANDRADE, Régis de Castro (Org. et alii). **Sindicatos em uma época de crise**. São Paulo / RJ: Cedec/ Vozes, 1984. p. 74 - 88.

NOHLEN, Dieter e THIBAUT, Bernhard. **Investigación sobre la transición en América Latina: enfoques, conceptos, tesis**. Arbeitspapier Nr. 11, Universidade de Heidelberg, 1994.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: Boito Jr, Armando (Org et alii). **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 93 - 136.

NORONHA, Eduardo. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In: Oliveira, M. A, et alii. **O Mundo do Trabalho: Crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994.

NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: Boito Jr, Armando (Org et alii). **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 171 - 196.

NUNES, Edson e JACOBI, Pedro. **Movimentos populares urbanos, participação e democracia**. Nº 2, 1983.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF; ENAP, 1997.

O'DONNELL, Guillermo (et al.) **O Estado autoritario e movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

O'DONNELL, Guillermo; SCHIMITTER, Phillipe; WHITEHEAD, Laurence (Org.). **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

O'DONNELL, Guillermo (et al.). **Transições do regime autoritário**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

OLIVEIRA, Juarez de & ACQUAVIVA, Marcus Cláudio (Orgs.). **Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 1982.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo, EDUSP, 1999.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Editora Alfa-ômega – FIDENE- ijuí - RS, 1984.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia in: **Revista Brasileira de Ciências sociais**, Rio de Janeiro, vol. 4, N° 11, out 1989, p. 34 - 56.

PALOMINO, Héctor. Democratización y crisis: los dilemas Del sindicalismo argentino. in: ABRAMO, Laís W. (Org. et alii). **Sindicatos y transición democrática**. Chile: Planeta/ Iscos/ Clasco, 1991. p. 25 - 60.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Era uma vez em São Bernardo: O discurso sindical dos metalúrgicos- 1971-1982**. Campinas/ SP: Editora da Unicamp/ Centro de memória Unicamp, 1999.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O colapso de uma aliança de classes**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Empresários, suas origens e as interpretações do Brasil In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, N° 25, ano 9, jun 1994, p. 52 - 64.

PEREIRA, Luiza Helena. Análise de Conteúdo: um approach do social In: **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, V. 9. p. 87 - 114.

PERLMAN, S. **Per una teoria dell'azione sindacale**. Roma: edicione lavoro, 1980.

PIERUCCI, Antônio Flávio de (et al.). O Brasil republicano, tomo III: economia e cultura_(1930-1964). In: **História geral da Civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (et al.). O Brasil republicano, tomo III: sociedade e instituições (1889-1930). In: **História geral da Civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Trabalho e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PRZEWORSKI, Adam. Marxismo e escolha racional. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, N° 6, vol. 3, fev. de 1988. p. 5 - 25.

PRZEWORSKI, Adam. **Transição democrática e teoria dos jogos**. Dados, 35(1); 1992, p. 5-48.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado. Reformas Políticas e Econômicas no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PRZEWORSKY, Adam. **Ama a incerteza e serás democrático**. Novos estudos cebrap, 9.

PRZEWORSKY, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras.

RAINHO, Luís Flávio. **Os peões do grande ABC**. Petrópolis / RJ: Vozes, 1980.

RAINHO, L.F & BARGAS, O.; **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)**. São Paulo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.

REIS, Bruno Pinheiro W. O conceito de classes sociais e a lógica da ação coletiva In: **DADOS-Revista de Ciências sociais**, Rio de Janeiro, vol. 34, Nº 3, 1991, p. 415 – 441.

REIS, Fábio Wanderley (Org). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo, Símbolo, 1978.

REIS, Fábio Wanderley. O eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro. In: **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: brasiliense. 1983 p. 62 - 117.

REIS, Fábio Wanderley. Cidadania, mercado e sociedade civil. In: DINIZ, Eli (Org.). **O Brasil no rastro da crise: Partidos, Sindicatos, Movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90**. São Paulo: Anpocs/ Hucitec / Ipea. 1994. p. 328 – 343.

REIS, Fábio Wanderley. O eleitorado, os partidos e o regime autoritário. In: **Mercado e Utopia: teoria política e sociedade brasileira**. São Paulo: Edusp, 2000.

REIS, Elisa. **Comentários ao ensaio “o novo movimento teórico” de j.c. Alexander**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Nº 4, V. 2jun. 1987.

RIOUX, Lucien. **Clefs pour lê syndicalisme**. Paris: Éditions Seghers, 1972.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil**. Ver. Sócio. Polít, Curitiba, 17, nov.2001. p. 33 – 43.

RODRIGUES, Iram Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: Boito Jr, Armando (Org et alii). **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 137 - 170.

RODRIGUES, Iram Jácome. A Trajetória do Novo Sindicalismo. In: Rodrigues, Iram Jácome. **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. São Paulo: Vozes/ educ, 1999. p.73 - 94.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1979.

RODRÍGUES, José Carlos. Sindicalismo y transición: Paraguay 1989. In: ABRAMO, Laís W. (Org. et alii). **Sindicatos y transición democrática**. Chile: Planeta/ Iscos/ Clacso, 1991. p. 195 - 240.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1966.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sindicalismo no Brasil. In: RODRIGUES, Leôncio Martins (Org.). **Sindicalismo e Sociedade**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **O sindicalismo corporativo no Brasil: persistência e mudança**, Nº 1, 1981.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO Jr, Armando (Org et alii). **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 11 - 42.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964) In: GOMES, Ângela Maria de Castro (org. et alii) **História Geral da Civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Tomo 10.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, Início da industrialização. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **São Paulo Presente e Passado: As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Unrisd, 1994.

ROUQUIÉ, Alain, LAMOUNIER, Bolivar e SCHVARZER, Jorge (Orgs.) **Como renascem as democracias**. brasiliense, 1985.

RUAS, Miriam Diehl. **A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986.

SADER, Emir. **A transição no Brasil. Da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1990.

SADER, Eder. Do anarquismo ao Comunismo (1900-1929) In: LÖWI, Michael. **Introdução a uma história do Movimento Operário Brasileiro no Século XX**. Belo Horizonte: Vega, 1980.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SALLUM, Brasília. **Labirintos, dos generais à Nova República**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em disputa: O “Novo Sindicalismo” e a idéia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome. **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. São Paulo: Vozes/educ, 1999. p. 133 - 161.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos: Comunistas e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Universidade do Rio de Janeiro/ Editempo Editorial, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 283 - 314.

SANTISO, Javier. La démocratie incertaine. La théorie des choix rationnels et la démocratisation en Amérique Latine. **Revue Française de science politique**, 43(6): 970-93, décembre, 1993.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A lógica dual da ação coletiva In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, vol. 32, Nº 1, 1981, p. 23 - 39.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Crise e Castigo: **Partidos e gerais na política brasileira**. IUPERJ: vértice, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A Pós-revolução brasileira. In JAGUARIBE, Hélio et al. **Brasil, Sociedade Democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985. p.224 – 309.

SARTI, Ingrid; FILHO, Rubem Barbosa. Rido de Janeiro: o sindicato vai a luta e agora? In: ANDRADE, Régis de Castro (Org. et alii). **Sindicatos em uma época de crise**. São Paulo / RJ: Cedec/ Vozes, 1984. p. 35 – 53.

SCHWARTZMAN, Simon. Paradigma e Espaço nas Ciências Sociais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Nº 4, vol 2, jun 1987. p. 29 – 38.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

SERRA, José. “Três teses equivocadas relativas à ligação entre industrialização e regimes autoritários”, In: COLLIER, David (Org). **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio, Paz e Terra, 1982, p. 101 – 154.

SIERRA, Gerônimo de. Los sindicatos em la transición democrática uruguaya. In: ABRAMO, Laís W. (Org. et alii). **Sindicatos y transición democrática**. Chile: Planeta/ Iscos/ Clacso, 1991. p. 241 - 268.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 243 – 282.

SILVA, Hélio. **O poder militar**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

SILVA, Luis Inácio da. **Lula: entrevistas e discursos**. ABCD- Sociedade Cultural, 1980.

SILVA, Roque Aparecido da. Representatividade, democracia e unidade no sindicalismo brasileiro. In: ANDRADE, Régis de Castro (Org.). **Sindicatos em uma época de crise**. São Paulo / RJ: Cedec/ Vozes, 1984. p. 17 - 25.

SILVA, Roque Aparecido da. São Paulo: impasses e perspectivas das lutas sindicais. In: ANDRADE, Régis de Castro (Org. et alii). **Sindicatos em uma época de crise**. São Paulo / RJ: Cedec/ Vozes, 1984. p. 54 - 73.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA. **Bilhetes do João Ferrador**. Sindicato, 1980.

SKIDMORE, T. **Brasil: De Castelo a Tancredo 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SOARES, Gláucio Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo, Difel, 1973.

SOARES, Gláucio Dillon. A Censura durante o Regime Autoritário. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº10, vol. 4, jun. de 1989. p. 21 - 43.

SOARES, Gláucio Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SOARES, José Arlindo. Pernambuco e Paraíba: tendências atuais do sindicalismo no nordeste: modernização conservadora ou mobilização social. In: ANDRADE, Régis de Castro (Org.). **Sindicatos em uma época de crise**. São Paulo / RJ: Cedec/ Vozes, 1984. p. 89 - 112.

SOLA, Lourdes e Paulani, Leda M. **Licões da década de 80**. São Paulo: EDUSP, 1995.

SOUTO, Anna Luiza Salles. **Movimentos populares urbanos e suas formas de organização ligadas à igreja**. Nº 2, 1983.

SOUZA, Amaury de & Lamounier, Bolivar. **“Governo e sindicatos no Brasil: a perspectiva dos anos 80”**, Dados, vol.24, Nº 2, 1981.

SOUZA, Herbert José de. Município de Boa Esperança: Participação popular e poder local. In: MOISÉS, José Álvaro (Org et alii). **Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80**. Petrópolis/ RJ / São Paulo: Vozes/ Cedec. 1982. p. 99 - 120.

SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga. Notas sobre as comunidades eclesiais de base e a organização política. In: MOISÉS, José Álvaro (Org et alii). **Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80**. Petrópolis/ RJ / São Paulo: Vozes/ Cedec. 1982. p. 41 - 72.

STEPAN, Alfred C. **Os militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TARROW, S. **El poder em movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. Madrid: Alianza Universidad., 1997.

TAVARES, José Antônio Giusti. **A estrutura do autoritarismo brasileiro**. Porto Alegre: mercado aberto, 1982.

TELLES, Vera. Anos 70: Experiências e Práticas cotidianas. In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM/ Cedec, 1986. p. 47 - 72.

TELLES, Vera. Pobreza, Movimentos sociais e cultura política: Notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia In: DIONIZ, Eli (Org et alii). **O Brasil no rastro da crise: Partidos, Sindicatos, Movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90**. São Paulo: Anpocs/ Hucitec / Ipea. 1994a. p. 225 - 242.

TELLES, Vera. Anos 70: Experiências, práticas e espaços políticos. In: Kowarick, Lúcio.(Org.). **São Paulo Passado e Presente: As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Unrisd, 1994b. p. 217 - 249.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. I,II,III.

TRINDADE, Héglio (Org.) **Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política**. Porto Alegre: sulina, 1982.

VALLE, Álvaro. **As novas estruturas políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Editorial nórdica, 1977.

VERDESOTO, Luís. El sindicalismo em la primera década de redemocratización em Ecuador. In: ABRAMO, Laís W. (Org. et alii). **Sindicatos y transición democrática**. Chile: Planeta/ Icoso/ Clasco, 1991. p. 165 - 194.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck. **Atualizando uma bibliografia: “novo sindicalismo”, cidadania e fábrica**, BIB 17, 1984.

VIANNA, Luiz Werneck. **Travessia: da abertura à constituinte 86**. RJ: Taurus Editora, 1986.

VIANNA, Luiz Werneck. A herança a que não renunciamos e os movimentos sociais modernos. **Cadernos de Conjuntura**. Rio de Janeiro: Iuperj/ Fundação Friedrich Naumann. Nº 24, jan. 1990. p. 1 – 22.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck e SALINAS, Julio Abulafia. Ação coletiva e participação política do pequeno e médio empresariado In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 25, Nº 1, 1982, p. 105 - 128.

VINHAS, Moisés. O Partidão: **A luta por um partido de massas 1922-1974**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

WALLERSTEIN, Michael. Centralização sindical e dependências face ao comércio: as origens do corporativismo democrático in: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 32, Nº 1, 1989, p. 41 - 73.

WEFFORT, Francisco (et al.). **Contraponto: revista do centro de estudos de Ciências Sociais Noel Nutels**. Rio de Janeiro, 1976. Nº 2, dez de 1977.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEFFORT, Francisco. **“Incertezas da transição na América Latina”**. Lua Nova, São Paulo: Marco Zero/Cedec, Nº 16. 1989.

WERNECK VIANA, L. “A greve do ABC e a cidadania operária”. In: **A classe operária e a abertura**. São Paulo: Cerifa. 1983.

ZAPATA, Francisco. Crise do sindicalismo na América Latina? In: **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 37, Nº 1, 1994, p. 81 - 102.

ZAVERUCHA, Jorge. As prerrogativas militares nas transições brasileira, Argentina e espanhola In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Nº 19, ano 7, jun 1992, p. 56 - 65.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira: uma democracia tutelada In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Nº 26, ano 9, out 1994, p. 162 - 178.

TEXTOS EXTRAÍDOS DA INTERNET

DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a Construção da Democracia no Brasil: Tendências Recentes.

Disponível em:

http://www.his.latrobe.edu.au/jijas/journal/vol7_1/Dagnino.htm+TFBR&ie=UTF-8

Acesso em 10 nov. 2004

MORAES, Maria Blassioli. A Ação Social Católica e a Luta Operária: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954-1964). São Paulo: USP, 2003.

Disponível em:

<http://www.teses.usp.br>

Acesso em 20 nov. 2004

REIS, Bruno P. W. História e Ciências Sociais: notas sobre uso da lógica, teorização e crítica.

Disponível em:

<http://www.politica.pro.br>

Acesso em 15 nov. 2004

RODRIGUES, Alberto Tosi. Mobilização social e democracia política: conjunturas críticas, ciclos de protesto e processos de democratização. Disponível em:

<http://www.politica.pro.br>

Acesso em 31 ago. 2004

RODRIGUES, Alberto Tosi. A massa na praça: mobilização e conflito na campanha das “Diretas-já”. Disponível em:

<http://www.politica.pro.br>

Acesso em 31 ago. 2004

RODRIGUES, Alberto Tosi. Introdução ao modelo de intermediação de interesses: pluralismo e corporativismo em perspectiva. Disponível em:

<http://www.politica.pro.br>

Acesso em 31 ago. 2004

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Vários. São Paulo. Disponível em:

<http://www.abcdeluta.org.br>

Acesso em 18 dez. 2004

APÊNDICES

I- ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

A elaboração do roteiro de entrevistas respondeu a mesma categorização formulada para o conjunto do material investigado e visará responder as questões pertinentes as categorias elencadas dando conta da problemática desse trabalho.

É importante assinalar que não se tratou, entretanto, de um quadro rígido. As entrevistas semi-estruturadas permitiram a partir da constituição de quadros temáticos como se observa no quadro abaixo um número relativo de perguntas derivadas, sobretudo, da leitura bibliográfica, deixando contudo aberta possibilidades de ou avançar no sentido de sua elucidação ou de enveredar por outros eixos aqui não assinalados, mas que aparecem no final dessa seção.

As entrevistas serão submetidas à criteriosa análise temática e confrontarão o conjunto dos materiais adotados nesse trabalho.

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

POLÍTICA (VARIÁVEL DEPENDENTE)	Liberalização política*	-Como o sindicato percebia a liberalização? Sentiam que havia possibilidade participação?
	Sucessão Presidencial	-Qual a visão a respeito do governo Geisel? E do recém (à época) emp Figueiredo?
	Transição “negociada” democracia	-Existia de fato apelo de alguns notáveis dos partidos em especial do MDB in participação.?

ECONOMIA (VARIÁVEL INTERVENIEN- TE)	Custo de Vida	-Até que ponto o custo de vida de fato influenciou na ação do sindicato em e na época das greves?
	Fim do “milagre econômi	-Qual a percepção dos sindicalistas do discurso oficial de crise econômica e “milagre”? -Quais os tipos de estratégias possíveis num cenário de crise econômica?
	Inflação	-Qual a posição do sindicato em relação aos níveis crescentes dos inflacionários?
	Política salarial	-Como se estabelecia a pauta de discussões a respeito da política salarial? E c processava em cada arena: com Governo e com os Empresários.
	Recessão	-Diante do quadro recessivo quais os tipos de ação preconizadas pelo sindicato

AÇÃO ESTRATÉGICA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E	Articulação com movimentos sociais	-Qual era a capacidade do sindicato de congregar outros movimentos e articu luta política? Existiam canais institucionais para isso? Quais e como isso ocor
	Campanhas de Re Salarial	-Até que ponto as Campanhas salariais especialmente após as de 1977 (dos tiveram influência dentro do sindicato – na sua politização?
	Comissões de fábrica	-Qual a finalidade prática da luta pela criação das comissões de fábrica? E q efetividade?
	Criação de uma Sindical (CUT)	-Que estímulos existiam para criação de uma C.S.? Quais os obstáculos dificultavam e como o sindicato percebia a reação do governo e dos empresár

DIADEMA (VARIÁVEL INTERVENIEN- TE)	Greves	-Qual o impulso real do movimento grevista? Qual era sua dinâmica econômica política? O sindicato percebia o papel político das greves no processo de transição?
	Negociações Coletivas	-Qual a importância desse instrumento de luta que têm antes de tudo um caráter político?
	Orientação Sindical	-Qual foi a orientação do sindicato (cronologicamente), sobretudo considerando as greves como marco.
	Participação política sindicalistas	-Efetivamente quais os canais possíveis de part. Polít. dos sindic.? Percebia existia espaço (transição) para isso? Sentiam-se num “vazio de poder”?
	Política intra-sindical	-Quais as zonas de conflito dentro do sindicato? Quanto as orientações? Pele X Autonomia?
	Relações com o Congresso	-Que tipo de debate era promovido com o Congresso? Quanto a legislação trabalhista e Lei de Greve?
	Relações com o Empresariado	-Que dialogo foi possível com o Empresariado? Existia de fato a percepção de novos setores do empresariado não utilizavam de fato o recurso ao regime de greve? Qual forma de restringir o espaço de luta sindical?
	Relações com o Governo	-Como o sindicato via a ação do Governo? Antes das Greves? E depois?
Relações com os Políticos	-Que tipos de contatos existiam com os políticos do MDB, Arena e demais partidos? Qual era a pauta de discussões com esses políticos?	

Obs:

II- ENTREVISTAS

1) Entrevista realizada com o Sr. **Oswaldo Cavignato** em 15/02/2005 na seção do DIEESE no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em São Bernardo do Campo

LADO A – FITA I

A: a teologia da libertação sofreu muito e sofre muito até hoje

OC: sofre. Principalmente nessa gestão que o cara é um tradicionalista mesmo e não tem jeito dele mudar. Eu prefiro que todo mundo tenha AIDS do que use camisinha. É um absurdo.

A: É muito terrível.

OC: é, pois a igreja mais pela teologia da libertação é uma tendência dentro da igreja católica da esquerda. E tem muita afinidade com outras tendências.

A: [...] a igreja na Argentina teve um papel conservador.

[...].

fundamento comunista.

[...].

OC: não teve, não teve. Mas a gente sempre teve muito pau com essas pessoas ai. É, uma coisa é você ser comunista e achar que teria que sofrer para ganhar e outra é lutar para ganhar aquilo, quando morrer o cara vai para inferno ou para o céu e tudo bem. Essa Não é minha frase é de outras

peças aí, mas eu nunca me dei mal com esse pessoal principalmente dessas que pensavam em ter esse espírito comunista de agitar as pessoas e levantar ou no mínimo direcioná-las a pescar e não dar o peixe não é esse paternalismo que vai resolver. Mas, eu sentia que depois dos anos 64 na realidade a grande parte das pessoas que passaram por tudo isso tem muita ligação com a igreja, não a tradicional, mas a igreja pelo menos diferenciada e eles tiveram sempre muita muito peso aqui na elaboração das coisas e tinha também esse doutor Maurício que era o assessor jurídico e era muito ligado a igreja que o e parte do pessoal da assessoria que era muito ligada à igreja (risos) eu acho que eu fui uma das poucas pessoas que entrava aqui a esta altura do regime é incrível, mas enfim até hoje tem um vício que passou graças a deus eu acho que na democracia eu sou democrata desde que você vote a meu favor ou comporta se você é inteligente ou não, mas você levantar a carteirinha com a minha proposta e ser meu amigo. Tudo bem. Não se aceita muito críticas até porque...

A: a visão da igreja é contra o conflito.

OC: mas as coisas também não são do jeito que eles querem a partir do momento que a própria igreja entrou em conflito, muitos foram torturados, etc, vendo que realmente pra levar a palavra divina é complicado, então para mim eu acho o seguinte que dentro do sindicato principalmente depois de 64 os dirigentes sindicais tinham uma outra visão visão mesmo que não seja pelego, mas uma visão de levar vantagem. Quer dizer uma forma de eu Vou sair de uma empresa numa situação onde eu sou mandado fazer aquilo e que eu não gostaria de fazer, mas eu sou obrigado porque eu estou ganhando para isso e vendo as injustiças e eu gostaria de sair dessa situação para defender os interesses das pessoas que são mais desfavorecidas ou são injustiçadas independentemente se eu tenho uma revolta normal que tinha a injustiça como palco. Ai é o meu caso. Depois você está sujeito a um caldo de cultura de qualquer tipo de influência. Mais ou menos com essa visão comunista da coisa, mas quem tinha a maior ascensão [?] a igreja, não a igreja tradicional, mas a igreja ligada a esse sofrimento humano.

Não só a daqui se vê em Osasco, se vê em São Paulo.

Aqui no início da industrialização porque foi em S.Paulo.

A: sem dúvida

OC: em 17 foi a primeira greve comemorativa lá. As histórias das greves mostra que era isso e era mais ligado aos anarquistas, né. Era uma revolta que já trazia de lá para não ser espezinhado em outros lugares como você era aqui. A lei dos dois terços você sabe como surgiu?

A: como?

OC: a lei dos dois terços está na CLT e pretendia evitar que os estrangeiros dominassem as organizações dos trabalhadores, antes dos sindicatos, então existia uma lei que você não poderia ter

dois terços de estrangeiros no emprego. Isso foi feito exatamente para barrar o surgimento de lideranças. Em 1945 Santo André teve o primeiro prefeito comunista em Santo André.

A: Quando?

OC: em 45. Não tomou posse. Então foi o primeiro prefeito comunista cassaram o cara ele era do sindicato. Essa tradição aqui das indústrias tecelagem, coturnos, móveis, olarias, antes da indústria, setor químico, massas, Pirelli, Firestone, Rhodia, essas empresas eram multinacionais aqui, que precisavam de mão-de-obra antes da indústria automobilística que foi em 57 pra cá. Então toda essa história que antes de ser a capital dos automóveis era a capital dos móveis, terra de batateiro.

A: então as multinacionais vieram para cá...

OC: é e aqui essa fábrica aqui. E essa fábrica de móveis que ta aqui foi a primeira fábrica de móveis que veio para São Bernardo. Eu acho que devia ser um patrimônio, deveria se tornar um Museu. Tecidos muitas empresas de tecelagem e era uma cidade falida. A área aqui ta mudando o perfil, o caráter, tem que ser serviços. E isso é balela, isso aqui tem uma vocação, é empresa, é indústria. e foi sempre assim não é a toa que veio para cá. Vários fatores perto do porto, perto do centro de consumidores e tem uma classe de trabalhadores com um certo treinamento e uma certa disciplina de trabalho. Senac Senai prepara o cara qualifica, mas já tava disciplinado para o trabalho. É uma coisa que veio aos poucos, o pessoal veio do campo, não é doutor é peão, vai ser trabalhador a única coisa que lhe falta porque os meios de comunicação são precários. Ai eu tenho que mostrar para você que você é pobre porque quer, porque você tem toda a oportunidade de você ser rico loteria, vai jogar futebol, ser artista. Isso você aliena a pessoa, então na realidade nós não conseguimos promover aqui é uma consciência –ideologia, se os dirigentes sindicais não tinham, quando deveria ter porque se você tem uma coisa ideológica pra falar, olha meu pai é filho de trabalhador foi trabalhador eu sou trabalhador e meu filho vai ser então é um negócio de tradição.

A: está no próprio sobrenome às vezes...

OC: é então você já tem isso como consciência de classe e, então aqui não existe, é uma zona completa, você tem miscigenação. Preconceito é, existe, contra o negro contra o índio. [?] Aqui não existe, por ter essa indústria recente, trazendo pessoas que querem fazer a mala e ir embora. [?].

[?] O que é que você quer fazer desse país? Você quer ser capitalista moderno o que continua sendo a exploração do homem pelo homem. Interesse de corporações, querer democratizar o capitalismo isso não existe. O Lênin dizia você tem que ter milhares trabalhando para esse um. Falar que vai chegar ao socialismo, de que jeito? Desse jeito, não. Seguindo as regras do sistema. Não. Você entra no campo e joga com os caras, com regras dos caras, com jogador dos caras, isso não muda, você pode fazer gol, mas isso é na arena, qualquer coisa mata. [?] Existe o jeitinho brasileiro.

Olha o pessoal ta querendo se revoltar então o Getúlio lança a CLT e pega todas as conquistas dos trabalhadores e põe no papel, foi Lindolfo Collor. [?] Lei das 48 horas, descanso semanal remunerado etc. Depois veio a CLT, mas foi tudo conquista dos trabalhadores e que ele teve a capacidade de colocar lá. A vinculação sindical que fazia parte da corporação como um todo e trabalhar de forma circunscrita, etc. A CLT inspirada na carta Del Lavoro. A CLT ta ai até fazer a reforma. [?].

A: por que não se fez reforma?

OC: é a mesma, na essência continua sendo a mesma. Não quer porque vai perder espaço, vai perder o seu sindicato, o seu feudo, vai perder recurso que vem dos trabalhadores. Do imposto sindical. Como é que eu vou viver desse jeito, né? Então o que falta de fato, aí é uma questão ideológica, o cara não tem consciência de classe.

[?] Então eu acho que o Dr. de gravata é um cara que sabe as coisas e que vai defender os meus interesses. [?] E nessas situações, os dirigentes sindicais dos anos 70 para cá não está.

A: até que ponto aquilo era para modificar a realidade, uma sociedade mais justa no capitalismo?

OC: [?] mais justa que não existe. Não existe justiça, não existe lei. O que eu fico espantado [?] Existe é a que tem nos negócios. Você tem que perder para ganhar e vice-versa.

A: lucro?

OC: tem que alguma parte acumular, porque trabalho não enriquece ninguém. Enobrece (interj.) [?] Meu pai sempre trabalhou na vida, e sobreviveu bem, não é Matarazzo que já veio com uma grana, chega aqui faz uma fabriqueta. [?] já faz a fábrica de sabão, de vela, de cera e depois já é um dos maiores milionários [?] o resto é isso a gente que precisa que nós não conseguimos passar as nossas lutas, nossas derrotas, nossas vitórias, e transformar aquilo na história da classe trabalhadora. Tudo que a gente conquista conquista com briga com luta você tem que transcrever aquilo e passar porque aquilo faz parte da história da classe. Porque se você não registrar (..) usar de muitos intelectuais, sentar a bunda na cadeira, contar e escrever a história de cada. Que é uma história crítica de luta de derrota e tal. Se você conseguir passar aquilo para frente. [?] O ABC é o terceiro mercado consumidor do Brasil [?] não é por acaso porque a gente conquistou isso à classe trabalhadora conquistou com base nas lutas dos anos 70 final dos anos 70 80 valorizando a venda da sua força de trabalho fez com que esse mercado se tornasse o terceiro mercado e não é por acaso.

[?] fazer as coisas aqui para vender para quem? [?] não, classe trabalhadora grande parte dessa classe aqui tem casa própria, tem carro bom geladeira, tudo e isso é que é o mercado e como ele foi concentrado aqui ele foi. [?] eles vieram aqui porque tinha classe trabalhadora, tinha consumo, era perto da capital, transporte. [?].

LADO B – FITA I

[?].

[?] não há necessidade de o cara ser um supra-sumo. No passado, na minha época em que eu fui ferramenteiro durante uns anos da minha vida.

A: de onde?

OC: da Volkswagen. Você fazia o cilindro o desenho, etc. mais uns três quatro anos de treinamento você...

A: ferramenteiro era especializado na época?

OC: extremamente. Era o mais especializado na época. [?] tinha uma ascensão. O pessoal respeitava muito a gente. [?] tinha muito safadão também, que ganhava umas horas-extras tem todas essas coisas.

Mas, era o que tinha mais acesso às informações, éramos nós tanto é que esse pessoal saia mais dessas áreas né. Manutenção, ferramentaria, que era o que nós transitava, ganhava mais, tinha um poder aquisitivo maior do que a peaozada que trabalhava.

Três turmas era mais fazendo sempre aquilo. Serviço rotineiro embrutecia as pessoas e a ferramentaria tu estava sempre fazendo coisa nova e fazia projetos, fazia outra máquina, fazia as coisas. Era uma coisa artesanal, criativa, você tinha a sua arte. Eu me sentia satisfeito por fazer uma coisa legal. [?] Isso te dá uma outra noção. [?] estudando a noite [?] eu deixei de pilotar bancada para depois pilotar escrivinha, eu senti a bunda na cadeira. Tinha uma vida diferente, e tinha também uma vida política, estudantil e tudo isso me ajudava a pensar de forma diferente [?] e daí uma consciência diferente [?] Hoje para trabalhar na ferramentaria para você ter uma idéia precisa ser engenheiro. [?].

A: mudança de padrão em relação ao sindicalismo combativo?

OC: É e ai realmente você tem dificuldade de lutar porque você não conta para o cara. Olha você tem hoje quarenta horas, isso custou à cabeça desse, caçou esse cara, greve que o seu pai e o seu tio precisaram, eles perderam emprego e tem do sindicato uma mão e quarenta horas graças à luta deles. Quer dizer ganhar pro seu filho trabalhar menos hoje e isso tudo faz parte da forma como você tem que vender isso para todos os trabalhadores e para a sociedade [?].

A: como é que o sindicato viveu aquela época da transição?

OC: O problema é o seguinte você tinha uma situação é no início dos anos 70 mais complicado, perseguição policial, você trabalhava na fábrica e você não sabia se o teu colega era... policiais mesmo... controle da sociedade...controle dos trabalhadores, forma de você dobrar os caras. Chefias que você não sabia e a tua própria fábrica acobertando esses caras pessoal da segurança [?] então

você tinha um verdadeiro controle e isso na época do Médici era três era reunião fala hoje parece que era besteira, mas na época era...

Quantas pessoas morreram. Nas escolas [?] Então se vivia numa determinada situação de horror de fato um controle absoluto. Vamos ver Chacrinha, futebol, Brasil Potente, etc e tal e nós vivíamos numa situação mordança a imprensa [?] Tentando despertar e então aconteceu de 68 greve de Osasco. Não é hoje, final dos anos 70 é todo um final de resistência que acontecia. Greves de 70 na Mercedes na Ford na ferramentaria da Ford. [?] paralisação que você nem ficava sabendo que era, mas você conseguia saber porque a rádio peão já funcionava, mas nos meios de comunicação quem tava no sindicato recebia trazer na época reivindicação reclamação aterrorizava que você saia e não sabia se tava empregado porque podia ser dedado, então você vivia assim eterno alerta que a coisa podia acontecer a qualquer momento, mas mesmo assim você conseguia fazer trocar idéias [?] e então teve alguns momentos que não só aqui, mas que a partir dos anos setenta já começava apesar de que tem uma certa distensão principalmente a partir do Geisel né que ele se comprometeu com a abertura e que aconteceu todas aquelas prisões anteriores eu acho que isso [?] Geisel, caveirinha, Médici [?].

[?] matou o operário que também era ligado à igreja, ai foi à gota-d'água. [?] E ai você vê as coisas boas acontecendo, uma certa distensão, desgaste do próprio regime, sabe já não se agüentava mais mudanças nas leis sindicais, [?] enfim era toda uma resistência e ai é aquela questão da liderança, precisa ter líderes e ali tem história, carismático e ai surge, surgiram outros em outros momentos, mas surge a figura do Lula e surgiu por acaso.

Por acaso porque ele era tão por determinadas coisas, sindicato política, mas era favorável [?] depois as resistências normais dos trabalhadores [?] e ele foi preso junto com os outros, mas ele declara isso que ele era “cagão” ele só chegou a uma determinada posição quando via que não dava para se esconder quanto mais ele se expunha nacional e internacionalmente era mais difícil pegá-lo e ai ele poderia fazer o momento.

A: inteligente?

OC: com inteligência, rara.

A: aproveitou as circunstâncias?

OC: aproveitou essa situação, o irmão dele era do Partidão. Foi o irmão dele que trouxe ele para o movimento sindical porque ele veio aqui atrás de mulher mesmo [?] a gente montou uma chapa de oposição no sindicato, convidamos ele não quis e como tinha um bom relacionamento com todos os dirigentes sindicais, montou umas garrafinhas e na hora de trocar eu quero a sua cabeça. quem ganhou foi o Paulo Vidal, mas quem assumiu foi o Lula. Mas quem tinha o maior colégio eleitoral era dele. Ele mesmo declara só depois da prisão do meu irmão e do meu assessor que eu cheguei à conclusão que não dava mais para ficar escondido e ai ele vem todo num crescimento.

A: O sr. acha que esse é o momento de crescimento político dele?

OC: é, o problema é que esse sindicato sempre teve uma situação assim de resistência a Federação. A Federação que congregava todos os sindicatos e sempre foi independente mesmo na época do Paulo Vidal. Desvinculado as campanhas você fazia uma quem lutava por você era a Federação, você delegava a Federação negociar em teu nome chega um determinado ponto que não dá para fazer isso aí chega o DIEESE e entra nessa coisa no ano de 74 e mostra que o Ministro da Fazenda da época que era o Delfim tava sacaneando com os índices aquela famosa formulazinha né faltava ainda muita coisa o Banco Mundial já tinha denunciado antes, né e aí eles tem até um título dizendo assim: o DIEESE com uma máquina calculadora do tipo daquelas antigas derrota os computadores do Ministério da Fazenda como as informações dos índices do custo de vida que da época tinha sido sacaneado e o Banco Mundial fez uma denuncia e depois nos podemos ver que o Delfim tinha...

A: maquiado...

OC: maquiado as informações né, era ainda da época do Médici. Bom, mas tem todo esse tipo de coisa Nós nos anos 73,74 73 foi o primeiro Congresso [?] já tava lá como Secretário Geral. O primeiro Congresso que eu participei como delegado eu tava estudando daí a gente voltou a ter aquele ligação. Para ir para escola daí que ele me chamou para pegar o departamento em 1975, mas a gente fez muita amizade, mas tem todos uns momentos históricos que eu acho que é extremamente importante para ele que assume e mantenha esse sindicato independente comece a trazer outros sindicatos também né para serem independentes e tão fora da Federação, Santos, Santo André, São Caetano, saindo praticamente da Federação fazendo uma Federação diferente de sindicatos independentes e chegamos à conclusão olha que só a luta economicista (pausa) mais, nós precisamos de mais coisas se chega à conclusão nesse conhecimento de outros sindicatos, professores, médicos vai se agregando essa informação e surge a idéia de surgir um Partido de Trabalhadores. O Partido Comunista já estava esfacelado fora da lei a igreja também era [?] os partidos de extrema esquerda [?] no final dos anos setenta então já tinha [?] então tem toda uma situação aí que faz com que as pessoas tenham uma consciência que tem que ter – não uma consciência de classe – política de um Partido que tem raízes nos trabalhadores e que não tem ideologia.

A: isso é importante.

OC: eu acho que não tem.[?] o capitalismo ainda tem a grana para montar os seus ideólogos.[?] as empresas montam os seus quadros elas tem consciência de classe.

LADO A – FITA II

E aí sim você vai pro mercado vai pra concorrência e vai disputar com o cara. Não tem isso [?].

Eu sou meio contra esse tipo de coisa vale transporte, vale refeição à empresa vai dar uma assistência médica [?] manda o cara “se fuder mesmo” e assim ele chega à conclusão que precisa brigar por aquilo que ele tem direito como cidadão não uma benesse que quem dá pode tirar.

OC: conquista é mais difícil, conquistar mesmo e ai ensina o cara a pescar não pesca para o cara.

A: diferença na época da transição existia um espaço?

OC: bom é todo uma seqüência, é claro ela tava totalmente desgastada [?], mas é historicamente isso que sempre aconteceu ela tem o seu momento de milagre brasileiro e depois tem um momento que você não dá mais e começa a criar situações em que a corrupção como anda e você não pode falar nada quem era os maiores jogadores, pessoas que faziam jogo na bolsa de valores. Relações privilegiadas. Olha achamos uma bacia de petróleo, mas a Petrobrás diz deu água com sal e outras coisas mais. Eu acho que a ditadura já não tinha mais como fazer para se sustentar isso vai os movimentos estudantis, sociais, trabalhadores, etc e tal vai chegando à conclusão que olha não dá mais tem que por um outro general mais flexível cai o cara que era chefe do SNI do Geisel do Geisel não do Médici para dar continuidade dos que gostavam mais de cavalo do que do povo, mas não dava mais para ele se virar explode coração [?] ai vem às diretas né a luta das diretas, como é que nos vamos parar a luta das diretas fazendo o colégio eleitoral era o momento de se fazer bom mais até chegar lá nessa fase de transição no meu modo de ver foi uma série de situações tanto interna quanto externa. Crise do petróleo em 73 ai você começa a ver os fatos que acontecem no mundo e influenciam empresas multinacionais, dívida externa bruta crise financeira do ano 79 tudo isso sabe [?] os interesses são gerais quais são as empresas brasileiras no mundo que conseguem ter uma posição de melhores do mundo? Duas e olhe lá [?] não tem mais as empresas nacionais estão desnacionalizadas, as estatais foram privatizadas os interesses passaram a ser privados e o Estado é um meio então essas coisas acontecem você dá garantia de mercado interna pras empresas multinacionais e elas falam olha eu continuo fazendo carroça porque eu não tenho liberdade de importar mentira você tem liberdade de importar você não tem necessidade de importar porque você tem mercado cativo e garantido. [?] A tinha uma que foi feita pelos militares reserva de mercado na área de informática então não precisava trazer nada embarcado. E acabaram com a guerra essa lei da informática pra poder internacionalizar e interiorizar o desenvolvimento tecnológico dessa área mentira também porque [?] É tudo uma situação de abertura política com o consentimento de interesses internacionais. O próprio Estados Unidos [?] Interesses muitos que a gente não teve capacidade de captar essas informações.

Então você vai ter pela própria situação que ficou a Argentina dificuldade de crescer internamente e precisar de poupança interna [?].

A: Modelo econômico dos anos 70. O que levou o pessoal do sindicato a ir contra a ditadura? [...].

OC: é a tal coisa o próprio. Quebrar as leis, quebrar as regras é uma das coisas que aconteceu nesse sindicato e outras tentativas foram frustradas. Vê Osasco tem aquela 1º de maio de 1965 na praça da Sé nós estávamos lá, os estudantes o Sodré em alguns momentos você teve tentativa de enfrentamento, mas a turbulência não deixava AI-5 em cima o AI-7 dos estudantes, o Passarinho como eles estavam no poder com plena garantia eles conseguiam ainda se conseguia quando você mudava aquela situação – como você mesmo diz – já tava com água por todos os poros você já tava numa situação em que havia uma possibilidade de você dizer não e aqui conseguimos dizer, mas é toda uma resistência anterior mesmo aqui [?] vai dizer não dá para ficar assim o cara o Delfim meche nos índices e aí faz um Congresso ele que faz um Congresso para a maior assembléia que foi feita aqui, não adianta fazer assembléia se não tiver quorum isso foi em 74 e se não tiver quorum não dá para gente fazer o enfrentamento na época é quorum que o sindicato quer nos vamos dar quorum eu fiz cinco viagens com o meu carro colegas trabalhando comigo para dar quorum e aí o cara. fala o que vamos fazer vamos romper com a Federação e tá na mão do advogado que era o Pazzianoto que ia resolver o nosso problema. Legalmente agora deu quorum então a gente pode fazer uma greve. Era esse então vamos fazer então era ele lá também arrumou uma turminha do “caralho” foi ministro e era um dos assessores aqui desse sindicato como era assessor do [?], mas tava aqui, mas não tava ele dizia que precisava achava que a gente não ia se organizar nas fábricas independentemente do Lula [?] que surgiu dos trabalhadores nas fábricas com organizações clandestinas.

A: 78?

OC: 74 depois veio mudou a estabilidade do Médici. Final de 75 A greve depois de 75 depois que tu mata o Wladimir que tu faz um monte de coisa é 78 a greve da Scânia sabe, mas é outro processo. [?] num crescente. Vamos falar teve também [?] ele acertou pegamos um cara carismático, um cara que tinha liderança que gostava que tinha uma popularidade o pessoal vinha aqui para beber e conversar uma cachaça. Todo mundo bebia era a forma de conversar com as pessoas, conhecê-las né. Cara safado cara pelo menos muito amigo dele por isso que ele me chamou para montar aqui, me chamou em 75. [?] eu vim aqui pra pedir a conta [?] me mandou embora eu já sabia disso me custou um ano de faculdade, desemprego, mas eu fui tocando eu não tinha responsabilidade familiar grande e fazer o que eu era mais velho, mas os outros tocavam, depois ele me chama em 79 [?] em 79 teve aquela greve à primeira greve que foi cassada pela primeira vez [?] a nossa amizade foi de longa data uma amizade muito construtiva pra mim principalmente pra mim e para ele acho que serviu também porque senão ele não teria me chamado e [?].

A: e a liderança dele?

OC: a liderança dele sem sombra de dúvida. Lutava por Santos, por Santo André por São Caetano. A liderança nata tem líder que é nato tem líder que é um artifício né que quer ser e não consegue

Napoleão II. Então tem o líder nato e outro que é feito, mas que não vai dar tanto resultado chegamos à conclusão de que precisávamos montar, mas isso foi num Congresso chegaram à conclusão no Congresso acho que foi de 78 nas barrancas do rio Paraná eu acho. Chegaram à conclusão de que precisava ter um partido dos trabalhadores [?] e ai montaram o PT.

A: Não quiseram tirar proveito da situação o MDB, por exemplo?

OC: é olha tava aqui o Ulisses Guimarães tava aqui o Franco Montoro, Fernando Henrique quando foi para ser senador o Fernando Henrique eu tenho fotos inclusive da campanha era o pessoal que via de fora não é já tava os anistiados [?] Perceberam que tava mudando, mas não só aqui só aqui não era o suficiente né eu acho que o Brasil inteiro quando veio o PDT lá em 79 né [?].

A: Brizola perdeu a sigla para a...

OC: Ivete Vargas. Ele criou o PDT, mas ele teve aqui logo que ele veio como anistiado ele teve aqui em 79 na sala quando o Lula recebeu o cara o teu PTB, na época do PTB ai o Brizola falou, mas você não ta montando o teu PT [?].

A: disputa no campo partidário pelos trabalhadores?

OC: então era outra coisa era um outro momento

A: E o que buscava um Ulisses, um Fernando Henrique?

OC: eles eram os expoentes da resistência não é. Tinha o PMDB, MDB não era eu era da juventude do MDB quem não era? Só os extrema-direita era da ARENA o resto era o MDB.

A: era o frentão.

OC: era o frentão e por ser o frentão um partido que foi montado de forma consentida como oposição. Ulisses Guimarães foi o anticandidato. Não foi? Era a Frente Ampla porque tinha em 1968 a Frente Ampla que foi uma manifestação que teve em São Paulo e depois disso cassaram o Juscelino o Jânio já tinha ido pro spa. Jânio, Juscelino o Lacerda Ademar pô tinham cassado todo mundo na Frente nessa Frente Popular que tavam montando para fazer frente aos militares acabaram com isso [?] sumiu a primeira manifestação foi em São Caetano em 67, 68 a primeira manifestação onde o Brizola no palanque e depois daquilo imagina três anos depois da ditadura ainda era antes era o Castelo e depois o velho Costa e Silva entrevado ai entrou a tróica militares representantes da marinha, exército e aeronáutica o Ademar que era da Marinha e mais dois outros lá aquela tróica aqueles três [?].

A: aquela junta.

OC: aquela junta, uma junta então houve uma resistência anterior só que foi sufocada os caras tavam com tudo altos e baixos, altos e baixos derrotas mais derrotas enfim quando chega em meados dos anos 70 começa a ter uma tentativa de resistência passiva não é [?] enfim aquele livrinho dele lá o Rango da L & M parece que era a publicadora chamava a personagem dele era o Rango o Edgar de

Souza parece era o chargista enfim era tudo formas de resistência que ia é ganhando a consciência das pessoas que queriam se esclarecer que não estavam contente com a ditadura.

A: temor de estar comprometendo o processo de transição?

OC: os estudantes que estavam atrapalhando.

A: existia o temor do regime endurecer de novo?

OC: olha o primeiro contato que o Lula teve acho que foi até interessante porque deu espaço para ele falar mais grosso com o governador do estado na época que o Geisel teve aqui numa visita na Ford ele entregou uma carta feita pelo na época os caras tentaram barrar como ele tinha um contato com o governador do estado o governador do estado que era o Paulo Egydio Martins que já tinha passado pela Lula já tinha tido uma audiência com ele ele teve um problema com o Comandante do IIº Exército era um caveirinha lá ele resolveu também com o Secretário de Segurança Pública que era um cara lá de cima que caçou o Lamarca é [?] esquecer, e que foi vereador várias vezes pelo PDS é e aí o Paulo Egydio Martins que tinha sido convidado parece para a posse do segundo mandato do Lula Paulo Egídio Martins parece que mandou o Secretário do Trabalho do Estado, mas como eles já se conheciam ele pegou e apresentou ele para o cara. Ah é você que anda falando mal de mim (risos) ele se expôs, mas principalmente depois da prisão do irmão que foi em 75. E a imprensa né namorando o Lula ele foi pro Roda Viva né e tentaram vetar o programa e aí tiveram que entrar em contato com o não sei o quê da censura pra liberar ele não falou nada de mais da entrevista que ele deu para a Playboy enfim sabe é aquela coisa que ele foi se fazendo

A: ganhando uma certa notoriedade?

OC: é ganhando foi ganhando vulto de tal forma que se não podia mais se fosse eliminar ia dar problema o Lula foi preso foi bem tratado

A: o regime sabia que não podia...

OC: Ce tem que prender prende, mas os caras tem que paparicar deixar ele ler jornal fazer qualquer coisa ter contatos externos etc o que dava tendo um charme muita gente o ele tá aqui preso porque ó (risos) virou um faz parte de um currículo que é diferente dos anos anteriores é não era currículo não era tortura mesmo e pau-de-arara e se fosse o caso matavam, mas aí passou a ser charmoso ser aí muita gente foi presa devida ou indevidamente o próprio Barelli foi preso depois, mas aí foi uma sacanagem que fizeram o outro foi o professor do direito constitucional foi preso na época.

A: mas isso influenciava na época?

OC: é ou senão pega mal porque a imprensa tem uma certa liberdade nacional e internacional como fica os caras tem muito receio toda empresa tem e o governo também ser mal visto lá fora ou internamente você tem que afrouxar uma coisa é o império da lei para os inimigos para os amigos tudo para os inimigos a força da lei

A: e o empresariado como é que via isso?

OC: o empresariado sempre apoiou o poder acobertava tropa de choque [?] os caras ficavam ai dentro batendo nos caras em 79 e 80 as empresas sempre ajudaram [?] dinheiro, força, logística davam um pau nos caras para eles tanto faz tu vai segurar os teus amigos não quero que faça greve aqui obRigação da polícia segurar os caras.

A: campanha dos 34% em 1977 negociação direta?

OC: [?] e ai no meio dessa negociação direta desde o começo e ai não quer dizer que seja bonzinho, mas você consegue pegar a FIESP e montar um quadro lá [?] mesas de negociação trabalhador e empresário vamos discutir e além de falta de uma política salarial.

LADO B – FITA II

A: a política salarial tinha escalas não é?

OC: é era três até três ganhava o INPC que era a inflação passada mais 10% de 3 a 10 ganhava o INPC e acima disso 80% do INPC

A: uma faixa ficava praticamente sem aumento nenhum?

OC: sem aumento nenhum que era praticamente a última, mas é todos eles recebiam que nem salaminho recebiam quase o INPC integral é que é uma forma de você redividir o reajuste entre os trabalhadores. Sem mexer no capital não é que nem Robim Hood tira dos que ganha mais põe nas mãos dos que ganham menos. Aquela coisa. Que surgiu em 79 final de 78 [?] então eu acho que é essas coisas foram fazendo não é que eles acusassem é que olha vai ter que ter uma abertura ai então a gente vai ter que prorrogar a agonia que foi até 85 não é.

A: as pautas sempre começaram econômicas?

OC: eu fiz uma vez um levantamento tinha uma vez que tinha sete itens depois foi para nove, quinze sem.

A: e na pauta anistia, etc?

OC: controle, comissões de fábrica não havia o risco do capital era o capitalista não quero dividir meu poder dentro da fábrica e ai isso não é de uma hora para a outra né. Você vai redução da jornada que a gente tava falando é uma batalha, batalha de Piraporinha em 85 para trazer antes da Constituição né foi em 85 a Constituição foi em 88 três anos antes os caras chegaram à conclusão de que tem que sair de 48 para 44 horas não é. [?] de lá para cá foram baixando, mas tudo isso são conquistas que vão magoando né PLR participação no lucro das fábricas começa num momento e vem ganhando corpo todo ano você fala não ano que vem você apresenta outra vez no outro ano se preciso for vamos sair apenas da discussão econômica e passar a situação de melhor situação no

emprego condições de trabalho acesso dos dirigentes sindicais nas fábricas, comissões de fábricas delegado sindical enfim.

A: esses itens políticos foram uma estratégia ou foi o clima da época?

OC: porque a situação ao longo da ditadura foi de tal forma manietando os interesses dos trabalhadores né acabando com a lei da estabilidade não é várias conquistas sindicais da época antes de 64 chegou em uma determinada situação em que você tem que reconquistar aquilo que você já teve no passado à luta pela jornada de trabalho vem desde o início do século não é você tinha que baixar e a própria lei da produtividade a produtividade na organização do trabalho não é com mais gente trabalhando mais tempo que você vai ter maior lucratividade, lucratividade é outra situação nós fizemos um seminário em 79 mostrando a questão da produtividade vieram vários dirigentes sindicais discutimos Mercadante Serra Conceição Tavares, Barelli.

A: os sindicalistas abriram para esse pessoal?

OC: Pedroso.

A: isso deu base?

OC: deu base Barelli quem negociava na época desde 75, 76 era o DIEESE e vinha aqui e assessorava o Lula direto era o Barelli, o Luis, o César. Eram três técnicos um era diretor-técnico, outro era vice e outro era assessor. Simples nessas questões econômicas de levantamento o primeiro levantamento feito aqui com base na lei de contribuição sindical você tinha que mapear quem são fazer um mapeamento da categoria foi em 72 com base na contribuição sindical que era o imposto sindical [?] aí o DIEESE fazia uma análise por estratificação mulheres, olha... quanto ganhava mostrando se era empresa nacional, estrangeira, multinacionais quanto é que pagava tudo isso não era uma coisa assim espontânea não pensado, mas foi feito análise de conjuntura com esse pessoal análise de balanço das empresas mostrando o grau de lucratividade que os setores tinham aquilo foi montando o que a gente fez de oitenta para cá e antes de oitenta tinha um jornalista muito legal que fazia um tal de bilhete do João Ferrador que era sempre um recado que o sindicato tava dando com toda aquela sabe aquiescência ó ilustríssimo Senhor fulano de tal Presidente da República a peozada aqui ta pensando assim e tal sabe tentando ganhar a consciência dos trabalhadores também e da coletividade e da população como um todo e por isso a intelectualidade começou a ver aqui no ABC é o centro das transformações da época era o lugar e o momento para fazer alguma coisa não só no movimento estudantil, professorado, mas trabalhadores que poderiam ser o motor da história.

A: [...]

OC: aconteceu pintou o momento surgiu à pessoa certa, mas o cenário inteiro favorecia isso como aconteceu em 68 lá em Osasco o cara foi preso pô uma greve histórica depois de 64 foi a primeira e

o cara foi afastado foi alijado não teve nem solidariedade não teve a imprensa não pode fazer nada tava no começo do Médici era um terror total. [?] Tem alguns momentos que é o momento.

A: Para o senhor porque aqui foi o momento? E a visão dos pesquisadores sobre a Revolução?

OC:

2) Entrevista realizada com o Sr. **José Ferreira de Souza** em 16/02/2005 no seu gabinete na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo.

JFS: Eu sou o primeiro vereador do PT né vereador e continuo até hoje no mesmo partido e com as eleições consecutivas né tenho muito orgulho disso porque vindo da roça do interior de Minas Gerais chegar aqui morar em favela trabalhar em era menor ainda tinha dezessete anos e ser guarda noturno primeiro emprego de carteira aqui depois metalúrgico né depois fui direção do partido candidato a deputado estadual e vereador então orgulho eu tenho orgulho do Lula ser Presidente da República hoje [?] que nós nessa década de setenta e oitenta [?] consideramos que a coisa mudou mesmo foi a partir de 78 quando veio à primeira greve da Scânia era um silêncio total nesse país você não podia se manifestar, mas existia também você sentia dentro das fábricas nessa época quando eu estava na Motores Perkins aqui em São Bernardo é eu senti que existia espécie de um caldeirão de pólvora, um barril de pólvora, mas que precisava de alguém (interrupção). Existia repetindo né um barril de pólvora o povo estava revoltado, mas com um certo medo precisava talvez né [?] tivesse alguém com coragem de fazer aquilo e é ai que surge a isso não vem de a toa surge ai é o Lula na época Luis Inácio da Silva surge o Lula esta época nós temos ah militantes do sindicato não por uma consciência de classe entendeu porque nós fomos pro sindicato o Lula foi em 75 já pra direção do sindicato como diretor ali, mas levado pelo José Ferreira da Silva que é o Frei Chico irmão dele que inclusive nós vamos homenageá-lo aqui na Câmara em setembro né e eu entrei no sindicato no quadro social do sindicato em 74 que quando entrei na primeira metalúrgica de São Bernardo a chamada Borg Warner que hoje é a Sacs né eu fui pra lá pra quê por que o Lula inteligente como sempre foi naquela época procurou um meio de atrair a peãozada para o sindicato porque até então o sindicato era aquele sindicato de carengo mesmo né as direções anteriores o pivô o presidente, principalmente sempre é não queria que a sindic... os trabalhadores se mobilizassem com raríssimas exceções né e o Lula fez o que como entendo assim como falar com essa peãozada então partiu do assistencialismo por que tinha o sindicato substituir a obrigação do Estado na questão do assistencialismo, médico, dentista, corte de cabelo então muitos entrava no sindicato por isso porque tinha um melhor tratamento dentário entendeu eu entrei para a escola para estudar porque o Lula já criou além não acabou de cara com esse serviço assistencialista porque seria ruptura de certa maneira e porque os trabalhadores não estavam preparados para isso o que ele fez criara um centro educacional Tiradentes onde preparar os trabalhadores onde eu pude fazer o primeiro grau que é o ginásio propriamente chamado Madureira antigamente né e ai ele foi o Lula sempre no meio vários dos diretores também estudando junto com a gente né foi fazendo aquele fomento na massa isso em 74 essa preparação em 78 quando surgiu primeira greve depois do regime militar de. grande vulto né

com a Scânia né e ai quando foi em 79 quando ai que eu falo pra você [?] través estourou dentro da Scânia quando foi em 79 que eu vou saindo para fora da fábrica eu encontro o Lula ali porta da Motores Perkins a diretoria do Lula na portaria da Perkins né entregando pra forja e chamando para ir para a luta vamos para a luta e falando aquilo que nós queríamos ouvir, mas não tinha ninguém que tinha coragem de falar aquilo entendeu [?] ali estourou fomos para o pau em 79 tanto é que no momento certo de terminar a greve ele terminou a greve.

A: na negociação:

JFS: com a negociação levou o nome de pelego por causa de uma minoria da categoria de um grupo ideológico e tal, mas foi assim em termos de conquista econômica foi a melhor greve e também política porque nós voltamos para dentro das fábricas organizados, cabeça erguida onde o empresário o patrão tinha medo de conversar com você coisas que não estava no [?] e fez com que procurasse o sindicato e respeitasse o sindicato. Quando foi em 80 a nossa greve de 80 ai deu no que deu que você já teve ter lido e visto foi àquela greve que o Lula falou eu não vou fazer mais o que eu fiz em 79 agora a peãozada vai ter que resistir e eu fui chamado de pelego houve até [?] foi uma greve política eu entendo foi uma greve vitoriosa politicamente, mas derrotada economicamente que nós ai perdemos a diretoria diretoria presa muitos de nós eu, por exemplo, fui detido aqui fiquei cinco dias preso né quando sai já estava não tava mais na Perkins eu estava na Schüller quando eu sai da cadeia que terminado a greve eu fui mandado embora sem direito da empresa, sem direito não fui mandado porque eu tinha pouco tempo nas prensas Schüller e ai para reorganizar depois foi quando nós criamos o fundo de greve fomos mantendo através de trancos e barrancos com o sindicato sob intervenção em 80 em 81 ainda sob intervenção nós começamos ai eu de dentro o processo de criação de estruturação do partido dos trabalhadores você não tinha. o. sindicato você só tinha uma proposta política né entendeu uma organização dos trabalhadores fora da estrutura sindical estrutura oficial você está fora da estrutura oficial né e a proposta muito avançada que é a de construir porque o partido já estava fundado até ai então porque o partido nasceu daquela idéia de 78 do Congresso de 78 quando lançaram aquele manif... aquelas idéias depois do manifesto em 80 década de 80 de luta fundaram o partido oficialmente, mas não tinha aquele o trabalhador rejeitava a questão partidária rejeitava eu mesmo rejeitava eu era eleitor do MDB contra a Arena a gente na cabeça nossa passava aquele negócio de fazer política partidária não é coisa nossa é coisa para intelectual para pessoa rica é isso que passava na cabeça e o Lula contribuiu com isso porque o Lula em 79 em 79 ele falou dentro do sindicato o dia que vocês verem eu falar em política que disse ou comentou [?] o pé na minha bunda e jogar pra fora com essas mesmas palavras então quer dizer se o nosso líder ta falando isso né [?] depois graças a várias correntes políticas tanto nacionalmente como também outros anônimos que vinham de fora para ajudar para mostrar que nós estávamos

equivocados né foi tanto que em 81 o Iº Conclate Conferência da classe trabalhadora na Praia Grande o 1º que eu participei até lá foi o maior depois do golpe de 64 pra cá um. senhor me perguntou que que você acha ta bom do jeito que está? Não está. E pra mudar é preciso mudar? É preciso Como faz para mudar? Mudar é ir para o pau? Não só ir para o pau, mas para o pau consciente criar um partido político ih caramba esse cara ta querendo mudar mudar a minha cabeça em 81 na Praia Grande e ai já voltamos de lá na luta sindical já começamos a definir uma comissão provisória do partido aqui né [?] eu vice-presidente do partido e fomos para os bairros para as favelas eu morava na favela fazer [?] e nós aproveitamos o partido de quebrar aquela eu não chamaria de preconceito, mas aquela resistência que os trabalhadores humildes que as pessoas tem de fazer um partido político. Através da nossa credibilidade na sociedade nós fomos fortalecendo e fundando os núcleos do partido o jardim do lago, por exemplo, foi um dos primeiros núcleos do partido no qual eu fui coordenador e teve uma contribuição como sempre tem das nossas lideranças sindicais e também da nossa proposta como organizar e que ajudou muito na ação do partido e que hoje o sindicato não faz o nosso sindicato não faz que é seguinte nós tínhamos naquela toda vez que tinha campanha salarial de 82 né 81 não representa porque tava sob intervenção, mas 82, por exemplo, nós tínhamos um grupo de diretores que era negociar com os empresários outro grupo diretor que ia negociar com a comunidade independente de ela ser metalúrgica categoria ia conversar coisas explicar ganhar eles para nossa proposta ia fazer esse trabalho de organizar o movimento popular entendeu então eles iam para as igrejas levar [?] e tal explicava entendeu aquelas pessoas qual a importância [?] a importância de transformar, aliás, de andar junta a luta política e econômica a luta política-partidária para chegar ao poder ai que nós começamos a ver que quando foi que eu acho que os trabalhadores falaram não tem jeito agora eu sou PTB né os trabalhadores operários né foi quando das eleições que nós o PMDB ganhou naquela época não sei porque eu acho que tinha 25 estados ou 21 estados o PMDB ganhou em quase tudo estados e ai a gente começa a encontrar com as mesmas dificuldades com as mesmas dificuldades não era para votar votamos o homem ganhou não ganhou e ai a situação e ai que eu acho que os trabalhadores não tem jeito vamos assumir trabalhador em geral não só operários como também os intelectuais que vieram desde a fundação para o partido dos trabalhadores, esse trabalho de base trabalho popular que a diretoria fazia se nós fazíamos, por exemplo, assembleia com os trabalhadores metalúrgicos e fazia as plenárias com os movimentos populares porque você ganhava as pessoas com sua proposta entendeu se tornava simpático você ia para uma greve né e fazia esse trabalho de articulação como o movimento popular para o sindicato então aquela pessoa mesmo nunca tendo sido operária não tendo marcado cartão, mas ele sabia em qualquer lugar explicar o porque nós estávamos em greve isso é muito importante o sindicato não faz isso hoje mudou muito essa relação de a relação do sindicato com as empresas

melhorou muito tecnicamente a capacidade de negociação tecnicamente, mas eu acho nós aqui em São Bernardo aqui no Sindicato dos Metalúrgicos se eu fosse hoje da diretoria eu propunha que voltassem a fazer isso entregou antes de entregar a pauta para o patrão na FIESP aquela pauta além de passar para aprovação da categoria levar para as plenárias populares porque lá o seguinte aqui em São Bernardo tem muito isto que não tem em outras cidades primeiro aquela pessoa que fala eu sou PT porque eu sou metalúrgico é entendeu né eu sou metalúrgico, mas tem também aqueles que na fábrica com os representantes. Dentro da fábrica dos trabalhadores né, mas ele no bairro dele não participa na comunidade na hora que tão precisando de uma creche precisando de um asfalto nem nada então aparece outros então eles acabam votando em outras propostas políticas em outros partidos políticos que não é aquele partido que a gente assim entende que representaria interesse dele então assim acaba sendo um herói dentro da fábrica, mas um leigo no local de moradia que ele não participa e essa luta que nós fazíamos antes de casar uma coisa com a outra de politizar o cara não gosta de sindicato não vai no sindicato, mas na fábrica no bairro ele é uma liderança popular entendeu ele é o cara que coordena a igreja no bairro coordena a sociedade de amigos o clube de mães o clube de futebol, mas ele não gosta de sindicato porque isso é tudo político não gosta mesmo certo e quando você traz a luta pro bairro dele onde ele mora ele enquadra ele fala poxa esse lado tem cabeça [?] então assim né uns dias antes nós. fizemos. em 82 nós fomos audaciosos porque lançamos o Lula governador do estado não é a gente pensava que ganhava né porque o Lula chegou a contar isto né e ele no interior nas áreas rural do estado ah cinco horas da tarde ele fazia comício com quatro mil pessoas né o Montoro que era o principal concorrente dele ia pra comunidade faziam com cem quinhentas pessoas só que o Montoro conversava com quem tinha titulo de eleitor então quem tinha poder o Lula conversava com a massa que nem titulo de eleitor tinha o negócio não é fácil e até hoje viu André até hoje aqui em São Bernardo vinte e dois anos de vereador porque o primeiro mandato foi de seis anos tenho vinte e dois anos termino esse mandato com vinte e seis anos de vereança, mas até hoje né eu sinto que as pessoas mais necessitadas as pessoas que mais precisa do PT ele não tem a consciência de votar no PT ele é tão carente de informação não é tão carente do debate que ele ainda não se atentou para isso entendeu tem muito essas dificuldades. ainda para trazer essas pessoas hoje agora o Lula ta sofrendo no governo federal. (interrupção)

A: questão na abertura. Lutas iniciam onde?

JFS: olha o PT se não tivesse o movimento operário igual houve aqui dos metalúrgicos na época [?] até hoje no ABC para os trabalhadores verem a diferença de classe não existia o Partido dos Trabalhadores o partido nasceu só tem o PT porque houve confronto foi uma resistência, uma reivindicação uma vontade dos trabalhadores ta de mudar esse país certo de mudanças mesmo olha nós aquilo que eu fiz há vinte e dois anos atrás hoje eu tenho que refletir será que eu faria hoje rapaz

olha veja bem olha aquela ditadura nós não enfrentamos polícia militar apenas nós enfrentamos uma força danada moço quem vem nos espancar aqui no ABC foi o exército ele que veio o brucutu do exército tava na praça da República na praça da ma... praça da igreja da matriz nós dentro da igreja nós dentro... nós dentro da igreja, dentro da igreja nós fomos pisoteado pelo exército jogaram bomba e água dentro da igreja entendeu e quanto mais a gente apanhava mais vontade tínhamos de lutar então foi um confronto um confronto mesmo para que os trabalhadores mostrassem esse grupo de trabalhadores e ai chamaria assim a elite política elite política progressista né aqui do Brasil mostrar para o país inteiro até para o mundo que precisava de mudanças e que o exército aquela ditadura não podia existir mais ela só cairia se a gente tivesse coragem de fazer o que nós fizemos com a liderança do Lula e o pessoal dele na linha de frente.

A: Greve de Osasco em 68?

JFS: teve, mas é uma coisa que ninguém lembra mais [?] uma coisa um parêntese que eu quero até te agradecer né agradecer a você e outros que procura contar essa história porque o meu filho de vinte e cinco anos vinte anos ele sabe do PT ele sabe da história porque ouviu alguém falar ele não participou e se você deixar se ninguém escrever ninguém falar sobre isso vai cair no esquecimento igual de Osasco também eu tive [?] uma grande greve de sapateiros que houve a greve do guarda-chuva então tudo lembra mais daqui a pouco passa que foi uma mil Maravilha que veio alguém ai com dó do povo querendo ser democrático e foi fazendo que eles chegassem lá e que o Lula chegasse lá sem ter confronto nenhum não é essa a realidade a realidade é outra diferente totalmente diferente.

A: para as elites o Lula não é a exceção que confirma a regra?

JFS: eu lembro que na nossa greve e depois na formação da chapa né quando o Lula não podia concorrer e nos chamou para montar a chapa porque tinha uma chapa do [?] querendo tomar o sindicato então o Lula formou uma chapa só de peão né a gente não tinha prática sindical era o chamado porra loca ia pro pau mesmo né o Lula montou uma chapa daquelas e apostou naquela chapa ele havia o Meneghelli, o Vicentinho o Ferreira o Valdemar o Paulo [?] ele apostou e jogou na frente da categoria fomos eleitos com noven... senão me engano com 92 ou 98% dos votos entendeu quer dizer isso tudo foi uma batalha travada que [?] você contar para o resto do mundo e o Lula até o Lula faz parte importante da sociedade brasileira dessa resquício da ditadura eles não engolem o Lula de jeito nenhum é só você ver o que ta acontecendo no Congresso Nacional entendeu o Lula não pode sair para articular para abrir porta para o Brasil lá fora que ai vem as criticas né que não são criticas que vem assim de simples trabalhadores que você entende o cara não tem essa ligação mais ampla né ganhar um salário seiscentos oitocentos reais ou ta desempregado vê o Presidente viajar fazer uma crítica [?] dele né que você tem que respeitar, mas essas outras criticas elas vem

uma critica de preconceituosa não aceita pessoas que vem lá de baixo no caso o Lula governar esse Brasil e vamos lutar para derrubá-lo se o Lula não ganhar a eleição no primeiro turno em 2006 [?] qualquer macartiam que for com o Lula para o segundo turno. esses caras vão também para derrubar o Lula eles tão com uma questão preconceituosa mesmo por não aceitar pessoas que vem lá de baixo perfil Lula nordestino né [?] assim de uma família até desestruturada porque ele no espaço de dois meses e pouco ele perdeu dois irmão foi um final do ano e outro agora porque você vai ver pessoas que tem uma origem pobre mesmo tem que lutar morreu com cinqüenta e dois anos sem trabalho [?] internado nessas clinicas aqui de baixo nível da cidade né que não tem convênio com nada irmão do Presidente, irmão do Presidente esse pessoal vai ser muitos anos para mudar esse conceito de classe no Brasil.

A: O que fez com que metalúrgicos tivessem coragem de enfrentar [...] noção de que a ditadura estava acabando?

JFS: o que foi muito importante nisso foi à solidariedade né nós no auge da ditadura o povo inteiro grande parte eu diria que 70, 80 % estava revoltada a situação que você passava e a falta de liberdade certo então isto foi aquilo que eu te falei do barril de pólvora entendeu [?] querendo as mudanças, mas não tinha um líder não tinha alguém que falava por aqui certo o Lula nessa parte foi muito habilidoso muita coragem, mas o Lula mesmo minha concepção ele não tinha essa visão do tamanho da encrenca que ele tava entrando certo ele não tinha porque é até nos palavreado dele né você vê as vidas mais intimas dele não sei se você já viu, mas [?] a gente ia pra porta de fábrica junto dormia no chão todo mundo junto porque ninguém ia para casa tinha que ta quatro horas da manhã na portaria da Volks no ABC então nós ficava reunido deitado no chão no mais no mais a gente com o Lula na casa dele dormir lá no chão da casa do Lula para no outro dia sair cedo quer dizer àquela pessoa que. dentro. da sala dele quer dizer aquela eu gosto da pinguinha quer dizer dentro da sala dele que antes era só fechado né taratantan a porta era aberta você subia no sindicato a primeira coisa que você via era a sala do Lula lá dentro tinha um negocinho de barrilzinho de assim copo ali os peão chegava o Lula ai taturana tam isso quebrou essa igual nós quebramos aqui na Câmara viu isso aqui quando nós entramos aqui em 83 sete vereadores que o PT elegeu aqui [?] pra chegar aqui não foi fácil não até nós mesmo o não queria se eleger aqui filho de operário daquelas grotas calcanhar amarelo [?] ai tinha que anunciar a secretária tal tal nós chegamos abrimos os gabinetes e o povo ai os mais antigos o PT vem bagunçar entendeu e assim você foi quebrando até hoje você sai aqui fora conversando com pessoa, mas quer falar com o vereador, mas ta falando com ele acha que o vereador é uma coisa pra chegar tem que passar por várias [?] e a gente quebrou isso porque o cara sai o cara fala o cara é bacana. falo olha quebra essa essa distância que tem a pessoa já é humilde quando você chega a vir

num departamento desses [?] a pessoa já chega muito humilhada [?] de qualquer maneira se você tratar o cara mau aí você derrota o cara [?].

LADO B – FITA I

A televisão francesa veio me entrevistar sobre o governo Lula o que que eu achava eu falei pra ele eu acredito demais abaixo de Deus no Lula pela competência e a coragem porque se um homem como o Lula na frente de um sindicato ninguém dá valor pro sindicato né na frente do sindicato comparado com o tamanho da estrutura que tem esse Brasil foi uma gota d'água no oceano e ele com aquele sindicato ele fez o que fez fez essa categoria tomar consciência de classe certo fez com que esse sindicato se projetasse nacionalmente e até internacionalmente ele com a competência que tem num Brasil desses certo ele tá trazendo muito desespero para essa elite que tá aí essa elite burguesa que tá aí trazendo preocupação porque ele vai mudar esse Brasil não vai ser na base da loucura não sabe vai sério fazer nesse Brasil principalmente se ele for elei... reeleito Brasil vai botar nos trilhos levantar auto estima o mais humilde vai falar puxa que bom hoje eu sou gente porque hoje eu sou considerado pessoa fica até se suicidando porque... isso é o Partido dos Trabalhadores ele vem por mais erros que nos cometemos ainda vamos cometer vários erros, mas a contribuição né de que ele trouxe para o povo brasileiro um exemplo até mundial porque fazer que um trabalhador lá do chão da fábrica chegar ao posto maior do seu país entendeu e você sabe [?] o último acontecimento em Brasília reflete um pouco isso viu apesar da da o que o Fernando Henrique fez lamentavelmente, mas o Severino Cavalcanti chegar ali você vê como repercute você vê sempre o comentário que primeiro ele explorou o lado ser nordestino não ter curso superior se sendo do baixo primeiro o cara falou em relação disto pô pai não brinca não que tá começando a [?] eu acho que a pancada na ditadura militar ela veio no momento certo ela veio no momento certo e foi assim (risos) eu não sei se o Lula foi [?] naquele momento agora foi o momento certo certo somou com a vontade do povo e tirou proveito da da consciência desse povo ele foi um fruto nosso ele foi uma pessoa que conscientizou né junto com essa categoria certo eu não sei se o Lula ainda hoje gosta de ler, mas, por exemplo, ele nunca foi um cara de sentar e pegar um livro para ler né agora tão subestimando a inteligência desse cara.

A: com que aprendeu?

JFS: na troca de idéias, de Congresso de conversas de opiniões.

A: a presença de intelectuais nos Congressos?

JFS: não o próprio Mon... o Fernando Henrique eu não fiz ainda não tinha essa consciência né, mas assim de fato o Lula foi fazer campanha para o Fernando Henrique [?] também teve várias vezes aqui.

A: a classe política ajudou?

JFS: eu acho que ajudaram ajudaram o próprio Fernando Henrique na época e o Teotônio vilela o Suplicy entendeu essas pessoas ajudaram muito os educadores como o o velho lá o Paulo Freire o Paulo Freire entendia mais ele dava aula pra gente ele entendia mais ele ele falava mais um palavreado também o Florestan a aula que nós também tivemos com a Marilena Chauí uns palavreado mais difícil, mas acaba [?] O Paulo Freire tinha muito isso palavras muito claras para você. Henfil teve pra caramba conosco ih! rapaz o Henfil nós tava com a com a dificuldade para mobilizar a categoria porque é lógico que todo mundo unido você tem aqueles que traem a consciência aqueles que traem por inocência também que que não querem saber mais e fica muito difícil mobilizar né a categoria ai nós chamamos o Henfil para dar uma idéia do que poderia mecher com essa categoria não sei se o pessoal já te falou isso né ele inventou as frases né ele falou a categoria ele falou pra gente assim ele falou é o seguinte vocês aqui vocês tem tido um momento sério isso dificulta não tem essa ai porque você tem que relaxar um pouco tem que relaxar um pouco para dar mais abertura ai ele criou várias frases comida dá câncer fazer hora extra faz bem tudo que a categoria era contrária ele inverteu e formamos um grupo de pessoas né de muita confiança né [?] pra levar esse material e jogar locais dos trabalhadores e ai foi revoltando revoltando e ai o cara ligava pro sindicato falar que o sindicato pelegou [?] a gente ia. nas. portas de fábricas e os caras questionavam [?] isso é coisa do patrão é coisa de puxa-saco outro cara falava e sindicatos pode deixar que a gente ta investigando e quando a gente descobrir quem é esse picareta esse safado [?] quem é esse safado esse pelego se for patrão nos vamos por ele para correr de dentro da fábrica se for peão puxa-saco nós vamos trazer ele na porta de fábrica para vocês darem um “cacete” e foi pá pá ai nós começamos a soltar que tava quase descobrindo quem eram as pessoas e que no dia tal daquela assembléia nós ia mostrar os culpados virgem nossa lotou aquele sindicato de trabalhador [?] ai a gente assumiu assumiu né explicou tal tal tal. [?].

A: Solidariedade de outros setores?

JFS: artistas, religiosos olha contou com tudo quanto é tipo de segmentos esse movimento contou com esse tipo de solidariedade então foi difícil, mas foi possível Ih rapaz nós fazia cada reunião escondida uma noite reunida aqui né na Igreja na aqui Dutra Nogueira Garcez na outra noite a gente reunia lá em Diadema outra noite lá em outra cidade porque não podia andar duas três pessoas andando junto conversando ta louco rapaz isso é vida? Isso não é vida quer dizer valeu a pena valeu a pena

A: isso tinha relação com a crise econômica?

JFS: tem porque eu não me lembro à data exata, mas começou em 77 com a briga pela reposição de um parece 34,7% que o Delfim Netto tinha comido da gente e a questão que mais mobiliza é você mexer no bolso da pessoa entendeu mecheu o pessoal vai pro pau isso é à volta você tá tirando os direitos da pessoa aquilo que a pessoa já tem porque que a ela é classe média é o fiel da balança o cara tá lá com dois carrinhos um dele um da dois carros um dele um da [?] pra ir pra escola um dia você vai perceber que tem que se desfazer daquele bem porque e tal pô isso vai revoltando você tá perdendo aquilo que você já adquiriu né é inédito é o caso dos trabalhadores entendeu logo que ele descobriu que tinha sido roubado essa é a palavra mexer com o bem da pessoa e aí a situação econômica não é por aí a crise econômica porque o momento era melhor para emprego, mas também você não tinha uma coisa que era o mínimo de estabilidade existia também uma rotatividade muito grande entendeu então quer dizer. olha bem a sacanagem você tava numa empresa dois três anos aí você, por exemplo, adquire um reajuste de 10% ou 20% né e aí aquele reajuste na verdade só ficava no papel o repasse de preço da mercadoria do empresário porque você era mandado embora substituído por outro para ganhar a metade do que você ganhava e você emprego você achava só que pela metade do que você tava ganhando então tinha emprego só que era essa troca de mão de obra que se fazia e esses 10% que você ia ganhar esses 20% era repassado para o produto então o patrão ficava cada vez mais rico os caras ficava cada vez mais rico e o peão cada vez mais pobre tinha emprego, mas porque tinha rotatividade hoje não você tem peão que já se aposentou e continua trabalhando porque a mobilização dos trabalhadores veio trazer também a garantia de emprego para ele nós mudamos o caráter dos cipeiros a peãozada ia votar lá nas Capas nas comissões de prevenção de acidentes eles eles votavam de gozação no macaco Tião aquele peão aquele. trabalhador que fazia mais brincava que mais bebia é que ia ser eleito nem sabia porque estava sendo eleito não brigava pelo interesse dos trabalhadores nós fomos mudando essa característica Cipa é instrumento de luta né tem que eleger pessoas comprometidas com o dia-a-dia dos trabalhadores no seu local de trabalho aquela pessoa que tem coragem de peitar o chefe se perceber que no local de trabalho que a pessoa está trabalhando levar risco de acidente risco de vida para a pessoa entendeu então quer dizer foi mudando essa coisa pra trabalho intenso pra mudar essa mentalidade entendeu a outro foi à conquista das comissões de fábrica a chamada comissão de fábrica não foi fácil isso aí outra coisa importante também citar mesmo o sindicato sob intervenção né o governo teve a sua junta trabalhadora os trabalhadores não reconheceram ela para negociar reconheceram a diretoria cassada pra negociar isso foi uma pancada na ditadura foi uma pancada porque o empresário falou vou negociar com quem tem legitimidade você não tem não vou negociar com você porque amanhã eu

parar de novo isso tudo são rupturas rupturas que você tá fazendo isso às vezes as pessoas não dão conta.

A: a ditadura com a reintegração dos dirigentes sindicais em 79 não deu um sinal de fraqueza?

JFS: fraqueza da ditadura coragem da categoria coragem da diretoria do Lula [?] e nós colocamos na chapa pessoas para concorrer que não podiam por lei concorrer e eles tiveram que engolir certo e nós montamos uma chapa quando nós fomos caçados aí montamos uma outra chapa cassou a do Lula e depois cassou nós em 83 montamos uma outra chapa e nessa chapa nós pusemos mais quatro diretores [?], mas esse cara não pode por lei não pode, mas vai ser e esse daqui também nós colocamos na época o Vicentinho o Cândido não sei se o Meneguelli entendeu colocamos na chapa outra vez e fomos nós éramos atrevidos rapaz nós éramos audaciosos mesmos não tínhamos medo do negócio mesmo.

A: e a crescente politização da luta?

JFS: começou como uma luta econômica e dentro da luta econômica né nós colocamos as bandeiras de lutas políticas anistia para os cassados anistia para os presos políticos tudo que você colocava ali e sabe o que acontece era bem aceito rapaz

A: e a estratégia?

JFS: [?] chegou pra nós notícia que tinha alguém sendo injustiçado nós colocava em pauta vamos pra cima certo [?] não tinha assim uma visão política de onde a gente podia chegar com aquilo, portanto quando o pau comeu solto mesmo quando surgiu na não sei se foi numa papelzinho que a gente chama de filipeta né que foi distribuído que a gente falou queremos o poder. O cara não quer o cara não quer apenas garantia de emprego e bom salário o cara quer é o poder quer o poder então toma aí o poder vem em cima mesmo [?] olha vai rodar muita coisa ainda esse país vai ter muito confronto grandes confrontos para continuar avançando também não podemos ser chamados porra-loca também avançar com os pés no chão certo avançar com os pés no chão, portanto depois de 86 que foi a última cassação no sindicato nós também começamos a avaliar a situação [?].

3) e 4) Entrevistas realizadas com os Srs. **Elizeu Marques e Josimar Bezerra** em 17/02/2005 na sede da TV dos Trabalhadores (TVT) em São Bernardo do Campo.

- Obs: nessa entrevista fugimos a metodologia adotada para as entrevistas em virtude do entrevistado Sr. Elizeu Marques argumentar que para uma melhor reconstituição dos eventos dados pelas dificuldades da memória seria mais útil contar com o auxílio do Sr. Josimar Bezerra que também vivenciou a época investigada e guarda os fatos com grande acuidade.

LADO A- FITA I

EM: eu não lembro muito bem ta, mas ele pode...

A: o importante é tentar desvelar o possível.[...] e o assunto até em virtude da eleição do Lula ficou muito centrado na figura dele, mas teve uma infinidade de outras pessoas de outros militantes.

EM: é e cada um teve o seu papel né

A: como vocês perceberam a campanha salarial dos 34,1% e que deflagrou uma campanha que levou as greves do final dos anos 70?

EM: é importante é importante explicar-se que mesmo em função de toda a repressão que existia na época então o sindicalismo ele ficou um bom tempo é sem nenhuma manifestação maior e tal nesse período de 70 e aonde veio aparecer um primeiro movimento e que a partir dali começou a se desencadear movimentos maiores que foi o movimento da Scânia né foi uma parada na Scânia que até então ninguém tinha é ninguém tinha a coragem ter tido a coragem de bom vamos enfrentar e tal então teve uma parada geral na Scânia que foi em 78 foi isso?

JB: 12 de maio de 78

EM: é maio de 78 e foi o na verdade aquilo lá foi uma surpresa para muita gente ninguém acreditava que num período aquele lá o pessoal tivesse a coragem de parar uma empresa como pararam né então né a partir daquele movimento na Scânia aquela parede e que foi um movimento que na verdade foi vitorioso né é a partir dali é que aonde os trabalhadores das demais empresas viram que o caminho tinha que ser por ali mesmo né e ai foi que em 78 mesmo né ainda em 79 ainda em 79 né em 79 que surgiu uma grande greve né que a categoria não foi só a Scânia né, mas outras categorias também pararam então foi a primeira primeira cassação que teve aqui do intervenção quer dizer no sindicato em 79 e e ai viram que o caminho era esse mesmo que os trabalhadores se organizavam sabe e paravam mesmo a produção ou senão ia continuar sempre daquele jeito né quer dizer não conseguiam na verdade as campanhas salariais não conseguiam nem sequer repor sabe a inflação do período né imagina pedir um aumento real. naquela época então quer dizer a partir desse movimento

da Scânia teve um movimento maior em 79 e em 80 é que foi o grande movimento. Não sei se você se lembra de alguma coisa né?

JB: é porque a greve que tinha nos anos 70 antes de 78 eram aquelas greves espontâneas né a repressão das chefias mais nos locais de trabalho então o pessoal parava ali quatro cinco horas e voltava a trabalhar então aquela idéia de pinga-pinga [?] não tinha uma greve articulada.

EM: de massa

JB: de massa né assim objetiva então com a entrada do Lula em 75 as campanha de 76 e 77 já começa a ter outro parâmetro quem sempre negociava era a Federação então era baseado na questão assim a Federação que representa a Federação que negocia junto com os empresários a partir de 76 já começa a criar um grupo de sindicatos né grupo dos seis eu acho que chamava né que era Santo André, São Bernardo, São Caetano, Campinas, Limeira e outros ai e romperam com a Federação então os patrões se recusavam a negociar com esse grupo só negociavam se fosse com o tal do Argeu que era o Presidente da Federação foi assim começou ai um movimento olha não dá pra gente seguir só a Federação não vamos seguir só a questão institucional seguir a regra que determina a Delegacia do Trabalho né chamar o Sindicato ela que negocia e decide os presidentes vão lá só pra assistir a negociação né tiram uma pauta ai coloca lá a Federação que representa o sindicato a partir da começa não a gente tem que representar a gente tem que ta [?] e a Federação tem que ta nessa coisa oficial que a Federação representa e a gente negocia ai em 77 tem a campanha pelos 34 né não deu em nada ai em 78 tem a greve dos metalúrgicos daí a Scânia para logo em seguida para a Ford para a Mercedes para a Volks vai criando um montão de idéias né vai [?] parou a linha os transportes, mas tudo já estourou na Scânia a experiência da Scânia se eles romperam se eles conquistaram porque a gente não conquista.

A: a Scânia foi então a base

JB: é ela fez a greve e [?] a Scânia parou.

EM: é ela mostrou um caminho

JB: é mostrou um caminho é a Scânia parou vamos parar também eles conquistaram [?] eu era menor de idade e a política era só ter um salário mínimo né então você falava em aumentar era aumentar o salário mínimo então o governo derrubava a liminar e aumentava o meu salário você não tinha aumento coisa nenhuma era só o salário mínimo e você não tinha mais a questão da meta da inflação que o governo estabelecia né não sei se era o Delfim não sei se era o outro lá [?], mas tinha uma política de botar uma meta de inflação tem que ser aquela lá no pau no pau então eles faziam uma forma de burlar aquela que nem o governo ta fazendo agora a inflação [?] né ai o governo passava [?] eles mudavam os dados pra esconder e falavam a inflação foi 12 e na verdade foi 34.

A: era um limite para o salário

JB: essa era a política do Geisel né a gente não pode extrapolar tanto [?] aumentar as metas acima disso.

EM: na verdade em função desses movimentos que começaram na verdade e de confrontar com o sistema ai começa então uma perseguição né o sindicato começa a ficar então muito visado então os trabalhadores começam então a ficar muito visados o sindicato para ter acesso em porta de fábrica é um problema sério sabe os trabalhadores para entrar com informação dos sindicatos tinham que entrar com boletins escondidos mesmo né e se pegassem mandavam embora mesmo ai e ai tinha aquela lista de trabalhadores que não conseguiam emprego em lugar nenhum porque era já era manjado tinha uma lista a tal da lista negra que ele diz que eles falavam que os empresários tinham que eram os trabalhadores que tavam fichado mesmo e que não iam conseguir emprego então a partir dessa mobilização começa também o pessoal a ficar mais de olho né o sistema né em cima do movimento e de pessoas de dirigentes para você ter uma idéia a gente fazer uma chapa pra concorrer a uma eleição dos sindicato você tinha que fazer isso no maior sigilo mesmo porque qualquer empresa que soubesse que o fulano de tal tva pensando em se inscrever ou tava inscrito para concorrer as eleição no sindicato os caras já tiravam ele fora logo então tinha todo um esquema de se fazer isso no maior sigilo bem clandestino mesmo e ai só vinha a público só depois que era registrado no Ministério tal que ai tinha uma estabilidade e negócio então ai começa a partir desses movimentos começa uma perseguição muito maior em cima tanto dos dirigentes quanto dos militantes e então em 80 aconteceu tudo aquilo de prenderem cassar ameaçar e e sabe outras coisas eu tive muitos companheiros eu fui um que cheguei até apanhar do pessoal muitos apanharam muitos até sumiram e eu era era bem isso porque tava na verdade uma categoria dar um regime que há muitos anos vinha ai massacrando ai então era um momento muito difícil.

A: 68 teve repressão mesmo [...].

EM: mas é, pois é como você disse Osasco teve teve um movimento, mas em 70 o governo vem e faz o que fez né exilou um monte de gente, prendeu um monte de gente torturou um monte de gente então ficou um período ali né o pessoal calado em função do que aconteceu em 70 né em 70 os caras puseram para fora do país um monte de [?] e outros que não que sumiram né, mas na copa de 70, por exemplo, aquela história que você sabe né enquanto tava ali a copa do mundo o pessoal tava prendendo tava torturando e ai conseguiram através daqueles pessoal mais organizado através daqueles seqüestros que fazia pra poder soltar alguns que tavam presos e poder exilar eles né e ai uns foram para Cuba outros para o Chile outros alguns países que aceitavam esse pessoal quer dizer então até dá para entender porque o pessoal ficou calado um período em função desse né que foi muito duro né mais aqui nem eu falei quando começa de 78 começa a pintar o movimento em 80 também ai o bicho pegou porque a estrutura que o governo colocou aqui em cima sabe de

repressão parecia uma guerra mesmo pra você ver se você vê aqueles brucutu né que os caras vinham né que chamava de brucutu que eram uns caminhões blindados fechados que quando você abria a porta saia sabe quarenta cinquenta cara lá de dentro lá tudo muito bem armado e tal e vinha para bater mesmo arriar o pau e então quer dizer ia cavalaria ia helicóptero ia e mesmo assim a gente juntando cem mil pessoas dentro de um estádio né sabe ali eu acho que ali foi quando o governo também percebeu e falou pô olha o pessoal ta organizado né ta indo para cima, mas o pessoal mesmo prendendo quer dizer a última cartada deles foi prender todo mundo quase os dirigentes, mas cada um que prendia sempre tinha um outro que assumia a assembléia e tocava né foram buscar o Lula de madrugada na casa dele os outros diretores o mesmo esquema o cara ta dentro de casa e chega o pessoal do Dops e leva embora mesmo e ninguém sabe onde é que ta e ficaram dezesseis dias presos. aquela história toda quer dizer toda uma história ai que hoje que nem você falou né certo hoje temos o Lula lá presidente né operário todo mundo em função do que em função do movimento que não foi um movimento de ontem não, ou antes, de ontem não um movimento que vem lá de trás que cada um tem sua participação uns com mais intensidade outros com menos, mas cada um contribuiu um pouco nesse sabe que a gente chegasse a isso se até pouco tempo atrás você falasse que um peão fosse ser Presidente da República tinha gente que dava risada e falava assim pô você ta ficando louco né sabe [?] tá mostrando que dá pra ser e que tem condições de governar, mas é isso.

A: governando cheio de amarras legais né.

JB: ele ta vendo que a maquina ta viciada né [?] outra coisa é dá ordem e a ordem chegar lá embaixo.

EM: tudo tem que se passar por um fórum maior também que é [?].

A: uma coisa é pegar o sindicato cheio de amarras legais [...].

EM: tanto é que o sindicato naquele período o sindicato era uma entidade que era para ter médico, dentista, colônia de férias o governo dava o local para construir a colônia de férias para o sindicato sabe então você da todo esse tipo de assistencialismo pra um [?] e pra gente ir quebrando isso ai não foi um negócio muito fácil você ter barbeiro dentro de um sindicato [?] tem que ter barbeiro né ter dentista sabe isso ai na verdade né era uma obrigação do Estado né na medida que o sindicato é um órgão de luta de organizar os trabalhadores né [?] agora só que para você conseguir também ir quebrando isto até para os entender trabalhadores que você tinha que tirar esse tipo de coisa também não é nada fácil você tem que estar politizando o pessoal sabe você tem que [?] é bem isso.

JB: o cara vai falar vou pagar um por cento do mensalão para não ter beneficio nenhum o cara acha um beneficio [?] o beneficio [?] colônia de férias um bom médico uma boa farmácia [?].

EM: tem toda uma estrutura né que contribuía para que os trabalhadores pensassem dessa forma você pegava sabe os meios de comunicação hoje ainda mudou um pouco né, mas era um terror né

essas greves de 80 principalmente a própria Globo cansou de mostrar imagens anteriores do pessoal trabalhando na empresa dizendo que tava normal o pessoal voltou ao trabalho entende.

JB: [?] pô a dona de casa lavando roupa ouvindo radinho e fala o cara em vez de ta trabalhando ta lá vendo novela ta quebrando [?] tá atrapalhando o Brasil [?] pra crescer sabe e esses sindicalistas ai o cara quando chegava em casa à mulher brigava com o cara.

EM: você imagina você ta na sua casa e ai uma emissora de TV ai mostra que o pessoal ta trabalhando que a empresa ta normal o que que a mulher vai achar pô, mas o cara ta trabalhando pô é brincadeira esse cara vai perder o emprego é quer dizer era todo um [?], mas eu até não sei se você não tem um ponto assim.

A: Geisel, meu governo foi tranqüilo exceção do Lula e das greves que atrapalharam [...] vocês acham que de certa maneira essa indecisão que parecia um momento que o regime tava titubeando [...] não sabia para onde ia?

JB: [?] não tinha essa consciência política que é a manifestação né se você tem um sentimento de injustiça o pessoal ia para frente né não tinha essa relação política que você [?] sabe isso era instantâneo sabe o próprio Lula o próprio sindicalista falava quando vinha um pessoal entrevistar em depoimentos não vai misturar a nossa greve aqui com a questão política estudante é estudante trabalhador é trabalhador e tinha muito disso a solidariedade o pessoal da igreja da comunidade vinha ajudar a recolher mantimento a trazer o mantimento então esse movimentos que tavam contra o regime tavam muito ligado ao ABC que era o pessoal da igreja da pastoral operária você pega muita gente que morava na grande São Paulo aqui em Mauá entende o pessoal vai se reunindo é nas igrejas né aproveitaram os espaços da igreja para aproveitar para ir lá fazer reunião o pessoal que trabalhava na vida sindical e já pegar mantimentos sabe então tinha essa coisa da solidariedade, mas era um sentimento. de injustiça não era uma coisa onde você ia [?] claro que tinha dentro do movimento tinha pessoal ideológico tinha o pessoal do PC do B [?] que a situação pra tentar manobrar e ganhar coisas políticas o alemãozinho depois que o Lula foi preso assumiu a greve osmarzinho também [?] também assumiu a greve então tem esse pessoal que tava aqui dentro dessas [?] à esquerda [?] e que nesse movimento eles ajudaram, mas também ajudaram tentando cooptar.

EM: por que eles tinham interesses

JB: políticos

EM: na organização deles e era um espaço que eles tavam ali que eles não queriam abrir mão [?] tanto é que você pega você pega depois o grande movimento de 80 que ai o sindicato ficou em intervenção durante um ano e ai entramos e ai o sindicato chama eleições né chamam montam uma junta governativa e chama eleições novamente a ao foi onde eu entrei o Jair enquanto presidente o Vicentinho o pessoal esse mesmo pessoal que assumia os movimento que era do MR-8 tal e outras

tendências montaram uma chapa [?] que é a chapa dois que uma chapa e ai vieram para cima e ai criticando o Lula e outros companheiros que tavam nessa chapa então quer dizer uma chapa de oposição mesmo um pessoal que em 80 assumiu junto né não manteve esse papel deles em 80 ninguém pode questionar né em 80 mesmo sabendo mesmo sendo do MR-8 ou de outras tendências, mas ai vem bem o que ele ta dizendo né qual que era o objetivo desse pessoal que tava infiltrado certo era o pessoal ser conhecido o pessoal marcar presença. o pessoal se tornar uma liderança para tomar esse sindicato em 81 eles tentaram, mas perderam feio assim é a eleição terminou eles tiveram eu acho que em torno de 10% essa diferença da chapa um onde o Lula tava apoiando e tal e o Lula fazia com que o pessoal passado era assim não podia se candidatar agora à chapa com 24 membros ate 16 pessoas o Ministério aprovava você podia ter até oito membros impugnados que ela concorria normalmente então o que aconteceu em 81 montamos uma chapa com os 24 aonde pusemos quatro, quatro pessoas que a gente já sabia que ia ser impugnados porque eles foram caçados em 80 e o Lula era um deles fazia parte da chapa em 81 mesmo a gente sabendo que esses quatro iam ser impugnados, mas ainda a gente podia concorrer tranqüilamente então o Lula fazia parte de uma chapa também em 81 que em só foi dois anos em 83 foi cassaram também [?] e ai foi à última intervenção e cassação que teve no sindicato em 83 e foi nessa diretoria onde eu participei onde entrou. quase. todo mundo como novo Jair, Vicentinho e é isso.

A: parece quase uma estratégia

EM: todo o movimento que a gente fazia eles toda vez não queriam que a gente dizia que era reivindicatório todos os movimentos o que eles diziam é que era um movimento político e encima disso que eles tentavam é mostrar a ilegalidade do movimento

JB: e desqualificar também [?].

EM: para você ter uma idéia essa ultima intervenção nossa e cassação em 83 aonde nós paramos São Bernardo e fizemos um arrastão e tal eles alegaram que nós tavamos fazendo aquilo lá em função de uma intervenção que teve nos petroleiros de Campinas sabe que era uma greve política [?] e a gente dizia que não e era isso sabe e foi quando eles colocaram aquele decreto né decreto-lei e tal e ai a gente fez foi um grande arrastão ninguém tava esperando que fosse fazer o sindicato de manhã apareceu nas portas de fábrica tirou todo mundo para fora e veio parando todas né teve então no Paço Municipal mais de cem mil pessoas né isso em 83 foi foi à última intervenção e cassação [?] ultima grande.

A: vocês acham que naquele momento existiu alguma janela uma brecha [...].

JB: [?] não tinha a nossa campanha salarial em 78 outras categorias param os bancários no Rio Grande do Sul os professores em São Paulo o pessoal começa a [?] a inflação é galopante o custo de vida é alto quer dizer a própria necessidade à própria sociedade começaram a fazer isso movimento

pela anistia as eleições que o MDB já tinha ganhado no próprio estado de São Paulo o Montoro tinha sido eleito senador e outros estados também tinham deputados e senadores progressistas e tal [?] então era um todo da sociedade não era só metalúrgicos os metalúrgicos amplificavam isso porque dava mais visibilidade [?] uma coisa era você ver o movimento do custo de vida em São Paulo outra coisa era cem mil metalúrgicos reunidos num campo quer dizer os dois tinham o mesmo objetivo, mas quem dava destaque era quem tava parado você parar encher uma rua dessa largura dava notícia né você colocar cem mil pessoas lá dentro da catedral [?] você saia no jornal.

EM: é quando você conseguia parar a produção você imagina naquela época a Volkswagen era quarenta mil funcionários você imagina você parar uma Volkswagen o que significa isso pro país entende você parar uma Mercedes-benz quer dizer era um problema sério não era fácil hoje a Volkswagen deve ter quinze mil funcionários, mas era mais de quarenta mil peões ali dentro você parar uma empresa dessas daí puta merda.

JB: [?] trinta dias parado como em 80.

EM: [?] tinha que arriar o pau e acabar mesmo com o movimento o mais rápido o possível entende.

JB: a luta ali não era só política era econômica também

EM: você sabe que teve um desses movimentos aonde o pessoal da Bandeirantes na rádio né tava falando sobre o movimento mostrando mostrando assim na rádio eles tiraram a emissora do ar ficou o dia inteiro fora do ar por causa da notícia que da forma que eles tavam abordando o movimento então quer dizer era um negócio complicado né você sair de manhã para uma porta de fábrica sabe falar com os trabalhadores e não sabia se voltava né era bem isso né complicado não era fácil ou você tinha consciência e ai aonde os trabalhadores de São Bernardo mostrou um caminho tem que ser por ai é um pouco isso falar que se dane sabe com o que vai acontecer, mas a gente tem o que fazer daí os caras falam a gente prende o movimento e pelo contrário isso cria uma revolta ainda maior né agora já não é mais só aquilo agora é mais a.

JB: libertação dos caras

EM: libertação dos caras

LADO B-FITA I

JB: [?] quinze para dezesseis anos trabalha numa fabriqueta que começaram a falar porque o Dops vai prender o, mas quem é Dops pô você não tinha noção do que era aquela sigla entendeu sabe ai você começa Dops, regime, prisão ai você começa matou fulano matou cicrano você não tinha idéia.

EM: para você ter uma idéia o quando quando o pessoal me prendeu em 80 eu não era dirigente sindical eu era um [?] e ai a forma que o pessoal pressionava o cara falava assim para mim você não

tem carro eu tenho eles tavam com os meus documentos porque você não vai trabalhar você tem que se foder mesmo vai atrás do Lula seu trouxa vai e era assim os caras pressionavam e iam para o pau mesmo os caras não iam só na palavra os caras batiam e batiam feio então era assim uma forma de pressão os caras se infiltravam no meio você ia numa assembléia você não podia ta conversando assim qualquer coisa com o cara do seu lado sem você conhecer ele porque com certeza ele era alguma do Dops sabe que tava o mesmo cara que me prendeu, por exemplo, que é como era o nome dele o irmão do Sérgio Chulapa o é aquele bom o mesmo cara que me pegou um dia no outro dia eu to na assembléia aqui na matriz ele ta no meio do pessoal entendeu e ai a minha reação qual é que foi sair fora podia até tentar organizar. o. pessoal e falar aquele cara ali, mas você não sabe como é que ele ta ali como é que é o esquema pô se o cara vier aqui me pegar outra vez eu sei que eu estou enrabado então eu sai fora daqui de perto desse cara né entendeu.

A: importante porque às vezes a gente olha para o passado e parece que não houve medo

EM: (atende ao telefone)

JB: [?] a antigas lideranças já tinham sido fuzilados entendeu então isso aconteceu no país inteiro então você vê lá no sul com depois de vários [?] quem vai despontar é o Olívio então ele vem lá de sessenta e poucos fazendo oposição sindical entra [?] então sabe ai vem o Gushikem em São Paulo [?] todo esse pessoal começa a ver que a própria estrutura sindical não é correta não é uma estrutura legal que represente os trabalhadores é de cima para baixo [?] então o pessoal começa a participar de oposições sindicais onde tem intervenção onde tem um grupo mais contestador não é com outra visão e foi isso que aconteceu em São Bernardo quando o Lula entra ele já começa a [?] olha dessa forma que ta sendo feita à gente não vai chegar a lugar nenhum não é porque [?] sindicato não tem quase nenhuma hora de sentar na mesa de negociação [?] pô com essa estrutura que ta montada ai [?] e ai começa a ver que o cara vem que começa a ter implicação política né o Lula vem e fala isso. né que [?] na greve em Brasília ele não foi recebido por ninguém ô pô eu venho aqui eu sou presidente de um sindicato e não tenho nenhum representante dos trabalhadores ai o cara começa a ver pô eu preciso eleger alguém.

EM: ai é que vem começa você começa não adianta você ta fazendo um puta de um movimento aqui [?], mas que você também não tenha pessoas é dentro do Congresso sabe dentro da Assembléia fazendo sabe que estejam defendendo os trabalhadores porque tudo se resolve lá né então ai começa a se discutir a importância de você ter representantes dos trabalhadores também nessas instâncias sabe para poder estar interferindo porque tudo se decide ali.

JB: ai começa essa campanha de ter que se dar um passo a mais né sabe e o que que é e ai ta os vinte e cinco anos os vinte e cinco anos do PT agora né em defesa que é um partido [?] ai sim ai começa vários sindicalistas a fazer política né o Lula em 78 apoiou o Fernando Henrique [?] suplente de

senador tava ali [?] quando dá aquele choque lá dá pra todo mundo né nos anos oitenta [?] tem que votar no trabalhador tem que né ai que a consciência muda quer dizer o movimento não foi feito por quem tinha consciência o movimento fez a gente ter consciência ao contrário entendeu [?] não foi um movimento que tinha consciência para fazer aquilo lá entendeu de sentar aqui de ter estratégia de ter ideologia os militantes já ideológicos não era um monte de sabe cara de tava ali não ta legal vamos falar vamos dar porrada e assim ia falava que ia dar pau [?].

A: e essa interferência dos políticos [...]?

JB: [?] todos eles vinham aqui né o Ulisses veio aqui é fundamental e o lance da solidariedade sabe [?] olha por um lado o pessoal extrapolava e apavorava isso que era o pessoal da Arena, mas tem um outro lado o pessoal que é do Partido Democrático Montoro né o [?] é que o prefeito nesse momento era do PMDB entendeu claro se ele não fosse do PMDB fosse outro cara da Arena talvez ele não contribuísse ele como contribuiu sabe liberar o campo liberar o Paço ajudar a falar com o governador que era o Maluf na época sabe fazer denúncias [?] Pô ele tinha um papel importante [?] eu não sei se fosse um outro prefeito ia ter a mesma contribuição que ele.

EM: a própria igreja né hoje o D. Cláudio que ta ai, mas naquela época era o padre ai.

JB: o D. Paulo fosse um bispo mais conservador né se fosse um arcebispo mais conservador sabe [?].

EM: se a gente não tinha onde se reunir ele dava a matriz ali e ficava a disposição da gente

JB: e ajudavam a diminuir um certo exagero né porque tinha exagero por parte da polícia e eles eram porta-voz olha vocês tão batendo em trabalhador quer dizer eles eram um povo né não tinham como calar eles

EM: agora para você ter uma idéia quando o pessoal intervinha no sindicato achando até que com isso não tinha onde se organizar e tal a igreja sempre foi a grande parceira nessa hora é lá que a gente se reunia é lá que a gente se organizava sabe e a gente sempre dizia o seguinte esse sindicato é um prédio tudo bem fica com o prédio ai a nossa organização independe do prédio e ela não para ela continua e não para com vocês tomando conta do prédio né não dá para misturar o prédio pode estar nas mãos deles, mas não vai interferir no movimento e era assim a igreja a igreja teve naquela época um papel muito importante.

JB: [?].

A: a igreja assim como os movimentos sociais foi adquirindo uma postura crítica

EM: você imagina que quando chega em 81 na intervenção de 80 né que ficou um ano que o ai governo resolve chamar as eleições e monta uma junta governativa ai então o Murilo Macedo que era o Ministro ai o que eles fazes ai eles chamam uma pessoa que trabalhava na Scânia que já foi dirigente sindical na época na década de sessenta e que teve problema que tinha ficado um ano fugido e tal e ai chamaram ele achando que ele viria para o sindicato para ele montar essa junta

governativa que ia chamar as eleições e que essa pessoa [?] Alfonso e que já faleceu e que ele faria o papel que o governo gostaria que ele fizesse na verdade né montava essa junta, mas numa forma que só que esse Afonso ele tinha um vinculo muito grande com o movimento inclusive com o Lula era pessoal né e ele montou essa junta governativa na verdade numa conversa com o Lula que só quem apontou as pessoas chama fulano chama sicrano então quer dizer na verdade ele acabou entregando para a junta governativa que tava. fazendo tudo para ficar com nós mesmos o sindicato [?] na verdade ele na verdade era um parceiro né e esse cara depois ele ficou no sindicato trabalhando um tempo e tal e depois ele veio a falecer, mas ele ele teve um papel muito importante no sindicato esse tal de Alfonso Monteiro da Cruz ele foi presidente do sindicato eu acho que em 64 sessenta e por ai.

JB: depois da intervenção né

EM: é e esse cara teve um papel fundamental no sindicato porque assim quando os caras chamaram ele a montar essa chapa para 81 e chamar as eleições de 81 ele podia ter mudado o comportamento dessa história né talvez não né quer dizer ele podia fazer o papel e os trabalhadores não e ele podia não facilitar tanto como ele fez né no sentido de a gente não perder o sindicato então eu costumo dizer assim que ele o papel dele no sindicato aqui para a história né foi muito importante

A: [...] liderança do Lula [...] como avalia a figura do Lula [...]?

JB: O Lula sempre foi assim não só a questão de ser carismático né ser sincero entendeu

EM: ele é aquilo né

JB é ele é aquilo quando chegava numa assembléia ele falava de vai acontecer tal coisa e não ficava fazendo manipulando o risco é esse dá pra fazer então ta então vamos fazer, mas todas todo o esforço dele na sabe só vai acontecer se você assumir né não é eu que vou fazer né então isso passava transmitia um pensamento de alta confiança para o pessoal que tava que tava fazendo a greve né sabe a fala dele sempre elevava a auto-estima sabe agora se você lutar você conquista sabe não adianta a diretoria ir lá e negociar que não que não vai sair nada vai depender de você se você for na assembléia se você quiser a luta você conquista a partir daí transmitia essa conquista né tem o carisma né, mas também tem a autoconfiança todo mundo sabia que era difícil de perder o emprego de levar borrachada de, mas [?] uma assembléia de cem mil se o Lula tivesse má intenção [?] manipular fazia qualquer coisa.

EM: com certeza tanto é que teve um dos movimentos onde muita gente ficou até revoltado com ele depois viu que ele tava com a razão quando ele pediu o pessoal dar uma trégua parar o movimento é vamos parar o movimento isso imagina o estádio lotado o pessoal querendo continuar a greve ele pediu pro pessoal eu acho que é o momento da gente parar não significa que nós perdemos nós tamos organizados nós vamos retornar esse movimento a qualquer hora, mas nos vamos dar uma

trégua porque o pessoal para não dizer que a gente é radical sabe e vamos tentar negociar voltando ao trabalho e vamos dar um prazo foi de quarenta né?

JB: quarenta e cinco dias

EM: é vamos dar um prazo de quarenta e cinco dias pro governo e se até lá a gente não tiver a resposta que a gente quer nos paramos novamente e ai isso foi um problema sério porque muita gente gritou vaiou falou que o Lula tava traindo não sei o que e tal e lá na frente parou outra vez normalmente e pessoal lá na frente viu que tava certo aquela parada parou no momento que tinha que ter parado mesmo entende [?].

JB: [?].

EM: eu acho que dá para avaliar assim tem pessoas que você forma o quadro para ser político para ser entendeu eu acho que o Lula é uma das pessoas que ele nasceu pra isso né eu acho que é um cara que ele não poderia ser outra coisa sabe ele tinha que ta nisso porque eu acho que é isso mesmo ele nasceu pra isso ele tem esse dom um cara que tem uma visão na frente ele ta conversando com você, mas sabe ele ta o pouco que ele conversa com você ele tem um quadro de como que você pensa de como você e ele é muito isso eu acho que ele é um cara que vai dar certo boto a maior fé nele o meu maior sonho era ver ele presidente desse país sabe eu costumo dizer que sabe qualquer eu posso morrer qualquer momento, mas dizer assim eu cheguei a ver o Lula presidente desse país e eu tenho muito orgulho disso né de ter uma pessoa que teve ai com a gente ai e tal e hoje a gente conseguiu sabe colocar ele como enquanto representante máximo e é uma vitória muito boa porque até pode não consertar o país. resolver todos os problemas [?].

JB: [?] ele acredita na conversação ele acredita que os dois lados podem chegar a um consenso [?].

A: é uma consciência de classe [...] existia uma utopia?

JB: em oitenta sim nos anos oitenta [?] muita gente falava que aqui era a República sindicalista do Brasil não pode ser uma república sindicalista você não pode ter uma república sindicalista uma república é isenta né então muita gente nos anos oitenta então o Lula começou a fazer a militar na vida política [?] se ele for eleito ele vai fazer [?] corporativo só para sindicalistas e era isso que intelectuais escreviam entendeu e passava isso o cara começa assim você vai fazer a república sindicalista no ABC sabe não era legal e ai você começa a ver sabe [?].

5) Entrevista realizada com o Sr. **Januário Fernandes da Silva** em 17/02/2005 no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em São Bernardo do Campo

FITA I-LADO A

J: [?] eu tenho cinquenta anos hoje eu sou repórter fotográfico eu sou político a minha vida foi dentro dessa categoria comecei na Ford como trabalhador metalúrgico e segui até em 86 quando eu fui demitido eu mais os companheiros da comissão de fábrica dos trabalhadores da Ford depois de ter nos liderado uma greve por melhores condições de trabalho e contra a ditadura por incrível que parece em pleno 1986 isso é verdade a ditadura do poder econômico a ditadura das chefias dentro das empresas a ditadura das relações industriais a ditadura daquelas pessoas que pensa que trabalhador tem que só produzir não tem direito a mais nada dentro de uma fábrica eu entrei na Ford e participei tive a felicidade de participar de todas os tipos de luta que essa categoria encampou e ter o privilégio de pertencer a um sindicato a um dos sindicatos mais importantes da história desse país sindicato esse que gerou inclusive nosso companheiro Luis Inácio Lula da Silva como Presidente da República e tudo o. que nós sabemos hoje em termos de liderança em termos de luta em termos de respeito aos trabalhadores em termos de espaços democráticos nós podemos dizer com toda a clareza com toda a felicidade que nós fazemos parte dessa escola aqui que o Lula começou a implantar aqui no ABC aqui em São Paulo aqui no Brasil chamado sindicalismo novo onde até então a pelegada resolvia as coisas os interesses dos trabalhadores em gabinetes fechados ou em gabinetes em Brasília ou no Ministério do Trabalho coisa que a partir de 75 com a vivência do companheiro Lula aqui nesse sindicato começou a mudar aonde os trabalhadores começaram a ter vez e voto aonde os trabalhadores começaram a decidir os seus próprios rumos seus próprios costumes e isso o companheiro Lula com toda a sua diretoria dali para diante fez questão de deixar claro que quem decide não são os bastidores sindicais e sim os trabalhadores então na época em 77 78 nos começamos a grande luta pela reposição salarial aonde o atual ministro tava na época o Delfim Neto de ministro da economia Delfim Neto hoje deputado federal dizia que primeiro era preciso crescer o bolo pra depois repartir e isso [?] o bolo cresceu [?] e até hoje esse bolo não foi repartido com os trabalhadores e alias desde 1500 desde Pedro Álvares Cabral para cá nunca foi repartido esse bolo [?] e nada de repartir essa fatia do bolo com os trabalhadores que em ultima instância é quem efetivamente cria todas as condições para que esse bolo cresça seja assado e comida né (...) então a partir daí a briga pela reposição dos trinta quatro ponto alguma coisa que ia que os governos militares tinham roubado a diretoria do sindicato dos metalúrgicos na época de São Bernardo e Diadema inclusive de outros sindicatos aqui do ABC Santo André e Serra estão junto aqui nessa

briga pela reposição das perdas e do roubo salarial nos salários e a partir daí começou a grande luta pela reposição que veio né passou não só pela questão econômica, mas depois a gente percebeu. que tinha um grande viés pela redemocratização do país aonde veio à luta pela anistia geral e irrestrita a luta pelas diretas a luta pela reforma agrária enfim todas as lutas que são conhecidas

A: o Lula entra no sindicato em 75[...].

J: havia uma política no sindicato aqui aonde o companheiro Paulo Vidal era o presidente e o Lula era o cargo de diretor aqui que para você era o responsável pela questão de INSS parte de aposentadoria aqui ele é que tomava conta de seguridade social enfim até que os trabalhadores entenderam que ele tinha condição de ter um papel um pouco mais político um pouco mais sério do que simplesmente a questão burocrática do sindicato e ai ele se deu dentro do seu carisma da sua grande liderança e, sobretudo do respeito às decisões dos trabalhadores a diretoria dos trabalhadores [?] Lula encabeçada numa chapa que se tornou pela primeira vez presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 77 depois foi reeleito mais um mandato que foi interrompido pela ditadura em 1980 e ai começou a grande história política do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A: ele começa a perceber [...] que a luta também tinha um viés político [...].

J: a grande verdade é que o Lula que a partir de um momento de um certo momento que ele entrou no sindicato ele percebeu que não bastaria os trabalhadores brigar pelos mínimos que prevêem [?] nos salários a mais sem interferir efetivamente grande desse país política econômica o grosso da política mesmo política que manda mesmo ele começou a perceber que de certa forma os trabalhadores tinham que interferir nesta política foi para isso que em 78 no Congresso dos metalúrgicos em Lins ah equivocado ou não isso é discutível se apresentou por alguns companheiros a proposta de se criar um Partido de Trabalhadores me parece que foi o Sindicato dos metalúrgicos de Santo André companheiro João Valdomiro Souza prefeito na época de [?] no sindicato dos metalúrgicos de Santo André apresentou [?] essa proposta no congresso dos metalúrgicos de Lins e ai que pela primeira vez se ouviu falar na criação de um partido dos trabalhadores que seria a ferramenta de luta para que os trabalhadores. pudessem futuramente interferir na política grande desse país porque a política sindical ela é limitada né e apolítica via partido político ela é institucional e é onde se pode mudar as diretrizes políticas do país a partir daí o Lula e a sua militância e liderança interferiu de uma forma direta não só para a construção do PT, mas também para a construção da Central Única dos Trabalhadores apesar de o Lula não ter sido seu primeiro presidente foi a principal liderança dos trabalhadores desse país muito para que os trabalhadores se reunissem numa central sindical pra que toda uma categoria unida tivesse muito mais força para brigar contra a ditadura militar e ai que veio o advento da Central Única dos Trabalhadores e cujo

presidente é o companheiro Jair Menegueli que sucedeu Lula nesse sindicato é presidente desse sindicato logo após a cassação do companheiro Lula depois o Menegueli também foi cassado nesse sindicato se tornou depois de... primeiro presidente da Central Única dos Trabalhadores logo depois por dois mandatos deputado federal hoje o companheiro Menegueli é presidente nacional do conselho nacional do Sesi aonde foi nomeado pelo Presidente Lula é para um importante trabalho dentro do sistema S nacional é

A: manifestações começam por luta econômica [...] não dá uma idéia de que a ditadura ta fraca?

J: pô é o seguinte essa categoria essa categoria sempre foi ousada essa categoria pode critica r pode falar o que quiser dos trabalhadores do ABC, mas nós somos cobra mesmo somos porretas mesmo [?] para você ter uma idéia essa luta começou em 77 lá e desembocou em plena ditadura militar e a primeira grande greve aqui foi quando exatamente na posse do general de plantão o João Batista de Oliveira Figueiredo na época substituindo o Geisel e o governador do estado na época era o Sr. Paulo Sallim Malluf aquele do estupra mais não mata aquele da Paulipetro aquele do cemitério do Peruci enfim esse Paulo Malluf que ousou um dia querer ser Presidente da República e foi nessa época que as grandes lutas aconteceram que a partir dessa luta econômica desembocou numa grande luta nacional contra a ditadura todos os movimentos sociais organizados do país estavam desorganizados os trabalhadores perceberam que era o momento de dar uma porrada no estômago da ditadura militar e a partir dessas lutas. que passou efetivamente a balançar um dos pilares da ditadura militar a ligação popular fundo de greve que funcionou aqui na para garantir os trabalhadores na seus mais elementares direitos a luta pela anistia tem tudo começou é aqui no ABC e ta bom todos perceberam que era o momento de unificar as lutas para enfrentar esse grande dragão que era a ditadura militar e essa greve olha só vinha gente, por exemplo, de todo o país para participar das assembléias cento e cinquenta mil trabalhadores entendeu vinha caminhão de alimento de tudo quanto é lugar os companheiros sem-terra mandava caminhões para a gente é entidades de todo o país mandavam dinheiro para ajudar enfim foi uma solidariedade espantosa para sustentar 41 dias de greve em 1980 contra a ditadura militar [?] em plena ditadura militar 41 dias de greve né.

A: é isso é o diferencial [...] era desafio claro [...] o sindicato ignorava [...] o governo não agiu imediatamente [...].

J: a grande verdade é que como toda a ditadura toda ditadura é burra toda força bruta é burra a grande verdade é que eles apostaram no desgaste das lideranças né que pela primeira vez apesar de nunca ter tido experiência em sua grande maioria e de ter enfrentado a ditadura militar a ditadura apostava que os dirigentes nascidos aqui a partir do Lula ia ser diferente eles acharam que os dirigentes iam tentar resolver as coisas por si próprios e aqui não ao contrário aqui, por exemplo, junto com o Lula existia o companheiro Osvaldo Bargas que na época [?] logo depois ia ser

substituído na diretoria junto com o Meneguelli com o cargo de Secretário Geral são companheiros que junto com o Lula junto com o Meneguelli apostou na naquilo que nos chamaríamos de sindicalismo de base companheiros que chamavam as lideranças intermediárias nas fábricas antes de qualquer discussão na cúpula discutia-se embaixo percebia-se o que o grosso dos trabalhadores queriam ai sim fazia uma peneirada de todas. as propostas ai sim levavam para a diretoria ai discutiam [?] também fazia a sua peneirada trazia de volta para as instâncias intermediárias as lideranças intermediárias iam direto para base o Lula antes de assumir qualquer postura em assembléia antes de subir no palanque junto com o Bargas o Meneguelli e outros companheiros eles conversavam com as instâncias intermediárias eles chegavam uma hora antes das assembléias para conversar direto com os trabalhadores para ver o que os trabalhadores queriam e só depois subir no palanque para encaminhar as propostas a, b ou c então ele já sabia o que os trabalhadores queriam né reivindicar e porque eles queriam brigar então o diferencial era esse o sindicalismo nessa ditadura durante a ditadura teve duas fases uma após a ditadura né que pela prática dos sindicalistas da época pelegos sustentava o status quo e mesmo na ditadura o sindicalismo novo onde funcionava esse tipo de prática sindical a partir do Lula e então a partir daí que os. trabalhadores perceberam que tinham a obrigação de chamar para si os rumos não só da questão econômica não só da questão sindical, mas da questão de cidadania nesse país a partir dessas lutas que se encaminharam a partir.

A: e a fala do governo...

J: abertura ampla, geral é ampla, geral e irrestrita não é só que mandando para cá exercito mandando para cá helicóptero do exército baioneta prendendo o Lula cassando liderança castigando lideranças que abertura é essa? [?] do pouco que tínhamos capacidade de produzir e também a capacidade de interferir nos destinos desse país essa consciência ainda que pequena começou a nascer a partir desse movimento aproveitando a experiência [?] algumas coisas dos trabalhadores sem-terra enfim todas experiências de luta por liberdade não só [?] nacional, mas, por exemplo, a gente se inspirava muito na época na revolução sandinista né, por exemplo, em 1980 o Daniel Ortega teve aqui trazido aqui pelo Lula nesse sindicato não é qualquer coisa né e ai junto com a cúpula do PT foi uma luta dura, mas muito bonita e [?] começou com o Lula e não vai terminar com o Lula né.

A: muitos intelectuais vieram para cá e diziam São Bernardo era diferente [...] então o que se se imaginava os marxistas principalmente [...].

J: não esquece o seguinte um dos grandes méritos do Lula é que ele nunca aceitou que se partidarizasse o movimento sindical nem aqui em São Bernardo nem em lugar nenhum sindicato é sindicato partido político é partido político e nunca admitiu como o PC fazia na época o Partido Comunista que o sindicato fosse transformado numa correia de transmissão de partido político seja e qualquer que seja ele e o Lula sempre conseguiu manter essa linha até hoje os seus sucessores

sempre mantiveram essa postura muitos dirigentes aqui no sindicato são dirigentes no partido quando são dirigentes do partido não só do PT dirigentes a maioria petista, mas aqui não existe esse negócio de carteirinha ideológica para ninguém não aqui do PT então o grande mérito do Lula foi esse e na época havia muitos oportunistas né intelectuais [?] muitos [?] para fazer que o movimento se canalizasse via partido político o Lula nunca permitiu isso tanto é que o partido político o nosso partido político que é o PT ele. nasceu depois nasceu depois de todas essas lutas que aconteceram paralelamente já acontecia uma discussão da criação do PT, mas nunca teve preferência do PT no movimento sindical foi, portanto a participação do intelectual dos artistas dos estudantes na época né, mas cada um na sua toda solidariedade era bem vinda, mas [?].

A: os intelectuais vinham pesquisar dizendo [...] lá ta a ponta lá ta a redenção [...].

J: e não sabiam se com força suficiente de mudar a ditadura que já tava ai uns vinte e poucos anos foi mais é como disse um grão de areia em toda a luta dentro da luta [?] de insistência, mas nós demos a nossa contribuição um pontapé inicial.

A: a ideologia do movimento o movimento tinha assim uma ideologia [...].

J: na verdade a gente não pode afirmar em particular em termos ideológicos é, mas o que eu realmente percebia na época e percebo hoje é que existia uma panela de pressão prestes a explodir e nós estávamos dentro dessa panela de pressão enquanto classe trabalhadora mesmo tendo toda essa clareza que nós temos toda essa força essa panela explodiu a partir da luta da [?] isso surgiu de tal forma que pegou Scânia depois a Ford depois parou a Volkswagen depois foi se alastrando por outras categorias não só de São Bernardo, mas de Santo André além de metalúrgicos né até desembocar num segundo movimento de 1980 que todas as categorias do país que todas as entidades que se dizem organizadas do país vieram para essa luta em que a solidariedade esteve presente então todo um conjunto de fatores que contribuíram para que pela primeira vez depois de oitenta depois de sessenta e quatro depois da porrada na Cobrasma lá em Osasco né dá um grito de liberdade que não agüentava mais a ditadura militar. os trabalhadores do ABC chamaram para si a responsabilidade de dar o primeiro pontapé inicial logo depois não somos os únicos que lutamos não somos os melhores, mas fizemos a nossa parte e continuamos fazendo até hoje então não tinha uma luta ideológica decidida pragmática via livros de Karl Marx Lênin mesmo porque a maioria dos dirigentes daquela época e até hoje nunca leram Karl Marx nunca leram Lênin nunca leram porra nenhuma né um ou outro eu, por exemplo, sou estudioso dessa tese né e tudo aquilo que eu percebo que contribui para ajudar na consciência de classe dos trabalhadores eu procuro a ler, mas em aplicar tudo o que for real o que for atual ta certo e na maioria dos dirigentes e até hoje nunca leram esses livros não felizmente ou infelizmente não sei.

A: não havia uma ideologia de fundo?

J: não [?] é contra a ditadura mesmo [?].

A: alguns diziam [...] eles estão lutando por melhores condições de vida mesmo.

J: eu vou te dizer em cinco segundos por incrível que pareça a gente falava isso em 78 em 80, 82, 90,95 [?] nós brigamos hoje em principio pelas mesmas coisas que nós brigávamos em 78, 79, 80 hoje tem fábrica no ABC que o trabalhador ainda luta por papel higiênico por palito de dente por direito de ir ao banheiro brincadeira? Né por liberdade né por respeito por salário por emprego é isso então a luta não é imediata né plantar uma semente né é um processo né é a mesma coisa o Lula chegava e fala Ò nós brigamos hoje pelas mesmas coisas hoje em 85 que nós brigávamos pelas mesmas coisas que nós brigávamos em 75 [?], mas é real se você considerar que isso acontece aqui no ABC que teve todas essas lutas imagina as categorias que não tem a organização que o ABC tem, por exemplo, né setor dos sem-terra, setor dos serviços, comerciários entendeu são os trabalhadores que não tem ainda uma consciência de classe então eu to falando menos em política em política partidária eu to falando consciência de classe mesmo a partir do seu serviço da sua mão-de-obra é que vai mudar as coisas.

A: o governo é arbitro mesmo [...] ou tem falta no meio de campo e ele marca pênalti [...].

J: em 79, por exemplo, o Lula nos tava quinze dias de greve o Lula o Lula aquela cabecinha dele é incrível enquanto nós tava só preocupado em ver a arvore o Lula consegue de ver a arvore e a floresta e ocorreu uma [?] entre eles Djalma Bohn, Osvaldo Bargas, Jair Meneguelli que conseguia ver a arvore e a floresta depois de quinze dias de 79 que a gente tava de greve o Lula me aparece na assembléia cento e cinqüenta mil trabalhadores na vila Euclides me propondo a interrupção da greve eu se pudesse dava uma porrada no Lula [?] e ele propôs que a greve fosse paralisada porque ele percebia naquele momento que as nossas forças já não dava pra continuar então essa visão de um dirigente de uma categoria ele teve e colocou em assembléia e lógico com a sua força fez com que a greve terminasse e, mas uma minoria que era contra tava puta da vida queriam se pudesse bater no Lula tava certo que não tínhamos o sindicato que tava sob intervenção tal e ele colocou falou ó se essa categoria [?]. se essa categoria aqui acha que essa diretoria não serve destitui essa diretoria teve lágrima tudo ai reconduziram o Lula [?] ai teve a greve de 80 e ai o Lula falou dessa vez não vai ser essa diretoria que vai mandar parar a greve não e vocês que vão achar até onde vocês dá pra continuar essa greve né nem que a diretoria for cassada torturado e morto vocês tem a obrigação de continuar essa greve não deu outra [?] fizeram quarenta e poucos dias de greve perdeu a maioria diretoria [?] pegamos toda a repressão.

A: a ditadura sempre acreditou baixa a repressão e...

J: por exemplo, todo o comando do exército aqui praça lotada todo mundo de verde de exército policia militar de helicóptero com metralhadora o exercito não ia deixar a passeata sair você para

pegar um helicóptero [?] você vai ver chegando no Paço Municipal [?] você subindo o Paço Municipal você vê cambada [?]) você olhar para as ruas a rua principal que é a Marechal Deodoro até aqui o sindicato [?] o povo foi para a rua e garantiu vai sair à passeata sim a força bruta não foi capaz de deter a vontade dos trabalhadores de ir para a rua isso com o Lula preso com o Lula preso

A: o custo pra ditadura tentar

J: isso ia ser um banho de sangue ia dar um banho de sangue naquele dia [?].

A: na verdade o que se tinha era um enfrentamento mesmo?

J: era um desafio um desafio [?] ai os caras recuaram e fizeram a passeata derrotamos o Maluf o Dilermando que era o comandante do exército na época o ratinho que era diretor do sindicato do sindicato aqui na categoria trabalhava na Ford comigo inclusive ele chegava e falava pro general imagina um cara desse tamanho nordestino porreta chegava pro general falava ó vai correr sangue por essa canela aqui, mas vai sair essa passeata o ratinho falava [?] falar isso para um general do exército é muito abusado mesmo (risos).

A: o lula diz numa passagem que os caras (militares) baixam a cabeça quando ele passa?

J: baixam a cabeça mesmo os caras não tinham coragem de encarar o Lula a autoridade que o Lula exercia e exerce, mas naquela época exercia os caras não tinham coragem de encarar o Lula [?] de repente você ser violentado na sua casa com sua mulher seu filho pequeno vagabundo entrar com arma na mão em nome do Estado para te seqüestrar que nem a política fez com o Lula [?] O o que o Lula sofreu não foi pouca coisa não [?] todo o povo aqui na rua aqui ó [?] o povo não arredou o pé [?] quiseram derrubar o Lula do ponto de vista pessoal e político a categoria sempre acreditou no Lula [?] se existe alguém honesto nesse país chama-se Luis Inácio Lula da Silva sob todos os aspectos isso eu falo com muito orgulho esse cara é honesto [?] honestidade em todos os sentidos o Lula é um homem honesto é um político honesto é um cara nosso é por isso que o Lula tem esse confiabilidade essa causa popular ele tem autoridade para ser entendeu [?].

A: ele representa um movimento que se inicia aqui

J: a ditadura veio aqui para dentro do sindicato com as juntas governativas né para desmontar o sindicato tiraram até a chapa do chão para achar alguma coisa errada não acharam desvio de um cruzeiro na época então esse é o patrimônio moral que nós temos aqui dentro desse sindicato e aqui não tem espaço para vagabundo não tem espaço para pelego, mas também não tem espaço para desonesto e isso é a escola do Lula e isso com todo o orgulho eu falo é o nosso.

A: teve muito político aqui

J: teve aqui Fernando Henrique Cardoso teve Mário Covas teve Quéricia né e tentaram capi... capitalizar com o movimento né apesar de ter votos com o Lula na função deles de senador sei lá como deputados ter contribuído [?] deram a sua participação pessoal no movimento, mas sem

interferência no movimento [?] uma coisa vale ressaltar teve um gaúcho um companheiro que merece tanto respeito quanto o Lula é o companheiro Olívio Dutra que saiu da sua categoria era bancário em tese não tinha nada haver com os metalúrgicos veio do Rio Grande do Sul para cá e ficou com o Lula durante toda a luta né e que com uma consciência crítica do movimento e que altamente competente de levar o movimento até onde levou o companheiro Olívio Dutra nosso companheiro governador do Rio Grande do Sul que teve participação fundamental junto com o Lula nessa categoria bancário carismático [?].

[?].

J: o Lula eu sou o resultado da consciência política dos trabalhadores do Brasil isso pra mim é uma declaração de culpa felizmente é uma declaração de culpa de que ele não é o que é ele é resultado da consciência de luta dos trabalhadores consciência ela que ele ajudou a construir hoje qualquer babaca ai pega um carguinho e acha que é bam-bam-bam eles deviam se mirar um pouco na humildade do Lula ele diz eu sou o resultado da consciência de luta dos trabalhadores e os trabalhadores estão sabendo disso que o Lula é isso mesmo é um companheiro nosso e que o Lula representa todo um resultado de apoio de luta da sociedade brasileira pelo menos vinte e seis anos eu particularmente acho que a eleição do Lula é isso é o resultado do acumulo de todos esses anos de luta do povo brasileiro passando por ligas camponesas, construção da CUT, impeachment do Collor, diretas já metalúrgicos do ABC, MST, enfim tudo toda essa coisa desembocou agora na eleição do Lula então o Lula nasceu a partir dele o movimento nasceu com o Lula [?] O lula vai sintetizar que ele é resultado de todo esse processo [?] de colocar a vida dele a serviço [?] isso eu nunca mais esqueço cara você ta preso por servir uma bandeira [?] da classe trabalhadora [?] a sua mãe morreu e você na frente da sua mãe algemado essa cena nunca mais sai da minha cabeça naquela época eu era um dos caras que eu tinha ódio da ditadura como tenho até hoje sim combinei com os meus companheiros para gente seqüestrar o Lula tirar sumir com ele para entregar para os trabalhadores [?] ele via a morte da mãe dele preso [?].

A: como é que as pessoas perceberam [...] mudança do Geisel [...] e inicio do Figueiredo [...] esse momento [...] deu impressão [...] que dava para testar esse presidente [...].

J: na verdade o que tinha era o seguinte tinha que fazer alguma coisa independente de quem fosse o general de plantão o João Oliveira Figueiredo não veio com essa bola toda não um cara que inicia seu mandato falando que preferia cheiro de cavalo do que cheiro de povo um cara que colocou a bomba no Rio Centro e estourou no próprio colo dele então não tem aspiração democrática nenhuma então a partir do momento que os trabalhadores perceberam que tinha que pressionar a ditadura independente de quem fosse ou o Geisel ou Costa e Silva ou Figueiredo enfim ou Collor independente de quem tivesse lá o povo tinha que dar um jeito de colocar um representante seu lá

então independente de quem fosse o mandante de plantão lá é depois veio um pouco de decepção pra gente que logo depois que acabou essa luta a primeira eleição que teve que tivemos aqui o Lula foi candidato né e a gente percebeu que a gente não tinha essa força pra eleger um representante popular tanto é que o Lula não foi eleito não é pro governo do estado ele se candidatou deputado estadual deputado federal, mas a verdade é que o povo percebeu que só a luta sindical não seria nece.. suficiente para enfrentar aquela situação que é institucional que é a ditadura [?] todas as lutas que eram necessárias para consolidar a democracia nesse país [?], mas eu acho que nos tentamos assim mesmo.

A: alguns políticos chegavam e diziam pro Lula você tá complicando a abertura para a democracia

J: os políticos que diziam isso na época [?] queriam canalizar pro partido deles o movimento coisa que o Lula não admitia chegou até a citar que o Lula era agente da CIA aqui infiltrado no movimento o seu Marcos Valença fazer uma comparação com o Lula, mas o Lula sempre foi [?] realmente ele deu uma sumida por dois dias [?] depois quando ele voltou ele assumiu o comando da luta até o fim.

A: e os empresários?

J: a grande verdade é que na época a ditadura dos empresários não obstante a operação bandeirantes que prendeu torturou e jogou no mar junto com os ditadores muita gente muitos corpos de dirigentes nossos lideranças populares enfim assassinaram eles também nos desorganizaram um pouco e tiveram essa operação bandeirantes que eu chamo aqui de as listas negras passado a guerra a guerra da greves né era colocado na lista e depois demitidos né e nunca mais conseguia emprego essa culpa dos empresários de certa forma foi jogado nas costas do Lula tá vendo não arruma emprego hoje por causa da greve que o Lula fez que o Lula teve coragem de fazer então por uns dez anos essas políticas listas imperaram aqui eram os patrões da FIESP junto com os empresários que fizeram essa lista dificilmente quem saísse naquela lista deles que eles chamavam de lista negra mesmo não arrumava emprego né e depois de [?] tanto os trabalhadores quanto dos empresários essa prática acabou essa ditadura dos. empresários e da FIESP colocado paralelo a isso nos não conseguia arrumar emprego em lugar nenhum [?].

A: e vocês sentiam que os empresários tinham muito mais respaldo que...

J: qualquer assembléia que ia fazer os caras chamavam a polícia que chegava dava porrada e acabava com a assembléia hoje não faz isso não senão o bicho pega além da força da consciência dos trabalhadores tem a força física e as instituições que conquistaram essa luta democrática que nós conquistamos

A: tinha algum setor dos empresários que era mais fácil de negociar [...]?

J: o negócio é o seguinte não existe mais fácil e mais difícil existe [?] na época do o presidente da FIESp parece que era o Eulálio Bueno Vidigal que era do dono da [?] enfim o homem das depois veio o Teobaldo De Nigris e depois o veio o Mário Amato, por exemplo, para você ter uma idéia o Lula foi perder a primeira vez em 89 o Mario Amato teve a capacidade de dizer que se o Lula fosse eleito ele não sei mais quantas centenas de empresários iam embora do país passou dois anos que o Lula perdeu a eleição e se [?] o Collor e como eu sou jornalista também numa atividade que o Lula promoveu via instituto da cidadania o Mário Amato tava lá e havia perguntas para os jornalistas aí eu me inscrevi perguntei para ele né [?] eu falei você em 89 dizia que se o Lula fosse eleito Presidente da Republica você não sei mais quantas dezenas de empresários iam embora do país hoje o Collor que você apoiou a se eleger a presidente o que eu queria perguntar para você hoje se você mantém a mesma. afirmativa de 89 (risos) imagina eu votei no Lula (risos) imagina eu votei no Lula eu falei pô ninguém votou no Collor como é que o Collor foi eleito [?] para você ter uma idéia a Força Sindical que é adversário da CUT, mas é o braço sindical do governo FHC o Collor que criou a Força Sindical com Medeiros com [?].

[?].

6) Entrevista realizada com o Sr. **Expedito Soares** em 17/02/2005 no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em São Bernardo do Campo.

FITA I-LADO A

E: teve eleição do sindicato o Lula foi eleito presidente do sindicato em 75 e ai em 78 foi quando ele se re-candidatou a presidência do sindicato e ai tinha que ter uma mudança na direção do sindicato e tal desse sindicato bom tirou alguns dirigentes antigos que tavam como uma postura meia pelega e colocou catorze novos eram vinte e quatro tirou mais da metade e ai a gente começou foi quando eu entrei e aí quando nós entramos na direção do sindicato nós já vínhamos na direção anterior, mas nós que éramos militantes ativos lá em 77, 78 nós trabalhávamos no jornal a Tribuna Metalúrgica muito de forma muito ostensiva junto à categoria fazendo reuniões de fábrica fazendo muita movimentação até 78 movimentando fazendo muitas assembléias movimentando bem a categoria ai quando em 77 eu tava dentro da fábrica inclusive trabalhava numa empresa de autopeças e os estudantes faziam passeatas chutavam a boca do cachorro e brigavam na rua faziam uma movimentação toda que nós operários a gente. desafiava o colega nosso que era militante era militante falava ó ta vendo o operá... os estudantes tão lá na rua enfrentando a polícia e nós que temos o poder de produzir não tanto fazendo nada o regime militar e a situação então a gente pra nós era muito bom ficar ali dentro da fábrica nós militante só não alavancava o movimento estudantil alavancava né ninguém fala nisso, mas eu sempre faço questão de falar isso porque a movimentação estudantil trazia um reflexo à imprensa cobria e tal e a gente ó eles tem coragem e nós não temos ó eu sô muito homem bem então vamos lá vamos a assembléia vamos parar essa fábrica vamos fazer isso fazer aquilo nesse ano foi acontecendo ai quando chegou em 78 m 78 nós éramos dirigentes aqui da entidade e resolvemos paralisar as fábricas parando as montadoras construindo um acordo de reposição salarial que era 34,1 naquela época o Delfim Neto era o ministro da fazenda tinha surrupiado os índices né e fixou um índice errado lá e tinha uma defasagem que o DIEESE tinha descoberto faltava e ai a gente foi pra luta e tal e ai a gente fizemos. uma greve nas montadoras Scânia e Ford foram as duas fábricas montadoras que parou e segurou uma paralisação mais demorada em 78 e a gente tinha uma estratégia porque naquela época tinha a lei 4330 a lei que proibia a greve que dizia o seguinte se fazer greve intervenção federal no sindicato o Ministério do Trabalho tem poder para intervir e afastar as direções do sindicato então a gente a seguinte estratégia nós vamos organizar parar se perguntarem à gente diz que não foi nós que mandamos parar, mas já que parou a gente assume o comando e ai o Ministério do Trabalho não tem como intervir não foi eu quem mandou eles parar,

mas já que parou eu não posso deixar eles abandonados eu assumo o comando ai o Ministério do Trabalho ficou perdido falou e agora eu não posso intervir porque não foi eles que mandaram parar pegaram o fiscal do trabalho o delegado do trabalho ia lá na assembleia vem cá vamos lá ninguém trabalhou fomos nós que mandamos parar? Não então já que vocês parou eu assumo o comando do lado dele e daí ele falou é realmente não foi fazer e daí criava um fato e ele tinha que negociar então e ai a gente fez essa negociação com o SINFAVO que era o sindicato patronal na época que hoje é a Federação das Industrias depois virou SINFAVEA era ANFAVEA depois virou SINFAVEA era o sindicato patronal das industrias bom e desse fato à gente conseguiu fazer um bom acordo com aumento real parece que era onze por cento de aumento real para repor as inflação né somando tudo dava 34,1 eu sei que somando tudo dava um percentual bom de reajuste e mais alguma coisa que a gente queria que eu não recorde bem agora ta e a gente conseguiu ai as fábricas menores que não tinham parado até então em função desse episódio que não tinham aquela organização ai a gente pegamos aquele acordo que a gente fez com a indústria automobilística e fomos para cima das empresas menores indústria de máquinas industria de parafusos indústria de autopeças e todos os outros setores da da produção chegávamos lá na fábrica parávamos os operários e dizia olha aqui os metalúrgicos das montadoras de carros ganhou esse aumento salarial porque teve coragem de fazer a greve e você [?] para também a estratégia é essa para e a gente assume o comando então começou ai o efeito dominó apareceu ai fábrica por fábrica começou a parar parou praticamente todas as fábricas você parava e o patrão falava pode voltar ao trabalho que eu estendo o acordo ta aqui já assinou o acordo pam-pá [?] foi tombando uma atrás da outra e a gente parou todas as fábricas do grande ABC e fizemos vários acordos bons nuns o patrão tava num sufoco danado fizemos coisa menor e tal, mas aqui foi uma ano maravilhoso os metalúrgicos tiveram um ganho real de salário altíssimo foi muito bom ai passou aquele ano à campanha salarial daquele ano as coisas se acalmaram ai a gente começou a já preparar o movimento de 79 então nos começamos a fazer grandes assembleias mostrando que o trabalhador lutando consegue melhorar as coisas foi onde à gente começou em 79 ai já tava uma discussão embrionária também que tinha que criar o PT que tinha que criar a CUT central sindical tava esboçando a questão do CONCLAT a pelegada do movimento sindical dizia que não tinha lá no sul nós tínhamos Olívio Dutra e vários outros companheiros valorosos que eram do movimento sindical que tava com a mesma posição nossa né e a gente tava tocando e tal bom ai resultado a gente em 79 nós chamamos grandes assembleias no estádio e ai já tem documento não sei se você viu aqui [?] fizemos grandes assembleias e ai a gente já decretou a greve à gente fomos lá e lá ta decretada a greve e nós queremos essa pauta de reivindicação e apresentamos e ai a gente assumiu todo o comando e ai o Ministério do Trabalho veio e nos afastou da direção do sindicato interveio no sindicato fez intervenção federal no sindicato ficamos um período afastados da entidade

nós deixamos de ser diretor os interventores. federais vieram para cá porque nós decretamos para o estado para mais de cem mil trabalhadores num estádio a greve e a repressão policial veio violentamente em cima batendo, tirando, jogando bombas foi uma violência terrível né e IIº exército aqui de São... de São Paulo veio jogando bomba foi uma violência sem precedente e, mas mesmo assim a gente teve que negociar uma trégua com a classe patronal e com o governo negociar uma trégua pra suspender ai à gente parou a greve deu uma trégua de 45 dias se após 45 dias não tivesse fechado um acordo à gente ia parar de novo e se nesses 45 dias não devolvessem o sindicato aos trabalhadores e não desse o reajuste salarial e desse os aumentos que queria a intervenção... nos íamos parar tudo de novo a gente suspendeu a greve teve uns problemas teve gente que achava que não que tinha que radicalizar outros achava que tava certo enfim criou uma certa celeuma ai bom e suspendemos e ai o governo voltou atrás devolveu o sindicato pro Lula pra nós concedeu lá os reajustes que a gente queria fez um acordozinho lá concedeu os reajustes que agente queria as coisas que a gente queria e ai depois da trégua a gente achou bom cumpriram a parte deles então a gente não vai voltar à greve e o Lula falou eu quero um voto de confiança para a gente continuar lutando avançamos tanto avançando em 78 procedemos de um jeito 79 de outro avançamos e vamos avançar mais ainda ano que vem com o sindicato na mão ai criou um descontentamentozinho, mas foi superado e ai nos preparamos as grandes greves e ai preparando a grande greve uma grande movimentação de massa em 80 e lotamos estádios estádio da Vila Euclides né lotamos estádio de novo decretamos a greve de novo, mas aí a gente já sabia que a gente ia ser preso que a gente que um monte de coisa ia acontecer então quando a gente decretou a greve à gente até assinou uma declaração para os advogados porque a gente sabia que ia para tudo ou nada tinha que acontecer alguma coisa naquela greve e a gente foi botamos milhares de pessoas nas ruas montamos o fundo de greve nos estruturamos melhor em 80 ai fizemos uma grande movimentação de massa a repressão veio com toda a violência possível encima de novo várias prisões intervenção federal o Lula foi preso o Lula foi preso todos nós fomos presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional enfim intervenção federal no sindicato e tal ai as coisas aconteceram que a opinião pública sabe foi uma coisa assim de grandes proporções uma greve de massa onde tinha milhares de trabalhadores que eu acho sou suspeito para falar mais àquela greve eu acho que chacoalhou um pouco a ditadura militar mostrou para ela que o povo tava em massa na rua que era apenas uma categoria profissional, mas tinha que tava se mostrando com valentia com coragem que chegava não dava mais para agüentar tanto a pressão dos patrões como do governo que era hora de mudar alguma coisa isso foi em 80 chacoalhou e tal e ai como a intervenção federal ficou no sindicato eles derrotaram a greve na violência todos os dirigentes militantes e comissão de salário militante em geral foi todo mundo preso dezenas e dezenas todo mundo preso enquadrado na Lei de Segurança Nacional e uma

violência muito grande e aí o que foi que aconteceu o movimento os trabalhadores depois de 41 dias em greve retornaram ao trabalho retornaram ao trabalho sem conseguir o reajuste salarial que queria, mas a greve ela teve um lado vitorioso foi uma greve que botou em xeque o regime militar botou em xeque as instituições botou em xeque um monte de coisas chacoalhou muita coisa mostrou a necessidade de criar a CUT mostrou a necessidade da movimentação partidária mostrou para a opinião pública a imprensa que. mostrar. o que tava acontecendo enfim foi um grande acontecimento na época aí a intervenção federal se manteve e a intervenção federal só acabou em agosto em agosto junho de 81 aí ficou praticamente um ano os interventores aqui dentro e todo o dia a gente via um grupo de trabalhadores aqui na porta aporrinhando interventor dá trabalho para ele [?] e aí na medida que o Lula eu outros companheiros não não estavam mais dentro da entidade e que elegiam outros dirigentes todos nós fomos demitidos das fábricas fomos perseguidos aconteceu um monte de coisa e aí nós começamos a viajar o país para construir o PT eu e o Lula falou bom já que o movimento sindical uma hora a intervenção federal vai acabar e a gente põe lá outros dirigentes e aí saímos pegando o rumo pelo Brasil a fora e aí quando o interventor falou olha vou devolver o sindicato criaram botaram uma junta governativa em três pessoas três trabalhadores para conduzir aqui o sindicato fazer uma transição tirar o interventor botar uma junta. governativa para fazer eleição fizeram eleição a nossa chapa elegemos ela com 97% dos votos e aí botamos novos dirigentes que era o Jair Meneguelli um outro grupo que tinha a mesma filosofia né a ética a moral a visão sindical e nós cassados saímos pelo Brasil fundando o PT fomos para Porto Alegre reforçar o que tava sendo feito lá no Rio Grande do Sul, no Ceará, pra Paraíba viajamos pelo país a fora organizando o PT e a CUT só que até em 81 a CUT tava muito embrionária e o movimento sindical dizia pô pra que não não precisa ter que criar CGT não CGT não CUT e tal ficou aquela discussão toda participamos de vários congressos sindicais nesse período e aí culminou com a criação da CUT já pelos idos de 83, 84 quer dizer em síntese em síntese de forma bem sintética o que aconteceu foi mais ou menos isso né.

A: em Osasco [...] a ditadura foi rápida [...].

E: ali ela não tava tão debilitada ela não tinha tanta contradição ela tava muito unida era do pessoal do Geisel não era do Geisel era do Médici né era o pessoal de ultradireita que tava aí quando nós fizemos as nossas greves em 80 já tava um outro... a ditadura tava muito desgastado todo mundo batendo morrendo jornalista ela já tava um pouco fragilizada então tava aí vinha um grupo de extrema direita dentro do regime queria manter continuar já não tinha o Figueiredo tanta segurança de passar o à faixa para um outro general o Frota tava aí que era um outro general o Milton Tavares que era um outro general tinha um pessoal de es... de direita e tinha aqueles que falavam não dá mais para segurar esse negócio aqui não vamos devolver o Golbery ali mentalizando tinha umas

figuras da Arena o Tancredo Neves Ulisses Guimarães tinha uns caras que tava dentro do congresso gerenciando uma abertura política, lenta, gradual como eles falavam então tava fazendo isso agora e os operários a não chega e os anistiados políticos tem que vir de volta e não sei o que pá e todo mundo pressionando outras categorias começou a fazer greve ele falou isso aqui que vai virar um vamos entregar.

A: e em 77 alguns dizem que o processo começou um pouquinho antes porque foi um trabalho

E: em 75 foi um trabalho porque chegar 77, 78, 79 e 80 teve todo um trabalho senão tivesse não chegava nós tínhamos uma tribuna aqui metalúrgica você deve ter manuseado ela é a tribuna metalúrgica era um órgão que a gente reproduzia milhares dela por dia porque e ainda hoje ela existe ta ai funcionando tal era no sentido de explicar para o trabalhador tinha lá um bilhete chamado bilhete do João Ferrador que ele dirigia sempre a uma autoridade federal batia duramente no Presidente da República nos ministros foi muito bem utilizado e os trabalhadores gostavam agora ele tinha que ter coragem para fazer isso nós que éramos dirigentes se não tivéssemos a coragem você não fazia as coisas acontecer precisava alguém botar a cara à tapa botar-se em risco se não você falava a tribuna pra escrever no papel é fácil agora tem que ter peito para ir lá na porta da fábrica entregar então você pegava a tribuna botava debaixo do braço e ia lá cinco minutos depois a polícia tava lá prendia você te. levava. pro Dops chegava lá você tinha que discutir com o delegado sofrer inquérito tan-tan-tan ta te advertiam te ameaçavam te soltavam você voltava te soltava ai te observavam você era preso de novo eu, por exemplo, num ano fui preso nove vezes preso levava preso levava tipo assim prisão ficava um dois dias um dois dias entendeu sofrendo humilhações não sofria tortura, mas a tortura moral psicológica e tal isso sofri muito ma você tinha segurar então tinha dirigente que tinha medo de ir na porta da fábrica e ai a gente eu o Lula e um outro grupo falava não tem que ir tem que enfrentar que negócio é esse é perigoso, mas tem que ir tem que ir não tem como, mas vai prender deixa prender prisão foi feito para homem não foi feito pra bicho chegava lá dali cinco minutos então a gente sabia que ia ser preso então a gente fazia uma circulação rápida você ia na hora que tinha grande massa entrando então você fazia ela circular rápido a tribuna e saia da região então quando a polícia chegava não te. achava mais e às vezes ela vinha à paisana os policiais vinham muito a paisana vinha assim igual você cabelo longo de tênis tal você tava pensando que era operário e o cara tava de algema e a máquina [?] você não sabia com quem tava lidando era muito complicado e era tudo gente do SNI da.

Do Dops e tal era muito complicado né, mas tinha que lutar não tinha como tinha um delegado tinha um delegado aqui da seccional de São Bernardo então ele até tava meio [?] prendi a semana passada duas vezes to te prendendo de novo puta merda olha que coisa para de fazer agitação seu comunista eu vou te soltar hoje que você é um pai de família e tal, mas para com isso se não eu vou te dar umas

borrachadas vou fazer isso vou fazer aquilo então ta bom doutor ta bom pegava a trouxa e ia embora ia embora na semana seguinte você tava e às vezes tinha uma semana que ele não prendia você você conseguia driblar a segurança driblar a segurança tinha que ser em 80 na greve de 80, por exemplo, eu fiquei dezessete dias entre só circulando em porta-mala de carro deitado dentro de porta-mala ta certo eu dormia no fundo da casa de um jornalista chamado Júlio de Gramont amigo da gente dormia no fundo da casa dele eu pai de três filhos eu não podia ver a minha mulher e meus filhos porque a minha casa tava cercada os caras tavam de olho em mim se eu chegasse eu era preso você chegava o cara parava com a veraneio na porta da minha casa e pegava três quatro caras lá dentro você via não é que eu tô falando o que eu acho não o cara parava lá e ficava te esperando ele vai ter que voltar para ver os filhos dele, mas parava lá na tua casa se você voltasse lá o cara te pegava não tinha como se você dormia lá a tua mulher e saia discretamente você falou os caras ta aqui cuidado ó os caras chegaram eles não tão aqui, mas tão ali na esquina o mesmo carro não mudaram tem quatro caras tão ali na esquina não saem lá de jeito nenhum tão te esperando tão ali olhando para cá então trauma eu tenho trauma até hoje é complicado isso aconteceu então quando eles me prenderam em 80 eu fui na casa dos meus filhos da minha mulher no final da noite tipo assim uma hora da manhã uma hora e tal dei um beijinho neles para ver se tava tudo bem e ai na hora que eu sai tinham quatro carros na porta de casa tavam. de. campana eu não percebi que tavam de campana me prenderam e tal, mas ta eles iam prender qualquer hora mesmo nem que seja na rua e ai fui preso e tal, mas tudo bem tudo transcorreu sem problema a gente saiu de lá e continuou lutando.

A: essa é uma diferença do período anterior [...] governo Médici.

E: sanguinário

A: o que deu a certeza ali de que a cadeia era pra macho mesmo

E: pra macho pra macho porque você tinha que encarar agora antes sumia com os caras agora engraçado tem um negócio de relevar até setenta e poucos até setenta e cinco eles tavam matando o jornalista tava morto em setenta e cinco até um ano um ano e pouco antes eles tavam matando matando e sumindo matando e jogando no lixo matando enforcado nós já estávamos trabalhando organizando os operários a greve pintou em comecinho de 78 então quando a gente assumiu mandou parar enfrentou para chegar a isso a gente enfrentou em vários momentos fazendo panfletagem agitação de massa reunião de fábrica para chegar ai e tal para chegar ai então a gente no auge da repressão à gente tava enfrentando e os caras tavam matando um e outro, mas a gente tinha que ser esperto tinha que correr fazer ser corajoso debatia com os caras com firmeza discordava ia pra imprensa fazia o que podia a imprensa muito censurada e tal tinham jornalzinhos alternativos panfletagem clandestina pichação de muro nas madrugadas a. gente tava fazendo um enfrentamento é arriscado vão prender e sumir com a gente é também assim como matou outros podia matar a gente

e sumiam se torturavam os outros podiam torturar a gente, mas é aquele momento você tinha que enfrentar alguém tinha que enfrentar aquela história todo dia o cara te dando tapa na tua cara todo dia o cara é fortão pra caramba todo dia você vai lá e enfrenta o cara entendeu uma hora você fala ó para ai o cara é grande, mas pô o cara todo dia me passa e me chuta a perna me dá um tapa na cara vou derrubar esse cara sob pena de perder, mas vou enfrentar.

A: [...] a ditadura ta muito debilitada ou nós vamos debilitar a ditadura?

E: eu acho que era mais assim nós vamos enfrentar o governo e por sorte é a leitura que eu faço hoje por sorte eu acho que ela já tava muito desgastada por dentro do congresso nacional perante a grande imprensa internacionalmente e então essa leitura eu consigo ver hoje acho que ela não tinha mais aquele apoio entendeu e né como houve vários golpes militares na América Latina foi dedo dos Estados Unidos [?] na hora que eles já sentiram que olha não dá mais é melhor entregar põe um civil lá pra dirigir o país não sei o que muda um pouco a gente vai continuar mandando, mas de outra forma um pouco mais light e mais ta ai já tinha estruturado uma filosofia de dominação de controle de capital de banco disso daquilo já tinham um Estado estruturado né então aquela organização operária, estudantil educacional que tava vindo antes de 64 figuras ilustres como Paulo Freire educador Paulo Freire foi expulso do país organizações antes de 64 as ligas camponesas foram dizimadas o pessoal. quando. pegou em armas contra os militares vários grupos de esquerda foram dizimado todos mortos [?] gente do PC do B em 77 o grupo militar invadiu uma casa na Lapa aqui em São Paulo no bairro matou todos metralhou a casa ninguém fala como massacre da Lapa a imprensa deu precariamente, mas deu massacre na Lapa matou vários trabalhadores que tavam ali reunidos com algumas lideranças políticas clandestinas discutindo política foram lá mataram todos quer dizer os caras não prendiam os caras matavam isso aconteceu em 77 então tava no auge da repressão então se você vê agora atitudes como essa já tavam dando muita repercussão até a imprensa tava falando pô não pode fazer isso arbitrário tal e ai começou e gente enfrentou como fizeram em 77 matar o cara na Lapa qual a diferença de pegar eu o Devanir, o Djalma o Lula e levar e mandar matar também [?] pra eles só que a gente tinha que ter coragem ou fazia ó o governo matou os caras lá vamos ficar quietos não dá para fazer isso você tinha que. correr risco de vida nós corremos risco de vida fizemos a nossa parte hoje eu to com os meus cinquenta e dois anos na época eu era bem jovem, mas eu sinto eu tenho uma sensação de ter contribuído para o meu país contribuído no sentido de buscar restabelecer a democracia no país é uma democracia debilitada ainda tem muitos problemas muitos vicio uma classe política corrupta empresários maus que né uma classe trabalhadora ainda muito desorganizada muita morte no campo, mas é que nós temos ai é que naquele momento histórico eu acho que eu pude colaborar colaborei hoje como advogado eu faço outra parte.

A: [...] e a projeção do Lula [...].

E: e a projeção do Lula projeção do Lula se deveu muito a nós dirigentes de retaguarda então veja nós éramos um grupo de dirigentes que nós dávamos a projeção para ele nós falávamos assim Lula você só vai se o que administra o sindicato e que faz a política na porta da fábrica somos nós você vai fazer vai viajar vai mostrar a cara para fora você vai pra lá vai pra cá você tem que viajar o país e mostrar as nossas opiniões as nossas teses e quem segura o trabalho de base aqui é nós nós vamos fazer isso pode ficar tranqüilo cadê o Lula o Lula ta lá me Porto Alegre conversando com os bancários cadê o Lula ta lá em Pernambuco conversando com os trabalhadores rurais a cadê o Lula ele ta no Acre conversando com os seringueiros a cadê o Lula ele ta discutindo lá no Mato Grosso cadê o Lula ele foi para a Europa denunciar os desmandos do regime aqui cadê o Lula ele ta dando entrevista para a Playboy que vai mostrar a entrevista dele com opiniões dele junto com as mulheres peladas cadê o Lula nos junto na porta da fábrica com o Lula quer dizer o que nós dávamos retaguarda para ele então nos grandes momentos ele era que mostrava, mas nós segurava [?] então o Lula ganhou uma projeção muito rápida primeiro porque ele representava tanto é que tinha lugares que ele não conseguia ta em vários lugares ao mesmo tempo então o Lula virou assim uma uma um referencial muito forte daquela daquele pensamento operário do pensamento novo do movimento sindical então ele falava lá o que ele tava falando na entrada da porta da fábrica de repente quando nós fomos cassados em 80 no que ele ia para um estado eu ia pro outro o Djalma Bohn ia pra outro o [?] Severino ia pra outro Severino não o [?] que é companheiro nosso [?], mas então é isso agora então a gente tava abrindo esse leque então outras lideranças de outros estados também já tava nessa luta já tava com essa ansiedade e foi se somando e de repente pô a gente pensou se fosse matar comunista entre aspas como o regime pensava tem. que matar lá no sul tem que matar um monte matar em San... lá embaixo matar em Santa Catarina [?] tem insatisfação popular o movimento popular e o movimento sindical e no movimento intelectual os intelectuais tinham nas universidades tinham tanto o movimento sin... o movimento estudantil expressando uma insatisfação dos professores dos intelectuais e tal então tal a sociedade brasileira tava muito efervescente tal a coisa acontecendo

A: aqui a coisa acaba refletindo [...] o pessoal todo olhando para São Bernardo [...] será que era a consciência de classe que os intelectuais queriam ver?

E: não não sabe porque não porque veja a leitura marxista que os intelectuais fazia ela é muito calcada na teoria é de forma teórica muito teórica

FITA I-LADO B

E: empresários tava muito clara agora para nós empregados nada nós nós queríamos fazer o seguinte cobrar a nossa insatisfação ganhar pouco condições de trabalho que eram péssimas queríamos um sindicato atuante por isso nós queríamos liberdade e autonomia sindical gostaríamos de ta participando mais gostaríamos de ter direito de fazer greve gostaríamos de ter moradia gostaríamos de comer melhor aquelas coisas básicas ai o pessoal vinha, mas, mas aqui tentavam buscar uma explicação do que nós queríamos e do que nós [?] encima da teoria marxista e falou olha isso ai nós não temos com isso nós não tivemos essa oportunidade de estudar se o Marx como teórico falou isso no passado com todo o respeito tudo bem agora nós operários desse século aqui nós tamo entendendo isso pra nós aqui não tamos discutindo mais-valia não não tamos discutindo participação em lucro tamo discutindo tamo discutindo é ganhar mais porque ganhamos muito pouco tamos discutindo é ganhar dinheiro ganhar um pouco. melhor. porque o nosso salário é muito ruim pra sustentar a família queremos ter moradia tamos morando em favela queremos é ter liberdade para reunir os companheiros é conversar um pouco de política que que é isso, mas olha isso aqui é uma teoria ah! Não tem nada haver e tanto é que lá quando nós fomos presos e eles perguntavam se nós éramos marxista comunista se sô contra também não somos contra nem a favor não sabemos quem são os comunistas se eles tem alguma ligação não não temos ligação nenhuma, mas como você ta fazendo greve e isso é coisa de comunista ah se é eu não sei eu sei que to fazendo greve por outras convicções olhando pro olho quero ganhar mais quero dar uma vida digna para a minha família quero ter o direito de ir ao meu sindicato reunir e tratar dos meus problemas eu quero poder se respeitado pelo patrão eu quero ter escola técnica eu quero ter esses direitos é o que eu quero por isso é que eu vou brigar se é isso eu sou sim entendeu então a gente dava um nó na cabeça da policia e um nó na cabeça dos intelectuais porque a polícia tava preparada para reprimir a visão teórica do comunismo e tal e ai na hora que pagou falou [?] e ai o delegado, mas os caras são tudo operários os caras não são comunistas porra. nenhuma os caras tão pô e às vezes dava uma puta confusão porque o Lula pá você é comunista não não sou não sou comunista sou católico vou a igreja acredito em Deus pô comunista é ateu não eu não sou não sou comunista você é contra? Não, não sou que que os comunistas defende? A ele defende igualdade social não sei o quê a divisão de riqueza ah então eu sou a favor [?] então eu sou a favor então era onde dava um nó na cabeça então o pessoal vinha até por ser um fato assim inusitado aqui que eu era militante de base ai nós eu e os colegas nós vamos nós temos que preparar as mulheres na época na época a nossa categoria era cento e quarenta mil trabalhadoras na categoria só de mulheres tinha ai por volta de trinta e duas mil trabalhadoras metalúrgicas então um numero pequeno de trabalhador o sindicato é só para homem não é para mulher e tal aquele papo da mulher então eu falei não a mulher tem que participar sim e a fabrica onde eu trabalhava tinha muita mulher a maioria era mulher eu e um outro colega que também

trabalhava numa outra fábrica que era mulher eu falei então vamos fazer um congresso de mulher vamos chamar as mulheres para discutir os problemas delas pô, mas será que dá dá vamos chamar a mulherada pra reunir e daí nós marcamos o congresso das. mulheres metalúrgicas lotamos isso aqui de mulher e as mulheres vieram lindas era operária lá na boca quente na sujeira na fábrica sábado e domingo elas vieram de unha esmaltada de batom a coisa mais linda as mulheres e ai a gente convidou algumas professoras universitárias um pessoal dessa [?] intelectual para acompanhar o congresso para assistir o congresso para ver o debate operário acontecendo essa era a visão de dirigente que a gente tinha para casar as coisas e ai chamamos para acompanhar e ai elas vieram [?] chinelo de havaiana no pé hoje havaiana é moda na época não é chinelo havaiana as pernas toda peluda toda maltrapilhas vestidinho de renda e tal sentavam do lado das operárias as operárias quem é essa mulher tão maltrapilha não essa é professora da USP é intelectual do movimento feminista tal essa ai é não sei o que como? Desse jeito? e as mulheres operarias com batom cabelo pra ela tava ali uma festa um grande evento tava ali reunida no sindicato dela pra resolver os problemas dela então na minha leitura hoje e ai até eu o Lula a gente brinca pra caramba depois que a gente filmou tudo isso a gente tem um filme sobre isso a gente falou pô pra se identificar com as operárias não precisa vir mal vestida porque na cabeça acho eu na cabeça delas ah vou bem ralé pra me identificar pra me sentir à vontade

A: [...].

E: chegou lá foi o contrário elas tavam muito bem vestidas muito bem alinhada tal perfumadas para todos os problemas com desenvoltura uma falou outra brigou discutiu propôs tese debateu porque a mulherada já tinha um trabalho antes tinha todo um trabalho de incentivo a leitura conhecimento etc e tal né leitura assim relacionada aos problemas dela olha ta errado isso o que é liberdade e autonomia sindical para você poder isso isso e isso o que é a lei de greve? A lei de greve é uma lei que proíbe a greve não pode ter essa lei vamos lá então esse conhecimento leitura de conhecimento que a gente passava voltado para a realidade dela não vamos discutir tese vamos discutir o marxismo leninismo com uma operária coitada que ta pisando em fio elétrico dando choque no pé pisando em buraco na seção que não tem uma creche na fábrica para alimentar o filho que não pode sair para dar amamentação ao filho que não tem um restaurante para comer você tem que discutir o que [?] ta afetando não adianta você discutir teses filosóficas agora na medida que ela compreende essa problemática dela e vem até o sindicato você pode ampliar o debate o congresso visava ampliar o debate com elas os congressos da categoria visavam ampliar o debate foi ampliando então de repente em 82 você tinha operários com visão madura experiente e tal né então saia para debater, por exemplo, era um operário em 81 eu fui em Brasília participar de um debate na em Brasília participar de. um debate até fui representando o companheiro Lula que era para ele ir na ABI Associação

Brasileira de imprensa chegou lá só tinha lá senadores é imprensa é gente da grande e um operário cheguei lá o Alceu Collares tava lá ele era deputado federal na época deputado do PDT esquerda tal corajoso ele tava cumprindo um papel importante e nós tavamos debatendo fomos lá debater o pessoal faltava pegar a minha mão pra cheirar pra ver se tinha graxa cheirando graxa falei pêra ai não sou burro vim aqui pra debater igual os cara [?] que que vocês querem fomos lá apresentamos as nossas opiniões falamos das greves e tal o pessoal ficou ih, mas pêra ai um operário aqui vamos conversar com ele o que ta acontecendo em São Bernardo no ABC paulista ah as grandes fábricas ah... ai lá lá dentro do poder lá na cara do poder e a gente tinha que fazer isso enfrentar a polícia na porta da fábrica e também tinha que ir lá na cara dos militar e falar olha...

A: como se sentir representado lá dentro [...] essa abertura que ta ai não nos interessa ela não é para os trabalhadores...

E: exatamente nós fomos questionando a abertura política na época ai depois veio à reforma partidária quando criaram o PT vem a le... eleição da organização partidária que falavam na época que para criar um partido político quando acabou a Arena e o MDB tinha que ter cinco por cento dos votos do do nacional então o PT pra se garantir ele tinha que ter cinco por cento dos votos no nível nacional pô nós tivemos uma votação muito boa passou os cinco por cento tinha que... então primeira exigência da legislação eleitoral depois tem que ter tantos filiados fomos lá filiar tem que ter isso exatamente para não deixar os operários se organizar e ai o pessoal foi se organizando tanto um sindicato como um partido político pode não ta lá essas coisas hoje, mas ta dando ta dando foi um passo daqui mais um mandato do Lula ou de quem quer que seja mais à esquerda né pode avançar mais um outro mandato de alguém e eu acho que pode mudar reforma educacional reforma tributária reforma da previdência e ampliando e melhorando as legislações e tal reciclando o poder judiciário reciclando a classe política vê o congresso nacional não tenho nenhum preconceito porque eu sou velho, mas um monte de velhinho então o cara ta com um cabeça tão sedimentada tão fechada que ele não aceita mudança nenhuma então tem muita juventude e tal vai gente nova pra lá e começa a mudar e infelizmente tem ido para lá uma juventude viciada na hora que não ta o velhinho não da vai o jovem tem o. jovem Ronaldo Caiado porque porque uma classe poderosa elege o seu representante agora tem que mandar gente nova com cabeças novas pra reciclando aqueles velhinhos vão morrendo vão tirando de lá vai chegar uma hora que o poder judiciário [?].

A: [...].

E: [?] você pega o movimento sindical até dentro da CUT infelizmente temos dirigente sindical que ta ai há anos a CUT foi criada lá na década de oitenta oitenta e pouco o cara era dirigente da CUT ta no sindicato só que vinte vinte e cinco anos passou o cara continua pô perai não ta na hora de passar a bola [?] no meu caso eu fui deputado por dois mandatos chegou ao fim to fora não sou mais dá pra

outro não vou porque porque eu acho que eu fiz a minha parte fui deputado adquiri experiência fui reeleito como deputado constituinte tchau senão ia ta lá até hoje [?].

A: no final do governo Geisel [...] o Figueiredo [...] existiu ali naquele meio tempo a idéia de que bom ta trocando de presidente.

E: é tivemos tropeços ali [?].

A: aquele espaço ali apareceu como um espaço olha bem dá pra testar esse novo presidente [...] em 78 o governo não se mexe [...].

E: ele esboçou mexer através do seu órgão competente que era o Ministério do Trabalho ele esboçou ele falou isso é um fato muito grave pode gerar grandes proporções vai lá dá pra intervir não não dá porque o sindicato fez um jogo certo eu te falei no fundo nós não mandamos parar, mas já que parou nó temos que assumir não vocês não podem assumir posso é vou deixar os trabalhadores ai à deriva é até perigoso os caras sai fazendo passeata ai quebrando tudo vai virar uma anarquia você quer ir não então é melhor vocês comandar então comanda então nós pegamos nós entendeu então, mas eles queriam tanto é que o governo reagiu ele também amadureceu sabendo que os operários tavam se organizando 78, 790 o que é a reação do governo em 80 pega o Linha de Montagem o filme Linha de Montagem o governo reagiu violentamente com repressão com prisão com lei de exceção tinha o decreto 1632 que proibia greve nos setores essenciais proibia greve nos setores essenciais expulsou o estatuto dos estrangeiros. que expulsou estrangeiros que se metiam em política naquela época expulsou dois padres Vito [?] mais um outro que eu não me lembro agora, mas foi um puta levante social para defender contra o estatuto do estrangeiro tinha lei às leis de exceção a lei 4330 que proibia as greves tinha várias leis de exceção sendo editada em pleno regime em 82, 81, 80 sendo editadas para tentando segurar o avanço da mobilização social e prendendo só que não tava matando como, mas prendia enquadrava intimidava Fleury o delegado Fleury tava em plena atividade entendeu quer dizer o regime entregou meio ele entregou a rapadura meio na raça porque tinha gente enfrentando, mas não foi tão assim que ela hoje até acho que eles tavam um pouco enfraquecido internamente tinha um grupo mais à direita querendo endurecer e um grupo olha vamos fazer uma abertura mais lenta mais gradual porque eu acho que não dá para segurar isso aqui mais não né então acho que essa dicotomia ai que se estabeleceu lá dentro do poder. dentro das forças armadas eu acho que foi um referencial para eles tarem entendeu soltando as coisas deixando ai vem à negociação do Tancredo um cara esperto Tancredo Neves, Ulisses Guimarães pessoal Teotônio Villela pessoal que veio da Arena que ai administrou o colégio eleitoral e tal foi fazendo uma transição meio cacificada meio assim por cima e os militar po esse cara ai é nosso também tanto faz um general lá como com ele vai ser a mesma coisa entendeu depois aquela transição meio cor-de-rosa, mas exatamente e o setor linha dura dizendo não vamos endurecer vamos dar pau nos caras vamos matar vamos jogar

nos rios vamos continuar fazendo ó não tem respaldo internacional os Estados Unidos não quer mais essa política [?] não dá pra fazer mais o que vocês quer, mas vamos abrir, mas continua ai vem o empresariado não, vamos abrir deixa os caras segurar, mas a gente continua mandando vem Rede Globo, mas não a gente já tem o controle da coisa tem veiculo de massa na mão então eu acho. que. os caras devem ter feito esse debate entre eles e ai tudo bem e as coisas foram tendo essa transição agora não foi muito fácil não foi de enfrentamento

A: e o empresariado era só o conflito econômico que estava estabelecido ali ou [...]?

E: não eu acho que tinha a questão o fundo político porque o empresariado tinha aquele fundo ele o empresariado quer dinheiro em qualquer lugar do mundo ele é ganancioso ele ele é autoritário ele é centralizador ele é ganancioso ele quer ganhar dinheiro não importa em qual lugar do mundo ele quer ganhar dinheiro agora nós operários nós queríamos mais do que dinheiro nós queríamos organização nós queria ter padrão de vida melhor algumas coisas nós queria liberdade queria e o empresariado não entrava muito nessa discussão não ele só dizia não posso dar aumento olha vocês não podem fazer greve não posso dar aumento e vocês não podem fazer greve então chegou uma hora que o patrão também não tava preparado para nos enfrentar na hora que a gente a mostrou uma organização e parou a greve não sabia o que fazer com a greve não tinha com quem negociar não sabia como negociar ele ficava perdido ele só dizia não posso dar ai não tinha argumento ah to ganhando pouco to vendendo pouco não você vendeu muitos milhões durante o ano você pode dar sim mantêm a greve ai que os caras vão ter que dar e às vezes o cara vinha aqui dava com os contratos com os compromissos dele empresarial de empresa para empresa então ele acabava dando o que a gente queria ai foi onde à gente foi abrindo foi ai a gente falou não é nenhum bicho papão os empresários é vamos conversar mais então com alguns empresários a gente acabou estabelecendo uma relação mais amena então dava para conversar então os empresários entre eles acho eu que também conversavam não é bem assim os caras não são bobos não dá para conversar entendeu e assim as coisas foram no tempo foram melhorando

A: era empresário, sindicato, governo.

E: taxa de inflação e o judiciário que fazia o papel do governo com os empresários o judiciário no meio ele fazia a política [?] ele fazia exatamente o que o governo queria [?] você tinha que enfrentar tudo isso você imagina uma hora você tem que enfrentar o judiciário hora você tinha que enfrentar a policia hora você tinha que fazer um debate até serio com o governo conseqüentemente com a política hora você tinha que enfrentar o patrão e hora você tinha que enfrentar os intelectuais que diziam não e tal vocês tão com a política errada e hora assim vocês tinham que enfrentar o principal inimigo qual é o movimento sindical pelego que te sufocava batia em você quando discordava te dedava que segurava alguns sindicatos importantes e você tinha que enfrentar um inimigo maior que

era a inconsciência do operário era sem consciência coitado ele veio do nordeste de pau-de-arara passando fome comendo mingau de fubá chega aqui para na Volks ele tem um bandeirão de comida final do mês ele põe. o salarinho no bolso e leva pra casa ah, mas ele ta morando na favela, mas para ele se comparar esse essa vida que ta vivendo com o que ele vivia lá no sertão de Minas pô pra ele melhorou então você ia falar pra ele companheiro nós temos que fazer uma luta nós temos que melhorar e ele falou não não to passando fome aqui até to comendo tem até escola pro meu filho [?] pra ele foi uma puta ascensão social você tinha que quebrar essa essa visão de mundo que ele tava tendo e dizer pô cara você produz carro tua produção vale muito mais do que você ganha abre teu olho você tinha que fazer um debate muito permanente pra politizá-lo pra abrir a cabeça dele dá não dá pra você discutir tese de marxismo [?] tinha que discutir feijão e arroz com ele coisinha simples ai ele hã é isso mesmo um carro ta valendo tanto até uma vez nos fizemos uma um panfleto que pegamos o carro botamos a foto do carro e fomos colocando de trás para frente um pedaço do carro era imposto um pedaço do carro era lucro. não sei do que outro pedaço não sei o que e ai sobrou só um pedacinho do pára-choque que era o salário dos trabalhadores que era tantos por cento é então o cara olhava aquele carro tudo isso é imposto tudo isso aqui é lucro porra mais o meu salário que é tirado dá só essa ferpinha puta então o meu salário que garante tudo isso então eu não to errado um jornal de impacto que a gente fez né então a gente trabalhava com recurso visual com filmes com debates com discussões dentro da fábrica no chão da fábrica aqui no sindicato lá na porta é e foi avançando graças a Deus chegamos

A: [...] o sindicato ele tenta agir dentro da lei [...].

E: naquele momento tinha que procurar agir dentro da lei na verdade tinha que agir com um pé dentro da lei e um pé na ilegalidade [?] um pé na ilegalidade e outro na legalidade na legalidade você tinha um órgão na mão que era o sindicato você tinha que trabalhar ali até para evitar que os caras viessem tomar e na ilegalidade até para você impulsionar porque se você fizesse um discurso dentro da lei você não mobilizava ninguém você não conseguia fazer a greve porque tinha uma lei que proibia você não conseguia fazer um sindicato porque porque a lei proibia você não conseguia ah porque o governo proibia você não conseguia fazer uma negociação coletiva com o patrão a lei proibia o judiciário proibia então tudo era proibido então você tinha que fazer um confronto com a legalidade e na medida do possível tentar agir dentro da legalidade, por exemplo, administrar o sindicato dentro da legalidade porque senão vinham e achavam que a administração do sindicato dava intervenção federal até. erro de que você pegou cento e tantos mil reais e fez panfleto pra agitar a massa então isso é ilegal intervenção então você tinha que cuidar da contabilidade dentro da lei e fazer era complicadíssimo nossa tinha que fazer uma ginástica terrível por isso que às vezes ninguém valoriza a inteligência dos operários em fazer (risos)

A: [...].

E: uma coisa que o judiciário ficou em conflito com ele mesmo eles faziam lá uma seção lá no Tribunal e dizia tal greve é ilegal e ai nós continuamos com a greve e ai que que vai acontecer não ta ilegal ah é ilegal fala pra ele é ilegal continuamos em greve pronto então o juiz ficava assim desmoralizado eu falei então peraí vamos analisar isso diferente vamos dar outro enfoque então chamava lá e o juiz ai começou a entrar no papel de conciliador peraí você não tem jeito não se você julgar ilegal a gente não vai voltar ao trabalho se a polícia vai lá e bate eles não voltam a trabalhar não se intervém no sindicato eles continuam parado então tem que achar um jeito ai começou a estabelecer uma negociação ai nos dissídios coletivos o que o tribunal dava então ele fazia ai ele tinha que ta conciliando os interesses dos dois lados ai começou e ai começou a [?].

A: isso não transfere a idéia de que [...] o governo ta titubeando [...].

E: eu acho que mexeu com muita gente nesse período ai muita gente questionou o poder judiciário o poder executivo questionou o poder político né o congresso nacional questionou, sobretudo o movimento sindical até então da forma que se trabalhava muitos sindicatos foram retirados das mãos dos pelegos porque as chapas de oposição ganharam é o movimento teve ascensão política participando de entidades é como sociedade de amigos clube de mães [?] meios de participação eu acho que a população participou até acho que depois da eleição do FHC eu acho que a participação do movimento sindical e os movimentos sociais houve um refluxo isso é muito ruim porque se continuasse avançando a organização e tal a nossa democracia ainda é ela não ta consolidada né os grandes feitos sociais ainda não estão consolidados problema de da terra fixar o homem no campo.

FITA II-LADO A

E: nas conquistas de fazer repensar o que já foi feito repensar o que ainda não mudou [?].

A: a gente vê que a pauta de reivindicações ela começa econômica né até porque...

[...].

E: é ela até começa econômica, mas ela depois vai ganhando um fim político né na época a gente jogava os panfletos nas fábricas para chamar o operário não adianta você falar de coisa política companheiro queremos liberdade e autonomia sindical [?] então você falava companheiro vem discutir aqui os buracos na seção a falta de comida comida estragada (interj.) os problemas do dia-a-dia e ai ele vinha você discutia você falava esses problemas do dia a dia vamos tomar providência

vamos lá vamos fazer vamos se mexer com a empresa vamos atrás tal, mas tá vendo esse governo aí regime militar sabe o que eles estão fazendo pan-pan-pan tal não sei o que e tal sabe porque você não tem comida não tem casa para morar você mora na favela porque tal e tal, mas de onde vem o dinheiro tal tal entendeu você começava a explicar e dava um outro gancho político para a conversa então o trabalhador ele vinha ele participava de uma discussão com o problema dele, mas ele não saía só com aquela discussão ele. saía com uma discussão mais aberta sobre os problemas no geral agora o que você tá achando da educação no país saúde como é que tá então você abria um debate né e às vezes aquilo ficava na cabeça do trabalhador eu me lembro que eu era um operário na fábrica trabalhando normal em setenta e poucos um professor que eu tava fazendo o madureza o ginásio um professor pegou e deu pra mim um livro ele falou olha você é operário você tem que ler um livro um livro chamado Leo Huberman do Leo Huberman a História da riqueza do homem olha lê esse livro que depois se você quiser eu depois discuto com você esse livro tinha uns conceitos marxistas tal não sei o que e tal Eduardo o mentor do capitalismo não sei o que e tal um monte de opiniões eu li aquilo e reli e tal eu tinha uma compreensão limitada, mas falo o me explica que que é isso aqui que isso é e aí eu comecei a discutir com esse professor de história batendo papo e tal e ele me incentivando me orientando na época tinha o jornal movimento. jornal opinião que eram os jornais alternativos e a gente começou a debater ler aquelas matérias falavam muito na China União Soviética os regimes pra lá de Cuba né tinha o Raimundo Pereira que era jornalista que escrevia aqueles textos cansativos pra ler pra caramba a gente lia anotava e começamos a participar e eu operário um outro criamos um grupinho de teatro aqui um outro lá e a gente começou a trombandando com muita dificuldade porque tinha um choque cultural na época também no fundo do que acontecia tinha um choque cultural porque você imagine um operário eu comecei a participar jovem vinte e poucos anos professor de história mandou eu ler aquele livro pô bem tem crítica a igreja legal tá lá um capítulo soldados e guerreiros e tal falava né da idade média uma discussão completa feudalismo capitalismo umas coisas assim muito complexa pra mim um operário nível entendeu começando a estudar era era muito difícil aí olha o choque cultural o cara tinha uma visão clara meu professor de história formado pela USP lê isso vamos discutir pô olha o choque eu fui atrás então aí não é verdade agora se me pegassem eu lendo aquele livro eu ia preso então não é verdade era assim tinha gente tinha o intelectual o desespero de querer avançar fazer a classe trabalhadora avançar não é por maldade eu acho que foi muito bom muito bom vai lá tinha um amigo meu que era sociólogo ele era professor era sociólogo ele dava aula numa escola aqui em Santo André chamou-se ele me chamou para fazer um debate lá sobre prevenção de acidentes né abro aqui um parêntese para te contar esse papo aí chamou lá e tal aí tinha ido lá um policial de bombeiro um dia lá fazer uma palestra pros jovens aí foi eu operário foi um policial e fui eu foi mais não sei quem ah foi um gerente lá de RH

falar da empresa e tal foi bem assim ai chamou eu pra falar dos acidentes de trabalho ai sentei lá no meio dos operários da garotada do ginásio no colégio ai falei a tudo bem conversando com a garotada falei ó fecha os olhos [?] todo mundo se possível feche os olhos e ai eu fui com dados estatísticos que eu tinha ó tu sabia de olhos fechados você imagina você sem um braço porque se você deixa o jovem de olho aberto ele se dispersa ele conversa [?] a você sem um braço tem tantos mil trabalhadores sem um braço sem mão os operários acontecem isso [?] ai a diretora entrou falou que eu era comunista que eu tinha que interromper a palestra tal demitiu esse sociólogo que era professor lá mandou ele embora na hora a escola entrou em greve para trazer o professor de volta deu um angu aqui ai ela disse que ia me denunciar na polícia que eu tava estimulando o comunismo pras crianças [?].

7) Entrevista realizada com o Sr. **Edílson Ferreira da Silva (Zé do Mato)** em 17/02/2005 no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em São Bernardo do Campo.

FITA I-LADO A

A: o Sr. é...

EF: o meu nome é Edílson Ferreira da Silva eu sou conhecido como Zé do Mato o Expedito deve ter lhe falado

A: nós podemos começar a falar do marco 77 [...] a campanha salarial [...].

EF: dos 34 ponto...

A: é [...].

EF: na verdade a minha vida sindical começou nos 34 né nos 34 por cento eu trabalhei no desde 74 e nos trinta e quatro por cento que foi em 77 eu comecei a militar no sindicato e comecei a despertar a consciência com a necessidade de lutar por uma questão de direito né então a partir daquele momento né a gente começou a conhecer o Lula na porta de fábrica e a diretoria como um todo né e depois veio 78 né aonde teve manifestação é mais dos movimentos dos diaristas né em 79 e 80 foi onde realmente se fez um movimento muito forte no ABC e ai é lógico que a repressão como você disse caiu em cima dos trabalhadores mesmo

A: como é que vocês vem essa repressão

EF: na verdade existia também uma revolta embutida no meio da sociedade né contra os militares né e essa revolta na medida que aparece uma pessoa como o Lula e a sua diretoria e com a competência de mobilização da população essa revolta foi canalizada né e o pessoal começou a lutar em defesa do salário das perdas e quando você abre a boca e começa a falar aparece muita coisa né, mas eu acho que lógico que há muito mais consciência muito mais ganho político né hoje, mas no passado em função desse ganho político de hoje essa consciência política desse cidadão que pode falar hoje é em função daquela luta né senão tivesse acontecido àquela luta ele não tinha se transformado no que se transformou então aquela luta ela foi muito importante aquele enfrentamento foi muito importante e o governo como você disse ficava muito nervoso né ficava muito recalcado mandava a polícia bater quanto mais eles batiam mais a sociedade se organizava em torno dos metalúrgicos e os metalúrgicos também criava. coragem pra pra fazer a sua luta pra se defender

A: e assim [...] quanto mais tu apanha [...].

EF: o que acontece numa família se o marido não respeitar a família acontece revolta o que aconteceu com o governo que não respeitava os trabalhadores a gente sabendo que tinha sido os

trabalhadores roubados pelo seu pelo seu governo e essa revolta era canalizada em forma de uma luta pacífica né

A: ah isso é importante

EF: e era uma luta muito o Lula tinha junto com a sua diretoria na o cuidado de canalizar essa luta pacífica para não jogar os trabalhadores contra a polícia para não jogar os trabalhadores contra a repressão isso era um cuidado que a gente escutava ele sempre falar no microfone não aceite provocação sai da assembleia vai para a sua casa não acredite na imprensa falada na imprensa televisada só siga a orientação do sindicato leia os materiais do sindicato leiam os boletins do sindicato né ele dava uma linha de luta reivindicatória, mas de luta é de defesa de seus direitos, mas não jogava a massa contra é contra a polícia e a polícia agia cumpre a polícia e os militares e os governos militares agia como o [?] que ta perdendo e ia pra agressão e o trabalhador saia no dribble saia no dribre corria pra um lado corria pra outro né quer dizer enfrentar o policial batia nele né eu tive a oportunidade de presenciar o pessoal na praça da matriz é puxar um policial pro meio da roda e meter o pau. nele quer dizer (risos) ele estava provocando apanhou a hora que ele vacilou deixou a tropa de lado o pessoal deu um cascudo nele né

A: mas isso era diferente [...].

EF: não era um incitamento né era uma reação normal [?].

A: eu entendo

EF: uma reação normal do trabalhador trabalhador que tava sendo provocado à vida inteira acuado eles cercavam os trabalhadores hora que a tropa descuidava puxava um vem ele

A: [...] a época dura da ditadura mesmo [...] vinham às tropas e esmagar [...] trabalho feito né aqui não se conseguiu [...].

EF: não conseguiu porque o pessoal via a manifestação, mas o pessoal também agia com inteligência o pessoal não ia para o confronto quem ia para o confronto era a polícia o pessoal não ia para o confronto o pessoal o pessoal é sabia da força da repressão o pessoal tinha consciência da repressão então o pessoal é dava uma dibrada né acontecia confronto, mas imagina você vem com mulher com criança é pra uma manifestação pacífica que era pacífica saia fora da sua rotina porque o militar provocava então tinha uma gente que se machucava houve houve um confronto trabalhadores e polícia porque dentro de uma massa de cem mil trabalhadores com a polícia provocando com policiais infiltrados dentro dos trabalhadores então naturalmente alguém provocava não é ninguém pode negar que até quando se puxava um policial para dentro da massa se não pode negar que não era um outro policial pra provocar pra fazer os trabalhadores apanhar né.

A [...].

EF: eu me lembro uma vez que a gente tava na igreja matriz cercada pela polícia e a polícia de repente jogou bomba de gás em todo mundo cercado para que? Para provocar para provocar e o pessoal se refugiou dentro da igreja e eles jogaram bomba de gás dentro da igreja só pra provocar não aceitava que o pessoal tivesse liberdade o sistema não aceitava a liberdade dos trabalhadores viu
A: isso é importante

EF: então à medida que o sistema não aceitava a liberdade dos trabalhadores eles provoca para que você é vá pra provocação e termine tendo um confronto que politicamente é perdedor para os trabalhador não é

A: então na sua opinião a estratégia do sindicato e do Lula era perfeita para [...].

EF: perfeita na minha opinião era perfeita porque era uma estratégia que não era provocativa não era provocativa eu participei de todos os movimentos promovido pelo sindicato e toda a estratégia do Lula não era provocativa era provocativa do sistema provocava o sistema provocava a ditadura provocava o rompimento provocava para tu ter a democracia, mas não provocava as autoridades não provocava os policiais provocava o sistema em si, mas não ninguém tava na rua provocando os policiais qual era o objetivo deles bater no povo para depois dizer bati porque é fui provocado são das vermelho não era da vermelho era o trabalhador que fazia uma luta em defesa dos seus direito de contestar uma ditadura, mas uma luta democrática dentro da institucionalidade né querendo ser cidadão afinal de contas pagamos impostos né.

A: uma outra coisa [...] 77 a coisa aparece [...], mas antes disso a coisa já vinha [...] como é que percebiam [...] atitude do sindicato [...] não aceitavam a determinação do tribunal.

EF: o sindicato eu me lembro desses momentos o sindicato toda vez que tinha uma manifestação que o Lula assinava uma nota dizendo as manifestações são espontânea e era espontânea naturalmente ele deixava de concordar com a manifestação e o fato de ele não aceitar a negociação de posse a primeira é direito do cidadão como cidadão como sindicalista como chefe dos trabalhadores naquele momento como representante dos trabalhadores ele tinha direito de dizer eu não aceito essa imposição de vir às coisas de cima para baixo acho que a gente é você falou é eu vou te contar uma coisa que não ta na história nós teve muita manifestação aqui na história aqui hoje, por exemplo, a gente tem registrado que a primeira manifestação foi na Scânia né e não foi não foi na Scânia foi documentado a primeira manifestação foi na ferramentaria da Mercedes-benz e eu não to sendo bairrista porque trabalhava lá não porque eu não participei apenas eu to ali dentro da seção então eu fui olhar e como era essa. manifestação era parada nenhum trabalhador olhava para o outro trabalhador o trabalhador olhava é não dependia ser liderança naquele momento era caçado pelo DOI-CODI então eles tavam tudo parado dentro da empresa cada um de frente para a sua máquina entendeu era uma manifestação espontânea realmente eles parava sem o sindicato mandar eles

parava e eles ficava de frente para as suas máquinas e a noite o sindicato era obrigado a soltar uma nota dizendo as manifestações eram espontâneas e eram espontâneas mesmo naturalmente este espontaneísmo foi sendo canalizado por pela liderança né sendo canalizado

A: principalmente a greve de 78 [...], mas mesmo assim [...] ela é mais difícil de organizar [...] acabou servindo de aprendizado?

EF: é e elas e elas não eram duradouras elas eram manifestação de de repúdio aquilo que tava acontecendo no país né ela não era duradoura né ela durava períodos né de dias né [?], mas era feito um movimento né o pessoal parava dentro da fábrica.

A: os intelectuais olhavam para você [...] é ali que vai surgir a revolução [...] o Sr. sente que tinha essa ideologia.

EF: eu acho que tinha discurso solto discurso perdido de alguns que tentavam impor suas vontades, mas não o trabalhador não tava pensando em revolução alguns trabalhadores até meio despolitizados dizia se a gente não fizer agora a gente não faz mais né essas é a chance que a gente teve que estamos, mas era aquela coisa de pessoas que não tem consciência do movimento e acham que o movimento só dá certo se for cem por cento quem faz movimento grevista ou qualquer luta na sociedade não pode querer trabalhar com cem por cento da sociedade a gente tem que trabalhar com a maioria da sociedade né você não tem um governo eleito em nenhum lugar do mundo com cem por cento da população só se for uma ditadura sei lá ai não é uma eleição é uma imposição, mas ninguém é eleito por cem por cento então o movimento sindical não é diferente você não faz greve porque você se um trabalhar você fez a greve né você faz a greve se um trabalhar não teve greve não você faz greve se você tem a maioria dos. trabalhadores na sua mão se outra parte furar a greve o movimento ta feito você tem o movimento então naquele momento tinha uma euforia de algumas partes dos trabalhadores de ou agora ou nunca então essas pessoas se perdia quando falava é revolução vamos fazer a revolução não há pessoas que não tavam devidamente politizados né eu acho que os intelectual são muito importantes, mas eles também falam muita bobagem eles querem muita coisa eles sonham muito né.

A; [...].

EF: eu vi um intelectual falar que com o governo Lula o dólar ia disparar o país ia esculhambar [?].

A: intelectuais [...] participaram dos congressos [...] será que não confundiram consciência de classe com [...] vontade de ganhar mais [...].

EF: classe nos somos uma classe lógico temos que ter essa consciência de classe somos uma classe que é a única classe que é desvalorizada salarialmente né quando o cidadão muda de emprego ele perde o que tinha sempre eles acham que se ele é jornalista vai ganhar menos em outro lugar se ele é metalúrgico menos no meio metalúrgico então somos classe agora nunca foi uma preocupação dos

trabalhadores fazer uma luta contra o patrão [?] não existe isso não se tinha necessidade de sobrevivência necessidade de luta mesmo de sobrevivência até porque o povo brasileiro é muito bom o trabalhador brasileiro é muito bom o trabalhador brasileiro ele é muito responsável né ele ele tem sede de consumo né então na sede de consumo ele vai buscar alguma alguma né buscar o seu direito, mas eu acho que a nossa elite empresarial ela é muito mesquinha e miserável ela tem muito medo do povo quando o povo não faz medo o povo quer é ser respeitado ter direito de educar o filho ter direito de dar saúde. educação

A: e como é que era a visão de vocês a respeito dos empresários naquela época [...].

EF: eu acho que não só naquela época agora a gente tem muita dificuldade de negociar com eles porque os empresários eu costumo dizer que empresário que paga bem se sente mal e que paga mal se sente bem entendeu porque eles mudam de um local para outro pra [?] a Ford foi daqui para a Bahia para pagar um real ou dois né a General foi daqui pro sul pra pagar pouco também [?] culpando o Lula que tenho o maior carinho e acho uma pessoa inteligentíssima que governa esse país aprendeu muito provou isso né você falava mal mesmo você falava muita coisa eu me lembro que o Lula na Vila Euclides disse assim eu quero fazer um desafio aqui aos empresários nacionais alie-se ao sindicatos vamos nacionalizar as multinacionais ah um homem da importância do Lula dizendo isso todo mundo bate palma naquela época né lógico que depois o Lula percebeu que não era esse o caminho também também foi uma besteira tão grande o companheiro Lula falou que eu marquei entendeu.

A: patrão é patrão?

EF: patrão é patrão e como é que você vai nacionalizar as multinacionais Deus do céu se as empresas nacionais hoje dependem das multinacionais

A: e vocês tinham consciência disso?

EF: eu tinha consciência naquela época muitos tinham e muitos não tinham e muitos gritavam e muitos aplaudiam né

A: foi inocência será do Lula naquele momento?

EF: eu acho que sim acho que foi um aprendizado ele não fala mais isso aprendizado com certeza né o Lula era um homem de trinta e dois trinta e três anos senão me falha a memória eu sou mais novo do que ele o Lula dois anos ele tem cinqüenta e oito eu tenho cinqüenta e seis então na época eu tinha eu tinha na época trinta anos trinta e um ele tinha trinta e três trinta e quatro então era um líder muito jovem também quer dizer depois lutou vinte anos para chegar no poder né de oitenta pra cá né ele era muito jovem né [?] a vontade mesmo era de ter salário era ser respeitado e o sistema não entendia isso perseguia prendia batia você já sabe.

A: quem eram os responsáveis por não conseguir os aumentos [...] empresários [...] governo quem era na cabeça de vocês o maior culpado?

F: com certeza os dois os dois o governo que era aliado dos empresários e os empresários aliados do governo os dois o governo sempre foi sustentado pelos empresários pelas suas federações né então era a política traçada deles então não tinha um culpado eram dois nós lutamos contra os empresários e contra o governo pra quebrar quantos decretos o general Figueiredo não decretou e nós quebramos e ele ta como

A: [...] baixa uma lei da ditadura e os caras não [...].

EF: como se conseguia nós tínhamos naquela época quase duzentos mil metalúrgicos aqui na base nós tínhamos naquela época na Volkswagen quarenta mil trabalhadores nós tinha dezoito mil na Mercedes-benz nós tinha doze mil na na Ford né nós tinha seis sete mil na Scânia então nós quebrava era assim parava [?] quem quisesse se mover lá fora se movesse ai falava vai ter que dar um aumento tem que dar entendeu nos organizamos dentro das empresas e fazemos trabalhar ali assim nos quebramos.

A: vocês sabiam que estavam passando por cima das determinações do governo?

EF: sabíamos eu acho inclusive que nós devemos passar hoje por cima de algumas determinações se depender de mim hoje eu brigava com o meu amigo Lula pela tabela do imposto de renda afinal é direito do cidadão ah ta lá o imposto de renda só para dar um parêntese aqui [?] não é o Lula o culpado é a instituição governo [?].

A: [...] espaço, mas naquela época que espaço tinha?

EF: é tem espaço é verdade nos conseguimos com o companheiro Giba companheiro Giba não desculpa companheiro Feijó e o companheiro Marinho companheiro da CUT né conseguiram na pressão política na verdade nós não demos um tiro não perdemos uma hora de produção só na pressão política no governo o companheiro Marinho e o companheiro Feijó conseguiram que tivessem a tabela de imposto de renda do período Lula né dez por cento [?].

A: como que as pessoas conseguem se mobilizar sabendo que não tinha espaço ou acreditavam que tinha espaço?

EF: tem algumas período que a gente ia fazer assembléia na Vila Euclides e tinha um general que morreu morreu de câncer general Milton Tavares IIº exército aqui de São Paulo ele todo dia dava uma declaração que comunismo não tinha espaço aqui nesse país eles taxavam a gente de comunismo numa falta de visão numa falta de realismo da vida e em determinado momento ele mandou os helicópteros do exército em cima da Vila Euclides você já deve ter visto alguns... no dia seguinte nós recepcionamos os helicópteros com bandeirinhas do Brasil pra mostrar que eles eram idiotas mesmo que nós não queríamos brigar com governo nos tava pedindo pra receber salário pra

ser respeitado né nós não tava na briga direta pela anistia que cabia nós não tava reivindicando isso nós tava reivindicando salário não é tanto é que o Lula dizia eu não quero estudante no meio de metalúrgico quero metalúrgico ficou até meio meio é a imprensa cobrava do Lula isso, mas você diz todo o dia que não quer estudante no meio do trabalhador quer os trabalhador fazendo a sua luta legítima é isso mesmo o Lula pregava isso mesmo que cada um ia fazer a sua luta e o Lula não tava um desafio ao sistema veio o desafio depois depois veio a CUT veio o PT né ai veio à redemocratização política depois né [?] e ai não havia compreensão do sistema o sistema é burro né o Estado é burro né quando ele é governado por militar ele é mais burro ainda né porque ele é truculento né então não tem. compreensão né militar sistema governo militar nada menos que um cachaceiro analfabeto casado com uma mulher educada ai lascou tudo não vai dar certo

A: o senhor falou uma coisa certa no início as reivindicações econômicas depois vão aumentando [...] quando é que começou a aumentar essa demanda?

EF: depois que você organiza o partido é automaticamente tem influência de um monte de pessoas né e tudo mundo vinha aqui pro ABC como foi dito no início solidariedade não é solidariedade né eu lembro o tempo que o Olívio Dutra foi preso no Rio Grande do Sul liderando a greve dos bancários o Lula foi pra lá ser solidário com o Olívio Dutra Olívio Dutra veio pra cá ser solidário com o Lula né preso também aqui por causa da greve de oitenta então foi criando uma rede uma rede de setores democráticos que foi fazendo as bandeira de ligação e processo natural esse ai

A: a coisa foi ganhando corpo né

EF: ganhando vida

A: [...], mas não vieram só sindicalistas vieram políticos Montoro, Quércia, Fernando Henrique o próprio Ulisses.

FITA I-LADO B

EF: o compromisso se via com bons olhos até porque você não tinha pelos trabalhadores como eu de dentro de fábrica você não tinha perspectiva de abertura você não tinha ainda direito de formar partido depois é que se criou isso então você tinha o MDB que era um partido do Sim porque se criou a Arena que era o Sim senhor e o Sim e o Sim senhor então vê tinha qual alternativa o próprio Lula e junto com a gente aqui apoiamos Fernando Henrique pra Senador da República não é verdade então você tinha o que você tinha era aquilo senão prestasse se era pouco, mas era o que você tinha então eu me lembro que nós tínhamos o Almir Pazzianoto que era um advogado aqui que foi Ministro ele era de uma certa maneira o nosso assessor aqui jurídico então né você tinha que

conviver você não tinha outra outras pessoas mais com nós aqui então quando vinha Montoro né, Montoro ficou famoso pela frase salário não é renda né ele dizia salário não é renda né férias de trabalhador né ficou famoso pelo que ele. dizia né então lógico se você se tem dois e você escolhe um você ia escolher qual o que não era da ditadura pelo menos né entendeu naturalmente que a pessoa via com simpatia né político aparece quando ou em festa ou em quermesse quando tem gente na igreja né então eles apareciam para ganhar voto.

A: existia aquela idéia os caras tão aqui pra...

EF: a existia claro existia o pessoal mais politizado percebia, mas também o pessoal queria também usar eles também.

A: eram os dois lados então

EF: claro normal isso também depois que se cria o PT o pessoal opa vamos pra esse lado né ta certo né

A: o Sr. acha que eles contribuíram para politizar o movimento

EF: contribuiu sim contribuiu claro que contribuiu [?] contribuiu sim não podemos negar isso.

A: dos empresários [...] mesmo podendo negociar [...] empresários aliados ao governo [...].

EF: lógico que o pessoal tinha raiva sim até porque você lia todo dia nos jornais nos jornais escrito e televisado e o empresário falando não posso fazer isso o governo não deixou fazer e você sabia que o empresário não fazia negociação porque não queria fazer eles pagavam seus impostos e podiam negociar com a categoria se quisesse lógico que o trabalhador reagia com indignação e raiva imagina teve um momento que o Mário Amato disse que o Lula se ganhasse a eleição pra Presidente que os empresários i imagina essa besteira rolou durante esse período os empresários falando esse tipo de bobagem né quer dizer isso demora pra você ver que isso somos atrasados, aliás, eles são atrasados até hoje a relação capital e trabalho no Brasil é escravagista ela é muito ruim você tem aqui no ABC alguma coisa no Brasil em relação ao capital e trabalho humanitária humana, mas agora ela é escravagista né não tem o cara não respeita os trabalhadores não respeita a lei não paga os impostos isso acontece. aqui. também no local [?] isso faz parte da maioria do empresariado.

A: e se sentia plenamente essa vinculação empresa, empresário e governo, policia [...].

EF: olha muitas vezes a gente ia trabalhar de manhã e na porta da fábrica tinha um cordão de isolamento policia de um lado e do outro e falando vai trabalhar vagabundo eu eu fui chamado de vagabundo eu entrei na Mercedes-benz eu com dez anos naquela época em 80 eu tinha dez anos em 84 eu tinha dez anos a policia com cassetete na mão batendo na mão assim ó vai trabalhar vagabundo a policia era treinada pra ter ódio do povo né é [?] ela era treinada e eles não tinham nem sensibilidade de dizer vou cumprir um dever institucional né, mas eu vou respeitar o cidadão né eles não respeitavam ninguém né até porque eles tavam também no poder né a policia tinha muito poder

né então foi um enfrentamento talvez talvez o próprio trabalhador não tivesse a consciência do enfrentamento que fez ele mudou o sistema ele mudou o sistema e o sistema perdeu o poder com isso porque a policia perdeu o poder né certo hoje a policia é investigada antes não era nada, mas continua fazendo barbaridade, mas onde. já se viu a democracia hoje onde já se viu a policia federal o trabalho que ta tendo nesse governo Lula ai barbaridade desbaratando bandido

A: no momento critico mesmo na repressão o que mais chamava a atenção [...] o Lula diz que encarou os policiais e eles baixaram a cabeça [...].

EF: olha bom imagino imagino que esses policiais era razoavelmente politizados e entendia que o Lula tava com força né então eles baixaram a cabeça né pô eles não podiam com o cara

A: [...] era clima de guerra mesmo.

EF: é meu filho tanque, tanque, tanque jogando fumaça jogando bomba jogando grupos cheios de cães lá dentro é é tanque de água pra jogar jato no povo entendeu esse cerco de São Bernardo ai foi um inferno não passava ninguém.

A: isso no governo Maluf

EF: no Maluf e no governo do Geisel né

A: Geisel

EF: Geisel e depois governo Figueiredo né foi de um pra outro né

A: é exato e esse momento [...] do Geisel [...] existiu esperança de que esse novo presidente comprometido com a abertura ia dar para fazer alguma coisa [...].

EF: talvez alguns trabalhadores menos politizados pudessem ter esperança mesmo quem era politizado não tinha esperança né talvez você é impossível medir isso alguns trabalhadores podiam dizer vai dar certo né, mas alguns diziam à maioria que era politizado eu não acredito nisso eu me lembro que eu tava fazendo o ginásio no governo Médici e eu fui um dia numa exposição no centro de São Paulo e a minha professora disse assim então lá tinha uma foto do Médici como tem a foto do Lula na repartição né e a mulher olhou para o Médici professora e disse assim esse homem deveria ter vindo a trinta anos atrás professora era uma menina nova mulher bonita uma professora inteligente e eu era um aluno então o que se passava para a sociedade o [?] que eles eram bons então de tudo se pensava um pouco né agora tudo isso foi dito que o Lula era muito forte como liderança.

A: ah era isso que eu ia perguntar agora a figura do Lula à importância dele como liderança

EF: toda importância né toda importância à confiança era no Lula a confiança no Lula o enfrentamento era no Lula todo mundo ia lá porque confiava no Lula confiava no que ele ia dizer queriam ouvir ele falar e ele falava o que o pessoal queria ouvir ele não jogava o pessoal do povo como eu disse anteriormente contra a policia ele orientava né [?] não aceitem provocação da policia que ta provocando né entendeu acreditem na informação do sindicato venha na assembléia né então

a confiança era no Lula o fato de ir os trabalhadores todo dia para a rua era por causa do Lula a confiança era no Lula eu tenho hoje muita confiança no Lula ainda hoje.

A: [...].

EF: [?] o Lula foi pro enfrentamento é com as autoridades né sem medo de negociar era outra historia não era só para cumprir o mandato o Lula enfrentou respeitou a massa ficou do lado dos trabalhadores né liderou entendeu não disse não faça faz entendeu é diferente né por isso que eu acho que lá ele tem que fazer diferente né.

A: [...] e o Congresso né [...] esperavam alguma coisa [...] ou não tinham esperança nenhuma no Congresso.

EF: o problema do Congresso era a Arena e o MDB era muito difícil de ter esperança era muito difícil de ter esperança né não se tinha esperança né

A: porque a legislação era amarrada né

EF: hoje você vai fazer uma greve tem empresário que te ameaça denunciar pra sindicato absurdo isso eles querem que cumpra as leis absurdas [?].

A: [...] negociações [...] o arbitro era o governo [...] como é que vocês percebiam isso [...].

EF: a grande revolta na verdade é que quando você conseguia negociar com algumas empresas o governo estragava a negociação e o empresário tinha medo também e recuava

A: vocês percebiam que...

EF: apesar do empresário da Central empresarial a FIESP ter ta de acordo com o sistema com o governo individualmente você podia negociar com alguns empresários, mas o empresário recuava né entendeu eles tinham medo né.

A: [...].

EF: eles sentiam a repressão né imagina um empresário quebrar um decreto com um aumento sozinho como é que ele fica no meio dos outros lógico que tinha o empresário que tinha vontade de fazer alguma coisa lógico em toda a sociedade tinha alguém que queria fazer agora ele vai fazer isso com um decreto militar dizendo não se dá mais os dez por cento ou nem um por cento né se dá não pode repassar ao produto [?] o cara se cobria naquilo o empresariado se protegia naquele decreto se protegia no decreto eu não posso repassar.

A: [...] tinha ameaças dos empresários [...] tinha as demissões [...] como encarar isso aí?

EF: [?] não tem como não ter medo, mas os empresários demitia muita gente né então é uma coisa que [?] tem medo sim claro muito medo perder o emprego [?] tal lista de grevista naquele momento era muito falado que quem fez greve né ah não podemos pegar você foi demitido na época 1º de abril ah você fez a greve você participou da greve você não entra nessa empresa então lógico tinha o

medo [?] o empresariado demitia e ninguém podia pegar ai era perseguição porque você participou na greve.

A: [...].

F: ver o Lula ouvir o Lula ter a oportunidade de conversar com o Lula como eu tive foi pra mim pra mim agora pessoalmente foi uma formação eu tive uma formação aqui com esse líder aqui no ABC hoje a gente tem uma liberdade [?] ele nos deu a oportunidade de aprender com ele né ele nos deu a oportunidade de aprender com ele porque eu também era um metalúrgico que vinha do nordeste e que não tinha instrução conhecimento muita coisa é da minha cabeça é o meu pensamento né.

A: [...].

EF: quando a gente fazia um desafio e parava as fábricas as chefias a direção da empresa disputava isso com a gente hoje não disputa mais hoje você para eles ficam tudo quietinhos eles perderam o comando eles eles queria ser liderança nos impusemos a nossa liderança então hoje na fábrica que eu trabalho nós paramos a empresa nenhum chefe se atreve ó pessoal o sindicato ta errado vem com a gente no inicio eles subiam no tanquinho nos tínhamos um aumento pra discutir eles subiam no tanquinho [?] só que nós ganhava todas deles nas disputas.

8) Entrevista realizada com o Sr. **Geovaldo Gomes** em 18/02/2005 no Centro de Documentação (CEDOC) do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em São Bernardo do Campo.

FITA 1- LADO A

G: ah eu tive pega com as pessoas sou muito velho aqui sabe eu sou muito velho aqui e não sou carregador de mala não sou da articulação sindical também da articulação [?] mais trabalho com esse sindicato eu sempre trabalhei na Volkswagen não quis sair para ser diretor aqui da executiva nunca quis sair da fábrica eu tenho trinta anos de Volkswagen demitido é duas vezes afastado do setor participei dentro da comissão trabalhei pelo sindicato, mas é apoiei o trabalho aqui do [?] e tal né não acompanhei a tendência [?] não trabalho para a articulação do PT não sou organicamente ligado né [?], mas aqui no sindicato eu sempre trabalhei alguns convites [?] eu vim aqui tomar conta do departamento jurídico tal sair da fábrica [?] e a gente contribuiu bastante né [?] e sempre sempre tive essa atividade muito ligada ao chão da fábrica né e não tenho essa vinculação orgânica de emprego tal né e sempre trabalhei e trabalho aqui é compondo com o sindicato [?] prejudicar outras. pessoas inclusive de outras tendências né que muito dificilmente alguém faria não faz né uma atividade sindical é diferenciada dessa melhor né pode até fazer igual, mas eu digo aqui pro pessoal na região que este sindicato ele tem um papel determinante ah resultado aqui econômico cultural dessa região aqui e é a atividade desse sindicato ele é tão bastante quanto qualquer prefeitura mesmo do PT prefeituras importantes pelo papel que ele desempenha aqui a partir do momento que não só retêm recursos retêm salários retêm valores aqui salariais que elevam a massa salarial aqui pra a maior massa salarial do Brasil e negocia a manutenção de emprego a produção de novos produtos né isso né requer é respeito requer habilidade política e soma né resultados igual ou até mais que qualquer prefeitura prefeituras dessas é uma fábrica como a Volkswagen não teria dificuldade de fechar aqui e ir embora porque o salário aqui o salário aqui o salário inicial aqui de ajudante na Volkswagen é de dois mil. dois mil duzentos e trinta e seis reais um operário se não é qualificado um operário para montar peças você pega o salário à maioria desse pessoal ganha dois mil duzentos e trinta e seis reais não ganha oitocentos reais em São Carlos com uma escolaridade mais elevada né e alguns lugares é menor assim né então se não é a habilidade desse sindicato à luta pra manter essa fábrica toda já teria fechado né e hoje o Melão até pode negar isso, mas em mil novecentos e noventa eu escrevi com ele né porque o Melão hoje foi pra oposição e ele ai pode negar até determinados [?] do sindicato, mas parte inclusive disso que foi construído junto com ele quanto eu tava na trabalhava com a gente né e em 1990 a gente escreveu que a intenção da fábrica era ter oito mil trabalhadores aqui no ABC o ferro que é aquele especialista [?] o ferro que é Zubi... , Zubistein, Zubiowicz ou o próprio Sallerno

tudo esse pessoal ai do setor automotivo dizia essa fábrica [?] essa fábrica fecha não tem fábrica desse tamanho né essa fábrica é essa fábrica é vai reestruturar quando reestruturar o que vai resultar dela é uma fábrica de três mil trabalhadores e tal a gente acompanhou essa negociação toda de reestruturação tal terminando agora com esse acordo de cinco anos de garantia de emprego os caras ta mantendo as pessoas em casa inclusive com aumento e tal né e a fabrica tem doze mil trabalhadores ainda [?].

A: [...] o que distingue a capacidade de luta desse sindicato ta na construção de uma experiência [...] e o meu trabalho começa lá em 77 na campanha [...] o que diferenciava esse sindicato dos demais [...].

G: é o seguinte à gente precisa entender bem isso é São Bernardo 1977 pô volto um pouco depois você neste momento neste local nestas condições especificas um desaguadouro de acontecimentos gerais e ai a gente volta o que vamos voltar atrás o que ta acontecendo no mundo todo né a guerra árabe-israelense, o bloqueio o bloqueio do petróleo né a crise do petróleo e das matérias-primas no mercado nacional e voltando mais um pouco atrás disso o que é que ta acontecendo no mundo né término da segunda guerra plano Marshall crescimento da Europa crescimento da economia capitalista cresce sem parar é socialismo emerge há o confronto entre dois modos de produção e concessões se constrói o Estado de bem-estar-social é como se diz ou dou os anéis ou dou os dedos porque o socialismo emerge forte né e o capitalismo terá de crescer também começa aquele modelo de crescimento modo de vida americano né consome gasta isso começa a se exaurir nos anos setenta as lutas de libertação nacional né muito forte. né o papel do internacionalismo né aquele apego né pela igualdade e pela solidariedade que o socialismo trás enfim isso chega nos anos setenta com o esgotamento do modelo econômico gestado né no pós-guerra só que ai aparece ai há outros componentes a tal guerra do petróleo as lutas de libertação nacional a Jimmy Carter aparece falando muito de na época de 76, 77 né após a guerra do Vietnã aquele estrondoso derrota dos Estados Unidos né aquele apego ao pacifismo pá e tal né ai os Estados Unidos com a derrota possível aparece Jimmy Carter falando nos direitos humanos né ataque ao apartheid ataque alguns alguns é regimes autoritários por ai em 77 né e há um esgotamento da forma de produção de organização da produção se gestando você vê que você tem olha só é um negócio bastante interessante tem um o socialismo que ta nos anos setenta alternativa você tem o capitalismo tradicional que ta se esgotando e você tem uma nova forma de organização que é da produção industrial né que ela ta. gestando dentro do capitalismo que é o que é o que eles chamam de terceira onda que é a que é a revolução da microeletrônica tal que ai o socialismo começa a perder pique o capitalismo é a forma tradicional de produção começa a perder pique e aí o Japão começa a emergir como economia segunda economia do mundo né então é isso começa a acontecer em final dos anos setenta né e é essas três situações no

meio dos anos setenta aqui no Brasil o que que ta acontecendo é a gente ouve muito lendo os economistas há uma sobra de dinheiro no mercado internacional há empréstimos tal e há uma livre expansão do capitalismo né também empresas tal essa crise que é sentida lá fora não é sentida aqui aqui continua aqui continua a expansão né o crescimento né o milagre brasileiro enquanto os outros já tão é tirando o pé do acelerador a economia já ta deprimida né em vários países aqui há o crescimento econômico só que já não da para se viver do jeito que se vivia né você vê tem os fatores econômicos e tem os fatores políticos Carter de um lado falando dos direitos humanos atacando o apartheid atacando isso aquilo e tal e aqui no Brasil uma ditadura feroz que em 74 mataram – por sinal o Roberto Freire que não abria a boca ta exigindo do Lula né que ele dê conta dos [?] partido comunista que mataram na época né – em 75 mataram o Zorze mataram o pessoal todo mataram toda a cúpula do Peceção é em 76 mataram o pessoal depois da guerrilha do Araguaia de 76 mataram o pessoal do PC do B é [?] a coisa continuava a ferro e fogo o confronto é terrível as coisas no plano político né nas condições populistas tal mesmo do Estado Novo o pessoal faz um paralelo né essa ditadura foi muito mais é agressivo né então o [?] é não da pra viver né aqui dentro dessa forma e falando outra coisa fora por outro ângulo a economia cresce, mas não se distribui renda não o crescimento econômico é [?] não a distribuição de renda não há liberdades políticas isso leva a uma convergência né leva a uma. convergência de toda de toda oposição política concentrar num ponto né MDB ta é claro que é fácil numa situação dessas para os estudantes sair nas ruas 1975, 76 é que acontece em São Paulo movimentos muito fortes movimento pela carestia pela carestia acompanhei esse movimento aqui né de perto né [?] tinha a igreja ela se manifesta bem setores das outras igrejas como as igrejas protestantes né aquele reverendo Wright junto com o Evaristo Arns que muitas vezes se manifestava em missas aqui acolá então eu cheguei a ir numa missa num ato ecumênico lá da Penha em 1976 Evaristo Arns cardeal cardeal Arns mais este pastor né ah tinha lá muita gente muita polícia também né dentro da da igreja né e aqui nesses anos em que pese todo esse cenário da economia crescendo o que acontece no ABC 1968 foi um dos houveram greves muito fortes em alguns centros áreas como Contagem, Osasco e tal, mas isso ai foi desbaratado e tal era um momento de ascensão da da ditadura aqui né e um medo muito forte da. guerra fria e naquele momento [?] Estados Unidos no Vietnã né foi diferente de 1977, 1978 né que até a guerra do Vietnã e a fala de né como é que direitos humanos é e esse pessoal de Contagem Osasco desbarataram e aqui aqui a intervenção tinha sido antes a intervenção aqui tinha sido antes quando em 68 então é o crescimento econômico a aglomeração dos trabalhadores em grandes unidades fabris vai reconstruindo mais rapidamente do que esses outros setores aqui passa a ser o centro na verdade centro operário não só em quantidade de trabalhadores como também em qualidade porque trabalhadores melhor remunerados né mais informados muita gente lendo ouvindo sabendo as noticias é adquirindo

conhecimento formal indo pra adquirindo escolaridade formal né então você tinha todos esses ingredientes para que as coisas né acontecesse acontecesse aqui né fábrica com 37000 trabalhadores outras com uma simples fábrica de geladeiras 5000 trabalhadores como era da Brastemp né 20000 Ford 20000 Mercedes. né grandes fábricas que facilitou aqui 210000 metalurgicos na área na época 1979, 1980 ai depois você vai conferir em greve então [?] essas condições externas como todo da reestruturação do sistema do confronto dos dois modos de produção e depois da especificidade daqui da região faz com que as coisas convirjam aqui dentro para que as coisas acontecessem aqui o Lula o Lula se ele estivesse na construção civil de Pernambuco ele não era nada ele não era o Lula aqui o Lula podia ser o Antônio o mandão aqui porque aqui é que tinha condições de gestar pessoas que nem o Lula e outros porque as condições objetivas é permitiam que gestassem é pessoas como o Lula aqui né então e as exigências as exigências faz com que é daqui comece a surgir organizações como resposta as exigências dos trabalhadores também é 1977 eu lembro eu tava chegando por aqui eu vinha de Osasco entrado de novo na fábrica na Ford que eu sai de uma escola técnica entrei numa função que era visto como um trabalhador. bastante o curso técnico na época de metalurgia é era visto como um trabalhador altamente especializado né então quando eu sai da fábrica agora eu me aposento agora que saio toda a minha atividade nessas fábricas toda a minha atividade é substituída por todos os caras que entraram no meu lugar todos eles é engenheiro né todos e hoje [?] é então na época eu era considerado um cara altamente profissionalizado né trabalhei na Ford trabalhei lá num setor de recuperação de peças é de exportação produção função, mas eu era sindicalizado eu acompanhava o sindicato isso era motivo de estranhamento do pessoal né e ai eu vim lá de Osasco pra cá ai também articulava as dificuldades também a sobrevivência no regime ditatorial falava pouco tal né e observava muito dentro da fábrica e em 74 eu vim para cá final de 74 em 76 mês sindicalizei comecei a acompanhar em 77 surge naquela conversa sobre a fajutagem dos índices de 73 ai eu já tava muito acompanhando o movimento dentro da fábrica né já. tinha. dois anos de Volkswagen já acompanhava conversava com os nossos amigos trabalhava com o setor do [?] setor técnico, mas eu conversava muito com o pessoal aqui metido sabia eu tinha idéia do que era rotação eu tinha noção do que era repressão e também tinha percepção da hostilidade também trabalhar [?] se procura muito aqui fotografia minha aqui tem pouca coisa aqui porque eu não dava colher de chá pra fotografar colher de chá em lugar nenhum às vezes as pessoas até perguntavam pegavam pela mão [?] pelo fato da gente ser um funcionário bem remunerado né talvez o segundo maior salário da Volkswagen em atividade lá tirando ai à chefia a gerencia bastante mestre esse pessoal à maioria desse pessoal tinha um salário baixo quando em 77 essa coisa surge nas fotos é que havia sido fajutado a inflação de 73 [?] que o Lula convoca tipo uma eleição interna pra presidente que era o Paulo Vidal que era um cara muito devagar tinha convocado algumas alguns eventos a gente aqui

tinha tido o. Congresso das mulheres também [?] lá na época né ai chegou-se aqui na assembléia e ai começou a se falar muito nos 34,1% e ai surge muito um outro cara que ta ai hoje que é o Suplicy [?] foi deputado pelo MDB fala muito também sobre isso é e na verdade ai começou a ai o Lula também começa a falar para alguns surpresa peão fala e tal peão tem boca também fala [?] a figurinha exótica que fala tal né e ali a questão é uma só os estudantes ta na rua fazendo 76 manifestações mais manifestações policia militar tava toda aqui em São Paulo movimento contra a carestia movimento das mulheres, mas aqui não aqui era diferente você bate no coração [?] ai há uma convergência dos políticos que na época tinham não tinham o desaguadouro para se manifestar de forma completa a não ser no limite do parlamento [?] eles convergir para cá o próprio Quéricia na época Fernando Henrique acompanhei aqui em porta de fábrica ele foi senador candidato a senador foi suplente de Franco Montoro ele perdeu a. eleição e tal e houve esse pessoal o Teotônio Vilela que tinha rompido com a Arena e esse pessoal converge pra cá para o ABC ai começa um essa assembléia dos 5000 trabalhadores o essa assembléia grande dos 34.1% primeira grande assembléia que teve aqui ali na frente com cinco mil trabalhadores ali gritando mostrando aquilo ali e tal um fato inusitado foi em 77 né ai tinha algumas paradas de fábrica e em 78 veio aquele episódio né da é [?] não houve os as negociações eram o encaminhamento de pauta né ai era dissídio ai decidiam lá dar tanto por cento e tal ai não foi encaminhado proposta nenhuma né quando foi em maio estourou a greve da Scânia é em 78 ai estourou mais umas greves ai Ford, a Volks ferramentaria chegou a parar depois voltaram né e em 79 você para prepara o [?] se prepara para o grande para a grande greve de 79 né ai a gente chama o IIIº Congresso dos metalúrgicos né no final de 78 esse congresso dos metalúrgicos do Guarujá [?] esse pessoal do Brasil todo tava[?]. fotos particular minha não [?] e tira umas resolução nas resoluções a mais importante que se tira é a organização sindical de base comissão de fábrica e o delegado sindical pra dessa forma responder você só consegue mobilizar se você organizar e pra organizar tem que ser dentro da fábrica precisa de organização dentro da fábrica tal da primeira vez que se falou em delegado sindical comissão de fábrica ai estabeleceu-se uma disputa é uma preocupação né de sindicato paralelo né [?] e no final a proposta de delegado sindical e essa idéia da e depois na esteira disso vem às comissões de fábrica que em 78 bastante importante para se tocar organização ai se preparou né a partir daí [?] se preparou à greve de 79 que foi apoio que foi uma das características reivindicação né não lembro eu sei que era né sindicato de base reajuste né reajuste de da inflação né na época havia uma correção salarial anual nessa greve se tornou pra semestral né se falava muito em delegados sindicais, comissões de fábrica ai a greve do dia 13 ao dia 28 de março depois tem a entrega ao retorno ao retorno do trabalho e houve um descontentamento é claro aonde se preparou é muito a partir da experiência de 79 qual foi a grande greve de 80, sobretudo buscando trabalhar antes na na greve de 79 o apoio da sociedade civil das organizações de base sociedade

amigos de bairro, igreja, entre outros ai se trabalhou muito isso né em 80 né é nessa greve de 80 ai veio à cassação do sindicato né em se em 79. há um reajuste salarial a uma certa vitória né em 80 aparentemente né a uma derrota total num primeiro momento né e na seqüência na seqüência a e aquilo que havia acontecido em alguns países ai à desaceleração da economia ai começa a desacelerar aqui também há muita demissão nas fábricas em 1980 após o retorno ao trabalho né é 40 dias a greve e [?] muita gente demitida dessa vez eu escapei quando eu voltei já era esperado eu terminar o meu mandato para me mandar embora fiquei só afastado do. setor né e há uma limpada né de militante perseguição implacável e no ano seguinte né a gente isso que o país começa a sair agora que é a estagnação econômica ta começa a acontecer em 1981 a Volkswagen demiti 10000 trabalhadores em 1981 numa grande reação antigreve em 1981 na seqüência eles criam a comissão de fábrica sob o controle deles

FITA I-LADO B

A: vocês no sindicato vocês participando daquele momento vocês percebiam que havia havia uma brecha uma janela onde se pudesse participar [...].

G: não o a percepção de que daria se tinha espaço pra se trabalhar então havia era um momento de efervescência política também as idéias né é varias idéias é no caldeirão político né como eu te falava da do desencontro das divergências do sistema fora entre si quer dizer do posicionamento internacional de pressionando o Brasil inclusive para abrir né [?] da democracia burguesa do respeito à propriedade, sobretudo individual né e é observando [?] dava para perceber que a situação da ditadura não era consolidada como antes aqui acolá havia dissidência entre eles né [?] o próprio general Hugo de Abreu era deles começa a questionar também e o fato desse aglomerado todo dessa situação ter se gerado aqui de valores é na economia que não era distribuído isso a todo momento surgia descontentamento né uma parada aqui numa fabriquinha aqui uma parada acolá né só que isso não era notificada o que precisava era de uma articulação né maior pra pegar esse fatos e jogar a público né e isso só. podia se dar num local como aqui em São Bernardo né uma grande concentração de trabalhadores e a debilidade a debilidade pode ser observada pela repercussão bem no final aquela manifestação de 1974, 75 onde prenderam arrebutaram mataram torturaram isso nos anos no final dos anos setenta 78 em diante né eles já estavam muito mais comedidos tanto que no confronto aquele primeiro de maio [?] policia tropa de choque aqui com o III comando exercito general Braga e ai ele dizia eles retiraram as tropas daqui o Geisel dizia na época que retirou as tropas daqui porque propôs ser o primeiro cadáver né então havia uma certa precaução deles em que

essa coisa não derramasse não se espalhasse então havia essas brechas pela debilidade pela debilidade política que é do regime alguns dissidentes com a situação de fora isso melhora ainda tanto quando a situação econômica já já começa a ficar desfavorável né ai já ta indo pro fim do regime militar isso foi uma isso foi bastante isso foi eu diria. assim trabalhado com muita percepção esses espaços esses espaços foram é criados espaços foram [?] e bastante precisos na época.

A: em 68 Osasco [...] e o que que fez sentir que naquele momento ali era diferente [...].

G: não ali havia já essa percepção né de enfraquecimento [?] e as aqui dissidências internas né e depois há as condições né da economia né e vai esgota o modelo econômico lá fora e aqui começa a esgotar também né o crescimento o milagre brasileiro e ai meu amigo na hora que a economia não vai bem os beneficiários dela começam a se desentender e a unidade unidade das oposições eram muito grande forçadas pela própria dureza do regime militar nessa condição permitia que é a gente observasse que era difícil uma rearticulação do regime militar para repreender reprimir duramente né as oposições né o movimento operário que naquele momento tinha uma atenção da não só aqui como fora.

A: [...] o Geisel [...] ali no ultimo ano [...].

G: porque antes veja só é antes foi o Geisel (..) o Geisel é que cria senadores biônicos ele ainda tinha poder para fazer isso então você vê que é mais ou menos isso que a gente [?] o regime ta ficando forte antes o regime tava forte quando a economia tava a todo vapor chega num determinado momento que a economia já não ta azeitada como antes né começa o processo já de [?] a dissidência que ai ele começa a ter problemas quando ele começa a ter problemas com o Lula é com os metalúrgicos aqui ele já tinha problemas menor que é é tiveram problemas com o Hugo Dantas com o movimento contra a carestia tinham problema tinham que enfrentar a oposição com a igreja né e nada disso é veio pro centro do sistema que era o capi... que era a economia que era o capital e isso o Lula começa a incomodar o metalúrgico começa a incomodar começa com as fábricas a mexer na produção e tal mais ai é que tem outro [?] O Hugo de Abreu era um cara o Hugo de Abreu era um general era o cara é próximo do Geisel era uma dissidência que ele enfrenta na época né na hora da nomeação do Figueiredo.

A: aquele ultimo ano do Geisel [...] aquilo ali deslocou [...] ano mais complicado.

G: isso então o que que acontece quando se fala que as coisas aqui as coisas aqui não foram só simplesmente negociadas não foram embora eles tenham o controle eles tiveram o controle de todo o processo de transição e tal Tancredo teve um papel importante para fazer a transição bem comportada e na transição né o tempo da transição depende se você teje oposição ou não o confronto das forças né é claro que eles conseguiram fazer a transição negociada né, mas se para a gente não foi suficiente né como alguns paises fizeram que muitos depois torturadores foram presos foram

condenados né, mas eles não queriam isso também foi além do que eles queriam por isso que eles falam inclusive o maior incomodo parte exatamente daqui dessa área né não há uma um grupo político mais geral mais articulado que pressione que faça uma pressão maior a maior pressão parte mesmo é daqui do sindicato, ou seja, desse sindicato os grupos né é naquele momento é não o sindicato compondo uma frente maior, mas o. sindicato era própria frente né o sindicato aparecia na testa como a oposi... opositor maior do sistema né ta por causa de uma situação em outras situações o que é que aparece grupos políticos partido político na frente aparece sindicato [?] porque na verdade há uma debilidade muito grande nas oposições e quem aparece mesmo na testa da oposição é o sindicato isso se substitui mais na frente depois aparece politicos a luta pelas eleição diretas, mas ai praticamente já ta quase selada a transição né é importante notar isso há uma debilidade muito grande das oposições políticas na época né.

A: e a que tu acha que se deve isso?

G: a desarticulação política e ao desbaratamento da esquerda brasileira né ao longo do tempo né que isso pode parecer como heresia, mas seria como os muito grandes grupos de organi... que organizou alguma coisa aqui nessa terra como seria o nome o PC que organizou preparou quadros a igreja preparou os sem-terra isso você fala e tem é hoje mais ai é que tal muita coisa se criticava o próprio partidão por aqui o que levou a fazer não que eu acho que o PT tinha que fazer a revolução nunca se propôs a isso não foi um partido criado forjado para

A: olhando olha os caras tão construindo consciência de classe o que vai levar a revolução [...].

G: a República de São Bernardo

A: isso

G: o próprio Fernando Henrique escrevia alguns livros dele [?].

A: tu acha que realmente havia essa consciência de classe aqui ou [...] o que se passava na cabeça do pessoal que tava se mobilizando [...].

G: [?] nesse processo as pessoas que tem formação política elas tem uma visão de obter certos objetivos né é dentro de um mesmo grupo digamos assim aqui dentro dos metalúrgicos você tem tem o grupo de esquerdo pessoas que não é de fora é daqui de dentro metalúrgicos né ta tem a consciência de classe né tem a formação política né trabalhou nesse processo ajudou a organizar tem os trabalhadores normal e não tinha vivencia de grupos de esquerda, mas eram trabalhadores informados e tinha uma grande concentração de trabalhadores né que tinha é sentiam o dia a dia o trabalho a produção é na economia e não via o retorno né então foi justo esses elementos que desencadeia esse movimento as pessoas mais conscientes naquela época sabia muito claramente que só movimento sindical em si né o movimento sindical em si ele não leva a a revolução né o movimento sindical isoladamente a transformação social né a mudança das estruturas sociais né ele

não leva também né é muito digamos assim né era isso. ter essa consciência eles queriam um movimento em si que mostrasse essa mudança e o movimento e o movimento sindical ele não traz a revolução e o sindicalismo em si ele na verdade é um movimento ele tá dentro dos limites também do capitalismo e que ao mesmo tempo que ao mesmo tempo que você tem um movimento logicamente você tem vários componentes né dentro dessa categoria pessoal que tem vivencia de grupo de esquerda um pessoal informado [?] quer salário melhor condição de vida tal tal então se tem esse pessoal tem consciência à ação sindical ela é se dá ela pode ajudar a no dia a dia as reivindicações ela ajuda certo nível de consciência, mas ela só em si ela não traz ela não traz a transformações sociais a revolução o que seja que o pessoal pensava na época né por ela a ação sindical ela importante ela tem que ser feita essa luta do dia a dia ela tem que ser feita travada, mas na verdade né ela é uma luta sindical em que [?] tenha contradição né se luta contra o sistema renova o. sistema no momento que você ta lutando contra o sistema as arbitrariedades né a falta de cidadania de manifestação dentro da fábrica melhores condições de trabalho melhores condições de salário de vida ai você extrapola até a condição de moradia né, mas ao mesmo tempo você ta fazendo o que você ta reavivando o sistema né aquela luta [?].

A: [...] sabem da importância que tem.

G: então o pessoal entendeu uma coisa que é assim né é essa questão da mudança da transformação da revolução ela não tava na cabeça, mas tava na cabeça do pessoal que é o que né como luta é uma conquista isso é um lema se a gente quiser alguma coisa melhor condições de vida de salário a gente vai ter que sair a luta vai ter que buscar né aqui todo mundo sabe esse ABC aqui lutou pode ser economicista, mas a natureza do movimento sindical é economicista né, mas e se tem se a luta com a quimera né é fruto da imaginação afermentada de pessoas é que tem uma percepção que no processo histórico é o modo de produção capitalista não é um modo de produção definitivo deve ser sucedido por outro e tal né agora naquele momento essa idéia ela não era geral na cabeça da peãozada né a transformação de vamos substituir o capitalismo pelo socialismo de vamos substituir a propriedade privada pela propriedade coletiva né agora ta na cabeça de cada um isso tem até hoje apesar da fabrica ter hoje muito as. galera organizada do corinthians tem tem muita gente que chegou novo na fábrica perdeu aquela consciência de fábrica apareceu aparece como torcida organizada de time o pessoal tinha muito claro que é assim você só conquista se for pra luta né

A: nas primeiras campanhas salariais a partir de 34 [...] o sindicato ele sempre apresentava uma pauta em separado da Federação [...].

G: é ele sempre apresentava depois desse ano que deu a primeira greve em oitenta ele não apresentou nada deixou e ai [?] os caras não tão reivindicando nada se você olha só chama a greve chama a greve os caras te pegam te prendem e tal né [?] na hora que os trabalhadores sabem que eles

mesmos espontaneamente que nada é espontâneo também né alguém mexeu na coisa lá né e tem gente que mexeu e todo mundo sabe que mexeu fora da diretoria do sindicato tava lá e como a gente levou muito tempo lá dentro da Volkswagen né [?] muita gente fazia isso né as coisas não acontecem que caiu do céu né espontâneo porque você não consegue detectar né e ai [?] não foi o pessoal que detec... que provocou a parada né [?] neste caso dá pra trabalhar e agora ó vamos pegar o pessoal vamos encaminhar a reivindicação negociar e tal né então tudo isso que acontece essa jogada né encaminha uma pauta [?] para a fábrica e a gente vem e.

A: outra coisa nessas campanhas [...] eram basicamente econômicas né [...].

G: organização sindical

A: [...] existia uma preocupação de não parecer uma organização política [...].

G: isso, isso, isso.

A: [...] a pauta de reivindicações aumenta e daqui a pouco já ta anistia [...] toda uma estratégia [...].

G: porque você vê que o movimento a ditadura não ta escancarada à ditadura já ta impotente né a partir do momento que você sai na rua né e pra soltar de novo e eles perdem o apoio à economia começa a desandar dissidência interna divergência de toda de toda a oposição né ai o negocio agora [?] a ditadura já não consegue controlar né ela perde o capital de poder que tinha bom uma coisa é feito em cada momento dando um passo em cada momento né.

A: tinha repressão [...].

G: isso isso e carro blindado é paulada helicóptero é pessoal na frente da igreja é fileira de policial bomba [?] bomba gás lacrimogêneo oficiais de policia em cima de mulher não podia deixar o pessoal passando a mão não passa a mão ai deixa as lágrimas correr [?] não passa a mão ai que a lágrima corre limpa esse negócio e tal né amigos nossos [?] onde você aprendeu a amarrar esse sapato coisas assim né, mas [?] reprimindo, mas com certo comedimento depois o que aconteceu depois aqui aconteceu um fato aqui é aconteceu um fato aqui no governo Fleury uma greve que a gente fez aqui [?] eles balearam cinco trabalhadores [?] isso com o regime militar combalido era difícil [?] esse enfrentamento que eu falo teve no primeiro de maio os caras assim oficiais assim uma mulher foi jogaram uma bomba encima de uma mulher assim jogaram uma bomba encima do filho de uma mulher a mulher foi em cima do comandante ai a mulher [?] foi em cima minha senhora minha senhora [?].

A: e nesse momento

G: retiraram depois as tropas foram embora eles tinham preocupação de tão débil que tava a ditadura eles também foram espertos né porque numa dessas eles poderiam perder o controle né vamos que tem uma morte uma chacina né um episódio desses eles não conseguem fazer aquilo que eles né ai

você soma mais oposição você não consegue fazer aquela transição que eles fizeram certo modo controlada eles foram hábeis também né a gente foi impotente não teve como pressionar né

A: [...] isso tem haver com a abertura né [...].

G: é claro com certeza

A: e o campo político [...] ta o Montoro teve aqui o Quércia.

G: Montoro, Teotônio Villela, Ulisses Guimarães todos eles.

A: o que eles vieram fazer aqui?

G: vieram chamar vieram na verdade na verdade eles se colocaram em principio a serviço da oposição efetiva que era os metalúrgicos naquele momento é quem encarnava a quem encarnava a oposição de fato no Brasil e eles se somaram a essa força perceberam e se somaram a essa força é a essa iniciativa diríamos assim de é naquele momento hã apática né é apática [?] se colocar junto pra com quem aparecia de fato em confrontação ao sistema depois é quem tinha iniciativa né é quem tinha iniciativa política naquele momento né [?] mais na frente claro né e é claro [?] um limite de ação mais na frente né você vê que a iniciativa política já não é mais do sindicato [?] são os partidos né você já viu que é naquele momento se viu que quem faz a confrontação somos nós aqui depois é o contorno da da da ação política [?] são os partidos nacionais organizados o sindicato já perde né a sua visibilidade para as representações partidárias o Ulisses já ta lá no palanque não é o sindicato dos metalúrgicos não é [?] o Lula ta lá já não é mais representante do sindicato dos metalúrgicos é representante do PT né.

A: [...] ai é que ta a questão por isso eu estabeleço um marco cronológico para mim a partir de 1980 começa a predominar a luta político-partidária né.

G: isso você dá o salto você dá o salto e o próprio Lula que era muito resistente a isso né ele não percebia com tanta clareza e eu até penso que o Lula não percebia mesmo não percebia né [?] ele teve facilidade de perceber isso com muito rapidamente.

(interrupção)

G: ah então isso o Lula era muito resistente ele sempre foi resistente o [?], mas o fato é que quando ele ta quando ele trabalha o movimento sindical ele trabalha um pouco deixando de lado a questão política né depois ele começa a perceber.

FITA 2- LADO A

G: [?] esse aprendizagem é muito rápido é muito rápido eles percebem as coisas muito rápido percebia né ele ele tinha habilidade política de trabalhar com o movimento sindical né e tal isso faz parte os estudantes acatavam isso, mas depois ele começa a perceber isso mais começa a fazer o jogo

né dependendo de como o movimento caminhava ele [?] a ditadura desmonta isso aqui né na seqüência deu espaço e foi pro pau e ele mesmo sempre dizia isso né a gente não caminha se ficar nos limites do movimento sindical [?] na parte dos anos oitenta.

A: como é que você identifica quando muda esse momento [...].

G: a partir de oitenta mesmo né é a partir de oitenta em toda a greve ai a coisa começa [?] ele fala isso claramente né.

A: e ai a figura do Lula [...].

G: eu falo isso com muita com muita esse cara é tão velho quanto eu aqui né é mais velho é mais novo de idade, mas velho, mas eu falo com ele é da oposição, mas era do sindicato trabalhou pro sindicato até, mas eu falo com toda a sinceridade que eu não sou carregador de mala de ninguém né não preciso de emprego não tenho telefone celular [?] tenho que trabalhar para pagar [?] é o na verdade o o ta falando do a figura do Lula é uma figura [?] no começo ele tinha mesmo esse posicionamento é sobre o sindicato sobre a situação política né ele é um cara que aprende as coisas muito rapidamente o nível de escolaridade o nível de escolaridade normal do próprio Lula o nível de formação política que ele tem muita gente né que muita gente viveu no laboratório da esquerda e de qualquer forma teve que estudar né.

A: claro

G: o Lula não né não viveu isso né a percepção que ele tem das coisas o aprendizado que ele tem de fato não quero divinizar nem nada, mas é um cara que tem uma percepção política uma compreensão política e uma capacidade muito aguçada de aprender isso é inegável e não tem nem como negar e em que pese a criticas hoje de alguns e até a gente que não ta satisfeito com o governo né eu digo [?]eu não sou de não sou não to procurando emprego não to aqui para puxar o saco nem trabalho para a articulação do PT [?].

A: estudar o papel dele enquanto liderança pra o movimento [...] o Lula sozinho gritando a ditadura botava num [...], mas não é só ele.

G: [?] quando eu falo dessa capacidade dele desse sentimento era um orador fala muito desagrada muito aqui o pessoal [?] tem alguns intelectuais ainda o cara fala fala fala os caras se incomodam porque fala né o Lula fala né sempre falou muito foi orador e na época [?] tem um detalhe que é assim o pessoal acha que é fácil ser um dirigente sindical quando se desencadeia um processo de reivindicação com digamos eu nem digo duzentos mil trabalhadores, mas eu pego uma fábrica Volkswagen vinte mil pô você subir ali para falar vinte mil pra falar ali no caminhão de som pra articular pra é encaminhar pra compor interesse de cada um né daqueles ai você [?] ordenar aquilo chegar no objetivo o pessoal pensa que é fácil é é fácil lidar com o bairro todo [?], mas um grupo organizado para você liderar para você pegar levantar os objetivos desse grupo encaminhar e trazer

respostas isso não é fácil [?] naquele momento segurando um pouco concatenando é aqui as reivindicações dos. trabalhadores com o que existia de político ai né pra caminhar não era fácil tinha que compor bastante interesses né porque tinha um grupo um grupo muito forte também aqui e depois terminou compondo o Marcelo Alemão o Osmar o pessoal e com outras pessoas né não é fácil concatenar todos esses interesses e direcioná-los

A: mesmo quando ele perde a trégua [...].

G: [?] volta depois que o movimento em 80 é muito mais forte do que o de 79 então isso depois daquele descontentamento da trégua e tal.

A: [...].

G: [?] eu lembro da eu lembro de uma coisa aqui [?] chegou um momento eu pegava um jornal na igreja em São Paulo jornal da Folha de São Paulo ai o Carter ta falando ta falando do apartheid falando dos direitos humanos falando do apartheid e ai fala da ditadura militar brasileira fala do apartheid e fala da ditadura então é numa situação dessas é muito difícil nos anos oitenta é com o modelo econômico milagre econômico esgotando e a conjuntura internacional [?] não dá pra matar os caras né como em 64, 65 né os caras é faziam banho de sangue com a gente aqui e nesse momento [?].

A: [...].

G: passar trinta anos dentro de uma fábrica é uma coisa do cacete [?] e ai trabalhou trinta anos lá acostumou [?].

9) Entrevista realizada com o Sr. **Gervison Marcos Melão Monteiro** em 18/02/2005 no Centro de Documentação (CEDOC) do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em São Bernardo do Campo.

FITA 1-LADO A

A: [...] é Gervison.

GM: Gervison Marcos Melão Monteiro

A: [...] a primeira grande questão a abordar é a seguinte [?] ta eu vi tu dizendo ali para o teu companheiro e colega de categoria que tu não participou da assembléia dos 34,1% [?] tu poderia começar a falar a partir daí quer dizer do momento que tu entrou no sindicato e o que tu tava percebendo como é que você percebia a organização a luta deles.

GM: primeira coisa assim ressaltar nós estávamos sob a ditadura militar ta certo eu tava trabalhando na Prensa Schüller em Diadema é essa essa luta dos 34,1% né foi uma defasagem por conta da falsificação dos números feita pelo Delfim Netto e bastante acertadamente a direção do sindicato na época chamou para fazer uma assembléia pra fazer uma cobrança assim que foi descoberta essa farsa dos índices inflacionários que o Delfim tinha feito né eu não participei da assembléia aqui, mas participei de toda a movimentação e um pouco antes desse período teve a greve na Scânia se não me engano que era a greve que a gente tava reivindicando os 11% de reajuste é posterior acho que é posterior na verdade o movimento ele começa com essa provocação da busca dos índices e também a diretoria á época eu não cheguei a ver isso não era militante eu acompanhei muito à distância esse período é segundo consta eles fizeram boletim pras fábricas né jornal argumentando que quem não viesse na assembléia não ia. ter direito ao reajuste uma coisa mais ou menos assim foi uma provocação deles que foi feita e nessa assembléia veio muita gente pelo que eu fiquei sabendo né e em 78 eu fiquei sócio desse sindicato e comecei a ter uma participação quando inicia a greve na Scânia eu começo de fato a ter uma militância mais efetiva com a greve na Scânia que era a briga pelos 11% de reajuste já no ano seguinte já 78 ainda bom nessa greve na Scânia eu começo a me questionar e questionar os trabalhadores lá na Schüller de que era importante que nós também entrássemos em greve né e na minha cabeça nem passava a idéia de reivindicar nada né era apenas uma questão de solidariedade porque o pessoal lá na Scânia estava isolado tavam parados sozinhos e eu supunha que eles estavam sofrendo uma imensa pressão se outras empresas comessem a parar também essa essa pressão sobre os companheiros da Scânia acalmaria ai ai a partir disso começa de fato a militância começa a abrir mais os horizontes ter contato com o sindicato com outros sindicalistas é nesse momento especificamente quer dizer a partir dessa provocação da do falsificação dos índices da inflação provocação que foi feita com a peozada para chamar para a

assembléia é você reacende um clima que ele começa a se contrapor ao clima de terror e de medo que você tinha de fato na categoria não só na categoria em qualquer canto né eu pegava ônibus, por exemplo, pegava ônibus cinco horas da manhã aquele ônibus superlotado você tinha que ir pendurado na porta, mas se você quisesse ter um espacinho um pouco melhor você começava a falar falava greve todo mundo se afastava saía de perto de você né então você é um era o terrorismo que tava instalado ali e na cabeça das pessoas também então a grande vantagem a grande é feito dessa dessa ação do sindicato é exatamente essa de mostrar que quando dado à gente tem mais possibilidades em 80 tem esse movimento pelos 11% de reajuste estoura a greve na Scânia, Prensa Schüller, Ford quando começa a acertar. negociação da Scânia ai para uma outra empresa ai foi uma greve bastante interessante nesse período também paralelo tava acontecendo o movimento contra a carestia em São Paulo eu cheguei também a participar me interessei porque quando você começa a lutar você começa a conhecer “n” pessoas né e cheguei a participar de algumas reuniões de igrejas né tava fazendo a organização desse movimento e também discutindo solidariedade aos trabalhadores ta certo então você tinha também esse movimento contra a carestia que veio dar uma contribuição bastante significativa à medida que a manifestação na praça da Sé foi paulada, bomba gente presa e isso também trouxe uma repercussão e manteve esse sentimento de rebeldia [?] são coisas que contribuíram, mas essas coisas todas tão no bojo de uma outra né que tava acontecendo que já existia o Geovaldo deve ter falado um pouco nisso a questão do esgotamento do próprio modelo econômico que tava aqui no país é a na verdade o setor empresarial também já. não. agüentava mais ser é tutelado pelo Estado então existia um descontentamento nesse sentido é existia uma unanimidade na sociedade não chega a ser uma unanimidade, mas era uma um sentimento é de quase que 70, 80% das pessoas nesse país aqui seja ela de qual classe fosse é de que com a ditadura não dava mais tanto é que ai sai jornais publicações com caráter um pouco alternativo né tentando colocar esse esse essa situação o próprio militar lança jornal aquele outro empresário do Rio de janeiro não importa agora que se colocava enquanto um democrata também lança jornal então existia era esse o contexto em que nós estávamos e a partir dessa mobilização que existe você começa a sentir que tem espaço pra você é ir um pouco além na greve de de 78 a gente (interrupção).

A: que espaço que tu acha que era esse [...].

GM: na verdade assim à medida que na assembléia dos 34,1% é eu acho que to trocando um pouco as bolas não porque é importante a dos 34,1% já é a greve de 80

A: não a dos 34 começa em 77 e vai ao fim da greve de 78 [...].

GM: na de 79 é que é a dos 11% naquela assembléia no Paço que chega inclusive a escrever o índice lá no chão não é nessa que eu não participei ta certo é na de 80 que a gente começa a escrever lá no Paço municipal democracia

A: tu tava lá junto? Não terminaram de escrever se eu me lembro

GM: não as bombas comeram (risos) você tinha esse cenário ainda de medo, mas com aquela manifestação que tinha acontecido em 78 isso já começa a ser rompido a peaozada começa a perceber a força que tem começa a entender inclusive essa importância econômica do setor que a gente ta atuando setor metalúrgico aqui no Brasil e em especial a nossa situação que era bastante favorável aqui no ABC duzentos e vinte mil trabalhadores a época quer dizer era gente pra caramba mesmo contando ainda com as montadoras que já era um contingente imenso em cada uma dessas empresas né afora a industria de apoio né então esse clima de medo começa a ser rompido né por conta exatamente dessa primeira experiência que chamou a atenção e que trouxe a tona essa importância do trabalhador começar a se enxergar e saber da importância que tem e ele parando a produção ta certo muita gente sofrer as conseqüências disso daí também ele sofre, mas muita gente vai sofrer as conseqüências à sociedade vai sofrer um pouco. essas conseqüências né a sociedade em termos de classe quer dizer o patrão vai se ferrar porque não vai ter lucro né o governo vai se ferrar porque não vai ter imposto e assim sucessivamente é mais o clima que se tinha ainda era um clima de muito medo tanto é que na greve nossa na Prensa Schüller em 78 nos entramos no movimento lá não conseguimos o índice eu acho que se fechou em todas as fábricas que ficou em acho que nós estávamos reivindicando 13% senão me engano fechou o índice parcelado em 11% é na ultima assembléia nossa nos tivemos inclusive companheiros nossos da própria direção do sindicato que chegaram a argumentar para convencer a peaozada porque se tinha que parar por ai com a argumentação de que a se a gente não aceitasse se perdurasse a greve que a greve era ilegal que podíamos ser preso então pra tentar dar uma freada nas ações né é, mas importante que um pouco era isso em Minas Gerais já existia um descontentamento ta certo.

A: [...] qual a diferença para ti com essa conjuntura [...] o que aconteceu que o governo o Estado não teve a força que teve em outros momentos [...].

GM: primeiro é assim a forma que eu avalio já existia esse sentimento de descontentamento por motivos diferentes né no caso, por exemplo, empresarial era a questão de ampliar sua margem de lucro manter relações com as matrizes eu acho que o próprio cenário de globalização já repercutia naquele período por conta das empresas instaladas aqui o modelo econômico já tava em esgotamento e internacionalmente já não tinha mais nada a dizer vamos dizer assim e existia o risco efetivo ta certo de você ir até pra um tribunal ta certo chegar numa situação de mudança social como terminou acontecendo em alguns outros países ta certo eu acho que isso podia ta repercutindo aqui também é no caso nosso especificamente nós sofríamos com o arrocho salarial ta certo nos tínhamos tanto é que ainda existia um mercado de trabalho razoável as pessoas trocavam de emprego por causa dos 10% de aumento seria se uma empresa precisando pagava dez centavos a mais chegando no teu

chefe falava o meu amigo é seguinte. eu. quero aumento não tem aumento não tem aumento dá a conta eu vou para outra empresa então você tinha um momento também conjuntural favorável que dava esse essa força quando se descobriu essa questão da defasagem essa defasagem nos índices de inflação foi para quem foi para o patrão ta certo obviamente com o apoio do próprio governo o resultado disso foi exatamente um pouco essa situação de coragem que terminou repercutindo no conjunto da categoria, além disso, você tem esse cenário quer dizer que categoria é essa não é uma fábrica isolada ta certo, mas a coisa foi tratada no âmbito de categoria então quando você juntou nas primeiras manifestações não sei quantos mil de trabalhadores isso por si só já começa da um opa para ai nós temos sim condições de ta buscando aquilo que é direito nosso né é eu acho assim que num primeiro momento se tentou entrar com um processo de cooptação de liderança ta certo tanto que eles fizeram em determinado período o Murilo Macedo Ministro do trabalho no. período anterior eu não recordo agora quem era o Ministro da economia era o Simonsen então se tentou usar uma política de cooptação porque inclusive no contexto da América Latina no contexto internacional essa política de repressão já tava chegando no seu limite ta certo não foi um negócio dado aqui só para o Brasil né o que vinha acontecendo nos outros países eu acho que de uma certa forma ou de outra tinha repercussão na nossa condição aqui pela própria orientação política da ditadura eu acho que não era o momento propicio de de vir com uma maior repressão né a repressão em termos de movimento coletivo, mas não a ponto de ir pro tudo ou nada tava mexendo vamos dizer assim com um setor estratégico no próprio país nos não éramos é trabalhadores vamos dizer assim que não faria nenhuma diferença faria bastante diferença por ser um setor ainda é, mas era muito mais na minha forma de avaliar era um setor extremamente importante da economia naquele momento continua sendo porque produziu. os. dois milhões de veículos não é involuir por mais que esteja hoje esparramada a industria automobilística, mas é tem um peso significativo ai na economia do país eu acho que essa era uma das dificuldades além do cenário internacional esse cenário interno de descontentamento e atitudes como essa podiam trazer uma unidade muito maior em termos de país e o processo poderia culminar como culminou a situação da Nicarágua ta certo situação é na Polônia situações que o próprio capitalismo internacional não conseguiu se dominar muito bem né acho que esse cenário é que se impedia que se viesse para um tudo ou nada né se tentou se chegou até um determinado limite né questão de prisão de liderança só que já existia toda uma repercussão internacional não adiantava só conosco aqui então Alemanha, França, mesmo os Estados Unidos é varias organizações internacionais chegaram a mandar nota de solidariedade aqui para os movimentos da gente né então você já tava por isso é que eu caracterizo que era um. momento já de desgaste era um momento final precisava da pá de cal eu acho que os movimentos nossos contribuíram com isso de chamar a atenção do Brasil no especial que já não dava mais para a

sociedade ficar parada perante o governo perante a própria ditadura né eu sempre acho que às vezes costuma falar facilmente nos lutamos tanto e não conquistamos nada né eu falo para elas que não é verdade porque nós conquistamos primeiro o direito de poder inclusive divergir ta certo antes nos tínhamos sequer o direito de manifestar opinião hoje além de expressar opinião nós podemos expressá-la de forma diferente eu militava há um tempo atrás hoje não porque já ta um pouco modificado, mas às vezes quando alguém me falava esse tempo da porta da Volkswagen eu mostrava sempre lá falava olha 78 79,80 era um período mais ou menos assim nós não conseguíamos por conta da própria ditadura nós não conseguíamos ver sequer diferenças entre nós nós não tínhamos direito de ver diferença entre nos então todos. aqueles que tinha aquele sentimento de que este modelo estava esgotado de que daquela condição não se podia mais continuar vivendo nos tamos juntos num grande bloco ta certo e qual foi a grande conquista que nos tivemos esta hoje, por exemplo, a gente consegue perceber ai mostrava lá em frente à fábrica, por exemplo, companheiro que mora ali no nos predinho mais aqui pro centro ta certo esse daqui já pensa um pouco diferente do que aquele outro que ta naquele loteamento que pensa diferente do outro que ta aqui no barraco da favela ta certo e que pensa diferente do outro que ta largado na rua antes não conseguia nem perceber que tinha essas diferenças de entendimento né então esse direito de pensar e de expressar opinião nos conquistamos ta certo ai entra a questão da redução de jornada as próprias conquistas salariais que com o decorrer do tempo são esvaziadas pelo próprio sistema econômico, mas tem uma serie de conquistas e principalmente essa quer dizer.

A: [...] muita gente veio pra cá [...] bom lá os caras tão fazendo a revolução [...].

GM: não eu acho que o que a gente tem que entender é o seguinte é os trabalhadores e mesmo os protagonistas de qualquer revolução é em termos de massa como um todo eu acho que ele não se trabalha com essa concepção para um grande exemplo é o seguinte quando nós entramos na briga nos entramos na briga reivindicando aumento de salário quer dizer uma reivindicação altamente corporativista ta certo nós estávamos preocupados conosco com o roubo que tinham feito em cima da gente é agora as dificuldades que você encontra para resolver esse problema que aparentemente é simples ta certo aparentemente é simples só que ele mexe com o teu bolso ta certo e esses enfrentamentos que você vai tendo para chegar nessa conquista é que vai te forjando a consciência assim a grande maioria dos trabalhadores (interrupção) então André é assim eu próprio entrei de sócio do sindicato para que pra tratar dos dentes certo é o meu sentimento de solidariedade era um sentimento no sentido mais de é assistencialista, mais cristão mais humanitário do que bom quais as dificuldades que a gente enfrenta para isso e é exatamente isso que vai forjando uma consciência além obviamente do contato com outras pessoas é que tenha uma concepção diferente que tenha um nível de formação é ideológica já mais preparada ta certo nos tínhamos e temos ainda muitos

militantes que se colocam dentro do campo revolucionário que atuam junto à própria categoria é, mas a briga em si pro conjunto da massa era a questão de salário né.

A: questão pragmática mesmo

GM: altamente pragmática ninguém aqui pensava em revolução menos ainda em acabar com a ditadura e se você pegar aqui a nossa historia você vai ver um discurso do Lula na Vila Euclides onde ele fala estudante é pra estudar, político é pra fazer política e trabalhador é pra trabalhar ta certo daí você já tira mais ou menos como era a nossa situação em termos mais geral o problema é quando você vai se deparando com as barreiras por conta dessa reivindicação pragmática isso necessariamente vai te dando uma determinada consciência e obviamente para você entender porque que as coisas funcionam assim ai você vai ter que buscar na própria historia você vai ter que buscar um nível de conhecimento pra poder ter essa assimilação isso felizmente aconteceu muita e muita gente então quando a gente entra em greve que o patrão demite as lideranças ai você já começa a ter um primeiro enfrentamento pô desgraçado o que custava para ele ta ganhando milhões e milhões e o que custava dar esse reajuste para. a gente ao invés de dar o reajuste ainda manda companheiros embora ai você persiste na greve ai vem à polícia baixa o porrete porra, mas esse governo é sacana ta certo não você ta fazendo uma greve o problema é nosso aqui todo mundo é trabalhador porque vocês não vão prender bandido que esse é sempre o discurso do trabalhador e ai ele vai percebendo qual é o poder do Estado a não então a greve vai ser julgada ai vai lá pra justiça não vamos esperar pela justiça não à greve é ilegal porra que diabo de justiça é essa nós tamo no nosso direito eles roubaram da gente e a gente ta brigando para reaver aquilo que nos foi roubado e a justiça fala que nós somos ilegais então essa justiça também não presta ta certo então é a nossa consciência ela vai se forjando dentro desse processo e na medida que você vai encontrando as barreiras e vai ter que superar as barreiras se de fato você quiser resolver o seu problema enquanto categoria por mais pragmática que seja a reivindicação a gente costuma. eu. pelo menos costume sempre usar o termo seguinte nós por maior que seja nossa perspectiva é revolucionária de transformação social nós temos que fazer sempre uma vinculação da luta específica com a nossa luta histórica essa é a ponte que a gente tem que ta permanentemente fazendo então quando você fala da luta por uma sociedade justa mesmo estando brigando por 10% de reajuste às vezes brigando para que tenha uma condição de trabalho decente nós tamo tentando fazer essa vinculação eu tenho que dar resposta agora para uma série de problemas ta certo, mas se eu de fato tenho esse compromisso com a transformação social eu tenho que apontar as possibilidades futuras mesmo sendo utópica ainda né isso nós somos aqui uma camada de lideranças muito grande né hoje daquele movimento qualquer lugar desse país que você rodar você vai encontrar militantes que estiveram aqui na linha de frente você vai achar vereador no nordeste você vai achar sindicalista no interior do estado você vai achar você. vai.

encontrar sempre alguém que esteve vinculado aquele movimento porque se tem uma das coisas que aquele movimento mais fez mais fez foi formar militantes por conta dessas barreiras que a gente teve que superar coletivamente discutindo e agindo coletivamente então não é que o trabalhador ou que aquele movimento é por si só chegaria à revolução, mas poderia sim ser o estopim disso ta certo porque isso porque foi um movimento que recebeu solidariedade de tudo quanto é canto ta certo tanto do país seja dos setores mais progressistas da igreja católica dos canavieiros de Pernambuco do povo que tava lutando lá no no Para enfrentando o latifúndio lá e mandava ainda caminhão de banana para a gente aqui ta certo então é foi algo que mexeu muito muito muito com a sociedade brasileira acho que todo mundo ou as pessoas mais sensíveis conseguiram perceber que por trás do nosso movimento por mais que de fora às vezes as pessoas tivessem impressão que era o princípio da revolução e a gente às vezes se emocionava e achava que poderia ser de fato a luta era bastante pragmática mesmo só que ela enfrentou algumas barreiras ta certo é então assim um pouco era esse o cenário nesse processo poderia de fato descambar num processo mais amplo até poderia se, por exemplo, ao invés da estratégia de recuo que a ditadura teve que utilizar foi obrigada a utilizar ter que começar a falar de democracia ter que falar de abertura como aconteceu com o Figueiredo se ao invés dessa estratégia que eles utilizassem que eles utilizaram de repente utilizassem uma de fazer enfrentamento é eu interpreto pelo volume de solidariedade que a gente vinha recebendo que basicamente você tava de repente preparando um processo de de eu não digo revolução, mas pelo menos de uma de uma de uma desobediência civil muito grande nesse país e porque é que eu falo desobediência civil porque infelizmente era um período onde aquilo que poderia ser organizações revolucionárias certo ou algo dirigente desse processo de para dizer. assim de um processo revolucionário inexistia a ditadura tinha aniquilada quase que todas as expoentes ta certo os poucos que tinha tavam na clandestinidade e uma parcela que estava viva tava no exterior quer dizer que instrumentos que você tinha para dirigir um processo revolucionário naquele momento não que isso não pudesse acontecer certo, mas eu não sei se chegaria a é a algo é consistente ou duradouro e que nós não tínhamos uma grande estrutura pelo menos nos não tínhamos conhecimentos de termos grandes estruturas você tinha a convergência socialista você tinha o PC do B você tinha PCB, mas todos basicamente esfacelados nenhum [?] de se colocar como órgão dirigente de um processo de transformação social né então eu acho que essa estratégia que a ditadura adotou acho que ela deve ter percebido também que por mais que existisse os vermelhos no meio do movimento né ela também percebeu que a própria direção do movimento não é uma direção revolucionária ta certo e isso a direção. fazia questão de deixar claro é quase que sempre se colocava enquanto direção ao sindicato se colocava à frente de uma luta pragmática mesmo tinha um objetivo específico né [?] objetivo específico difícil de ser atingido dentro do viés do próprio sistema capitalista né.

A: [...] a pauta de reivindicações vai mudando [...] e daqui a pouco [...] a pauta começa a ganhar contornos políticos [...] o que que obrigou a pauta a se tornar política?

GM: é você pega até o período de 80, por exemplo, que inclusive essa ojeriza com a questão política da parte de algumas lideranças inclusive do próprio Lula né é só que existia até por conta da influência da nossa própria militância aqui junto ao sindicato essa questão de você não se fechar apenas à questão específica então se você pegar as várias publicações nossas [?] você vai observar que ao mesmo tempo que você tratava das questões específicas você também entrava com a discussão com referência a situação do país ta certo e a gente procurava ta opinando também sobre os vários temas que você tinha a época você chegou a ver o tal dos bilhetes do João Ferrador falava para as autoridades quer dizer cobrando algumas coisas que fugiam um pouco só da nossa pauta né além disso é aquilo que eu tava te falando quer dizer você começou a filiar aqui tinha esses movimentos uma militância bastante aguerrida e que começou a se interessar por vários e vários temas e começou-se a perceber que o. nosso problema não é só salário certo, mas você começa por salário por condições de trabalho, mas ai entra a questão da democracia sim ta certo você começa a focar na dita... começa já pelos 80 então o processo de organização do partido político então você já começa a dar um viés diferente em 79 eu participei de um congresso em Poços de Caldas aproveitando que o nosso sindicato nós conseguimos aprovar naquele congresso é isso que eu to te falando é muito mais influência dessa militância de esquerda que estava por aqui e tem muita gente daqui muita liderança do próprio sindicato e diretores do sindicato e mesmo do Lula né não que se opusessem, mas também não se predispuessem a defender da forma que a gente se dispôs a defender nesse congresso de 79 aqui em Poços de Caldas congresso nacional dos metalúrgicos nós fomos lá e conseguimos aprovar anistia ampla, geral e irrestrita lá no congresso congresso dos metalúrgicos, mas na pauta geral ta certo nos conseguimos colocar isso e foi as coisa mais interessante nós aprovamos numa noite com o Joaquimzão presidente do congresso com cabeça a filho um dos mais arregados pelegos aqui do da área metalúrgica que era. quem tava dirigindo o congresso e nós conseguimos fazer essa aprovação porque isso porque a gente adquiriu uma moral tão grande né que o que a gente falava para as outras pessoas era uma referencia muito importante então quando a gente explicou a importância da anistia nós chegamos inclusive a tentar pedir voto secreto porque as delegações de alguns sindicatos vinham assim o cara dá a passagem de ida é se

FITA 1-LADO B

GM: anistia geral e irrestrita a pauta ela começa pequeno ta certo ela vai se ampliando porque a nossa mentalidade também vai se ampliando nesse processo a gente começa a observar os problemas

mais restritos a fábrica é que agente sofre conseqüências de coisas que estão fora da fábrica né que ta no poder do Estado ta certo da própria justiça trabalhista e assim é os nossos horizontes necessariamente vão se ampliando ao mesmo tempo a gente começa a ter uma identificação de que a luta dos companheiros canavieiros lá no Pernambuco ta certo a luta dos sem-terra essas lutas todas começam também a fazer parte das relações que a gente começa a manter no contexto de classe trabalhadora e obviamente os nossos horizontes vão se ampliando né no nosso IIIº congresso aqui na baixada santista em Santos foi um congresso assim extremamente importante porque nos saímos do movimento de 78 entramos no movimento de 79 e é foi antes do movimento de 79 nós fizemos o congresso o IIIº congresso nesse IIIº congresso é um setor da esquerda já teve uma influencia bastante significativa para te dar um exemplo assim bem nítido a direção do sindicato Lula a frente defendia o que as teses do congresso no limite fosse aprovado a figura do delegado sindical nós que já tínhamos uma militância próxima ai aos grupamentos de esquerda PC do B, divergência, PCB, MR-8 que também entrava aqui na categoria é tinha alguns outros grupos ai NEP é esse setor chegou a se reunir e apresentou tese no congresso e defendeu inclusive além de delegado sindical a questão das comissões de fábrica e vendo nas comissões de fábrica essa independência é do da comissão de fábrica que é uma comissão de trabalhadores, mas independente da organização do sindicato né mesmo sob a influencia do sindicato então nos aprovamos isso no congresso meio a contragosto da aqui da diretoria tanto é que foi aprovado as duas coisas a figura do delegado sindical que mais recentemente aqui começou a vingar e a figura da comissão de fábrica. que logo após o congresso é a partir de 81 a gente começou a ter a conquistar essa esse tipo de organização é nas empresas né foi o que mais vingou efetivamente aqui na nossa na nossa categoria né é isso assim só para te dar um exemplo das limitações que a gente tinha assim como direção, mas das influencia que um setor militante aqui da categoria e muitos outros trabalhadores que se [?] com um monte de problemas as influencias que a gente recebeu de fora da própria categoria nos ajudou a ampliar esses próprios horizontes né e tem militante até hoje que continua militante e continua focando a questão do salário ta certo tem militante que continua até hoje achando que não não posso ser contra o patrão porque como é que vou ser contra o patrão se não tiver patrão não tem trabalhador então nós temos esse tipo de cabeça inclusive na direção do sindicato então é nos temos toda essa miscelânea né não que as pessoas tivessem pensando no seu conjunto ou enquanto massa enquanto classe. enquanto. categoria todos nos tivéssemos a nossa cabeça eu, por exemplo, não tinha esse quando comecei na militância eu não tinha essa expectativa de mudar o Brasil de mudar o mundo não era essa a minha vocação tanto é que eu começo e eu sempre faço questão de dizer eu entrei pro sindicato a principio pra tratar os meus dentes ta certo.

A: [...] vários políticos tiveram aqui na época [...].

GM: na greve de 80 isso foi fundamental pra gente né assim o nível de repressão foi grande naquela greve aquela greve de 81 dias eu acho que a greve mais conhecida nossa aqui eu acho que ela foi extremamente significativa eu acho que ela efetivamente ajuda a colocar a pá de cal na ditadura é nós tentamos criar de fato uma uma corrente de solidariedade felizmente tivemos muita, muita, muita solidariedade por isso o movimento conseguiu se manter com vigor conseguiu se manter é a gente enquanto trabalhador mesmo jogou tudo mesmo pra gente era questão de honra ganhar a parada ta certo pra ditadura também era questão de honra fazer com que a gente voltasse derrotado né é esse apoio que veio dos próprios parlamentares nós tivemos aqui Airton Soares, acho que Irma Cassoni, Geraldo Siqueira Filho que era deputado federal chegou a levar tapa da policia federal aqui na porta do sindicato o próprio Teotônio Villela é o Fernando Henrique eu não me lembro, mas eu sei que esteve aqui também é bom. vieram uma serie de parlamentares ta certo em especial a própria figura do Teotônio foi bastante simbólica porque isso de uma certa forma colocou é vamos dizer assim a repressão de Estado ficou numa situação é é mais difícil ainda né ah essa questão do 1º de maio é significativa nós nunca vimos tanta policia né tanta tropa de choque helicóptero tanque os tanques que eles usavam ai para a repressão [?] todas as unidades aqui de bombeiro de de tiro de guerra de não sei o que lá tinha tropa alojada é e nos tavamos lá com a maioria da direção do nosso sindicato presa, detida é o diretor que fez inclusive a entre aspas assembléia na Igreja matriz que nós usávamos o espaço da Igreja matriz é desde cedo já tinha começado uma série de confrontos policia trabalhador não queria deixar a gente chegar até a igreja à massa foi chegando e foi muita gente muita gente nego de tudo quanto era canto desse estado chegou pra para participar desse 1º de maio aqui porque a decisão das organizações. sindicais foi fazer 1º de maio aqui porque tava tendo a movimentação nossa a repercussão era muito grande muita gente muita gente mesmo eu nunca pensei o pessoal de tudo quanto é canto desse país fez questão de ta por aqui né muita gente de fora também olhando os sindicalistas da Europa vieram aqui companheiros da Holanda, companheiros da Alemanha também estavam presentes aqui alem disso mais a figura dos parlamentares os choques começam já logo para poder chegar ao acesso da igreja à massa foi ocupando a igreja a policia foi sendo obrigada a ir cedendo espaço não tinha muito como fazer né então eles começaram cercando a igreja né então quando a gente passava para entrar às vezes chutava a gente a policia chutava pra tentar intimidar é a direção achava que não tinha condição de ir né tinha ordem para que é nos não saíssemos em passeata ta certo e é eu lembro que o companheiro [?] apelou para o sindicato que foi colocar em discussão eu até falei pra ele assim falei olha a primeira. coisa que a gente tem que fazer consultar as pessoas a segunda coisa se as pessoas tiverem é uma opinião assim mais favorável a não sair para o ato por aqui mesmo legal se as pessoas tiverem a opinião de que não vamos pôr em votação e deu o que o pessoal decidir vamos embora então ficamos nessa pendenga horrível um bom

tempo e a massa já é na polvorosa né eu lembro que eu sai da igreja rapidamente e fui passando assim onde eu via homem ou mulher com criança em especial eu ia perguntava o que você acha que a gente deve fazer a passeata até o Paço até a Vila Euclides como ta programada as pessoas não nós temos que ir nós temos que ir nós temos meu quase que eu levei um baile daquele povo eu voltei pra dentro da igreja [?] põe em votação o pessoal quer ir e ai juntou esses parlamentares todos alguns defendendo de que não que poderia parecer provocação que a ditadura poderia entender assim ou assado não põe em votação põe em votação [?] a massa já começou a andar [?] assim a. alternativa que tinha eu ia pro banho de sangue mesmo que tava proibido mesmo ta certo ou ia ter que tolerar não tinha mais o que se fazer não tinha massa muito grande né

A: [...] a ditadura foi obrigada então a.

GM: recuar

A: [...] tem momento que esses políticos estão presentes eles chegam pro Lula Ó Lula daqui a pouco vai comprometer a abertura e ai como é que tu acha que houve essa preocupação?

GM: houve o próprio PCB ou pelo menos os militante do PCB chegaram inclusive a vir aqui enquanto a gente fazia a panfletagem convocando para a assembléia para as atividades do sindicato chegaram inclusive a soltar boletins usando esse tipo de argumentação né porque nós tamos num momento em que está se preparando a abertura em que se pode ter essa característica de provocação ta certo e a tendência é ter um fechamento houve esse tipo de coisa, mas não existia é assim na cabeça da maioria da peozada não tínhamos mais para onde recuar [?] nós não tínhamos mais o que fazer certo o que eu to falando para ti 80 é um marco porque pra nós trabalhadores era o tudo ou nada era o ano que nós tínhamos que ganhar nós já tínhamos sofrido com aquela questão de 79 né com a trégua que deixou muitos militantes descontentes muitos inclusive acreditando que nós não voltaríamos eu inclusive era um que a peozada não ia fazer mais greve nunca aqui quebrei minha cara certo em 80 veio um negócio muito. mais. pesado né então é quer dizer a gente naquele momento no final da daquele período de trégua, por exemplo, aquilo puta merda aquilo foi um balde de água fria na cabeça de da maioria do pessoal muita gente xingou ta certo um negocio foda, mas o resultado disso foi 80 que foi um negócio muito mais mais pesado né acho que peozada e acho que a própria direção sentiu uma responsabilidade maior frente à classe né e acho que essa própria questão da solidariedade isso não tem jeito né na hora que você chegava aqui na assembléia oitenta mil trabalhadores declaração dos trabalhadores da Alemanha mandando solidariedade trabalhadores não sei da onde mandando solidariedade meu era muita coisa isso passou assim ta certo a prova na própria direção também teve esse conflito nós tínhamos um advogado aqui no sindicato que chegou inclusive a fazer reuniões assim à parte colocando essa discussão né e tentando inclusive frear o movimento trabalhar contra o movimento mesmo tinha até Ministro ai da justiça. do. trabalho Almir

Pazzianoto ta certo fazendo na greve de 80 foi um que tentou articular esse tipo de discurso porque um setor é da sociedade pensava isso mesmo né e particularmente setores do PCB chegaram a defender essa tese aqui não chegaram a colocar assim de público pra massa, mas para os militantes chegaram a colocar exatamente no nível de discussão.

A: e na tua opinião assim o empresariado como é que ele enxergava tudo isso que tava acontecendo?

GM: a primeiro assim é os que estavam sofrendo as conseqüências da greve seguiam os ditames da ditadura você não tinha espaço é para negociar [?] ta certo (interrupção) o setor que estava sofrendo as conseqüências seguia as orientações da ditadura ta certo não tinha acordo não é para ter acordo não pode ter acordo [?] não tinha moleza ta certo e seguiam porque também estavam sofrendo as conseqüências não é no caso específico da Volks ela sofreu duas vezes sofreu por conta da greve e quando ela permitiu a entrada de tropas de choque lá dentro também pra fazer plantão para criar intimidação junto aos trabalhadores da militância sofreu com os furtos que ela teve lá dentro de toca-fita de não sei o que lá que é [?] ta lá dentro mesmo quem vai revistar a policia né [?] ela sofreu um pouco mais agora os setores que estavam fora eu não to lembrando desse desse o nome desse empresário lá do Rio de Janeiro que chegou a lançar um jornal lá é não sei se era o próprio militar não que a. minha pasta sempre foi da área de comunicação né eu não to me lembrando, mas ele chegou inclusive a lançar um jornal ta certo é então você tinha um setor do empresariado ai né que estava descontente é [?] com tudo ser controlado pelo Estado então eu vejo dessa forma né num setor é empresarial ai por mais que fosse contrário à greve tudo mais é, mas de uma certa forma contou contou não de uma certa forma esse movimento ajudaram a eles defenderem essa tese deles de abertura de maior liberdade, mas liberdade para eles empresários para fazerem o que bem entenderem e que o Estado parasse de dirigir a economia da forma que tava dirigindo ta certo é que esse na verdade era um desejo de um segmento muito grande do empresariado, mas obviamente quem estava sofrendo as conseqüências direta o melhor completamente era ta aceitando as orientações da própria ditadura em tese para eles era mais seguro né, mas a gente conseguiu perceber um movimento de um setor empresarial é assim não é de. solidariedade aos trabalhadores ta certo pegando onda nesse movimento e apontando outras alternativas como o afastamento do Estado do processo produtivo dessa interferência tão direta na economia isso abre para gente um pouco mais isso divide eles isso nos facilitava é dar mais algum espaço para a gente né então essa situação nos tínhamos na naquele período também né antes da [?] 80 foi um período bastante rico pra gente se a gente pegar a mídia às opiniões que saíram dá pra ver que tem varias opiniões ai voltadas um pouco para esse objetivo quer dizer se você tivesse liberdade econômica (interrupção) tinha sim porque na verdade existia um sentimento muito comum contra a ditadura militar [?] esse sentimento foi se cristalizando a partir das greves o movimento contra a carestia demonstra essa e outros segmentos

sociais também já estavam se manifestando setores da igreja católica já estavam colocando a boca no trombone a partir das nossas greves aqui com outras greves que pipocaram. por esse Brasil afora isso tudo foi se somando demonstrando isso que eu chego a dizer assim de quase uma unanimidade na sociedade né todos contra a ditadura aparentemente todos contra a ditadura né [?] qual saldo que nós tivemos? Um saldo que é este de inclusive perceber as nossas diferenças ta certo e isso é bastante importante né [?] o jornal desse cara era muito importante cara porque esse cara depois você vê que é interessante em 80, 81 acho que em 8 ele lançou um jornal [?] ele lançou um jornal participou de um jornal e ele participou [?] da democracia no Brasil contra a ditadura e tudo mais na seqüência inclusive o movimento sindical fez uma pesquisa e ai pergunta né democrático, mas nem tanto ai mostra a fábrica onde ele era proprietário ta certo os guardas dele com rifle né nos muros da fábrica na porta da fábrica tudo guarda armado ta certo ai o pessoal fez esse contraponto bastante democrático da uma olhada [?] naquele momento ficou muito bem diferenciado a questão de classe ta certo de burguesia e de classe operária isso foi um divisor de águas magnífico só que esse divisor de águas ele conseguiu se manter inclusive aqui na nossa categoria de uma forma mais efetiva até 95 mais ou menos de 95. pra diante as por isso quando você falou das pautas eu vinculei um pouco as coisas nós tínhamos um negócio mais pragmático muito focado e essa pauta foi tomando determinadas dimensões é, mas isso representa refere-se também da própria dinâmica sindical nossa com todas essas influencias com contexto da sociedade enfim é, mas a nossa postura enquanto direção sindical também se alterou ta certo então como eu estava dizendo para ti porque hoje tem certas linhas de tem certos diretores, por exemplo, que acha que não pode acabar o patrão porque se acabar o patrão não vai ter trabalhador então não pode matar a galinha dos ovos de ouro porque isso porque a partir do momento que você começa a ter uma política é que ela já não tem mais aquele viés classista né porque ali o Lula querendo ou não querendo ou não essa perspectiva que você tinha que foi criada na cabeça dos trabalhadores e depois quando entra a própria questão do partido dos trabalhadores você começa a abrir pô nos temos a. possibilidade de ser direção desse país quer dizer isso foi até determinado momento ta certo de um determinado momento para diante acho que aqui também como no restante do país essa essa clareza de você enquanto trabalhador falar assim eu vou a eu vou votar nesse aqui porque esse aqui é trabalhador ta certo você sentia essa relação isso vem se perdendo já há um bom tempo ta certo é seja através de conversas tripartite, câmaras setoriais, políticas que a gente denomina de políticas de parceria quer dizer essas coisas todas vão se perdendo então hoje você não privilegia pro resultado das negociações, por exemplo, a luta, mas uma boa negociação é verdade uma boa negociação às vezes ela traz um saldo é vamos dizer assim individual pessoal e pra classe, mas nesse aspecto mais mais é mais pragmático é possível, mas no aspecto da consciência vai se perdendo certo então é um pouco esse momento é um pouco esse momento [?]

quando você pega aspecto de 79 que ele faz a gente recuar de uma greve. uma greve que tava bastante determinada no seio da própria classe é volta né volta, mas teve essa capacidade de tudo bem nós fizemos das tripas o coração para poder chamar a peozada, mas não esperávamos, por exemplo, que a assembléia fosse uma grande assembléia aqui no sindicato né a assembléia que terminou aquela greve e essa assembléia que decretou a greve não tinha sindicato lotado ta certo [?] duzentos e vinte mil trabalhadores na época você não ter mil e duzentos trabalhadores aqui na assembléia, mas [?] foi a maior greve que nós fizemos nos últimos tempos com 41 dias o discurso final daquela greve foi de um companheiro nosso porque a direção tava presa um dos companheiros da nossa comissão de mobilização e assim foi algo que também ajudou a fazer o movimento seguinte né quando ele fala que nós estamos encerrando a greve né, mas não porque tivemos conquistas ta certo, mas também não vamos voltar de cabeça baixa é importante que os patrões saibam é que nós estamos voltando. por. conta da das armas das baionetas que baixaram sobre nós é, mas é importante que os patrões e o governo saibam que atrás de cada máquina tem um inimigo seu então esse foi o discurso de encerramento da greve de 80 e isso foi [?] pra mostrar que tava claro para gente quem eram os nossos inimigos e esse foi um sentimento que a maioria da peozada foi para dentro das fábricas mesmo principalmente quem ficou até o quadragésimo primeiro dia que participou dessa assembléia de encerramento é fantástico né, mas são momentos diferentes né se em 79 foi uma atitude em 80 foi outra em 80 a direção foi até as últimas conseqüências não teve trégua não teve acordo nenhum não teve acordinho não teve papelzinho com Murilo Macedo ta certo e assim ficou evidenciado uma coisa [?].

10) Entrevista realizada com o Sr. **Alberto Eulálio (Betão)** em 21/02/2005 na Sub-sede do Sindicato dos metalúrgicos do ABC em Diadema.

A: Seu...

AE: Alberto Eulálio Betão

A: [...] eu gostaria que o sr. falasse sobre o 1977 ou se o sr. acha até que isso essa mobilização essa luta começa antes [...].

AE: primeiro eu quero dizer para você o seguinte eu comecei aqui no ABC em 66 na Volkswagen foi na Volkswagen em 66 a 74 em 74 eu entrei na Ford na Volkswagen a gente não ouvia falar nada do sindicato não tinha nada, nada, nada era uma repressão violenta não tinha conversa três pessoas não podiam ficar conversando nem nada só podia jogar na hora do almoço, mas nada de conversa nada não podia discutir nada era uma repressão muito forte em 74 fui pra Ford na Volkswagen tinha um detalhe era era se trabalhava uma semana de dia quinze em quinze dias duas semanas de dia e duas à noite você nunca ficava num horário fixo na Ford eu entrei na Ford em 74 você eu passei a trabalhar das sete as dezessete na verdade no contrato era das sete as dezoito você era obrigado a fazer uma hora extra por dia se o contrato de trabalho na Ford você trabalhava das sete as dezoito só que o horário normal era das sete as cinco até as dezoito horas era uma hora extra você era obrigado a fazer, mas na Ford eu. achei assim que contem mais liberdade pra gente começar a discutir política e pessoal assim tinha mais gente que discutia mais que na Volks tinha mais liberdade para a gente discutir essas coisas em 1975 teve o congresso da categoria aqui do ABC e foi o que me parece em Poços de Caldas à gente ficou sabendo desse congresso né pouca gente podia participar porque a empresa não liberava, mas a gente já tinha começado a ir no sindicato foi quando eu conheci o Lula em 1977 [?] no sindicato e nós fomos lá tinha pouca gente não tinha muita gente foi quando foi levantado essa questão de que a gente tinha perdido 34% em 1974 quando o Delfim Neto era Ministro do trabalho senão me engano Delfim Neto eu acho que ele era ministro do trabalho quando nós tínhamos perdido os 34% e em 77 começou aquele àquela conversa e ai já tava o Lula como presidente do sindicato já começou ter os boletins na porta da fábrica e foi levantado essa questão dos 34, 34, 34 e ninguém acreditava que a gente ia fazer. greve não acreditavam e quando a gente iniciou que ia fazer uma greve em 1978 foi à primeira greve que nós fizemos e a gente ficou com aquele negócio na cabeça será que para será que para será que para, mas os trabalhadores tavam tão revoltados que desde 1964 [?] então aquele ego de mostrar que a gente ia fazer aquela greve e nós paramos a fábrica em 78 foi uma greve de vinte dias vinte dias que foi uma coisa assim de louco e pra gente voltar a trabalhar o Lula teve que ir dentro da fábrica pra fazer assembleia dentro da empresa com a gente então o Lula foi à proposta era de 11% e não passava a gente não aceitava a

proposta de jeito nenhum, mas aí a gente o Lula foi dentro da fábrica e a gente ficou assim mais perto do Lula né aí ele fez assembléia na estamperia daí a estamperia veio pra funilaria fazia assembléia tocando a proposta daí ele veio pra usinagem aí ele colocou a proposta eu sei que a gente voltou a trabalhar teve uma greve seguinte à gente voltou a trabalhar, mas voltou. com aquela revolta e voltou ainda é insatisfeito porque foi à primeira greve em quase que vinte anos né o pessoal tava com aquela com aquele ego sabe com aquela vontade aquela coisa de fazer greve tanto é que contava pra todo mundo a melhor coisa da vida é fazer greve (risos) a coisa que mais gostava [?] aí em 78 a gente parou e voltamos a trabalhar, mas aí já o pessoal já pegou os gostos pelas coisas né pela greve e tal aquele negócio todo em 79 já tava todo mundo de prontidão pra parar né [?] todo mundo tranqüilo aí a greve ia ser fora da fábrica a gente decidiu que a greve seria fora da fábrica e quando chegou em 79 à gente para eu nem sei quanto é que era a porcentagem de aumento não me lembro à gente pedia um aumento lá em cima [?] o pessoal não tava preocupado com o que havia e tal o pessoal tava preocupado em fazer a greve em 79 a gente é é tivera idéia de fazer assembléia na Vila Euclides porque o sindicato era pequeno e a gente foi na Vila Euclides puxa vida será que a. a. gente viu que a sociedade tava mais envolvida tinha o MDB e o PDS né era o PDS?

A: era a Arena

AE: Arena MDB e Arena né? Isso era MDB era aquela coisa assim a gente puxa vida né nós viemos para a Vila Euclides é uma coisa assim que a gente nunca esquece mais de cem mil pessoas [?] e uma longa motivação da greve quer dizer você ver o estádio cheio aquilo passava na televisão à noite e a gente tinha [?] assembléia que tinha na Vila Euclides e cem mil pessoas lá todos os dias cento e vinte mil pessoas aquilo dava assim é muito mais empolgação porque você era do sindicato e você ia ao sindicato você não via tanta gente quando ia na Vila Euclides você via aquele cara que não participava dentro da fábrica com a gente e nem no sindicato na Vila Euclides tava lá tava lá sabe às vezes tava com o filho ou com a filha tinha a companhia da esposa e o pessoal pegou o gosto pela por aquele movimento né e foi aí veio o afastamento da diretoria do sindicato [?] aí o Lula pediu pra abrir a Vila Euclides, mas nos ficamos muito revoltados porque nós na gost... nós não queria terminar com a greve tinha mais de cento e vinte mil pessoas [?] e tinha um grupo de pessoas que inclusive tava contra contra acabar com a greve não gostaram chamaram o Lula de pelego pelego e tal aquele negócio todo e aí afastou a diretoria do sindicato [?] março, abril e criou uma junta que veio entregar o sindicato pra diretoria e decretou intervenção, foi um afastamento em novembro do mesmo ano de 79 eu lembro que quando entregou o sindicato pra gente teve uma assembléia no sindicato foi chamado pela diretoria e nessa greve de de 79 nós criamos uma coisa importante que oi o fundo de greve a gente criou o fundo de greve isso a gente tinha perdido o sindicato, mas a gente montou uma gráfica numa casa de uns cento e sessenta metros que era o nosso

fundo de greve de lá saia [?] o que acontecia a gente ia ao fundo de greve à tarde e passava lá e pegava um pouco de boletim do sindicato aqui tinha a Tribuna Metalúrgica à gente pegava as Tribunas Metalúrgicas passava. as tardes uma semana um dia era eu um dia era o Paraíba um dia era o Zoroastro, o Venâncio, o ratinho e a gente passava no sindicato pegava as Tribunas [?] na Ford a noite era o Venâncio não a noite era o ratinho de dia era o Venâncio o Venâncio era um peão né o ratinho era da estamparia o ratinho era muito bom, radical, bravo [?] enquanto não chover enxurrada de sangue nesse país não muda [?] o ratinho era isso era uma figura interessantíssima desapareceu, mas deixou a marca aqui na nossa categoria, mas ninguém esquece do ratinho as pessoas mais antigas porque o ratinho era demais e ai a gente pegava a Tribuna metalúrgica e a gente passava no fundo de greve pegava um pouquinho no dia ia pra fábrica com a Tribuna aqui escondido e ai a gente deixava nos banheiros [?] cada companheiro levava um dia e os companheiros que participavam mais da comissão de mobilização e a gente pegou em 79 essa greve e a gente continuou fazendo esse trabalho árduo tal com o fundo de greve quando foi. em novembro entregou o sindicato para a diretoria novamente ai o Lula foi lá chamou a diretoria entregou o cargo à disposição todo mundo chorou tal e a gente voltou de novo à luta já que em 80 a gente teria a campanha salarial em abril de novo eu me lembro que em 80 não sei se foi em 80 que o Figueiredo tomou posse foi em 80 eu acho que ele tomou posse no dia quinze e nós paramos no dia doze me parece à greve de 80 eu lembro que o Lula disse o seguinte vocês disseram que no ano passado à diretoria do sindicato abriu as pernas eu quero ver quem é que vai abrir as pernas esse ano é vocês, mas teve um detalhe interessante que aconteceu o Lula ele desafiou a categoria e a gente foi pro sindicato antes da posse do Figueiredo e a gente ficou olhando se o pessoal ia porque a greve ia parar a meia noite não ia parar de manhã ia parar a noite e a gente tava no sindicato não acreditava que ia parar que ia parar e do sindicato a gente via a Volkswagen a gente não via a Ford nem via a Mercedes. mas. via a Volks quando foi meia-noite a gente tava no sindicato a gente viu puxa-vida aqueles carros o pessoal tudo vindo pro sindicato à coisa mais linda meia-noite no outro dia é só dar continuidade só no dia ai foi foi à greve ai foi à coisa que a gente muita gente não entendia que a greve era política a greve não é uma greve só reivindicatória era uma greve política mesmo entendeu porque pessoal muita gente a gente parou antes da nossa data de dissídio e paramos na véspera do Figueiredo tomar posse então a gente essa greve era política era uma greve que era pra contra a ditadura contra o governo contra o sistema a gente falava muito da questão da dignidade a gente tem que ligar para a nossa dignidade essa palavra dignidade ela pegou muito naquela greve de 79 e 80 e o Lula batia muito nisso né nós temos que ter dignidade para mostrar isso para nossa família nós temos que ter isso, isso e aquilo e a questão pegou muito essa questão essa questão da da honra sabe das pessoas foi muito mal. e ai [?] aquela coisa de louco e exército na rua e a gente enfrentava o

exército era uma guerra mesmo guerra era o exército bomba de gás era helicóptero e aquela coisa de louco ai começou é a repressão muito mais forte né e a gente prendia a peozada né prendia todo mundo chegava na delegacia soltava, mas era só para intimidar São Bernardo tinha tarde tinha dia que era só fumaça porque era só bomba e cavalaria eles entraram dentro da igreja e ai prenderam o Lula e [?] ai vai enfraquecer que nada fortaleceu mais o movimento o Lula preso prendeu o Lula, Venâncio, Janjão, Nelson Campanholo e mais uns dois ficou o Alemão, o Osmar e mais uns outros companheiros que falavam também ficaram soltos e a policia queria prender bom ai ficou [?] ia prendendo e assumindo prenderam o Alemão ai teve o 1º de maio o 1º de maio foi muito muito emocionante e nessa questão do da dessa de 80 o que foi mais importante nessa greve nossa foi à solidariedade todos os estados o pais todo bancaram essa. greve então atrás da igreja nos criamos uma um armazém para receber os alimentos que vinham para pra categoria então era aquela fila todo mundo que pegava arroz, feijão feijão na época tava muito difícil [?] e vinha caminhão caminhão de banana caminhão de arroz caminhão de feijão caminhão de tudo rapaz era a coisa mais linda que a policia até inclusive ela prendia caminhão que vinha para o ABC chegaram a fazer isso prender caminhão de alimentos que vinha para o ABC e a coisa assim aquela solidariedade ela fortaleceu muito o movimento quer a igreja às entidades né todas elas e os partidos políticos ai vem à passeata das mulheres passeata muito bonita com quatro mil mulheres no Paço em São Bernardo que a Marisa mulher do Lula comandou ai teve 1º de maio 1º de maio foi emocionante foi assim àquela coisa cento e cinquenta mil pessoas na praça da matriz [?] e aquela coisa de louco e a policia e aquele senador que é a gente não esquece nunca senador Teotônio Vilela esteve muito presente. aqui na nossa greve e a diretoria presa né e ai foi prendendo gente prendendo gente 1º de maio e a gente ali foi surgindo gente pra falar na assembléia e [?] a policia entrava dentro da igreja ai prenderam o Osmar dentro da igreja foi uma uma assembléia que houve [?] prenderam o Osmarzinho, mas não tinha como não prender as pessoas prender [?] mesmo assim depois da prisão do Lula de todos os dirigentes a peozada tava firme quando a gente ia terminar com o movimento a gente terminou com a greve com mais de quinze mil pessoas na praça da matriz entendeu e o povo a gente voltou pra fábrica, mas voltamos de cabeça erguida quem voltou assim é desanimado sabe [?] a idéia de fundar o PT já tinha surgido né é e após a greve de 79 ai foi quando soltou o Lula o sindicato tava em intervenção e a gente é começou a lutar para que entregasse o sindicato pra nós ai foi criado uma junta é que [?] parece que era o Almir Pazzianoto não sei que foi advogado do nosso sindicato o Pazzianoto. foi quem falava nas assembléias de 78 em 79 e em 8e me parece que isso mesmo era o Pazzianoto isso mesmo ai foi criado uma junta do sindicato essa junta foi negociada né ai foi o Janjão que foi da Ford o Toninho que foi da Brastemp mais o Afonso Monteiro que foi presidente do sindicato na época da ditadura de 68 69 Afonso Monteiro da Cruz foi ele presidente do sindicato e

fazia parte dessa junta [?] o Afonso teve que fugir na época da ditadura ta certo muito honesto, mas muito sério uma figura que pouca gente lembra porque hoje que ta nas fábricas são pessoas novas e não participou desse processo e essa junta ficou certa pra fazer eleição e foi ai que nós ai fomos montar a chapa para a diretoria e eu fui participar dessa chapa nossa de 81 e quando a gente tava é a gente escolhendo a chapa que o Meneguelli encabeçou ai já tinha o PT a gente fundou o PT em 1980 e ai o Meneguelli foi encabeçar essa chapa na nossa na nossa eleição em 81 a Ford demite 450 companheiros e a gente tava em campanha foi quando a gente tava numa na na concorrendo às eleições e ai a gente surgiu com a idéia de criar de conquistar a gente sabia que não faltava os 450 funcionários na Ford, mas a gente falou vamos conquistar uma comissão de fábrica na Ford e ai a nossa luta na Ford pelas readmissões e também por comissão de fábrica e a gente conquistou a primeira comissão de fábrica na Ford conquistada pelos trabalhadores aqui na categoria no ABC na época da ditadura porque em 1980 quando a gente tava no movimento o que que a Volkswagen fez ela pra enfraquecer o movimento ela criou uma comissão dela mesma e o sindicato teve que ir para a porta da fábrica, brigar lutar pra é desmontar aquela comissão de fábrica que a Volkswagen tinha criado e foi um a luta do sindicato para acabar com aquilo em 1981 nós conseguimos na nossa campanha na eleição da chapa conquistar a primeira comissão de fábrica na Ford aqui no ABC e tomamos posse em agosto de 81 na véspera de tomar posse a Mercedes demitiu seis mil e a partir de 81 pra cá ah você já deve ta sabendo as lutas e a gente é foi levando e conquistando nós foi candidato a governador do estado em 82 [?], mas elegemos o Djalma Bohn pra deputado federal o Manuel Lins vereador em São Bernardo a primeira prefeitura nossa foi aqui Diadema que o Justo mesmo foi eleito e foi aonde à gente começou a tentar mudar a questão da ditadura militar e teve o apoio da da dos intelectuais de muita gente e de alguns outros partidos e o Fernando Henrique Cardoso na época apoiava a gente no ABC Fernando Henrique Cardoso ele teve aqui em 78 nas nossas greves, Montoro como é Franco Montoro. Teotônio Vilela, Ulisses Guimarães também então a gente foi assim à coisa que a gente se orgulha do que a gente fez.

A: e na sua opinião o que esse pessoal do campo da política vinha buscar aqui [...].

AE: é que na verdade é existia dois partidos oposição, mas não tinha respaldo da população não tinha [?] então quer dizer todos esses políticos achavam uma forma de como é participar junto com a população da greve também não tinha como eles não vim aqui participar do nosso movimento que se eles ficassem fora e era porque a gente só dava pau neles nas assembléias da Vila Euclides apatia falava de político e tal, mas eles tavam ali e tal então assim não tinha como Franco Montoro, Quércia, o Teotônio Vilela né não vim aqui Fernando Henrique Cardoso tanto que ele foi candidato a senador em 78 e muita gente nossa aqui apoiou ele votou nele então eles tinham que ta presente porque também tinha a questão de fortalecimento do MDB né não vinha aqui o partido da Arena que

era o do regime militar claro que eles não ia vim né isso ai então inclusive fortaleceu mais a questão do MDB na oposição né e aqueles que tinha realmente um certo principio um compromisso com a classe trabalhadora ficou. tanto é que muitos veio para o PT e aqueles que não tinha ficou no MDB e pronto e muita gente era contra criar o PT [?] não era favorável criar um partido político muita gente queria que tivesse num partido o MDB é claro né não só o Lula como outras pessoas que foram surgindo né não surgiu só surgiu o Olívio Dutra em Porto Alegre né e foi surgindo quadros através das nossas lutas aqui né e em 83 conseguimos fazer a primeira greve geral.

A: e vocês tinham essa noção de que vocês serviam de espelho para os outros [...].

AE: é porque a gente conquistou um espaço não é a gente é depois que você que a gente fez a primeira greve a peozada conquistou um espaço que tinha na porta que tinha diariamente uma Tribuna Metalúrgica informação na Tribuna Metalúrgica de 80 o que é que fazia o que é que o sindicato fazia ele cortava as reportagens do jornal Folha de São Paulo, Jornal da Tarde é que nem todo mundo lia o jornal então a peozada passou a ter o hábito de ler porque pegava a Tribuna na porta da fábrica né todo o dia né quer dizer tava informado sabia o que tava acontecendo né o que que realmente a gente queria mudar era conquistar a democracia né e isso pra democracia ela veio na boca da peozada e quando você começa a a coisa não ficou só aqui ai vai os bancários faz greve né começa a fazer greve dos bancários ai vem essa discussão da CUT da Conclat aquele negócio todo né que a gente fez a gente teve a questão do Endos né que discutia a formação da CUT teve a Nampus que pra formar a CUT o pessoal rodou. o país todo a gente ficou conhecendo o Olívio Dutra ficou conhecendo o Gushiken ficou conhecendo vários líderes sindicais também né de outras de outras regiões e isso a gente quer dizer se sentia cada vez mais fortalecido e São Bernardo quer dizer ai não era mais tanto é que depois o que a gente fez a gente fez várias greves pipoca, greve tartaruga né tipos diferente de greve que ninguém pensava e a gente tava cada vez mais fortalecido já com partido político já com deputado federal tudo isso a gente foi foi abrindo a cabeça cada vez mais então não tinha esse negócio era mudar mesmo o país era pra mudar né e foi uma conquista eu acho assim não foi só nós nós abrimos um caminho aonde outras categorias ai começando a ter experiência sindicais a ganhar sindicatos pro nosso lado foi criado um grupo de pessoas que fechavam com São Bernardo e tinha na época aqui o Joaquinção que era contra todas as lutas que nós fizemos aqui e o Medeiros também foi contra [?] inclusive nós fizemos greve. por quarenta horas semanais aqui com 50 dias de greve e eles ficaram sempre contra nós conquistamos 40 horas semanais aqui no ABC foi feito feito 54 dias de greve entendeu e eles não apoiavam em nada a nossa luta não tinha oposição dos metalúrgicos daí eles bancaram esse PT a nível nacional e a gente foi só aglutinando eu acho que foi um processo que nós começamos e mais pessoas veio e acampou a luta com a gente inclusive professores, intelectuais vieram pra cá né de Campinas também os

metalúrgicos das fábricas começaram a fazer greve Limeira sapateiros de Franca e por ai a fora né então quer dizer o processo ele descambou para tudo isso tudo.

A: que que tu acha que aconteceu de diferente no final dos anos 70 que não foi assim, por exemplo, [...] porque foi tão difícil para a ditadura segurar [...] o que tava acontecendo diferente na ditadura [...].

AE: eu acho que não tava diferente o tratamento eu acho que não tinha como mais né é conseguir segurar porque quando a gente começou com os movimentos aqui em 78 que ele é cresceu ai veio à questão da anistia foram criando não só a questão de greve outras reivindicações que é o Brizola volta pro Brasil né volta o Jose Ibrahim volta todos os exilados que tavam lá fora isso fortalece muito as nossas lutas então não é que teve diferença é que quando volta um Brizola querendo ou não ele tinha peso político né ah isso sempre teve ai o que acontece vai só aglutinando força, força, força não é só metalúrgico ai al luta ai a briga fica muito mais ampla muita gente que tava [?] porque também tava uma merda esse país quer dizer a inflação chegava a mais de 80 e as coisas é cada vez mais o povo ia tendo clareza que você aqui no ABC a gente vinha participar com bancário com intelectuais, professores, manifestações nas cidades né e então você tinha essa convivência quer dizer foi [?] não foi. porque eles fizeram eu acho assim na verdade eles tinham que entregar tinham que que

A: negociar alguma coisa?

AE: negociar alguma coisa né mais não foi que foi mais fácil tinha o Geisel porque se a gente pegar a época do Geisel né você pega uma época que você não podia nem nem abrir a boca ai vem copa do mundo só foguetinho para todo o lado tudo era copa do mundo futebol maracanã com cento e vinte mil pessoas Morumbi com cento e tantos Porto Alegre mesmo quer dizer todo esse povo tava bitolado naquelas coisas né e não tinha uma uma eles não tinham nada politicamente eu acho que a questão nossa foi você abrir a cabeça do povo quer dizer que tinha que mudar que tudo era política [?] o Lula disse o seguinte né é às vezes o Lula vinha lá vem o Lula falar de política e o Lula fala assim olha quando eu começo a falar aqui lá vem ele falar de política, mas vocês fazem política sem saber que tão fazendo vocês faz dentro das casas de vocês com o filho de vocês com a mulher de vocês vocês fazem política o filho de vocês pede dinheiro para uma coisa um doce vocês não dá vocês engana ele vocês estão. fazendo o que não é política eu não esqueço quando o Lula disse o seguinte também lá dentro em São Bernardo na assembléia quando nós pegamos o sindicato em 79 eu vou dizer uma coisa para vocês que pode vocês não gostar, mas nós temos que ter um partido político ai eu me lembro que tinha umas duzentas e cinquenta pessoas no sindicato ôôôô (risos) vocês podem se manifestar, mas eu vou dizer para vocês uma coisa o sindicato não muda a sociedade o que muda a sociedade é um partido político e se nós não tiver um partido político nós

vamos continuar fazendo política pra políticos que não decidem as nossas propostas ai todo mundo sabe choro e é verdade o sindicato não muda uma sociedade né o sindicato não muda por reivindicação, mas tem um limite né tem uma CLT que greve é ilegal né e um partido político não tem liberdade faz e pode ir muito mais além do que o sindicato eu acho que isso ai foi muita coisa que assim, por exemplo, né muita gente não tinha essa noção né que pá-pum, mas é. verdade. o Lula ta falando uma coisa que o que muda é um partido político mesmo, mas isso ajudou muito na questão de muitas coisas que você ouvia que a gente guardava que a gente usava dentro da fábrica [?] uma coisa que você me falava agora importante eu chegava na fábrica e jogava pros trabalhadores né e assim cada cada nós eu eu não freqüentei o ginásio na minha época eu fui até a 2ª série na época você faz o quarto ano fazia o ginásio admissão ao ginásio e eu fiz até a 2ª série do ginásio em vão porque muita gente não sabia não sabia nem na fábrica não sabia nem não tinha essa questão de ler se a Ford a Volkswagen a Ford mandava buscar gente no Paraná para vir trabalhar.

FITA 1-LADO 2

AE: não admito ninguém sem segundo grau e aqueles que não tem segundo grau que interessa pra eles eles vão mandar fazer segundo grau porque lá na época na década de setenta não podia tinha segundo ano sabendo ler, assinar só isso assim se ele tava na Volks, na Mercedes, na Ford qualquer empresa quer dizer era difícil você fazer com que um peão [?] o jornal era todo manipulado o caso do jornal nacional você não tinha nada para você depois das nossas lutas mudou até passava pouca manchete no jornal passava, mas eu te digo isso ai fez com que a peaozada crescesse eu acho que isso ai foi interessante sabe pra gente outra coisa é o Lula né pra nós não tem coisa assim que [?] eu tinha na época trinta e poucos anos hoje to aposentado, mas [?] hoje voce não vê ninguém da nossa época dentro da fábrica mais.

A: o Lula como figura [...] o papel da liderança do Lula como é que o sr. veria isso [...] o sr. acha que sem a figura do Lula sem a liderança dele teria sido possível aquele momento?

AE: ah eu acho difícil foi assim à coisa que é inexplicável nossa a carisma do Lula com a peaozada né o jeito dele aquela forma e também o discurso que ele começou a fazer e que ele faz até hoje né o Lula nossa eu me lembro em 1980 nós estávamos numa greve na Ford é o Meneguelli não conseguia acabar com a greve não conseguia ai era ao meio-dia a assembléia não conseguiu ai ligamos pro Lula o Lula foi à fábrica da Ford e acabou com a greve com a mesma proposta então o Lula assim ele chegava e tinha uma coisa muito interessante ele fazia as pessoas chorar fazia ele fazia as pessoas chorar e ele mexia com você contava uma história depois ele né ai ele na hora de votar todo mundo levantava a mão e assim eu acho que o Lula é um não surge outro acho que pode surgir igual, mas

[?] é histórico ele marcou e vai marcar pra sempre a eu acho assim que uma coisa o Lula é o Zé Preto vai te falar o Zé preto é outro companheiro aqui que tava com a gente desde a época do começo nossa é coisa assim. que o Lula hoje o carisma dele nossa o Lula o Lula a gente não tava nem ai pro emprego não tava nem ai pra família o nosso negócio era o Lula né muitas vezes minha mulher falou assim puxa vida você gosta mais do Lula do que da própria família pelo amor de Deus velho e eu te falava é verdade né a gente nossa e eu falo pra você porque eu convivi com o Lula e pra mim foi uma das coisas que nossa me orgulho de ver o Lula hoje no lugar que ele ta tem uma coisa confio no Lula confio confiança acredito muito nele eu tenho muita critica a direção do partido tenho critica ao Lula se tiver oportunidade eu falo pra ele, mas [?] eu acredito nele nossa o Lula pra mim é três pessoas é o Lula, o Olívio Dutra e o Gushiken três pessoas que eu admirei e que eu admiro.

A: [...] ele representa toda uma luta que se criou aquilo [...] vai ter abertura [...] vocês tavam sentido esse clima [...].

AE: ninguém pensava em negociar era mudar a democracia e era conquista e acabou acho que ninguém pensava em negociar se fosse negociar ia estourar [?], mas você não tinha quem lhe representava de fato os trabalhadores na negociação não tinha como é que você vai fazer uma negociação sem ter o representante dos trabalhadores ele nem tinham partido político né o MDB não era um partido de massas não era então era uma negociação de cima pra baixo acho que a gente fez com que a nossa classe né o povo em si participasse da mudança né tanto é que quando foi naqueles pelas diretas né veio artista [?] e ai você tinha lá um Lula que discursava junto com o Brizola né junto com Ulisses Guimarães com Teotônio Vilela né então você tinha lá um peão que no outro dia na fábrica tava lá participando daquela luta então você tinha um representante eu acho assim lá não adianta negociar por cima era mais uma luta que ia revoltar mais que você não ia aceitar claro que não ia né deixar que o MDB que ficou. aquele tempo com eles negociar por nós então a nossa luta seria uma luta em vão eu lembro que quando a gente perde tem um detalhe que é interessante à greve de 80 ela na foi uma greve só pra reivindicar gente ela foi uma greve política contra a ditadura mesmo entendeu então não tem como você falar assim não porque o vai negociar depois vai trazer ai como é que o nosso sindicato a os dirigentes sindicais principalmente aquela época tinha que levar Conclat tinha que discutir a CUT que a gente criamos em 83 como é que a gente ia você acha que a gente ia ficar quieto não ia a gente ia se manifestar contra entendeu por isso que eu acho que nada ali uma coisa assim que a empolgação que o povo tava aquela coisa porque também tem um detalhe foi quase vinte anos de repressão né de você não poder abrir a boca de falar né então poxa você você dava essa coisa porque fazer greve para nós era uma coisa assim de louco porque nós podia fazer greve porque tava cheio de vontade de ódio sabe pela coisa de ser tão pisado sabe quantos

companheiros nossos morreu na Volks não ficou aleijado na Ford você não tinha CIPA você não tinha sindicato você não tinha pra quem reclamar né você tinha que fazer hora extra na marra na década de 70 você não tinha você não podia falar nada não era o alerta geral sábado você tinha que vir se você não viesse você tinha que justificar eu me lembro que eu tinha um casamento sabe que eu tenho que ir no dentista [?] não era assim então tudo isso é revolta você ter lá eu lembro que em 70 teve um incêndio na Volkswagen incêndio feio, muito feio acabou cara preso 1970 a gente ficou sabendo que morreu duas pessoas depois de um mês, mas mentira diz que morreu muito mais ninguém tem certeza de quem morreu ou não né quanta gente não morreu no tempo da ditadura ninguém sabia então todo esse processo eu acho que foi a revolta de você ficar até aqui [?] que tinha Volks com 45 mil, Mercedes com 15 mil, Ford com 14 mil, Scânia com 4, 5 mil [?] foi aonde à revolta. foi cada vez mais, mais, mais [?] esses líderes que tá fora fortalece mais ainda [?] vai crescendo, crescendo, crescendo, e o povo participando então eu acho que isso [?] foi assim não dá para esquecer muita coisa aconteceu aqui na nossa na nossa categoria [?] nos brigava, apanhava, batia sabe então tudo isso é.

A: [...] a pauta quando começa lá em 77 a pauta é econômica [...] isso é um pouquinho porque não podia ter questões políticas junto ou realmente começa econômica [...] gerou uma certa raiva que se começou a acrescentar coisas políticas [...] que chega em 80 é uma pauta política né.

AE: não era só a questão de da questão econômica ela ajudou a fazer com que a peaozada entendesse que tinha perdido [?] mexeu com a peaozada né essa foi à primeira greve no sentido econômico, mas depois já começou [?] que já mudava a questão de 40 horas semanais começou a mexer já não era a questão de econômico é e outros itens que colocava também na pauta que a gente começou é entender então não era só começa a falar de CIPA ninguém sabia o que era uma CIPA [?] pô quando o sindicato diz que tem eleição de CIPA vamos indicar lá um peão que vai lutar pela peaozada porque nas eleições de CIPA aqui você só levantava candidato encarregado ou um feitor ou um líder que era o candidato da empresa [?] então a CIPA era assim você ia lá e votava no fulano às vezes você nem votava você colocava o seu nome lá e já votava [?] era deles mesmo então não tinha nada disso foi que a gente foi é discutindo isso tudo é política né a CIPA é interessante até nós não concordava em participar da. CIPA não não pode participar porque a CIPA é limpeza não porque eu vou participar para que o peão tenha estabilidade mais um após o mandato se ele não concorrer então não pode mandar ele embora esse cara pode ajudar a gente lá dentro né então assim a primeira greve em 78 foi econômica por causa dos 34% que a gente perdeu a segunda greve ela já tem mais um ganho mais assim não tão econômico porque [?] tem o afastamento da diretoria quando afasta a diretoria ela já não é mais econômica ela mexe com a peaozada pô porque que afastou se nós támos lutando por uma coisa que aumento de salário né não é só isso a gente tava brigando é com um

governo que não aceitava greve greve é ilegal não é para fazer greve não pode fazer greve acabou né então a gente quebrava quebramos a questão da ilegalidade na prática então acho que por ai passa mudar não é mais econômica e alem de ser econômica é também né é também a questão política mesmo.

A: os intelectuais na época alguns deles pelo menos eles vinham para São Bernardo [...] é lá que vai haver a revolução [...] será que eles tinham essa idéia.

AE: eu acho que tinha eu acho não não tinha eu mesmo não tinha essa noção de que a gente eu acho assim a nossa revolta era contra o sistema que tava pela repressão que que as empresas tinham dentro das fábricas para os trabalhadores, mas eu acho que a questão de de mudar mesmo de fazer uma revolução mesmo é a questão da fadiga porque não tinha como você fazer né eu me lembro quando o ratinho falava que nesse país então quando não chover enxurrada de sangue não muda isso e tal o pessoal tudo dava risada, o pessoal ria porque a gente sabia que você não tinha como você fazer e a gente fez uma revolução na prática enfrentando a polícia aqui e só quem viu helicóptero em cima é cavalaria embaixo [?] era tudo ali prendendo gente, porrada, cacetada sabe a gente tava fazendo uma revolução essencial como é que nós vamos enfrentar a polícia sem armas né então a nossa arma era dentro de fábrica e na rua a gente sabia que não tinha como é ganhar da PM não tinha como ganhar mesmo então eu acho. assim muitos intelectuais pode pensar dessa forma, mas eu acho que a questão nossa de fazer uma revolução e nem uma revolução luta armada eu acho que revolução social vem do através do PT entendeu é através de de esclarecimento para os trabalhadores né a questão dos seus direitos que não tinha direito nenhum né e mais a questão que eu digo muito a questão do respeito você ser respeitado né porque o peão não era respeitado o cara chegava assim [?] das sete as cinco e tinha que ficar até as dezoito a primeira luta que nós tivemos foi de acabar com a hora extra então o ratinho falou assim nós vamos sair tal dia todo mundo às dezessete horas e nós falamos não vai sair sai, não sai, sai, não sai o ratinho pra cima vai sair quem ficar é pelego e nesse dia que nós tínhamos marcado para sair foi na terça-feira às dezessete horas o que que a empresa fez ela encheu a fábrica de de tudo quanto é chefe, gerente nos corredores é todo mundo ali sabe quando deu às dezessete horas subiu todo mundo. pro vestiário (risos) e a gente lá fora a gente saiu e o ratinho tava lá fora o carro de som lá fora e parabéns companheiros é isso ai a partir daí a gente passou a sair às dezessete horas uma puta conquista que é pouca coisa, mas é o respeito que você conquistou entendeu então [?] essa questão de o chefe chegar no [?] a Tribuna Metalúrgica nossa, por exemplo, né a gente tinha a gente tinha uma forma de trabalhar que era o seguinte aquele chefe que que dedurava o peão que chamava a atenção àquele filha da puta nós na Tribuna no outro dia ta lá João coragem da Ford reprimi é isso isso aquilo sai uma matéria com o nome dele e puxa né ai pegava um outro chefe de outra área da montagem da Volks da Mercedes

então a gente fazia essa matéria e entregava então quer dizer o cara ficava sem moral na Tribuna Metalúrgica tá lá o nome do cara e o cara tá lá no meio da peozada o filho da puta então vem sabe então quer dizer você foi conquistando esse espaço e ser respeitado isso pra mim foi importantíssimo no movimento sindical foi o respeito que nós conquistamos tanto é que tem comissão de fábrica na Ford, na Mercedes, na Volks em várias empresas porque foi uma conquista rapaz você tem peão da fábrica com tempo livre sem trabalhar com sala igual essa aqui né computador pra reuniões [?] junto da empresa né [?] isso também é um avanço político também porque discute também a questão do PT, tem comitê de cidadania lá dentro em várias empresas tem comitê de cidadania né porque nos tinha muito do PT dentro da Ford né quer dizer tudo isso você vai é revendo o mundo porque eu acho assim o nosso projeto não era chegar eu acho que o que atrapalhou mais mesmo né a questão do Lula quase ganhou a eleição de 89 na minha opinião se ele ganhasse a eleição de 89 como é que ele ia governar esse país sem quadros não tinha tanto quadros hoje com tanto quadro que nós tem tá cheio de gente né no governo anterior lá né então eu acho assim que tudo isso foi luta tudo foi luta né, mas eu acho que aqui dentro da nossa categoria o importante foi o respeito que se você conversar com qualquer aposentado hoje da nossa época ele vai dizer pra você a gente passou a ser respeitado por causa do sindicato e qualquer coisa que você vá você pode encontrar um aposentado em qualquer região nossa [?] o sindicato ele foi pra dentro da fábrica sabe e acho que foi uma questão de evolução mesmo de coisa de piada na coluna do metalúrgica coisa essa coisa toda isso foi uma revolução entendeu nossa em todos esses anos.

A: [...] o operário daqui do ABC o objetivo seu era a melhoria das suas condições de vida [...] é isso que eles queriam [...].

AE: não, mas eu acho que não é não é aquilo que eu já disse eu acho que a primeira greve nossa em 78 foi por aumento de salário na verdade o que nos pedíamos mexia era aumento de salário mesmo isso não tinha é nada politicamente você não podia fazer né então o que mexia era aumento de salário só que quando a gente passou a fazer a greve de 11 dias a segunda com 17 a terceira com 41 dias né quando chegamos em 85 fizemos 54 [?] quer dizer foi evoluindo você vai evoluindo você vai discutindo coisas é diferente vai mudando a cabeça da peozada porque não é só salário é aquilo que eu disse pra você salário é uma coisa importante, mas pro peão também importante foi o respeito que ele conquistou entendeu e ele ser respeitado na sua vida, mas no começo a questão hoje você pega hoje a inflação é de 1% você pega mais 1% de inflação mais aumento real quando a categoria pegou aqui o ano passado e a gente falava aumento real naquela época como a gente não pegava nem inflação a inflação era 80 a gente pegava quanto não pegava os 80% pegava a metade então era era a conjuntura era outra era diferente entendeu e mesmo assim naquela época a gente tem que cuidar muitas coisas, por exemplo, naquela época o peão ele comprava um terreno para construir a casa

dele né [?] a nossa turma a nossa geração todo mundo construiu a sua casa já os nossos filhos já não tem esse problema que eles já tem a casa do pai né então eles já pensam que tem que comprar um apartamento eles já pensam diferente não querem comprar um terreno lá onde eu comprei pra construir [?] não tinha como você ter política [?] e o ritmo na empresa era um ritmo violento você não tinha tempo pra gastar não tinha você pra ir no banheiro você tinha que a gente esperava meia hora para vir um cara [?] para você ir não tinha essa questão de eu vou no banheiro não você não vai não você vai [?] tem três pra ir na sua frente [?] então tudo isso é que aquela geração nossa foi uma geração diferente da que veio depois de. 85.87, de 90 pra cá é diferente porque é uma uma menos esclarecida e se fosse o sindicato é que o sindicato pra mexer com a categoria tinha que um lado econômico vai falar de que nos queremos 40 horas semanais [?] você não levantava a categoria só com 40 horas semanais não levantava sabe tinha o cara do trabalho temporário que hoje é a terceirização e que acabou com os sindicatos os temporários já existiam naquela época a gente brigava pra acabar com os temporários naquela época e hoje é a terceirização tinha a questão de CIPA de comissão de fábrica ninguém falava de comissão de fábrica ninguém falava [?] então quer dizer se a gente Poe tinha tinha a gente tinha informações de quanto o trabalhador ganhava na Alemanha, quanto ganhava na Inglaterra, quanto ganhava nos Estados Unidos [?] você passou a ter essas informações [?] é diferente entendeu não era eu acho que a história nossa cada um conta de um jeito né eu tenho a minha forma de pensar [?].

A: [...] e como é que vocês viam a relação de vocês com os empresários [...].

AE: não veja bem quando a gente começou aqui que a FIESP era forte a FIESP era muito forte na época da FIESP quando não sei se você lembra quando era Valter Saca era Paulo Francini era Luis Eulálio Vidigal era só os advogados da FIESP era muito inclusive o da Ford tinha [?] são era pessoas famosas aquele tinha um muito forte também o cara era radicalmente contra as nossas propostas então a FIESP com espaço para falar na televisão falava foi aqui a peozada começou, a saber, como é que funcionava as coisas o que era a FIESP é e hoje você vê é na na nas greves que a gente fazia quem é que participava era o Ministro do Trabalho a FIESP e o Lula né quer dizer na televisão aparecia o Lula na direção do sindicato aparecia a FIESP que era os empresários falando e descendo o cacete ele se candidatava também né e o Murilo Macedo que era o Ministro do Trabalho na época entendeu então era à direita contra a esquerda mesmo e foi importante que a gente passou a conhecer a FIESP, mas a FIESP tava. forte até na época do Mario Amato não sei se você lembra na época que o Mario Amato falou que se o Lula ganhasse a eleição em 89 oitocentos mil empresários iam embora do país né na época a FIESP era muito forte depois a FIESP enfraqueceu [?] tanto é que a nossa pauta de reivindicação a pauta que nós mandava pra Volks, pra Mercedes, pra Ford ela ia pra Proemia pra Resil pá-pá-pá era uma pauta única pra todo mundo qual a nossa questão do salário

profissional né que o mesmo salário que o cara ganhava dentro da Ford tinha que ganhar na Papaiz tinha que no [?] tinha que ganhar na Schüller então tinha essa briga [?], mas nos discutia muito isso aqui que é a questão de você ter um salário profissional igual pra todos [?] pro torneiro, ferramenteiro, mecânico da manutenção, eletricitista de manutenção né tudo era diferenciado então a nossa pauta tinha salário profissional e na verdade quem trabalhava na montadora ganhava muito mais do que companheiro que trabalhava numa autopeça [?]. mas na nossa época tinha a questão do salário profissional que é mexeu bastante com a peaozada né ferramenteiro ganhava muito mais do que outro montador ou funileiro [?]

Quer dize hoje acabou com ferramentaria acabou com tudo, mas na nossa época você tinha muito mais coisa para você alimentar a a esclarecer a peaozada né e muita falta de segurança do trabalho, não tinha segurança nenhuma [?].

11) Entrevista realizada com o Sr. **José Arcanjo (Zé Preto)** em 22/01/2005 no centro de documentação (CDOC) no sindicato dos metalúrgicos do ABC em São Bernardo do Campo

A: eu queria que o sr. começasse a falar a partir da sua visão né daqueles momentos assim pode até falar antes disso, mas principalmente a partir da luta pelos 34,1% lá de 77 como é que é a sua lembrança daquele período como é que o sr. viu aqueles acontecimentos?

JA: eu queria começar primeiro antes de 77 porque em 74 nós fizemos o 1º congresso aqui no ABC dos metalúrgicos depois da ditadura isso foi em 74 na época diz que se fizesse o congresso seria cassado toda a diretoria e junto com alguns companheiros nós se juntamos aqui e eu gostaria de frisar o nome dele Betão, é Janjão é Valdemir e Mariana nós fizemos a primeira reunião aqui no sindicato naquela época atentado antes de fazer esse congresso que nós tava dando em cima da diretoria daquela época para poder fazer esse congresso que era na época do Paulo Vidal e ai já tinha alguns diretores do sindicato já tentando lutar, brigar por causa dessa mudança e com nós que vinha também da da fábrica também nós começamos brigando, brigando surgiu o congresso depois desse congresso em 74 teve um outro congresso e depois foi cassada a diretoria aqui e foi um congresso que nós tava fazendo parece que era Piracicaba, Sorocaba eu não cidade aqui do interior e teve uma paralisação do dos pessoal de. Campinas petroleiros de Campinas e nós acabamos indo pra lá e ai foi uma porrada de novo acabou o congresso cassou a diretoria de novo eliminou quando foi e nós preparamos o congresso de 78 que foi em Guarujá esse congresso de 78 nós fomos para lá com a idéia já de fazer algum movimento que nós já não agüentava mais era muita sacanagem com o os militares encima de nós naquela época e lá nós em Guarujá fizemos o congresso um grupo desceu pra baixada que era pra criar um banco um banco dos metalúrgico e esse banco daria sustentação ao movimento que nós ia fazer quais o sistema daquele banco metalúrgico alemão que teve e chegou lá à gente acabou quebrando o pau não aceitamos que saísse aquele banco foi ai que nasceu o fundo de greve nós criamos uma associação lá não sabíamos o que era fundo de greve uma associação chegou aqui que nós foi criar aqui o fundo de greve criamos o fundo de greve associação dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e criamos essa associação o qual o presidente foi Gilson Meneses primeiro presidente foi o Gilson Meneses o Gilson ficou um tempo ai foi eu que fui presidente do fundo de greve ai já passou [?] que era para poder dar uma sustentação naquela época nós já pensava ter a nossa luta e dar sustentação quando cassasse o a diretoria nós pegaria e e modificaria teria como dar sustentação a nossa diretoria e o que que aconteceu com isso chegou aqui foi a primeira fábrica a parar foi a Scânia a Scânia parou e foi desenvolvendo que ai que nós começamos com as greves no ABC, mas foi tudo fruto desse congresso de 74,76 que eu queria corrigir aqui que eu coloquei aqui e foi cassado nessa época não foi foi suspenso o congresso, mas o

congresso por causa da greve dos petroleiros não foi cassado foi suspenso o congresso e nós fizemos o primeiro congresso depois nós fizemos em 78 depois eu fui pra lá nesse congresso que foi onde deu toda essa visibilidade dessas paralisação muita gente não gosta de falar disso porque muita gente não. não. estava não acompanhava naquela época muitos estavam ainda escondidinho nas igrejas e muitos já tavam nessa luta então foi quando nós começamos foi desde 74 para poder chegar em 78 que foi quando nós descobrimos aqueles 31,1 não 34,1 que nós descobrimos através de uma revista americana que colocou que teria esse índice que tinha ficado para trás na época do Delfim Neto e nós pegamos e começamos nossa paralisação foi discutido dentro do congresso que teria que fazer uma mobilização e aí nós começamos com as nossas greves e aí não parou mais dentro desse e aí nessas greves que nós fizemos começou aqueles é sessenta esqueço como econômico diria e foi em 64 ou 65 não foi AI-5 não

A: o sr. diz os atos institucionais

JÁ: é que o não consigo me recordar e nós colocamos esse [?] eu me recordo que o primeiro foi 64 depois 65 e cada coisa que eles faziam nós tínhamos uma reação nós paralisávamos o setor produtivo e aí a gente acabava derrubando que era o que eles colocava para poder regularizar pra não dar aumento pra nós então nós ia lá e acabava fazendo uma greve ou a greve setorial num setor só num setor ou a greve pipoca ou a greve vaca brava nós fizemos todo esse nós fizemos todo esse tipo de greve que nós fazia chegava nós parava a greve pipoca parava aqui nesse setor o a direção da firma chegava nós parava o outro setor quando ela ia pro outro setor nós parava o outro e ficava a greve nesse sentido que era a greve pipoca eu trabalhava na funilaria eu parava a funilaria quando descia todo mundo parava a usinagem nós voltava a trabalhar quando eles descia tudo pra usinagem parava a pintura e era assim passava o tempo todo na fábrica não produzia porque ela sempre tinha um setor parado o dia. todo. e isso foi levando, levando essa luta uma coisa que eu gostaria de frisar como esses muitos frisaram é a Teresa que a gente passava uma corda essa corda nós isso era para os setores nos escritório que ninguém queria sair ficava todo mundo lá não sei o que lá nós pegava uma corda nós enchia ela de óleo de graxa todo mundo pegava de um lado e do outro e ia passando olha a Teresa aí todo mundo ali descia mulher, homem, todo mundo porque era uma corda muito feia muito suja de graxa tudo de quanto é coisa que [?] quando batia aquilo ali a roupa já era e a gente tirava todo mundo dos escritórios botava no pátio da fábrica e aí nós ia fazer assembléia com todo mundo mostrando porque nós tava paralisado ou porque nós tinha que [?] sindicato com todo mundo porque nós tinha que fazer essa passeata qual era o decreto o que é que nós tava fazendo aquilo fazendo aquelas paralisação não é tão perto da Ford dali aqui ma nós vinha pegava Anchieta paralisava todo mundo e vinha pra cá nesse nessa. luta teve uma outra greve que eu quero frisar que foi também é que até hoje eu falo dela eu me arrepio deve ta por aí que foi que nós fizemos reivindicação de 18.5

se não me engano é aqui no Paço Municipal nós fizemos do corpo humano e é um negócio que até hoje eu me choco me vendo escrevendo 18.5 se não me engano no chão com pessoas um negócio muito forte muito assim e daí nós saímos nesse mesmo dia não teve acordo nós saímos nessa greve com cento e poucas mil pessoas na rua e descendo a avenida Piraporinha parando tudo que tinha para parar porque nós fizemos essa greve nós tinha ido na FIESP pra negociar e o presidente da Sindipeças era o dono da Artebi na época e ele não deixava negociar nós fizemos negócio com a negociamos com a montadora aceitava como podia não aceitar nós resolvemos ir parar a Artebi descemos aqui [?] tudo que tinha forjaria tudo que tinha na na área que era de Cafrise, fomos descendo Toyota quando nós chegamos lá fomos recebidos à bala.

A: lá na Artebi

JÁ: na Artebi e a polícia estava lá esperando naquela época na frente da fábrica e nesse dia eles acabaram atirando em seis companheiros nosso a polícia militar e atirou em seis companheiros nossos inclusive teve um que ficou com um bom tempo no hospital que ele pegou na coxa um companheiro da Resil que eu não recordo o nome, mas foi assim era para ser uma carnificina não aconteceu porque estava o Vicentinho chegou o Vicentinho tava na Toyota desceu com o carro de som gritando estava eu e o Paulo Sérgio encima de um outro caminhão comandando a greve e os cara atirando metendo bala e os cara dando cacetada no nos policiais eu tinha um corte aqui até hoje ó que foi que eu fui pra frente da fábrica para paralisar os companheiros pra não invadir que ia quebrar tudo ia quebrar toda fábrica que a policia não tinha mais bala tinha acabado tudo e não chegava porque fechou a avenida Piraporinha quem vem de Diadema fechou [?] a polícia não tinha como chegar e nós acabamos sendo uma retaguarda. pro pessoal não acabar com os policiais um trabalhador podia pegar de qualquer jeito depois na revolta desde que viu atirando, mas atirava assim bum-bum e ai acabou acontecendo isso colocou tem até um livrinho ai que foi feito batalha de Piraporinha e nessa batalha de Piraporinha foi assim um acontecimento muito ruim é da época embora os policiais tivessem atirado várias vez em nós, mas dessa vez atirou pra valer mesmo e acabou atingindo seis companheiros nosso e as pessoas pegando, carregando as pessoas que ia caindo e o pessoal invadindo não tiveram medo de tiro da polícia e eles acabaram com as balas não tinha mais e a turma acabou nós tendo que segurar para a turma não invadir a fábrica e a turma acabar com a polícia que era a única.

A: [...] alguns dizem assim olha as greves, por exemplo, de 78 foram espontâneas não tiveram organização do sindicato nem uma organização de base [...] então o sr. acha que de alguma maneira tudo isso congressos e o próprio índice foram usados pra criar um certo clima assim de mobilização [...] o sr. acha que teve um trabalho meio subterrâneo assim.

JA: eu eu quero falar uma coisa aqui da que muito sindicalista não fala não sei se vergonha ou tem vergonha de falar eu na época nós começamos na Ford com e não foi só na Ford foi esparramado para várias empresas processo de hora-extra adicional de hora-extra nós começamos com esse trabalho para poder chegar lá no começamos com esse trabalho filiando companheiros na fábrica pra poder abrir processo da adicional da hora-extra que fazia muita hora-extra naquela época fazia muito hora-extra local e o que que a gente fazia não era permitido nós fazer filiação era cassada era perseguida o que que nós fazia nós fazia filiação com os companheiros ou na hora do almoço ou no banheiro colocava fichinha lá atrás da porta falava com o camarada o camarada ia lá preenchia a ficha e você ia lá pegava e trazia a ficha aqui vários setores nós fizemos isso em várias fábricas nós fizemos isso com esse adicional então foi uma das dos preparatório que eu vejo muito essa conversa de todo mundo dizer que foi espontâneo teve um certo preparo não aquele preparo tão é assim aberto que não daria pra fazer aqui na época, mas teve uma preparação da greve de 79 foi uma preparação desde o inicio a gente começou com isso levando material dentro da cintura da chave do banheiro então teve uma preparação não foi uma coisa assim tão espontânea como dizem não teve uma certa um certo trabalho de base encima para poder ter essa paralisação.

A: [...] o próprio índice dos 34,1% já serve para mobilizar [...] e assim ó seu Zé qual a visão que vocês tinham na época do governo [...]

JA: olha eu enxerguei o governo sempre o governo militar pra mim foi uma época que sempre eu tive de revolta com o governo militar porque eu sou baiano e acabei saindo à procura do meu pai que acabou largando a minha mãe eu tinha seis meses de idade e acabei caindo no Paraná eu fui pro Paraná naquela época e o que tinha no Paraná naquela época era o PC partido Comunista e eu não diria que eles tava de salto alto não é isso, mas eles não tinham muito reflexo na base eles tinha muito mais um poderio muito mais pra cima de que eles tinha aquele contato com a base para fazer um trabalho assim de base e que nem os partido faz porque eu to dizendo isso nós jogavam bola no Paraná com um senhor chamado José Marcos da Silva eu acho que é isso eu eu não gosto de colocar assim porque eu não tenho e ele o apelido dele era o Deda ele era um comunista convicto né e ele treinava a molecada pra jogar bola e nessa jogada de bola o que que ele fazia eu pegava você aqui dessa fazenda ia jogar naquela. outra fazenda e depois tinha aquele negócio de vim pagar jogo aqui na outra fazenda na fazenda que a gente tava tinha luz tinha chamar os caras pra jogar a noite era tinha tudo ai o cara vinha jogar de noite [?] tinha aquelas mini queda-da-água gua ia jogar e jogava o trabalhador para poder fazer aquela mini usina naquela quedinha d' água que iluminava a sede da fazenda a cocheira e o campo de futebol coisa assim colocava a coisa lá e fazia era um trabalho que era assim quando foi em 64 pegavam todo aquela organização que tinha ali que era de comunista na época e eu na época tinha vinte anos eu sai corrido de lá com medo para sair do Paraná ai ninguém

entrava e nem saia porque coloca tinha barreira entre os estado naquela época eu acabei vindo com uma família que era baiana do sul de Ilhéus e eu negrão também e a família negrão passei como filho cheguei aqui em São Paulo [?] não entrava e nem saia e os ônibus que iam para o nordeste era ali no Brás que passava os ônibus ali no. Brás. ficamos três dias aqui em São Paulo não entrava nem saia e o exército na rua era uma loucura e eu com medo muito medo moleque né liberou fui pra Bahia peguei o ônibus fui pra Bahia cheguei na Bahia cheguei lá com um parente meu que trabalhava na Petroquímica de Mauá tava corrido lá também tentou resistir aqui cassaram tudo mandaram todo mundo embora ele tava lá e ele bem mais velho do que eu né quando eu veio aqui [?] eu sai isso de dentro da minha própria cidade que é buquira fui trabalhar num local fazendo furo em pedra chama pedra chamada pedra azul num lugar chamado cabeça de vaca lá num campo de avião que não parava um teco-teco era um engenheiro que vinha do Rio de Janeiro e que controlava tudo lá nós quebrava pedra ali tirava nome de burro levava vinha pra cidade ia pro Japão essas pedra na época e eu fiquei lá trabalhando né e aqui ninguém me vê ninguém sabe onde é que eu to tranquilo aqui isso comigo ai vem esse engenheiro pegou o teco-teco e ele vem pro Rio de Janeiro vem. pro Rio de Janeiro e chegou no Rio eu mandei trazer alguns remédios pra mim ele chegou lá no acampamento dizendo assim graças a Deus que tão pegando todos os comunistas no Rio de Janeiro todos os terrorista [?] vim pra São Paulo, vim pra São Paulo direto só de pavor vendo os meus amigos lá todos perseguidos, mas é agora vão pegar eu ele dizendo batendo no peito ele era engenheiro reformado da marinha ele achava que era terrorista ainda falou tem uns que ta sendo jogado em alto mar [?] vim embora cheguei aqui em são Paulo vim eu e um amigo olha o endereço que nós tinha Piraporinha antena da nacional Piraporinha era Diadema era o endereço que nós tinha chegamos ai tinha um amigo dele que era gerente era geren [?] fazia chumbo era uma fundição e nós acabamos ia descendo [?] a firma e achamos eu [?] fiquemo lá eu fui pra casa do piloto que trabalhava no FAE Manoel né e ele trabalhava sempre na noite eu cheguei e dormia na sala do homem complicado dormir na sala do rapaz desculpe. eu ta contando essa história que é pra poder se chegar e o que que aconteceu aconteceu que ele trabalhava muito eu sai dali eu sai e fui pra uma pensão dessa pensão fui eu vim sem dinheiro porque não recebi dinheiro lá da companhia nunca voltei lá não sei [?] não recebi e comecei a trabalhar eu cheguei aqui e comecei a trabalhar sabe do que muita gente não conhece na avenida Fagundes de Oliveira a avenida que corta Piraporinha no meio no asfalto o cara me convidou pra trabalhar lá eu fui [?] eu era jovem forte mandei ver com quinze dias seu Manoel me arrumou para trabalhar no FAE e no FAE eu fui pra Rocco comecei a trabalhar lá fiquei por lá no fim eu fui mandado embora quase que sem direito por uma bobeira que eu fiz lá tinha almoço só pro mensalista e nós trabalhava com água de bateria cortava a roupa sapato couro nós levava lá arrumamos um grupinho umas quinze pessoas para ir almoçar no fim sobrou em três e ai almoçamos

nós fomos muito bem tratados feijoada eles davam uma. cervejinha caçu uma cervejinha que era chamada mini-saia a Brahma né e uma caipirinha [?] viemos aqui no sindicato tomamos uma bronca desgraçada porque nós fizemos isso que era praticamente isso em 66 que era praticamente nós não podia ter feito isso ah porque não sei o que o sindicato foi entrou negociou tinha cara que já tava aposentado aposentado com quinze anos o outro tava com faltava três meses pra aposentar [?] negociaram me pagaram pagaram eles e foram embora embora e a primeira coisa que eu fiz foi ficar sócio desse sindicato aqui sócio do sindicato ai dessa saída do FAE eu fui perseguido em várias firmas né pegava de manhã quando era onze hora tinha ficha corrida mandava embora o negôcionão foi fácil não s.

A: [...] tinha uma união muito grande entre os patrões então.

JÁ: os caras tinham uma hegemonia do cão [?] eu sai fiquei seis meses sete meses fora fui pra construção civil trabalhei sete meses na construção civil voltei da construção civil voltei pra metalúrgica de novo entrei numa firma chamada na época SBC estamperia São Bernardo hoje essa firma se chama Frahn filtros Frahn e daí eu sai fui pra Mercedes cinco anos e pouco da Mercedes eu fui pra Ford e acabei aposentando na Ford, mas sempre aqui nessa luta que eu batalhei vim pra aqui e nunca parei mesmo com medo a hora que a boca esquentava eu fui ser técnico de futebol deVárzea fazer tudo quanto é coisa [?] e quando nós chegamos em 74 ai tinha quatrocentos e cinqüenta integrantes no congresso o Dops visitou a casa dos quatrocentos e cinqüenta levou [?] todo mundo, todos [?] ai começou essa perseguição [?] e nós acabamos nessa luta que nós acabamos fazendo alguma muitas greves nesses anos que era política não era greve mesmo.

A: [...] sua trajetória é um pouco diferente dos outros militantes [...] formação comunista [...] o sr. acha que essa formação lhe diferenciou [...] ou tinha muita gente assim também como é que funcionava essa militância aqui na época?

JA: olha eu quando vim pra aqui não tinha esse prédio ainda você tem a noção do prédio a influencia no partido comunista era assim é obrigado sim senhor e as palestra que eles dava e eu achava muito interessante você nunca podia dizer não pra eles era muito rígida não sei se ainda é se o partido comunista ainda é rígido como ele era o Pecezão o que aqui a pessoa falava falava e isso eu aprendi era assim marcou tal hora nem antes nem depois [?] isso foi uma das regras que eu aprendi dentro do Pecezão, mas também voltando encima disso ai eu acho que a influência minha foi muito grande encima do do PC e aqui também encima da igreja porque eu nunca fui nunca fui de rezar acabei rezando muitas vezes e a gente se preparava pra poder fazer [?] era dentro das igrejas então era toda influencia da igreja mais a influencia mais a diferenciação assim do tom do partido comunista toda vida eu não sei se sou comunista, socialista até hoje ainda não sei o que que é, mas não aquele comunista. ortodoxo eu não consigo dentro daquela época eu não conseguiria fazer que eu posso ser

maior do que o meu próprio companheiro eu tenho que te respeitar e não você dizer assim não eu sou dirigente faça o que eu mando não veja o que eu faço e agora eu tenho uma divergência até hoje e nunca consegui sanear se to certo se to errado me ajudou muito o partido comunista nessa militância nessa luta e vê lutadora seja ela do proletariado, ou seja, ela da dos militar ditadura nenhuma pra mim até hoje acho que nenhuma leva a lugar nenhum.

A: [?] eles chegam ao poder em 64.

FITA 1-LADO B

A: [...] o que o sr. acha que foi diferente lá no final dos anos setenta inicio dos anos oitenta que a ditadura não conseguiu produzir aquilo que produziu antes [...].

JÁ: eu acho que a diferença que tinha naquela época é eu considero toda ditadura talvez até os anos oitenta lá por meados dos anos oitenta eu considero tudo anos de chumbo foi uma coisa assim terrível e o reflexo até hoje ainda tem nós estamos em 2005 e ainda tem os reflexos dos ensinamentos daquela época e, diga-se de passagem, em todos os estados a policia militar ainda continua com a mesma vivencia a mesma poder de tortura de massacre mesmo você brigando ainda contra o Lula eu estava já nós esses dias em Goiás e vi que a tropa de choque tava fazendo com o pessoal hoje são muito covarde mata não quer saber porque que mata então a gente continua ainda nos quartéis da ditadura ainda está eu acho que a diferenciação esteve naquela época do do Médici né eles não conseguiram porque porque eles não tavam mexendo mais tanto que quem tava impondo mesmo a ditadura naquela época além das forças armadas era a própria burguesia a própria burguesia dava sustentação achava que era interessante e. muitos trabalhadores também achava porque tem emprego tem emprego e na grande realidade teve aquela a milagre econômico naquela época que se colocaram acharam que todo mundo tava numa boa todo mundo recebia no dia e que tava muito bem e não lembrava dos porões que estava acontecendo na ditadura e ai foi aonde à classe trabalhadora começou se despertar não era nada daquilo você podia ter uma liberdade entre aspas que não era liberdade o camarada ia pro campo de futebol pra lá nos mandava matar então não tinha e a classe trabalhadora começou se despertar de certa forma toda classe trabalhadora seja metalúrgica seja bancário seja petroleiro começou a despertar uma visão de tudo aquilo que tava acontecendo que o roubo era muito maior e nós só trabalhava e nós quanto mais nos dava mais sumia e quanto mais nos dava a entrega do país era mais constante a doação do nosso pais era muito mais constante naquela época para o poder estrangeiro e eu [?] uma coisa foi quando veio à usina Angra I, Angra II e Angra III que para mim foi era dos pontos marcantes da ditadura o governo Geisel [?] foram obrigados a começar porque ai eles teriam que matar muito trabalhador porque essa organização não ficou só no setor estudantil ficou no setor que também que atingiu a a classe média

que foi os estudantes que vieram muito cara que era estudante [?] que vieram para cá conheci pessoas que vieram de Minas e do Rio Grande do Sul o Salvador chegava entrava aqui trabalhava numa metalúrgica o cara tinha outra um intelectual quando nós fazia arrecadação do fundo de greve naquela época chegava muitas madame salto alto e carrão naquela época galax que era um dos carros mais famoso da época trazendo contribuição para a luta do do [?] a lenha na fogueira pra poder a gente lutar então tem uma série de coisas que na época a própria burguesia não agüentava mais a ditadura e ela acabou ajudando a classe trabalhadora a fazer alguma coisa e a abertura eu acho que foi muito lenta ruim [?] eu acho. que foi ruim porque ate hoje ainda tem pessoas que almejam uma acham que a ditadura fez um monte de coisa interessante para o país [?].

A: o Lula dizia que esse tipo de abertura negociado entre as elites não era o tipo de abertura que interessava para os trabalhadores qual a sua visão [...].

JÁ: eu penso eu acho eu continuo na minha visão de que não foi a melhor isso ai eu não abro mão porque quando foi negociado praticamente pelas elite [?] eu coloco que essas elites que negociou [?] várias pessoas que negociaram para essa abertura, mas foi não foi o melhor eu continuo achando que a melhor coisa que nós fizemos foi quando nós enfrentamos a ditadura a gente teve enfrentamento da classe operária que enfrentou que ai eu queria dizer uma coisa que foi quando nós criamos o Partido dos Trabalhadores [?] porque nós criamos o Partido dos Trabalhadores aqui e dentro desse sindicato aqui nós ajudamos a criar e nós criamos um partido de macacão era uma visão de macacão e que foi a melhor coisa que começamos fazer primeiro nós criamos a CUT a CUT foi um passo importantíssimo pra nós também para ajudar a classe trabalhadora, mas eu acho que em tudo isso a importância que eu acho que o PT não chegou participar porque nós criamos bem antes bem depois do da negociação e se o PT. tivesse eu acho que a negociação da ruptura da da ditadura ta até hoje [?] a ruptura, os dogma que tem que o Lula ta tentando fazer ta tentando modificar eu acho que desde aquela época eu continuo achando que a verdadeira democratização ta tendo hoje da ditadura não foi com Collor não foi com Fernando Henrique ta tendo hoje com o companheiro Lula eu acho que a negociação feita com a burguesia ela negociou eu considero a abertura da negociação lá da ditadura com a negociação que teve do rompimento dos escravos no Brasil com a abolição porque eu negocio largo tudo lá jogado e se vira eu considero isso da minha visão da ditadura pra mim é essa.

A: [...] o sr. disse [...] que as greves não tinham um fundo só econômico ta e porque, porque que lá no começo [...] daqui a pouco já é anistia ampla, geral e irrestrita daqui a pouco já é voto direto pra presidente na sua opinião porque foi aparecendo sempre foi político na sua opinião ou acabou virando político porque o enfrentamento com o governo gerou uma raiva tão grande que bom o nosso inimigo também é o governo.

JÁ: tem dois aspecto ai primeiro aspecto nós pegamos era político o meio político que era nosso inimigo era a ditadura o primeiro inimigo nosso era a ditadura porque eu quero deixar isso bem claro que a ditadura era nosso inimigo que foi aonde foi escondido àquilo que era de direito nosso era os 34.1 e como é que nós poderia transformar esse negocio em política nos teria como nós eu te chamar aqui para dizer olha não vamos lutar para pegar aquela cadeira ali, mas aquela cadeira não vale nada é só uma cadeira era a mesma coisa se nós chamasse qualquer coisa naquela época só pra brigar contra a ditadura nós não conseguíamos o que que nós fizemos nós pegamos transformamos o índice que foi roubado pela ditadura e nós acabamos transformando ele em movimento político e econômico as duas coisas junto pra poder nós chegar nesse setor que nós chegamos na organização que nós chegamos porque tudo no bolso dói quando começou a doer no bolso nós então diz olha nós queremos isso aqui que é nosso. roubou a ditadura roubou de nós e nós queremos isso aqui que a ditadura roubou de nós que é a nossa liberdade e nós juntamos as duas os dois pontos de vista e acabamos fazendo transformado um índice que eles pensaram que era só simplesmente 34.1 transformamos ele numa luta política e econômica

A: o Lula tem uma passagem dele que ele diz [...] que ele tomou consciência da situação política do país [...] ele toma consciência que a coisa é política com a prisão do irmão dele o.

JÁ: Frei Chico

A: [...] o sr. percebeu isso na fala dele [...] dava para perceber essa mudança no comportamento do sindicato?

JÁ: quando eu conheci o Lula aqui ele tinha o corpo teu assim bigodinho e jovem ainda naquela época a gente era quase tudo da mesma idade to com 60 anos ele deve ta com cinqüenta e poucos anos [?] eu conheci ele aqui muita mulherada gostando dele era jovem era um cara chegado a falador, mas o lula era apolítico naquela época ele já usava barba muito comprida um pouco pela aquela visão que tinha do que que era a luta ele tinha a visão assim dessa forma quando o Lula colocou que ele não era apolítico até hoje eu acho que ele ainda tava [?] naquela época já tinha um grupo de pessoas que pensava a política eu pensava a política só que a política que eu pensava era a de luta de guerra o Lula também pensava a política de briga, de guerra, de luta pra acabar com o que tava e ele não percebia que aquele que tava ali na na ditadura naquela época era política tava fazendo política de certa forma o Lula era um político e ele não tava vendo isso quando ele declarou que que viu aquilo que era. política que tudo tava fazendo que alguém por detrás mamando naquilo que era interessante ele abriu o olho, mas já tinha muita gente aqui dentro que tentava montar a política estratégica e eu talvez eu fui então um camarada que colocaram vários vários participação minha até no MEP que eu era uma organização que era dos professor na época me colocaram que eu tinha essa organização era do MEP participava do uma série de coisas que colocava porque a minha visão era

de político do que tava tudo por detrás era de política era a política ruim porque não tinha a participação de ninguém você não tinha como você participar da vida do seu país e eu tinha essa visão que tem que brigar e muitos companheiros nós vamos dar um tempo dessa vida aqui foi difícil ai quando o Lula declarou era um camarada é um camarada que a gente tem uma visão uma visão muito boa do Lula ele quando ele declarou todo mundo opa pera ai o que nós tamo fazendo aqui é política desde quando nós nascemos nós nascemos ser. político e o que nós fazemos aqui dentro do sindicato é política agora precisamos ver de que lado nós vamos ta e foi a diferen diferenciação do Lula foi em 75 quando ele começou a brigar que ele foi o presidente do sindicato aqui e foi eleito presidente do sindicato eu me recordo como hoje foi chapa 1 que ele se elegeu nesse sindicato se elegeu com 94% um negócio assim

A: até o cabeça de chapa era o Paulo Vidal né

JÁ: é ai foi o Lula foi um negócio assim importantíssimo e ele começou a ver daquela época ele já tinha uma visão muito boa que era modificar o sistema que es que era implantado pela própria política trabalhista que era a jogado pra cima do trabalhador que eu volto lá atrás na abertura que eu coloco que é foi igual a a abolição e libero, mas cada um fica jogado, caído se conseguir sobreviver sobrevive se não conseguir e foi onde se organizou um até hoje eu acho que nesse século passado talvez possa nascer outro Lula daqui pra frente, mas eu acho muito difícil.

A: [...] qual é o papel que o sr. atribui a ele como liderança [...].

JA: a simplicidade do Lula, o Lula ele nunca fazia nada aqui nós saia da fábrica vinha aqui se reunia aqui no sindicato para saber qual é o passo que nós ia tomar amanhã o Lula não fazia alguma coisa tirado da cabeça dele era junto com nós sentava todo mundo junto diretoria do sindicato militante sentava junto aqui e discutia qual era o passo que nós ia fazer amanhã então eu admiro ele nessa simplicidade hoje ta como presidente eu acho que conversei com ele duas vezes só, mas eu a simplicidade o amor àquilo que ele tem e o companheirismo eu acho que ele é um cara que foi simples em tudo o que ele fazia nós tirava [?] aqui sentado todo mundo falando certo ou errado, mas nós chegávamos num denominador comum e no outro dia o que eu falava aqui se falava lá então era junto e ele fez muito bem isso e coordenou muito bem isso eu acho que ele é difícil hoje nós temos vários companheiros que apareceram ai e varias pessoas, mas a humildade que o Lula teve na época eu pra mim continuo achando. ele século XX não sei se no século XXI vai vir mais um [?] admiro ele muito ele podia sentar com sua própria diretoria decidir lá e chegar e não passar pra ninguém ó não faz chamar todo mundo sentava e conversava inclusive criou aqui um negócio chamado comissão de mobilização só pra você ver que vinha todo mundo sentava, discutia e saia daqui e já sabia o que ia fazer no outro dia ninguém fazia nada sem discutir.

A: e o papel da Justiça do trabalho [...] e como é que vocês encaravam o fato de que sempre eles tavam arbitrando de dentro da lei, mas a lei era uma lei que não era feita né para os trabalhadores como muitas vezes o Lula disse [...] ele chega à conclusão da necessidade do PT [...].

JA: bom a Justiça do Trabalho na minha visão que eu tenho e talvez até hoje eu continuo com a mesma visão que eu não mudei mesmo nós tendo um grupo de companheiros que tão lá, mas para poder mudar isso aqui teria que fazer uma reforma da CLT, mas fazer uma reforma não tirando direito do trabalhador [?] colocando ele como um árbitro e não como ela colocou naquela época que ela passou a mediadora ela era exclusivamente ela era patronal [?] uma das maiores lutas que nós tivemos aqui foi pra acabar com o imposto sindical que era uma coisa que alimentava essa justiça corrupta que tinha na época você ia negociar ela nunca teve do nosso lado mais um agravante na eles chegaram a criar juiz classistas e nós naquela época desde aquela época nós nunca quisemos indicar um juiz classista [?] colocava um juiz classista um cara que trabalhava aqui no pé da máquina com nós ia pra lá como juiz classista e votava contra nós era o pior ia pra lá eu acho que até hoje na minha visão a Justiça. Trabalhista corrupta ela nunca teve do lado do trabalhador ela tem um lado é o lado patronal e

A: na época era o Murilo Macedo né

JÁ: é o Macedo é o cara que nos deu muito trabalho judiou muito da gente é tudo que a gente fazia ele chegava e [?] inclusive ele chegou vir aqui no sindicato ele chegou vir aqui no sindicato ele nunca chegou e falou um a favor da classe trabalhadora sempre foi contra do trabalhador toda coisa que era para ser a mediação chegava lá já sabia fosse para falar qualquer coisa era contra o trabalhador não a favor o Murilo Macedo foi um cara que passo ai e passou mesmo a serviço da do daquele entreguismo que eles fizeram na época que foi quando ele modificou aquele negócio lá das empresas que ia fazer dez anos de de ia dar estabilidade para a classe trabalhadora ele foi lá tentou tirou isso tirou o fundo de garantia não que eu sou contra o fundo de garantia né, mas ele foi lá retirou aquela estabilidade acabou com tudo criou o que que as empresas multinacional naquela época ia fazer dez anos a Mercedes ia fazer dez anos de Brasil e o General Motors dez anos de Brasil se não me engano. era. um monte delas que ia fazer dez anos e o pessoal tava lá e que ia fazer estabilidade eu acho que era dez anos que ia fazer ou era depois não me recordo bem e ele simplesmente foi lá e disse não olha o lado que eu to é esse aqui desceu o cacete e acabou com a estabilidade do das pessoas que estava lá criando é pra poder você sair de uma firma pra entrar na outra você teria que já assinar a lei nova [?] e assinava o 66 se não me engano 67 [?] é senão me engano foi isso e ai isso pra nós foi um prejuízo muito grande nós tivemos um prejuízo assim violento vários companheiros foram mandado embora depois foram voltou vários companheiros não assinaram é e teve e foi uma das lutas que eu queria colocar no rol também das lutas que muitos

companheiros que nessa época teve uma segurança na lei tinha dez anos de firma não assinou e acabou criando estabilidade porque naquela época já tava começando tendo um começo também de mandar embora que era pra limpar a base que era pra poder desfazer o que eles fizeram e a luta desde aquela época o trabalhador começou a criar uma unidade isso em 66 começou a ter uma unidade de luta por causa dessa então eu continuo dizendo que não foi uma coisa tão espontânea as greves como se coloca não teve uma certa organização em vários setores várias frentes não vou dizer que foi um negócio tão bem organizado, mas teve várias frentes de luta pra chegar onde nós chegamos e deixar bem claro que o Ministério do Trabalho vive a serviço das multinacionais e se corrompe.

A: [...] o que lhe pareceu à posição dos empresários [...] em relação ao movimento dos trabalhadores [...].

JÁ: eu acho que os empresários naquela época entendeu eu vou frisar que na Mercedes todas as multinacionais tinham um coronel tinha um coronel que tomava conta ali que era o cara da segurança da firma ele que comandava e geralmente ele colocava aquele dedinho da ditadura lá dentro da firma e nesse sentido as multinacionais começaram a sentir também quer dizer muitas coisas eles não poderiam fazer não pode isso não pode aquilo e foram fechando alguns ciclos do de luta e isso foi passando também porque queira sim queira não a classe média que tava lá dentro que era o supervisor que era gerente queira uma diretoria que tá ali que é a diretoria que comanda aquela área é aqui no Brasil e eles foram cansando também vai lá vai andando e foi aonde eles começaram a perder um pouco de força a ditadura e foi aí que eles tentaram, viram que tinha que voltar pra dentro do quartel e muito muita roubaria porque as empresas teriam que dar sustentação pra eles quando eles roubava tanto e acaba acabou. puxando também da própria elite pegando muito dinheiro raspando alguma coisa que via tava ficando caro pra eles também e quando começou a ditadura começou a ficar caro pros empresários à elite foi quando eles começaram a o ver que aquilo não era bom pra eles não porque tava começando pesar porque no início eles só ganhava no início a burguesia só ganhou só subiu e ali do meio pro fim ela começou a mão muito pesada começou a entrar no bolso deles também tirando alguma coisa não era tanto imposto, mas era alguma coisa que eles queriam eu quero isso eu quero aquilo você me dá isso você me dá aquilo e a sustentação ficou foi criada muita coisa eu me lembro do Delfim Neto que ele criou aquele monte de universidade e naquela criação das universidades o Delfim Neto pegou muito dinheiro e aí foi onde eles começaram todo mundo coisa que não tava muito legal por isso eu acho que a burguesia também não a burguesia alta, mas a classe média que pagou o que mais pagou foi à classe média e continua pagando. mas naquela época [...].

A: e a visão de vocês do empresário [...].

JA: teve empresário que negociou direto sem o governo e eu queria frisar que Mercedes andou negociando algumas vezes não só a Mercedes como Ford fizeram alguns acordo [?] andaram fazendo alguma negociação assim fora o governo até dando alguma coisa a mais isso ai é fora do governo quando ia pra Fiesp já tinha negociado com alguma alguma empresa alguma coisa alguma coisa já de negociação eles fizeram muitas vezes essa negociação fora tudo aquilo que fazia para o governo fora a Fiesp e teve muitas muitos.

FITA 2- LADO A

A: [...].

JA: teve abuso de empresário tinha interesse de negociar, mas também já tava com o que já tava no sufoco já tava tomando um sufoco pela própria ditadura que não tava atingindo era só a classe operária não eles começaram a atingir acho que como um todo atingir a nação e aqueles que tinham um pouco de visão principalmente o as multinacional tinha muito mais visão de entreguismo do país do que a própria área nacional a as os empresários nacional não tavam nem ai nem ai pouco importava agora o que eles fizeram com o Brasil fizeram então eu acho que a burguesia a burguesia os empresários mesmo tinham muito que tavam cansados e tinha muito mais a idéia de dar continuidade naquilo que eles tavam fazendo.

A: [...] muitos políticos tiveram aqui na época [...] quer dizer qual era a visão de vocês do sr. em especial sobre a vinda desses políticos pra cá?

JA: olha eu nós tivemos varias pessoas que aproveitaram da do nosso movimento ou da nossa bondade e inclusive nós acabamos elegendo Fernando Henrique ele veio pra aqui o cara tinha vindo de Brasília a gente achou que ele tava junto com a gente eu também achei que ele tava porque a fama dele a gente já tinha que era um sociólogo meio que não taria muito junto com a classe operária não e, mas eu fiz campanha para o Fernando Henrique fizemos campanha aqui trabalhamos aqui e fizemos campanha pra ele e lamentavelmente acabamos elegendo ele não foi eleito foi eleito sim foi suplente de senador depois a gente fez campanha pra ele aqui e ele acabou sendo eleito e assim Franco Montoro eu quero te falar uma coisa ele veio varias vezes aqui e deu alguma sustentação sim é ele vinha aqui ele dizer que ajudar não ajudou, mas atrapalhar não atrapalhou não.

A: o outro que teve aqui foi o Teotônio Vilela né

JA: agora falar do Teotônio Vilela o Teotônio Vilela eu acho que ele foi um um camarada que passou por aqui que só veio dar a graça quando ele viu que ele tava com câncer e tava pra morrer mesmo e ele viu que ele tava e disse opa eu to do lado de quem vou ta do lado povo e ele acabou ficando do lado da classe operária brigou naquele na anistia fez aquele [?] era até assinado por ele [?]

e eu acho que ele fez algumas coisas aqui que ajudou a impulsionar a nossa luta ele deu algumas ajuda pra gente e que nem o Montoro o Montoro também ajudava a abrir algumas porta Ulisses Guimarães também abriu algumas porta na hora que a gente tava cercado pela policia e ele passava com eles era coisa desse tipo coisas pequena não era coisa de porque [?] a visão deles do MDB naquela época era a visão de de partido eu não vou dizer que era partido único, mas era bi-partidarismo era da ditadura lá e ta bom é isso eu fiquei muito triste foi quando cassaram aquele deputado do Paraná e eu disse que o. Malan não fez nada inclusive ele veio aqui e eu falei na cara dele que ele teria que ter lutado porque era um cara do MDB e tinha brigado lá no Congresso e depois cassaram ele e ele não fez nada e, mas eu não diria não jogaria pedra não não jogaria pedra nesses cara deixaria assim como ajuda não é bem ajuda é abrir a porta mais ou menos isso porque ajuda é outra coisa totalmente diferente eu acho que abrir a porta eles abriram a porta sim num momento mais complicado eles abriram a porta.

A: [...] e a contribuição dos outros movimentos da sociedade civil [...].

JÁ: olha eu eu quero falar sobre isso sobre os nossos parceiros eu já chamo de parceiros que são o Olívio Dutra como bancário lá no Rio Grande do Sul foi um ótimo parceiro, orientador bancário Gushiken companheiro o menino de João tem um que é de João Molevarde que eu esqueci o nome dele não recordo o nome dele [?] ajudou a OAB todos esses movimentos que vieram para cá esses nos deram sustentação esses nos deram sustentação de várias forma de companheirismo de ajuda de tudo que você possa imaginar esses companheiros vieram assim vieram não foi de mão fechada não vieram de mão aberta ta aqui vocês vão apanhar nós vamos apanhar junto então eu acho que esse pessoal fizeram a contribuição deles foi muito grande [?] os estudantes também é ficasse nessa porta ai dar colaboração que eles deram ajudaram muito a gente nas lutas que nós tivemos aqui eu esse pessoal deixava assim bem fechado como companheirismo com ajuda com colaboração em vários sentido e que seja outro setor também a. igreja. a igreja veio também nos apoiou muito muito mesmo teve conosco no dia-a-dia teve junto conosco na na abrindo as portas para a organização então a igreja é uma que eu considerei naquela época como parceira como companheira como de luta ela ajudou muito

A: vocês tinham noção que serviam de reflexo para os outros movimentos [...].

JA: olha eu nós tínhamos um reflexo de que nós não tavamos fazendo uma coisa pra nós nós tavamos fazendo para o Brasil inclusive até sociedade amigos de bairro que tinha muitas delas colaborou conosco também só pra você ver a rede que era numa coisa simples to citando os outros ai, mas nós tavamos fazendo uma coisa para o Brasil é uma coisa com libertação do Brasil da classe operária isso nós tinha bem visão encima disso embora a rede Globo não nos apoiava contava tudo o contrário, mas tinha muito muitas pessoas muitos jornais que ajudavam a divulgar aquilo que a gente

fazia então eu acho que tudo isso tudo isso são os parceiros da gente que a gente não pode esquecer esses parceiros que deram essa colaboração quantas vezes nós tava sem nada chegava caminhão de coisas que vinha da do outro setor que era sociedade amigos de bairro e igreja que arrecadava e trazia pra nós então eu acho que esses parceiros a gente não pode esquecer desde nunca.

A: [...] com relação à ideologia [...] o sr. via que existia alguma ideologia [...] nós vamos transformar a sociedade numa sociedade socialista, comunista ou realmente era algo [...] que foi crescendo com o tempo [...].

JÁ: no início eu toda vida eu talvez não sei se eu sou comunista continuo dizendo não sei se eu sou comunista ou não sou o que é que é, mas eu sempre tive uma visão do que é comum que a minha visão eu [?] se eu for comer um arroz, feijão e um bife eu quero que você ta comendo arroz, feijão e bife também porque é o mínimo que nos podemos ter é tua vida você poder pelo menos comer e eu lutei e continuo lutando nessa vida para que nós temos agora eu não sei se isso é comunismo ou é visão ideológica de outra coisa, mas eu acho que a minha luta sempre nesse sentido do bem-comum.

A: [...] não eles tão lutando pelo pela melhora econômica deles [...] a sua visão o que que era ter mais dignidade do capitalismo ou era descobrir que o capitalismo não serve então vamos transformar ele?

JA: eu toda vida tenho na minha visão primeiro eu não gosto da social-democracia porque sempre vai sobrar migalha para você por isso quando eu coloco que eu quero saber se você ta comendo arroz, feijão e bife eu quero ter participação igual todo mundo eu quero ter uma participação de viver porque eu vou ter que lutar pra você ter um carro do ano e eu ter um fusquinha não eu quero ter um carro do ano também eu acho que a minha luta é pra essa luta que nós temos e não para ficar nesse tipo e dizer não a eu vou ter um pedaço de terra junto à burguesia e vou viver porque eu planto meu pé de mandioca e eu sei que vou comer eu sou contra isso eu sou contra esse negócio de você ta dando pedaço de terra pra um pra outro e eu sou a favor de você criar condições que todo mundo trabalhe para o bem comum se tem uma fazenda de vinte hectares quantas família cabe dentro daquela fazenda de vinte hectares que todo mundo trabalha ali para o bem comum dos filho que não da um pedaço de terra para cada. um. que é o que o MST é a minha discordância com o MST é essa eu não sou a favor que você pegue um pedaço de terra eu sou a favor [?].

A: [...] nas grandes greves [...] eram objetivos mais imediato de consumo.

JA: houve objetivos mais imediatos um era da dos companheiros que lutava era isso e até hoje ainda tem muitas pessoas no movimento sindical que ainda luta só pra isso

A: só por ganhos materiais?


JA: só por ganhos materiais pro bem comum meu não bem comum, mas eu toda vida tive na minha visão que as coisas não pode ser só para mim eu tenho porque não adianta falar uma coisa que um

dia foi imprevista quando tava o desmantelamento já começando esse desmantelamento de mata um aqui mata outro ali pra roubar eu dei entrevista e coloquei dessa forma hoje se a gente não modificar o nosso país prisioneiros somos nós e o cara vai porque prisioneiros somos nós olha eu quando cheguei em São Paulo os muros da cidade [?].

ANEXOS

I- FIGURAS

Anexo 1



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉ-
TRICO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA**

ELEIÇÕES SINDICAIS

CHAPA ÚNICA

MANIFESTO AOS ASSOCIADOS

Prezados companheiros:

Chegou a hora de renovar a diretoria do nosso Sindicato. Para tanto, realizaremos eleições nos dias 20, 21, 22, 23 e 24 de fevereiro de 1978. Apenas uma chapa concorre nestas eleições, numa demonstração de que a categoria aprova o trabalho desenvolvido pela Diretoria nestes três últimos anos.

Para continuar a aperfeiçoar este trabalho, constituímos uma chapa na qual se mescla a experiência de uns poucos veteranos com o que tínhamos de melhor em termos de novas lideranças surgidas e provadas nas lutas.

Os companheiros que deixam a direção da nossa entidade dão uma rara demonstração de anti-carreirismo e se colocam incondicionalmente ao lado da chapa concorrente. Eles voltarão para os seus empregos e lá continuarão colaborando com nosso sindicato. Queremos

agradecer a eles todo trabalho e dedicação que ofereceram em prol do sindicalismo brasileiro, desejando-lhes muita sorte em suas atividades futuras.

Se olharmos o caminho percorrido nestes últimos três anos, apesar de todas as dificuldades, não ficaremos decepcionados. Uma atuação marcada pela coragem, independência e autenticidade transformou nosso sindicato em vanguardeiros das causas operárias. As frentes de lutas que abrimos para os trabalhadores, elevaram bem alto o nome de nossa categoria, hoje respeitada em todo Brasil. Os trabalhadores ganharam um espaço na vida nacional e seus problemas foram propostos, analisados e discutidos em toda a imprensa, graças às iniciativas do nosso Sindicato. Entre outras, podemos citar a campanha pela reposição salarial de 34,1%, luta que ganhou manchetes e empolgou o país inteiro.

Boletim de divulgação da chapa única para as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo do Campo, SP, 1978. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC


Anexo 1a

VOTAR NA CHAPA 1 É O MESMO QUE VOTAR NO LULA E DIRETORIA

ORIENTAÇÕES PARA VOTAR NOS DIAS 3, 4, 5, 6 e 7 DE AGOSTO

- O voto é secreto. Não aceite pressão da empresa, nem palpites de patrões e pelegos.
- Levar um documento de identificação.
- Não risque a cédula, pois seu voto será anulado. Faça apenas um X dentro do quadrinho da sua chapa preferida a CHAPA 1.
- Todo sócio que estiver em dia com o sindicato tem direito a voto. Se não receber seu título pode votar nessa eleição, vá direto ao Sindicato e vote lá mesmo.

O QUE OS PATRÕES E O GOVERNO NÃO CONSEGUIRAM A OUTRA CHAPA ESTÁ TENTANDO: DESMORALIZAR O LULA E SUA DIRETORIA CASSADA



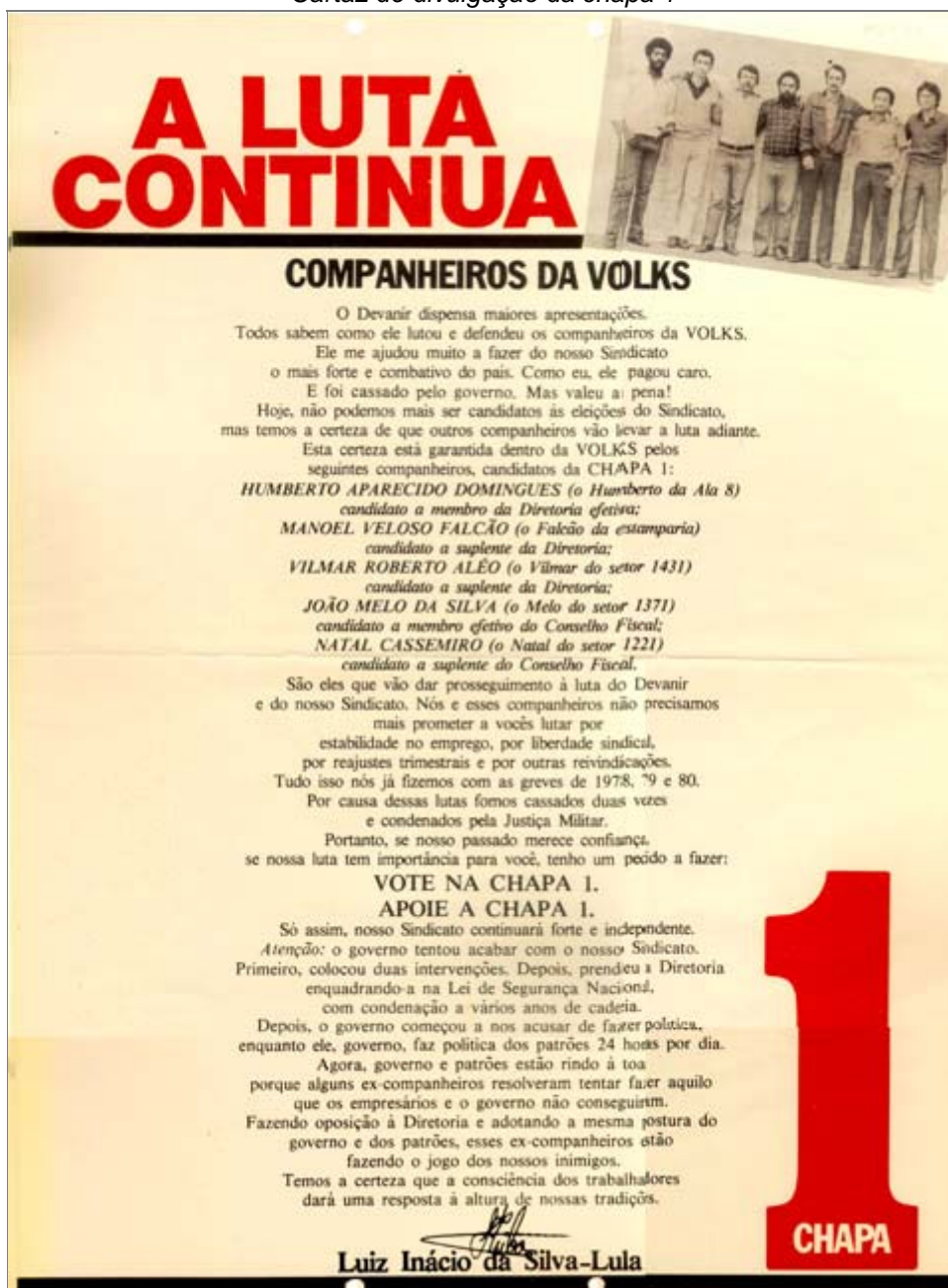
NESTA
VOCÊS PODEM
CONFIAR!

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema			
	PARA ADMINISTRAÇÃO	PARA CONSELHO FISCAL	PARA DELEGADOS NO CONSELHO DA FEDERAÇÃO
chapa 1	EFETIVOS JAIR ANTONIO MENEZES VICENTE PAULO DA SILVA DEVALDO MARTINS BARROS HUMBERTO APARECIDO DOMINGUES JOÃO PAULO DE OLIVEIRA PAULO CARLOS DIAMANTI JOÃO AUSTINO DE OLIVEIRA	EFETIVOS JOÃO DE MELO DA SILVA ALBERTO LUALDO JOSÉ SOARES WALTA	EFETIVOS JOÃO FERREIRA PASSOS JOSÉ FERREIRA DE SOUZA
chapa 2	SUPLENTE ANTONIO FERNANDES MARTINS ELIZEU MARQUES DA SILVA WILMAR ROBERTO ALÉO GILBERTO CASTANHO RAIMUNDO NORATO DE SOUZA MANOEL VELOSO FALCÃO MARIA ALVES DE LIMA	SUPLENTE ANTONIO DE LUCCA FILHO JOSÉ HENRIQUE MENDES NATAL CASSEMINO	SUPLENTE JOSÉ CARNEIRO PEREIRA JOÃO BATISTA CAVALCANTE

Panfleto da chapa 1 distribuído nas eleições do Sindicato. São Bernardo do Campo, SP, 1981. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Anexo 1b

Cartaz de divulgação da chapa 1



A LUTA CONTINUA

COMPANHEIROS DA VOLKS

O Devanir dispensa maiores apresentações. Todos sabem como ele lutou e defendeu os companheiros da VOLKS. Ele me ajudou muito a fazer do nosso Sindicato o mais forte e combativo do país. Como eu, ele pagou caro. E foi cassado pelo governo. Mas valeu a pena! Hoje, não podemos mais ser candidatos às eleições do Sindicato, mas temos a certeza de que outros companheiros vão levar a luta adiante. Esta certeza está garantida dentro da VOLKS pelos seguintes companheiros, candidatos da CHAPA 1:

HUMBERTO APARECIDO DOMINGUES (o Humberto da Ala 8)
candidato a membro da Diretoria efetiva;

MANOEL VELOSO FALCÃO (o Falcão da estamparia)
candidato a suplente da Diretoria;

VILMAR ROBERTO ALÉO (o Vilmar do setor 1431)
candidato a suplente da Diretoria;


JOÃO MELO DA SILVA (o Melo do setor 1371)
candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal;

NATAL CASSEMIRO (o Natal do setor 1221)
candidato a suplente do Conselho Fiscal.

São eles que vão dar prosseguimento à luta do Devanir e do nosso Sindicato. Nós e esses companheiros não precisamos mais prometer a vocês lutar por estabilidade no emprego, por liberdade sindical, por reajustes trimestrais e por outras reivindicações. Tudo isso nós já fizemos com as greves de 1978, '79 e 80. Por causa dessas lutas fomos cassados duas vezes e condenados pela Justiça Militar. Portanto, se nosso passado merece confiança, se nossa luta tem importância para você, tenho um pedido a fazer:

**VOTE NA CHAPA 1.
APOIE A CHAPA 1.**

Só assim, nosso Sindicato continuará forte e independente. *Atenção:* o governo tentou acabar com o nosso Sindicato. Primeiro, colocou duas intervenções. Depois, prendeu a Diretoria enquadrando-a na Lei de Segurança Nacional, com condenação a vários anos de cadeia. Depois, o governo começou a nos acusar de fazer política, enquanto ele, governo, faz política dos patrões 24 horas por dia. Agora, governo e patrões estão rindo à toa porque alguns ex-companheiros resolveram tentar fazer aquilo que os empresários e o governo não conseguiram. Fazendo oposição à Diretoria e adotando a mesma postura do governo e dos patrões, esses ex-companheiros estão fazendo o jogo dos nossos inimigos. Temos a certeza que a consciência dos trabalhadores dará uma resposta à altura de nossas tradições.


Luiz Inácio da Silva-Lula

1
CHAPA

Cartaz da chapa 1 aos trabalhadores da Volkswagen nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1981

Anexo 1c



Cartilha com a divulgação do programa de discussões do 3º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1978. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Anexo 1d



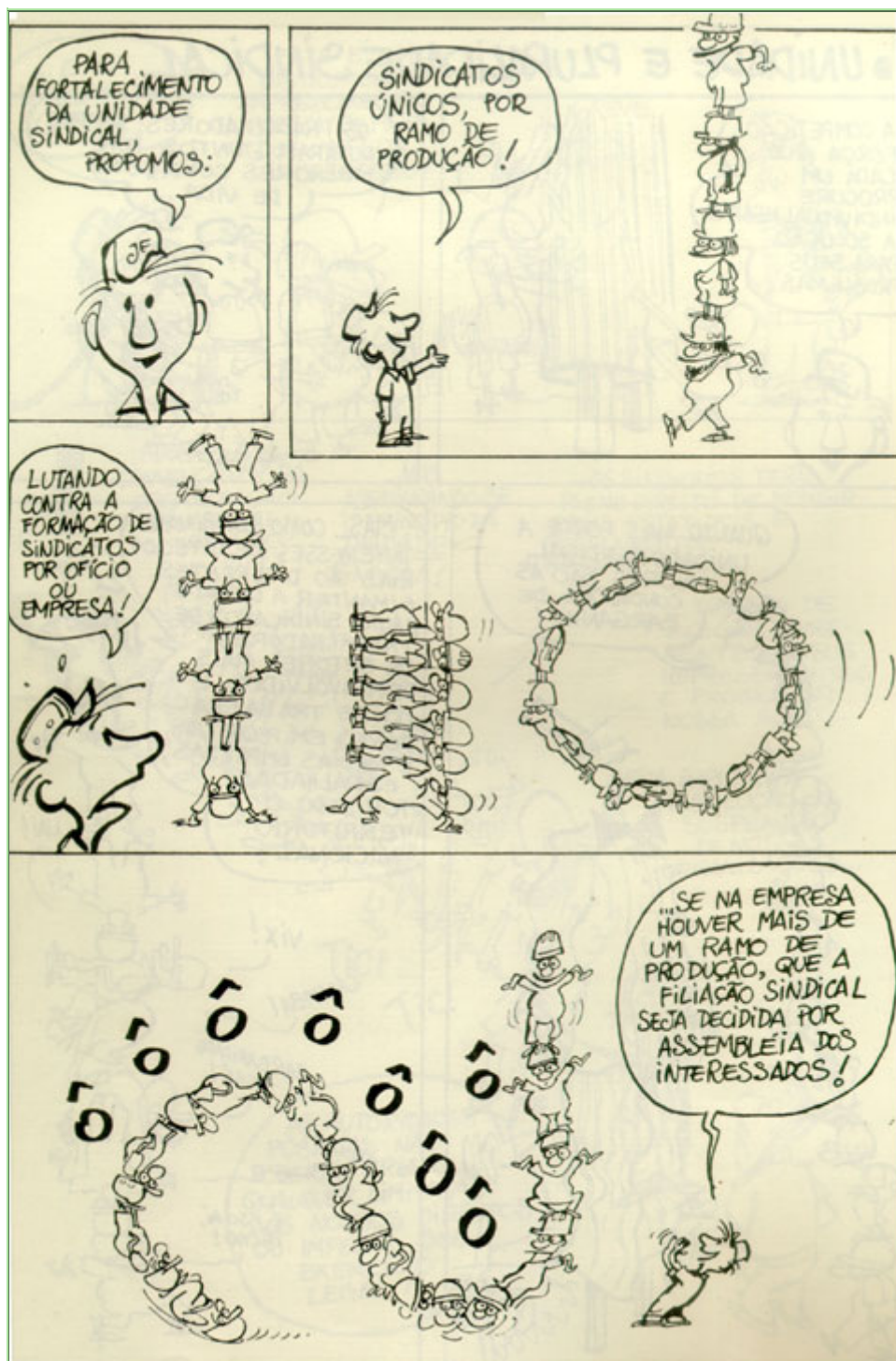
Cartilha elaborada pelo Henfil para o 3º Congresso dos Metalúrgicos (pág.8). São Bernardo do Campo, SP, 1978. Arquivo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Anexo 1e



Cartilha elaborada pelo Henfil para o 3º Congresso dos Metalúrgicos (pág.7). São Bernardo do Campo, SP, 1978. Arquivo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC *Sind. ABC*

Anexo 1f



Cartilha elaborada pelo Henfil para o 3º Congresso dos Metalúrgicos (pág.6). São Bernardo do Campo, SP, 1978. Arquivo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Anexo 1g

Cartaz de convocação para assembléia

CAMPANHA SALARIAL

NÃO TEMOS VAGAS

TE CHEGANDO A HORA DA ONÇA BEBER ÁGUA!

O DESEMPREGO, A MISÉRIA E A MARGINALIZAÇÃO QUE O QUADRO ACIMA TÃO BEM REPRESENTA SÃO O RESULTADO DA EXPLORAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA PELOS PATRÕES E PELO GOVERNO.

NOSSA RESPOSTA EM 1978 E 1979 FOI A UNIÃO E A LUTA EM 1980 MOSTRAREMOS MUITO MAIS UNIÃO E MUITO MAIS FORÇA

TOCOS AO ESTÁDIO DE VILA EUCLIDES DIA 16 DE MARÇO ÀS 10 HORAS

DIA 16 DE MARÇO, ÀS 10 HORAS
 GRANDE ASSEMBLÉIA NO ESTÁDIO DE VILA EUCLIDES
 SUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL, VENHA E TRAGA SUA FAMÍLIA

DIRETORIA

Cartaz de convocação para assembléia da Campanha Salarial. São Bernardo do Campo, SP, 1980.
 Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Sind. ABC

Anexo 1h



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas
e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema
Fundado em 12-5-59 Reconh. pelo M.T.P.S. em 12-4-61 Carta expedida em 8-6-61 D.O.U. em 22-7-61
Rua João Basso, 121 Cx. Postal 294 Telefone 452 3922 CEP 09700
Centro São Bernardo do Campo Est. S. Paulo

CAMPANHA SALARIAL

COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS



Neste ano, não vamos deixar barato. A experiência nos ensinou que se não criarmos um clima de guerra, se não houver mobilização, receberemos menos do que o aumento do custo de vida. Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema já não aceitam mais este tratamento. EXIGIMOS RESPEITO. Neste ano queremos conquistar:

- 1- AUMENTO REAL DE 15% SOBRE O ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA (INPC)
- 2- GARANTIA NO EMPREGO E SEMANA DE 40 HS, SEM REDUÇÃO NO SALÁRIO



- 3- REPRESENTAÇÃO SINDICAL NA EMPRESA, COM ESTABILIDADE

- 4- CONTROLE DAS CHEFIAS →

- 5- REAJUSTE TRIMESTRAL



Se os patrões e o governo pensam que estamos contentes, que não estamos dispostos a lutar, TERÃO UMA SURPRESA DESAGRADÁVEL.



GRANDE ASSEMBLÉIA NO ESTÁDIO DE VILA EUCLIDES (O ESTÁDIO DOS TRABALHADORES) DIA 16 DE MARÇO - DOMINGO - AS 10 HORAS DA MANHÃ

Venha e traga a sua família

A DIRETORIA

Panfleto distribuído durante a campanha salarial. São Bernardo do Campo, SP, 1980. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Anexo 1i

Panfleto convoca categoria para assembléia decisiva



CAMPANHA SALARIAL



UMA MINORIA PRIVILEGIADA VIVE ÀS CUSTAS DA MISÉRIA, DO SUOR E DO SANGUE DOS POBRES. COMO MUDAR? SÓ COM UNIÃO E LUTA!

CHEGOU A HORA!



VAMOS MATAR A NOSSA SEDE

LUTAREMOS POR:

1. 15% DE AUMENTO REAL
2. 40 HORAS SEMANAS
3. REPRESENTAÇÃO SINDICAL NA EMPRESA
4. GARANTIA DE EMPREGO

ASSEMBLÉIA DECISIVA
DIA 30 DOMINGO ÀS 10 HORAS
 NO ESTÁDIO DE VILA EUCLIDES
 (O ESTÁDIO DOS TRABALHADORES)

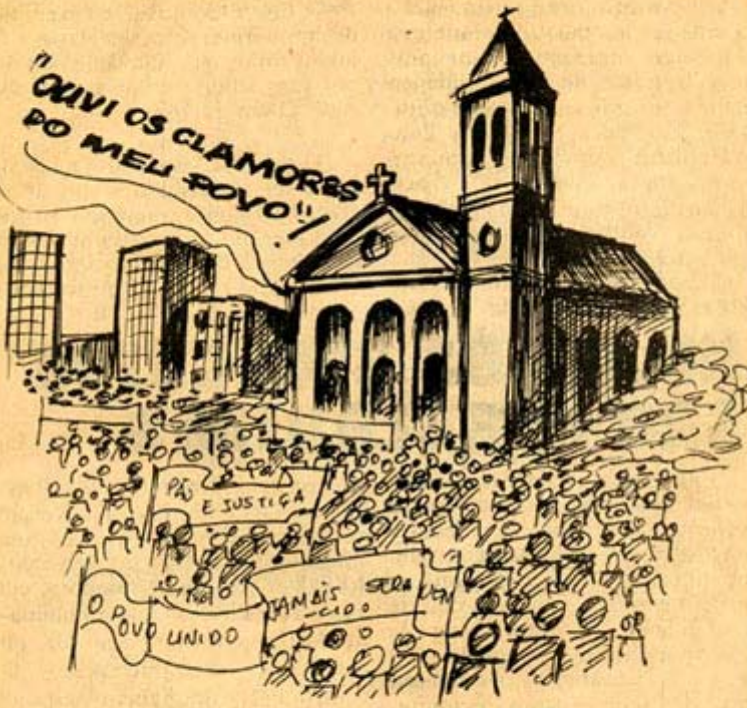
SUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL, VENHA E TRAGA SUA FAMÍLIA

SINDICATO

Chegou a hora de colhermos o que plantamos

Anexo 1j

Aos Nossos Irmãos Trabalhadores do ABC



*Sindicalistas metalúrgicos
de São Bernardo do Campo e Santo André foram
condenados, em primeiro julgamento, a penas
que somam 27 anos de prisão!
Os Metalúrgicos e os funcionários públicos
estão em campanha salarial.
Estes fatos, e mais outros que veremos aqui,
exigem de nós, trabalhadores cristãos, uma
palavra que nos ajude na caminhada.*

1ª página do Jornal da Pastoral Operária e Ação Católica Operária de apoio aos trabalhadores.
Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Anexo 1k



Charge de Chico Caruso publicada durante a greve de 1979 quando Lula foi preso. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

CRONOLOGIA DOS EVENTOS DO SINDICATO DOS METALURGICOS DO ABC

21/11/77 Encerramento do prazo para inscrição das chapas. Apenas uma chapa inscrita, encabeçada por Luis Inácio da Silva.

17/02/78 Assembléia onde os metalúrgicos decidiram não entrar em dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho, por não terem sido consideradas suas reivindicações.

20/02/78 Eleições do Sindicato

07/03/78 Proclamado o resultado das eleições com a chapa 1 obtendo mais de 97% dos votos.

14/03/78– Lula se reúne com o ex-ministro Delfim Neto, a fim de discutir sobre a reposição salarial dos operários e os 34% de diferença no cálculo de inflação durante sua gestão no Ministério da Fazenda.

0/05/78 Parte dos operários da Ford param por maior salário, reivindicam 15% de reajuste ou o não-desconto das antecipações salariais recebidas em novembro e fevereiro.

12/05/78 Os Operários da Saab Scania de São Bernardo iniciam uma greve por 20% de aumento.

13/05/78– Sindicato afirma que só intervirá caso os trabalhadores queiram. - A greve da Scania parou totalmente a produção da empresa.

14/05/78– Luis Inácio diz à imprensa que as paralisações fazem parte de um movimento espontâneo e imprevisível e que não atenderá aos pedidos das empresas para que solicite a suspensão do movimento.

15/05/78– Cresce o movimento grevista iniciado na Scania. Seis mil operários da Ford paralisam suas atividades. - Sindicato vai à Scania para discutir com os grevistas o encaminhamento das reivindicações.

16/05/78– O movimento recebe a adesão de cerca de 1.100 trabalhadores da Volkswagen. Na Ford, o número de grevistas chega a 9 mil. - O delegado do trabalho comenta na imprensa sua preocupação com a extensão das paralisações, já são 20 mil paralisados nas indústrias automobilísticas.

17/05/78– Na Saab-Scania, operários decidem voltar ao trabalho, mas deram um prazo até sexta-feira (dia 19) à direção da empresa para que sejam atendidas suas reivindicações. - Diretoria do sindicato pede em nota nos jornais para os trabalhadores paralisados não se influenciarem por panfletos clandestinos e provocadores. - O ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, e o presidente do Eindipeças dizem que o movimento dos metalúrgicos do ABC é ilegal. Outras autoridades (como o subchefe da casa civil e o governador de São Paulo) também procuraram a imprensa para ressaltar que estão acompanhando com preocupação as greves dos metalúrgicos. O Jornal do Brasil recebeu ordem da Censura Federal para não divulgar noticiário referente às greves.

18/05/78– O TRT julga o movimento grevista no ABC ilegal e determina a volta dos operários ao trabalho. - A Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotivos) espalha cartazes nas indústrias tentando pressionar os metalúrgicos a aceitarem sua proposta de acordo.

19/05/78– Apesar da decisão do TRT, o movimento continua. Na Ford, mesmo com as pressões da empresa, 9.500 estão parados; na Perkins são 1.100; durante a tarde, a Pirelli aderiu ao movimento; na Phillips todos os setores estão atingidos. Na Otis, Cofap, Mercedes, Chrysler, Cima Pensas Schuller e Fermar ocorreram interrupções temporárias. Na Scania, contrariados com a resposta da empresa - apenas 6,5% de aumento, mil operários voltam a cruzar os braços. Na Volkswagen, 10 mil retomam a paralisação. - O senador Franco Montoro (MDB-SP) diz que existe insensibilidade do governo com os problemas dos trabalhadores e propõe um aumento de 15% a todas as categorias profissionais do país. - Em nota na imprensa, Sindicato denuncia as empresas por não negociarem com honestidade e pede calma aos trabalhadores.

20/05/78– Cerca de 18 mil continuam paralisados no ABC, envolvendo as principais empresas: Volkswagen, Saab-Scania, Ford, Alcan, Philips, Ibrape, Constanta Eletrotécnica, Chrysler e Pirelli. - Comandante do II Exército, general Dilermando Gomes Monteiro, num programa de TV, se diz preocupado com as infiltrações comunistas no seio do operariado. Em resposta, Lula condena os extremismos e pede para o general lhe ajudar na luta pela liberdade sindical. - O ex-ministro Severo Gomes defende o direito de greve e considera o movimento do ABC dentro da normalidade democrática.

26/05/78– O movimento do ABC incentiva mobilizações em outras regiões.

27/05/78– Lula critica o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, pela falta de uma política salarial justa no país.

11/06/78– Um mês após o início do movimento no ABC, quase 200 mil operários obtiveram aumentos salariais. Apesar de nenhuma empresa repor os 34% reivindicados, todos os aumentos conseguidos não serão compensados nos futuros dissídios coletivos nem repassados para os preços dos produtos.

09/03/79 Assembléias não aceitam contra proposta patronal e decidem indicativo de greve a partir de 13/3.

13/03/79 A partir da zero hora, começa a greve geral da categoria.

14/03/79 Reunião no TRT, onde diretoria e Comissão de Salários reformulam proposta, na qual deixam de referir-se ao delegado sindical e propõem índice de aumento de 65% e o piso salarial de Cr\$ 3.600,00, para evitar julgamento da greve.

15/03/79 TRT julga a greve ilegal, decide aplicar o índice de 44% de aumento a partir de 1º abril e rejeita criação do delegado sindical.

16/03/79 Assembléia no Estádio da Vila Euclides, na qual é reafirmada a continuidade da greve; Djalma Bom anuncia na assembléia a criação do Fundo de Greve.

18/03/79 Assembléia com cerca de 80 mil metalúrgicos, que são orientados a não comparecer às empresas para receber o pagamento em virtude de possíveis ameaças das chefias.

20/03/79 Assembléia, na qual trabalhadores reiteram a continuidade da greve; Sindicato envia "carta aberta aos brasileiros", um manifesto que explica os motivos da greve e a necessidade da solidariedade como forma de ajudar ao movimento.

21/03/79 Assembléia que reafirma a continuidade da greve.

22/03/79 Reunião entre diretoria do sindicato e comissão de salários onde se discute o "protocolo de intenções" e se decide apresentá-lo à assembléia da categoria no mesmo dia. Assembléia na qual é rejeitado o "protocolo de intenções" proposto pelo governo.

23/03/79 Governo decreta a intervenção no sindicato e proíbe manifestações e assembléias no Estádio da Vila Euclides. Ato público contra a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de S. B. do Campo e Diadema, contando com a participação de diversas entidades da sociedade na Câmara Municipal de São Paulo.

25/03/79 Missa na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo reúne perto de 15 mil trabalhadores nas imediações O bispo D. Claudio Hummes vai a Brasília intermediar as negociações referentes à greve dos metalúrgicos junto ao governo.

26/03/79 A diretoria do sindicato destituída e a Comissão de Salários reassumem o movimento.

27/03/79 Assembléia no Estádio da Vila Euclides onde 70 mil trabalhadores aceitam a proposta de trégua por 45 dias e decidem terminar a greve

01/05/79 Missa no Paço Municipal e ato público no Estádio da V. Euclides reúnem trabalhadores para comemorar o 1º de Maio.

11/05/79 Pronunciamento do ministro do Trabalho pela TV, advertindo com punições, caso seja retomada a greve.

13/05/79 Fim da Trégua: realiza-se assembléia na qual se vota pela aceitação do acordo proposto.

15/05/79 Ministério do Trabalho assina ato suspendendo intervenção e aceita o retorno dos dirigentes sindicais

18/05/79 Diretoria reassume oficialmente funções na sede do Sindicato

16/03/80 Assembléia geral no Estádio Vila Euclides decide indicativo de greve para o dia 1º de abril, na campanha salarial do ano.

18/03/80 Início das negociações com a Fiesp.

19/03/80 Sindicato reúne-se com o Grupo 14 da Fiesp

22/03/80 Orientados pelo sindicato, operários realizam operação tartaruga.

25/03/80 Impasse nas negociações entre o Sindicato dos Metalúrgicos de S. B. Campo e Diadema e os patrões

28/03/80 Lula debate com Ministro do Trabalho no programa “Jornal do Meio Dia” da Rádio Bandeirantes.

30/03/80 Assembléia com mais de 60 mil metalúrgicos em São Bernardo do Campo em que é decidido o início da greve a partir de 1º abril. Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, Sorocaba, Jundiá também aprovam em assembléia da categoria a deflagração da greve a partir do dia 1º de abril.

01/04/80 Começa a greve a partir da zero hora.

02/04/80 TRT se considera incompetente para julgar a greve e decide reajuste escalonado de acordo com a faixa salarial.

04/04/80 O bispo D.Claúdio Hummes divulga nota oficial pedindo a colaboração de todas as paróquias da Diocese para apoiar a greve dos metalúrgicos, colocando-se como postos de arrecadação de mantimentos e ofertas para o fundo de greve.

10/04/80 Metalúrgicos de São Caetano resolvem retornar ao trabalho; em São Bernardo e Santo André, a greve continua.

15/04/80 TRT em 2º julgamento declara a ilegalidade da greve. O sindicato lança boletim de orientações para os metalúrgicos sobre a greve

18/04/80 Governo intervém nas diretorias dos sindicatos do ABC.

20/04/80 Lula e mais 14 líderes sindicais metalúrgicos são presos conforme determinação do Governo Federal.

23/04/80 Em assembléia realizada na igreja Matriz, metalúrgicos decidem continuar greve.

25/04/80 40 mil metalúrgicos, em assembléia na praça da igreja Matriz decidem manter a greve..

01/05/80 Comemoração do dia 1º de Maio reúne mais de 100 mil pessoas que realizam passeata pelas ruas de São Bernardo em direção ao Estádio da Vila Euclides.

03/05/80 Tribunal nega hábeas corpus para Lula e 12 sindicalistas. Metalúrgicos de Santo André retornam ao trabalho, em São Bernardo a greve continua.

09/05/80 Realiza-se a Passeata das Mulheres pelas principais ruas de São Bernardo, com a participação de esposas de grevistas e dos sindicalistas presos, além de inúmeras pessoas solidárias ao movimento.

12/05/80 Em Assembléia, os metalúrgicos decidem terminar a greve após 41 dias de greve.

FONTE: SITE DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

CRONOLOGIA DOS EVENTOS POLÍTICOS

1977

Jan 1977- Jimmy Carter assume a presidência dos Estados Unidos.

Mar 1977- Estudantes tomam as ruas de São Paulo.

Abr 1977- Geisel fecha o Congresso e baixa o “Pacote de Abril”.

Jun 1977- Visita de Rosalyn Carter, primeira dama dos Estados Unidos ao Brasil.

Jul 1977- A Folha de São Paulo divulga estudo do Banco Mundial que atribui índice de inflação de 22,5% para o ano de 1973 contra os 15,5% dos índices oficiais.

Dez 1977- Geisel reafirma seu projeto e admite substituir dispositivos excepcionais do AI-5 por “salvaguardas constitucionais”.

1978

Jan 1978- Geisel anuncia indicação de Figueiredo para a presidência.

Ago 1978- Decreto-Lei nº 1.632 que estendia a lei de Segurança Nacional para a legislação trabalhista.

Ago 1978- MDB lança candidatura do General Euler Bentes.

Out 1978- Colegio eleitoral elege Figueiredo para a presidência.

1979

Jan 1979- Extinção do AI-5.

Mar 1979- Posse do presidente João Batista de Oliveira Figueiredo na presidência da República.

Mai 1979- UNE realiza seu XXXI Congresso em Salvador.

Ago 1979- Decretada Anistia.

Set 1979- Retorno de Leonel Brizola e Miguel Arraes do exílio.

Out 1979- Figueiredo sanciona a nova política salarial.

Nov 1979- nova lei partidária com extinção do MDB e da Arena.